

# Banco do Brasil

Relatório Anual 2008

Annual Report 2008



## Apresentação (GRI 3)

O Banco do Brasil, um dos principais conglomerados financeiros da América Latina, reforça sua preocupação com a sustentabilidade por meio da atuação comprometida com a rentabilidade dos negócios e com o planeta. O posicionamento sustentável permeia toda a Empresa, da estrutura de negócios ao relacionamento com seus públicos.

Na relação com seus públicos, o Banco do Brasil preza pela equidade, pela transparência e pela oferta de informações de qualidade. Para isso, o Banco mantém, pelo terceiro ano consecutivo, sua estratégia de prestação de contas para a sociedade seguindo as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI-G3)*. Seus princípios definem o conteúdo e garantem a qualidade das informações relatadas e dos indicadores de desempenhos econômico, social e ambiental. Nesta edição, o Banco do Brasil passou a aplicar os indicadores do Suplemento para o Setor Financeiro e se declara Nível A+. **(GRI 3.5, 3.11)**

Em linha com o posicionamento sustentável, a exemplo do Relatório Anual 2007 **(GRI 3.2)**, o BB mantém o formato eletrônico, que dispensa o uso do papel e é apresentado em mídia reutilizável.

Este Relatório traz, além dos recursos multimídia presentes na versão anterior, novas ferramentas, que facilitam a interação do leitor e lhe proporcionam uma visão ainda mais abrangente do Banco do Brasil. O destaque são as novas funcionalidades de pesquisa e *links* que permitem ao leitor não apenas escolher seu próprio caminho para percorrer o Relatório, como também personalizar a publicação, selecionando os temas que julgar mais relevantes. Uma versão do Relatório Anual 2008 em formato PDF também está disponível.

Os melhoramentos na interação tornam o Relatório uma publicação dinâmica. Os dados financeiros presentes nas tabelas e nos gráficos do módulo interativo serão atualizados automaticamente a cada trimestre, bastando apenas inserir o *pen drive* na entrada USB do microcomputador. Essa ferramenta permite ao leitor estar sempre atualizado em relação ao BB e reforça o compromisso da Empresa com a transparência.

Os recursos foram usados, também, para que pessoas com necessidades especiais tenham acesso fácil ao conteúdo. Os destaques são as opções de áudio e vídeo e a possibilidade de ajustar o tamanho das letras de acordo com a preferência de cada leitor.

Por entender que a sustentabilidade permeia toda a Empresa, o Relatório Anual é elaborado em um único documento, incluindo os desempenhos econômico-financeiro, social e ambiental. **(GRI 3.7)**



O relatório é anual, abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008, e destaca os temas considerados relevantes pelos públicos estratégicos do BB. **(GRI 3.1, 3.3)**

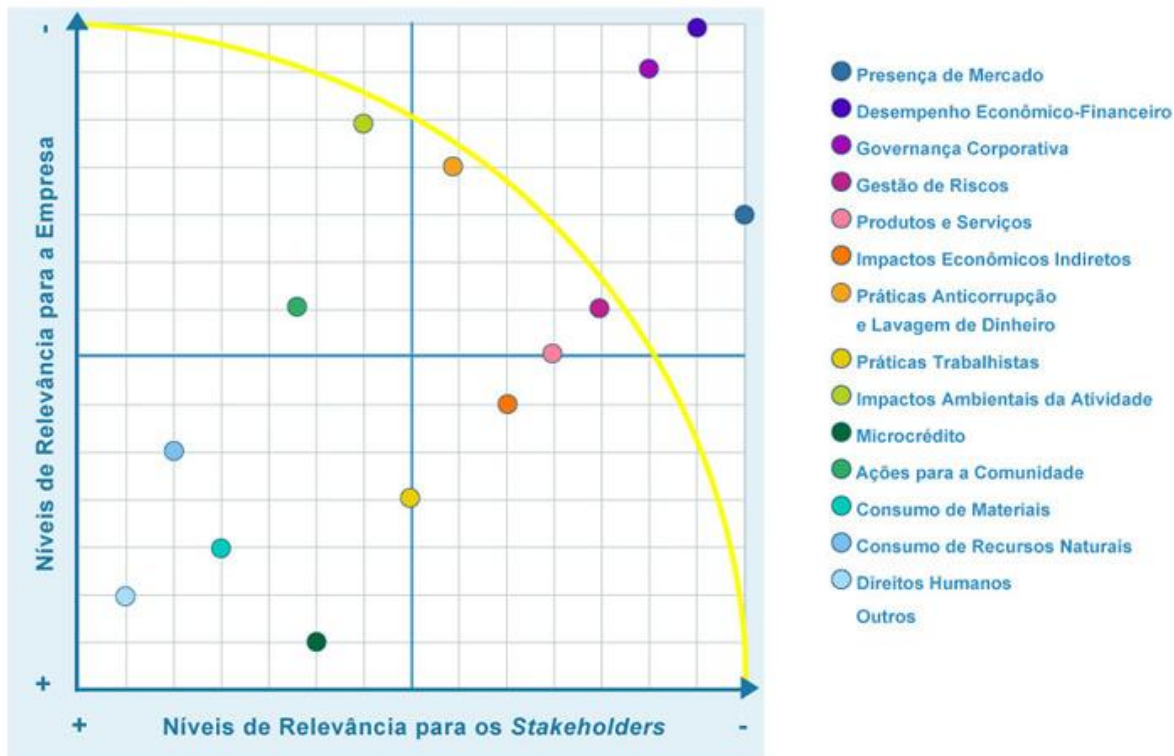
Para definir os temas e as informações a serem tratados no Relatório Anual, o Banco do Brasil consultou seus públicos estratégicos – representados por acionistas, analistas, investidores e funcionários –, além de unidades e diretorias internas. Essa consulta contou com um formulário, que avaliou o Relatório Anual 2007, e uma questão aberta, que permitiu aos participantes da pesquisa indicar os temas ou assuntos que deveriam ser contemplados na versão 2008. **(GRI 3.5, 4.14, 4.17)**

A definição dos públicos estratégicos foi baseada na missão da Empresa e nos públicos definidos pelo Código de Ética. **(GRI 4.15, 4.16)**



Essa consulta gerou uma matriz de materialidade, apresentada a seguir. Os temas considerados menos relevantes pelos públicos consultados também foram incluídos no Relatório, relatados por atenderem às melhores práticas de divulgação de informações, a exemplo do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE). **(GRI 4.17)**





O Banco ainda usou outros instrumentos de consulta para definir o escopo do Relatório Anual 2008. Dentre eles, destacam-se: o Fórum BB 200 anos pela Sustentabilidade, em que os funcionários discutiram o desempenho socioambiental do Banco; relatórios da ouvidoria externa; uma pesquisa contratada pelo BB para identificar as percepções dos clientes em relação à Instituição e aos concorrentes; e finalmente um estudo de percepção dos analistas de mercado para avaliar o Relatório Anual 2007.

O formato do Relatório Anual 2008 foi revisto para apresentar melhor as mudanças na estrutura do Banco e a evolução dos seus negócios. Foi incluído um capítulo para tratar especialmente das estratégias e das perspectivas da Empresa, inclusive quanto às incorporações e às aquisições realizadas, e os capítulos “Desempenho dos Negócios” e “Desempenho Econômico-Financeiro” foram unificados a fim de facilitar o entendimento do resultado do Banco. O Relatório traz séries históricas completas para facilitar a comparação dos desempenhos de exercícios diferentes.

A exemplo das edições anteriores, os dados que compõem os capítulos são mensurados e validados pelos respectivos segmentos da Empresa, por meio de sistemas de controle corporativos e de levantamento e armazenamento de informações gerenciais. Vale ressaltar que o BB busca a coleta corporativa levando em conta o custo/benefício no desenvolvimento de sistemas de coleta de dados. **(GRI 3.9)**

Essas informações referem-se à posição consolidada das agências e subsidiárias financeiras, conforme as exigências estabelecidas para as companhias abertas pela Lei nº 6.404/76 e pelas normas e instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. As informações relativas ao Banco do Estado de Santa Catarina e do Banco do Estado do Piauí, incorporados pelo Banco do Brasil em 2008, também estão contempladas por esse Relatório. Devido aos significativos impactos econômicos e socioambientais de suas subsidiárias e coligadas, optou-se por incorporar algumas informações e resultados das instituições no Relatório do BB. **(GRI 3.6, 3.8, 3.11)**

Finalmente, a partir do Relatório Anual 2008, as informações constantes do Relatório serão verificadas por meio de procedimentos de asseguaração limitada, com base nas diretrizes GRI. Os procedimentos de asseguaração e a verificação do nível de aplicação dos indicadores GRI foram realizados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. **(GRI 3.13, FS9)**

## Perfil Corporativo

No ano que celebra seus 200 anos, o Banco do Brasil consolida-se como a instituição financeira com mais ampla presença no País, atendendo pessoas físicas, empresas e o setor público. São 16 mil pontos de atendimento presentes em mais de 3,4 mil municípios. No exterior, são 43 pontos de atendimento distribuídos em 23 países e 1,3 mil bancos correspondentes em 142 países. **(GRI 2.1, 2.5, 2.7)**

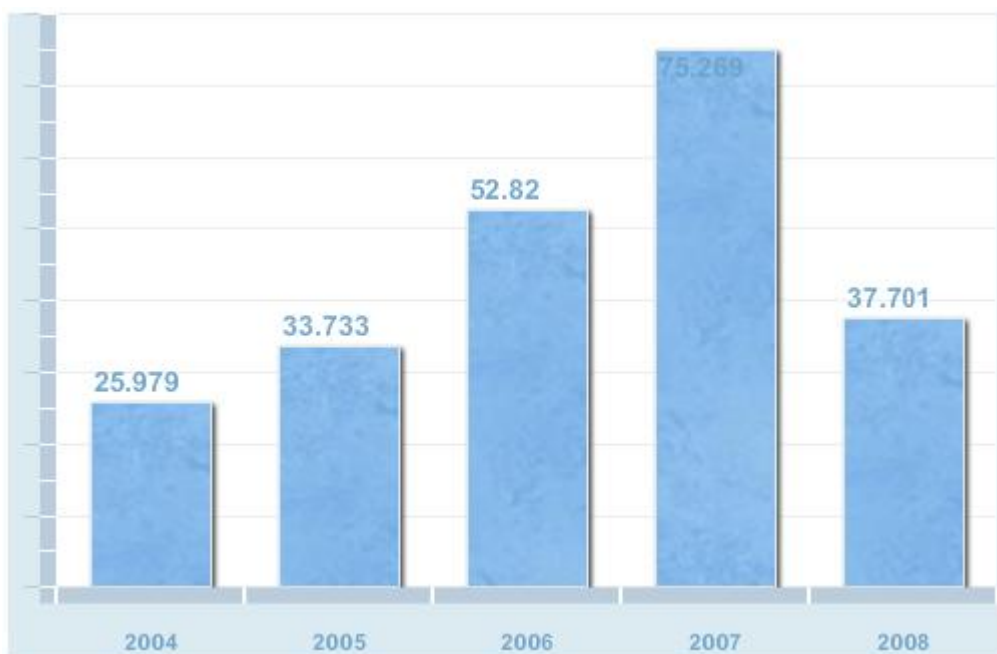
O Banco do Brasil foi o primeiro banco a operar no País e permanece na vanguarda, com ampla oferta de produtos e serviços inovadores e uma atitude socioambiental responsável. Os melhores exemplos dessa atitude são o lançamento de um cartão que une as funções débito, crédito e armazenamento de certificados digitais, o lançamento da tecnologia *mobile payment* com utilização de cartão de crédito, a redução do tamanho dos boletos de cobrança para diminuir o consumo de papel e a publicação de uma Agenda 21 Empresarial. Uma descrição mais detalhada dos principais produtos e serviços oferecidos pelo Banco pode ser encontrada no capítulo “Desempenho Econômico-Financeiro”. **(GRI 2.8)**

O BB faz a diferença com investimentos em tecnologia e na capacitação de seus 92,3 mil funcionários, na estratégia de segmentação dos mercados e no compromisso com as melhores práticas de governança corporativa. Esse compromisso está demonstrado na adesão ao Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em 2006. Tudo isso, aliado à tradição da Empresa, fez do Banco do Brasil uma organização ágil, moderna e competitiva, com capacidade de atender a todos os segmentos da economia. **(GRI 2.8)**

O Banco do Brasil é um conglomerado financeiro com sede em Brasília. Além do banco múltiplo, ele reúne 15 empresas controladas e uma entidade fechada de previdência complementar, que compõem o portfólio de produtos e serviços. Por meio de seu banco de investimento, o BB-BI, o Banco do Brasil detém participações estratégicas em seis empresas coligadas. **(GRI 2.3, 2.4, 2.6, 3.6)**

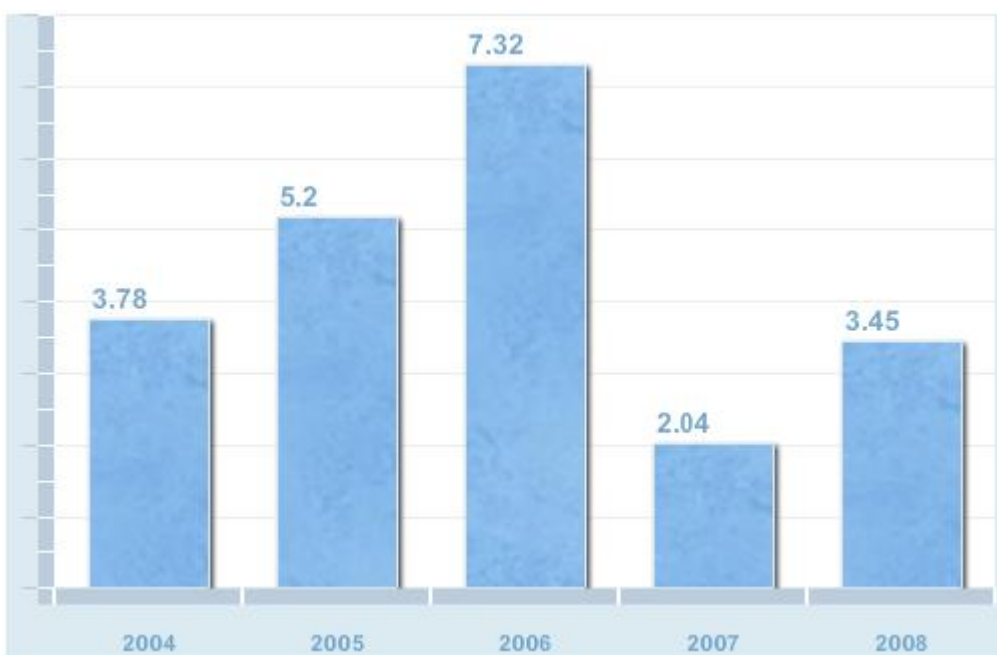
O Banco do Brasil quer continuar a fazer o futuro nos próximos 200 anos, investindo para diversificar o portfólio de produtos, ampliar a base de clientes, consolidar as estratégias de atuação socioambiental e aperfeiçoar as práticas de governança corporativa. São as diferenças do Banco do Brasil fazendo a diferença. **(GRI 1.1)**

## Capitalização de Mercado (GRI EC1)



R\$ milhões

## Lucro por ação R\$ (GRI EC1)



### Lucro Líquido e Retorno sobre Patrimônio Líquido (GRI EC1)



### Dividendos/JCP e Payout (GRI EC1)





## **Missão (GRI 4.8, 4.15)**

Ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a Empresa e contribuir para o desenvolvimento do País.

## **Valores (GRI 4.8)**

- Ética e transparência.
- Compromisso com o desenvolvimento das comunidades e do País.
- Responsabilidade socioambiental.
- Excelência e especialização no relacionamento com o cliente.
- Gestão participativa, decisão colegiada e trabalho em equipe.
- Ascensão profissional baseada no mérito.
- Marca como diferencial competitivo.
- Conservadorismo e proatividade na gestão de riscos.
- Comprometimento com rentabilidade, eficiência e inovação.

## **Linha do Tempo**

### **1808 a 1828**

A Europa vive mudanças aceleradas. Napoleão varre o continente com seus exércitos, derrubando monarquias e instalando repúblicas. Os ventos da mudança chegam a Portugal, forçando a família real a atravessar o oceano e buscar refúgio no Brasil. O príncipe-regente Dom João, depois Dom João VI, chega ao Brasil em maio de 1808. Em 12 de outubro, ele determina a criação do primeiro banco no país, o Banco do Brasil.

Em 1817, o Banco do Brasil realiza a primeira oferta pública de ações do mercado de capitais brasileiro. Em 1819, a primeira Bolsa brasileira, na cidade do Rio de Janeiro, é construída com financiamento do Banco do Brasil. Com a volta da D. João a Portugal e o saque dos recursos depositados no Banco, chegou, em 1833, ao fim a primeira fase do Banco do Brasil.

### **1829 a 1848**

O Brasil dá seus primeiros passos como nação independente, tendo de lutar contra vários problemas econômicos. A forte queda dos preços internacionais do açúcar devido à concorrência dos países do Caribe afeta a economia.

Politicamente, o novo Império tem de garantir a unidade nacional, ameaçada por movimentos separatistas regionais. Nesse período de grande agitação e fortes desafios, o comerciante Inácio Rattton funda o Banco Comercial do Rio de Janeiro, em 1838.

### **1849 a 1868**

No Segundo Império o Brasil começou a desfrutar da prosperidade do café. Irineu Evangelista de Souza, um empresário gaúcho, lançou as fundações de várias indústrias nacionais. Entre suas iniciativas está a criação de uma nova instituição financeira, denominada Banco do Brasil, em 1851. Dois anos depois, na primeira fusão bancária da história brasileira, o Banco do Brasil, de Mauá, funde-se com o Banco Comercial do Rio de Janeiro.

Esse período seria rico e próspero para o Banco do Brasil. Em 1854, já mostrando preocupação em recrutar e formar os melhores quadros, o banco cria o primeiro concurso público para recrutar escriturários. Em 1863, o Banco do Brasil torna-se o único emissor de moeda do território nacional. E em setembro do ano seguinte o banco enfrenta sua primeira crise: a quebra da casa bancária A. J. Alves Souto, maior instituição financeira privada do Brasil. A quebra da Alves Souto foi tão séria que chegou a afetar o mercado em Londres, mas foi superada pelo Banco do Brasil.

### **1869 a 1888**

Em 1866, o Banco do Brasil deixaria de emitir moeda, atribuição repassada à Casa da Moeda, e passa a ser o principal captador de depósitos e fornecedor de empréstimos do Brasil. O Banco passa descontar títulos e a fornecer empréstimos garantidos por hipotecas. As mudanças na economia brasileira não passam despercebidas. Ao lado da forte expansão da economia cafeeira, o Brasil começa a dar seus tímidos passos no caminho da industrialização.

A Abolição da escravatura provocaria mudanças profundas na economia. Os escravos seriam substituídos por trabalhadores assalariados, aumentando muito a circulação de dinheiro e a necessidade de moeda. Com a Abolição, o Banco do Brasil começa a financiar a substituição da mão de obra escrava pelos imigrantes europeus e a produção agropecuária.

### **1889 a 1908**

A Abolição seria o início de um movimento que culminaria com a Proclamação da República. O novo governo democrático criaria várias instituições, uma delas o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Quatro anos após a Proclamação, em 1893, ele seria fundido com o Banco do Brasil, criando o Banco da República do Brasil.

Em 1905 a República desapareceria. Não do governo, mas do nome do Banco, que voltaria a ser apenas Banco do Brasil. A União Federal assume o controle acionário e administrativo da instituição, que mantém até hoje. No ano seguinte, em 1906, o Banco do Brasil daria mais um passo decisivo em sua história e lançaria ações na Bolsa de Valores. Mais de um século depois, as ações do Banco ainda estão entre as mais negociadas do pregão.

### **1909 a 1928**

Os primeiros anos do Século XX seriam uma época de desafios para o Brasil. Ao lado de um rápido crescimento da população pela imigração e da expansão da indústria, especialmente durante e depois da Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, a economia tem de lidar com as deficiências da infra-estrutura, a baixa arrecadação do governo, a ausência de capital para investir e as flutuações nos preços internacionais do café.

O Banco do Brasil teria uma participação ativa nesse período, captando as poupanças do público e financiando o desenvolvimento econômico. Em 1926, o prédio da Bolsa do Rio, financiado pelo banco, torna-se sua nova sede. Hoje, o prédio é o Centro Cultural do Banco do Brasil, na Rua Primeiro de Março, no centro do Rio de Janeiro.

### **1929 a 1948**

A crise de 1929 provocaria fortes mudanças políticas em todo o mundo. Na Europa, a ascensão dos regimes ditatoriais e, no Brasil, o governo de Getúlio Vargas. Em 1937, o Banco do Brasil começa a captar recursos da previdência privada. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial vende bônus e letras hipotecárias no mercado de capitais e junto aos Institutos de Aposentadorias e Pensões. Em 1941, pouco antes da entrada do Brasil na Guerra, o Banco inicia sua expansão internacional e inaugura a primeira agência no exterior em Assunção, Paraguai.

A Segunda Guerra Mundial, que contou com a participação dos pracinhas na Itália, abriria novas oportunidades para a economia brasileira. O Banco do Brasil vai à guerra, e acompanha as tropas brasileiras, abrindo escritórios em Roma, Nápoles e Piemonte em 1944. No ano seguinte, o fim da Guerra e a redemocratização brasileira trazem mudanças bancárias. É criada a Sumoc - Superintendência da Moeda e do Crédito, visando exercer o controle da moeda e preparar a organização de um banco central.

## **1949 a 1968**

Os anos 50 e 60 foram de muita agitação. O Brasil cresce velozmente, com a implantação da indústria automobilística e a interiorização da economia. O governo Juscelino Kubitschek inaugura a nova capital, Brasília, no dia 21 de abril de 1960. Nessa data, a sede do Banco é transferida para o Planalto Central.

A Revolução de 1964 muda profundamente a economia. A Lei da Reforma Bancária extingue a Sumoc e cria o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional. O Banco do Brasil deixa de ser responsável pelo controle da moeda, atribuição que seria transferida ao Banco Central. Em 1967, o Banco do Brasil passa a dedicar energias ao mercado internacional

## **1969 a 1988**

Anos de crescimento econômico e forte movimentação política, a década de 70 foi um período de grande evolução do Banco do Brasil. Em 1968, o Banco cria o Cheque Ouro, o mais antigo cheque especial do mercado, um enorme sucesso de público. Também foi um período de expansão geográfica do Banco do Brasil. Em 1976, o BB inaugurou sua milésima agência na cidade de Barra dos Bugres, em Mato Grosso.

Os anos 80 trariam crise econômica e abertura política. Em 1985, o Banco do Brasil cria a Fundação Banco do Brasil. No ano seguinte, o BB torna-se uma instituição financeira completa, passando a atuar em todos os segmentos do mercado financeiro. Os lançamentos se aceleram. Em 1987, o BB diversifica o varejo e lança o Ourocard, primeiro cartão de múltiplo uso do mercado brasileiro.

## **1989 a 1999**

Os anos 90 seriam um período de grandes desafios. Além da redemocratização, com a realização de eleições diretas, o Brasil começa a domar a persistente inflação que desorganizava a economia. A participação do Banco do Brasil nesse processo seria importantíssima. Em 1994, com a introdução do Real, o BB realizou a maior troca física de moeda já realizada no mundo, substituindo todo o meio circulante no Brasil.

As mudanças também chegam à estrutura do Banco, que reestrutura sua administração para se adaptar à queda da inflação. Em 1995, o BB lança do PDV – Programa de Desligamento Voluntário – e investe pesado na modernização. Em 1996, o Banco saneia suas finanças e recebeu aporte de capital de R\$ 8 bilhões.

Além de sanear suas finanças, o banco investe em tecnologia. Em 1998, o Banco

do Brasil torna-se o primeiro banco a obter o certificado ISO 9002 em análise de crédito e inaugura seu Centro Tecnológico, um dos mais modernos e bem equipados do mundo.

## **2000 a 2008**

O Banco do Brasil chega ao terceiro milênio com os desafios da tecnologia e da globalização do mercado. No ano 2000, o BB lança o portal bb.com.br, torna-se líder em quantidade de usuários de internet banking e é o primeiro banco a lançar o autoatendimento personalizado.

O Banco também se firma como um participante importante do mercado de ações. Em 2002, o Banco converte suas ações preferências em ordinárias. Em 2006, as ações do BB completam 100 anos de listagem em bolsa de valores e o Banco adere ao Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Para aumentar a quantidade de ações livres no mercado, o Banco realiza duas ofertas públicas de ações: uma em 2006 e outra em 2007. Com isso, o free float do Banco sai de 6,8% em 2004 para 21,5% em 2008 e a participação dos estrangeiros vai a 11,3% em 2008.

Em 2008, o Banco consolida-se como uma das maiores instituições financeiras da América Latina e incorpora o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) e o Banco do Estado do Piauí (Bep) e adquire uma participação acionária no Banco Nossa Caixa. Já em 2009, o BB adquire 50% das ações do Banco Votorantim.



## Mensagem da Administração (GRI 1.1)



**Senhoras e Senhores,**

Tenho a satisfação de compartilhar com vocês o excelente resultado conquistado pelo Banco do Brasil em 2008. Com lucro líquido recorde de R\$ 8,8 bilhões, que resultou em um retorno sobre o patrimônio líquido de 32,5%, o Banco do Brasil distribuiu R\$ 3,5 bilhões a título de remuneração aos seus acionistas, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, mantendo *payout* de 40%. **(GRI EC1)**

Vale lembrar que esse desempenho excepcional foi alcançado de maneira sustentável, buscando alinhar resultados econômicos com uma atuação socioambiental correta. Adicione-se uma política firme de governança corporativa e de gestão de riscos, que nos possibilitou manter um bom resultado em meio às turbulências pelas quais o mercado passa. Com isso, o Banco do Brasil foi classificado como grau de investimento pelas agências de risco Fitch Ratings e Standard & Poor's. **(GRI 1.2, 4.8)**

O ano de 2008, contudo, não foi fácil. O período foi marcado pela evolução da mais grave crise financeira nos países desenvolvidos desde a década de 30, com perdas sem precedentes nos mercados financeiros, restrição ao crédito, falta de liquidez, maior aversão ao risco e, em um segundo momento, deterioração das perspectivas de crescimento da economia mundial.

No Brasil, observou-se uma restrição no fluxo de recursos externos e no crédito, bem como uma redução do ritmo da atividade econômica. Todavia, a preservação dos pilares macroeconômicos e a melhora dos fundamentos internos são aspectos que tornam a economia brasileira mais resiliente, embora não necessariamente imune, aos potenciais impactos das turbulências externas.

Apesar da crise financeira e dos sinais de recessão em algumas economias, mantivemos nossa aposta na expansão dos negócios com o segmento de varejo, desenvolvendo a oferta de novos produtos de crédito, captação e seguridade customizados, e em especial nos negócios com clientes não correntistas. Crédito consignado, financiamento a veículos, crédito imobiliário e cartões têm um importante papel nessa estratégia de crescimento. **(GRI 1.1, 1.2)**

Reforçamos nossa estratégia de crescimento com a incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina e com a aquisição do Banco do Estado do Piauí e do Banco Nossa Caixa. Firmamos, ainda, parceria estratégica com o Banco Votorantim para ampliar nossa participação no financiamento ao consumo e fortalecer nossa atuação nos segmentos de *corporate banking* e de mercado de capitais. **(GRI 1.2, S01)**

Além disso, as aquisições e as incorporações realizadas ampliaram nossa atuação no setor público. Hoje somos o agente financeiro de 14 estados e, entre outros serviços, processamos as folhas de pagamento, importante instrumento de fidelização e retenção de clientes. **(GRI 1.2)**

Adquirimos, também, as ações da Aliança do Brasil que não estavam em nosso poder. Essa estratégia nos permitiu implantar um novo modelo de governança corporativa na Companhia e adequar o portfólio de produtos às necessidades de nossos clientes.

Para alcançar esses objetivos, contamos, ainda, com acesso a uma ampla base de captação, a maior rede de atendimento no Brasil, 47,9 milhões de clientes, tecnologia de ponta, funcionários qualificados e o compromisso com o desenvolvimento do País. **(GRI 1.2, 2.8)**

Acreditamos que 2009 será um ano desafiador e difícil para o sistema financeiro global. Esperamos que a economia brasileira mantenha seu ciclo de crescimento em 2009, embora em patamares inferiores aos observados em 2008. Nesse cenário, acreditamos haver espaço para a expansão dos negócios e, conseqüentemente, dos resultados do BB. Estamos preparados para enfrentar os desafios e transformar as dificuldades em oportunidades, mantendo nossos bons resultados e gerando valor para nossos acionistas e para a sociedade.

#### **Bernard Appy**

Presidente do Conselho de Administração

#### **Currículo - Bernard Appy**

Presidente do Conselho de Administração, representante da União, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, é Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. Economista e professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Atuária da PUC-SP. Foi consultor econômico e exerceu várias atividades docentes, inclusive como pesquisador.

## Mensagem do Presidente (GRI 1.2, 2.8, S01)



**Prezados acionistas, clientes, funcionários e demais parceiros,**

2008 foi um ano muito especial para nós, pois marcou a celebração dos 200 anos da fundação do Banco do Brasil. Para celebrar essa data, oferecemos oito desafios para nossos colegas funcionários que, com grande entusiasmo e dedicação, conseguiram atingi-los e permitem-nos apresentar, hoje, um

resultado histórico, com desempenho de destaque em diferentes linhas de negócios do Banco.

Com foco na sustentabilidade, por meio de uma gestão de riscos conservadora e da adoção das melhores práticas de governança corporativa, pudemos brindar os 200 anos do Banco do Brasil com um lucro líquido recorde de R\$ 8,8 bilhões, 74,0% superior ao registrado no ano anterior.

Os ativos ultrapassaram os R\$ 521 bilhões e a carteira de crédito cresceu 39,8%, somando mais de R\$ 224 bilhões. Neste ponto, é importante ressaltar a contribuição do crédito concedido a pessoas físicas que, no Banco do Brasil, cresceu mais de 52% em 2008, atingindo R\$ 49 bilhões.

Destaque ainda para as parcerias com varejistas, operadoras de telefonia e outras empresas para concessão de crédito, emissão de cartões de crédito e oferta de produtos bancários e de seguridade. Essas parceiras já emitiram mais de 1,9 milhão de cartões de crédito.

Somos o Banco que mais capta recursos no mercado brasileiro, com R\$ 271 bilhões em depósitos. Apenas as captações em CDB alcançaram R\$ 73 bilhões em 2008 e nossas captações totais somaram R\$ 362 bilhões, resultado da confiança dos nossos mais de 47,9 milhões de clientes na marca Banco do Brasil.

Por outro lado, 2008 também foi um ano conturbado para o setor financeiro e trouxe desafios ainda maiores do que aqueles colocados para celebrar os 200 anos do Banco do Brasil. Desde setembro de 2008, estamos enfrentando uma profunda crise no sistema financeiro mundial, com restrição do crédito e empobrecimento da liquidez. Nesse ambiente hostil e em processo de consolidação, reposicionamos o Banco do Brasil e focamos sua expansão não só de forma orgânica, mas também por meio de aquisições, incorporações e parcerias para manter sua competitividade e garantir seu crescimento.

No atendimento às empresas, mantivemos as linhas de crédito abertas durante o período mais conturbado da crise financeira. Nossa carteira de crédito às empresas cresceu 48% e atingiu R\$ 97 bilhões. Destaco ainda o desempenho do BB no financiamento a investimentos. Somos o banco que mais realiza repasses do BNDES/Finame e encerramos o ano com R\$ 9 bilhões em desembolsos.

A ampla oferta de crédito não significou, contudo, liberalização das premissas que norteiam nossa política para a avaliação do risco e a concessão do crédito. Ao final do ano, apesar da relativa estabilidade na inadimplência da nossa carteira de crédito, que ficou em 2,4% -- abaixo da do sistema financeiro --, aumentamos nossas provisões para fazer frente ao aumento no risco de crédito, face a um ambiente mais arriscado e incerto, e para proteger a rentabilidade e a qualidade dessa carteira no futuro.

Sabemos que 2009 trará muitas ameaças para o setor financeiro mundial. Todavia, trabalharemos firmemente para transformar essas ameaças em oportunidades para o Banco do Brasil. Buscaremos manter o resultado obtido em 2008, mesmo num cenário de menor expansão do crédito e aumento da inadimplência. Acreditamos que as metas traçadas para 2009, que se encontram detalhadas no capítulo “Estratégia e Perspectivas”, permitirão ao Banco do Brasil manter sua posição de destaque no setor financeiro.

Para atingir essas metas, pautamos nossas decisões pela ética e pela ação sustentável, tanto no âmbito da rentabilidade dos negócios como na geração de renda e no desenvolvimento social das comunidades, para diminuição das desigualdades sociais. Temos uma longa história e importante participação no desenvolvimento social do País, no financiamento das empresas, do agronegócio e do comércio exterior brasileiros. Também estamos atentos aos riscos e às oportunidades relacionados às mudanças climáticas e aos efeitos oriundos dos nossos negócios.

Nesse sentido, estabelecemos metas ambientais, adotamos uma Agenda 21, que pauta todas as decisões da Empresa pela ótica da responsabilidade socioambiental, e possuímos um Código de Ética que norteia o relacionamento com nossos públicos. Reafirmamos, ainda, por ocasião da celebração dos 60 anos

da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nosso apoio às iniciativas que protegem os direitos essenciais de todos os cidadãos e a própria Declaração.

Por fim, conquistamos, pelo 18<sup>o</sup> ano consecutivo, o prêmio *Top of Mind*, por sermos a marca mais lembrada dentre as instituições financeiras do País.

Diante de tantas vitórias obtidas em 2008, agradecemos a confiança de nossos clientes e acionistas, assim como a dedicação e o empenho dos funcionários que permitiram que celebrássemos os 200 anos do nosso Banco do Brasil com toda a pompa e circunstância que ele merece. Afinal, o Banco, além de ser um dos mais importantes conglomerados financeiros da América Latina, é DO BRASIL!!!

#### **Antonio Francisco de Lima Neto**

Presidente Executivo e Vice-Presidente do Conselho de Administração

#### **Currículo - Antonio Francisco de Lima Neto**

Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente do Banco do Brasil. No BB desde 1979, foi vice-presidente de Varejo e Distribuição, Vice-Presidente interino de Negócios Internacionais e Atacado e Diretor da área Comercial. Ocupou os cargos de Diretor-Gerente da BB Leasing S.A., conselheiro da BB Securities Ltd. e diretor Regional da Associação Brasileira das Empresas de Leasing. Graduado em Ciências Econômicas com MBA em formação Geral para Altos Executivos e em Marketing.



## Estratégia e Perspectivas (GRI 1.1, 1.2)

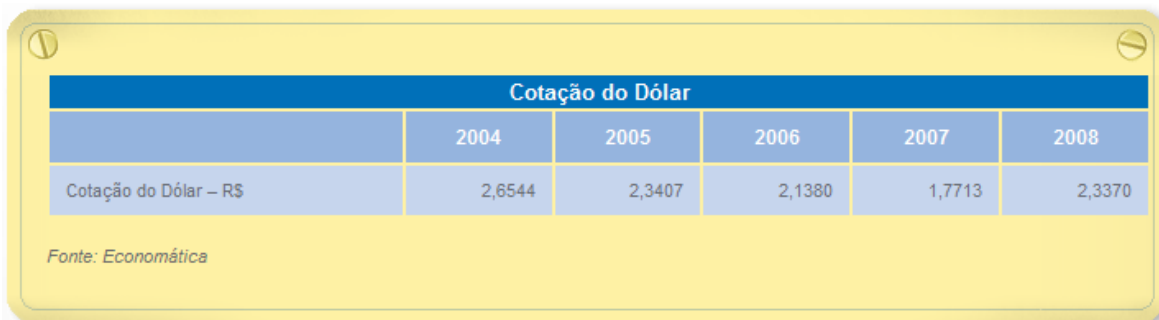
### Cenário macroeconômico

O ano de 2008 foi marcado pela evolução da mais grave crise financeira nos países desenvolvidos desde a década de 30. As turbulências, cujas raízes se encontram no mercado imobiliário americano, provocaram perdas sem precedentes nos mercados globais. Essa conjuntura prejudicou o mercado internacional de crédito, contraiu a liquidez, elevou a aversão ao risco e, num segundo momento, reduziu muito as perspectivas de crescimento da economia mundial. A desaceleração é confirmada pelos sinais de recessão nas economias desenvolvidas.

No Brasil, os principais impactos da crise foram a restrição ao fluxo de recursos externos e ao crédito e a redução do ritmo da atividade econômica. No entanto, a preservação dos pilares macroeconômicos torna a economia brasileira mais resiliente, embora não necessariamente imune, aos impactos potenciais das turbulências externas.

Apesar do cenário desfavorável, em abril de 2008 as agências de avaliação de risco Standard & Poor's e Fitch Ratings elevaram a classificação de risco do Brasil para grau de investimento. As agências destacaram as bases macroeconômicas sólidas que sustentam as políticas econômico-financeiras do governo.

No mercado de câmbio, o dólar valorizou-se perante o real, especialmente durante o segundo semestre, devido à crescente saída de capital estrangeiro e à maior aversão ao risco. Segundo dados do Banco Central, em 2008, pela primeira vez, desde 2002, o fluxo de capital externo ficou negativo (US\$ 983 milhões).

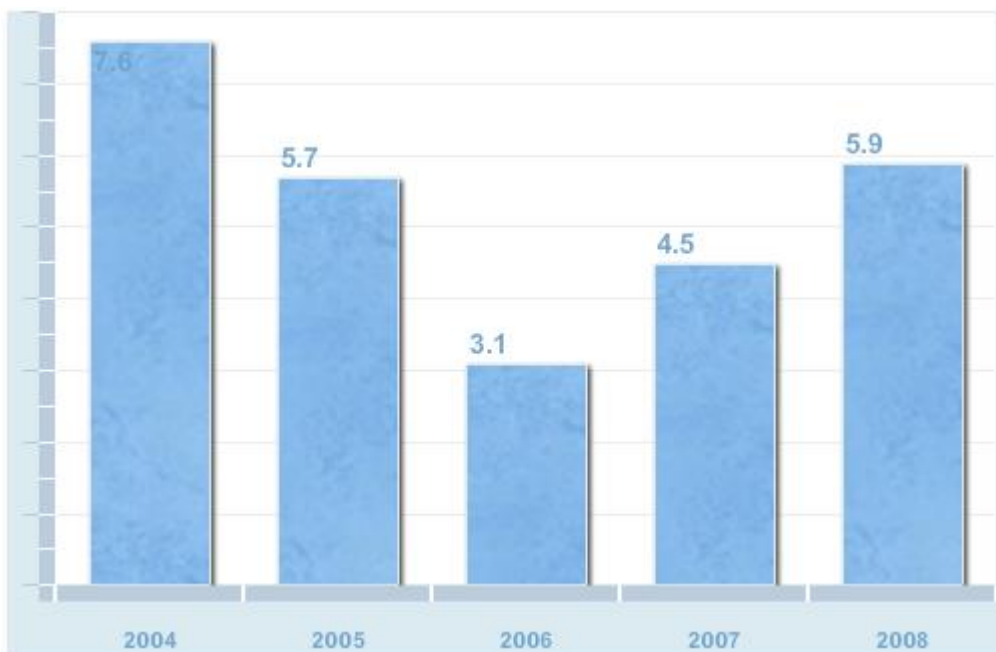


Cotação do Dólar					
	2004	2005	2006	2007	2008
Cotação do Dólar – R\$	2,6544	2,3407	2,1380	1,7713	2,3370

Fonte: Economática

A inflação de 2008 medida pelo IPCA foi de 5,9%, a maior alta desde 2004. O item que mais pesou no índice foi o preço dos alimentos, principalmente no primeiro semestre do ano. Apesar de superior a 2007, a inflação permaneceu abaixo do teto da meta de 6,5%, já considerado o desvio estabelecido pelo Banco Central.

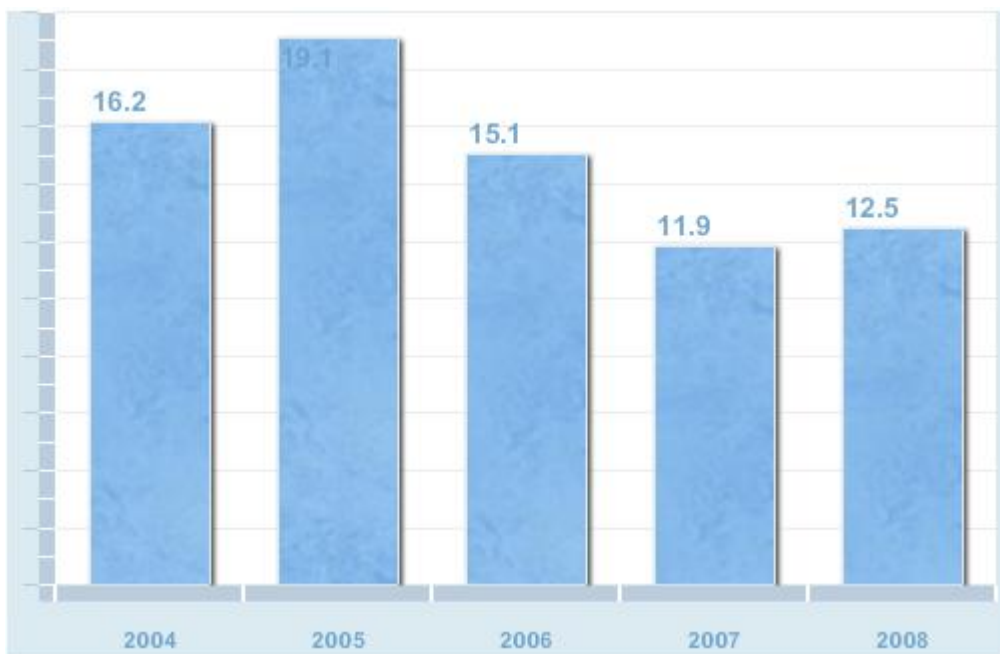
## Inflação IPCA (%)



Fonte: IBGE

Após sucessivas reduções da taxa Selic durante o ano, o Banco Central foi compelido a elevá-la para 13,75% a.a. A pausa no ciclo de flexibilização da política monetária foi uma resposta às turbulências externas para ajudar na estabilização da economia brasileira.

## Taxa média Selic %



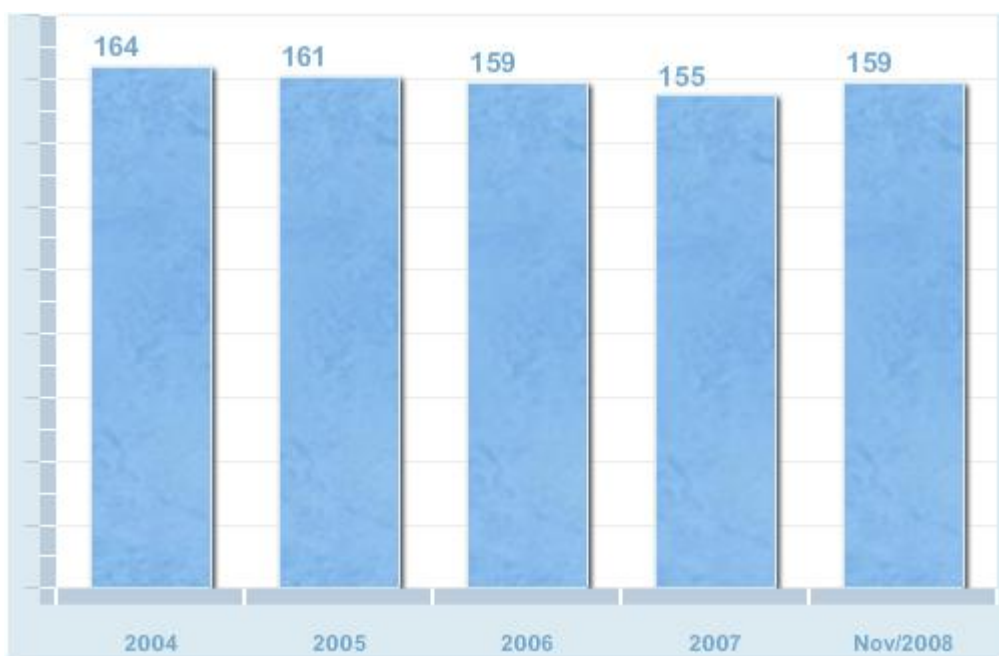
Fonte: Economática

O PIB cresceu 5,7% até setembro de 2008. A expectativa é que o PIB mantenha a trajetória de crescimento no quarto trimestre, mas em ritmo inferior ao dos trimestres anteriores, devido à crise financeira internacional e à retração já observada nas economias desenvolvidas.

## Cenário Setorial

O cenário internacional e os problemas de liquidez afetaram o setor financeiro brasileiro, em especial os bancos pequenos e médios. Os grandes bancos foram às compras e, em 2008, intensificou-se o movimento de consolidação do sistema financeiro brasileiro.

## Número de Bancos



Fonte: Banco Central – Bancos Múltiplos, Comerciais e Caixa Econômica. Nov/2008

## Número de Agências



Fonte: Banco Central

Outro reflexo da crise internacional foi o aumento do custo de captação. Apesar dessa elevação, o mercado de crédito seguiu apresentando bom desempenho e os indicadores do nível de atividade só mostraram sinais de arrefecimento no fim

do ano.

A rentabilidade do Sistema Financeiro Nacional diminuiu, mas o setor permaneceu lucrativo.

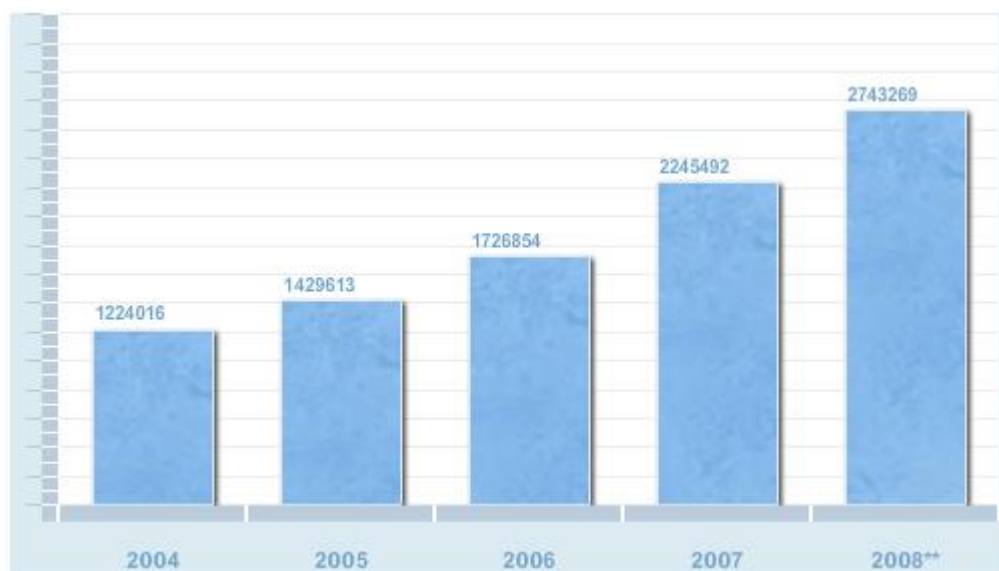
### Lucro Líquido R\$ milhões



Fonte: Banco Central – 50 maiores bancos

\*\*Até set/08

### Ativos Totais R\$ milhões



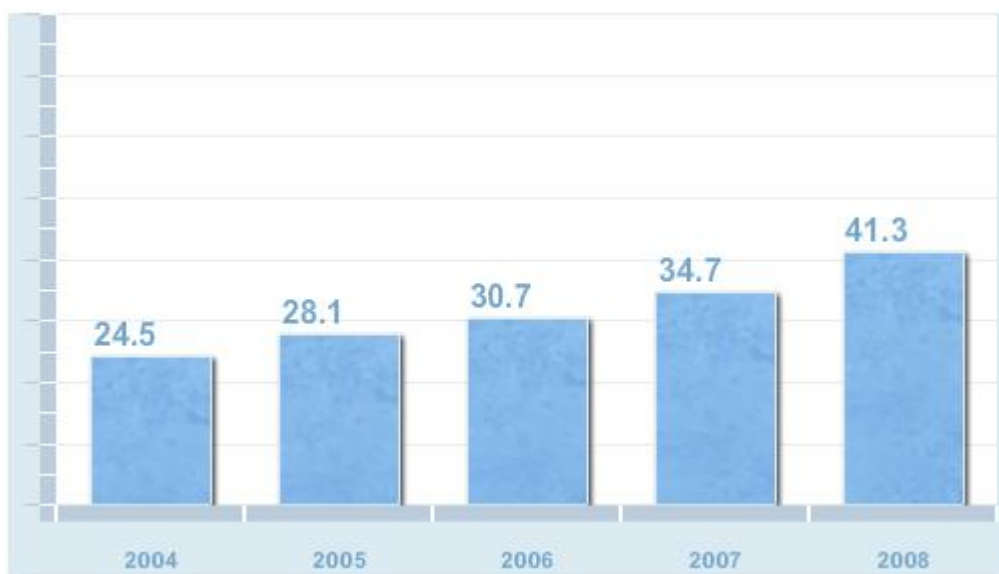
Fonte: Banco Central – 50 maiores bancos

\*\*Set/08



Apesar da retração do crédito em várias economias, os empréstimos no Brasil cresceram 31,1% no ano, alcançando 41,3% do PIB. O crédito à pessoa física cresceu 23,9%, com destaque para o financiamento imobiliário (ampliação de 38% no ano) e para o crédito pessoal, que respondeu por 46,4% da carteira de pessoa física. O crédito às empresas registrou expansão de 39,2%.

### Participação do Crédito no PIB (%)

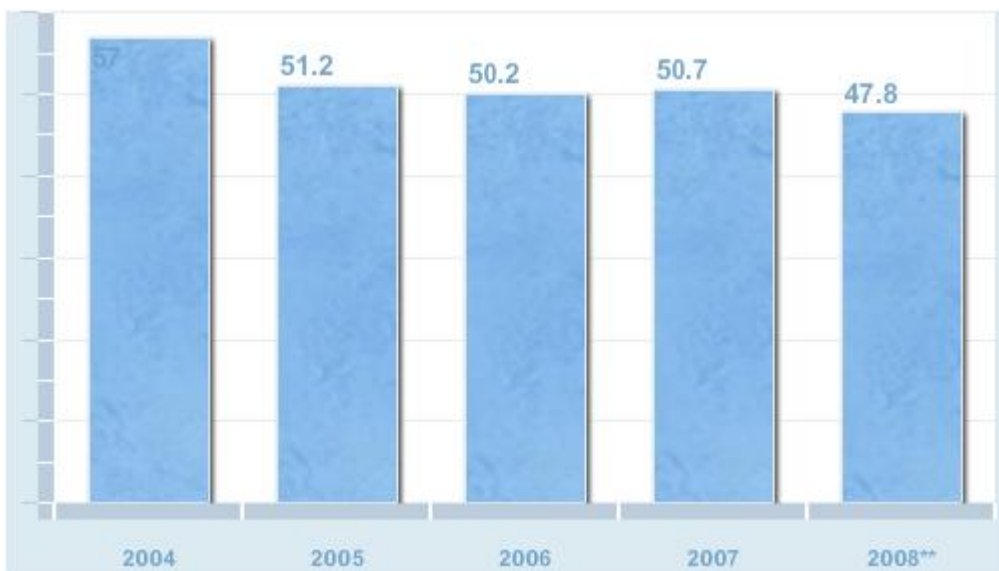


Fonte: Banco Central

O setor manteve a busca por mais eficiência, investindo em automação e na melhoria de processos operacionais, para reduzir os custos administrativos.

O índice de eficiência, que indica o percentual das receitas operacionais que são consumidas pelas despesas administrativas, atingiu 47,8% em 2008. Isso demonstra os esforços dos maiores bancos do Sistema Financeiro para melhorar a eficiência operacional.

### Índice de Eficiência do Sistema Financeiro Nacional - %

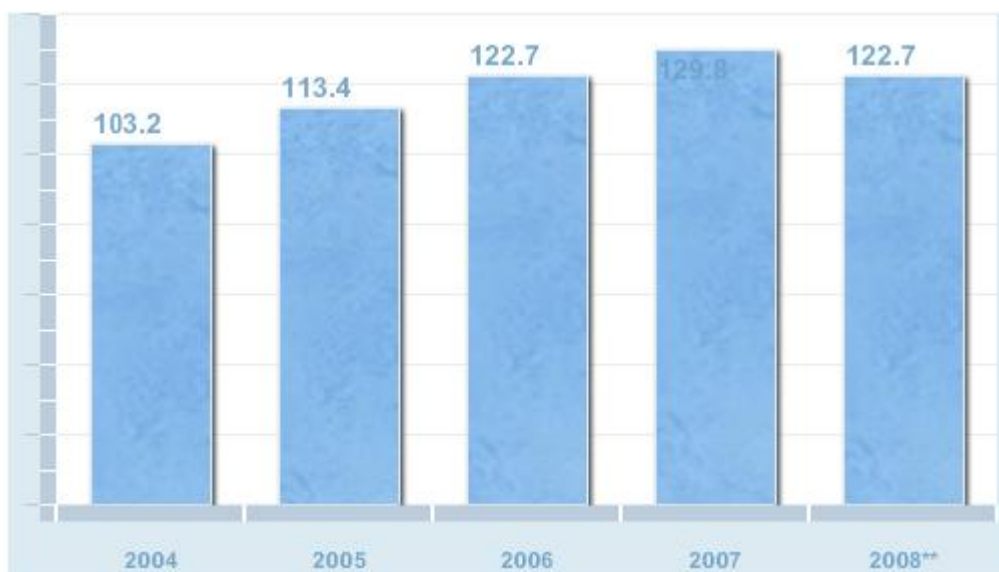


Fonte: Banco Central – 50 maiores bancos

\*\*Set/08

O Índice de Cobertura das Despesas de Pessoal, que mede o percentual de cobertura das despesas de pessoal em relação às receitas obtidas com a prestação de serviços, chegou a 122,7% em 2008, ante 127,4% em 2007.

### Índice de Cobertura do Sistema Financeiro Nacional



Fonte: Banco Central – 50 maiores bancos

\*\*Set/08

## O Banco do Brasil

O BB iniciou o ano focado em não apenas manter sua posição de destaque na indústria bancária nacional como também conquistar novos mercados. No decorrer do ano, devido às mudanças no cenário econômico-financeiro e ao movimento de concentração do sistema financeiro, foi necessário rever essas estratégias para fortalecer a posição do Banco como um dos principais conglomerados financeiros da América Latina. Segue um sumário dos objetivos propostos para 2008 e dos resultados alcançados ao longo do ano.

Objetivos apresentados no Relatório Anual 2007	Resultado alcançado em 2008
Excelência no atendimento	O BB foi a instituição financeira com o menor número de reclamações no Banco Central, entre os bancos com mais de 1 milhão de correntistas.
Liderança no mercado varejo	O BB possui a maior base de clientes do mercado: 43,7 milhões, dos quais 24,9 milhões são correntistas.
Liderança em crédito	Superando o mercado em taxa de crescimento, a carteira de crédito do Banco atingiu R\$ 224,6 bilhões em 2008.
Liderança em gestão de ativos	Com uma carteira de R\$ 246,3 bilhões, a BB DTVM é a maior administradora de recursos de terceiros no Brasil.
Ser o melhor banco para trabalhar	O BB melhorou sua percepção perante os funcionários, mas não conseguiu atingir o objetivo estabelecido.
Melhora na eficiência operacional	O índice de eficiência operacional ficou em 41,9%, sem os efeitos das incorporações (BESC e BEP).
Liderança em meios de pagamento	Com oferta de cartões múltiplas funções – um único cartão realiza as funções de débito, crédito e pode armazenar certificados digitais –, o BB encerrou o ano com 76,6 milhões de cartões emitidos.
Promover o desenvolvimento sustentável	Seguindo uma estratégia negocial de desenvolvimento sustentável, o Banco concedeu R\$ 4 bilhões em crédito, beneficiando mais de 1,2 milhão de famílias em 4,8 mil municípios. O BB lançou serviços bancários socioambientais e investiu R\$ 54,2 milhões nas ações da Fundação Banco do Brasil.
Ampliar os negócios com o setor público e seus servidores	O BB é o agente financeiro de 14 estados, além de processar a folha de pagamento de 5,2 milhões de servidores públicos.
Ampliar a atuação em mercado de capitais	O BB fortaleceu sua área de mercado de capitais e melhorou sua posição no ranking Anbid de originação de operações, tanto de renda fixa quanto de renda variável.
Expandir a carteira própria de	O BB intensificou a oferta de crédito imobiliário e, desde julho,

crédito imobiliário	opera com recursos do Sistema Financeiro de Habitação. A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$ 80 milhões.
Expandir e fortalecer operações no exterior	Com o estabelecimento de parcerias com revendas de veículos, a carteira de financiamento de veículos somou R\$ 6,7 bilhões no fim de 2008.
Expandir e fortalecer operações no exterior	O BB iniciou trabalhos para estabelecimento de operações de varejo nos Estados Unidos e fortalecimento de sua presença na Europa e na América Latina, além de lançar produtos e serviços para comercialização exclusiva nas agências do exterior.
Lançar produtos de seguridade e cartões para públicos específicos	O BB lançou seguros e cartões para atender nichos de mercado, como seguro veículos para o caminhoneiro e para a mulher e cartão para beneficiários do INSS.
Participar do índice Dow Jones de Sustentabilidade	O Banco não conseguiu ser listado no índice, mas o objetivo foi mantido para 2009.

Para cumprir esses objetivos, o BB investiu R\$ 1,1 bilhão, distribuídos em tecnologia da informação (R\$ 590,8 milhões), equipamentos (R\$ 131,9 milhões) e reformas e construções de imóveis (R\$ 425,6 milhões).

O Banco do Brasil lançou produtos e serviços para segmentos e públicos específicos, visando atender melhor às necessidades dos clientes. O BB oferece amplo portfólio de linhas de crédito e possui uma área especializada em estruturar operações customizadas, além de desenvolver produtos de vanguarda. O BB é o único banco que oferece a seus clientes um cartão com múltiplas funções (crédito, débito e armazenador de certificados digitais).

O BB também é referência em tecnologia bancária. Foi o primeiro banco a lançar tecnologia de *mobile payment*, além de investir para ampliar os serviços oferecidos via autoatendimento, proporcionando liberdade aos clientes e reduzindo custos das operações bancárias, o que também beneficia os clientes.

A regulamentação da cobrança de tarifas bancárias e sua divulgação em um padrão único, definido pelo Banco Central, comprovaram que o Banco do Brasil pratica tarifas entre as mais baixas do mercado.

Seguindo a estratégia de ampliar a base de clientes e a rede de atendimento, além de fortalecer a presença institucional para ampliar e expandir os negócios, o Banco do Brasil dedicou-se ao crescimento orgânico e também incorporou e adquiriu outros bancos. O BB incorporou o Banco do Estado de Santa Catarina e o Banco do Estado do Piauí, adquiriu a participação acionária do Estado de São Paulo no Banco Nossa Caixa e 50% das ações do Banco Votorantim, no início de 2009.

O BB adquiriu, também, a totalidade das ações da Aliança do Brasil. Essa estratégia permitiu que fosse implantado novo modelo de governança corporativa na companhia e que o portfólio de produtos fosse adequado às necessidades do Banco.

O BB nunca perdeu de vista seus compromissos com a sustentabilidade, com boas práticas de governança corporativa e com a ética. O BB lançou, em 2007, sua Agenda 21, documento estratégico que contém os compromissos assumidos pela administração para o desenvolvimento sustentável. Esses compromissos norteiam as decisões da Empresa em todas as esferas e níveis decisórios. Além dos compromissos socioambientais, o Banco adota um Código de Ética na condução de seus negócios e no relacionamento com seus públicos. **(GRI 4.8)**

Na questão ambiental, o Banco do Brasil estabeleceu como desafio para 2009 realizar o inventário de gases causadores do efeito estufa. Para tanto, ele aderiu ao GHG Protocol em 2008 e determinou a constituição de equipe de trabalho a fim de orientar as ações da Empresa e alinhá-las com as melhores práticas internacionais para medição e compensação dos gases emitidos.

Na esfera da responsabilidade social e como parte de seu dever de contribuir para o desenvolvimento das comunidades, o Banco do Brasil criou uma diretoria dedicada à inclusão bancária e ao atendimento à população menos favorecida. Além disso, desenvolveu a estratégia comercial de Desenvolvimento Regional Sustentável e oferece linhas de crédito específicas para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais. Isso sem contar o investimento nos projetos sociais e de geração de renda conduzidos pela Fundação Banco do Brasil.

Consciente do momento pelo qual a economia mundial passa, o Banco do Brasil acredita que 2009 será um ano de desaceleração econômica e que o crédito permanecerá restrito. Como forma de minimizar os efeitos da crise na economia doméstica, o Banco Central deverá reduzir as taxas de juros. No setor financeiro, essa dinâmica deverá implicar redução da rentabilidade dos bancos.

O Banco do Brasil, preparando-se para esse novo ambiente concorrencial, realizou aquisições e incorporações que lhe permitem se manter no mercado financeiro em condições semelhantes à dos principais concorrentes. Esse movimento possibilitará o fortalecimento do financiamento ao consumo e da atuação do Banco em mercados como *corporate banking* e de capitais.

A integração dos bancos adquiridos e incorporados permitirá ganho de escala e uma melhor exploração das potencialidades das instituições, resultando em ganhos de sinergia para o Conglomerado.

Em relação ao agronegócio, as operações de crédito, em especial aquelas para financiamento ao custeio, são formalizadas mediante contratação de seguros rurais ou outros meios que garantem o pagamento dos financiamentos assumidos pelos produtores rurais.

Vale lembrar que o cenário para o setor agroindustrial do Brasil é muito diferente dos demais países, em especial aqueles de economia mais desenvolvida. O País consome grande parte de sua produção agroindustrial e é esperado que diminua o ritmo de crescimento, mas não entre em recessão.

Mantendo uma postura conservadora na gestão de riscos, o Banco do Brasil elevou o estoque de provisões para risco de crédito para patamar superior ao exigido pelos órgãos reguladores, apesar da boa qualidade de seus ativos.

Entendendo que suas diferenças fazem a diferença, o Banco do Brasil reforça nas metas definidas para 2009 um conceito que sempre guiou seus negócios: a sustentabilidade.

### **Objetivos para 2009 (GRI 1.2)**

- Ser referência em desempenho e negócios sustentáveis
- Ampliar participação de mercado em crédito
- Ampliar a participação no mercado de capitais
- Ampliar a capacidade de distribuição de produtos e serviços
- Aprimorar o modelo de gestão de clientes e gestão integrada de canais de varejo
- Fortalecer a atuação em cadeias de valor, cooperativismo e associativismo
- Ampliar a atuação internacional
- Desenvolver e aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento
- Desenvolver as competências profissionais dos funcionários
- Participar do índice *Dow Jones* de Sustentabilidade

### **Investimentos Estratégicos**

#### **Banco do Estado do Piauí – BEP**

A incorporação do BEP permitiu que o Banco do Brasil incrementasse sua presença no Estado do Piauí e consolidasse sua posição de liderança. Com o negócio, o Banco passa a ser o agente financeiro do Estado do Piauí e estabelece uma posição de destaque no relacionamento com os servidores do Estado.

O pagamento da incorporação será efetivado, caso aprovada pelos órgãos reguladores, mediante troca de ações. Para tanto, o Banco emitiu 2,9 milhões de novas ações e não houve utilização do caixa para pagamento do negócio.

Com o negócio, os clientes do BEP passam a contar com a ampla rede de atendimento do Banco do Brasil, além do portfólio de produtos e serviços.

Os números do BEP já estão consolidados nos demonstrativos contábeis do Banco do Brasil.

## BEP

	R\$ mil
	Dez/08
<b>Indicadores Financeiros – R\$ milhões</b>	
<b>Ativo Total*</b>	<b>257.052</b>
Carteira de Crédito**	122.332
Pessoa Física	122
Pessoa Jurídica	48
Depósitos	128.055
<b>Indicadores Operacionais – unidade</b>	
Contas Correntes**	95.276
<b>Indicadores Estruturais – unidade</b>	
Agências**	7
Funcionários**	174

\*Posição de 28/11/2008

\*\*Posição de dez/08

## Banco do Estado de Santa Catarina – BESC

Com a aprovação pelo Banco Central, o Banco do Brasil finalizou a incorporação societária do BESC e de sua Sociedade Anônima de Crédito Imobiliário – BESCRI. O Banco mantém seus trabalhos para conclusão, ainda em 2009, da integração e da incorporação das atividades do BESC e da BESCRI.

A fim de possibilitar o negócio, o Banco emitiu 23,1 milhões de novas ações para pagamento de todos os acionistas do BESC e da BESCRI. Da mesma forma que ocorreu com a incorporação do BEP, não houve utilização de caixa, nem contabilização de ágio.

A incorporação permitiu que o Banco saísse da segunda posição para se estabelecer como o banco com maior presença no Estado, além de passar a atuar como agente financeiro do Governo.

Além do crescimento da operação do BB e dos ganhos de escala que a incorporação proporciona, o negócio permite que os antigos clientes do BESC tenham acesso à ampla gama de produtos e serviços do Banco, além dos pontos de atendimento.

Os números do BESC e da BESCRI já estão consolidados nos demonstrativos contábeis do Banco do Brasil.



## BESC

	R\$ milhões
	Dez/08
<b>Indicadores Financeiros – R\$ milhões</b>	
<b>Ativo Total*</b>	<b>6.624</b>
Carteira de Crédito**	744
Pessoa Física	580
Pessoa Jurídica	164
Patrimônio Líquido*	492
Depósitos*	5.002
<b>Indicadores Operacionais</b>	
Recursos de Terceiros – R\$ milhões	2.533
Contas Correntes** – unidade	695.372
<b>Indicadores Estruturais – unidade</b>	
Agências**	252
Funcionários**	3.160

\*Sistema BESC/BESCRI com posição de 30/09/08

\*\*Posição de dez/08

## Nossa Caixa

Com a aquisição da Nossa Caixa, o Banco do Brasil torna-se o agente financeiro do Estado de São Paulo e possibilita acesso às captações de baixo custo daquela instituição, como depósitos judiciais. Essas captações, aliadas à grande margem de alavancagem da Nossa Caixa, permitem ampliação das operações do Banco, em especial as de crédito.

Muito mais do que crescimento da operação, a aquisição da Nossa Caixa aumenta significativamente a presença do Banco do Brasil no Estado de São Paulo. Com a aquisição, o BB saiu da 4ª posição para tornar-se o banco com maior presença no Estado.

Para concretizar a operação, o Banco efetuará o pagamento em 12 parcelas e em dinheiro, pelas ações em poder do Governo do Estado de São Paulo, e realizará Oferta Pública de Aquisição de Ações para os acionistas minoritários, com *tag along* de 100%.

## Nossa Caixa

	R\$ milhões
	Dez/08
<b>Indicadores Financeiros – R\$ milhões</b>	
<b>Ativo Total</b>	<b>53.438</b>
Carteira de Crédito*	11.489
Pessoa Física	8.633
Consignado	4.482
Crédito Imobiliário	668
Pessoa Jurídica	2.856
Patrimônio Líquido	3.183
Depósitos	33.973
Poupança	10.992
Depósitos Judiciais	15.843
<b>Indicadores Operacionais</b>	
Recursos de Terceiros – R\$ milhões	27.292
Contas Correntes** – unidade	3.937
<b>Indicadores Estruturais – unidade</b>	
Agências**	559
Funcionários**	14.318

\*Posição de 28/11/2008

\*\*Posição de dez/08

## Banco Votorantim

O Banco do Brasil adquiriu 50% das ações do Banco Votorantim para constituição de parceria. Essa parceria atende aos anseios do BB de consolidar e ampliar sua atuação em mercados como o de financiamento ao consumo, em especial o de financiamento a veículos e o crédito concedido fora do ambiente bancário.

A parceria proporciona acesso a canais de distribuição alternativos, que são bem desenvolvidos no Banco Votorantim, como concessionárias, parceiros e lojas da BV Financeira, o que atende à importância estratégica de viabilizar a venda de produtos e serviços nos pontos de consumo.

Com a forte capacidade de originação de ativos e distribuição terceirizada do Banco Votorantim, e a solidez, presença nacional, ampla base de clientes, alta capacidade de captação e diversidade de produtos do Banco do Brasil, a parceria propiciará ganhos de escala e ampliação da capacidade de originação de operações de crédito.

O Banco Votorantim também tem forte atuação em outras frentes negociais, como no segmento *corporate* e no de mercado de capitais, mercados nos quais o Banco do Brasil deseja expandir seus negócios, conforme objetivos divulgados no Relatório Anual 2007. Adicionalmente, o Banco Votorantim possui uma corretora de valores que passa a complementar o portfólio BB e catalisa sobremaneira a atuação no mercado de capitais.

## Votorantim

Dez/08 <sup>(1)</sup>

---

### Indicadores Patrimoniais – R\$ milhões

Ativos	72.310
Carteira de Crédito	38.184
Depósitos	18.932
Patrimônio Líquido	6.362
Recursos de Terceiros	15.679

### Indicadores Administrativos

Funcionários (mil)	6.605
Clientes (mil)	2.727
Agências	117
Basileia	13,5

---

(1) Posição de 31/12/2008

## Desempenho dos Papéis (GRI 2.9)

O comportamento do mercado acionário brasileiro foi bastante afetado pelo cenário econômico internacional. As preocupações com a elevação da inflação mundial e com o comportamento errático nos preços internacionais do petróleo e das *commodities* somaram-se aos resultados negativos das instituições financeiras, em especial aquelas com ativos ligados ao setor hipotecário. O resultado foi uma queda expressiva nas cotações de suas ações.

Inserido nesse cenário turbulento, o Ibovespa fechou o ano aos 37.550 pontos, uma desvalorização de 41,2% em relação a 2007. Esse resultado encerra um ciclo de resultados positivos na Bolsa, em que sua rentabilidade superou bastante o retorno médio de outras aplicações financeiras. No ano, o volume total negociado foi de R\$ 242 bilhões, correspondendo à média diária de R\$ 3,9 bilhões.

As ações do Banco do Brasil (BBAS3), negociadas em todos os pregões da Bovespa, encerraram o ano cotadas a R\$ 14,68, uma desvalorização de 49,1%. O desempenho refletiu a instabilidade do mercado de capitais.

O volume médio diário negociado em 2008 pelas BBAS3 foi de R\$ 93,5 milhões, montante 54,9% superior ao volume médio negociado em 2007. As ações do Banco do Brasil são listadas nas carteiras teóricas dos principais índices da Bolsa de Valores de São Paulo: Ibovespa, IBrX50, IBrX, IGC, ISE e ITAG. No Ibovespa, principal indicador da bolsa paulista, o Banco do Brasil saiu da 18ª posição, no final de 2007 para a 11ª posição ao final de 2008 e aumentou sua participação na carteira teórica para 2,44%.

O objetivo do ITAG é medir o desempenho dos papéis de empresas que ofereçam melhores condições aos acionistas minoritários, no caso de alienação do controle. A carteira é composta pelas ações que concedem *tag along* superior a 80% nas ações ordinárias. O Banco, como participante do Novo Mercado (NM) da BOVESPA, grau mais elevado de nível de Governança Corporativa da bolsa, concede 100% de *tag along* aos acionistas minoritários.

Já o IGC mede o comportamento das ações de empresas que apresentam bons níveis de governança corporativa e são listadas no Novo Mercado ou classificadas nos Níveis 1 ou 2 de governança corporativa da Bovespa.

E o ISE reflete o desempenho das ações de empresas reconhecidamente comprometidas com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também promove boas práticas no meio empresarial brasileiro. As ações do BB fazem parte desse indicador desde sua criação, em 2006.

	2004	2005	2006	2007	2008
<b>BBAS3</b>	44,4	33,9	65,8	47,0	-49,1
<b>Bônus C</b>	157,7	146,0	124,5	94,7	-80,1
<b>Ibovespa</b>	17,8	27,8	33,0	43,7	-41,2

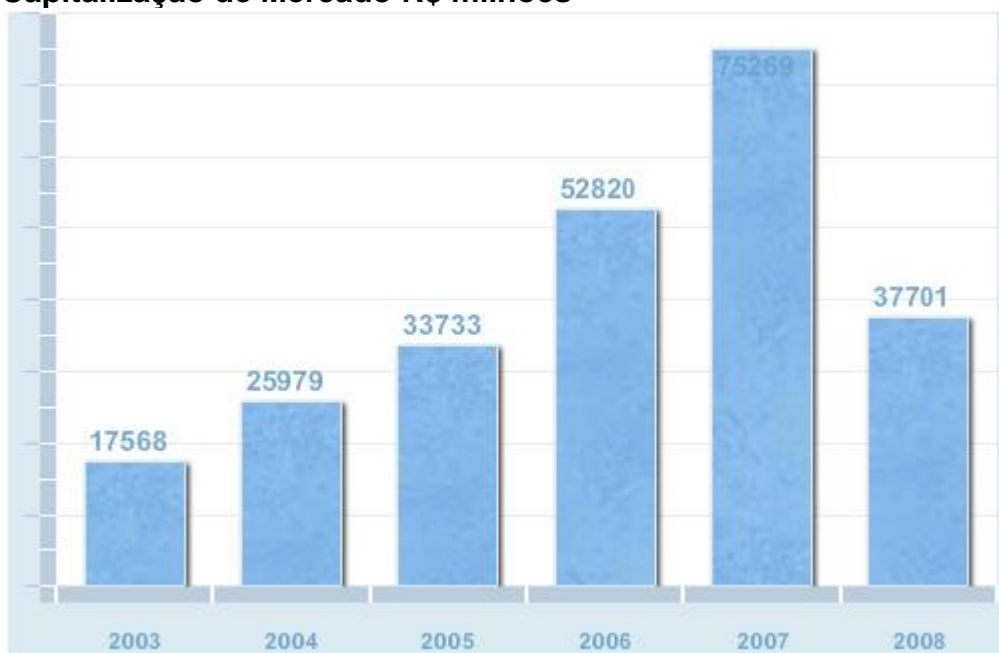
### Outros índices para comparação

	2004	2005	2006	2007	2008
<b>ISE</b>	-	4,01	37,82	40,35	-41,09
<b>IBRX</b>	29,85	37,32	36,06	47,83	-41,77
<b>IBRX-50</b>	26,69	38,07	33,74	51,22	-43,14
<b>IGC</b>	37,90	43,76	41,29	31,54	-45,63
<b>ITAG</b>	56,42	50,26	45,16	24,24	-44,94

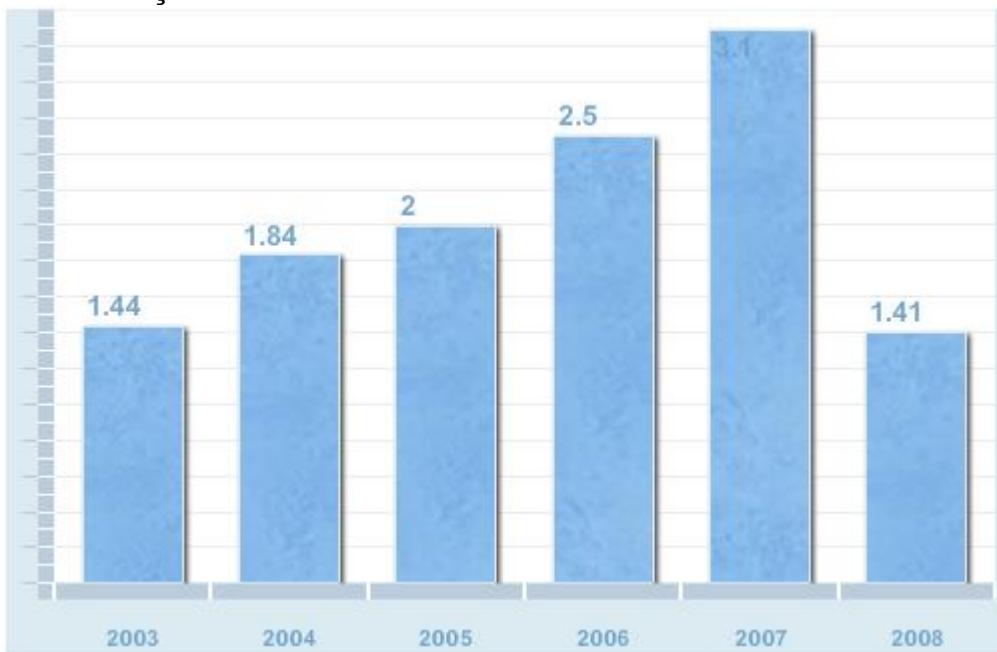
\*Fonte: Bovespa

As quedas nos preços das ações fizeram a capitalização de mercado do BB encerrar 2008 em R\$ 37,7 milhões. O índice Preço/Valor Patrimonial fechou a 1,41x comparado a 3,10x em 2007. Já o lucro líquido por ação alcançou R\$ 3,43, contra R\$ 2,04 no ano anterior, resultado do excelente desempenho dos negócios do Banco.

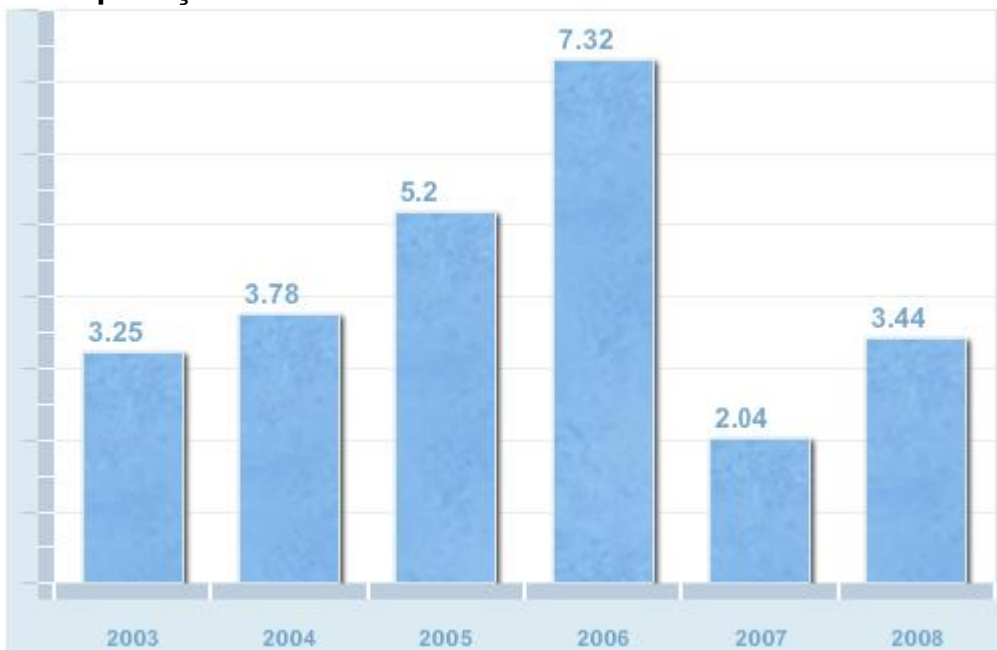
### Capitalização de Mercado R\$ milhões



### Índice Preço Valor Patrimonial



### Lucro por ação



O percentual do lucro líquido distribuído aos acionistas (*payout*) foi de 40%, conforme decisão do Conselho de Administração para o exercício de 2008, totalizando R\$ 3,5 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões como dividendos e R\$ 1,5 bilhão na forma de juros sobre o capital próprio (JCP). **(GRI EC1)**

## Dividendos/JCP e Lucro Líquido

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Dividendos / JCP – R\$	746	954	1.498	2.418	2.023	3.521
Lucro Líquido	2.381	3.024	4.154	6.044	5.058	8.803

## GRÁFICO DE LINHAS (sobreposto ao anterior) – Payout

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Payout – %	31,3	31,5	36,1	40,0	40,0	40,0

O Banco do Brasil emitiu 23.074.306 novas ações para a incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) e da Besc S.A. Crédito Imobiliário (Bescr) e 2.930.649 ações para incorporação do Banco do Estado do Piauí (BEP). Do total das novas ações, 95,6% foram incorporadas ao Tesouro Nacional, elevando a sua participação na base acionária do Banco do Brasil para 65,6%. As ações provenientes dos acionistas minoritários dissidentes, no total de 1.150.365, foram registradas em ações em tesouraria. Após as assembleias realizadas pelas instituições, ambos os processos se encontram em fase de homologação pelo Banco Central. **(GRI 2.9)**

O Tesouro Nacional é o maior acionista do Banco do Brasil, com 65,6% do capital, seguido pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) com 10,4% e 2,5% pertencentes à BNDESPar – Empresa de Participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. As demais ações, no total de 21,5%, encontram-se pulverizadas no mercado financeiro (*free float*).

O capital estrangeiro tem 11,3% do *free float*. Em relação às pessoas físicas e jurídicas, a participação é de 5,8% e 4,5%, respectivamente. Os funcionários do Banco do Brasil possuem 0,25% das ações do Banco, que corresponde a 1,17% do *free float*.

## Composição acionária

Acionistas	2005	2006*	2007**	2008
Tesouro Nacional	72,1	68,7	65,3	65,6
Previ	13,9	11,4	10,5	10,4
BNDESPar	5,7	5,0	2,5	2,5
Ações em Tesouraria	<b>1,4</b>	-	-	<b>0,0</b>
<b>Free Float</b>	<b>6,9</b>	<b>14,8</b>	<b>21,7</b>	21,5
Pessoas Físicas	2,6	4,2	5,7	5,8



Pessoas Jurídicas	0,9	3,4	6,0	4,5
Capital Estrangeiro	3,4	7,2	10,0	11,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

\* Adesão ao Novo Mercado da Bovespa e Oferta Pública Secundária de Ações

\*\* Oferta Pública Secundária de Ações e Antecipação da Subscrição dos Bônus C

*“O mercado está avaliando melhor as ações do Banco do Brasil nos últimos dois anos, devido a vários motivos. Um deles foi o fato de as ações do banco passarem a ser listadas no Novo Mercado, o que elevou a quantidade de ações em circulação e melhorou a governança corporativa. Outro motivo foi o fato de o Banco ter melhorado bastante sua rentabilidade, que agora é comparável à dos concorrentes do setor privado.”*

Marco Pierry, Diretor de Pesquisa de Ações do Deutsche Bank em Nova York

## Desempenho do BB

Indicador	Metas 2008	Desempenho 2008
Retorno sobre o patrimônio líquido (RSPL) <sup>1</sup>	20%	32,5%
Índice de eficiência <sup>2</sup>	48%	41,9%
Índice de cobertura das despesas administrativas <sup>3</sup>	67%	65,3%

<sup>1</sup> RSPL = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido médio;

<sup>2</sup> Evidencia a eficiência operacional, indicando o percentual das receitas operacionais que é consumido pelas despesas administrativas;

<sup>3</sup> Evidencia o percentual das despesas administrativas coberto pelas receitas de prestação de serviços.

Veja mais sobre o desempenho do BB no Relatório Análise do Desempenho.

No ano em que completou 200 anos, o Banco do Brasil reforçou seu posicionamento como um dos principais bancos da América Latina. Com foco na sustentabilidade dos negócios, o Banco registrou lucro líquido de R\$ 8,8 bilhões, resultado 74,0% maior do que o de 2007. A título de remuneração aos acionistas, foram destinados R\$ 3,5 bilhões – R\$ 1,5 bilhão na forma de juros sobre o capital próprio e R\$ 2 bilhões em dividendos. **(GRI EC1)**

### LL e RSLP



## Lucro

Principais efeitos extraordinários			
Ano	2007	2008	
Lucro Sem Efeitos	R\$ 5.880 milhões	R\$ 6.685 milhões	Δ = 13,7%
Principais Efeitos Extraordinários	+ R\$ 98 milhões: resultado da venda das ações da BM&F e Bovespa (líquidos de impostos);	+ R\$ 615 milhões: resultado da venda das ações da Visa Internacional, Telemar e reavaliação de participações societárias (líquidos de impostos);	
	- R\$ 325 milhões: reestruturação do plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) (líquidos de impostos);	+ R\$ 2.520 milhões: revisão dos ganhos e perdas atuariais da Previ e Cassi (líquidos de impostos);	
	- R\$ 604 milhões: Plano de Afastamento Antecipado (PAA) para funcionários com mais de 50 anos de idade e com 15 anos de contribuição à Previ (líquidos de impostos).	- R\$ 1.052 milhões: provisionamento adicional para risco de crédito (líquidos de impostos)	
	<b>TOTAL: - R\$ 821 milhões</b>	<b>TOTAL: R\$ 2.118 milhões</b>	
Lucro Líquido	R\$ 5.058 milhões	R\$ 8.803 milhões	Δ = 74,0%

## Lucro Recorrente

O lucro recorrente de uma empresa representa o resultado obtido com as atividades corriqueiras, excluídos os acontecimentos extraordinários, positivos ou negativos, de um período. Esses acontecimentos são extraordinários, por isso devem ser analisados separadamente.

A venda de uma empresa, por exemplo, traz uma receita extraordinária, gerando um efeito positivo sobre o lucro.

Já a compra de uma empresa causa um impacto negativo no resultado. Ambos são eventos extraordinários.

Em 2008, os principais efeitos extraordinários foram os seguintes:

- R\$ 1.052 milhões: provisionamento adicional para risco de crédito;

+ R\$ 2.520 milhões: revisão dos ganhos e perdas atuariais;

+ 615 milhões: resultado da venda das ações da Visa Internacional, da Telemar

Logo, o lucro recorrente, que exclui os efeitos extraordinários, foi de R\$ 8,8 bilhões em 2008, enquanto o lucro não-recorrente foi de R\$ 6,7 bilhões.

## Destaques da Demonstração do Resultado

### Destaques do Resultado

	2004	2005	2006	2007	2008	R\$ - bilhões Δ 2007 (%)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	10,5	10,8	10,8	15,2	12,4	(18,1)
Receita de Prestação de Serviços	6,6	7,6	8,9	9,9	10,5	6,4
Despesa com Provisão para Risco de Crédito	(4,5)	(5,4)	(7,1)	(5,7)	(8,6)	51,6
Despesas Administrativas	(12,6)	(13,1)	(13,7)	(15,9)	(16,1)	1,4
<b>Lucro Líquido Recorrente</b>	<b>3,0</b>	<b>3,4</b>	<b>3,7</b>	<b>5,9</b>	<b>6,7</b>	<b>13,7</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>3,0</b>	<b>4,2</b>	<b>6,0</b>	<b>5,1</b>	<b>8,8</b>	<b>74,0</b>

O resultado bruto da intermediação financeira, que representa o resultado do negócio de intermediação financeira após as provisões para risco de crédito, atingiu R\$ 12,4 bilhões ao fim do exercício. O recuo de 18,1% em relação a 2007 se deu, sobretudo, em virtude do reforço das provisões para risco de crédito.

As despesas com provisões para risco de crédito, que encerraram o exercício com R\$ 8,6 bilhões, refletem o conservadorismo da metodologia de provisionamento de risco adotada pelo Banco e a revisão dos modelos estatísticos de perda esperada do crédito da carteira do Banco em função da atual conjuntura econômica.

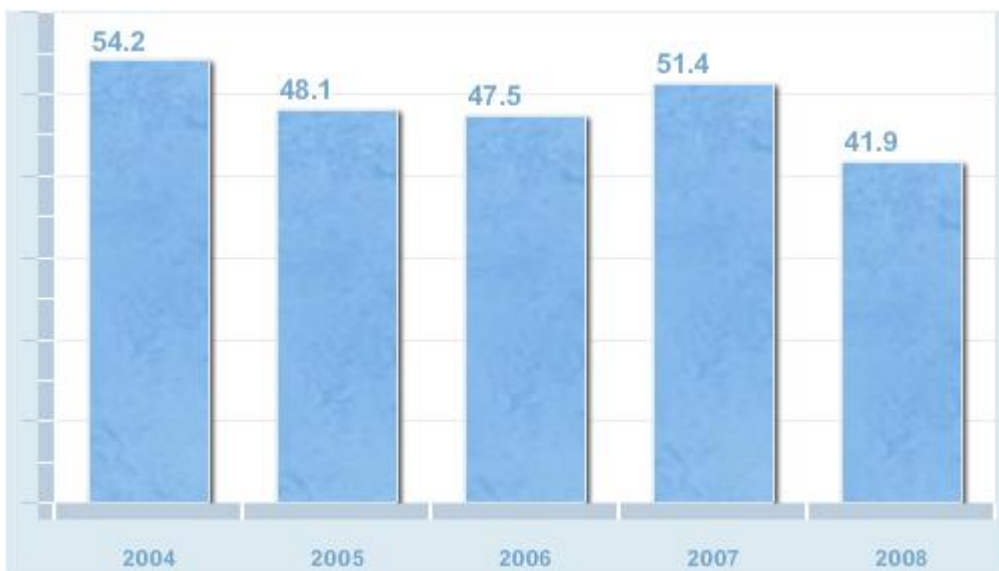
As receitas de prestação de serviços atingiram R\$ 10,5 bilhões, incremento de 6,4% em 12 meses, reflexo da evolução do volume de recursos administrados, e da ampliação da base de correntistas e da expansão da base de cartões.

Vale ressaltar que no segundo trimestre de 2008 entrou em vigor a nova regulamentação do Banco Central do Brasil que disciplinou a cobrança de tarifas de pessoas físicas. Com essa medida, as tarifas cobradas pelos bancos puderam ser comparadas e confirmou-se que a tabela de tarifas do Banco do Brasil é uma das mais baratas do mercado.

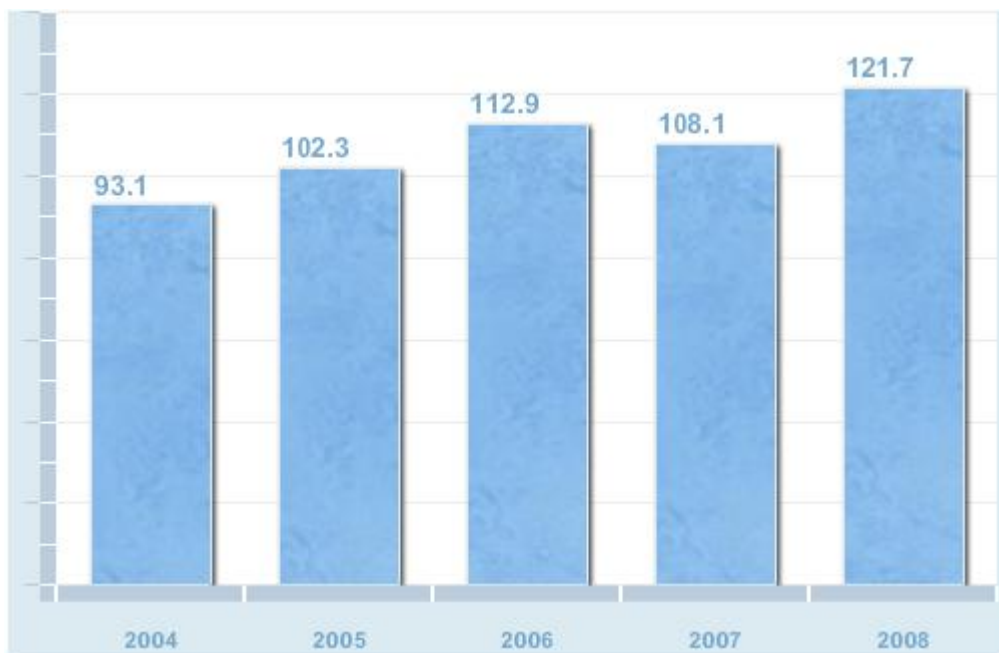
As despesas administrativas, que compreendem as despesas de pessoal e as outras despesas administrativas, totalizaram R\$ 16,1 bilhões, com crescimento de 1,4% em relação a 2007. O aumento das despesas administrativas reflete o reajuste salarial concedido aos funcionários, por ocasião da data-base da categoria, e o crescimento dos negócios do Banco. Vale lembrar que, em 2007, as despesas administrativas incluem os gastos incorridos por conta do Plano de Afastamento Antecipado realizado naquele ano.

O índice de eficiência (despesas administrativas / receitas operacionais) atingiu 41,9%, contra 51,4% no ano anterior. O índice de cobertura das despesas de pessoal com as receitas de prestação de serviços atingiu 121,7%. Excluídos os efeitos extraordinários, o índice de eficiência recorrente atingiu 47,5% e o de cobertura 124,5%, contra 46,2% e 127,7%, respectivamente, em 2007.

### Eficiência – Despesas Administrativas / Receitas Operacionais



### Cobertura – Receita Prestação de Serviços / Despesa de Pessoal



## Destaques Patrimoniais

Tabela – Destaques Patrimoniais

	R\$ bilhões		
	Dez/07	Dez/08	Δ Dez/07(%)
Ativos <sup>1</sup>	367,2	521,3	42,0
Carteira de Crédito	160,7	224,8	39,9
Captação	260,6	362,6	39,1
Recursos Administrados	220,1	246,3	11,9

<sup>1</sup> O valor relativo aos ativos de 2008 refere-se ao Consolidado Econômico-Financeiro. Para efeito de comparabilidade, os demais valores referem-se ao Consolidado Financeiro.

O BB encerrou o exercício com R\$ 521,3 bilhões em **ativos**, uma expansão de 42,0% em relação a 2007. Esse crescimento é superior ao do Sistema Financeiro Nacional e reflete o crescimento orgânico e a estratégia de aquisições e incorporações.

A **carteira de crédito** do Banco do Brasil alcançou R\$ 224,8 bilhões, com crescimento de 39,9% em 2008. A expansão da carteira foi acompanhada pela estabilidade do índice de inadimplência (operações vencidas há mais de 90 dias/carteira de crédito), que encerrou o exercício em 2,4% contra 2,7% em 2007.

As **captações** cresceram 39,1% e somaram R\$ 362,6 bilhões, como reflexo do movimento “*flight to quality*”, em que o mercado, reconhecendo o Banco do Brasil como uma instituição segura para manter seus depósitos, migrou seus recursos para o Banco. Destaque para as captações em CDB, que atingiram R\$ 73,7 bilhões a um custo médio de 97,5% do CDI.

O volume de **recursos de terceiros administrados** alcançou R\$ 246,3 bilhões, o que permitiu à BB DTVM manter sua liderança no segmento, com participação de mercado de 20,7%.

Com uma base de 76,6 milhões de plásticos emitidos, o negócio com **cartões** faturou R\$ 18,8 bilhões e gerou R\$ 3,6 bilhões em receitas para o Banco. Esse desempenho permitiu que o BB aumentasse sua participação de mercado para 16,6% em 2008.

O **patrimônio líquido** cresceu 23,4% em 2008, totalizando R\$ 29,9 bilhões. Em 2008, o BB emitiu ações para viabilizar a incorporação do Sistema BESC e do BEP.



## Desempenho nos Negócios (GRI 2.2)

Indicador	Meta 2008	Desempenho 2008
Faturamento de Cartões	Estar entre os dois maiores bancos	Faturamento cresceu 31,3%, conquistando a 3ª posição
Recursos de Terceiros Administrados	R\$ 250 bilhões	R\$ 246 bilhões
Carteira de Crédito	R\$ 200 bilhões	R\$ 224,8 bilhões
Famílias atendidas pela estratégia DRS	1 milhão	1 milhão
Quantidade de contas correntes ativas – PF e MPE	30 milhões	30,3 milhões
<i>Ranking</i> Bacen de Reclamações	Não estar entre os cinco primeiros bancos	Fora do ranking

## Base de Clientes (GRI 2.7)

Ao final de 2008 o Banco do Brasil atendia mais de 48,0 milhões de clientes, sendo 32,4 milhões de correntistas, já considerados o 1,4 milhão do Banco Popular e os 695,3 mil oriundos do BESC. Do total de correntistas, 30,6 milhões são pessoas físicas e 1,8 milhão são pessoas jurídicas. O BB também atendeu 15,3 milhões de clientes não-correntistas, sendo 7,4 milhões de poupadores, 2,5 milhões de beneficiários do INSS e 5,4 milhões de clientes de outros produtos.

## Base de Correntistas

	2004	2005	2006	2007	2008
Correntistas	23.805	26.763	27.898	29.663	32.356

mil

Para garantir um atendimento especializado e eficiente, os clientes são segmentados por renda, perfil, investimentos e relacionamento com o Banco.

Dessa forma, podem ser alocados nos mercados Varejo (pessoas físicas e micro e pequenas empresas), Atacado (empresas médias, grandes e *corporate*), Governo (entidades da administração pública) e Agronegócio.

## Clientes Pessoa Jurídica

O Banco do Brasil é um dos principais financiadores das empresas brasileiras. Em 2008, o total de empréstimo às empresas foi de R\$ 97,2 bilhões, um crescimento de 48,4% no ano.

A atuação do banco é muito forte no segmento de micro e pequenas empresas. Em 2008, os empréstimos a essas empresas cresceram 41,7% em relação a 2007 e atingiram R\$ 34,9 bilhões.

O apoio do Banco às micro e pequenas empresas vai além do crédito. O Banco realizou em 2008 o Mutirão da Cidadania Empresarial, evento que tem como objetivo incentivar a formalização dos pequenos negócios e levar aos empreendedores assessoria empresarial e informações sobre crédito. No evento foram orientados cerca de 27 mil empreendedores.

Ao emprestar dinheiro para as empresas o Banco avalia, além do risco do tomador, o cumprimento de requisitos sociais e ambientais como os dos Princípios do Equador e do Pacto Global, além de verificar se a empresa submete seus empregados a formas degradantes de trabalho ou trabalho escravo.

### **Cliente Pessoa Física**

O BB se preocupa em ser o banco pessoal de cada cliente. Para isso, o BB analisa os clientes de acordo com o relacionamento e as características individuais.

O relacionamento classifica os clientes em quatro níveis, de acordo com a renda bruta mensal, o volume de investimentos e a renda bruta agropecuária mensal como parâmetros.

Após a classificação, cada cliente é incluído em cada uma das carteiras – Private, Estilo, Exclusivo e Grupos Preferenciais.

Tudo isso permite identificar cinco grandes grupos de clientes: Empreendedor, Investidor, Pougador, Tomador e Básico e atender cada um deles oferecendo os produtos e serviços mais adequados.

## Rede de Atendimento (GRI 2.8)

Com 16 mil pontos de atendimento distribuídos em 3.441 municípios e 9,02 mil correspondentes bancários, o Banco do Brasil detém a maior rede de atendimento bancário no Brasil.

Entre os correspondentes bancários, destaque para o modelo BB-Visanet, com 3,2 mil pontos que permitem ao pequeno empreendedor, que opera com a Visanet, a possibilidade de tornar-se um correspondente bancário por meio dos terminais POS. Além de executar serviços bancários, os correspondentes têm se mostrado efetivos na captação de negócios para o Banco. Em 2008, foram contratados R\$ 422 milhões em crédito consignado e acolhidas 377 mil propostas de abertura de contas.

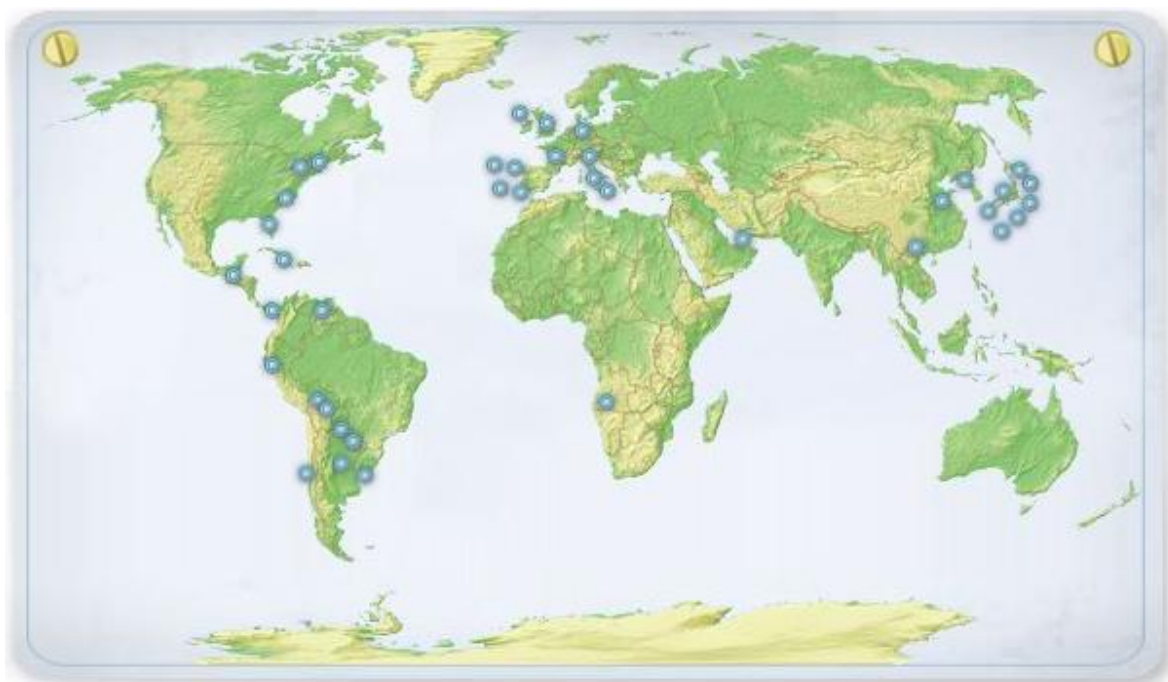
70,8% das agências e 39,7% dos Postos de Atendimento Bancário do Banco do Brasil são adaptadas para pessoas com dificuldade de locomoção, proporcionando conforto e conveniência no seu acesso às dependências. O deficiente auditivo tem acesso especial na Central de Atendimento BB e há terminais de autoatendimento preparados para atender às necessidades das pessoas com deficiência visual, além do *website* que também possui acesso especial para pessoas com essa deficiência. **(GRI PR3 e FS14)**

Os clientes do BB contam, ainda com 39,7 mil terminais de autoatendimento, 10,7 mil adaptados para deficientes físicos, e com canais alternativos de atendimento, como a Central de Atendimento, *internet* e *mobile banking*. Em 2008, o Banco contava com 8,6 milhões de usuários do *internet banking* e 695 mil do *mobile banking*. Do total de transações realizadas em 2008, 91,1% foram efetuadas em canais alternativos.

Além dos canais para realização de transações bancárias, o Banco do Brasil disponibiliza serviços de atendimento ao cliente como o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC, Ouvidoria e centrais de atendimento.

## Atendimento Especializado

Segmento		Rede
Alta Renda	BB Private	4 escritórios localizados em regiões de alta concentração de renda
	BB Estilo	72 agências e 445 pontos de atendimento
Menor renda (Banco Popular do Brasil – BPB)		9 mil correspondentes bancários, em 1,51 mil municípios brasileiros <b>(GRI FS13)</b>
Empresas médias, grandes e <i>corporate</i>		81 agências Atacado: 66 Empresariais e 15 <i>corporate</i> .
Rede Governo		29 agências e 56 Plataformas Governo em grandes municípios
Agronegócios		1,8 mil agências, sendo 607 voltadas à agricultura empresarial e 1,2 mil à agricultura de pequeno porte



O Banco do Brasil possui a maior rede de terminais de autoatendimento interligados. Juntamente com os bancos Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Estado de Santa Catarina foram disponibilizados mais de 18,5 mil terminais de autoatendimento. Além dos terminais de autoatendimento, o cliente BB conta com 10,2 mil casas lotéricas da rede de atendimento da Caixa e os mais de 3,3 mil correspondentes bancários do Banco Popular do Brasil.

No segundo semestre de 2008, foram firmados acordos de compartilhamento de terminais de autoatendimento com o Banco de Brasília (BRB), Banco Estado do

Rio Grande do Sul (Barrisul) e Banco Nossa Caixa (Nossa Caixa), com início de funcionamento previsto para o primeiro trimestre de 2009.

Para o atendimento de assessoria em câmbio e negócios internacionais, os clientes contam com o serviço articulado entre a rede de agências e as 18 Gerências Regionais de Apoio ao Comércio Exterior (Gecex). São equipes formadas por especialistas que oferecem consultoria e treinamento aos empresários, além de apoio integral às operações de exportação e importação.

**(GRI FS16)**

No exterior, o Banco está voltado principalmente para dar suporte ao intercâmbio comercial, incentivando o fluxo dos programas e projetos comerciais brasileiros com o exterior e estimulando o investimento estrangeiro no Brasil, além de fortalecer o relacionamento com instituições financeiras internacionais e a atuação no mercado de capitais.

A rede de agências no exterior é formada por 42 pontos de atendimento em 23 países. Os clientes do BB contam, ainda, com uma rede formada por mais de 1,27 mil bancos correspondentes em 142 países para viabilização de negócios em todo o mundo. **(GRI 2.5)**

O BB iniciou suas atividades no Oriente Médio e na Coréia do Sul, avançou nos trabalhos para estabelecimento de operações de varejo nos Estados Unidos, e fortaleceu sua presença nos demais continentes em que atua também por meio do lançamento de produtos e serviços para comercialização exclusiva nas agências do exterior, como o cartão de crédito lançado no Japão em parceria com a Life Card.

## Crédito (GRI 2.7, FS6)

O Banco do Brasil manteve-se firme em suas políticas criteriosas de aprovação do crédito. Com isso, chegamos ao fim do ano com uma carteira de crédito recorde e saudável.

A carteira de crédito ampliada do BB atingiu R\$ 237,2 bilhões, com evolução de 41,9% em relação ao ano anterior, valor que inclui BESC, BEP, garantias e títulos e valores mobiliários emitidos por empresas privadas. Com carteira de crédito doméstica de R\$ 209,7 bilhões em créditos concedidos no País, o Banco encerrou o ano com 17,1% de participação de mercado.

Contribuiu para o crescimento da carteira de crédito a estratégia, intensificada pelo Banco no último trimestre do ano, de adquirir carteiras de crédito de pequenos bancos, favorecida pelas medidas adotadas pelo Banco Central que permitiram que tais operações liberassem depósitos compulsórios.

R\$ milhões			
<b>Carteira de Crédito</b>			
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Var (%)</b>
<b>País</b>	<b>149.366</b>	<b>209.693</b>	<b>40,4</b>
Pessoa Física	31.998	48.811	52,5
Pessoa Jurídica	65.485	97.192	48,4
- MPE	24.622	34.900	41,7
- Demais	40.863	62.292	52,4
Agronegócios	51.833	63.690	22,8
<b>Exterior</b>	<b>11.373</b>	<b>15.115</b>	<b>32,9</b>
<b>Garantias e Outros<sup>1</sup></b>	<b>6.368</b>	<b>12.395</b>	<b>94,6</b>
<b>Total</b>	<b>167.107</b>	<b>237.203</b>	<b>41,9</b>

<sup>1</sup>Títulos e valores mobiliários emitidos por empresas privadas.

%	
<b>Carteira de Crédito – Por Região</b>	
Norte	3,7
Nordeste	10,7
Centro Oeste	15,4
Sudeste	48,4
Sul	21,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Em que pese a piora dos índices de inadimplência no Sistema Financeiro Nacional, no Banco do Brasil tais índices estão estáveis. O risco médio da carteira foi de 5,4% e o índice de atraso (operações vencidas há mais de 90 dias/carteira de crédito) atingiu 2,4% contra 2,7% registrado no ano anterior. As operações classificadas nos níveis de risco AA, A, B e C responderam por 90,7% da carteira.

Dos créditos registrados em perdas, o BB recuperou R\$ 1,7 milhão em 2008.

### Carteira de Crédito por Nível de Risco – R\$ milhões

	Dez/07			Dez/08			SFN*
	Saldo	Provisão	Comp. %	Saldo	Provisão	Comp. %	
AA	42.734	-	26,6	63.828	-	28,4	24,1
A	31.408	157	19,5	42.669	213	19,0	40,1
B	53.462	535	33,3	73.028	730	32,5	19,0
C	18.460	554	11,5	24.404	732	10,9	9,0
D	5.439	544	3,4	8.157	816	3,6	2,5
E	2.214	664	1,4	2.985	896	1,3	1,0
F	816	408	0,5	1.237	619	0,6	0,7
G	1.137	796	0,7	1.421	995	0,6	0,6
H	5.070	5.070	3,2	7.079	7.079	3,1	2,9
<b>Total</b>	<b>160.739</b>	<b>8.727</b>	<b>100,0</b>	<b>224.808</b>	<b>12.079</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AA-C	146.064	1.245	90,9	203.928	1.676	90,7	92,2
D-H	14.675	7.482	9,1	20.879	10.403	9,3	7,8

\* Dados preliminares de dezembro/2008.

### Crédito para Consumo (GRI 2.7)

Na análise para concessão de crédito à pessoa física, o Banco do Brasil considera, além de aspectos como regularidade cadastral e perfil de risco, o nível de comprometimento da renda mensal, de forma a evitar endividamento excessivo dos clientes.

Para os clientes que já utilizam as linhas de crédito do Banco, os sistemas identificam, de forma automatizada, o perfil do crédito adquirido e, quando possível, sugere a substituição por outras linhas mais vantajosas para o cliente. Um exemplo é a substituição do crédito concedido via cheque especial pelo CDC, que possui taxas de juros menores.

O cliente pode também readequar seus empréstimos por meio das linhas de renovação. Essa opção permite a obtenção de dinheiro extra (troco), alongamento do prazo de pagamento e redução do valor das prestações. Dessa forma, o BB possibilita que seus clientes recomponham a sua capacidade de pagamento.

### Crédito Consignado (GRI 2.7)

O Banco do Brasil é líder na concessão de crédito consignado, com uma carteira de R\$ 17,6 bilhões, um crescimento de 48,4% comparativamente a 2007. Em



2008, os clientes do Banco contrataram R\$ 16,1 milhões em crédito consignado, montante 24,2% superior a 2007. Foram 3,3 milhões de contratos formalizados no período, o que contribuiu para o crescimento da participação de mercado para 19,8%.

Os servidores públicos, principal nicho de atuação do Banco no crédito consignado, responderam por 83,21% do volume da carteira; os aposentados e pensionistas do INSS por 6,58% e os trabalhadores da iniciativa privada por 10,21%.

As incorporações e aquisições realizadas em 2008 (BESC e BEP) incrementaram a carteira de crédito consignado do BB em R\$ 3,11 bilhões e possibilitaram a ampliação da participação do Banco nesse mercado.

### **Crédito Imobiliário (GRI 2.7)**

Visando atender a crescente demanda por financiamento de imóveis no Brasil, o Banco do Brasil entrou, em julho, definitivamente no mercado imobiliário com a oferta de linhas de crédito para aquisição de imóveis com recursos do Sistema Financeiro da Habitação—SFH, da poupança e também com recursos próprios, o que permite sua atuação em todas as modalidades de financiamento imobiliário.

O BB em apenas um semestre passou de R\$ 7 milhões para mais de R\$ 80 milhões ao final de 2008.

Adicionalmente, o Banco do Brasil oferece a seus clientes a modalidade **consórcio** para aquisição de imóveis.

### **Financiamento de veículos (GRI 2.7)**

O crédito destinado à aquisição de veículos (operações de financiamento e arrendamento mercantil) atingiu R\$ 6,7 bilhões, com crescimento de 120,7% em relação ao ano anterior. A estratégia de parcerias com crédito oferecido a concessionárias e multimarcas foi responsável por 50,6% do volume contratado e representou 33,3% do total da carteira de crédito a veículos.

Com a parceria estabelecida com o Banco Votorantim no início de 2009, o Banco do Brasil espera expandir sua carteira de crédito a veículos e aumentar sua participação de mercado.

### **Microcrédito (GRI 2.7, EC8, EC9, FS7)**

No ano de 2008 foram liberados R\$ 624 milhões envolvendo a contratação de 1,4 milhão de operações de microcrédito. Ao final do exercício, a carteira de operações de microcrédito apresentava saldo de R\$ 511 milhões.

Merece destaque, ainda, a expansão da estratégia negocial Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). Até o final de 2008, foram implementados 4,7 mil planos de negócios que envolveram 1,0 milhão de famílias em 4,8 mil municípios brasileiros.

O Banco do Brasil também atua nos Arranjos Produtivos Locais (APL) com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito e de promover o desenvolvimento regional sustentável. O Banco apóia 174 APLs, que envolvem mais de 14 mil

empreendimentos. Em 2008, foi concedido R\$ 1,3 bilhão em empréstimos para as empresas que integram os arranjos apoiados pelo Banco do Brasil.

*“Com o apoio do DRS (Banco do Brasil) e da Fundação Banco do Brasil ao nosso empreendimento sócio-econômico, nossa atividade foi fortalecida e nossa categoria desenvolvida, sendo que hoje é bem mais valorizada. Despertamos para a busca de novos horizontes, como a prestação de serviço de coleta diferenciada de resíduos em grandes geradores, criando novos postos de trabalhos e novas perspectivas de futuro. Nosso trabalho representa o meio ambiente mais limpo e, com isso, uma melhor qualidade de vida para nós catadores e para toda sociedade.”*

**Severino Lima Júnior**

Diretor da Coop. Catadores de Materiais Recicláveis e Desenvolvimento sustentável RN  
Representante do Movimento Nacional dos catadores

### **Crédito para Empresas (GRI 2.7)**

O Banco do Brasil, líder no ranking de repasses globais do BNDES/Finame, com desembolsos da ordem de R\$ 9 bilhões, é um dos principais financiadores das empresas brasileiras. Essa atuação permitiu que a carteira de crédito às empresas alcançasse R\$ 97,2 bilhões em 2008, com crescimento de 48,4% no ano.

Na concessão de crédito às empresas é observado, além dos critérios e normas definidos pelo Banco e pelas autoridades financeiras, o cumprimento de requisitos sociais e ambientais como os contidos nos **Princípios do Equador** e no **Pacto Global**, regras às quais o Banco voluntariamente aderiu. O Banco do Brasil também verifica se os proponentes do crédito estão incluídos na relação do Ministério do Trabalho e Emprego que identifica empresas que submetem seus empregados a formas degradantes de trabalho ou trabalho escravo. **(GRI FS1, FS2, FS3, HR1)**

Nesse sentido, em 2008, o Banco do Brasil analisou cinco projetos no montante de R\$ 369,5 milhões, que equivalem a 0,4% da carteira de crédito às empresas, à luz dos Princípios do Equador (projetos acima de US\$ 10 milhões). Os projetos financiados, que são dos setores de infraestrutura e energia elétrica, levam em conta o risco de impacto socioambiental (alto, médio ou baixo). **(GRI FS10, FS11)**

Para projetos que envolvem risco, a liberação é condicionada à apresentação de contrapartidas por parte dos clientes, para compensação de prejuízos, além da exigência de avaliação de impacto ambiental e vedação para a contratação de operações de empresas que utilizem práticas em desacordo com as políticas de concessão de crédito do Banco. **(GRI FS2, FS3)**

## Princípios do Equador

Risco dos Projetos (categoria)	2007		2008	
	Deferidos	Indeferidos	Deferidos	Indeferidos
Categoria A -- Alto Risco	4	-	-	-
Categoria B Médio Risco	2	-	5	-
Categoria C Baixo Risco	-	-	-	-

Além de condicionar a liberação do crédito à regularidade ambiental do tomador, o Banco realiza avaliação de crédito diferenciada para empresas ligadas ao agronegócio que comprovem a existência de área de reserva legal preservada em sua propriedade ou adotem sistema orgânico de produção.

*“A Brenco nasceu com uma proposta de produzir energias renováveis. Construir uma empresa a partir do zero, como a nossa, exige não apenas financiadores. Exige parceiros, que caminhem ao nosso lado e aceitem correr os riscos de uma operação. Nesse sentido, a participação do Banco do Brasil foi decisiva para o sucesso deste lançamento. Sem o conhecimento do agronegócio e a preocupação com a sustentabilidade social e ambiental do Banco do Brasil teria sido muito mais difícil colocar esta empresa de pé.”*

### **Alfredo Freitas**

Diretor Financeiro e Administrativo da Brenco – Companhia Brasileira de Energias Renováveis

## **Micro e Pequenas Empresas (GRI 2.7)**

Com forte atuação no segmento de micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil encerrou 2008 com uma carteira de crédito de R\$ 34,9 bilhões, um incremento de 41,7% em relação ao ano anterior.

A linha com maior participação nesse segmento é a de capital de giro, produto que atende ao suprimento das necessidades financeiras das empresas, que encerrou o ano com saldo de R\$ 23,6 bilhões. As operações de investimentos atingiram saldo de R\$ 9,3 bilhões, um incremento de 45,8% sobre 2007.

## Saldo

R\$ bilhões

	2007	2008	Δ 2007 (%)
<u>Capital de Giro</u> * <sup>1</sup>	16,9	23,6	39,5
<u>Investimento</u> <sup>2</sup>	6,4	9,3	45,8

O Banco do Brasil realizou o Mutirão da Cidadania Empresarial, evento iniciado em 2007 que tem como objetivo incentivar a formalização dos pequenos negócios e levar aos empreendedores assessoria empresarial e informações sobre crédito bancário. Durante o evento foram orientados cerca de 27 mil empreendedores.

<sup>1</sup> Entre as linhas de capital de giro, destacaram-se, em 2008, o BB Giro Rápido e o BB Giro Empresa Flex.

BB Giro Rápido – empréstimo sem exigências de garantias reais, simplificado e automatizado para empresas com faturamento anual de até R\$ 5 milhões. Com nove anos de existência, o produto encerrou 2008 com saldo de R\$ 5,9 bilhões. O resultado representa uma evolução de 20,0% em relação a 2007.

BB Giro Empresa Flex – linha de crédito lançada em junho de 2007, que atende em um único contrato de crédito rotativo às necessidades financeiras de capital de giro e de financiamento para aquisição de bens e serviços. A linha de crédito alcançou o saldo de R\$ 5,1 bilhões, um incremento de 240,9% em 2008.

Entre as linhas de recebíveis, sobressaiu-se o Desconto de Títulos, cuja finalidade é antecipar os recursos provenientes das vendas a prazo, mediante o desconto de duplicatas. O produto atingiu saldo de R\$ 2,6 bilhões no final do período e registrou um crescimento de 18,2%.

No atendimento às micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil manteve-se como principal parceiro do segmento. Ao final do período, o Banco possuía 1,8 milhão de contas correntes com 1,76 milhão de clientes micro e pequenas empresas, sendo 1,72 milhão de correntistas e 37,7 mil empresas não-correntistas.

De acordo com os critérios de classificação de empresas definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), o volume de recursos utilizado pelas microempresas atingiu R\$ 3,2 bilhões, e pelas empresas de pequeno porte alcançou R\$ 14,9 bilhões. Somado, o total aplicado no segmento de Micro e Pequenas Empresas, atingiu R\$ 23,6 bilhões, sendo o produto BB Giro Rápido responsável por 25,1% do mencionado volume.

<sup>2</sup> O Proger Urbano Empresarial foi a modalidade mais utilizada para financiar os investimentos das micro e pequenas empresas em 2008. A linha de crédito, que utiliza recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), apresentou saldo recorde de R\$ 5,3 bilhões no final do ano, um incremento de 30,2% em relação a 2007.

De acordo com os critérios de classificação definidos pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o saldo das operações de investimento contratadas pelas microempresas alcançou R\$ 1,7 milhão e pelas empresas de pequeno porte chegou a R\$ 7,6 bilhões. Somado, o total aplicado no segmento de Micro e Pequenas Empresas, atingiu R\$ 9,3 bilhões, sendo o produto Proger Urbano Empresarial responsável por 57% do mencionado volume.

## Empresas Médias, Grandes e Corporate (GRI 2.7)

As operações de crédito para pessoas jurídicas dos segmentos *corporate*, grandes e médias empresas alcançaram R\$ 61,9 bilhões em 2008, crescimento de 8,6% em relação a 2007.

R\$ bilhões

	2007	2008	Δ 2007 (%)
<u>Capital de Giro*1</u>	22,6	37,0	63,6
<u>Investimento<sup>1</sup></u>	7,0	9,9	41,2

<sup>1</sup> Entre as linhas de capital de giro, destacaram-se, em 2008, o BB Capital de Giro BB Capital de Giro – linha de crédito fixo que tem como finalidade suprir as necessidades de capital de giro das empresas, bem como financiar a produção de bens para exportação. Possui grande flexibilidade para negociação, seja na formação dos cronogramas de reposição de crédito, prazos ou forma de precificação, o que a torna adequada para a estruturação dos grandes negócios do Banco. A linha de crédito alcançou o saldo de R\$ 22,1 bilhões.

Entre as linhas de recebíveis, sobressaiu-se o Vendedor, programa de financiamento de vendas, pelo qual os clientes do Banco do Brasil (vendedores de bens e serviços) podem obter financiamento direto do BB para seus compradores pessoas físicas e jurídicas. O produto atingiu saldo de R\$ 3,4 bilhões no final do período e registrou um crescimento de 6,1%.

Nas linhas de investimento para o segmento atacado, merecem destaque as operações com repasses de recursos do BNDES e Finame, destinados principalmente à aquisição de máquinas e equipamentos, que atingiram saldo de R\$ 6,2 bilhões, contra R\$ 4,3 bilhões em 2007.

## Comércio Exterior (GRI 2.7)

### Crédito

Em função da crise econômico-financeira, o ritmo de crescimento das importações e exportações caiu e o Brasil não alcançou a meta para exportações estabelecida pelo governo de US\$ 202 bilhões. Contudo, em relação a 2007, tanto as exportações como as importações cresceram: 23,2% e 43,6%, respectivamente. Ainda assim, a balança comercial registrou superávit (US\$ 24,7 bilhões), mas o saldo é 38,2% inferior ao de 2007.

Mesmo diante do cenário difícil, o Banco do Brasil, principal financiador do comércio exterior, manteve abertas as linhas de crédito ao setor e atuou de forma consistente ao longo do ano, mantendo a liderança no financiamento ao comércio exterior e no mercado de câmbio. A carteira de crédito nesse segmento encerrou o período com saldo de R\$ 17,2 bilhões, com crescimento de 44,6% em relação a 2007. Destaque para as operações de financiamento à exportação na modalidade ACC/ACE Automático que somaram US\$ 13 bilhões, uma redução de 13,9% no ano.

A participação do BB no fechamento de câmbio de exportação foi de 28% e, no de importação, 24,6%. Foram negociados US\$ 54,2 bilhões e US\$ 34,4 bilhões, respectivamente.

O Banco do Brasil incentiva a utilização de soluções eletrônicas. Com esse foco, o Banco registrou recorde de 174,9 mil contratos de câmbio realizados por meios eletrônicos, com volume financeiro de US\$ 40 bilhões. O Banco do Brasil oferece a opção de contratação de câmbio exportação e importação totalmente digital, para operações de até US\$ 1 milhão. Destaque também para o Balcão de Comércio Exterior, que possui 6 mil exportadores e 4 mil importadores cadastrados.

O Programa de Financiamentos às Exportações (Proex), do qual o Banco do Brasil é o agente financeiro exclusivo, contabiliza uma série de mudanças e ajustes, que, ao longo de sua história, contribuíram para adaptar o instrumento às diretrizes governamentais e aos anseios da classe empresarial brasileira. Em maio de 2008, o Governo Federal ampliou para R\$ 150 milhões o limite de faturamento das empresas habilitadas para captar recursos do Proex. Além disso, foi estendido o prazo do financiamento de bens dos setores têxtil e de confecções, madeira e móveis, calçados e couros.

Por meio do Proex, o Banco do Brasil desembolsou US\$ 297,1 milhões na modalidade Financiamento, e US\$ 160 milhões na modalidade Equalização, amparando exportações da ordem de US\$ 335 milhões.

Em 2008, o Banco do Brasil manteve a liderança no *ranking* de agentes financeiros em operações de comércio exterior do BNDES. Os desembolsos do BNDES-Exim chegaram a US\$ 1,7 bilhão.

O volume de financiamentos à importação atingiu US\$ 4 bilhões, uma involução de 1,7% em relação ao ano anterior.



*“Nossa empresa fabrica bolsas de couro que faziam muito sucesso entre as compradoras de outros países. Sempre pensamos em exportar, mas era difícil. O frete era caro, receber era difícil, havia muito imposto e muita burocracia. Por isso, quando uma cliente viajou aos Estados Unidos e aceitou muitos pedidos de venda das bolsas sem nos consultar, nós entramos em pânico. Mas o Balcão de*

*Comércio Exterior do Banco do Brasil resolveu esses problemas. O cliente em qualquer lugar do mundo acessa o site, faz a compra, paga, e o BB, que tem uma parceria com o Fedex, se encarrega de cobrar e entregar o produto. Hoje, cerca*

*de 50% de nossa produção é exportada, algo que não teria sido possível sem o Banco do Brasil.”*

**Gilda Carla Sampaio e Áurea Urtiaga**  
sócias-fundadoras da Dautore.

### **Serviços de Comércio Exterior (GRI 2.7)**

O Banco do Brasil oferece **consultoria em Negócios Internacionais**, oferecendo assessoramento técnico e operacional para exportadores e importadores. O Banco oferece, também, treinamentos modulares ou personalizados em comércio exterior. Os treinamentos oferecidos pelo Banco do Brasil compreendem várias ferramentas utilizadas no comércio exterior, capazes de auxiliar na prospecção de oportunidades negociais. Em 2008, o Banco realizou 655 treinamentos envolvendo mais de 14,6 mil participantes.

O Banco do Brasil realiza, ainda, serviços de comércio exterior delegados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, como emissão de certificados de origem e licenças de importação, serviços de *drawback* e recolhimento de tarifas.

### **Agronegócio (GRI 2.7, S05)**

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento do País. O Banco do Brasil, no seu papel de agente de políticas públicas, representa um elo entre o governo e o produtor rural, atuando como o maior financiador do agronegócio brasileiro em todos os segmentos e etapas da cadeia produtiva, do pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais.

### **Crédito**

O Banco do Brasil é o principal financiador do agronegócio no Brasil, com 60,7% de participação de mercado.

O crédito rural financia o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e estimula os investimentos rurais, incluindo armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas. Incentiva ainda a introdução de métodos racionais no sistema de produção.

Ao final do ano, a carteira de agronegócios<sup>1</sup> do Banco do Brasil representava 28,4% da carteira de crédito total, com saldo de R\$ 63,9 bilhões.

<sup>1</sup> Entre os produtos destinados ao agronegócio, merecem destaque o Proger Rural, que oferece crédito fixo para custeio agrícola e pecuário, além de suporte financeiro para investimentos fixos e semifixos, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que visa financiar o custeio da atividade dos agricultores familiares. Essas linhas de crédito juntas totalizaram R\$ 15,08 bilhões, com crescimento de 17,05% em relação a 2007.

O BNDES/Finame Rural, que tem como objetivo financiar os investimentos em modernização de máquinas e equipamentos destinados à produção rural, atingiu R\$ 3,64 bilhões.

O FCO Rural, que oferece suplemento para custeio e investimento para produtores rurais da região Centro-Oeste, fechou o período com R\$ 5,64 milhões, um incremento de 36% em relação a 2007.

### Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação

	R\$ milhões				
	Dez/04	Dez/05	Dez/06	Dez/07	Dez/08
Custeio	14.734	16.133	18.705	19.918	24.257
Investimento	13.231	15.463	18.582	20.111	20.135
Comercialização	1.054	3.097	7.375	10.884	17.474
Demais	1.017	1.016	401	971	1.824
<b>Total</b>	<b>30.036</b>	<b>35.709</b>	<b>45.063</b>	<b>51.883</b>	<b>63.690</b>

### Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação (R\$ milhões)

	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08
<b>Custeio</b>	14.734	16.133	18.705	19.918	24.257
<b>Investimento</b>	13.231	15.463	18.582	20.111	20.135
<b>Comercialização</b>	1.054	3.097	7.375	10.884	17.474
<b>Demais</b>	1.017	1.016	401	971	1.824
<b>Total</b>	<b>30.036</b>	<b>35.708</b>	<b>45.063</b>	<b>51.883</b>	<b>63.690</b>

Gráfico de barras/várias cores - 1 barra para cada ano, 1 cor para cada linha

### Desdobramentos

#### Participação da Carteira Agronegócio na Carteira Total (%)

	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08
	33,9	35,1	33,8	32,3	28,3

Gráfico de linhas

#### Evolução da carteira de crédito

Variações (%)	2005/2004	2006/2005	2007/2006	2008/2007
	18,9	26,2	15,1	22,8

#### Operações por finalidade/carteira total (%)

	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08
--	--------	--------	--------	--------	--------



<b>Custeio</b>	49,1	45,2	41,5	38,4	38,1
<b>Investimento</b>	44,1	43,3	41,2	38,8	31,6
<b>Comercialização</b>	3,5	8,7	16,4	21,0	27,4
<b>Demais</b>	3,4	2,8	0,9	1,9	2,9

**Gráfico de pizza - uma cor para cada linha, uma pizza para cada ano**

Na safra 2007/2008, o Banco do Brasil destinou R\$ 30,86 bilhões ao setor rural, distribuídos em 2,73 milhões de operações. Foram R\$ 23,02 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 6 bilhões para a agricultura familiar<sup>2</sup>. Para a safra 2008/2009, que começou em 1º de julho de 2008, foram destinados R\$ 18,31 bilhões até dezembro de 2008.

<sup>2</sup> O Banco do Brasil é o principal agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), uma iniciativa do Governo Federal que tem por objetivo estimular o desenvolvimento dos agricultores familiares e viabilizar a concessão de créditos com taxas e prazos adequados.

Em 2008, as operações de crédito rural classificadas, de acordo com os critérios da Resolução CMN 2.682, nos níveis de risco<sup>3</sup> AA a C representaram 86% da carteira.

**Carteira de Crédito de Agronegócios por Nível de Risco**

R\$ milhões

Dez/07			Dez/08		
Saldo	Provisão	Comp.	Saldo	Provisão	Comp.%
8.841	-	17,0	13.835	-	21,7
12.202	61	23,5	13.807	69	21,7
17.347	173	33,4	19.323	193	30,3
6.327	190	12,2	7.779	233	12,2
3.027	303	5,8	3.661	366	5,7
1.252	375	2,4	1.384	415	2,2
253	127	0,5	385	192	0,6
694	486	1,3	673	471	1,1
1.942	1.945	3,7	2.844	2.844	4,5
<b>51.883</b>	<b>3.659</b>	<b>100,0</b>	<b>63.690</b>	<b>4.784</b>	<b>100</b>
44.716	424	86,2	54.744	496	86,0
7.168	3.235	13,8	8.946	4.289	14,0

<sup>3</sup> Na gestão da carteira de crédito rural, o Banco do Brasil aplica métodos específicos para identificar riscos e minimizar perdas. Para definir o nível máximo de exposição com o cliente, o

Banco desenvolveu um sistema de limite de crédito diferenciado para o produtor rural: o ANC Produtor Rural, que leva em conta dados comportamentais e o risco técnico das atividades.

Além disso, para mensurar o risco de cada cliente, o Banco do Brasil dispõe do sistema Referencial Técnico Agropecuário (RTA), composto de expressiva base de dados microrregionais com séries históricas de preços dos produtos, de produtividade observada nas lavouras e de custos modais de produção. O sistema classifica os empreendimentos agropecuários, conforme a rentabilidade esperada, em níveis de risco de A até E. Além de melhorar a qualidade dos ativos, essa base de dados viabiliza a automação do processo de crédito.

Adicionalmente, o Banco tem em suas políticas de crédito um limite de exposição para a produção e comercialização agropecuária, que prevê a subdivisão das diversas atividades e culturas, como soja, algodão e milho.

Além disso, o Banco adota mecanismos mitigadores de risco da carteira de custeio agrícola, como seguro de produção agrícola, compartilhamento de risco com empresas que fornecem insumos ou adquirem a produção do agricultor, proteção de preços por meio de contrato futuros ou de opções e sistema de identificação de origem. Do montante de R\$ 11,04 bilhões contratado na safra 2008/2009 para operações de custeio, 69% foram contratadas com seguro agrícola, Proagro, PGPAF (Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar).

O Banco ampliou a utilização do seguro agrícola, ofertando proteção para as culturas de soja, milho e milho safrinha, algodão, trigo, arroz irrigado e cana-de-açúcar, nos principais estados produtores.

Conheça os principais produtos e serviços do Banco do Brasil para o agronegócio.

### **Crédito para cooperativas (GRI EC8)**

As cooperativas são importantes instrumentos de difusão de tecnologias e políticas desenvolvimentistas, agindo como um dos elos entre o produtor rural e o Governo. O Banco do Brasil, parceiro do segmento cooperativista, disponibilizou R\$ 1,2 bilhão para financiamento da atividade agropecuária de seus cooperados.

### **Programa Nacional de Crédito Fundiário**

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), criado para complementar o Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, é composto por duas linhas de financiamentos: a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e o Combate à Pobreza Rural/Nossa Primeira Terra (CPR/NPT). Ambas visam a consolidação da agricultura familiar e a redução da pobreza rural, mediante o financiamento de aquisição de propriedades rurais e de investimentos comunitários.

Em 2008, o Banco do Brasil contratou R\$ 203,9 milhões em operações no âmbito do programa, distribuídos em 6,8 mil contratos.

## Cartão de Crédito Ourocard Platinum Agronegócio



Em abril, o Banco do Brasil lançou a funcionalidade de investimento no cartão Ourocard Platinum Agronegócio, que permite ao produtor rural efetuar o pagamento dos bens financiados em operações de investimento com débito direto na operação de crédito rural contratada com o Banco. O Banco também disponibilizou, em parceria com a Visanet, solução para que as transações por meio do cartão

sejam realizadas pela internet. Em 2008 foram emitidos 120 mil cartões e afiliadas 2,8 mil empresas. O volume transacionado em operações de custeio e investimento por meio do cartão alcançou R\$ 1,5 bilhão.

## Repasse de Recursos do Governo (GRI S05)

Como principal fomentador do agronegócio no País, o Banco do Brasil é responsável pela execução dos programas do governo para esse segmento. Os recursos disponibilizados são obtidos, principalmente, por meio dos depósitos de poupança e à vista, Proger Rural, Pronaf, FCO e BNDES.

## Fonte dos Recursos para o Agronegócio

	R\$ milhões				
	2004	2005	2006	2007	2008
Depósitos à vista	5588	4496	5.486	9.233	8.356
Poupança	9353	12007	15.617	18.671	31.787
FAT	2645	5150	8.939	8.834	7.230
FCO	3729	4407	4.993	5.421	7.258
BNDES/Finame	3673	4211	4.580	4.350	3.857
Demais	5049	5438	5.449	5.375	5.202

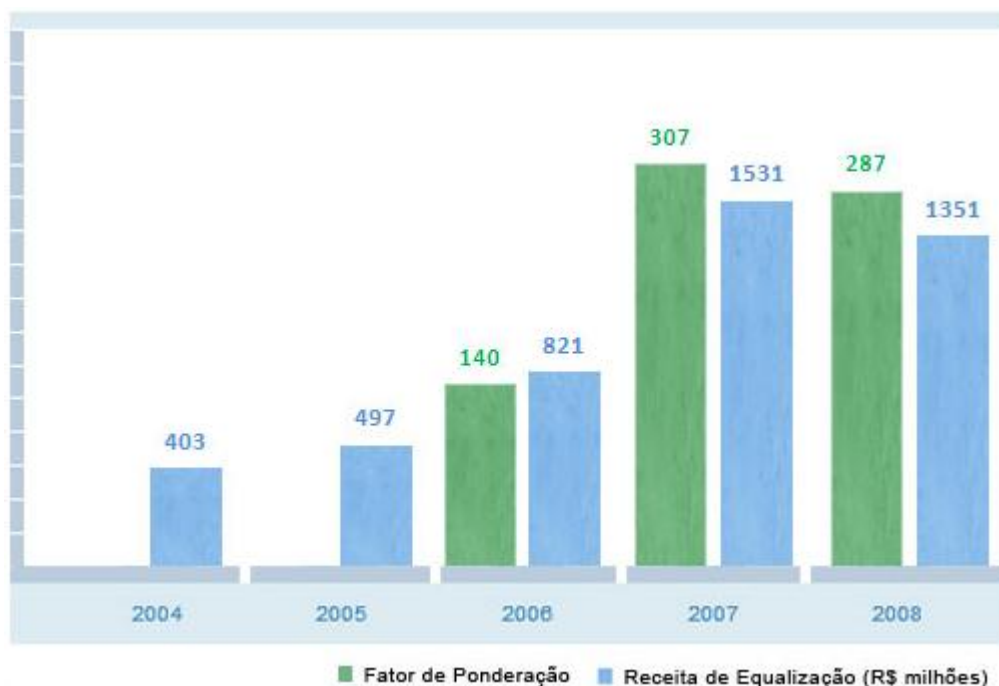
Variação (%) - anos					
		2005/2004	2006/2005	2007/2006	2008/2007
Depósitos à vista		-19,5	22,0	68,3	-9,5
Poupança		28,4	30,1	19,6	70,2

FAT		94,7	73,6	-1,2	-18,2
FCO		18,2	13,3	8,6	33,9
BNDES/Finame		14,6	8,8	-5,0	-11,3
Demais		7,7	0,2	-1,4	-3,2
<b>Participação de cada linha no total (%)</b>					
	2004	2005	2006	2007	2008
Depósitos à vista	18,6	12,6	12,2	17,8	13,1
Poupança	31,1	33,6	34,7	36,0	49,9
FAT	8,8	14,4	19,8	17,0	11,4
FCO	12,4	12,3	11,1	10,4	11,4
BNDES/Finame	12,2	11,8	10,2	8,4	6,1
Demais	16,8	15,2	12,1	10,4	8,2

O Banco utiliza fontes de recursos de poupança, depósitos a vista, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Tesouro Nacional, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO em financiamentos rurais com taxas reduzidas. Para tornar essa intermediação viável, o Tesouro Nacional paga ao Banco, na forma de equalização, a diferença entre o valor cobrado do tomador do crédito, os custos da captação, o risco de crédito e os custos administrativos e tributários.

Adicionalmente, em 2006 foram estabelecidos fatores de ponderação para os financiamentos contratados com recursos de depósitos à vista e de poupança. O fator de ponderação é um multiplicador que ajuda no cumprimento das exigibilidades e possibilita o incremento de receitas, mediante liberação de recursos no caixa para livre aplicação. **(GRI EC4)**

## Receita de Equalização e Fator de Ponderação



## Captação e Serviços (GRI 2.7)

Com R\$ 362,6 bilhões, um incremento de 39,1% em um ano, o Banco do Brasil possui a maior base de captações no mercado. O crescimento das captações reflete o movimento conhecido como “*flight to quality*”. Com a insegurança que a crise global lançou sobre o sistema financeiro brasileiro, o Banco do Brasil passou a ser considerado um “*safe harbor*” para os investidores e houve migração de recursos para o Banco.

Merecem destaque as captações de depósitos a prazo, cujo saldo corresponde a 41,3% do total das captações. Entre elas, o CDB registrou captações R\$ 73,7 bilhões a um custo médio de 97,5% do CDI.

### Captações – R\$ bilhões

	Dep. à Vista	Poupança	Interfinanceiros	Dep. a Prazo e de Investimentos	Captação no Mercado Aberto	Total
Dez/04	29,0	31,1	5,8	49,7	44,5	160,1
Dez/05	35,8	32,8	5,4	63,6	30,5	168,2
Dez/06	40,1	36,7	4,9	77,2	49,3	208,1
Dez/07	51,3	45,8	5,1	86,0	72,3	260,6
Dez/08	52,0	55,0	14,1	150,1	91,4	362,6

## **Captações no Exterior (GRI 2.7)**

Com o agravamento da crise financeira internacional, a partir de setembro de 2008, a tendência para as captações externas é descendente. Contudo, a diversificação do *funding* externo do Banco do Brasil ajuda a diminuir a falta de liquidez internacional, além do fato de o Banco do Brasil ser apontado como “*safe harbor*” pelo mercado, o que contribui para a manutenção dos depósitos no exterior.

## **Administração e captação de fundos e programas governamentais (GRI 2.7)**

### **Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**

Constituído em 1989 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante financiamentos direcionados às atividades produtivas, o FCO tem como principal agente o Banco do Brasil.

Em 2008, o Banco do Brasil contratou R\$ 3,5 bilhões em 71,4 mil operações com recursos do FCO. Desse total, 60,3% das operações foram contratadas por produtores rurais. Desde 1989, o Banco contratou mais de R\$ 17,7 bilhões em recursos, que gerou/manteve 2,2 milhões de empregos.

### **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)**

Com R\$ 3,1 bilhões, o que representa 49,6% dos recursos destinados aos bancos oficiais pelo FAT em 2008, o Banco do Brasil manteve a liderança na alocação dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A carteira total do Banco chegou a R\$ 14,8 bilhões. Esses recursos lastreiam diversos programas e linhas de crédito operadas pelo Banco do Brasil, tais como: Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Urbano e Rural); BB Giro Rápido; PC Conectado; e outras.

### **Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP) (GRI SO5)**

O governo federal e os estados e municípios constituíram parcerias público-privadas para concessão de serviços públicos. Como forma de garantia das parcerias constituídas, os entes públicos podem optar pela constituição de fundos garantidores. O Banco do Brasil administra fundos constituídos em favor dessas parcerias, inclusive os do governo federal. No final de 2008, o patrimônio desses fundos era de R\$ 3,8 bilhões.

O Banco do Brasil está preparado para administrar garantias prestadas pelos entes públicos em função das parcerias constituídas, com soluções personalizadas e adequadas a cada necessidade.

## Cartões (GRI 2.7)

O Banco do Brasil encerrou o exercício com uma base de 76,58 milhões de cartões.

	2007	2008	milhões
			Δ 2007 (%)
Cartões de Crédito	20,2	23,9	18,7
Cartões de Débito	47,2	52,7	11,5
Total	67,4	76,6	13,6

As receitas com prestação de serviços de cartões mantiveram a tendência ascendente, totalizando R\$ 1,2 bilhão no ano, 36,3% a mais do que em 2007, o que representa 11,1% do total de receitas de prestação de serviços. As receitas globais com cartões, que incluem receitas de prestação de serviços, rendas de financiamento, rendas de equivalência Visanet e demais rendas e serviços, totalizaram R\$ 3,6 bilhões, com crescimento de 54,3% em relação a 2007.

## Receitas de prestação de serviços com cartões (R\$ milhão)



Oferecendo serviços como pagamento de contas, crédito para produtores rurais, comércio exterior e micro e pequenas empresas, o faturamento com cartões de crédito chegou a R\$ 9,7 bilhões em 2008, com crescimento de 27,1% sobre 2007,

e o faturamento com cartões de débito atingiu R\$ 9,1 bilhões, com crescimento de 36,3% em relação ao ano anterior.

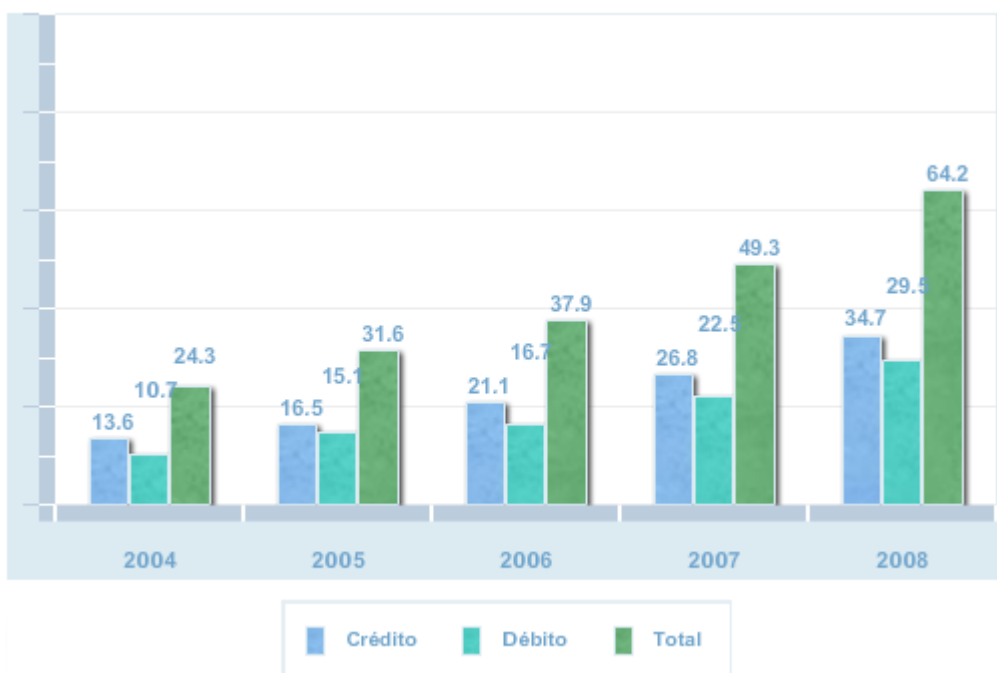
Com esse desempenho, o BB manteve a liderança em faturamento de cartões da bandeira Visa e faturamento com cartões de débito. As lideranças estão ancoradas na oferta de um amplo portfólio de modalidades de cartão disponíveis nas bandeiras Visa e MasterCard, tendo como diferencial competitivo uma moderna plataforma de cartões multifuncionais, agregada à tecnologia do chip, que oferece um amplo conjunto de funcionalidades e segurança aos portadores de cartões do Banco do Brasil.

O Banco promoveu a troca da base de cartões de crédito e débito por cartões com chip. Essa medida permitiu que todos os clientes do Banco tenham à sua disposição um cartão mais seguro e com maiores possibilidades tecnológicas.

O Banco do Brasil, mantendo sua tradição de vanguarda, inovou mais uma vez no mercado de cartões com o lançamento do primeiro cartão que reúne as funções de débito, crédito e armazenamento de certificado digital. Os primeiros cartões com a tecnologia são os novos Ourocard Empresarial Comércio Exterior e o cartão de pagamento do Governo Federal.

O Banco do Brasil também foi o primeiro banco brasileiro a oferecer a seus clientes a tecnologia **Visa Mobile Pay**, um serviço que permite o pagamento via celular, utilizando o cartão de crédito.

### Faturamento – Cartões – R\$ bilhões





## Cartões para Empresas e Governo

A base do Ourocard Empresarial e do Ourocard Governo alcançou 133,7 mil plásticos em dezembro de 2008, número 14,9% maior que em 2007. O faturamento com essa modalidade foi de R\$ 956,4 milhões.

No mercado MPE, o Banco do Brasil é líder no ramo de Cartão BNDES, com 63% dos cartões emitidos. O Cartão BNDES permite às empresas com faturamento anual de até R\$ 60 milhões acesso à linha de crédito para financiar investimentos, como aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens de produção, inclusive bens de capital, com recursos do BNDES.

## Cartões Visa Vale

Oferecendo cartões para pagamento de benefícios, como auxílio-alimentação e auxílio-combustível, o Banco do Brasil encerrou o ano com uma base de 1,8 milhão de cartões Visa Vale, com crescimento de 60,7% quando comparado ao ano anterior. O faturamento chegou a R\$ 750 milhões, 26,9% maior que em 2007.

## Parcerias



A base de cartões emitidos por parceiros alcançou 1,9 milhão em dezembro. Esses cartões são utilizados para parcelar as compras nos estabelecimentos parceiros, contratar seguros e títulos de capitalização, bem como para usar a função crédito em estabelecimentos comerciais.

Durante o ano, foram formadas 27 parcerias em diversos segmentos, merecendo destaque os negócios com a General Motors, a Telefônica, a Cia. Aérea GOL, a BR Distribuidora, a Brasil Telecom, as Lojas Maia, a Novo Mundo, entre outras.

## **Consórcio**

BB Consórcios encerrou o ano como a segunda maior administradora do mercado no segmento de automóveis, com 73,4 mil participantes ativos, e 130,9 mil consorciados, quando somados todos os segmentos.

Desde junho de 2008, a BB Consórcios comercializa consórcio imobiliário. Em apenas seis meses, o Banco do Brasil comercializou mais de 4,3 mil cotas de consórcio de imóveis que totalizaram R\$ 378 milhões em cartas de créditos.

## **Serviços**

### **Cobrança e Arrecadação de Convênios**

O Banco do Brasil realiza serviços de arrecadação de bloqu岸os de cobrança e convênios de serviços públicos, como água, luz e telefone. Esse serviço agrega comodidade ao cliente, que transfere ao Banco a tarefa de cobrar seus clientes, e gera receita ao Banco do Brasil. Em 2008, esses serviços movimentaram R\$ 539 bilhões e geraram R\$ 1,5 bilhão em receitas para o Banco.

### **Folhas de Pagamento**

O Banco do Brasil é o responsável pelo processamento de 46.884 folhas de pagamento, entre clientes pessoa jurídica e setor público. No total, o Banco atendeu a 9,6 milhões servidores públicos e funcionários de empresas privadas com esse serviço, mantendo-se líder nesse mercado. Com as incorporações e aquisições realizadas, o Banco do Brasil torna-se o agente financeiro dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Piauí.

### **Pagamento de Benefícios**

No pagamento de aposentados e pensionistas do INSS, o Banco do Brasil manteve a liderança em quantidade de pagamentos realizados (74,5 milhões), que totalizaram R\$ 42,1 bilhões.

### **Arrecadação de Tributos**

Em arrecadação de tributos, o Banco do Brasil detém 23,2% do mercado na esfera federal e 32,0% na estadual. Em termos de arrecadação, o Banco do Brasil movimentou R\$ 147,7 bilhões na esfera federal e R\$ 96,4 bilhões nas esferas estaduais e municipais.

### **Licitações-e (GRI EC8)**

Maior sistema eletrônico de compras e contratações de serviços utilizados pelo setor público, o Licitações-e possibilitou, no exercício, a realização de 55,1 mil

licitações eletrônicas, movimentando R\$ 11,7 bilhões. Através do portal, os compradores já contrataram mais de R\$ 33,1 bilhões, nos 181 mil processos licitatórios concluídos. Diariamente, centenas de novas licitações são abertas e disputadas.

Os fornecedores que utilizam o portal Licitações-e para vender seus produtos e serviços desfrutam de inúmeras vantagens:

- Eliminação de custos com deslocamento e hospedagem para envio de propostas e lances;
- Participação em licitações realizadas em qualquer lugar do país sem necessidade de deslocamento.
- Acompanhamento de todos os preços praticados após a abertura de propostas e durante as fases do processo.

### **Regimes Próprios de Previdência Social (GRI 2.7, EC8)**

O Banco do Brasil presta serviços para estados e municípios na reorganização e no apoio à gestão de seus regimes próprios de previdência social, permitindo o ajuste sustentável de suas contas públicas. Líder na gestão dos recursos garantidores dos benefícios dos servidores públicos, com R\$ 8,9 bilhões, o Banco oferece serviços de atuária, contabilidade e análise de benefícios que contribuem para que os entes permaneçam em conformidade com a legislação vigente e beneficiam 266,5 mil servidores entre ativos, inativos e pensionistas.

### **Serviços para Entes Públicos**

O Banco do Brasil, centralizador da Restituição de Imposto de Renda Pessoa Física, contabilizou cinco milhões de créditos a contribuintes, no valor total de R\$ 4,9 bilhões. O Banco é, também, o centralizador do Simples Nacional, e processou a repartição, entre União, estados e municípios, de R\$ 24,2 bilhões arrecadados.

Na qualidade de Agente Financeiro do Tesouro Nacional, o Banco do Brasil processou em 2008 o pagamento de 4,8 milhões de Ordens Bancárias do Tesouro Nacional, envolvendo recursos da ordem de R\$ 284,3 bilhões. Além disso, o Banco realizou a distribuição da arrecadação federal referente ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo da Educação Básica (Fundeb), Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide), dentre outros, no valor total de R\$ 254,7 bilhões.

### **Serviços para a Sociedade**

Além da prestação de serviços bancários, o Banco do Brasil disponibiliza sua ampla rede de agências para a prestação de serviços à sociedade. O Banco presta serviços de emissão e regularização de CPF e serviços relativos ao imposto de renda (recebimento da declaração, pagamento da restituição e recebimento do imposto devido). O Banco também presta serviço de recebimento e distribuição de numerário, compensação de cheques e cobrança da dívida ativa.

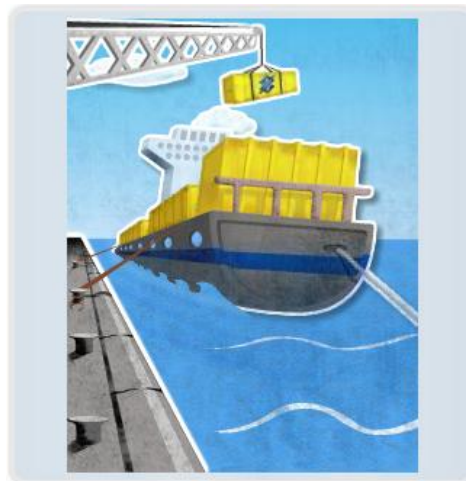
### **Cash Management**

O Banco do Brasil encerrou o ano com 1,1 milhão contratos com empresas para prestação de serviços de *cash management*, gerando movimentação financeira de R\$ 1,65 bilhão e receitas de tarifas de R\$ 1,7 bilhão.

### **Balcão de Comércio Exterior**

O Balcão do Comércio Exterior é uma solução de comércio eletrônico que simplifica e dinamiza as negociações entre exportadores brasileiros e importadores em todo o mundo, com rapidez e segurança. Ao final de 2008, o Balcão contava com 6 mil exportadores e 4 mil importadores cadastrados. Com uma grande diversidade de produtos catalogados em diferentes categorias, a maior vantagem do Balcão para os importadores é a certeza da procedência das empresas ofertantes – todas clientes do Banco do Brasil.

Conheça o Balcão Comércio Exterior no Portal BB ([www.bb.com.br/comex](http://www.bb.com.br/comex)).



### **Consultoria e Treinamento em Negócios Internacionais (GRI EC8)**

O Banco do Brasil coloca à disposição dos clientes sua experiência e credibilidade nas áreas técnica, operacional e financeira do comércio exterior. Em 2008, o Banco prestou serviço de consultoria e capacitou 14,6 mil empresários para apoiá-los na inserção das empresas brasileiras no mercado internacional.

### **Garantias Internacionais**

O Banco do Brasil presta serviço de garantias internacionais por meio de operações de fiança, *Bid Bond*, *Performance Bond*, *Refundment Bond* e cartas de crédito *standby*. Essas operações envolvem as agências do Banco e os bancos correspondentes e visam garantir operações de empresas brasileiras no exterior.

### **Remessas Internacionais**

O Banco do Brasil oferece serviço de remessas do e para o exterior a pessoas físicas e empresas. As ordens de pagamento podem ser realizadas por meio de convênio com a Western Union, da rede de agências do Banco do Brasil e de bancos correspondentes.

## **Seguros, Previdência e Capitalização (GRI 2.7)**

O Banco do Brasil mantém, por meio de sua subsidiária integral o BB Banco de Investimentos, participações em empresas nos ramos de seguros, previdência e capitalização, disponibilizando aos seus clientes um vasto portfólio de produtos não-bancários.

A venda de produtos de seguridade é realizada tanto por meio da ampla rede de agências do Banco do Brasil, como de corretores e parcerias realizadas pelo Banco.

Os negócios na área de seguridade, previdência e capitalização agregaram ao Banco R\$ 1,5 bilhão, entre equivalência patrimonial e receitas de serviços, com incremento de 24,9% em relação ao ano anterior.

Com 48,9% de participação de mercado nos seguros rurais, a Aliança do Brasil é a primeira no ranking desse segmento. As vendas do seguro agrícola, safra 2007/2008, foram recordes, atingindo R\$ 192,9 milhões em prêmios.

No ramo vida, a empresa também alcançou recorde histórico de vendas – R\$ 1,06 bilhão, superando as vendas de 2005, 2006 e 2007.

Como consequência, a Aliança apurou até dezembro R\$ 1,53 bilhão em prêmios retidos e lucro líquido 47,8% maior que no mesmo período de 2007, alcançando R\$ 247,9 milhões. A sinistralidade acumulada do período diminuiu de 35,4% para 31,6%.

A Brasilcap manteve a liderança no mercado de capitalização pelo 12º ano consecutivo, com participação de mercado de 23,2% em arrecadação e 22,5% em reservas, acumuladas até novembro de 2008. Em 2008, a empresa alcançou a marca de R\$ 2 bilhões em arrecadação.

Por ocasião dos 200 anos do Banco do Brasil, a Brasilcap distribuiu, em um único sorteio, mais de R\$ 10 milhões, fato inédito no mercado. No ano, a Brasilcap distribuiu R\$ 68,1 milhões em prêmios a 41 mil títulos.

Inovando no mercado de capitalização, a Brasilcap lançou o primeiro título de capitalização com renda variável – o Ourocap Flex, que permite ganhos financeiros que vão além da atualização monetária.

A Brasilprev, empresa de previdência complementar do Banco do Brasil em associação com o Principal Financial Group e o SEBRAE, possui um completo portfólio de produtos tanto na modalidade PGBL como VGBL.

Líder em captação líquida (volume total de contribuições, deduzidos os resgates), a Brasilprev detém o melhor índice de retenção de clientes do mercado de previdência privada aberta.

Líder em captação líquida (volume total de contribuições deduzidos os resgates) com 28,4% de participação de mercado (em novembro de 2008), obteve o melhor índice de retenção de clientes do mercado de previdência privada aberta.

Em 2008, a Brasilprev registrou arrecadação recorde (R\$ 4 bilhões). Tal desempenho garantiu a 3ª posição no mercado de previdência privada aberta,

com participação de 12,79% em arrecadação e 13,75% em reservas, conforme *ranking* Fenaprevi (base novembro).

A Brasilsaúde comercializa seguro-saúde e seguro odontológico nas modalidades Coletivo Empresarial e Coletivo por Adesão, tendo como público-alvo o segmento empresarial. A Companhia se apóia na estratégia de comercialização de seus produtos por intermédio de corretores independentes. A partir de julho de 2008, a Companhia passou a ser classificada como operadora de grande porte, segundo os critérios adotados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Com essa estratégia, a Brasilsaúde alcançou, em 2008, R\$ 170 milhões em prêmios retidos, aumento de 28,2% em relação a 2007.

Com o aumento da participação de mercado para 6,5%, a Brasilveículos conquistou o 6º lugar no ranking Susep (posição em novembro de 2008). A Companhia comercializou, mensalmente, um número recorde de apólices que refletiu no faturamento de R\$ 1 bilhão em prêmios retidos, com crescimento de 20,8% em relação a 2007.

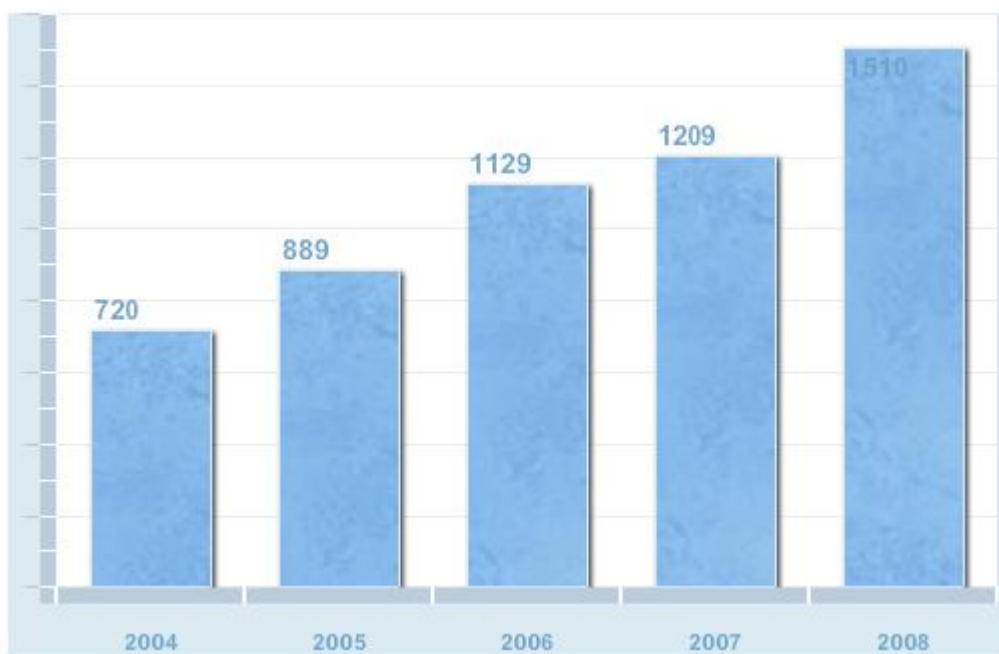
Em 2008, a Brasilveículos lançou três novas modalidades do Seguro Auto (Flex, para mulheres e para caminhoneiros), criou a possibilidade de pagamento das faturas com cartão de crédito e lançou o portal WAP BB Seguro Auto.

A Brasilveículos reviu o formato do kit do segurado e passou a utilizar material totalmente reciclado, inclusive o plástico, que é biodegradável, reduzindo o tempo de decomposição dos resíduos.

A BB Previdência oferece soluções em previdência complementar fechada para empresas. A Empresa encerrou o ano com patrimônio de R\$ 1,4 bilhão, 41 planos de 54 empresas patrocinadoras e mais de 60 mil participantes.

Além dos negócios realizados, as subsidiárias do Banco do Brasil mantêm uma constante preocupação socioambiental, desenvolvendo e apoiando projetos que atendem à comunidade.

## Valor Agregado de Seguridade – R\$ milhões



### Administração de Recursos de Terceiros (GRI 2.7)

A BB DTVM, maior administradora de recursos de terceiros no Brasil, administra R\$ 246,3 bilhões em recursos de terceiros – montante 11,9% superior ao de 2007 – e detém 20,67% de participação de mercado. Além dos recursos administrados, computados para efeito do *ranking Anbid*, a Empresa também tem sob sua gestão e administração de outros fundos o volume de R\$ 55,9 bilhões.

Do total de recursos administrados, R\$ 52,5 bilhões encontram-se em **fundos com atributos socialmente responsáveis**.

Aliando excelência em soluções de gestão aos mais diversos segmentos de mercado com a ampla rede de distribuição do Banco do Brasil, a BB DTVM foi reconhecida como a melhor gestora de fundos de atacado e cambiais pela revista *Exame* e doze de seus fundos foram premiados pela revista *Valor Investe*.

### Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Clientes

R\$ milhões

	Dez/04	Dez/05	Dez/06	Dez/07	Dez/08	Δ 2007 (%)
Pessoa Física	35.730	47.916	55.119	61.336	58.477	-4,6
Pessoa Jurídica	13.316	13.638	17.837	19.427	23.721	22,1
Governo	9.923	20.905	26.928	32.641	49.201	50,7
Investidor Institucional	55.863	62.952	76.925	97.726	102.526	4,9

Investidor Estrangeiro	9.031	8.056	5.873	9.005	12.408	37,8
Outros	159	41	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>124.021</b>	<b>153.508</b>	<b>182.683</b>	<b>220.136</b>	<b>246.334</b>	<b>11,9</b>

### **Mercado de Capitais e Tesouraria (GRI 2.7)**

O Banco do Brasil disponibiliza serviço de compra e venda de ações por meio de sua rede de agências, a internet (*home broker*) e o celular, o que resultou em um volume financeiro de R\$ 14,4 bilhões.

O Banco do Brasil possui área de pesquisa que realiza cobertura das principais empresas brasileiras em diversos setores da economia, agronegócios, petroquímica e serviços. O Banco possui, ainda, área de vendas voltada para o mercado de capitais em Nova Iorque, Londres, São Paulo e Rio de Janeiro.

O Banco do Brasil unificou as tesourarias doméstica e internacional. Essa nova configuração, organizacional e de processos, proporciona refinamento na gestão financeira do Banco e confere maior segurança às operações e melhor atendimento aos clientes. Com soluções globais, a tesouraria atua nos mercados doméstico e externo atendendo tanto aos clientes do Banco como o próprio Conglomerado.

### **Mercado Doméstico**

O Banco do Brasil atua no mercado doméstico de capitais por meio do BB Banco de Investimento S.A. (BB-BI), oferecendo soluções completas às empresas brasileiras e integrando os produtos e serviços de mercado de capitais à atuação comercial. Na custódia de ativos no mercado doméstico, ocupa o 2º lugar no ranking Anbid com 24% de participação de mercado.

Em 2008, o BB-BI participou de 15 operações de renda fixa com volume de R\$ 3,9 bilhões e de três operações de renda variável. Atuou como Coordenador-Líder na Oferta Pública de Ações da Copasa, no valor total de R\$ 460 milhões, e como Coordenador na Oferta Pública de Ações da Vale, no valor de R\$ 19,4 bilhões. No ranking Anbid de renda variável, ocupa o 4º lugar com volume de R\$ 3,9 bilhões em 2008.

O BB atua, também, no segmento de *private equity*, constituindo parcerias com gestores para estruturação de fundos, com destaque para os de governança corporativa, agronegócios e sustentabilidade empresarial. Além de investir nesses fundos, o Banco assessora os gestores na captação de recursos com investidores institucionais, na análise e negociação com empresas-alvo, na geração de valor e no desinvestimento das empresas investidas.

Ao final de 2008, foi formalizada a captação de um fundo de R\$ 600 milhões, com foco na promoção das melhores práticas de governança corporativa.



## **Mercado Internacional**

No mercado de capitais internacional, o BB, por meio de sua corretora externa, BB Securities Ltd, liderou duas emissões, totalizando US\$ 180 milhões, além de atuar como *co-manager* na emissão realizada pela STN no valor de US\$ 525 milhões, e na operação do BNDES no valor de US\$ 1 bilhão.

Em 2008, o volume de negociação no mercado secundário totalizou US\$ 4,4 bilhões e marcou o início da cobertura de investidores no Oriente Médio, em adição aos mercados da Europa e da Ásia.

## Governança Corporativa (GRI 4.1)

Listado desde maio de 2006 no Novo Mercado da Bovespa – segmento que reúne as empresas com as mais rigorosas práticas de governança corporativa –, o Banco do Brasil está comprometido com a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade socioambiental.

Esses compromissos fazem parte do dia a dia do BB. Políticas e ferramentas de controle alinham a gestão da Organização aos interesses dos acionistas e da sociedade.

Para frisar seu compromisso, com as melhores práticas de governança corporativa, o BB lançou, em 2007, seu Código de Governança Corporativa, **(GRI 4.4)** que consolida os principais princípios e práticas da Empresa.

## Estrutura Societária (GRI 2.3, 2.9, 3.10)

De forma a envolver todos os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diferentes negócios do BB, bem como para reduzir os riscos dos negócios, as decisões em qualquer nível são tomadas de forma colegiada. Excetuando-se os casos em que a estrutura organizacional não permita, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões estratégicas para garantir agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão. **(GRI 4.1)**

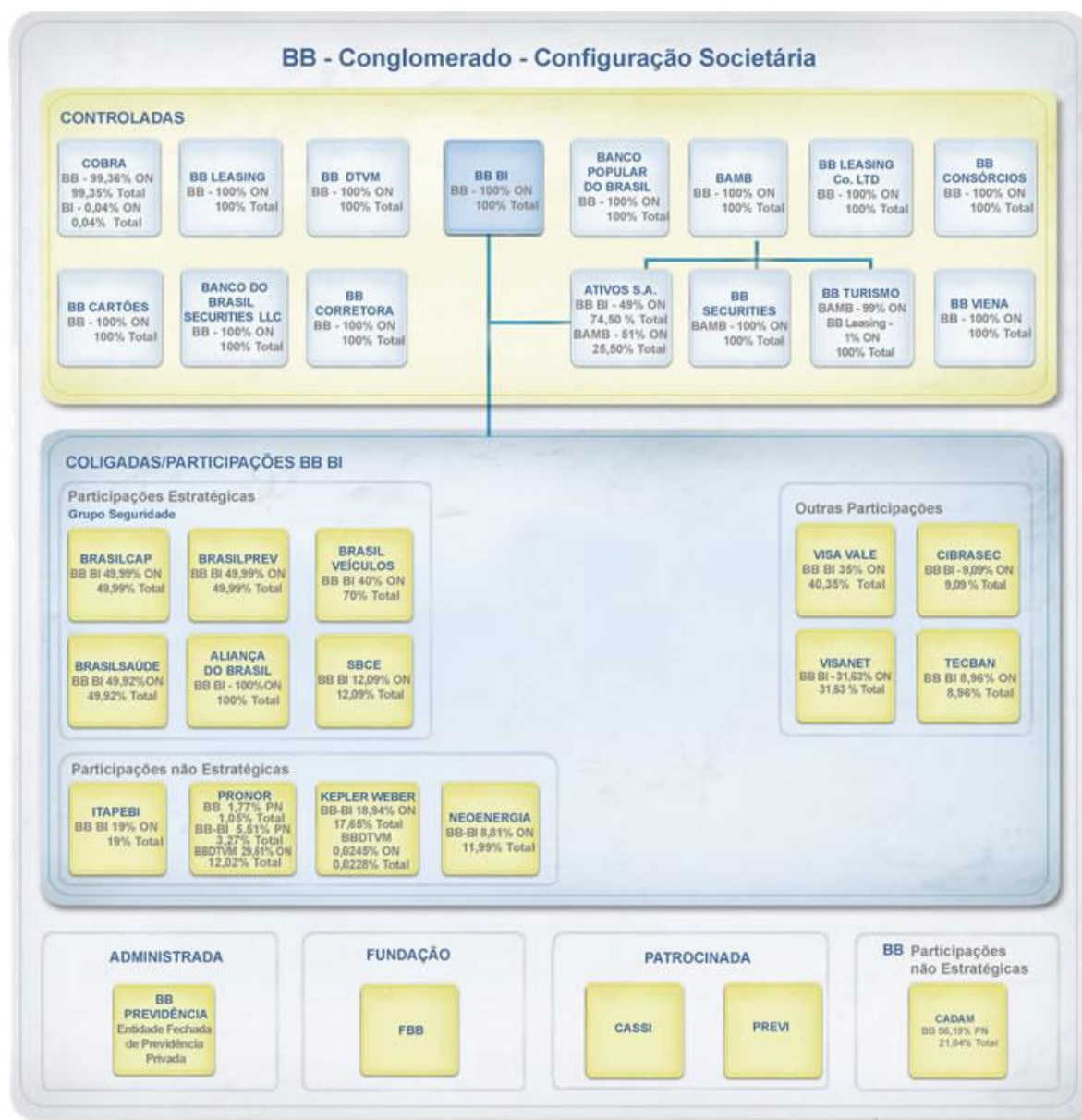
Para evitar conflitos de interesse, o Banco, o Acionista Controlador, os Administradores e os membros do **Conselho Fiscal** obrigam-se a resolver qualquer disputa ou controvérsia por meio da arbitragem, conforme definido no **Estatuto Social** do BB e no **Código de Governança Corporativa**. **(GRI 4.6)**

Para ampliar o foco estratégico no microcrédito e obter maior sinergia na implementação das estratégias voltadas para a população de menor renda, o Banco do Brasil, em maio de 2008, aprovou a criação da Diretoria Menor Renda, voltada para os clientes com renda de até um salário mínimo. A nova Diretoria agregou o Banco Popular do Brasil, a Gerência de Desenvolvimento Regional Sustentável, a gestão da rede de correspondentes bancários e as carteiras de crédito de clientes desse segmento.

Além disso, o BB incorporou o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) e o Banco do Estado do Piauí (BEP) e adquiriu participação societária do Banco Nossa Caixa. Juntas, essas instituições possuem mais de 6 milhões de clientes. O BB passou a ser o agente financeiro dos estados alienadores do controle societário dos bancos adquiridos ou incorporados e vai centralizar o processamento das respectivas folhas de pagamento. **(GRI 3.11)**

Já no início de 2009, o Banco do Brasil firmou, ainda, parceria com o Banco Votorantim para ampliar sua presença no mercado de crédito ao consumo, em especial o financiamento a veículos, e para fortalecer sua atuação nos segmentos de *corporate banking* e de mercado de capitais.

Entre as empresas coligadas, o Banco do Brasil adquiriu participação da seguradora Aliança da Bahia. A aquisição do controle acionário permitiu ao BB implantar novas práticas de governança corporativa na companhia e adequar o portfólio de produtos da seguradora às necessidades dos seus clientes. O negócio foi realizado pelo BB-BI, banco de investimento controlado pelo BB.

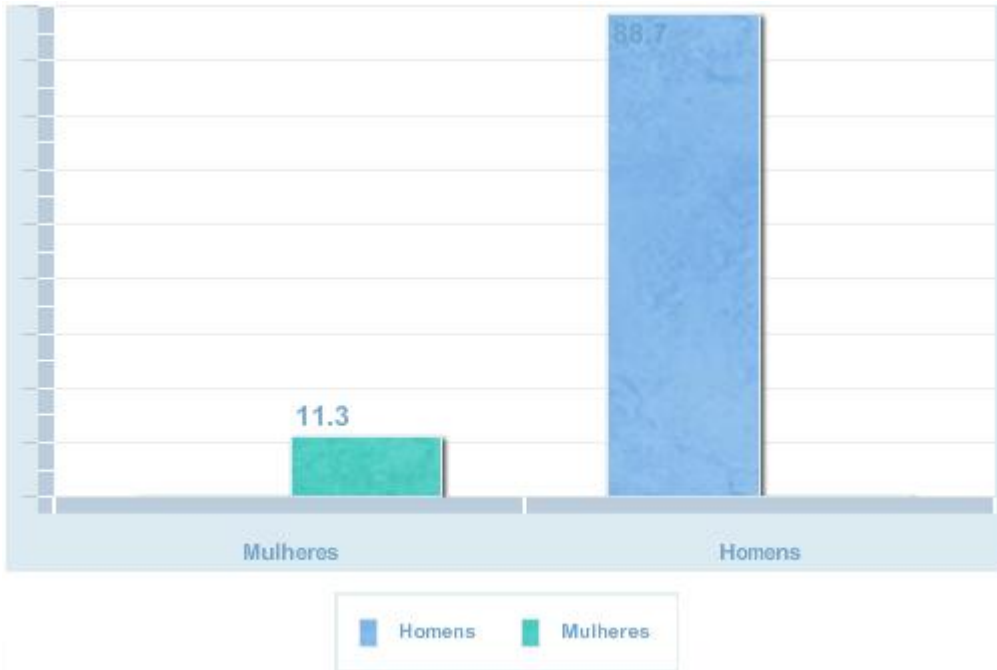


### Administração (GRI 4.1, LA13)

No âmbito da Administração, os principais órgãos são o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Diretor, e seus membros devem ser brasileiros, dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, experiência, idoneidade moral, reputação

ilizada e capacidade técnica compatível com o cargo, conforme estabelecido no artigo 11 do Estatuto do Banco do Brasil. (GRI 4.7, EC7)

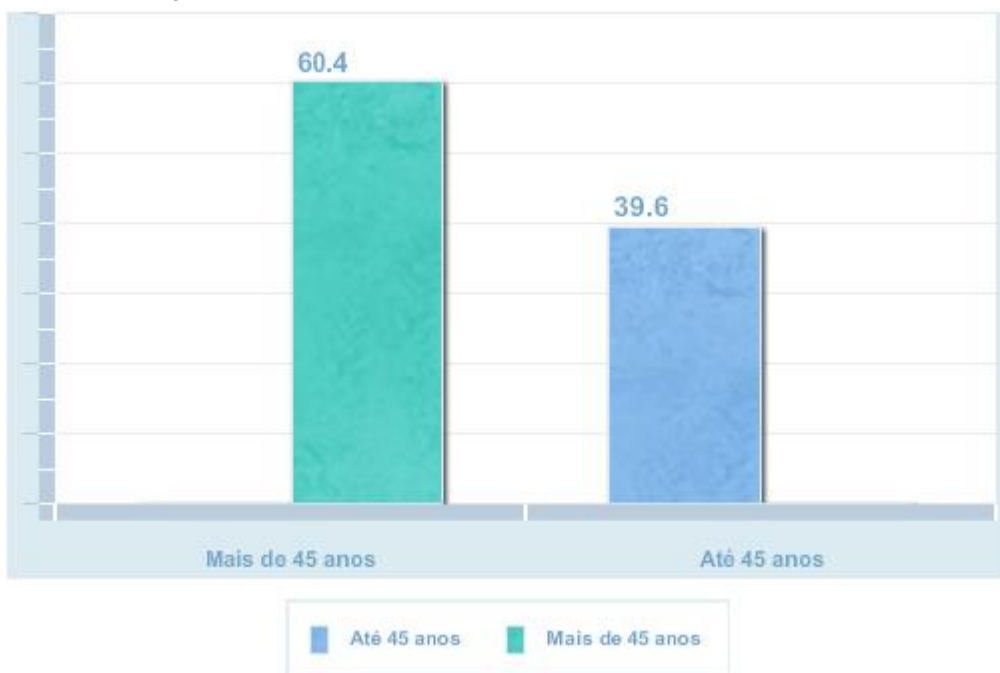
### Administração por Gênero (%)



### Administração por Cor (%)



## Administração por Idade (%)



O **Conselho de Administração (CA)**, mais alto órgão de governança da Empresa, desempenha atribuições estratégicas, eletivas e fiscalizadoras, tais como aprovar políticas, estratégias e planos corporativos. O Conselho manifesta-se sobre as demonstrações financeiras trimestralmente, sobre o relatório da administração semestralmente e sobre o relatório de sustentabilidade anualmente. **(GRI 4.9)**.

O Conselho de Administração é composto por sete membros, que devem ser eleitos, entre os acionistas, na Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição. Os atuais sete Conselheiros de Administração do BB foram eleitos em 25 de abril de 2007. **(GRI 4.1, 4.7)**

Cabe à União a indicação de cinco membros no Conselho de Administração, sendo as duas vagas remanescentes destinadas a Conselheiros Independentes, como definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa. **(GRI 4.3, 4.4)**

Os membros do CA são indicados conforme o perfil da representação acionária do Banco. Nenhum dos conselheiros tem participação significativa no capital social e apenas o Vice-Presidente do Conselho de Administração acumula função executiva, como Presidente do Conselho Diretor. **(GRI 4.2)**

A remuneração dos membros dos órgãos de administração é fixada anualmente pela Assembleia Geral, conforme artigo 16 do Estatuto do Banco. A Assembleia determinou que os honorários mensais são de um décimo do que, em média mensal, perceberem os membros da Diretoria Executiva, excluindo-se outros benefícios de natureza salarial. A remuneração dos membros do Conselho de

Administração não excede o disposto na Lei 9.292/96 e não há nenhuma vinculação a desempenho. **(GRI 4.5)**

Em 2008, o Comitê de Administração do Banco encontrou-se 14 vezes.

A **Diretoria Executiva**, responsável pela administração dos negócios, é composta pelo presidente, por nove vice-presidentes e por 27 diretores. Sua missão é cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral de acionistas e do Conselho de Administração e as decisões colegiadas do Conselho Diretor e da própria Diretoria Executiva. **(GRI 4.1)**

Os membros da Diretoria Executiva têm mandato de três anos, permitida a reeleição. O Presidente do BB é nomeado e demissível pelo Presidente da República, enquanto os Vice-Presidentes e os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração. O cargo de Diretor é privativo de funcionários da ativa.

O **Conselho Diretor** está situado no âmbito da Diretoria Executiva. É órgão colegiado formado pelo Presidente e pelos Vice-Presidentes, cujas decisões têm de ser seguidas por toda a Diretoria Executiva. **(GRI 4.1)**

### **Fiscalização e Controle (GRI 4.1 e LA 13)**

O Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria e a Auditoria Interna são órgãos estatutários que asseguram a fiscalização e o controle da propriedade sobre a gestão da organização.

O **Conselho Fiscal** funciona permanentemente, fiscalizando os atos administrativos. É composto por cinco membros e respectivos suplentes eleitos em Assembleia Geral para mandato de um ano. Os acionistas minoritários têm o direito de eleger dois membros.

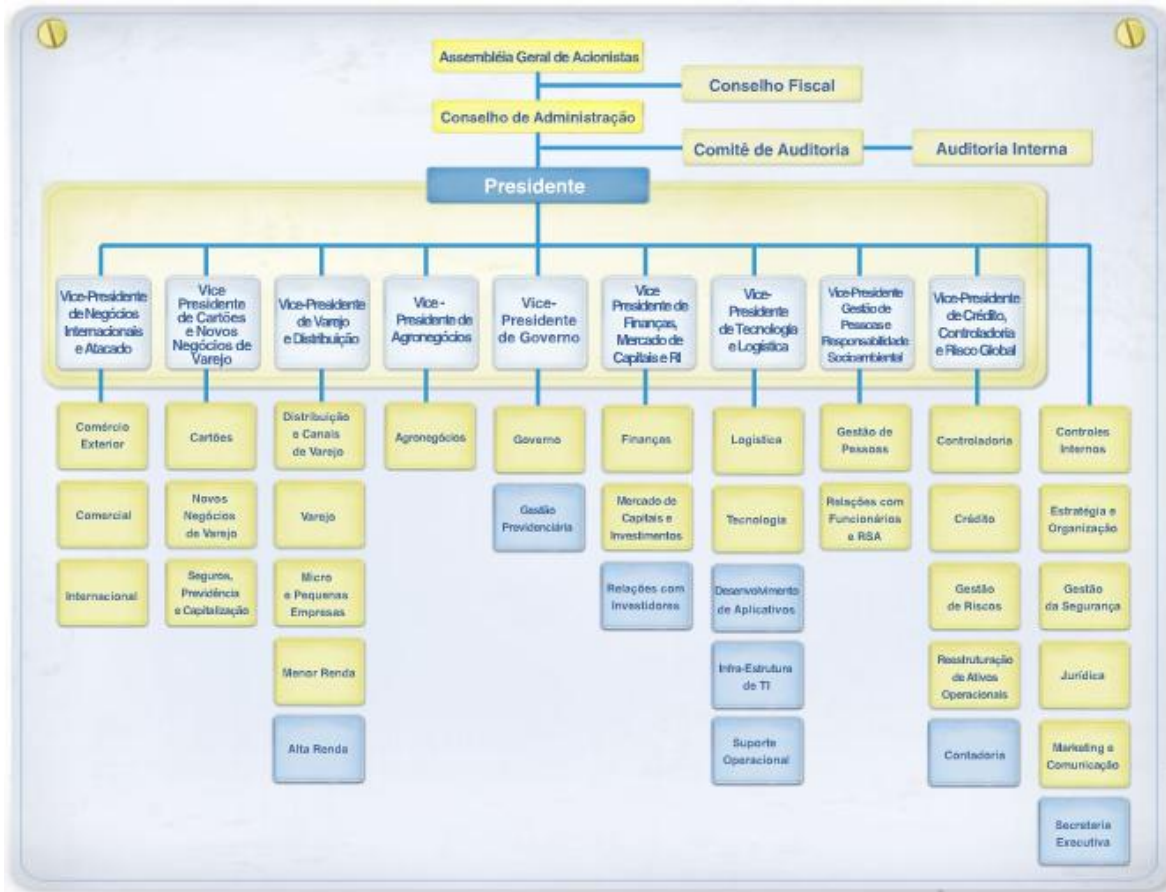
Os atuais conselheiros fiscais e seus suplentes foram eleitos na reunião da Assembleia Geral de 17 de abril de 2008.

O **Comitê de Auditoria** tem como atribuições, entre outras previstas na legislação, assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções de fiscalização. É composto de três membros efetivos e um suplente eleitos pelo CA para um mandato de um ano, que pode ser renovado por até cinco anos. Um dos membros deve ser escolhido dentre os Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas minoritários e outro dentre os Conselheiros de Administração indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda. **(GRI 4.9)**

A **Auditoria Interna** é subordinada ao Conselho de Administração e tem por principal missão realizar auditorias com foco nos riscos e assessorar o CA, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e as subsidiárias. Seu titular, o Auditor Geral, é escolhido dentre funcionários da ativa e nomeado ou dispensado pelo CA. **(GRI 4.9)**

A **Auditoria Independente**, contratada na forma da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, avalia a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e emite pareceres sobre as demonstrações contábeis e respectivas notas

explicativas. Em 2008, esse serviço foi prestado pela KPMG Auditores Independentes. (GRI 3.13, FS9)



### Relacionamento com o mercado (Forma de Gestão - Indicador Econômico)

O relacionamento do BB com seus mais de 363 mil acionistas é pautado pela transparência, prestação de contas, equilíbrio de direitos e responsabilidade corporativa. A gestão desse relacionamento é responsabilidade da área de Relações com Investidores, que é o principal canal de comunicação da Empresa com o mercado investidor.

O Banco do Brasil realiza encontros, teleconferências e participa de eventos com o mercado, analistas e acionistas. Trimestralmente, realiza teleconferências para explicar o resultado e mantém informações atualizadas e amplas no site de RI ([bb.com.br/ri](http://bb.com.br/ri)). Além das teleconferências de resultado, o Banco do Brasil



realizou teleconferências para esclarecer e informar seus acionistas, analistas e o mercado sobre os momentos peculiares pelos quais a Empresa passou, tais como as perspectivas para o agronegócio no Brasil, os efeitos da crise global nos negócios da Empresa e as aquisições e incorporações de outras instituições financeiras realizadas pelo BB (Besc, BEP e Nossa Caixa). **(GRI 3.3)**

#### **Políticas de Divulgação e Negociação (GRI 4.8)**

O BB instituiu em 2002 a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que regulamenta, no âmbito de todo o Conglomerado, o tratamento das informações privilegiadas.

Além dessa política, o Banco mantém, desde a vigência da Instrução CVM 31/84, uma Política de Negociação (autorregulação), por meio da qual normatiza e controla a divulgação de informações relevantes e a negociação, por funcionários e administradores, com valores mobiliários de sua emissão.



## Processos Internos (GRI 4.8, FS9)

Indicador	Metas 2008	Desempenho 2008
Agências com serviços de <i>back-office</i> segregados <sup>1</sup>	100%	61%
% de disponibilidade dos TAA	97%	97,2%

<sup>1</sup> A meta foi ajustada para cumprimento em março de 2009.

O cenário econômico mundial, marcado pela alta volatilidade nos mercados e pela escassez de liquidez no sistema financeiro, traz consigo enormes desafios para as empresas, e, em especial, para os bancos. No caso do Banco do Brasil, a sólida estrutura de gestão de riscos e a adoção das melhores práticas em processos internos são instrumentos importantes para mitigar os impactos da crise sobre os resultados.

Todas as estruturas e processos internos da Organização estão alinhados às estratégias corporativas, ao ambiente externo e aos impactos socioambientais de sua atuação. O Banco é conservador em suas políticas de gestão de riscos, e a atuação da empresa é norteada por instrumentos consagrados de gestão, como estrutura decisória compartilhada e colegiada, além de planos e orçamentos corporativos. **(GRI 4.11)**

O Banco não realiza operações especulativas com derivativos, uma vez que sua política de utilização de instrumentos derivativos tem por objetivo gerenciar as posições próprias ativas e passivas, ou seja, anular ou reduzir os efeitos das oscilações de mercado nos resultados do conglomerado e atender às necessidades dos clientes. Esses derivativos são diariamente monitorados, em conformidade com os clientes de riscos estabelecidos.

No Banco do Brasil a busca por novos negócios é sempre norteada pelo potencial de geração de retornos sólidos aos acionistas, considerando aspectos como o retorno sobre o investimento, o risco e a remuneração adequada pelo serviço prestado. No entanto, instituição bicentenária que é, o BB reafirma seu compromisso com o longo prazo ao pautar suas decisões de negócio também pelos interesses da sociedade, levando em consideração as possibilidades de inclusão social, geração de trabalho e renda e respeito ao meio ambiente.

Em conformidade com suas políticas internas, o BB não possui participação permanente em empresas cujas atividades não guardem afinidade direta com o seu negócio. Além disso, não adquire participação em empresas que não cumprem as determinações relativas aos direitos humanos, as leis do trabalho e as normas de preservação ambiental. **(GRI HR1)**

Todas as aquisições e incorporações realizadas no decorrer de 2008 e as demais em estudo são pautadas pela complementaridade dos negócios, pela análise rigorosa dos retornos financeiros esperados, pelo potencial de captura de sinergias e pelos ganhos de escala proporcionados pelo crescimento da

participação de mercado.

Para garantir a qualidade dos produtos e serviços e aprimorar a rede de distribuição, comunicação e gestão de marcas, o BB adota estratégias de mercado que fortalecem a competitividade do Conglomerado e suas marcas em serviços, tarifas, canais e formas de contato com clientes.

Em relação ao controle, à conformidade, ao retorno, ao risco, à segurança e à liquidez, o Banco adota procedimentos operacionais que visam a excelência e buscam manter e expandir relacionamentos que gerem valor para a Organização.

Além das Políticas Gerais, os processos internos no Banco do Brasil são orientados por diversas Políticas Específicas, como as voltadas para Riscos de Mercado e de Liquidez; Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos; Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro; Divulgação de Ato ou Fato Relevante do Banco do Brasil; Negociação com Valores Mobiliários de Emissão do Banco do Brasil; Crédito e Risco de Crédito; Gestão da Continuidade de Negócios; Risco Operacional; e Segurança da Informação.

Finalmente, os processos de análise de crédito e estabelecimento de limite de crédito e escores de risco de empresas e instituições financeiras nacionais e estrangeiras, cooperativas de produção agropecuária e de crédito, entidades do poder público e análise de risco país, entidades do setor público, produtores rurais e pessoas físicas de alta renda são certificados pela ISO 9001.



### **Gestão de Riscos (GRI 4.11)**

A crise econômica mundial não afetou diretamente as atividades e o resultado do Banco do Brasil. O baixo apetite por riscos e a sólida gestão de riscos permitiram que o impacto da crise fosse insignificante.

Do ponto de vista de risco de mercado, o conservadorismo manifesta-se no direcionamento de maior parte dos ativos financeiros para títulos públicos. Ademais, a exposição à variação de moedas é mínima, e a atuação com posições proprietárias no mercado de derivativos não é de caráter especulativo. A alocação de capital para risco de mercado, de acordo com as regras do Banco Central, registrou menos de 0,5% do capital total do Banco e reflete o baixo risco de mercado a que o Banco está exposto.

No que se refere ao risco de liquidez, o BB adotou, em junho de 2008, atitude conservadora e direcionou esforços para reforçar a sua liquidez. O resultado dessa ação, somado à percepção de “porto seguro”, tanto no mercado doméstico como no internacional, gerou patamares confortáveis de caixa da ordem de R\$ 40 bilhões.

O Banco do Brasil utiliza metodologias proprietárias de classificação de risco de crédito de clientes, com base na Frequência Esperada de Inadimplência (FEI). Desenvolvidos seguindo

as melhores práticas de mercado e os conceitos introduzidos pela Basileia II, esses modelos estatísticos abrangem as análises de risco de clientes de todos os segmentos pessoa jurídica e pessoa física, além de Instituições Financeiras e países.

A carteira de crédito do Banco do Brasil tem registrado patamar de inadimplência inferior ao do Sistema Financeiro Nacional nos últimos 33 meses. As provisões do Banco encontram-se em linha com as dos principais concorrentes, e o índice de cobertura do BB, relação entre provisão e atraso, supera positivamente os dos demais bancos.

A gestão dos riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios. As políticas de risco e de concentração são determinadas pelo Conselho de Administração do Banco e pelo Comitê de Risco Global (CRG), que é um fórum composto pelo Presidente e Vice-presidentes. As ações para implantação e acompanhamento das diretrizes emanadas pelo CRG são conduzidas em subcomitês específicos (Crédito, Mercado e Operacional), que são fóruns formados por Diretores.

### Risco de Crédito

O Banco do Brasil investe no aperfeiçoamento contínuo do processo e das práticas de controle e gestão do risco de crédito, seguindo os padrões



internacionais de mercado e o Novo Acordo de Capitais. O BB conta com modelos proprietários para atender aos requisitos exigidos pela Basileia II.

Em 2008, prosseguiram as ações para aprimorar e ajustar as práticas às exigências da Basileia II, bem como foram ajustados os procedimentos necessários ao atendimento da Resolução CMN 3.490, de 29.08.2007 e da Circular Bacen 3.360, de 12.09.2007, ao cálculo da parcela de exigência de capital para risco de crédito e outras exposições ponderadas por fator de risco.

Para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e otimizar a eficiência na gestão de seu capital econômico, o BB utiliza métricas de risco e retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito. **(GRI 4.11)**

O atual estágio de TI empregado no processo de gestão permite a realização de estudos de impacto e simulações de cálculo do capital regulatório na visão da Basileia e a mensuração do capital econômico. Em 2008, o Banco investiu no aprimoramento de soluções tecnológicas para analisar a carteira exposta a risco de crédito, e alocou recursos adicionais para o desenvolvimento das demandas vinculadas à infraestrutura de TI.

Cronograma de Implementação de Basileia II			
ANO	Risco de Mercado (RM)	Risco de Crédito (RC)	Risco Operacional (RO)
2007			Estabelecimento de parcela de requerimento de capital para RO.
2008	Estabelecimento de critérios de elegibilidade para adoção de modelos internos para apuração do requerimento de capital para RM. Divulgação do processo de solicitação de autorização para uso de abordagem baseada em modelos internos para apuração de requerimento de capital para RM	Implementação de estrutura para gerenciamento de RC. Divulgação dos pontos-chave necessários para formação da base de dados para sistemas internos para apuração de requerimento de capital para RC.	
2009	Início do processo de autorização para uso de modelos internos para apuração do requerimento de capital para RM.	Estabelecimento dos critérios de elegibilidade para a implementação da abordagem baseada em classificações internas para apuração de requerimento de capital para RC. Divulgação do processo de solicitação de autorização para uso da abordagem baseada em classificações internas para apuração de requerimento de capital para RC.	Divulgação dos pontos-chave para modelos internos de apuração de requerimento de capital para RO.
2010		Início do processo de autorização para uso da abordagem básica baseada em classificações internas para apuração de requerimento de capital para RC.	
2011		Início do processo de autorização para uso da abordagem avançada baseada em classificações internas para apuração de requerimento de capital para RC.	Estabelecimento de critérios de elegibilidade para adoção de modelos internos de apuração de requerimento de capital para RO. Divulgação do processo de solicitação de autorização para uso de modelos internos de apuração de requerimento de capital para RO.
2012			Início do processo de autorização para uso de modelos internos de apuração de requerimento de capital para RO.

## Risco Operacional

Em atendimento ao artigo 4º da Resolução CMN 3.380, de 29.06.2006, definiu-se que a estrutura de gerenciamento do risco operacional no Banco do Brasil é composta pelas Diretorias de Gestão de Riscos, por Controles Internos e Gestão da Segurança, sendo o Conselho de Administração responsável pelas

informações divulgadas. O Diretor de Gestão de Riscos, por meio de indicação do Conselho de Administração, é o responsável perante o Banco Central do Brasil pelo gerenciamento do risco operacional do Banco do Brasil.

O Banco estabeleceu, também, cronograma para implantação da Basileia II, conforme Comunicado 16.137 de 27.09.2007, que prevê a utilização de modelos avançados a partir de 2013. O Banco vem desenvolvendo ações para adotar modelos internos de risco operacional que permitam uma gestão mais apurada e atendam aos requisitos estabelecidos pelo Regulador.

O quadro abaixo apresenta as principais responsabilidades das áreas que compõem a estrutura de gerenciamento do risco operacional.

Diretoria de Gestão de Riscos	Diretoria de Controles Internos	Diretoria de Gestão da Segurança
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Normas e Políticas de Risco Operacional</li> <li>■ Estabelecimento e controle dos limites de RO</li> <li>■ Estabelecimento e controle de ICR</li> <li>■ Modelos e metodologias de alocação de capital para RO</li> <li>■ Mensuração de RO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Compliance, falhas em processos e negócios</li> <li>■ Suporte para as áreas gestoras de produtos/serviços</li> <li>■ <i>Backtesting</i></li> <li>■ Políticas de conformidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Governança de segurança corporativa</li> <li>■ Políticas, metodologias, normas e planos relativos à segurança, fraudes, lavagem de dinheiro e continuidade de negócios</li> </ul>

A Auditoria Interna verifica o gerenciamento de risco operacional e o funcionamento de sua estrutura.

Para gerenciar os riscos operacionais, o Banco do Brasil utiliza, entre outros instrumentos, Indicadores-Chave de Risco (ICR), Limites de Exposição a Perdas Operacionais, o Relatório de Monitoramento de Perdas e ICR, encaminhado mensalmente ao Comitê de Risco Global e ao Subcomitê de Risco Operacional, e Relatório de Gestão do Risco Operacional, submetido anualmente para aprovação do Conselho Diretor e Conselho de Administração.

Dentre as ações realizadas em 2008, aderentes à Basileia II e à regulamentação nacional, destacam-se o aprimoramento do processo de captura e o armazenamento de perdas operacionais. O processo de mensuração de risco operacional foi otimizado com a unificação da métrica do Limite Global de Perdas



Operacionais, que passou a ser parametrizado pelo Indicador de Exposição ao Risco Operacional (Circular Bacen 3.316). Quanto à alocação de capital, os cálculos são realizados com base na Abordagem Padronizada Alternativa, com segregação do resultado contábil por linhas de negócio.

### Perdas Operacionais

Categoria de Evento de Perda	2007	2008
Problemas Trabalhistas	45,6	42,5
Fraudes e Roubos Externos	17,9	14,1
Falhas em Processos	11,9	13,6
Falhas nos Negócios	18,5	24,1
Danos ao Patrimônio Físico	4,5	4,1
Fraudes Internas	1,5	1,6
Falhas de Sistemas	0,1	0,0

### Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado no Banco do Brasil orienta-se por análises de cenários. Nesse sentido, o BB segrega a carteira comercial da carteira de negociação, para as quais são definidos limites e estratégias próprias.

O BB utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de mercado e liquidez das suas posições, como o Valor em Risco (VaR); sensibilidades (mudança paralela e torção das curvas de fatores de risco) e teste de estresse.

O Valor em Risco (VaR) é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários, sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado, dado um intervalo de confiança estatística. No BB, o VaR é medido pela metodologia de simulação histórica, com intervalo de confiança estatística de 99% e janela histórica de 252 observações de retornos diários.

A metodologia de Simulação Histórica utiliza as mudanças observadas nas taxas de juros, índices de mercado, taxas de câmbio, ações e *commodities*, configurando-se, para o mercado brasileiro, em um modelo mais apropriado de mensuração de risco de instrumentos e carteiras. Essa metodologia é validada periodicamente por um processo de *backtesting*, que consiste na comparação da distribuição dos valores calculados com os resultados financeiros efetivamente ocorridos.

Para determinar a sensibilidade do capital do Banco em relação aos impactos de movimentos extremos de mercado, são realizados testes de cenários de estresse. Esses cenários são construídos a partir de choques nas taxas de mercado, com

base em situações de crises financeiras passadas ou cenários econômico-financeiros projetados.

A construção de cenários de estresse é de responsabilidade da Comissão de Cenários, sob coordenação da área econômica do Banco.

### Risco de Liquidez

O Banco do Brasil mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes, da qualidade dos seus ativos, da capilaridade de sua rede de dependências externas e de acesso ao mercado de capitais internacional. O rigoroso controle do risco de liquidez segue a Política de Risco de Mercado e Liquidez estabelecida para o Conglomerado, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional dos demais países onde o BB opera.



O método utilizado na mensuração do risco de liquidez é periodicamente revisto e avaliado mediante testes de qualidade e de precisão (*backtesting*) por área distinta da responsável pela gestão. Além disso, inclui testes de estresses capazes de prever o comportamento da liquidez do Banco do Brasil em situações de anormalidade.

São realizadas projeções de liquidez para curto, médio e longo prazo, que permitem avaliar o efeito potencial do descasamento entre captações e aplicações, identificando situações que possam comprometer a liquidez da instituição.

O Banco monitora sua liquidez diariamente, observando para tanto o limite estabelecido como reserva mínima de liquidez, que é compatível com a exposição ao risco decorrente das características dos seus ativos e passivos e das

condições de mercado. Essa reserva é utilizada como parâmetro para identificar crise de liquidez e acionamento do Plano de Contingência de Liquidez.

## **Controles Internos**

O sistema de controle internos do Banco do Brasil está em constante evolução, com destaque para o processo de disseminação da cultura de controles e a adoção de mecanismos padronizados, documentados e informatizados. O Banco realiza investimentos para aprimorar os controles, a promoção da conformidade e o desenvolvimento da cultura de controles.

Em 2008, no âmbito do Programa de *Compliance*, foi implementado o plano de atuação com foco na gestão do risco operacional e *compliance* estruturado de acordo com as diretrizes do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e do COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*. O plano atende às exigências dos órgãos reguladores e de fiscalização.

Foram intensificadas as ações de controles e monitoramento, com avaliações e verificações segregadas para mitigação de riscos nas unidades gestoras de processos negociais e operacionais e na rede de dependências no País e no exterior. A atuação nas empresas do Conglomerado foi realizada por meio da estrutura de governança corporativa das respectivas empresas, seguindo a legislação vigente.

As ações para fortalecer a cultura de controle têm por objetivo atingir alto nível de comprometimento do corpo funcional e a incorporação de ações de controle. Os sistemas de comunicação são utilizados para a disseminação do conceito de controles internos entre os funcionários.

As atividades de *compliance* são estruturadas em quatro camadas: a primeira camada, cuja responsabilidade é de cada gestor de processos negociais e operacionais, garante que seus negócios, produtos e serviços sejam conduzidos de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com as políticas e procedimentos internos. A segunda camada, responsabilidade da Diretoria de Controles Internos, verifica se os processos, produtos e serviços estão em conformidade com leis, normas e regulamentos aplicáveis. A terceira camada, responsabilidade da Auditoria Interna, verifica a adequabilidade dos controles internos a partir da avaliação de sua qualidade, suficiência e cumprimento. A última camada, responsabilidade do Comitê de Auditoria, promove a supervisão e responsabilização da área financeira, garantindo as atribuições da Diretoria de Controles Internos, Auditoria Interna e auditoria independente.

As soluções de controle automatizadas integram-se à rotina operacional dos processos, permitindo a realização de testes, o monitoramento eletrônico, a evidenciação e o reporte das fragilidades que requerem ações de mitigação e a melhoria contínua dos negócios e produtos do Banco.

O Banco utiliza de ferramenta específica para avaliações de seus produtos e serviços, tanto no lançamento quanto nas ações de melhoria, o CARPS – Controle



e Avaliação de Riscos e Produtos, Serviços e Canais de Atendimento. Na avaliação são considerados critérios como posicionamento mercadológico, riscos, conformidade com as políticas da Empresa e o atendimento à legislação vigente e promoção de sinergias de forma a gerar eficiência operacional. **(GRI 4.11, PR1, FS15)**

Os produtos e serviços do Banco do Brasil atendem às regras de órgãos como o Banco Central, CVM, Anbid e Susep, além de atender às exigências das entidades de defesa do consumidor. Para a segurança e a informação de seus clientes, o Banco fornece prospectos, contratos, regulamentos ou documentos similares sobre os produtos ou serviços adquiridos. **(GRI PR3)**

### **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GRI SO2, SO4, SO5)**

Para o Banco do Brasil, prevenir e combater o crime de lavagem de dinheiro é, além de obrigação legal, uma responsabilidade social e um compromisso com o País. O Banco mantém na *internet* orientações sobre mecanismos utilizados pelos criminosos para transformar o “dinheiro sujo” em dinheiro com aparência lícita, informa as políticas do BB para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e dá sugestões aos clientes para evitar que eles sejam usados por criminosos em esquemas de lavagem de dinheiro.



A capacitação dos funcionários e os mecanismos adotados pelo Banco para evitar a utilização de seus produtos e serviços para a lavagem de dinheiro, bem como para monitorar e detectar indícios, são aperfeiçoados permanentemente, tendo como referência a legislação vigente, os princípios internacionais e as melhores práticas de mercado. Os treinamentos são obrigatórios para todos os funcionários do Banco. **(GRI SO3)**



Os treinamentos do BB foram certificados com o selo ENCCLA. O selo é uma certificação conferida pelo Ministério da Justiça a cursos sobre combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo cujo conteúdo atenda aos requisitos definidos pelo Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Lavagem de Dinheiro.

Em 2008, o Banco participou das reuniões de elaboração da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA e apoiou a Reunião Plenária do Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo – GAFI.

## Tecnologia, Logística e Suporte Operacional

Um banco cada vez mais moderno, seguro e confiável, com foco no atendimento de excelência e melhoria da eficiência operacional. Essas são as diretrizes que norteiam as ações de tecnologia, de logística e de suporte operacional.

Na modernização do parque tecnológico da Empresa – o maior da América Latina –, que assegura suporte eficiente aos novos negócios, foram adquiridos novos terminais de autoatendimento e investidos mais de R\$ 122 milhões para expansão da capacidade de processamento, de armazenamento e de tráfego de dados. A velocidade dos *mainframes* (computadores de grande porte), que é uma das maiores entre os bancos da América Latina, chegou a 135 mil mips (milhão de instruções processadas por segundo).

Em menos de um ano foram substituídos mais de 7,7 mil terminais de autoatendimento por modelos mais modernos.

Avançamos também na implantação das ações de *back-office*. O processamento eletrônico de envelopes de depósitos alcançou 784 agências. Em 2008 foram processados mais de 57 milhões de envelopes, no montante de R\$ 39 bilhões.

Outra medida que trouxe ganhos de eficiência foi a implantação de um gerenciador eletrônico de documentos. Com redução do consumo de papéis, esse aplicativo conferiu mais agilidade ao atendimento do cliente. Foram digitalizados cerca de 2 milhões cartões de autógrafos e, aproximadamente, 360 milhões de cheques que podem ser visualizados viam *internet banking*.

Buscando maior eficiência, com segurança e estabilidade, demos sequência ao programa de adoção de softwares livres. Encerramos 2008, com todas as estações de trabalho e servidores da rede de agências utilizando o sistema operacional GNU/Linux e mais de 90% das estações de trabalho do Banco utilizam o software BOffice.

Para aumentar a segurança de nossos negócios e em observância às normas da Basileia II, o Banco aperfeiçoou os processos de contingência tecnológica, deu prosseguimento ao processo de construção do novo *datacenter* no modelo da Parceria Público-Privada e iniciou as obras para instalação de uma central de informática. O centro será um ambiente de alto nível tecnológico e de segurança, em conformidade com os padrões internacionais de construção. Prevê a instalação de *datacenters* dotados com modernos geradores movidos a biodiesel e sistema de refrigeração com impactos mínimos no meio ambiente.

## Percentual de transações de automatizadas por canal



## Investimentos

Visando maior comodidade, conforto e segurança à sociedade, o BB realizou mais de 11 mil obras de manutenção em imóveis, sendo que 2,6 mil foram para tornar as agências acessíveis às pessoas com deficiências. O Banco investiu, também, mais de R\$ 649,4 milhões na instalação de 1,5 mil novos pontos de atendimentos, na manutenção e na modernização de agências e de postos de atendimento físico e eletrônico.

Os R\$ 1,4 bilhão investidos em tecnologia, logística e suporte operacional combinaram uma visão integrada das necessidades da Empresa com uma política de otimização de recursos.

Para as iniciativas de promoção, propaganda, publicidade e relações públicas, foram destinados R\$ 415 milhões em 2008. Esse investimento permite otimizar a comunicação e o relacionamento do BB com seus diversos públicos.

Na capacitação e no treinamento dos funcionários, foram investidos R\$ 100,7 milhões, 6,5% a mais do que no ano anterior.

## Investimentos

Investimentos (R\$ mil)		
	2007	2008
Instalação, manutenção e modernização de pontos de atendimento	355.213	649.407
Tecnologia	1.183.845	1.449.133
Propaganda, Publicidade, Promoção e	414.525	414.975

Relações Públicas		
Capacitação de funcionários	94.554	100.702

## Sustentabilidade

Indicador	Meta 2008	Desempenho 2008
Volume de recursos contratados em atividades que promovam a preservação ambiental de forma sustentável	R\$ 400 milhões	R\$ 765 milhões
Participação no ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa	Participação no ISE	O BB faz parte do ISE.
Ranking de reclamações no Banco Central	Não estar entre os 5 primeiros bancos	O BB está fora do ranking, entre as instituições com mais de 1 milhão de clientes.
Programa de Ecoeficiência: Redução do consumo de papel	2,5%	3,8%
Percentual de funcionários com graduação completa	66%	66,5%

### O que nos orienta GRI (4.8, 4.12, 4.13)

A postura de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil tem como premissa a crença na viabilidade de se conciliar o atendimento aos interesses dos seus acionistas com o desenvolvimento de negócios social e ecologicamente sustentáveis, estabelecendo relações éticas com seus diversos públicos.

Esses compromissos, definidos pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil e assumidos por toda a organização, estão expressos na Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental e no Código de Ética do Banco do Brasil.

O Código de Ética estabelece que, para atingir seus objetivos, o Banco do Brasil deve incluir o respeito às pessoas, ao meio ambiente e às instituições. O Código define quais comportamentos são aceitáveis e quais são impróprios na organização e nas relações com seus públicos, bem como os mecanismos de gestão que apoiam a difusão e a incorporação dos princípios estabelecidos no cotidiano organizacional. Adicionalmente, os executivos do BB também estão submetidos ao Código de Conduta da Alta Administração Federal. **(GRI 4.8)**

A Empresa também tem códigos de conduta específicos, a exemplo do código dirigido aos funcionários da área de segurança. Desde 2007, o Banco integra a Comissão de Ética Pública, definida pelo Decreto 6.029 de 2007. **(GRI 4.8)**

O Banco prevê a instauração de inquérito administrativo para os funcionários que não cumprem o Código de Ética e as Normas de Conduta, considerando, entre outras, práticas de lavagem de dinheiro e envolvimento em atividades ilícitas, como as relacionadas à corrupção. **(GRI SO4)**

Numa iniciativa pioneira no País, o Banco do Brasil lançou em 2007 sua Agenda 21 Empresarial, que expressa o compromisso da Empresa com a sustentabilidade e com o sucesso da Agenda 21 Global. Atualizada periodicamente, a Agenda 21

agrupa os compromissos, define um roteiro e lista os principais desafios para a incorporação dos princípios socioambientais nos processos administrativos e negociais do BB.

Em 2008, a Agenda 21 do Banco do Brasil foi atualizada em uma consulta aos funcionários, por meio do Fórum BB 200 Anos pela Sustentabilidade. Foram realizados 3,7 mil eventos em todo o País para que os funcionários refletissem e conhecessem as propostas que, uma vez implementadas, permitiriam aprimorar o desempenho econômico, social e ambiental do Banco do Brasil. **(GRI 4.16)**

Além das propostas dos funcionários, foram agregadas avaliações dos clientes (levantamento do Instituto de Defesa do Consumidor, por meio da Pesquisa sobre Responsabilidade Socioambiental dos Bancos no Brasil), dos investidores (questões presentes no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa e no Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade da Bolsa de Nova York) e da sociedade (avaliação das políticas socioambientais dos bancos, da rede *BankTrack*). Esse material foi trabalhado pelos executivos do Banco durante a II Oficina de Responsabilidade Socioambiental, resultando na Agenda 21 do Banco do Brasil 2008-2012.

Em linha com suas políticas e práticas, o Banco do Brasil firmou acordos e compromissos como o **Protocolo Verde**<sup>1</sup>, o **Pacto Global das Nações Unidas**<sup>2</sup>, o **Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo**<sup>3</sup> e os **Princípios do Equador**<sup>4</sup>, entre outros, que reafirmam sua preocupação com a sustentabilidade dos negócios e com o desenvolvimento saudável das pessoas, das empresas e dos projetos que apoia. O Banco celebrou, também, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>5</sup>, reforçando seu apoio à iniciativa. É o compromisso do Banco do Brasil com o bem-estar das gerações atuais e a garantia das gerações futuras. **(GRI HR1)**

**1995 – Protocolo Verde**<sup>1</sup>: O BB se compromete a promover um desenvolvimento que não prejudique as gerações futuras. Torna-se obrigatório apresentar licença ambiental para obter financiamento de atividades que possam causar impacto ao meio ambiente. Em 2008, o Protocolo Verde foi revisto e foram previstos princípios que envolvem o compromisso dos bancos com o fomento ao desenvolvimento sustentável, a avaliação socioambiental dos empreendimentos a serem financiados, a ecoeficiência das práticas administrativas e a evolução das políticas e das práticas voltadas à sustentabilidade. **(GRI 4.11)**

<sup>1</sup> Protocolo Verde é um conjunto de compromissos firmados por bancos oficiais em 1995 (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil), no qual se propõem a empreender políticas e práticas em harmonia com o Desenvolvimento Sustentável.



**2003 – Pacto Global das Nações Unidas**<sup>2</sup>: O BB adere ao Pacto, criado para mobilizar a comunidade empresarial internacional para a promoção dos direitos humanos, do trabalho, do meio ambiente e do combate à corrupção. **(GRI SO2)**

<sup>2</sup> O Pacto Global advoga dez Princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção:

#### **Princípios de Direitos Humanos**

1. Respeitar e proteger os direitos humanos;
2. Impedir violações de direitos humanos;

#### **Princípios de Direitos do Trabalho**

3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
4. Abolir o trabalho forçado;
5. Abolir o trabalho infantil;
6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;

#### **Princípios de Proteção Ambiental**

7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8. Promover a responsabilidade ambiental;
9. Encorajar tecnologias que não agridem o meio ambiente;

#### **Princípio contra a Corrupção**

10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

**2005 – Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo<sup>3</sup>:** O BB veda o financiamento a pessoas jurídicas e físicas que constem no cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego por submeterem trabalhadores a condições de trabalho análogas à escravidão. **(GRI HR7, HR1)**



<sup>3</sup> Em maio de 2005 o Banco do Brasil, juntamente com outras 54 empresas, aderiu ao Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo proposto pelo Instituto Ethos em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONG Repórter Brasil. Pelo pacto, os signatários se comprometem a intensificar esforços visando dignificar e modernizar as relações de trabalho nas cadeias produtivas dos setores comprometidos no “Cadastro de empregadores Portaria MTE 540/2004” que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Desde agosto de 2004 o Banco do Brasil já praticava a suspensão de novos créditos a clientes incluídos na relação divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego de empregadores e proprietários rurais que submetem seus trabalhadores a formas degradantes de trabalho ou os mantenham em condições análogas ao trabalho escravo.



**2005 – Princípios do Equador<sup>4</sup>:** O BB adota as políticas e as salvaguardas socioambientais do Banco Mundial e de seu braço empresarial, *International Finance Corporation*, para analisar propostas de financiamentos superiores a US\$ 10 milhões. Em 2006, o BB aprovou a adesão à nova versão dos Princípios do Equador. **(GRI 4.11)**

<sup>4</sup> Os Princípios do Equador são um conjunto de políticas e diretrizes (salvaguardas) a serem observadas na análise de projetos de investimento de valor igual ou superior a US\$ 10 milhões. Os princípios versam sobre avaliações ambientais; proteção a habitats naturais; gerenciamento de pragas; segurança de barragens; populações indígenas; reassentamento involuntário de populações; propriedade cultural; trabalho infantil, forçado ou escravo; projetos em águas internacionais e saúde e segurança no trabalho.

O Banco do Brasil, em fevereiro de 2005, foi o primeiro banco oficial a integrar o grupo de instituições financeiras brasileiras que aderiu aos Princípios do Equador.



**2005 – Relatório de Informações sobre Emissão de Carbono:** O Banco do Brasil, a Brasilprev e a Previ manifestaram apoio formal ao pedido de abertura de informações sobre a emissão de gases de efeito estufa desde o seu lançamento no Brasil. Em 2008, a Aliança do Brasil tornou-se a primeira seguradora brasileira a aderir à iniciativa.

CARBON  
DISCLOSURE  
PROJECT

O Relatório de Informações sobre Emissão de Carbono é resultado de projeto administrado pela Rockefeller Philanthropy Advisers, com recursos provenientes, principalmente, do Fundo de Carbono do Governo da Grã-Bretanha. Os relatórios estão disponíveis para consulta pública no [www.cdproject.net](http://www.cdproject.net).

**2006 – Novo Mercado:** O Banco do Brasil aderiu ao Novo Mercado da Bovespa em maio de 2006, reforçando seu compromisso com a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade socioambiental, alinhando a gestão da organização aos interesses dos acionistas e da sociedade.



O Banco do Brasil realizou duas ofertas públicas de venda de ações (2006 e 2007), aumentou o free float de 6,9% em 2005 para 21,5% em 2008, concedeu *tag along*<sup>1</sup> a todas as ações e assumiu o compromisso de resolver conflitos societários em câmara de arbitragem, entre outras ações.

<sup>1</sup> *Tag along* é um mecanismo de proteção que garante aos acionistas minoritários o direito às mesmas condições oferecidas ao acionista majoritário, em caso de venda do controle acionário de uma empresa. As empresas listadas no Novo Mercado garantem as mesmas condições para todos os acionistas.



**2006 – Global Reporting Initiative (GRI):** Seguindo seu compromisso com a sustentabilidade de suas práticas administrativas e negociais, no qual a transparência é um de seus pilares, o BB adota as diretrizes internacionais da GRI-

G3 desde seu Relatório Anual de 2006. O Relatório de 2007 trouxe a checagem de aplicação dos indicadores GRI por terceiros. Em adição às inovações presentes nos relatórios anteriores, os indicadores GRI presentes na versão 2008 foram verificados por auditoria independente.

As diretrizes GRI foram propostas para desenvolver e disseminar um padrão de relatório de sustentabilidade que aborde aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das empresas. Veja mais sobre a *Global Reporting Initiative* no [www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org).

**2007 – Pró-Equidade de Gênero:** O Banco adere à segunda edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Governo Federal. O objetivo é desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho. **(GRI LA13, LA14)**

Em 2008, o Banco do Brasil encomendou uma pesquisa para diagnosticar causas e possíveis barreiras que interferem na ascensão profissional das mulheres. Com os resultados do estudo, o Banco desenvolve ações para oferecer as mesmas oportunidades a homens e mulheres.

Ainda no âmbito da equidade de gêneros, o BB apoia a campanha “Homens unidos pelo fim da



violência contra as Mulheres”. A iniciativa é uma resposta à convocação da ONU em favor da campanha mundial “*United to End Violence Against Women*”.

**2008 – Programa Brasileiro GHG Protocol:** O Banco aderiu, como membro-fundador, ao Programa Brasileiro GHG Protocol, que visa incrementar a capacidade técnica e institucional de empresas no gerenciamento de suas emissões de gases causadores do efeito estufa, por meio da disseminação da metodologia “GHG Protocol” para cálculo e reporte. O BB comprometeu-se a realizar o inventário de suas emissões a partir da metodologia, que está sendo adaptada à realidade brasileira, com o apoio dos membros da iniciativa.

O Protocolo GHG é uma iniciativa do *World Resources Institute* e do *World Business Council for Sustainable Development* para entender, quantificar e gerenciar as emissões de gases causadores do efeito estufa. Saiba mais sobre o programa (em inglês) em [www.ghgprotocol.org](http://www.ghgprotocol.org).

## **Produtos e Serviços com Atributos Socioambientais (GRI 2.2, FS7, FS8, SO1)**

### **Agronegócios**

O Banco do Brasil oferece diversas linhas de crédito para financiamento ao agronegócio que estimulam o uso sustentável dos recursos naturais. Dentre elas, destacam-se o BB Biodiesel<sup>1</sup>, o BB Florestal<sup>2</sup> e o BB Produção Orgânica<sup>3</sup>. Essas linhas concederam em crédito mais de R\$ 776 milhões em empréstimos em 2008.

<sup>1</sup> O programa visa apoiar a produção, a comercialização e o uso do biodiesel como fonte de energia limpa e renovável. A atividade gera emprego e renda, melhorando as condições de vida dos produtores rurais, e contribui para a preservação do meio ambiente.

<sup>2</sup> O programa, voltado ao investimento, custeio e comercialização florestal, tem por objetivo ampliar a produção de madeira certificada, por meio de reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, formação de reserva legal e implantação de matas ciliares. O Banco apoia o Programa incrementando as linhas de crédito que já existem para o segmento florestal, entre elas: BNDES Propflora, FCO Pronatureza e Pronaf Florestal.

<sup>3</sup> O Banco do Brasil possui linhas de crédito diferenciadas que apoiam a atividade agropecuária conduzida segundo as normas do sistema orgânico e agroecológico de produção. Além dos aspectos relacionados à geração de renda, a produção orgânica traz divisas para o País, pela sua forte vocação para a exportação.

### **Agricultura familiar (GRI EC8, EC9, FS13)**

O Banco é o principal agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e procura estimular o desenvolvimento dos agricultores familiares e viabilizar a concessão de créditos com taxas e prazos adequados.

Em 2008, o BB emprestou R\$ 6,6 bilhões por meio das linhas de agricultura familiar, que representaram 886,9 mil contratos. Para o Banco, a ampliação do crédito para a agricultura familiar é social e estrategicamente importante, pois cria condições de expansão da produção via acesso à tecnologia produtiva e aumenta a renda das famílias, criando condições para fixá-las no campo.

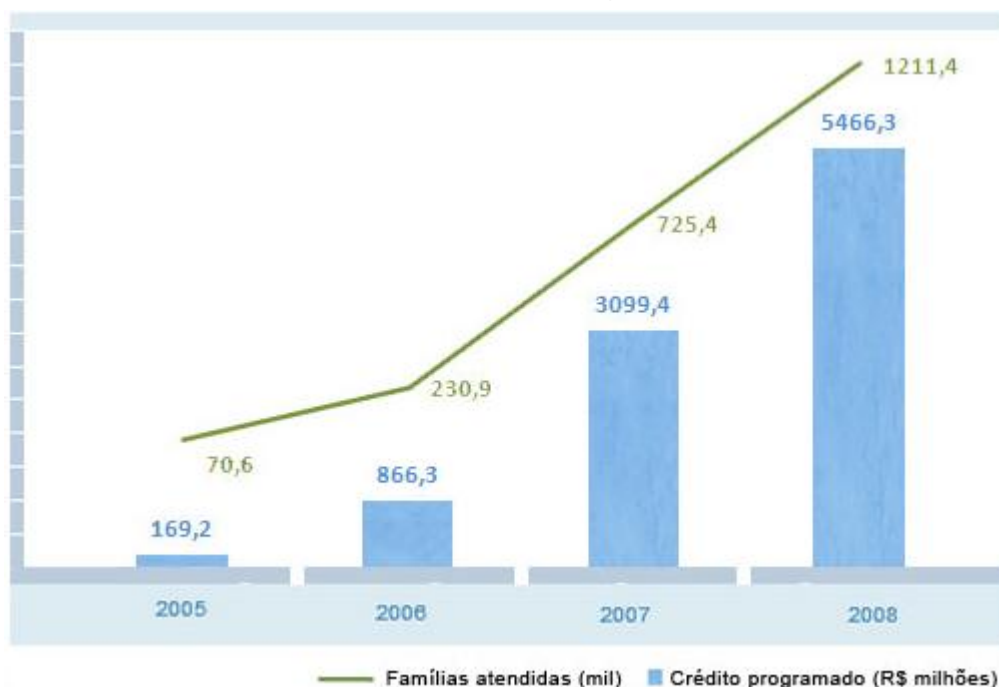
As cooperativas agropecuárias e de crédito rural receberam R\$ 2,6 bilhões.

### **Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) (GRI EC8, EC9, FS6, FS13)**

A estratégia DRS busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras, considerando as potencialidades, as vocações e as características locais. Com o DRS, o Banco do Brasil atua não somente como instituição de crédito, mas como catalisador de ações, fomentando, articulando e mobilizando agentes econômicos e sociais para estruturar atividades produtivas, rurais e urbanas, em negócios sustentáveis.

A estratégia DRS trabalha com a visão de cadeia de valor e considera todas as etapas dos processos de produção e de distribuição que agregam valor a produtos e serviços, chegando até o consumidor final.

Até o final do exercício, havia 4,7 mil planos de negócios em implementação, beneficiando 1,2 milhão de famílias em 4,8 mil municípios brasileiros. Tais planos contemplam R\$ 5,5 bilhões em crédito programado.



Cem atividades produtivas diferentes são trabalhadas no DRS. Os exemplos vão de sistemas agroflorestais, turismo, artesanato, cerâmica marajoara, aquicultura, fruticultura, calçados, cotonicultura e confecções, a ovinocaprinocultura, apicultura, horticultura, pecuária de corte e leiteira, passando por floricultura, mandiocultura, atividades extrativistas, avicultura e reciclagem de resíduos sólidos.

### **Arranjos Produtivos Locais (APL) (GRI EC8, EC9, FS6)**

O APL é uma concentração de agentes em um mesmo território, envolvidos em atividades produtivas correlacionadas, cujo objetivo é o desenvolvimento econômico e social.

No exercício, o BB concedeu R\$ 839,9 milhões em empréstimos de capital de giro e R\$ 195,3 milhões para financiar investimentos, R\$ 148,4 milhões em financiamento ao comércio exterior e R\$ 133,2 milhões em agronegócios, totalizando R\$ 1,3 bilhão, valor 30,2% superior ao observado em 2007. No total, foram atendidas 12,6 mil empresas, que participaram de algum dos 174 APLs apoiados pelo Banco.



	2007	2008
Investimentos (barra)	R\$ 117.477	R\$ 195.334
Capital de Giro (barra)	R\$ 661.458	R\$ 839.925
Nº de empresas (linha)	10.018	12.584

### **Cooperativas de Crédito (GRI EC8, EC9)**

Para atender as cooperativas de crédito, o BB oferece serviços customizados, tais como cheque, cartão de crédito e fundos de investimentos. Destaque, ainda, para o Serviço de Integração Compe/SPB utilizado por 320 cooperativas de crédito, que envolvem mais de 295,1 mil cooperados, viabilizando a movimentação de conta-corrente dos cooperados e a oferta de outros produtos bancários.

### **Inclusão Bancária (GRI EC8, EC9, FS9, FS13)**

Por meio do Banco Popular do Brasil (BPB), o BB oferece serviços à população de

menor renda, atuando preferencialmente com os trabalhadores do setor informal. No final do exercício, o BPB contava com 1,4 milhão de clientes, crescimento de 1,5% no ano, e 3,3 mil pontos de atendimento em 1,5 mil municípios. O BPB concedeu R\$ 44,6 milhões em crédito no período, envolvendo 218,9 mil operações.

O Banco do Brasil conta, também, com uma Diretoria especializada no atendimento do público de menor renda e entre seus objetivos está o desenvolvimento de produtos e serviços para esse segmento, a melhora da eficiência operacional no atendimento a esse público e a ampliação do foco estratégico nesse segmento. Ao final do ano, o BB possuía 9 mil correspondentes bancários para atendimento desse público e a carteira de crédito somava R\$ 511 milhões.

### **Estímulo à Formalização de Pequenos Negócios (GRI EC8, FS16)**

Em 2008, o Banco do Brasil promoveu o II Mutirão da Cidadania Empresarial com o apoio e a participação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Receita Federal do Brasil e da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

O Mutirão orientou 27 mil empreendedores em 252 municípios de todas as regiões do País sobre a formalização de pequenos negócios e assessoria empresarial e também informou sobre crédito bancário.

### **Programa de Incentivo à Eficiência Energética (GRI EC2, FS2, FS5, EN26)**

O Banco do Brasil oferece linha de crédito para empresas que produzem e comercializam equipamentos e serviços para obtenção de eficiência energética, o Programa de Incentivo à Eficiência Energética.

Como agente financeiro do BNDES, o Banco do Brasil foi o primeiro a operar na modalidade de apoio às ESCOs (*Energy Services Company*).

### **Leilão de Crédito de Carbono (GRI EC2, FS2, FS5, EN26)**

O Banco do Brasil estrutura operações de leilões de crédito de carbono.

Em 2008, o BB emitiu carta de crédito *standby* para garantir o pagamento antecipado de certificado de redução de emissões para a Essencis Soluções Ambientais, empresa que administra o aterro sanitário de Caieiras, São Paulo. A redução da emissão de gases de efeito estufa será de 2,8 milhões de toneladas métricas até 2012, e os certificados de redução de emissão foram vendidos à Electric Power Development Co. Ltda.

Pelo segundo ano consecutivo, o Banco do Brasil foi escolhido pela Prefeitura de São Paulo como instituição financeira garantidora da operação de venda de créditos de carbono e, em setembro de 2008, participou do seu segundo leilão,

realizado pela BM&FBovespa, no qual foram ofertados ao mercado 713 mil créditos de carbono provenientes do aterro Sanitário Bandeirantes e do Aterro São João, em São Paulo.

### **Fundos de investimento (GRI 2.2, FS2, FS5, FS7, FS8)**

O Banco do Brasil dispõe de dois fundos de investimento com atributos socioambientais e cujo patrimônio era de R\$ 52,5 milhões ao final de 2008.



O Banco do Brasil foi o primeiro banco a lançar um fundo de ações referenciado no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE), o BB Ações ISE. O fundo encerrou o ano de 2008 com R\$ 17,6 milhões de patrimônio.

O BB Referenciado DI Social 200 destina 50% da taxa de administração para ações sociais. O fundo encerrou o ano com patrimônio de R\$ 34,9 milhões e rentabilidade de 7,2%.

No segmento de fundos *private equity*<sup>1</sup>, o Banco do Brasil atua por meio do seu banco de investimento (BB-BI), constituindo parcerias com gestores para estruturar fundos, com destaque para os de governança corporativa, agronegócios e sustentabilidade empresarial. Ao final de 2008, foi formalizada a captação de um fundo de R\$ 600 milhões, com foco na promoção das melhores práticas de governança corporativa.

<sup>1</sup> Fundos *private equity* captam recursos de longo prazo para investimento em empresas privadas e participação de privatizações de empresas públicas.

Por meio do Banco de Investimentos BB-BI, o Banco firmou parceira com o Fundo Brasil de Governança Corporativa, cuja proposta é adquirir participações minoritárias em empresas que tenham bons fundamentos de gestão e governança corporativa incipiente, com o objetivo de implantar práticas de governança avançadas e prepará-las para uma futura abertura de capital. O fundo dá prioridade a investimentos em empresas que incorporem princípios básicos de responsabilidade social, ambiental e ética, em linha com os Princípios para Investimento Responsável – PRI.

### **Com Quem Nos Relacionamos (GRI 4.14)**

O relacionamento da Empresa com seus públicos de interesse é pautado pela ética como compromisso e pelo respeito como atitude.

A seguir, apresentamos as iniciativas mais relevantes relacionadas à responsabilidade socioambiental, durante o exercício, segmentadas por públicos de relacionamento.

### **Acionistas e Analistas de Mercado\***

\* O Banco do Brasil é transparente e ágil no fornecimento de informações e considera que toda informação é passível de divulgação, exceto as de caráter restrito, que colocam em risco o desempenho e a imagem institucional, ou que estão protegidas por lei.

Na relação com o mercado, o BB preza a equidade, a transparência e a oferta de informações de qualidade. Como reconhecimento às políticas adotadas, o BB é listado no ISE, índice de ações da Bovespa que permite o ingresso apenas às companhias com as melhores práticas socioambientais, desde o lançamento.

No Novo Mercado da Bovespa desde 2006, o BB reafirma seu compromisso com as melhores práticas de governança corporativa e demonstra sua preocupação com a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade social corporativa.

Para ampliar o acesso aos dados da Empresa, o BB realiza encontros nas regionais da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec. Em 2008, o Banco estendeu a abrangência geográfica de desses eventos para 17 cidades, incluindo todas as regiões geográficas do País e contemplando cidades de menor porte, fora do tradicional circuito financeiro.



Além das reuniões Apimec, o Banco esteve presente em 63 encontros com investidores e analistas no País e seis road shows: dois na Europa, um nos EUA e três no Brasil. O Banco realizou, ainda, dez due diligences, 236 teleconferências com analistas e investidores e 12 conferências, além de oito teleconferências de resultado. **(GRI 4.16)**

Afora as teleconferências tradicionais, o Banco do Brasil realizou teleconferências para esclarecer e informar seus acionistas, analistas e o mercado sobre momentos peculiares, como os efeitos da crise global nos negócios e as aquisições e as incorporações de outras instituições financeiras (Besc, BEP e Nossa Caixa).

Os acionistas e os analistas contam, ainda, com informações vastas e atualizadas na Sala do Acionista e no site de Relações com Investidores ([www.bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri)), que foi reformulado para melhor atender seu público.

As práticas de comunicação do Banco do Brasil com o mercado incluem relatórios da Administração, de Sustentabilidade, Anual, de Análise do Desempenho e o The Company<sup>1</sup>, coletivas para apresentação de resultados trimestrais; *releases* de imprensa; envio de *e-mails* para 6 mil pessoas cadastradas; *chats* com acionistas e investidores, fatos relevantes, comunicados e atas de assembleias de acionistas publicados na internet.

<sup>1</sup> O Relatório The Company é uma peça de comunicação institucional, em inglês, com periodicidade semestral, que apresenta os principais números e fatos do Banco. Está também disponível no [www.bb.com.br/ir](http://www.bb.com.br/ir) para *download*.

## **Cientes\***

\* A partir de sua postura social, ambiental e economicamente responsável, e na busca de identificação com o cliente, o Banco do Brasil vai além do atendimento às necessidades do consumidor para corresponder às expectativas do cidadão, oferecendo tratamento digno e cortês, respeitando os direitos do consumidor, estimulando a comunicação dos clientes com a Empresa, sendo receptivo às opiniões da clientela, considerando-as na melhoria do atendimento, dos produtos e dos serviços e prestando orientações e informações claras, confiáveis e tempestivas, para permitir aos clientes a melhor decisão nos negócios, preservando o sigilo próprio da atividade bancária.

Além das mais de 4,6 mil agências distribuídas em todo o País, o Banco do Brasil oferece canais alternativos para atendimento, dúvidas e reclamações surgidas na relação de consumo: o SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) e a Ouvidoria.

Os clientes do BB têm também um canal direto de comunicação com o Comitê de Auditoria, no qual é possível informar descumprimentos de dispositivos legais, normativos, regulamentos e códigos internos aplicáveis ao Banco. As informações são acessadas exclusivamente pelo Comitê de Auditoria do Banco do Brasil.

O Banco do Brasil monitora o nível de satisfação de seus clientes por meio de pesquisas anuais, abrangendo temas como satisfação com atendimento e qualidade dos produtos e serviços prestados. **(GRI 4.16)**

A pesquisa de satisfação dos clientes realizada em 2008 apontou que 78,8% dos entrevistados pessoa física consideram o atendimento prestado pelo Banco satisfatório e 79,1% estão satisfeitos com a rede de terminais de autoatendimento. Dentre os pontos negativos, o atendimento foi considerado ruim ou demorado por 37,6% dos entrevistados. **(GRI PR5)**

O resultado da pesquisa de satisfação e os contatos realizados pelos clientes são usados no aprimoramento dos serviços do Banco para ajustar seu modelo de atuação, colaborando na elaboração das estratégias da Empresa. Em 2008, dos 854,9 mil atendimentos prestados pelos serviços de atendimento ao cliente do Banco do Brasil, 770,1 mil foram realizados para pedir informações, registrar reclamações ou propor sugestões. Com base nas sugestões dos clientes, o Banco reformula seus produtos ou serviços.

Antes do lançamento de produtos e serviços, o Banco realiza uma avaliação de risco para avaliar posicionamento mercadológico, além de impactos sociais e ambientais. A análise é baseada no desempenho esperado do produto ou serviço e nos aspectos de volumes, *spreads*, resultados sob metas, evolução, inadimplência e situação de mercado.

Buscando aprimorar o atendimento e desenvolver as capacidades e as competências do seu corpo funcional, o Banco investe na formação de seus funcionários muito além da obrigação legal. No Banco do Brasil, 44% dos funcionários, excluídos os oriundos do Besc e do BEP, têm certificação legal em investimentos, obrigatória apenas para aqueles que prestam assessoria financeira, 11,3 mil funcionários realizaram o curso de Código de Defesa do Consumidor e 6,3 mil realizaram o de Acessibilidade. **(GRI HR3, LA10)**

Capacitação não é prerrogativa apenas dos funcionários do BB. Os clientes pessoa física têm acesso ao Gerenciador Financeiro Pessoal, que permite controlar e planejar seu orçamento doméstico. Do total de clientes, 191,6 mil já acessaram o Gerenciador, disponível via *internet banking*. **(GRI FS16)**

Para as empresas, em especial àquelas voltadas ao comércio exterior, o Banco oferece treinamentos de Proteção Financeira, Exportação e Importação, Práticas Cambiais, *Drawback*, Carta de Crédito e Financiamento à Exportação. **(GRI FS16)**

Para o cliente produtor rural, o Banco criou a Sala do Agronegócio, um ambiente no qual, além de comercializar a sua safra, o agricultor obtém informações técnicas e de mercado. **(GRI FS16)**

### **Acessibilidade (GRI PR3 e FS14)**

Acessibilidade é tema recorrente no relacionamento com os clientes. O cliente portador de deficiência auditiva tem acesso especial à Central de Atendimento BB, e o portador de deficiência visual acessa um *website* preparado para atender às suas necessidades.

O Banco do Brasil possui 66,7% das agências e 35,7% dos postos de atendimento adaptados para pessoas com dificuldade de locomoção, proporcionando conforto e conveniência no acesso às dependências. Dos terminais de autoatendimento, 10,7 mil oferecem solução de voz para atendimento ao deficiente visual.

### **Comunidade\* (GRI EC9, SO1)**

\* O Banco do Brasil pauta seu relacionamento com a comunidade pela universalização dos direitos sociais e da cidadania e pelo fortalecimento de sua atuação como empresa socialmente responsável. Nesse sentido, busca valorizar os vínculos estabelecidos, respeitar os valores culturais e reconhecer a importância das comunidades para o sucesso do Conglomerado, bem como retornar à comunidade parcela do valor agregado aos negócios, apoiar ações desenvolvimentistas e participar de empreendimentos direcionados à melhoria da sustentabilidade ambiental e das condições sociais da população.

O Banco do Brasil colabora de várias formas para o desenvolvimento das comunidades onde atua. Seja por ações do seu braço financeiro, em parcerias com outras instituições ou por meio de programas da Fundação Banco do Brasil e das empresas que formam o Conglomerado BB.



Os programas do Banco beneficiam crianças, em ações como as oficinas de esporte realizadas durante o Circuito Vôlei de Praia e as doações ao Fundo da Infância e Adolescência. Beneficiam adolescentes por meio de programas como o Programa Adolescente Trabalhador, que proporciona treinamento em atividades profissionais, e beneficiam adultos em programas de alfabetização, com participação de funcionários do Banco.

A fim de reconhecer, estimular e divulgar iniciativas de valor social e científico para o desenvolvimento do País, o Banco do Brasil instituiu, em 2008, o Prêmio Valores do Brasil. A iniciativa teve 334 projetos inscritos e distribuiu cerca de R\$ 470 mil em prêmios em 15 categorias.

## **Cultura**

As ações culturais do Banco do Brasil são realizadas por meio do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), iniciativa que conta com instalações em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e pelo Circuito Cultural, que percorre os demais estados do País.

Os centros culturais são adaptados para receber visitas de pessoas com deficiências físicas. As unidades contam com acessos adaptados, Programa Educativo que disponibiliza monitoria especializada para o atendimento a pessoas com deficiência e material em braile para uso nas oficinas e nas exposições. O Programa Educativo atendeu mais de 309,5 mil estudantes em visitas guiadas.

Em 2008, foram investidos mais de R\$ 35 milhões em 731 eventos culturais nos CCBB e no Circuito Cultural, que passaram por 36 cidades e geraram 1,9 mil empregos temporários. Os espetáculos receberam 123,8 mil visitantes no ano.

O Centro Cultural de Brasília e o do Rio de Janeiro neutralizam as emissões de carbono dos eventos culturais realizados em suas unidades por meio do plantio de árvores. Em 2008 foram plantadas 18,8 mil árvores como parte dessa iniciativa.

O Banco doa 20% da arrecadação das bilheterias dos centros culturais para projetos do Governo Federal que beneficiam as comunidades carentes das localidades onde ocorrem os eventos. Em 2008 foram doados R\$ 116,1 mil.

## **Esporte**

O Banco do Brasil incentiva e patrocina o esporte brasileiro há 18 anos. Em 2008, o BB investiu R\$ 58,6 milhões no esporte nacional, beneficiando atletas de vôlei de quadra, vôlei de praia, iatismo, futebol de salão e tênis.

Os atletas patrocinados pelo Banco participam de ações sociais como campanhas de arrecadação de alimentos e brinquedos, oficinas de esporte e visitas a entidades assistenciais.

Durante os 158 eventos esportivos realizados em 2008, o Banco do Brasil promoveu logística para arrecadar 197,9 toneladas de alimentos e mais de 4,4 mil brinquedos. Esses eventos geraram 52,2 mil empregos temporários. Em 2008, para mitigar os impactos dos eventos esportivos patrocinados pelo BB, foram plantadas 18,8 mil árvores.

As oficinas de esporte, realizadas simultaneamente aos eventos esportivos, atenderam mais de 143,5 mil crianças de escolas públicas e projetos sociais. O Banco também apoia o projeto Escola de Vôlei Bernardinho, onde são ministradas aulas de vôlei e as crianças recebem orientação e acompanhamento para inclusão social.

As empresas de seguridade do Conglomerado BB, além de apoiar os eventos de esporte, patrocinam ações esportivas regionais de inclusão social por meio do esporte. São exemplos o Projeto Porãbask, patrocinado pela Aliança do Brasil, que atende crianças de Ponta Porã (MS), e a Escola de Vôlei – que atende alunos da rede pública de ensino do Rio de Janeiro –, apoiada pela Brasilcap.

## **Educação**

O Banco do Brasil desenvolveu o curso de voluntariado “Ação Voluntária” para preparar os funcionários que desejem atuar no terceiro setor e, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, forma alfabetizadores para participar do programa BB Educar. Apenas em 2008, 1,9 mil funcionários realizaram o curso “Ação Voluntária” em todo o País.

O Banco, por meio da Fundação Banco do Brasil, investiu R\$ 1,9 milhão na alfabetização de jovens e adultos (Programa BB Educar). Além da alfabetização, a Fundação investe na educação e na conscientização ambiental. Em 2008, os participantes do ABB Comunidade participaram de concurso de história em quadrinhos sobre a importância da preservação ambiental, com enfoque nos recursos hídricos.

A Universidade Corporativa do Banco do Brasil oferece cursos à comunidade, desde treinamentos em áreas negociais até cursos de especialização, como o MBA de Gestão em Negócios de Desenvolvimento Regional Sustentável.

## **Voluntariado**

O Banco do Brasil incentiva o engajamento de seus funcionários em atividades sociais como alfabetização de adultos e campanhas de doações, entre outras. Por meio dos cursos de voluntariado, o Programa capacitou 1,9 mil voluntários, entre funcionários da ativa e aposentados em 2008, e 246 funcionários haviam se cadastrado para atuar como voluntários.

Em parceria com a Fundação Banco do Brasil, o BB apoia instituições e entidades civis sem fins lucrativos com a participação de seus funcionários nas ações voluntárias.

## **Inclusão Digital (GRI EC8)**

O Programa de Inclusão Digital do BB alcançou, em 2008, a marca de 1,3 mil telecentros em funcionamento em todo o País. O Banco firmou dois convênios para doar 3,8 mil computadores ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a fim de auxiliar projetos voltados a famílias em situação de vulnerabilidade social e cerca de 2,3 mil equipamentos para os Conselhos Tutelares, contribuindo para ações de combate à exploração sexual infanto-juvenil.

O Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil é apoiado pela Fundação Banco do Brasil na implantação de estações digitais e espaços comunitários para disseminação de tecnologias de informação e comunicação.

### **Fundos da Infância e Adolescência (FIA)\***

\*O Programa de Direcionamento de Imposto de Renda e Doações para Fundo da Infância e Adolescência (FIA) visa contribuir para o incremento de recursos financeiros destinados ao Fundo, baseado nos seguintes objetivos:

- beneficiar crianças e adolescentes em situação de risco;
- ser útil à sociedade de forma a tangibilizar a missão do Banco;
- atender ao compromisso ético como balizador do relacionamento com a sociedade;
- incentivar a participação cidadã como força de transformação da sociedade;
- permitir o acompanhamento da destinação de recurso público;
- orientar e incentivar as pessoas físicas e jurídicas a destinarem recursos do Imposto de Renda para os Fundos da Infância e Adolescência;
- incentivar a participação dos funcionários voluntários.

O Banco do Brasil doa, desde 2003, parte do seu imposto de renda devido para os Fundos da Infância e Adolescência (FIA), geridos pelos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, criados para financiar políticas sociais e ações de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Em 2008, foram doados R\$ 7,1 milhões.

### **Programa Adolescente Trabalhador\* (GRI HR6)**

\* O programa atende a todos os requisitos da Lei de Aprendizagem (Lei nº 10.097, de dezembro de 2000), estimulando o desenvolvimento de valores éticos e profissionais em adolescentes em situação de risco pessoal e social.

O objetivo do programa é promover o desenvolvimento profissional e pessoal do adolescente por meio da implementação de ações que auxiliem na formação profissional e na aquisição de experiências, hábitos e atitudes indispensáveis ao seu ajustamento no trabalho produtivo e na convivência social.

O Banco do Brasil mantém ações para inclusão social em suas dependências. O Programa Adolescente Trabalhador do Banco do Brasil é o maior programa de aprendizagem do País quando se leva em conta a abrangência em termos de atendimento e a proposta pedagógica adotada. É o único Programa de Aprendizagem que oferece Seguro Saúde a todos os participantes e seus dependentes. O Programa Adolescente Trabalhador atendeu, desde 2000, 20,4 mil adolescentes. Em 2008 havia 4,8 mil adolescentes em processo de aprendizagem nas unidades do Banco.

### **Estágio de Estudantes**

O Banco do Brasil mantém o Programa de Estágio de Estudantes para contratação de estagiários de segundo e terceiro graus. O Programa encerrou o ano com 7,6 mil estudantes estagiando no BB, recrutados diretamente nos estabelecimentos de ensino ou por meio dos chamados “agentes de integração”

(instituições sem fins lucrativos especializadas no segmento de recursos humanos), conveniados com a Instituição. Desde dezembro de 2008, os estagiários do BB têm direito a auxílio-transporte e férias.

A Brasilprev, empresa de previdência privada do Conglomerado Banco do Brasil, apoia o Programa Jovem Cidadão, iniciativa do Estado de São Paulo que oferece oportunidades de estágio para estudantes da rede estadual de ensino.

### **Fundação Banco do Brasil (FBB)**

Em 2008, os investimentos sociais da FBB somaram R\$ 80,5 milhões, dos quais R\$ 54,2 milhões foram doados pelo BB para atender programas de geração de trabalho e renda, de educação e de incentivo à disseminação de tecnologias sociais que contemplaram mais de 799 municípios.

No ano, com o apoio da Brasilcap, empresa de seguridade do Conglomerado BB, 39,7 mil pessoas foram atendidas no programa de alfabetização BB Educar. Além disso, 52 mil jovens de famílias de baixa renda participaram das atividades educativas, culturais e esportivas do Programa Integração AABB Comunidade.

Na inclusão digital, a FBB investe na implantação de estações digitais e espaços comunitários para disseminar tecnologias de informação e comunicação.

Dentre os programas para geração de trabalho e renda, destacam-se os de inclusão social, por meio da melhoria da renda, de quilombolas e agricultores familiares, e, em especial, o trabalho com os catadores, que tem sua atuação alinhada às estratégias traçadas pelo programa de coleta seletiva em implantação.

A Fundação também premia ações de destaque nas comunidades por meio do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, cujo objetivo é identificar, difundir e certificar tecnologias sociais.

### **Fornecedores\* (GRI EC6, HR6, HR7)**

\* O Banco do Brasil e seus funcionários se relacionam com prestadores de serviços e fornecedores idôneos. Adotam processos de contratação imparciais e transparentes, zelando pela qualidade e viabilidade econômica dos serviços contratados e dos produtos adquiridos.

O Banco do Brasil se relaciona com prestadores de serviços e fornecedores idôneos, seguindo processos de contratação imparciais e transparentes, regidos pela Lei 8.666/93.

O Banco está ciente de sua responsabilidade social e prevê, em seus contratos, cláusulas específicas para impedir o uso de trabalho infantil e escravo, mantendo o compromisso assumido na adesão ao **Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo**, proposto pelo Instituto Ethos. **(GRI HR2)**

O BB adota também o Acordo de Nível de Serviços – documento que visa assegurar o comprometimento mútuo sobre a não-utilização de trabalho infantil e trabalho escravo, bem como o atendimento à legislação vigente. **(GRI HR2)**

Adicionalmente, o Banco adota uma Política de Relacionamento com Fornecedores que reflete seus valores e sua cultura no relacionamento com os fornecedores e respectivos empregados.

Além disso, o Banco prefere adquirir bens e serviços por meio eletrônico, visando ampliar a disputa nos processos licitatórios. Em 2008, 44% das licitações foram realizadas por meio eletrônico. **(GRI HR6, HR7)**

### **Funcionários e Colaboradores\***

\* A relação do Banco do Brasil com os funcionários está pautada na:

- Busca da conciliação entre os interesses do Conglomerado e os dos funcionários e de suas entidades representativas, tendo a negociação como prática permanente;
- Criação e manutenção de condições de qualidade e segurança no trabalho e assecuração aos funcionários de condições previdenciárias, assistenciais e de saúde que propiciem melhoria da qualidade de vida e do desempenho profissional;
- Preservação do sigilo e da garantia de acesso na administração das informações que afetam a privacidade dos funcionários;
- Utilização, na movimentação de pessoas, de critérios previamente estabelecidos;
- Autorização da cessão de funcionários;
- Decisão sobre a participação de funcionários em conselhos ou em cargos diretivos de outras empresas segundo critérios previamente estabelecidos;
- Observação do desempenho profissional como referência nas decisões que digam respeito ao desenvolvimento, ao reconhecimento, à retribuição e à ascensão profissional, utilizando critérios previamente estabelecidos e baseados no mérito, na competência e na contribuição ao Conglomerado;
- Consideração das práticas de mercado na retribuição aos funcionários;
- Adoção dos princípios de aprendizado contínuo e investimento em educação corporativa para permitir o desenvolvimento pessoal e profissional;
- Manutenção de contratos e convênios com instituições que asseguram aos colaboradores condições previdenciárias, fiscais, de segurança do trabalho e de saúde.

Os funcionários do Banco do Brasil são admitidos por concurso público. Em todas as seleções externas são observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal. Os concursos são regionalizados, e a convocação obedece à classificação na região em que o candidato se inscreveu. **(GRI EC7)**

Ao final de 2008, o Banco do Brasil mantinha 89,4 mil funcionários no seu quadro, já computados os 3,3 mil originários do Banco do Estado de Santa Catarina e do Banco do Estado do Piauí. O Banco mantém, ainda, em seu quadro 2,4 mil funcionários temporários terceirizados e 7,6 mil estagiários. **(GRI LA1)**

O quadro de funcionários do Banco reflete a diversidade do Brasil. Do total, 32,9 mil são mulheres e 17,9 mil declaram-se negros, pardos ou índios. Em cargos de chefia, ao final de 2008 eram mais de 8 mil mulheres e 445 negros. É importante salientar que os números relativos à diversidade ainda não incluem os funcionários oriundos do Besc e BEP. **(GRI LA1, GRI LA13)**

Em relação às políticas para mulheres, o Banco assumiu o compromisso, quando da adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero, de desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero no trabalho. No Banco, não há diferença de remuneração

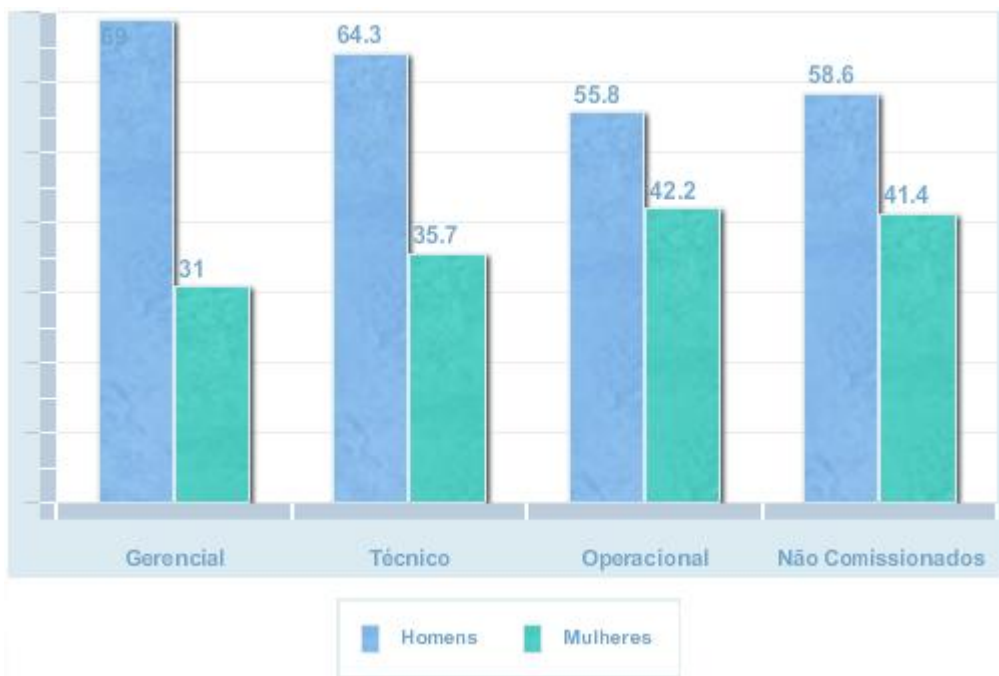
entre homens e mulheres que possuem a mesma categoria funcional. **(GRI LA14)**

A fim de oferecer as mesmas oportunidades para homens e mulheres e eliminar qualquer tipo de discriminação, o Banco apresentou propostas de capacitação, ascensão profissional, salário e benefícios e implementação de mecanismos de combate às práticas de discriminação.

### Gênero (%) (GRI LA13)



### Categoria Funcional por Gênero (%) (GRI LA13)



### Cor (%) (GRI LA13)

	2005	2006	2007	2008
Branca	76,8	76,6	76,7	76,0
Negra	2,0	2,0	2,1	2,0
Parda	18,6	18,5	18,4	18,0
Amarela	2,5	2,8	2,7	3,0
Indígena	0,1	0,1	0,1	1,0

### Categoria Funcional por Cor (%) (GRI LA13)

	Gerencial	Técnico	Operacional	Não-comissionados
Branca	78,1	77,3	77,2	74,5
Negra	1,7	1,8	2,2	2,7
Parda	17,7	17,2	17,2	20,0
Amarela	2,5	3,4	3,3	2,5
Indígena	0,0	0,2	0,2	0,2

### Funcionários com deficiência

Em 2008, o Banco tinha 809 funcionários com deficiência em seu quadro, enquadrados no Decreto 3.298/99: 564 com deficiência física, 127 auditiva, 53 visual, 1 mental, 10 com múltiplas deficiências e 54 reabilitados pela previdência social. Apesar do empenho do Banco em garantir 5% de suas vagas a deficientes, o número de candidatos classificados em concurso não foi suficiente para cumprir a legislação.

Em junho de 2008, foi realizada a 1ª Oficina de Instalação e Configuração Jaws para aprimorar o conhecimento da ferramenta e a nova customização e trocar experiências e informações entre os participantes portadores de deficiência visual. Depois de cinco dias de trabalho, o encontro apresentou um plano de ação dividido em três eixos temáticos: educação corporativa, ambientes tecnológicos e responsabilidade socioambiental.

### **Remuneração e Benefícios (GRI EC3)**

O Banco do Brasil entende que, ao melhorar a qualidade de vida de seus funcionários, está investindo no desenvolvimento profissional e pessoal de cada um. Para isso o Banco proporciona-lhes diversos benefícios além dos previstos em lei, de plano de saúde e previdência complementar até condições especiais para concessão de crédito, independentemente da jornada de trabalho. **(GRI LA3)**

O Banco mantém duas instituições em sistema de gestão compartilhada para promover a saúde e a previdência complementar: Cassi e Previ, respectivamente. Em 2008, o BB destinou R\$ 594,8 milhões para a Cassi e R\$ 117,9 milhões para a Previ.

Responsável pela manutenção dos planos de saúde para funcionários ativos e aposentados, seus dependentes e parentes até 3º grau, a Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – conta com mais de 172,5 mil participantes.



A Cassi estrutura seus serviços com base nos princípios da **Estratégia Saúde da Família**, na qual o participante recebe atenção diferenciada e atendimento personalizado por meio de medidas preventivas e ações voltadas à promoção da saúde. **(GRI LA8)**



A Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil –, entidade fechada de previdência privada, é responsável pela administração dos planos de previdência complementar dos funcionários do BB.

A Previ tem dois tipos de planos: Plano 1, para os funcionários que ingressaram no Banco até dezembro de 1997, e Plano Previ Futuro, para os que tomaram posse no Banco após essa data.

O Plano 1 encontra-se com as contribuições, tanto as do BB quanto as dos funcionários, suspensas em função de seu superávit acumulado. A suspensão das contribuições está condicionada à avaliação anual.



Com a incorporação do Besc, o Banco do Brasil assumiu as obrigações de patrocinador da

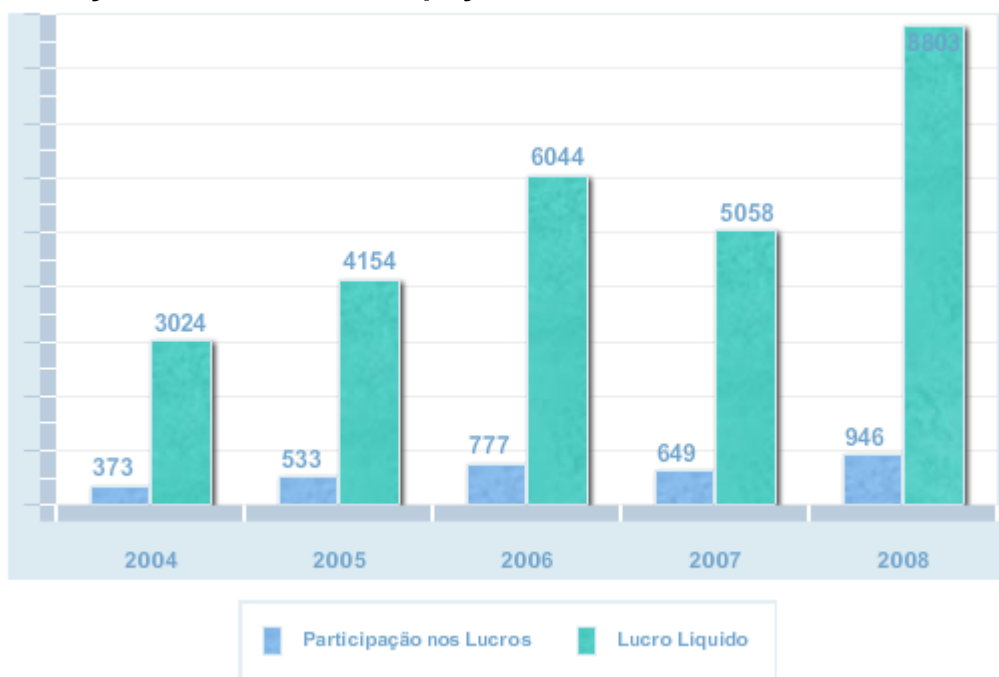


Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social – no que diz respeito aos planos de previdência privada Multifuturo I (contribuição definida) e ao Plano de Benefício Definido.

O Banco concede, ainda, auxílio-creche e auxílio aos pais com filhos portadores de deficiências, além de auxílio para transporte e para alimentação.

O Banco do Brasil distribui parte dos seus lucros entre os funcionários. Em 2008, foram destinados R\$ 946,2 milhões para os funcionários, valor 45,7% superior ao ano anterior.

### Evolução do Lucro e Participação nos Lucros – R\$ milhões



O Banco do Brasil oferece para seus funcionários linhas de crédito com taxas de juros diferenciadas, produtos e serviços sem custos, fundos de investimentos com condições especiais e, por meio de parcerias da Previ com lojistas, descontos em uma série de empresas para a aquisição de bens de consumo e serviços.

### Remuneração e Benefícios

R\$ milhões

	2004	2005	2006	2007	2008
Funcionários (mil)	79.725	83.751	82.672	81.855	89.393
Remuneração	3.154	3.426	3.559	3.606	4.015
Encargos Sociais	1.240	1.319	1.624	1.357	1.372
Benefícios	757	835	865	1.414	1.197

Participação nos Lucros	373	533	777	649	946
-------------------------	-----	-----	-----	-----	-----

### Capacitação (GRI LA3, LA10, LA11)

O Banco do Brasil sabe da importância de contar com funcionários capacitados e treinados. Para tanto, instituiu metas de treinamento (mínimo de 40 horas de treinamento por ano), concedeu, em média, 78 horas de treinamento por funcionário e investiu R\$ 100,7 milhões em 2008. Por meio dos programas de treinamento foram concedidas 2,3 mil bolsas de graduação, 0,5 mil de pós-graduação e 4,3 mil de idiomas.

### Capacitação

	2005	2006	2007	2008
Investimento (R\$ milhões)	65,1	62,7	94,6	100,7
Quantidade de Treinamentos (mil)	394,5	385,4	227,2	562,5
Bolsas de Idiomas (mil)	0,5	0,4	0,4	4,3
Bolsas de Graduação (mil)	3,3	1,2	0,5	2,3
Bolsas de Pós-Graduação (mil)	0,2	0,0	0,0	0,5

O Banco desenvolveu o MBA de Gestão em Negócios de Desenvolvimento Regional Sustentável para capacitação de seus funcionários e da comunidade em ações para o desenvolvimento sustentável, um dos focos estratégicos do BB. Graças a essa capacitação, o Banco pode estender a atuação da estratégia comercial de desenvolvimento regional sustentável, que até o final de 2008 atendeu mais de 1,2 milhão de famílias. **(GRI FS4)**

Para os gestores, o Banco desenvolveu, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o Programa Diálogo: Práticas para a Transformação. O Programa pretende formar 5 mil gerentes até 2011, o que representa 100% dos gestores.

Os números relativos à capacitação ainda não incluem os dados relativos aos funcionários oriundos do Besc e do BEP.

### Escolaridade (%)

	2008
Especialização, mestrado ou doutorado	20,6
Superior	45,9
Ensino Médio	33,0
Ensino Fundamental	0,5

### Gestão do Desempenho e Ascensão Profissional (GRI LA11, LA12, EC7)

O modelo de gestão do desempenho profissional tem foco em competências – combinações sinérgicas de conhecimentos, habilidades e atitudes.

O Banco do Brasil avalia semestralmente o desempenho profissional de seus funcionários. O processo conta com quatro etapas: autoavaliação, avaliação dos pares, dos superiores imediatos e dos subordinados. O processo permite a identificação de ações de capacitação para aprimoramento das competências do funcionário.

A ascensão profissional no BB tem como premissas a simplicidade, a clareza, a transparência, a isonomia, a democratização das oportunidades, a meritocracia, a pró-atividade e a atuação do gerente como desenvolvedor de pessoas.

A fim de concretizar as premissas estabelecidas para a ascensão profissional, o Banco do Brasil criou o Programa Ascensão Profissional. O Programa possibilita, ao Banco, a identificação das pessoas mais adequadas às necessidades atuais e futuras e, ao funcionário, a estruturação e a implementação do seu planejamento de carreira.

Adicionalmente, o Banco dispõe de instrumento específico direcionado a gerenciar o processo de seleção interno para preencher vagas em todo o Brasil. O Sistema de Talentos e Oportunidades (TAO), além de identificar e medir as competências e as experiências dos funcionários, permite identificar as oportunidades disponíveis na Empresa de forma democrática.

### **Comunicação (GRI 4.16)**

O Banco do Brasil entende a importância de manter seus funcionários informados sobre o Conglomerado e de saber o que eles pensam a respeito da Instituição. Para tanto, mantém canais de comunicação abertos.

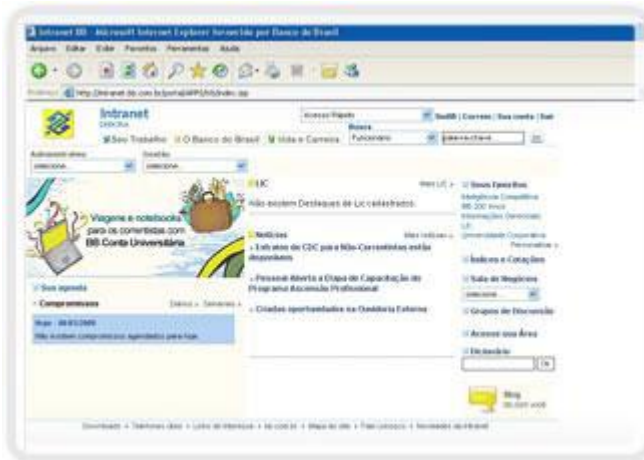
A Ouvidoria Interna é um canal criado pelo Banco no qual os funcionários podem tirar dúvidas, fazer sugestões, elogios ou denúncias com garantia de sigilo, quando solicitado. Os contatos recebidos pela Ouvidoria Interna são sistematizados e, se não solucionados no momento da ligação, são encaminhados para as áreas responsáveis. Em 2008, a Ouvidoria Interna recebeu mais de 4,7 mil contatos de funcionários e colaboradores.

Os canais corporativos negociais também são utilizados na comunicação com os funcionários, seja ela institucional, administrativa ou pessoal. O Banco mantém *intranet* com ambiente específico para os funcionários, na qual podem ser consultadas informações relativas a remuneração e benefícios e publicados classificados pessoais. Em 2008 foram veiculados 52,3 mil anúncios de funcionários na *intranet*.

Complementam a estratégia de comunicação do Banco peças como a Revista *bb.com.você*, distribuída mensalmente a todos os funcionários, a rede interna de televisão, TVBB, com matérias em formato específico para público interno e programação de treinamento, e os diversos boletins publicados pelas áreas do Banco.

O Banco conta, ainda, com equipes formadas por representantes voluntários de todas as áreas para discutir a estratégia de comunicação interna e auxiliar nas

ações de responsabilidade socioambiental e de ecoeficiência, voluntariado empresarial, comunicação interna, clima organizacional, reconhecimento, capacitação e qualidade de vida. São as chamadas ECOAs – Equipes de Comunicação e Autodesenvolvimento.



### Satisfação no trabalho

O Banco do Brasil valoriza a opinião de seus funcionários e leva em conta suas expectativas ao elaborar as políticas e as estratégias do Conglomerado. Contudo, um grande desafio para o Banco é melhorar o nível de satisfação no trabalho de seus funcionários. Apesar das ações realizadas para atrair, reter e desenvolver talentos, estas ainda não são percebidas pelos funcionários.

Para medir o nível de satisfação no trabalho, o Banco realiza, anualmente, pesquisa voluntária entre seus funcionários. Na pesquisa realizada em 2008 68,5% dos funcionários declararam estar satisfeitos em trabalhar no BB, contra 70,4% em 2007. **(GRI LA2, LA6, 4.16, 4.17)**

### Rotatividade por Gênero<sup>1</sup> (%)

	2007	2008
--	------	------

Homens	1,10	2,08
Mulheres	0,38	1,17

<sup>1</sup> Relação entre demissões e o número médio de funcionários.

### Rotatividade por Faixa Etária<sup>1</sup> (%)

	2007	2008
Até 25 anos	0,07	0,38
De 26 a 35 anos	0,20	0,93
De 36 a 45 anos	0,14	0,43
Acima de 45 anos	1,07	1,51

<sup>1</sup> Relação entre demissões e o número médio de funcionários.

### Qualidade de Vida no Trabalho (GRI 4.17)

Ao zelar pela qualidade de vida dos funcionários, a atuação do Banco vai além da exigência legal. Desde 2008, o Banco mantém o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, para promover os cuidados com a saúde e a adoção de hábitos saudáveis. Por meio do Programa, foram disponibilizados R\$ 15,9 milhões para custear a realização de práticas sistemáticas que visem à promoção e à proteção da saúde, como ginástica laboral e relaxamento, entre outras práticas antiestresse.



O Banco acredita que essas ações proporcionam também um ambiente de trabalho seguro e com menor impacto à saúde, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais.

### Liberdade de Associação e Negociação Coletiva (GRI LA4, HR5)

O Banco do Brasil compreende a importância das associações de funcionários e, além de incentivar a adesão destes, mantém política de cessão de funcionários para essas entidades. Os funcionários dirigentes sindicais contam com estabilidade garantida até um ano após o final do mandato.

Os acordos coletivos, firmados anualmente com as entidades sindicais, beneficiam todos os funcionários, independentemente de associação sindical. Em 2008, o acordo coletivo garantiu reajuste real sobre todos os benefícios e verbas de natureza salarial e pagamento da 13ª cesta-alimentação, entre outros.

## **Segurança Ocupacional (GRI LA6)**

Com o intuito de promover um ambiente de trabalho seguro e prevenir acidentes e doenças ocupacionais, o Banco do Brasil mantém 70 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) em todo o País, de acordo com as orientações do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em todas as suas dependências, o BB conta também com Grupos de Abandono (Grua), equipes de funcionários preparados para atuar e coordenar ações de retirada dos ocupantes das dependências do BB em caso de incêndio ou outras emergências.

O Banco mantém, desde 2000, o Programa de Assistência às Vítimas de Assaltos e Sequestros (Pavas). Por meio do Programa, o BB presta assistências médica, psicológica, jurídica e de segurança às vítimas de assalto ou sequestro e auxilia a reorganizar a rotina de trabalho da dependência onde trabalhavam as vítimas.

Além disso, conforme estabelecido nos acordos coletivos firmados entre o Banco e entidades representativas dos funcionários, o BB promove exames médicos específicos periódicos, dispõe de Comissão de Segurança Bancária, realiza complementação do Auxílio-Doença Previdenciário e do Auxílio-Doença Acidentário, implementou horário de repouso para funcionários que executam atividades repetitivas e garante o pagamento, por até 18 meses após o retorno ao trabalho, da gratificação de caixa ao funcionário que exercia a função e foi licenciado por LER. **(GRI LA9)**

## **Afastamentos do Trabalho (%) (GRI LA7)**

	2007	2008
Taxas de Lesões (%)	8,54	4,47
Absenteísmo (%)	5,58	5,23
Doenças ocupacionais (%)	2,83	3,60
Dias perdidos (%)	1,14	1,10

*Veja mais no capítulo “Intangíveis”, na seção “Capital Humano”.*

## **Governo\* (GRI EC9, SO1, SO5)**

\*No relacionamento com o governo, o Banco do Brasil apresenta-se como um dos principais parceiros na implementação de políticas, programas e projetos voltados ao desenvolvimento nacional.

O Banco do Brasil participa de diversos comitês e fóruns, como convidado ou como membro efetivo, nos quais colabora para a discussão, a elaboração e a implementação de políticas públicas. O BB participa do SASF (Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos), do Condel (Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) e, como convidado, do CAF (Comitê de Articulação Federativa), entre outros.

Em 2008, o BB atuou na alfabetização de jovens e adultos, na inclusão digital, na disseminação de tecnologias sociais, no fortalecimento da agricultura familiar, por meio do Pronaf, no financiamento a exportadores, no incentivo a micro e pequenas empresas, na melhoria das condições de vida em comunidades quilombolas e indígenas, na ampliação do acesso à leitura e à cultura e no estímulo e apoio ao voluntariado.

### **Meio Ambiente\* (Forma de Gestão EN14, FS1, FS2)**

\*O Banco do Brasil tem a preservação ambiental como um dos balizadores de suas práticas administrativas e negociais.

Em seus normativos, está prevista a vedação à realização de operações destinadas a financiar atividades que possam causar impacto ambiental, sem autorização formal do órgão competente e apresentação de documentação do órgão ambiental competente para financiamento de:

- desmatamento, destoca ou custeio agropecuário, visando a incorporação de novas áreas no processo produtivo;
- comercialização de produtos extrativos de origem vegetal e pescado in natura;
- operações de investimento em atividades utilizadoras de recursos ambientais ou empreendimentos capazes de causar degradação ambiental;
- operações de investimentos em atividades que requerem o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto ao Meio ambiente (RIMA);
- operações de investimento em atividades que se utilizam de recursos hídricos, inclusive agricultura irrigada – outorga de água.

Além disso, o BB desenvolve negócios que sejam fomentadores da sustentabilidade do meio ambiente, como é o caso, por exemplo, da estratégia Desenvolvimento Regional Sustentável e dos programas BB Florestal, BB Produção Orgânica e de Incentivo à Eficiência Energética.

O Banco do Brasil sabe que a conservação do planeta garante a sobrevivência da geração atual e das futuras. Por isso, adota critérios rigorosos na concessão de crédito, inclusive o agrícola, estimula a realização de negócios eletrônicos e tem atitudes conservacionistas no dia a dia da Empresa.

O Banco avalia as operações de crédito com base na legislação ambiental aplicável e nos acordos voluntariamente firmados. Nas operações de crédito do tipo *project finance*, acima de US\$ 10 milhões, o Banco aplica os requisitos contidos nos **Princípios do Equador** e, quando as operações envolvem risco ambiental, exige contrapartidas para a aprovação do crédito, além de licença ambiental, conforme compromisso assumido na assinatura do **Protocolo Verde**.

Em financiamentos na região do Bioma Amazônia, o Banco do Brasil observa as exigências contidas na Resolução CMN 3.545.

A partir de 2009, o BB encaminhará bloquetes de cobrança por meio do Débito Direto Autorizado (DDA), para aqueles clientes que aderirem à solução. O DDA permitirá a substituição dos bloquetes físicos por eletrônicos, o que implica redução do consumo de recursos naturais. Considerando apenas os bloquetes emitidos pelo Banco, a substituição vai poupar no primeiro ano, 1,3 milhão de kWh de energia, que equivale ao consumo mensal de 7,8 mil pessoas. **(GRI EN26)**



Atualmente, os clientes do BB podem optar pelo recebimento de informativos, extratos e faturas do seu cartão de crédito. Com essa opção, o Banco economizou R\$ 7,7 milhões em serviços como postagem, emissão dos documentos e papel.

O Banco, em parceria com o Grupo Neoenergia, incentiva a substituição de equipamentos domésticos obsoletos e a regularização de ligações clandestinas para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa. **(GRI EN6, EN18)**

### **Créditos de Carbono\* (GRI EC2, EN26, SO1)**

\*O Banco do Brasil participa do Programa Brasileiro GHG Protocol, no qual se propõe a realizar inventário de emissões de gases de efeito estufa de diversas empresas brasileiras com o desenvolvimento de um protocolo comum de identificação, levantamento e inventário dessas emissões.

O Banco do Brasil criou, em 2005, o Fórum Interno “Mercado de Créditos de Carbono” para acompanhar questões relacionadas às mudanças climáticas e aos riscos que elas podem trazer aos negócios do Banco, propor e avaliar políticas, normas e critérios para a atuação do Banco no segmento e ainda assessorar as diversas áreas do BB.

Estima-se que a demanda por créditos de emissão de carbono alcance US\$ 10 bilhões em 2010, sendo que o Brasil poderá ser responsável por 10% dessa quantia, beneficiando-se desse cenário como vendedor de créditos de carbono e também como alvo de investimentos em projetos engajados com a redução da emissão de gases poluentes.

No âmbito do Programa Brasileiro GHG Protocol, o Banco do Brasil traçou como meta para 2009 o inventário dos gases causadores do efeito estufa. Para coordenar as ações relativas à utilização racional e à redução do consumo de recursos naturais e gestão de resíduos sólidos, o Banco criou o Programa de Ecoeficiência. **(GRI EN14, EN26)**

O Banco também promove a utilização de energia limpa por meio da estruturação de leilões de crédito de carbono e do apoio aos projetos que utilizam mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

### **Programa de Ecoeficiência\* (GRI EN26)**

\*Aprovado em 2006, com o objetivo de reduzir os custos operacionais e o impacto no meio ambiente, por meio do monitoramento sistemático e documentado do consumo de insumos e da destinação de resíduos resultantes do processo produtivo, o Programa engloba ações de redução de consumo de energia, água, papel e *toner*.

O Banco do Brasil incentiva a reciclagem e o reaproveitamento de materiais. Por meio do Programa de Recondicionamento





de Cartuchos e Toner, a Instituição recondiciona cartuchos de impressoras. Em 2008, o BB recondicionou 90,7 mil cartuchos. **(GRI EN2, EN27)**

O Banco também incentiva a utilização de documentos eletrônicos, o que reduz o consumo de papel, e privilegia o uso do papel reciclado. Os cartões de visita, os envelopes para depósito e as faturas de cartão de crédito são confeccionados com papel reciclado.

Em 2008, ao celebrar o Dia Internacional do Meio Ambiente, o Banco implantou coleta seletiva de resíduos sólidos (papel, plástico, vidro e metal) em sete edifícios com mais de mil funcionários cada. Os resíduos são encaminhados a cooperativas ou associações de catadores.

No BB, o consumo de energia limita-se ao suprimento das necessidades administrativas e à manutenção dos terminais de autoatendimento, que em 2008 atingiu 684 GWh<sup>1</sup>. O Banco do Brasil possui, desde 1990, Programa de Racionalização do Consumo de Energia Elétrica (Procen) para controle da utilização de energia elétrica. **(GRI EN4, EN7, EN18)**

Em relação ao consumo de água, fornecida por empresas de abastecimento, o Banco criou o Programa de Redução do Consumo de Água – Puragua e destinou R\$ 1,7 milhão para a realização de obras e reformas que promovem o uso racional de água. O consumo da água atende às necessidades básicas dos funcionários, de limpeza das instalações e de refrigeração do ambiente. Atualmente, o Banco acompanha o consumo de água nos edifícios sede, localizados em Brasília, que abrigam cerca de 5,5 mil funcionários. No ano, o consumo medido foi de 119,3 mil m<sup>3</sup> de água. **(GRI EN1, EN8)**

### Consumo de Recursos Naturais

	2007	2008
Papel (ton)	3.547	3.412
Água (mil m <sup>3</sup> )	131,0	119,3
Energia (GWh)	665,4	684,0

### Fórum Amazônia Sustentável

Em 2008, o Banco do Brasil aderiu ao Fórum Amazônia Sustentável, grupo composto por entidades governamentais, empresariais e não-governamentais que discutem os caminhos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

### Concorrentes\* (GRI 4.13, S01)

\*Em seu relacionamento com concorrentes, o Banco pratica a **ética** e a **civilidade**, mediante intercâmbio de informações e experiências feito de maneira **lícita** e **transparente**.

---

<sup>1</sup> Consumo estimado pela relação entre consumo financeiro e tarifa média informada pela ANEEL.

A parceria também dá o tom dessa relação. São exemplos os esforços de compartilhamento da logística e de recursos tecnológicos com outras instituições financeiras.



O Banco do Brasil participa ativamente de comissões na Federação Brasileira de Bancos, a Febraban. Por exemplo, a Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, criada para disseminar conceitos e fomentar práticas de desenvolvimento sustentável no setor financeiro nacional.

O BB também participa, ao lado dos principais bancos e empresas nacionais, de Câmaras Técnicas do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), cujo objetivo é integrar os princípios e as práticas do desenvolvimento sustentável no contexto de negócio, conciliando as dimensões econômica, social e ambiental. **(GRI 4.13)**

Como membro do CEBDS, o BB participou do debate e da apresentação de sugestões ao Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que se encontra em desenvolvimento pelo Governo Federal.

## Balanco Social Anual / 2008

1 - Base de Cálculo			2008 Valor (Mil reais)		2007 Valor (Mil reais)	
Receita líquida (RL)			65.860.662		65.471.424	
Resultado operacional (RO)			8.802.868		5.058.119	
Folha de pagamento bruta (FPB)			7.714.757		7.689.163	

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	714.507	9,26%	1,08%	608.539	7,91%	0,93%
Encargos sociais compulsórios	1.868.537	24,22%	2,84%	1.659.400	21,58%	2,53%
Previdência privada (1)	117.865	1,53%	0,18%	92.207	1,20%	0,14%
Saúde	594.826	7,71%	0,90%	631.703	8,22%	0,96%
Segurança e saúde no trabalho	29.614	0,38%	0,04%	23.424	0,30%	0,04%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	100.702	1,31%	0,15%	94.554	1,23%	0,14%
Creches ou auxílio-creche	45.465	0,59%	0,07%	39.936	0,52%	0,06%
Participação nos lucros ou resultados	1.134.068	14,70%	1,72%	649.221	8,44%	0,99%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>4.605.584</b>	<b>59,70%</b>	<b>6,99%</b>	<b>3.798.984</b>	<b>49,41%</b>	<b>5,80%</b>

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	77.538	0,88%	0,12%	20.874	0,41%	0,03%
Cultura	35.067	0,40%	0,05%	32.609	0,64%	0,05%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	47.599	0,54%	0,07%	51.200	1,01%	0,08%
Combate à fome e segurança alimentar	91.589	1,04%	0,14%	163.053	3,22%	0,25%
Outros (FIA - Fundo da Infância e Adolescente)	7.145	0,08%	0,01%	8.100	0,16%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	258.938	2,94%	0,39%	275.836	5,45%	0,42%
Tributos(excluídos encargos sociais)	4.779.988	54,30%	7,26%	3.910.756	77,32%	5,97%
Total - Indicadores sociais externos	5.038.926	57,24%	7,65%	4.186.592	82,77%	6,39%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa (2)	18.296	0,21%	0,03%	1.660	0,03%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	18.296	0,21%	0,03%	1.660	0,03%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2008	2007
Nº de empregados(as) ao final do período (excluídos Besc e Bep)	86.059	81.855
Nº de admissões durante o período	7.215	8.534
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.430	8.866
Nº de estagiários(as)	7.569	8.727
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	22.730	20.328
Nº de mulheres que trabalham na empresa	32.879	31.091
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	30,94%	30,61%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	17.749	16.742
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	30,94%	30,61%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	17.749	16.742
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	19,33%	19,37%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais (3)	809	765
Menor salário pago pela empresa (4)	1.297	1.170
Maior salário pago pela empresa (4)	23.818	22.023
Salário médio (4)	3.828	3.590

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008			Metas 2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	18,4x			18,8x		
Número total de acidentes de trabalho (5)	766			708		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: (6)	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	(x) incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	(X) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(X) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(X) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (7)	na empresa 224.524	no Procon 182	na Justiça 20.696	na empresa 224.524	no Procon 182	na Justiça 20.696
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 35,81%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2008: 23.586.959			Em 2007: 18.779.173		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	24,99% governo colaboradores(as)	37,69%		26,42% governo colaboradores(as)	46,64%	
	14,93% acionistas 0% terceiros 22,39% retido			10,77% acionistas 0% terceiros 16,16% retido		

## 7 - Outras Informações

*Banco do Brasil S/A - Brasília/DF - CNPJ:*

*Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Marco Geovanne Tobias - (61) 3310.3980 - ri@bb.com.br*

*Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.*

*(1) Previ: Contribuições patronais do Plano de Benefícios 2. As contribuições do Plano de Benefícios 1 foram suspensas em 2007, em virtude de utilização de Reserva Especial gerada pelo superávit apresentado pela Previ em 2006.*

*(2) Investimento no Programa de Redução do Consumo de Água - Puragua e Programa de Toner Recondicionado.*

*(3) Apesar do Banco do Brasil, reservar 5% das vagas para o cumprimento da lei, não foram classificados candidatos em número suficiente para o cumprimento da legislação.*

*(4) Os salários não apresentam diferença quanto ao gênero. O menor salário pago pelo Banco do Brasil, correspondente a 312,5% do salário mínimo em 31.12.2008 (R\$ 415,00).*

*(5) Nessa informação estão incluídos os afastamentos relacionados a Doenças do Trabalho.*

*(6) Segue as normas da OIT ratificadas pelo Congresso Nacional e incorporados à legislação brasileira.*

*(7) O Banco do Brasil não estabelece metas anuais para acolhimento de reclamações e críticas, sendo repetidos, como metas para 2009, os números obtidos em 2008.*

## Intangíveis

Para o Banco do Brasil, o valor de uma empresa vai além do registrado pela contabilidade. As ações de uma empresa, sejam a favor da comunidade e dos funcionários, sejam a favor das boas práticas internas que favoreçam uma boa administração e a longevidade da empresa, adicionam valor.

Além disso, o Banco do Brasil acredita que os investimentos realizados em infraestrutura, modernização e ampliação dos canais de atendimento, assim como as ações de marketing e publicidade, tornam-no mais forte e mais capaz de gerar bons resultados no futuro.

Sob o aspecto financeiro, o mercado reconhece esses esforços por meio da precificação da empresa, concretizada no preço de suas ações. No caso do Banco do Brasil, no fim de 2008, suas ações eram negociadas a 1,4 vez seu valor patrimonial. Por outro lado, quando o mercado avalia o quanto arriscada é a geração de riqueza do Banco, as principais agências de *rating* classificam o BB como “grau de investimento”.

## Capilaridade

O BB está presente em 3,4 mil municípios brasileiros e em 23 países. Com 15,9 mil pontos de atendimento, 39,7 mil terminais de autoatendimento, 9 mil correspondentes bancários e uma rede externa complementar de 1,3 mil instituições financeiras, a rede de atendimento do Banco é estendida às localidades mais remotas por meio de *website*, *internet banking*, *mobile banking* e Central de Atendimento.

Essa capilaridade, a maior entre os bancos do País, amplia seu potencial de gerar negócios, pois eleva a exposição de produtos, serviços e da marca. Além disso, a estrutura de atendimento traz comodidade para os clientes do BB, vantagem que faz a diferença na hora de escolher um banco.

*Veja mais no capítulo “Desempenho dos Negócios”, Rede de Atendimento.*

## Funcionários e Colaboradores

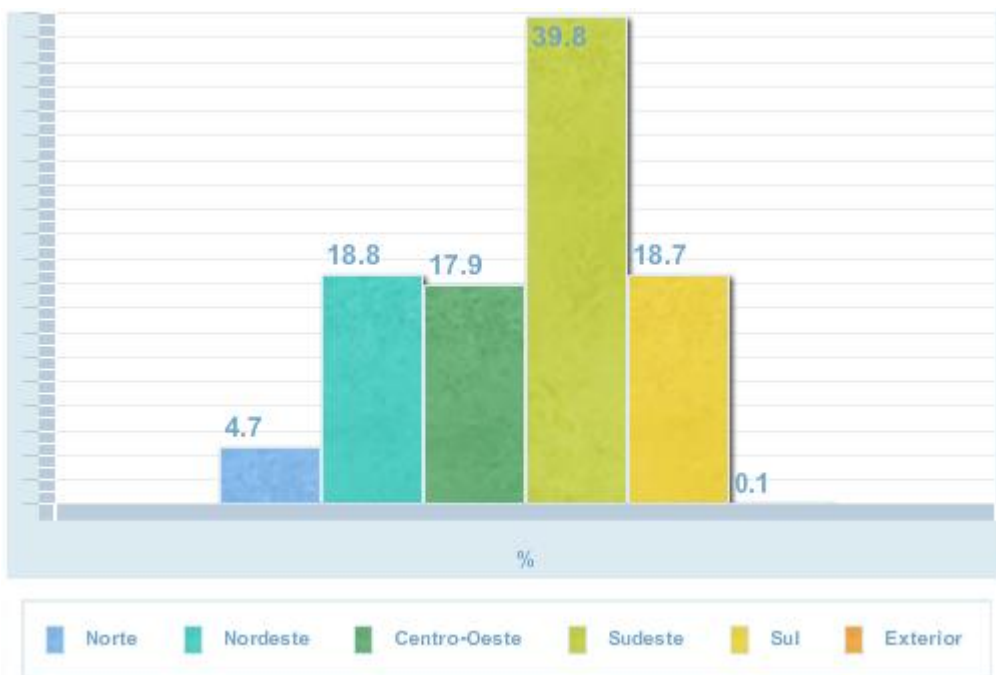
Competência técnica, qualificação profissional e comprometimento com os valores da Empresa são as características que diferenciam o quadro de pessoal do Banco do Brasil.

30,4% dos funcionários do Banco possuem entre 36 e 45 anos e 41,1% até 5 anos de tempo de casa. **(GRI LA13)**

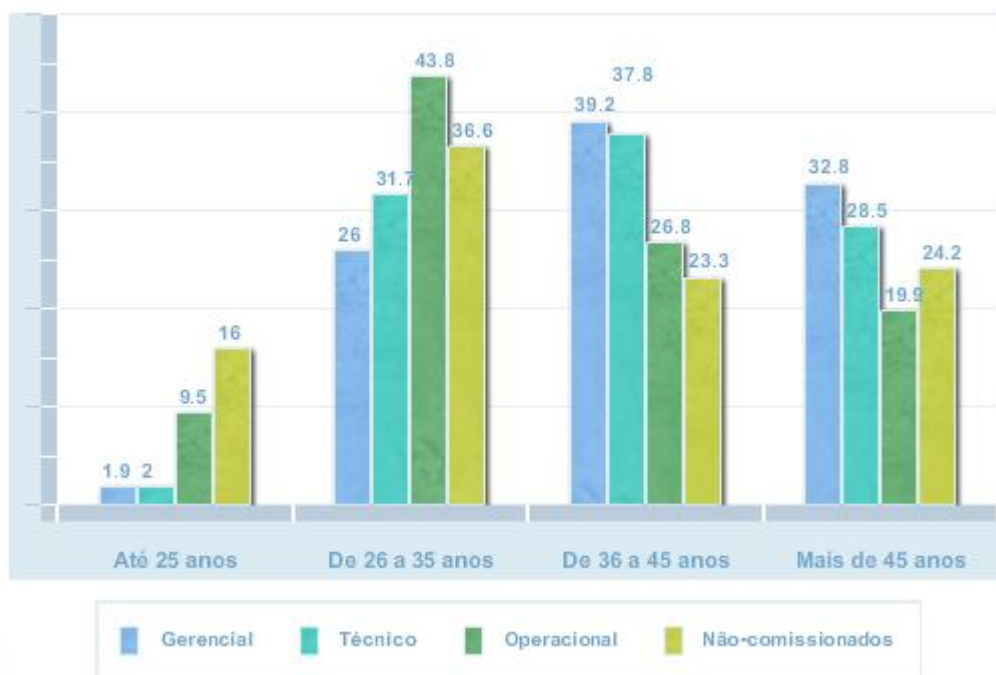




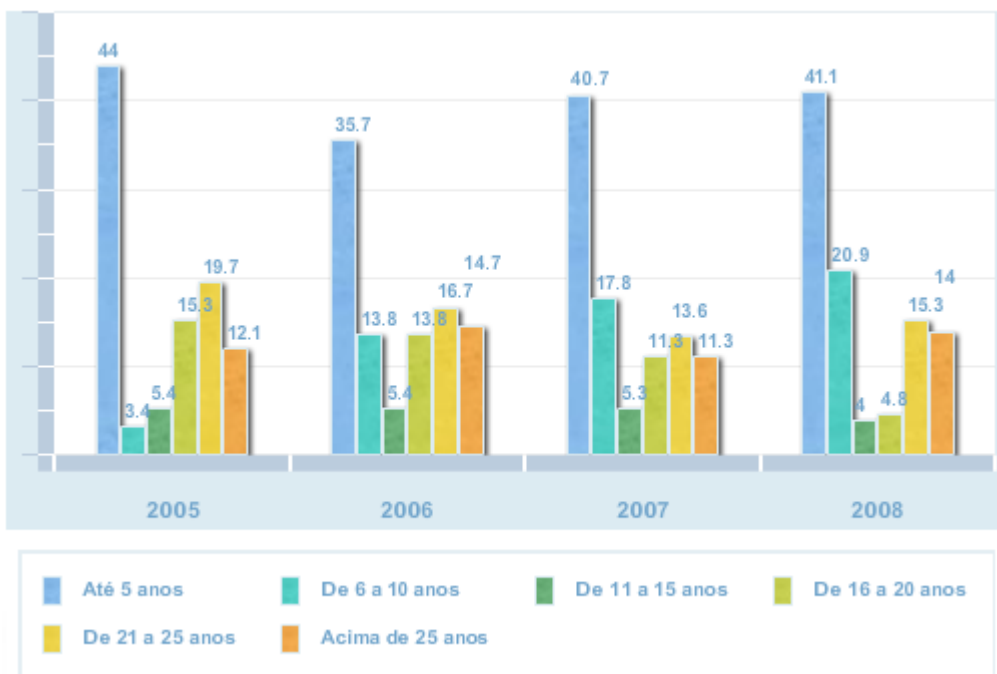
### Funcionários por Região (%) (GRI LA1)



### Categoria Funcional por Idade (%) (GRI LA13)



### Tempo de Banco (%)



O BB investe em capacitação, saúde e previdência complementar, além de incentivar e apoiar atividades que melhorem a qualidade de vida e a satisfação de seus funcionários, como o Programa Qualidade de Vida de Trabalho.

Nesse sentido, o Banco mantém 2 bibliotecas com acervo de mais de 185 mil obras, que contribuem para a formação profissional e pessoal dos funcionários.

### Empréstimos de Obras

Período	Nº de Obras Empréstadas
2004	35.145
2005	47.765
2006	47.162
2007	47.880
2008	50.544

O Banco instituiu o Programa de Educação Superior a Distância do Banco do Brasil para potencializar o processo de formação de seus funcionários por meio de cursos de graduação e pós-graduação realizados a distância e ministrados por instituições de ensino superior de excelência.

Os cursos de graduação são realizados pela Universidade Aberta do Brasil ([www.uab.capes.gov.br](http://www.uab.capes.gov.br)), constituída por diversas instituições de ensino federais e estaduais. Já os cursos de pós-graduação são estruturados e geridos pelo Banco, e as instituições de ensino superior parceiras são responsáveis pela organização e realização dos cursos.

O Programa de Certificação Interna, que em 2008 contou com a participação de

60 mil funcionários, concedeu cerca de 20 mil certificações em dez áreas do conhecimento relacionadas à prática bancária. O BB incentiva, ainda, que a competência técnica do seu corpo funcional seja certificada por entidades externas. Ao final de 2008, 38 mil funcionários possuíam certificação legal em investimentos.

*Veja mais no capítulo “Sustentabilidade”, Funcionários e Colaboradores.*

## **Marca**

A marca Banco do Brasil, símbolo de tradição e solidez, evolui com os brasileiros. E é também símbolo de modernidade.

O Banco do Brasil é a instituição financeira mais lembrada pelos brasileiros pelo 18º ano consecutivo, segundo pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha, prêmio Top of Mind 2008.

Contribuem para esse resultado, a maior base de clientes, a maior capilaridade no Sistema Financeiro Nacional, a atuação em todos os segmentos da economia, os investimentos em esporte e cultura e as ações sociais. Tudo isso compõe a percepção que se tem da Empresa.

O investimento do Banco em marketing e propaganda é fundamental para seu posicionamento institucional e mercadológico. Em 2008, foram investidos R\$ 58,6 milhões nessas ações. Além desse investimento, é notável a geração de mídia espontânea da marca BB. Apenas em 2008, o Banco obteve 5,3 mil inserções na mídia impressa nacional, sendo que na média 87% das notícias foram positivas, e 9,8 mil na mídia impressa regional, com a média de 78% das notícias positivas

## **Tecnologia**

Com um dos mais modernos parques tecnológicos empresariais brasileiros, o Banco do Brasil foi responsável pelo lançamento de importantes tecnologias no setor financeiro. Mantendo essa tradição, em 2008, o Banco, em parceria com a Visa, lançou no Brasil a tecnologia **Visa mobile payment**. O BB também iniciou a utilização do Certificado Digital, tecnologia para assinatura digital de documentos que oferece mais segurança na realização de transações eletrônicas. No Brasil, a assinatura digital é regulamentada pela ICP-Brasil e tem o mesmo valor jurídico de uma assinatura de próprio punho.



O constante investimento e o aprimoramento das tecnologias bancárias no BB decorrem do reconhecimento de que o avanço tecnológico mudou a forma como

os clientes se relacionam com as instituições financeiras. Os clientes passaram a demandar, além de um atendimento presencial eficiente, independência, comodidade, agilidade e segurança para fazer suas transações financeiras. Nesse cenário, a tecnologia passou a ser um patrimônio intangível, pois, muito mais do que máquinas e canais, ela passou a oferecer conforto.

## Principais reconhecimentos recebidos em 2008 (GRI 2.10)

### Ratings

	Classificação
<b>Ratings Globais</b>	
Fitch Ratings	
Individual	C / D
Curto Prazo em Moeda Local	F3
Longo Prazo em Moeda Local	BBB-
Curto Prazo em Moeda Estrangeira	F3
Longo Prazo em Moeda Estrangeira	BBB-
Moody's	
Força Financeira	C
Curto Prazo em Moeda Local	P-1
Curto Prazo em Moeda Estrangeira	NP
Dívida de LP em Moeda Estrangeira	Baa3
Depósitos de LP em Moeda Local	A1
Depósitos de LP em Moeda Estrangeira	Ba3
Standard & Poor's	
Longo Prazo em Moeda Local	BBB-
Longo Prazo em Moeda Estrangeira	BBB-
<b>Ratings Nacionais</b>	
Fitch Atlantic Ratings	
Curto Prazo	F1+(bra)
Longo Prazo	AA+(bra)
Moody's	
Curto Prazo	BR-1
Longo Prazo	Aaa.br

### Premiações

- *Most Shareholder Friendly Company*, categoria Instituições Financeiras, Revista *Institutional Investor*;
- Prêmio “*Best Local Trade Bank in Brazil*”, pela *Trade Finance Magazine*;
- Prêmio “*Trade Finance – Deal of the Year*”, com a estruturação de operação para Cia. Vale do Rio Doce, pela *Trade Finance Magazine*;
- Relatório Anual 2006: o segundo melhor relatório do mundo, na visão mercado financeiro, segundo a *Global Reporting Initiative (GRI)*;
- Prêmio Relatório Bancário 2008, categoria “Melhor Serviço de Autoatendimento”.
- Prêmio Relatório Bancário 2008, categoria “Melhor Serviço de *Mobile Banking*”.

- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Cartões – Negócios” com o Ourocard Agronegócio e com o Ourocard Empresarial com Capital de Giro;
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “*Core Systems* – Melhor Aplicativo para Crédito” com o BB Crédito Parcerias;
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Auto-Atendimento Especial – Instalação Desassistida de TAA”;
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Call Center – Solução de Integração de Infraestrutura”;
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Correspondente Bancário Especial”;
- Prêmio B2B Magazine 2008, categoria “Infraestrutura (Bancos)”;
- Prêmio B2B Magazine 2008, categoria “Mobilidade (Bancos)”;
- *Mobile Payment* – uma das dez maiores inovações brasileiras da última década, Revista *Exame* e Consultoria Monitor;
- Prêmio “Destaque no *Marketing*” com a campanha “BB 200 Anos”, categoria Marketing Institucional, pela Associação Brasileira de Marketing & Negócios (ABMN);
- Prêmio “*Marketing Best*” com a comunicação institucional do BB para os 200 anos, uma das mais relevantes em 2008;
- Prêmio “*Marketing Best*” com o Brasilcap: Ourocap 200 anos;
- Prêmio “*Marketing Best*” com o case “Oito jeitos de mudar o mundo” da Aliança do Brasil;
- Prêmio “Top de Marketing ADVB” com o case “Companhia de Seguros Aliança do Brasil dá o exemplo e lança a campanha de solidarismo”;
- Prêmio Nacional de Gestão Pública (PQGF) – Ciclo 2007, categoria Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. As Diretorias de Agronegócio e de Crédito foram reconhecidas nas faixas bronze e prata, respectivamente;
- Melhor seguradora do ramo vida com a Aliança do Brasil, pela Revista *Conjuntura Econômica*;
- Destaque em Comércio Exterior, categoria Apoio à Exportação – Excelência em Comércio Exterior, pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB);
- Prêmio “Melhores Práticas em Educação Corporativa”, categoria Institucional, com o projeto “Gestão por Competências no Banco do Brasil: do mapeamento à certificação de competências profissionais”, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;
- Instituição com maior volume de transações domésticas com *chip*, pela Visanet;
- Melhor prevenção à fraude e suporte operacional para cartões de crédito, pela Visanet;
- Prêmio “As mais admiradas da Revista Carta Capital”, categoria Previdência Privada com a BrasilPrev;
- Empresa Cidadã pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro com a Brasilsaúde;

- Prêmio “SAC Amigo do Cliente” com a Brasilveículos, pelo Instituto Brasileiro de Relações com o Cliente;
- Melhor seguro para veículos com a Brasilveículos, pela Pro Teste;
- Destaque em Ética e Relacionamento com os *Stakeholders* e uma das “50 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa”, as “1.000 Maiores e Melhores Empresas Brasileiras” da Editora Gestão e RH;
- 12 fundos de investimento premiados no “Star Ranking de Fundos” com a BB DTVM, pela Revista *Valor Investe*;
- 7 fundos de investimentos premiados no “Especial Previdência” com a BB DTVM, pela Revista *Você S.A.*;
- Segunda melhor gestora de fundos de investimento no “Guia Exame – Investimentos Pessoais” com a BB DTVM, pela Revista *Exame*;
- Prêmio “*Top Asset*”, categorias “Maiores Nacionais”, “Maiores Integrados”, “Fundos de Pensão”, “*Middle Market*”, “Ações Brasil e “Regimes Próprios” com a BB DTVM, pela Revista *Investidores Institucionais*;
- Prêmio Plásticos em Revista, categoria “Top Banco Financiador”, pela Revista *Plásticos em Revista*;
- Melhor sistema de compras e vencedor em outras 7 categorias com o Licitações-e, pela Revista *O Pregoeiro*.

## **Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes**

Ao

Conselho de Administração, aos Acionistas, aos Administradores e às Demais Partes Interessadas do Banco do Brasil S.A.  
Brasília - DF

### **Introdução**

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade, divulgadas no Relatório Anual do Banco do Brasil S.A. e suas controladas (Banco do Brasil), relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, elaborado sob a responsabilidade do Banco do Brasil. Nossa responsabilidade é a de emitir um Relatório de Asseguração Limitada sobre essas informações de Sustentabilidade.

### **Procedimentos aplicados**

Os procedimentos de asseguração limitada foram realizados de acordo com a Norma NPO 1, emitida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON e com a ISAE 3000 - *International Standard on Assurance Engagements*, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board.*, ambas para trabalhos de asseguração que não sejam de auditoria ou de revisão de informações financeiras históricas. Os procedimentos compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, coerência, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual do Banco do Brasil; (b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações; (c) confronto, em base de amostragem, das informações quantitativas e qualitativas com as informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual; e (d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis.

### **Critérios de elaboração das informações**

As informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual do Banco do Brasil de 2008 foram elaboradas de acordo com as diretrizes para relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI G3).

### **Escopo e limitações**

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual do Banco do Brasil, nos itens de perfil (Informações que fornecem o contexto geral

para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança), na forma de gestão e nos indicadores de desempenho em sustentabilidade, não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade. Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações financeiras. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona asseguração limitada sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas e ambições) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva.

### **Nível de Aplicação GRI – G3**

Seguindo as orientações das diretrizes GRI-G3, o Banco do Brasil declara um Nível de Aplicação A+ em seu Relatório Anual, relativo às informações de sustentabilidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

O Banco do Brasil reportou os itens de perfil, os indicadores de desempenho essenciais e os indicadores do suplemento do setor financeiro, além de alguns indicadores adicionais considerados materiais para seus *stakeholders*. Dessa forma, os procedimentos aplicados foram considerados suficientes para nos certificarmos de que o nível de aplicação declarado pelo Banco do Brasil está em conformidade com as orientações das diretrizes GRI-G3.

### **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual do Banco do Brasil, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, para que o mesmo esteja preparado de acordo com as diretrizes GRI-G3 e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

2 de março de 2009.



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso  
CRC 1SP175348/O-5-S-DF  
Sócio

Alexandre Heinermann  
CRC SP228175/O-0-S-DF  
Sócio



## Indicadores Gerais – GRI

Indicador	Descrição GRI	Localização	Pacto Global
Perfil			
1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.	Estratégia e Perspectivas, Perfil Corporativo (§5), Mensagem da Administração (§5)	
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	Mensagem da Administração (§2, §5, §6, §7, §9), Mensagem do Presidente, Estratégia e Perspectivas (Objetivos para 2009)	
2.1	Nome da organização	Informações Corporativas, Perfil Corporativo (§1)	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços.	Desempenho dos Negócios, Sustentabilidade (Produtos e Serviços com Atributos Socioambientais, Fundos de Investimento)	
2.3	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e joint ventures.	Governança Corporativa (Estrutura), Perfil Corporativo (§4)	
2.4	Localização da sede da organização	Informações Corporativas, Perfil Corporativo (§4)	
2.5	Número de países em que a organização opera e nome dos países em que suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório.	Perfil Corporativo (§1), Desempenho nos Negócios (Rede de Atendimento)	
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	Informações Corporativas, Perfil Corporativo (§4)	
2.7	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários).	Perfil Corporativo (§1), Desempenho dos Negócios (Base de Clientes, Crédito, Crédito para consumo, crédito consignado, crédito imobiliário, financiamento de veículos, microcrédito, crédito para empresas, micro e pequenas empresas, empresas médias, grandes e	

		corporate, comércio exterior, serviços de comércio exterior, agronegócios, captação, captações no exterior, Administração e captação de fundos e programas governamentais, cartões, regimes próprios de Previdência Social, Seguros Previdência e Capitalização, Administração de Recursos de Terceiros, Mercado de Capitais e Tesouraria)	
<b>2.8</b>	Porte da organização	Perfil Corporativo (§2,§3)), Mensagem da Administração (§9), Mensagem do Presidente, Desempenho nos Negócios (Rede de Atendimento)	
<b>2.9</b>	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária, incluindo: a) localização ou mudanças nas operações, inclusive abertura, fechamento e expansão de unidades operacionais; b) mudanças na estrutura do capital social e outra formação de capital, manutenção ou alteração nas operações (para organizações do setor privado)	Desempenho dos Papéis (§10), Governança Corporativa (Estrutura)	
<b>2.10</b>	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.	Intangíveis (Principais reconhecimentos recebidos em 2008)	
<b>3.1</b>	Período coberto pelo relatório (como ano contábil/civil) para as informações apresentadas.	Apresentação (§7)	
<b>3.2</b>	Data do relatório anterior mais recente (se houver).	Apresentação (§3)	
<b>3.3</b>	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal etc).	Governança Corporativa (Relacionamento com o Mercado), Apresentação (§8)	
<b>3.4</b>	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo.	Informações Corporativas, Comunicado aos Acionistas	
<b>3.5</b>	Processo para a definição do conteúdo do relatório, incluindo: a) determinação da materialidade; b) priorização de	Apresentação (§2,§9)	

	temas dentro do relatório; c) identificação de quais stakeholders a organização espera que usem o relatório. Inclua uma explicação de como a organização aplicou as orientações para a definição do conteúdo do relatório e os princípios a elas aplicados.		
<b>3.6</b>	Limite do relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, joint ventures, fornecedores).	Apresentação (§4)	
<b>3.7</b>	Declarações sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório. Se o limite e o escopo do relatório não abordam toda a gama de impactos econômicos, ambientais e sociais relevantes da organização, declare a estratégia e o cronograma estipulados para atingir cobertura completa.	Apresentação (§7)	
<b>3.8</b>	Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações.	Apresentação (§15)	
<b>3.9</b>	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas, sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações do relatório.	Apresentação (§14)	
<b>3.10</b>	Explicação das conseqüências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (como fusões ou aquisições, mudança no período ou ano-base, na natureza do negócio, em métodos de medição).	Governança Corporativa (Estrutura)	
<b>3.11</b>	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	Apresentação (§15), Governança Corporativa (Estrutura)	
<b>3.12</b>	Sumário de conteúdo da GRI	Sumário GRI / Índice GRI	

3.13	Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório. Se a verificação não for incluída no relatório de sustentabilidade, é preciso explicar o escopo e a base de qualquer verificação externa fornecida, bem como a relação entre a organização relatora e o(s) auditor(es).	Governança Corporativa (Fiscalização e Controle, Auditoria Independente), Apresentação (§13)	
<b>Governança Corporativa</b>			
4.1	Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização. Descreva o mandato e composição de tais comitês (incluindo número de membros independentes e/ou membros não-executivos) e indique qualquer responsabilidade direta por desempenho econômico, social e ambiental.	Governança Corporativa (Administração, Estrutura, Fiscalização e Controle)	
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da organização e as razões para tal composição).	Governança Corporativa (Administração)	
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governança. Declare como a organização define "independente" e "não-executivo".	Governança Corporativa (Administração)	
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou dêem orientações ao mais alto órgão de governança. Inclua referência a processos relativos a: a) uso de deliberações de acionistas ou outros mecanismos que permitam aos acionistas minoritários expressar opiniões à alta direção; b) informações e consulta aos empregados sobre as relações de trabalho com órgãos de representação formal, como "comissões de trabalhadores", em nível organizacional e representação de	Governança Corporativa (Administração)	

	empregados no mais alto órgão de governança. Identifique temas relacionados a desempenho econômico, ambiental e social levantados por meio desses mecanismos durante o período coberto pelo relatório.		
<b>4.5</b>	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos (incluindo acordos rescisórios) e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental).	Governança Corporativa (Administração)	
<b>4.6</b>	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.	Governança Corporativa (Estrutura)	
<b>4.7</b>	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização para questões relacionadas a temas econômicos, ambientais e sociais.	Governança Corporativa (Administração)	
<b>4.8</b>	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desenvolvimento econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação. Explique até que ponto eles: a) são aplicados na organização em regiões e departamentos/unidades diferentes; b) relacionam-se a normas acordadas internacionalmente.	Governança Corporativa (Políticas de Divulgação e Negociação), Sustentabilidade (O que nos orienta), Estratégia e Perspectivas, Mensagem da Administração (§2), Mensagem do Presidente (Missão, Valores), Processos Internos	
<b>4.9</b>	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios. Inclua a frequência com que o mais alto órgão de governança avalia o desempenho de sustentabilidade.	Governança Corporativa (Administração, Conselho de Administração, Fiscalização e Controle, Comitê de Auditoria, Auditoria Interna)	
<b>4.10</b>	Processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com	Está em estudo a criação de um instrumento para avaliação dos Órgãos de	

	respeito ao desempenho econômico, ambiental e social.	Administração do Banco do Brasil	
<b>4.11</b>	Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução. O Artigo 15 dos Princípios do Rio12 introduziu o princípio da precaução. A resposta ao item 4.11 poderia relatar a abordagem da organização para gestão de risco no planejamento operacional ou no desenvolvimento e introdução de novos produtos.	Processos Internos (§2, Gestão de Riscos, Risco de Crédito), Controles Internos, Sustentabilidade (O que nos Orienta, Protocolo Verde, Princípios do Equador)	Princípio 7
<b>4.12</b>	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa. Inclua a data de adoção e países/unidades operacionais em que são aplicados e a gama de stakeholders envolvidos no desenvolvimento e governança dessas iniciativas (multistakeholders, por exemplo). Faça uma diferenciação entre iniciativas não-obrigatórias e voluntárias e outras que a organização tenha obrigatoriamente de cumprir.	Sustentabilidade (O que nos orienta)	Princípio 1
<b>4.13</b>	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização: a) possui assento em grupos responsáveis pela governança corporativa; b) integra projetos ou comitês; c) contribui com recursos de monta além da taxa básica como organização associada; d) considera estratégica sua atuação como associada. Isto se refere principalmente à participação como associada do ponto de vista da organização.	Sustentabilidade (O que nos orienta, Concorrentes)	
<b>4.14</b>	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização	Apresentação (§9), Sustentabilidade (Com quem nos Relacionamos)	
<b>4.15</b>	Base para identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar	Apresentação, Sustentabilidade (Com quem nos relacionamos), Missão	
<b>4.16</b>	Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupos de stakeholders	Apresentação (§10), Sustentabilidade (Com quem nos relacionamos - Acionistas e Analistas de Mercado, O que nos orienta,	

		Clientes, Comunicação, Satisfação no Trabalho)	
<b>4.17</b>	Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos stakeholders e que medidas a organização tem adotado para tratá-las	Apresentação (§10), Sustentabilidade (Comunicação, Satisfação no Trabalho, Qualidade de Vida no Trabalho)	
<b>Desempenho Econômico</b>			
<b>EC1</b>	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	Mensagem da Administração (§1), Perfil Corporativo, Desempenho do BB, Desempenho dos Papéis	
<b>EC2</b>	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em razão das mudanças climáticas.	Sustentabilidade (Programa de Ecoeficiência Energética, Leilão de Créditos Carbono, Créditos de Carbono, Com quem nos relacionamos)	Princípios 7 e 8
<b>EC3</b>	Cobertura das obrigações do fundo de pensão de benefício definido que a organização oferece.	Sustentabilidade (Remuneração e Benefícios)	
<b>EC4</b>	Ajuda financeira recebida do governo	Desempenho do BB (Agronegócios)	
<b>EC5</b>	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	Balanço Social IBASE	Princípio 6
<b>EC6</b>	Políticas, práticas e proporção de gastos em fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	Sustentabilidade (Fornecedores)	
<b>EC7</b>	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.	Sustentabilidade (Funcionários e Colaboradores, Gestão de Desempenho e Ascensão Profissional)	Princípio 6
<b>EC8</b>	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou	Sustentabilidade, Desempenho do BB (Microcrédito, Agricultura Familiar, Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável, Arranjos	

	atividades pro bono.	Produtivos Locais, Pronaf, Crédito para Cooperativas, Inclusão Bancária, Estímulo à Formalização de Pequenos Negócios, Inclusão Digital, Licitações-e), Consultoria e Treinamento em Negócios Internacionais, Regimes Próprios de Previdência Social.	
<b>EC9</b>	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	Desempenho dos Negócios, Sustentabilidade (Agricultura Familiar, Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável, Arranjos Produtivos locais, Cooperativas de Crédito, Inclusão Bancária), Governo, Desempenho nos Negócios (microcrédito)	
<b>Desempenho Ambiental</b>			
Materiais			
<b>EN1</b>	Materiais usados por peso e volume.	Sustentabilidade (Programa de Ecoeficiência)	
<b>EN2</b>	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	Sustentabilidade (Programa de Ecoeficiência)	Princípios 8 e 9
<b>Energia</b>			
<b>EN3</b>	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	O Banco colocou como meta para 2009 o inventário de suas emissões dos gases causadores do efeito estufa, o qual estará incorporada à mensuração da energia direta consumida pelo Banco.	Princípio 8
<b>EN4</b>	Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária.	Sustentabilidade (Programa de Ecoeficiência)	Princípio 8
<b>EN5</b>	Energia economizada em razão de melhorias em conservação e eficiência.	O Banco do Brasil ainda não possui mecanismos de mensuração da energia economizada em razão dos	Princípio 8 e 9



		programas de redução de consumo.	
<b>EN6</b>	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.	Sustentabilidade (Meio Ambiente)	Princípio 8 e 9
<b>EN7</b>	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	Sustentabilidade (Programa de Ecoeficiência)	Princípio 8 e 9
<b>Água</b>			
<b>EN8</b>	Total de retirada de água por fonte.	Sustentabilidade (Programa de Ecoeficiência)	Princípio 8
<b>Biodiversidade</b>			
<b>EN11</b>	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrativa dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	O Banco do Brasil não possui propriedades em áreas protegidas ou com alto índice de biodiversidade.	Princípio 8
<b>EN12</b>	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	O Banco do Brasil não exerce impactos diretos significativos em áreas protegidas ou com alto índice de biodiversidade.	Princípio 8
<b>EN14</b>	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	Sustentabilidade (Meio Ambiente)	Princípio 8
<b>Emissões, Efluentes e Resíduos</b>			
<b>EN16</b>	Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso.	O Banco colocou como meta para 2009 o inventário de suas emissões dos gases causadores do efeito estufa.	Princípio 8
<b>EN17</b>	Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa, por peso.	O Banco colocou como meta para 2009 o inventário de suas emissões dos gases causadores do efeito estufa.	Princípio 8

<b>EN18</b>	Iniciativas para reduzir as emissões causadoras do efeito estufa e as reduções obtidas.	Sustentabilidade (Meio Ambiente, Programa de Ecoeficiência)	Princípio 8 e 9
<b>EN19</b>	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	O Banco colocou como meta para 2009 o inventário de suas emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio.	Princípio 8
<b>EN20</b>	NOx , Sox e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	O Banco ainda não possui mecanismos de mensuração de emissão de NOx e Sox	Princípio 8
<b>EN21</b>	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	Não se aplica, devido à imaterialidade do indicador nos processos do Banco.	Princípio 8
<b>EN22</b>	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	O Banco do Brasil encaminha resíduos sólidos (papel, plástico, vidro e metal), coletados nos edifícios sede, à cooperativas e associações de catadores. Contudo, a empresa ainda não mede o total de resíduos gerados.	Princípio 8
<b>EN23</b>	Número e volume total de derramamentos significativos.	Não se aplica.	Princípio 8

### Produtos e Serviços

<b>EN26</b>	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos	Sustentabilidade (Programa de Incentivo à Eficiência Energética, Leilão de Crédito de Carbono, Produtos e Serviços com Atributos Socioambientais, Com quem nos Relacionamos - Meio Ambiente, Crédito de Carbono, Programa de Ecoeficiência)	Princípio 8 e 9
<b>EN27</b>	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	Sustentabilidade (Programa de Ecoeficiência)	Princípio 8 e 9

### Conformidade

<b>EN28</b>	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes de não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	O Banco do Brasil não recebeu multas ou sanções não-monetárias significativas por descumprimento a leis e regulamentos ambientais	Princípio 8
<b>Indicadores de Desempenho referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente</b>			
Emprego			
<b>LA1</b>	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	Intangíveis (Funcionários e Colaboradores, Funcionários por Região), Sustentabilidade	
<b>LA2</b>	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.	Sustentabilidade (Funcionários e Colaboradores), Satisfação no Trabalho	Princípio 6
<b>LA3</b>	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.	Sustentabilidade (Remuneração e Benefícios, Capacitação, Funcionários e Colaboradores)	Princípio 6
<b>Relações entre os Trabalhadores e a Governança</b>			
<b>LA4</b>	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	Sustentabilidade (Funcionários e Colaboradores, Liberdade de Associação e Negociação Coletiva)	Princípios 1 e 3
<b>LA5</b>	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva	O Banco do Brasil não estabelece prazo mínimo para notificação de mudanças operacionais. Contudo, o Banco adota como política a divulgação de forma breve e igualitária.	Princípio 3
<b>Saúde e Segurança no Trabalho</b>			
<b>LA6</b>	Percentual de empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam	Sustentabilidade (Satisfação no Trabalho, Segurança Ocupacional)	

	no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional		
<b>LA7</b>	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região	Sustentabilidade (Segurança Ocupacional, Afastamentos do Trabalho)	
<b>LA8</b>	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade em relação a doenças graves.	Sustentabilidade (Remuneração e Benefícios)	
<b>LA9</b>	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	Sustentabilidade (Segurança Ocupacional)	
<b>Treinamento e Educação</b>			
<b>LA10</b>	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.	Sustentabilidade (Capacitação). O Banco do Brasil ainda não acompanha a média de treinamento por categoria funcional.	
<b>LA11</b>	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.	Sustentabilidade (Capacitação, Gestão de Desempenho e Ascensão Profissional)	
<b>LA12</b>	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.	Sustentabilidade (Gestão do Desempenho e Ascensão Profissional)	
<b>Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>			
<b>LA13</b>	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	Sustentabilidade (O que nos orienta - Pró-Equidade de Gênero, Funcionários e Colaboradores - Gênero, Cor), Intangíveis (Categoria Funcional por idade) e Governança Corporativa (Administração)	Princípios 1 e 6

<b>LA14</b>	Proporção de salário-base entre homens e mulheres, por categoria funcional.	Sustentabilidade (O que nos orienta - Pró-Equidade de Gênero) Funcionários e Colaboradores	Princípios 1 e 6
<b>Direitos Humanos</b>			
Práticas de Investimento e de Processos de Compra			
<b>HR1</b>	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	Desempenho nos Negócios (Crédito para Empresas), Processos Internos, Sustentabilidade (O que nos Orienta)	Princípios 1,2,4,5,e 6
<b>HR2</b>	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	Sustentabilidade (Fornecedores)	Princípios 1,2,4,5,e 6
<b>HR3</b>	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.	Sustentabilidade (Clientes)	Princípios 1,4 e 5
<b>Não Discriminação</b>			
<b>HR4</b>	Número total de casos de discriminação e medidas tomadas.	Há poucos registros de discriminação e quando ocorrem são todos tratados com confidencialidade.	Princípios 1 e 6
<b>Liberdade de Associação e Negociação Coletiva</b>			
<b>HR5</b>	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	Sustentabilidade (Liberdade de Associação e Negociação Coletiva)	Princípios 1 e 3
<b>Trabalho Infantil</b>			

<b>HR6</b>	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.	Sustentabilidade (Programa Adolescente Trabalhador, Fornecedores)	Princípios 1 e 5
<b>Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo</b>			
<b>HR7</b>	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.	Sustentabilidade (Fornecedores)	Princípios 1, 2 e 4
<b>Sociedade</b>			
Comunidade			
<b>SO1</b>	Natureza, escopo e eficácia de qualquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída	Mensagem do Presidente, Sustentabilidade (Comunidade, Governo, Produtos e Serviços com Atributos Socioambientais, Créditos de Carbono)	Princípio 1
<b>Corrupção</b>			
<b>SO2</b>	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção.	Sustentabilidade (O que nos orienta - Pacto Global), Processos Internos (Prevenção e Combate à lavagem de Dinheiro)	Princípio 10
<b>SO3</b>	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	Processos Internos (Prevenção e Combate a lavagem de Dinheiro)	Princípio 10
<b>SO4</b>	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	Processos Internos (Prevenção e Combate a lavagem de Dinheiro) e Sustentabilidade (O que nos orienta)	Princípio 10
<b>Políticas Públicas</b>			

<b>SO5</b>	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	Processos Internos (Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro), Desempenho nos Negócios (Administração de fundos e Programas Governamentais), Sustentabilidade (Governo)	Princípio 10
<b>Conformidade</b>			
<b>SO8</b>	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.	O Banco do Brasil não recebeu multas nem sanções não-monetárias significativas por descumprimento a leis e regulamentos	
<b>Responsabilidade pelo Produto</b>			
Saúde e segurança do cliente			
<b>PR1</b>	Fases do ciclo de produtos e serviços em que os impactos na saúde e na segurança são avaliados visando à melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos	Processos Internos (Controles Internos)	
<b>Rotulagem de Produtos e Serviços</b>			
<b>PR3</b>	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	Processos Internos (Controles Internos), Desempenho nos Negócios (Rede de Atendimento), Sustentabilidade (Acessibilidade)	
<b>PR5</b>	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	Sustentabilidade (Clientes)	
<b>Comunicações de Marketing</b>			
<b>PR6</b>	Programas de adesão à leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo	O Banco do Brasil segue a legislação vigente, bem como normas relacionadas,	

	publicidade, promoção e patrocínio.	nas suas ações de marketing.	
<b>Compliance</b>			
<b>PR9</b>	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e ao uso de produtos e serviços.	O Banco do Brasil não recebeu multas significativas por descumprimento às leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	
<b>Transparência na Abordagem Gerencial</b>			
Carteira de Produtos			
<b>FS1</b>	Descrição das políticas com componentes sociais e ambientais específicos aplicados às linhas de negócio.	Desempenho nos Negócios (crédito para empresas), Sustentabilidade (Meio-ambiente)	Princípios 1, 3, 7 e 10
<b>FS2</b>	Descrição dos procedimentos para acessar e analisar riscos ambientais e sociais nas linhas de negócio em relação a cada política.	Sustentabilidade (Meio Ambiente, Programa de Incentivo à Eficiência Energética, Leilão de Crédito de Carbono, Fundos de Investimento, Ecoeficiência, Créditos Carbono), Desempenho nos Negócios (Crédito para empresas)	Princípio 2
<b>FS3</b>	Descrição dos processos de monitoramento do cliente com respeito à implementação e a conformidade às exigências ambientais e sociais inclusas nos acordos ou operações.	Desempenho nos Negócios (crédito para empresas)	
<b>FS4</b>	Descrição do(s) processo(s) para melhoria de competência do pessoal para implementação de políticas e procedimentos ambientais e sociais aplicados as linhas de negócio.	Sustentabilidade (Capacitação)	
<b>FS5</b>	Descrição das interações com clientes e outros stakeholders com respeito a riscos e oportunidades ambientais e sociais	Sustentabilidade (Programa de Incentivo à Eficiência Energética, Leilão de Crédito de Carbono, Fundos de Investimento)	
<b>FS6</b>	Percentual da carteira para linhas de negócio por região específica, tamanho	Desempenho dos Negócios (Crédito, Arranjos Produtivos)	



	e setor.	Locais)	
<b>FS7</b>	Valor monetário de produtos e serviços projetados para trazer um benefício social específico para cada linha de negócio discriminado por propósito.	Desempenho dos Negócios (Microcrédito), Sustentabilidade (Produtos e serviços com Atributos Socioambientais, Fundos de Investimento)	
<b>FS8</b>	Valor monetário total de produtos e serviços ambientais específicos discriminado por linha de negócio.	Sustentabilidade (Produtos e serviços com Atributos Socioambientais, Fundos de Investimento)	
<b>Auditoria</b>			
<b>FS9</b>	Extensão e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas ambientais e sociais e de procedimentos de avaliação de risco.	Governança Corporativa, Processos Internos, Apresentação (último parágrafo), Sustentabilidade (Inclusão Bancária)	
<b>Propriedade Ativa</b>			
<b>FS10</b>	Percentual e número de empresas na carteira da instituição com as quais a organização informante interagiu em questões ambientais ou sociais.	Desempenho dos Negócios (Crédito para empresas)	
<b>FS11</b>	Percentual de ativos sujeitos à triagem ambiental ou social positiva ou negativa.	Desempenho dos Negócios (Crédito para empresas)	
<b>FS12</b>	Política(s) de voto aplicada(s) a questões ambientais ou sociais para ações sobre as quais a organização informante tem direito a ações com voto ou aconselhamento na votação.	O Banco do Brasil não possui política de orientação ao voto para questões ambientais ou sociais.	
<b>Comunidade</b>			
<b>FS13</b>	Acesso a serviços financeiros em áreas pouco populosas ou em desvantagem econômica por tipo de acesso.	Sustentabilidade (Produtos e Serviços com Atributos Socioambientais - Agricultura Familiar, Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável, Inclusão Bancária), Desempenho dos Negócios (Rede de	

		Atendimento - Menor Renda)	
<b>FS14</b>	Iniciativas para melhorar o acesso de pessoas com deficiências ou debilidades.	Sustentabilidade (Acessibilidade, Rede de Atendimento)	
<b>Rotulagem de Produtos e Serviços</b>			
<b>FS15</b>	Políticas para o correto desenvolvimento e venda de produtos e serviços financeiros.	Processos Internos (Controles Internos)	
<b>FS16</b>	Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário.	Desempenho dos Negócios (Rede de Atendimento), Sustentabilidade (Estímulo à Formalização de Pequenos Negócios, Clientes)	

## Informações aos Acionistas

### Direitos dos Acionistas

Os Mercados Financeiros e o de Capitais são regulamentados pelas Leis 4.595, 6.385, 6.404 (Lei das S.A., alterada pela Lei 10.303), além de um conjunto de normas e instruções editadas pelos órgãos reguladores. O principal órgão regulador e fiscalizador do Mercado de Capitais é a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), cujas normas visam a proteger os direitos do investidor.

São direitos essenciais dos acionistas, entre outros: o direito à informação (Lei 6.404 e Instrução CVM 202/93), um dos seus principais meios de defesa; o direito à participação nos lucros; o direito de retirada (Lei 6.404/76, art.137); o direito de preferência em aumento de capital (Lei 6.404, art.171); o direito de voto para eleger os executivos da Companhia e deliberar sobre as principais medidas a serem aprovadas na Assembleia Geral Ordinária (AGO) ou Extraordinária (AGE); e o direito de fiscalizar a gestão da Empresa.

### Assembleias

Anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá ser instalada a AGO para deliberar sobre as contas e a destinação dos lucros e eleger administradores. A qualquer tempo, poderá ser convocada uma AGE para tratar sobre reforma do Estatuto Social e sobre outros assuntos previstos na Lei das S.A. Para participar das Assembléias, os acionistas devem apresentar, 24 horas

antes, instrumento de mandato ou declaração atualizada da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC), se for o caso.

## **PRODIN**

A CVM implantou o Programa de Orientação e Defesa do Investidor (PRODIN) e criou em sua estrutura organizacional a Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores que está encarregada, além de responder às consultas e reclamações, de desenvolver programas de orientação e educação de investidores.

Atendimento ao Investidor: 0800 726 0802

## **Negociação das Ações BB**

Os valores mobiliários de emissão do BB estão listados para negociação na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

**Símbolos:** BBAS3 Ações ON

BBAS13 Bônus C

**Cotação:** unitária

**Lote mínimo para negociação em Bolsa:** 100 ações

Os acionistas podem fazer suas negociações via *internet banking*, telefone celular ou comparecendo a qualquer agência do Banco no País.

## **Informações Relevantes**

O Banco do Brasil divulga ao mercado todas as informações relevantes ocorridas em seus negócios.

### **Onde encontrar as informações:**

- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (*link* “Participantes do Mercado/Companhias abertas”) e [www.bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri).

### **Jornais onde são publicados os balanços, fatos relevantes e avisos aos acionistas:**

- *Diário Oficial da União* (DF); *Correio Braziliense* (DF); *Gazeta Mercantil* (SP); e *Jornal do Commercio* (RJ).

### **Teleconferências do Resultado**

O Banco do Brasil divulga seus resultados trimestralmente e realiza

teleconferências em português e inglês para prestar mais informações sobre os números. O acesso é facultado a todos os interessados e pode ser obtido pela internet, no [www.bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri).

### **Atendimento ao Acionista**

- **Sala do Acionista:** As informações sobre o comportamento dos papéis do Banco do Brasil e sua posição acionária, entre outros serviços, podem ser obtidas por meio da Sala do Acionista no *site* de Relações com Investidores. Nesta página o acionista pode, ainda, esclarecer dúvidas e fazer contato com a Gerência de Relações com Investidores.

- **Central de Atendimento:** 4004-0001 Capitais  
0800 729 0001 Demais Localidades

- **Agências Banco do Brasil**

### **Informações Corporativas (GRI 2.1, 2.4, 2.6, 3.4)**

#### **Banco do Brasil S.A.**

SBS Qd 1 Bl C 24<sup>o</sup> andar  
Ed. Sede III  
Setor Bancário Sul, Brasília/DF  
CEP 70073-901  
[www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)

#### **Presidência**

Tel. (61) 3310-2400  
Fax: (61) 3310-2563

#### **Vice-presidência de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores**

Tel. (61) 3310-3406  
Fax: (61) 3310-2561

#### **Diretoria de Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental**

Tel. (61) 3310-4722  
Fax: (61) 3310-2026

**Unidade Relações com Investidores**

SBS Qd. 1, Bl. C, 5º andar – Ed. Sede III

Setor Bancário Sul, Brasília/DF

CEP 70073-901

Tel. (61) 3310-3980

Fax: (61) 3310-3735

e-mail: [ri@bb.com.br](mailto:ri@bb.com.br)

**Auditoria Externa**

KPMG Auditores Independentes

## **Anexos**

### **Apresentação**

O relatório Análise do Desempenho apresenta a situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Destinado a analistas de mercado, acionistas e investidores, com periodicidade trimestral, esta publicação aborda temas como o cenário econômico, performance dos papéis BB, práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Além disso, são analisados, separadamente, a estrutura patrimonial e o resultado. .

O leitor encontrará, ainda, tabelas com séries históricas de oito períodos do Balanço Patrimonial Resumido, da Demonstração Resumida do Resultado Societário, da Demonstração do Resultado com Realocações e de outras informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais.

Quanto a nosso índice de capital, mantivemos os aperfeiçoamentos da versão anterior, e inserimos uma avaliação prospectiva da Basiléia do Banco do Brasil, considerando os impactos das incorporações e aquisições que serão efetivadas ao longo de 2009. Nesta mesma linha, incluímos no relatório os grandes números das empresas em processo de aquisição/incorporação para possibilitar ao analista visualizar os ganhos de escala e demais efeitos das transações sobre o negócio do Banco do Brasil.

Em consonância com o conceito de *Triple Bottom Line*, apresentamos a partir desta divulgação de resultados destaques de nossa estratégia de Responsabilidade Socioambiental – RSA, com o propósito de permitir o acompanhamento de nossas atividades em bases trimestrais, bem como de evidenciar a geração de valor dessas iniciativas para nossos acionistas e demais *stakeholders*.

As consequências da crise no mercado doméstico e na economia real têm sido monitoradas de perto pelo Banco Central, que agiu de maneira tempestiva para mitigar os impactos negativos, principalmente por meio de liberação de depósitos compulsórios, para prover liquidez ao sistema.

Inicialmente essas iniciativas serão concentradas em um novo capítulo intitulado Desempenho Socioambiental. Este capítulo está segmentado em quatro grandes blocos, que agrupam os indicadores de RSA por temas afins: Relações com Funcionários, Ecoeficiência, Negócios com Ênfase Socioambiental e Reconhecimento do Mercado Investidor.

Por fim, é possível encontrar as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do trimestre em análise.

### **ACESSO ON-LINE**

A leitura do relatório Análise do Desempenho pode ser realizada no site de Relações com Investidores do Banco do Brasil. Também são disponibilizadas maiores informações sobre a Empresa, como: Governança Corporativa, Notícias,

Perguntas Frequentes e o Download Center, contendo versões deste relatório para o aplicativo Adobe® Reader®. Informações Gerais, Análise Patrimonial e do Resultado, e Demonstrações Contábeis Completas; as séries históricas em Excel; Apresentações ao Mercado; Relatório Anual e de Responsabilidade Socioambiental; Balanço Social; Teleconferências dos Resultados e outro

#### **LINKS DE INTERESSE**

Banco do Brasil: [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)

- Relações com Investidores: [www.bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri)

## **Turbulência no Cenário Externo**

O quarto trimestre de 2008 foi marcado pelo agravamento da crise financeira nos mercados mundiais. A quebra de um grande banco de investimentos americano serviu para agravar a aversão ao risco ao redor do mundo, paralisando negócios entre instituições bancárias e reduzindo significativamente a oferta de crédito, principalmente nas economias avançadas. Em uma ação inédita de cooperação, os bancos centrais das maiores economias mundiais reduziram simultaneamente suas taxas básicas de juros em 50 pontos base, além de adotarem medidas adicionais para suprir o mercado interbancário com liquidez.

As maiores economias do mundo, entre elas a norte-americana, japonesa e alemã, além de outras integrantes da zona do Euro, vêm apresentando crescimento nulo ou negativo nos últimos trimestres. O mercado prevê que o efeito da crise continuará a afetar o crescimento mundial em 2009, e que haverá uma diminuição no crescimento de outros países.

A crise financeira mundial também trouxe impactos para os países emergentes. A economia chinesa, que vinha crescendo à taxa de 10% a.a. nos últimos dez trimestres consecutivos até junho/2008, apresentou desaceleração para 9% no quarto trimestre. Há o receio de que uma queda mais severa em sua taxa de crescimento possa agravar ainda mais a situação da economia mundial. O crescimento chinês tem se tornado cada vez mais importante para a determinação da demanda mundial e, conseqüentemente, na formação de preço das *commodities*. Além disso, a China possui as maiores reservas internacionais de dólar.

## **Fundamentos da Economia Brasileira**

O desempenho da economia brasileira, apesar de afastada a hipótese de descolamento completo em relação à dinâmica dos países avançados, destaca-se neste cenário. Os efeitos da crise não foram sentidos com tamanha intensidade, devido à solidez das instituições que atuam no país. Os efeitos negativos da crise tornaram-se mais evidentes apenas a partir do quarto trimestre do ano. A divulgação de indicadores econômicos no período passaram a sugerir arrefecimento da atividade doméstica, afetando as expectativas de crescimento do PIB para 2009.

As conseqüências da crise no mercado doméstico e na economia real têm sido monitoradas de perto pelo Banco Central, que agiu de maneira tempestiva para mitigar os impactos negativos, principalmente por meio de liberação de depósitos compulsórios, para prover liquidez ao sistema.

No cenário externo, os resultados da balança comercial mostram deterioração: o saldo nos últimos três meses de 2008 foi de US\$ 5,1 bilhões, ante US\$ 9,1 bilhões observados no mesmo período de 2007. No entanto, em doze meses, percebe-se que o déficit em transações correntes foi compensado pelo ingresso recorde de recursos via investimento estrangeiro direto.

A expressiva queda nos preços das *commodities* no período compensou a desvalorização do câmbio, colaborando para reduzir as pressões inflacionárias.



Com isso, o IPCA finalizou o ano em 5,9%, situando-se pela quinta vez consecutiva dentro do intervalo de metas estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. Nesse ambiente, o Banco Central do Brasil interrompeu o ciclo de aumento da taxa básica de juros da economia, que terminou o ano em 13,75%.

O mercado vem reduzindo suas projeções para o crescimento do PIB para o ano de 2009, devido principalmente ao cenário externo. No entanto, o mercado também espera um cenário mais benigno para a inflação, com reflexos sobre a taxa básica de juros: o Banco Central promoveu corte de 100 pontos base em janeiro, e o mercado espera novas reduções ainda no primeiro semestre de 2009.

<b>Tabela 15. Principais Indicadores Econômicos</b>			
<b>Atividade Econômica</b>	<b>4T07</b>	<b>3T08</b>	<b>4T08</b>
PIB (variação % em 12 meses)	5,4	5,7	--
Consumo das Famílias	6,5	6,9	--
Consumo do Governo	3,1	5,0	--
Formação Bruta do Capital Fixo	13,4	16,0	--
Exportações	6,6	3,2	--
Importações	20,7	22,0	--
Utilização da Capacidade Instalada (%)	83,1	83,1	81,3
PEA (Variação % em 12 meses)	2,2	2,1	2,2
Taxa de Desemprego (variação % média em 12 meses)	9,4	8,2	7,9
Emprego Formal – criação líquida (variação % em 12 meses)	31,6	44,4	(10,2)
Produção Industrial (variação % em 12 meses)	(6,3)	(9,6)	(14,5)
<b>Setor Externo</b>			
Transações Correntes (variação % em 12 meses)	0,1	(3,6)	(16,8)
Investimento Estrangeiro Direto	1,8	1,1	1,3
Reservas Internacionais (US\$ bilhões - saldo final de período)	180,3	206,5	206,8
Risco País (pontos – final de período)	222	304	416
Balança Comercial (US\$ bilhões - acumulado no ano)	40,0	19,7	24,7
Exportações (US\$ bilhões - acumulado no ano)	160,6	150,9	197,9
Importações (US\$ bilhões - acumulado no ano)	120,6	131,2	173,2
Dólar Ptax Venda (cotação em R\$ - fim de período)	1,77	1,91	2,34
Dólar Ptax Venda (variação % em 12 meses)	(17,2)	(4,1)	(31,9)
<b>Indicadores Monetários</b>			
IGP-DI FGV (% acumulado em 12 meses)	7,9	11,9	9,1
IGP-M FGV (% acumulado em 12 meses)	7,7	12,3	9,8
IPCA – IBGE (% acumulado em 12 meses)	4,5	6,3	5,9
INPC (% acumulado em 12 meses)	5,2	7,0	6,5
Selic (% - fim de período)	11,25	13,75	13,75
Selic Acumulado (% acumulado em 12 meses)	11,9	11,7	12,5
TR Acumulado (exBTN) (% acumulado em 12 meses)	1,5	1,4	1,8
TJLP - IBGE (% - fim de período)	6,37	6,25	6,25

Libor (% - fim de período)	5,22875	2,7912	3,8825
<b>Finanças Públicas</b>			
Superávit Primário (PIB acumulado em 12 meses)	3,92	4,55	4,07
DBSP (% PIB)	56,4	55,6	58,6
DLSP (% PIB)	42,0	37,8	36,0
<b>Indicadores de Crédito</b>			
Crédito/PIB (% acumulado em 12 meses)	34,3	38,7	41,3
Inadimplência Total (% do saldo em atraso superior a 90 dias)	3,2	2,8	3,0
PF	7,0	7,3	8,1
PJ	3,4	2,6	3,0
Taxa de aplicação Total (%)	33,8	40,4	43,2
PF	43,9	53,1	58,0
PJ	22,9	28,3	30,7
Spread Total (%)	22,3	26,4	30,6
PF	31,9	38,6	45,1
PJ	11,9	14,7	18,3
Prazo médio (em meses)			
PF	14,6	16,2	16,1
PJ	9,2	10,3	10,2

## Papéis do BB

### Ações

Ao final do ano de 2008, o capital social do Banco do Brasil era de R\$ 13.779.904.588,80 composto por 2.568.186.485 ações ordinárias na forma escritural e sem valor nominal. O maior acionista é o Tesouro Nacional, com 65,6% do capital, seguido pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil-Previ com 10,4% e o BNDESPar – Empresa de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – que possui 2,5% do capital. As demais ações, no total de 21,5%, encontram-se pulverizadas no mercado (*free float*).

No total de 2.568.186.485 ações existentes ao final de 2008 já estão consideradas as 23.074.306 ações emitidas em 30.09.2008, decorrentes da incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina-Besc e da Besc S.A. Crédito Imobiliário-Bescr, além das 2.930.649 ações provenientes da incorporação do Banco do Estado do Piauí S.A. (BEP). Do total das novas ações, 95,6% foram incorporadas ao Tesouro Nacional, elevando a sua participação na base acionária do Banco do Brasil. As ações provenientes dos acionistas minoritários dissidentes, no total de 1.150.365 ações, foram registradas em ações em tesouraria.

Acionistas - %	4T07	3T08	4T08
Tesouro Nacional	65,3	64,7	65,6
Previ	10,5	10,4	10,4
BNDESPar	2,5	2,5	2,5
Ações BESC e BESCRI	--	0,9	--
Ações em Tesouraria	--	--	0,0
<i>Free Float</i>	21,7	21,5	21,5
Pessoas Físicas	5,7	5,5	5,8
Pessoas Jurídicas	6,0	4,5	4,5
Capital Estrangeiro	10,0	11,5	11,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

O índice *payout* para 2008 foi definido em 40% do lucro líquido pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 22.02.2008. Já a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio é de periodicidade trimestral, conforme Art. 43 do Estatuto Social do Banco. Dessa forma, no quarto trimestre deste ano, o Banco destinou aos acionistas o montante de R\$ 1.177,7 milhões, sendo R\$ 410,4 milhões na forma de Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 0,15978800362 por ação no período) e R\$ 767,3 milhões em Dividendos (R\$ 0,29879786258 por ação).

Tabela 17. Distribuição dos Dividendos/JCP

	4T07	3T08	4T08
TN	326,4	483,3	773,0
PREVI	52,3	77,5	122,2
BNDES	12,7	18,6	29,4
PF	26,0	41,4	68,0
PJ	21,2	33,2	52,6
Capital Estrangeiro	48,2	85,9	132,7
Ações em homologação - BESC e BESCRI	--	6,7	--
<b>Total</b>	<b>486,8</b>	<b>746,8</b>	<b>1.177,7</b>

A base acionária do BB caracteriza-se pela grande quantidade de acionistas com pouca participação no capital. Como pode ser observado na tabela seguinte, 340.121 acionistas (93,7%) respondem por 1,6% do capital, enquanto que 23.014 acionistas (6,3%) detêm 98,4% do total das ações.

Tabela 18. Acionistas por Faixa de Ações				
Faixa de ações possuídas	Nº Acionistas	% Acionistas	Qtde. Ações	% Qtde. Ações
1 a 10 ações	107.553	29,62	575.399	0,02
11 a 50 ações	91.700	25,25	2.357.475	0,09
51 a 100 ações	40.289	11,09	3.000.480	0,12
101 a 1000 ações	100.579	27,70	34.629.924	1,35
Acima de 1000 ações	23.014	6,34	2.527.623.207	98,42
<b>Total</b>	<b>363.135</b>	<b>100,00</b>	<b>2.568.186.485</b>	<b>100,00</b>

Tabela 19. Free Float por Faixa de Ações				
Faixa de ações possuídas	Nº Acionistas	% Acionistas	Qtde. Ações	% Qtde. Ações
1 a 10 ações	107.553	29,62	575.399	0,10
11 a 50 ações	91.700	25,25	2.357.475	0,43
51 a 100 ações	40.289	11,09	3.000.480	0,54
101 a 1000 ações	100.579	27,70	34.629.924	6,27
Acima de 1000 ações	23.011	6,34	511.405.093	92,65
<b>Total</b>	<b>363.135</b>	<b>100,00</b>	<b>551.968.371</b>	<b>100,00</b>

A respeito do total das ações do Banco que estão pulverizados no mercado (21,5%), ou seja, o *free float*, observa-se uma predominância do Capital Estrangeiro (52,4%), seguido das Pessoas Físicas (26,8%) e das Pessoas Jurídicas (20,8%).

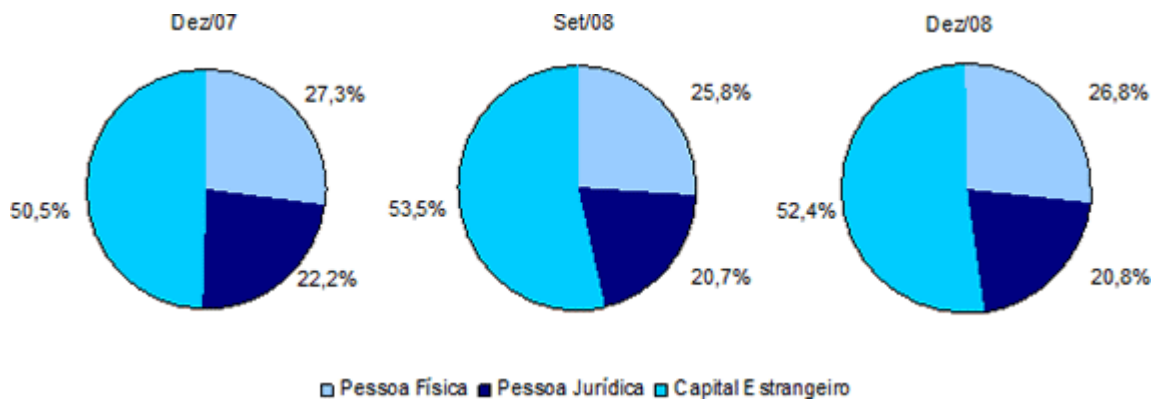


Figura 5. Distribuição Total do *Free Float*

### Participação de Estrangeiros

Desde 2002 tem sido observado um expressivo aumento da participação de investidores estrangeiros no capital do Banco. Com as Ofertas Públicas de Ações do Banco, realizadas em 2006 e 2007 e a Subscrição dos Bônus “B” e “C”, a participação dos estrangeiros aumentou consideravelmente, passando de 3,4% em 2005 para 9,9% ao final de 2007 e atingindo 11,3% ao final do ano de 2008, representando 52,4% do *free float*.

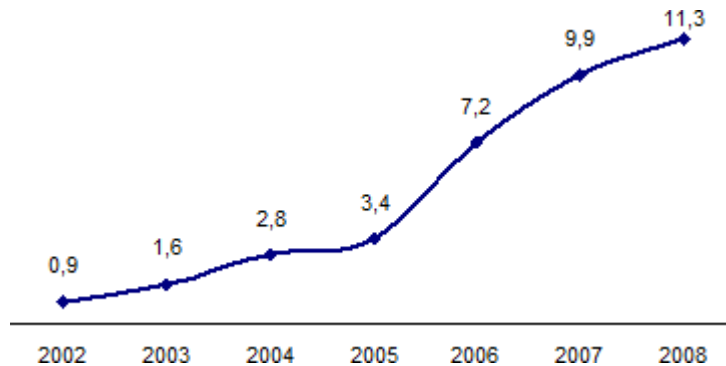


Figura 6. Participação do Capital Estrangeiro no BB

## Bônus

Em 1996, por ocasião do aumento de capital do BB, foram emitidas três séries de bônus: A, B e C, com vencimentos em 2001, 2006 e 2011, respectivamente. O preço de exercício desses bônus foi estabelecido em R\$ 8,50, com reajuste pelo IGP-DI “pro rata temporis”.

A distribuição e algumas características dos Bônus “C”, em dezembro de 2008, estão representadas conforme as tabelas seguintes:

Tabela 20. Composição dos Bonistas C		
%		
	Dez/07	Dez/08
Pessoas Físicas	82,4	75,6
Pessoas Jurídicas	6.624	24,1
Capital Estrangeiro	1,6	0,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Os Bônus “C” apresentavam as seguintes características em 30 de dezembro de 2008:

Série	Código	Data de Exercício	Quantidade	Preço de Exercício R\$	Cotação em R\$
Bônus C	BBAS 13	31.03 a 30.06.2011	5.880.483	26,45	17,99

Numa simulação, considerando-se o total de 2.568,2 milhões de ações, a diluição potencial no capital do Banco é de 0,7%, partindo-se da premissa de que até 2011 não haverá aumentos adicionais de capital e de que a quantidade remanescente dos bônus C seja exercida no vencimento (31.03 a 30.06.2011).

Conversão:

1 Bônus = 3,131799 ações

Total de Ações = 2.568.186.485

Bônus	Qtde de Bônus	Qtde de Ações	Diluição do Capital - %
Série C	5.880.483	18.416.491	0,7

## Performance das Ações

### Mercado

O último trimestre de 2008 registrou forte instabilidade, sob a influência dos fracos resultados dos indicadores econômicos nos EUA, a incerteza quanto ao futuro real da economia mundial, suscetível à menor oferta de crédito, a divulgação de recessão econômica em importantes economias européias e dificuldades políticas em países asiáticos. Esses fatos repercutiram negativamente nos investidores, que passaram a procurar por ativos de menor risco, levando os mercados acionários mundiais a apresentarem perdas significativas.

Em meio a esse turbulento cenário, a bolsa paulista encerrou o 4T08 aos 37.550 pontos, expressiva desvalorização de 41,2% em relação ao final de 2007. O volume total negociado no período foi de R\$ 242,0 bilhões, correspondendo a média diária de R\$ 3,9 bilhões com o volume de negócios diários chegando a 228,5 mil.

### Ações BB

Em decorrência da crise mundial e a maior aversão ao risco, as ações do BB encerraram o ano de 2008 cotadas a R\$ 14,68. No acumulado em 12 meses, as ações tiveram desvalorizações de 49,1%, enquanto o Ibovespa sofreu queda de 41,2%, conforme o gráfico seguinte.

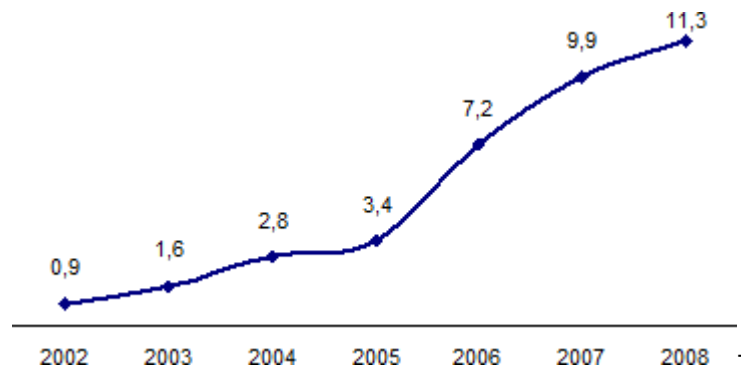


Figura 7. Ações do BB vs. Ibovespa

### Participação no Ibovespa

O Índice Bovespa (Ibovespa) é um índice representativo do mercado acionário brasileiro, composto por papéis que foram negociados em pelo menos 80% dos pregões realizados. A partir daí, apura-se o Índice de Negociabilidade, composto pelo volume financeiro e pela quantidade de negócios de cada papel transacionado, que determina o ranking de participação em mercado do papel. Do total de papéis, determina-se os 80% com maior Índice de Negociabilidade para representar o Ibovespa.

A evolução da participação do Banco na carteira teórica do Ibovespa pode ser verificada no gráfico seguinte. Na carteira teórica do Ibovespa vigente para o próximo quadrimestre (Jan/09 – Abr/09), o Banco ocupa a 12ª posição, contra a 11ª posição na carteira de Set/08 – Dez/08. As Ofertas Públicas realizadas em

2006 e 2007 e o desdobramento das ações, na proporção 1:3, favoreceram o aumento de liquidez do papel no mercado, permitindo o acesso de pequenos investidores às ações do Banco.

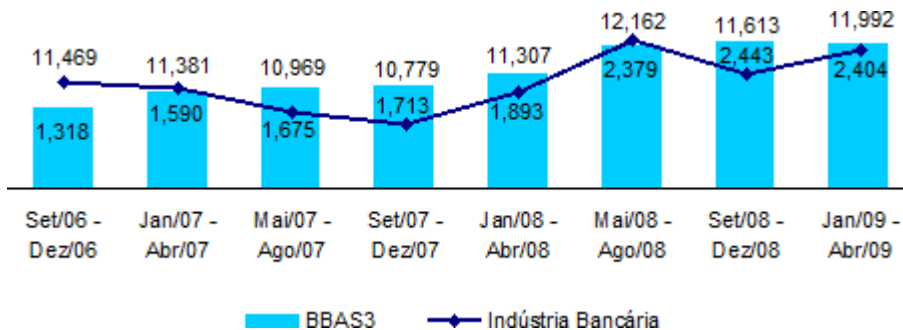


Figura 8. Participação BBAS3 no Ibovespa

Os negócios envolvendo as ações do Banco do Brasil apresentaram evolução nos últimos 12 meses, com incremento tanto no volume médio financeiro negociado como na quantidade média de negócios. O crescimento nos negócios decorreu, fundamentalmente, do desdobramento das ações e do aumento do Free Float após a Oferta Pública de Ações do BB realizada ao final do 4T07. O preço menor e a elevação da liquidez tornaram possível o aumento da negociação por pequenos investidores.

A média diária de negócios com ações do Banco no quarto trimestre foi de 4.862, evolução de 85,1% em relação ao 4T07 e 39,9% em relação ao 3T08. Quanto ao volume financeiro, a média negociada diariamente foi de R\$ 69,7 milhões no 4T08. Esse número representa decréscimo de 27,5% em relação ao 4T07 e uma queda de 10,5% em relação ao 3T08. O decréscimo no volume negociado é explicado pela desvalorização do papel, tanto em 12 meses (-49,1%) como no 4T08 (-34,2%).

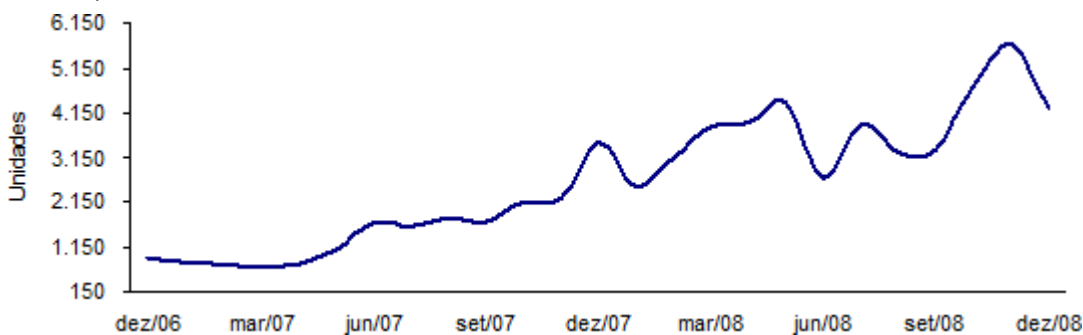


Figura 9. Quantidade média negociada da BBAS3

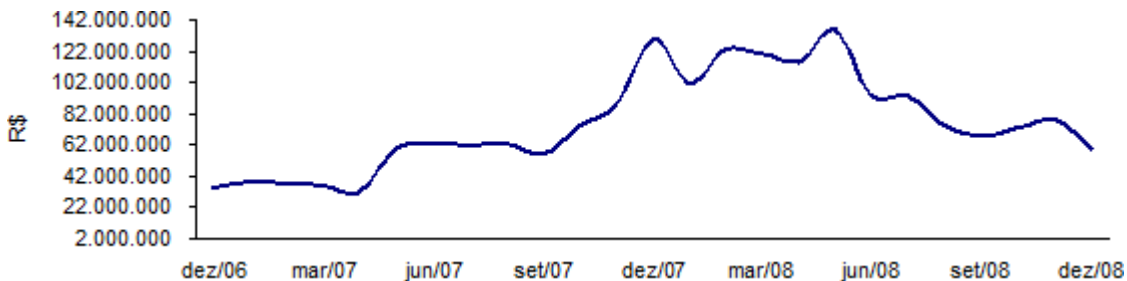


Figura 10. Volume médio financeiro da BBAS3



## **Índices de Mercado**

O índice P/L, que indica uma estimativa de prazo, em anos, para que o investidor recupere o capital aplicado na compra da ação, assumindo-se a distribuição integral dos lucros da empresa, alcançou 4,28x em dezembro último, contra 14,88x no mesmo período de 2007.

O Lucro Líquido por Ação (LPA) atingiu R\$ 1,15 no 4T08 contra R\$ 0,49 no 4T07. O índice Preço/VPA de 1,41 em dezembro de 2008 indica que a ação do Banco está negociada mais de uma vez o VPA, ou seja, o Banco vale na Bovespa 141% o valor do Patrimônio Líquido.

A capitalização de mercado atingiu R\$ 37.701 milhões ao final de dezembro de 2008 contra R\$ 75.269 milhões no mesmo período do ano anterior, decréscimo de 49,9%. A capitalização do free float registrou R\$ 8.103 milhões, 45,1% inferior aos R\$ 14.753 milhões em dezembro de 2007.

No 4T08, o Banco distribuiu aos acionistas o montante de R\$ 1.177,7 milhões, sendo R\$ 410,4 milhões a título de Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 0,15978800362 por ação no período) e R\$ 767,3 milhões a título de Dividendos (R\$ 0,29879786258 por ação no período). O Dividend Yield no 4T08, apurado com base na divisão do dividendo distribuído no trimestre pelo valor de mercado do Banco, atingiu 1,6%.

O gráfico a seguir mostra o comportamento dos principais múltiplos do Banco ao longo dos últimos trimestres.

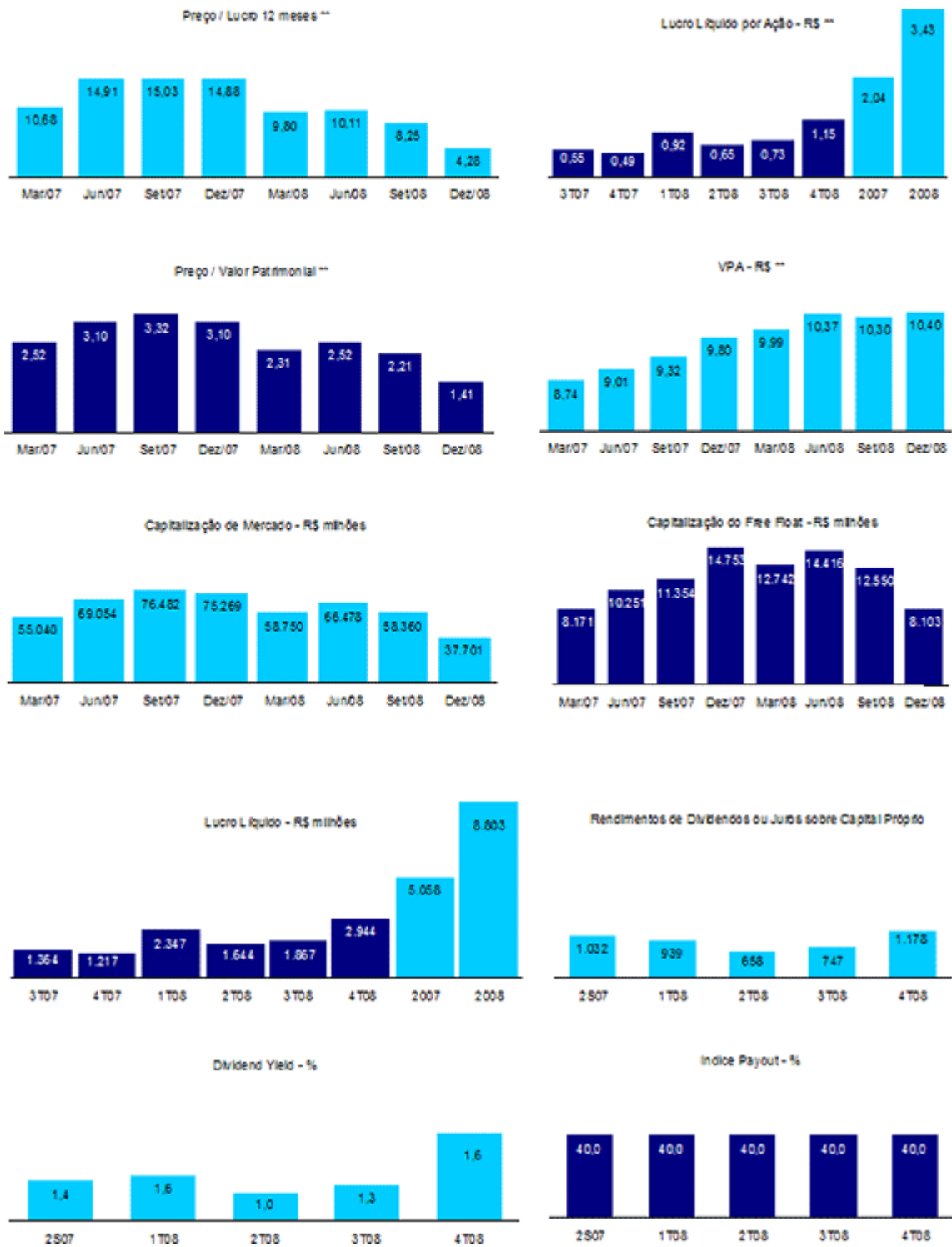


Figura 11. Índices de Mercado

## **Governança Corporativa**

O Banco do Brasil tem se destacado por práticas que garantem o equilíbrio de direitos e prestação de contas aos acionistas e à sociedade, à sustentabilidade dos negócios e à ética no relacionamento com seus públicos. Prova disso é a participação do BB no Novo Mercado, segmento que reúne as instituições com as mais rigorosas práticas de Governança Corporativa, e a presença das ações da empresa nos índices ITAG e IGC, índices que reúnem, respectivamente, as empresas com Tag Along diferenciado, e aquelas com as melhores práticas de governança corporativa.

Temos pautado nossa atuação não apenas por atender à legislação aplicável, mas por divulgar ao mercado o maior detalhamento possível sobre nossas atividades, de forma tempestiva e sem perder de vista a qualidade nas informações prestadas. Além da ampla gama de relatórios e de informações disponibilizadas em nosso site, das reuniões APIMEC e outros eventos com acionistas, temos primado por convocar o mercado para conferências sempre que entendemos ser necessário clarificar temas específicos sobre nossa empresa.

Foi assim com a Teleagro, em maio de 2008, onde discutimos abertamente com o mercado as principais características e perspectivas para o agronegócio, que tem um grande peso em nossa carteira de crédito. Também nesse sentido, realizamos em outubro a teleconferência “A crise financeira internacional – Oportunidade para o Banco do Brasil”, onde discutimos sobre o cenário financeiro atual, seus impactos e novas oportunidades de negócios. Essas ações ratificam o compromisso do Banco do Brasil em valorizar o relacionamento com acionistas e com o mercado, e com a transparência na gestão dos negócios. Os slides, o áudio e a transcrição das teleconferências estão disponíveis em nosso site.

## **Administração**

São órgãos de administração do Banco: o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria, e a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (presidente e nove vice-presidentes) e por 27 diretores estatutários. O BB mantém, ainda, um Conselho Fiscal permanente.

As decisões são tomadas de forma colegiada em todos os níveis da Empresa. Com o propósito de envolver todos os executivos na definição de estratégias e aprovação de propostas para os diferentes negócios do Banco, a Administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico que garantem agilidade e segurança às tomadas de decisão.

## **Destaques do período**

- **Aquisição do Controle da Nossa Caixa**

Foi celebrado entre o Banco do Brasil e o Governo do Estado de São Paulo Memorando de Entendimentos, com efeito vinculante, para aquisição do controle acionário do Banco Nossa Caixa (“Nossa Caixa”), por intermédio da alienação de 76.262.912 ações ordinárias, pertencentes ao Estado, equivalentes a

71,2499527144% do capital social total e do capital votante na mesma proporção, para o Banco do Brasil. Demais informações encontram-se no Fato Relevante de 20/11/2008.

- **Incorporação do Banco do Estado do Piauí S.A.**

Em Assembléias Gerais Extraordinárias-AGE realizadas em 28 de novembro de 2008, os acionistas do Banco do Brasil e do BEP aprovaram a incorporação do Banco do Estado do Piauí S.A. pelo Banco do Brasil, com a consequente extinção *pleno jure* do BEP. O Sumário das Deliberações da AGE do Banco do Brasil e a Ata da AGE do BEP foram arquivados, na mesma data, na Comissão de Valores Mobiliários-CVM.

- **BB selecionado para compor ISE 2008/2009**

Em 26 de novembro de 2008, o Banco do Brasil foi selecionado para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo – ISE 2008/2009. O BB, que está listado no ISE desde seu lançamento em 2005, tem empreendido sucessivos esforços para otimizar, cada vez mais, suas práticas de responsabilidade socioambiental e de governança corporativa de modo a agregar valor ao acionista e à sociedade. Vale a pena lembrar que, além de estar no ISE, a BBAS3 também faz parte dos principais índices da Bolsa Paulista, tais como Ibovespa, IBRX, IBRX-50, Índice de Governança Corporativa (IGC) e Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG).

## Outras Informações

Tabela 23. Outras Informações								
	1T07	2T07	3T07	4T07	1T08	2T08	3T08	4T08
<b>Rentabilidade</b>								
Lucro Líquido por Ação - R\$ **	0,57	0,43	0,55	0,49	0,92	0,65	0,73	1,15
Rentabilidade s/ o PL Médio – An. %	29,4	20,9	26,3	2,2	43,5	7,9	30,5	47,4
Rentabilidade Recorrente s/ PL Médio – An. %	30,7	29,8	32,3	23,6	27,6	24,6	33,6	24,5
Rentabilidade Acum. s/ PL Médio – An. %	29,4	24,3	24,0	22,5	25,5	25,4	26,1	30,4
Rentabilidade s/ Ativos Médios – An. %	1,8	1,3	1,6	1,4	2,5	1,6	1,8	2,5
MFB / Ativos Rentáveis – An. %	7,9	8,0	7,7	7,8	7,2	7,3	7,2	7,3
<b>Produtividade</b>								
Eficiência (DRE Societária) - %	44,1	54	54,2	53,2	41,4	46,8	51,5	33,1
RPS / Despesas de Pessoal (DRE Soc.) - %	127,9	97	102	110,5	126,9	130,9	114,5	113,2
RPS / Despesas Administrativas (DRE Soc.) - %	71,5	58,6	59,7	61,2	72	67,6	61,9	61,2
Desp. de Pessoal por Colaborador (DRE Soc.) - R\$	20.076	28.204	27.358	25.758	20.466	22.125	24.476	25.262
Colaboradores / (Agências + PAA + PAB)	17,2	16,6	16,6	16,7	17	17,1	17,3	15,8
Clientes por Colaborador	280	295	295	301	300	308	316	323
Ativos por Colaborador – R\$ mil	3.477	3.737	3.825	3.932	4.230	4.304	4.684	5.419
Cart. de Créd./Pontos Atend. – R\$ milhões	9,3	9,6	9,9	10,5	11,3	12,4	13,1	14,1
<b>Qualidade da Carteira de Crédito</b>								
PCLD / Carteira de Crédito - %	6,5	6,5	6,4	6,4	6,2	5,9	5,5	6,1
PCLD / (E + F + G)	113,5	114,3	112,2	111,4	108	105,3	105	108,1

+ H) - %								
Carteira Líq. de Prov. / Carteira Total - %	94,6	94,6	94,6	94,6	94,4	94,6	94,8	94,6
<b>Estrutura de Capital</b>								
Alavancagem (vezes)	14,9	14,9	14,8	14,7	15,5	15,3	15,9	16,9
Índice de Basileia-%	17,2	15,9	15,7	15,6	15,3	13,1	13,6	15,6
Quantidade Total de Ações - milhões	825,3	2.475,90	2.475,90	2.475,90	2.542,20	2.542,20	2.565,30	2.568,20
<b>Mercado de Capitais</b>								
Preço / Lucro 12 meses **	10,68	14,91	15,03	14,88	9,8	10,11	8,25	4,28
Preço / Valor Patrimonial **	2,52	3,1	3,32	3,1	2,31	2,52	2,21	1,41
Capitalização de Mercado - R\$ milhões	55.040	69.054	76.482	75.269	58.750	66.478	58.360	37.701
VPA - R\$ **	8,74	9,01	9,32	9,8	9,99	10,37	10,3	10,4
Preço da Ação - R\$ **	22,04	27,89	30,89	30,4	23,11	26,15	22,75	14,68
<b>Dados Estruturais</b>								
Total de Pontos de Atendimento	15.133	15.161	15.212	15.297	15.324	15.353	15.438	15.964
Agências	3.974	3.977	3.984	4.008	4.024	4.052	4.077	4.342
PAA	188	188	185	186	187	188	184	187
PAB	1.226	1.209	1.208	1.247	1.251	1.249	1.225	1.389
PAE	5.895	5.906	5.949	5.948	5.935	5.911	5.969	6.055
SAA	3.847	3.879	3.884	3.906	3.925	3.951	3.980	3.987
PAP	3	2	2	2	2	2	3	4
Total de Contas Corrente – mil	25.935	26.295	26.636	27.414	27.855	28.830	30.117	30.378
Pessoa Física – mil	24.353	24.676	24.999	25.746	26.157	27.055	28.173	28.494
Pessoa Jurídica – mil	1.581	1.618	1.636	1.667	1.698	1.775	1.944	1.884
Total de Contas de Poupança – mil	15.759	16.266	16.425	16.651	17.091	17.710	18.002	18.459
Pessoa Física – mil	15.640	16.144	16.300	16.526	16.961	17.409	17.717	18.169
Pessoa Jurídica – mil	119	123	125	124	130	301	285	290
Colaboradores	92.580	89.108	89.514	90.974	92.801	93.733	94.935	96.938

Funcionários*	82.468	79.310	80.048	81.855	83.417	84.258	85.392	88.972
Estagiários	10.112	9.798	9.466	9.119	9.384	9.475	9.543	7.966

\* Conceito Alterado: Vide Capítulo 7.6.1.

\*\* Série recomposta considerando-se o desdobramento (1:3) das ações ocorrido no segundo trimestre de 2007.

Tabela 23. Outras Informações II								
	1T07	2T07	3T07	4T07	1T08	2T08	3T08	4T08
<b>Ratings Globais</b>								
<b>Fitch Ratings</b>								
Individual	C/D	C/D	C/D	C/D	C/D	C/D	C/D	C/D
Curto Prazo em Moeda Local	B	F3	F3	F3	F3	F3	F3	F3
Longo Prazo em Moeda Local	BB+	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-
Curto Prazo em Moeda Estrangeira	B	F3	F3	F3	F3	F3	F3	F3
Longo Prazo em Moeda Estrangeira	BB+	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-
<b>Moody's</b>								
Força Financeira	C	C	C	C	C	C	C	C
Curto Prazo em Moeda Local	P-1	P-1	P-1	P-1	P-1	P-1	P-1	P-1
Curto Prazo em Moeda Estrangeira	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP
Dívida de LP em Moeda Estrangeira	Baa3	Baa3	Baa3	Baa3	Baa3	Baa3	Baa3	Baa3
Depósitos de LP em Moeda Local	A1	A1	A1	A1	A1	A1	A1	A1
Dep. de LP em Moeda Estrangeira	Ba3	Ba3	Ba3	Ba2	Ba2	Ba2	Ba3	Ba3
<b>Standard &amp; Poor's</b>								
Longo Prazo em Moeda Local	BB	BB+	BB+	BB+	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-
Longo Prazo em Moeda	BB	BB+	BB+	BB+	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-

Estrangeira								
<b>Ratings Nacionais</b>								
<b>Fitch Ratings</b>								
Curto Prazo	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)	F1+(bra)
Longo Prazo	AA(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)
<b>Moody's</b>								
Curto Prazo	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1	BR-1
Longo Prazo	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br	Aaa.br
Compulsório/Exigibilidade								
Depósitos à Vista								
Alíquota (1) (5)	45%	45%	45%	45%	45%	45%	45%	42%
Adicional (2) (6) (9)	8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	5%
Exigibilidade*	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	30%
Exigibilidade (microfinanças)	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Livre	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	21%
<b>Depósitos de Poupança</b>								
Alíquota (3) (8)	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	15%
Adicional (2)	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Exigibilidade* (8)	60%	60%	65%	65%	65%	65%	65%	70%
Livre	10%	10%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
<b>Depósitos a Prazo</b>								
Alíquota (4)	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%
Adicional (2) (6)	8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	5%
Livre	77%	77%	77%	77%	77%	77%	77%	80%
<b>Depósitos Judiciais</b>								
Alíquota	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Livre	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

\* No BB, as exigibilidades são aplicadas no Crédito Rural.

(1) Recolhido em espécie sem remuneração

(2) Recolhido em espécie com taxa Selic.

(3) Recolhido em espécie com TR + juros de 6,17% a.a.

(4) Vinculado a títulos. A partir do período de cálculo de 03 a 07/11/2008, cumprimento a partir de 14/11/2008, a exigibilidade passou a ser cumprida 70% em espécie, sem remuneração, e 30% em títulos públicos federais vinculados no Selic.

(5) A partir do período de cálculo de 27/10 a 07/11/08, cumprimento a partir de 05/11/08.

(6) A partir do período de cálculo de 29/09 a 03/10/08, cumprimento a partir de 13/10/08.



(7) Para os períodos de cálculo compreendidos entre 27/10/2008 e 26/06/2009, cumprimento de 10/11/2008 10/07/2009.

(8) Excepcionalmente para poupança rural, nos os períodos de cálculo compreendidos entre 27/10/2008 e 26/06/2009, cumprimento de 10/11/2008 10/07/2009. Para poupança habitacional, a alíquota permanece em 20%.

(9) A partir do período de cálculo de 17 a 21/11/2008, cumprimento a partir de 01/12/2008, a exigibilidade adicional passou a ter recolhimento em títulos públicos federais vinculados no Selic.

## Carteira de Crédito

A Carteira de Crédito do Sistema Financeiro Nacional encerrou dezembro último com saldo de R\$ 1.227 bilhões, considerando os recursos livres e direcionados, crescimento de 31,1% em doze meses e de 6,5% contra setembro de 2008. A relação Crédito/PIB alcançou 41,3%, valor significativamente superior ao verificado em 2007 (34,2%). Apesar do crescimento verificado no saldo da carteira e na participação no PIB, notou-se queda nas concessões de crédito doméstico tanto para PF quanto para PJ, sobretudo a partir de novembro, além de que o desempenho de dezembro foi impulsionado pelo aumento das operações referenciadas em recursos direcionados, em especial pelos financiamentos do BNDES.

Em relação à Carteira de Crédito do BB no País (R\$ 209,7 bilhões), o desempenho no 4T08 novamente foi superior ao verificado no SFN, crescimento de 40,4% em doze meses e 10,8% sobre o 3T08. Já a Carteira Externa (R\$ 15,1 bilhões no 4T08) cresceu 32,9% sobre o 4T07 e 17,2%, em relação ao trimestre anterior. Dessa forma, a carteira de crédito total do Banco do Brasil alcançou R\$ 224,8 bilhões.

Ressalte-se que no 4T08 intensificou-se no BB o processo de aquisições de carteiras de crédito de outras instituições financeiras, sobretudo em Crédito Consignado e Financiamento de Veículos. Excluindo-se esses valores, além dos montantes referentes às incorporações do Banco do Estado do Piauí (BEP) e do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), a carteira de crédito total chegaria ao total de R\$ 220,1 bilhões, com taxas de crescimento de 37,1% em doze meses e 9,6% sobre set/08, valores superiores ao observado no SFN.

A figura abaixo mostra a comparação entre as taxas de crescimento da carteira interna do BB, com e sem aquisições, e o SFN.

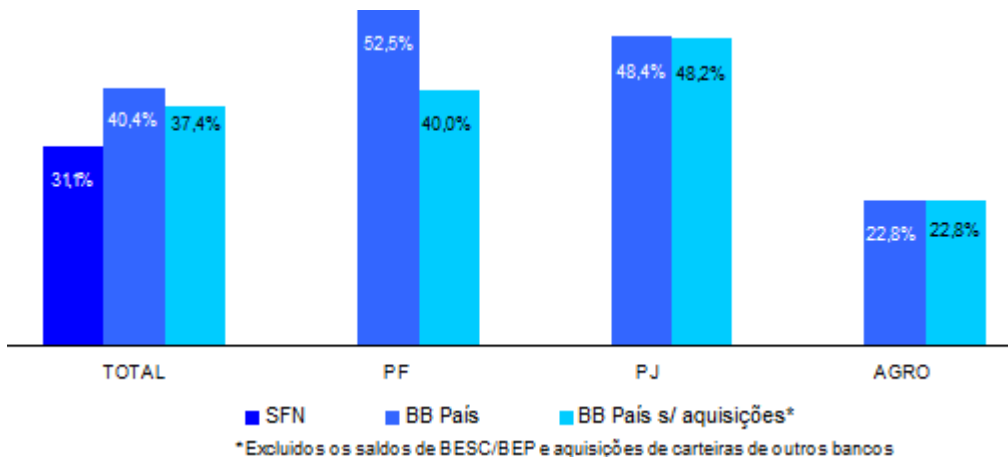


Figura 15. Taxas de crescimento da Carteira Interna BB vs SFN

No SFN, os empréstimos concedidos com recursos livres, correspondentes a 71,0% do total, somaram R\$ 871,9 bilhões em dezembro, incremento de 31,9% em doze meses. Destaque para o desempenho de 39,1% nos empréstimos destinados a pessoas jurídicas, saldo de R\$ 447,3 bilhões. Já os créditos

destinados às pessoas físicas alcançaram R\$ 394,6 bilhões, crescimento de 24,3% em doze meses.

Já no BB, o crédito total para PF atingiu R\$ 48.811 milhões, entretanto, desconsideradas as carteiras incorporadas do BEP, de R\$ 122 milhões, do BESC de R\$ 580 milhões, e carteiras de crédito adquiridas no mercado (R\$ 3.110 milhões em crédito consignado e R\$ 744 milhões em crédito para veículos), esse total cai para R\$ 44.244 milhões, o que equivale ao crescimento de 40,0% em relação ao 4T07 e de 4,7% em relação ao 3T08, efetivando os mesmos ajustes nos períodos anteriores.

Ao final do exercício de 2008, os negócios envolvendo aquisição de carteiras e operações interfinanceiras com garantias de carteira realizados pelo BB apresentavam saldo de R\$ 9,8 bilhões. As aquisições de carteiras – consignado e veículos – no total de R\$ 3,9 bilhões encontram-se registradas na carteira de crédito do BB. Além disso, há R\$ 6 bilhões referentes a depósitos interfinanceiros garantidos por carteiras de crédito de outras instituições, registrado em Aplicações Interfinanceiras, evidenciados na tabela a seguir.

<b>Tabela 34. Carteiras adquiridas e Depósitos interfinanceiros com garantia de crédito</b>	
R\$ milhões	
	Dez/08
Crédito Consignado	3.110
Financiamento a Veículos	744
Interfinanceiros com Garantia em Crédito	5.970
<b>Total</b>	<b>9.825</b>

O crédito destinado às empresas teve crescimento de 48,4% em doze meses e de 13,9% sobre set/08, alcançando R\$ 97.192 milhões, desempenho superior ao SFN.

A carteira de agronegócios apresentou crescimento de 22,8% em doze meses, com o total da carteira alcançando R\$ 63.690 milhões em dez/08. Na comparação trimestral, a taxa observada foi de 5,2%.

<b>Tabela 35. Carteira de Crédito</b>										
										R\$ milhões
	Saldos								Var. %	
	Mar/07	Jun/07	Set/07	Dez/07	Mar/08	Jun/08	Set/08	Dez/08	s/Dez/07	s/Set/08
País	128.070	133.019	137.626	149.366	162.261	180.365	189.301	209.693	40,4	10,8
. Pessoa Física	26.130	27.904	29.486	31.998	36.620	40.503	43.435	48.811	52,5	12,4

. Pessoa Jurídica	55.166	56.345	59.693	65.485	69.118	78.252	85.343	97.192	48,4	13,9
- MPE	19.448	21.390	22.340	24.622	25.675	29.234	32.027	34.900	41,7	9,0
- Demais	35.718	34.955	37.353	40.863	43.443	49.018	53.315	62.292	52,4	16,8
. Agronegócios	46.774	48.769	48.447	51.883	56.524	61.611	60.524	63.690	22,8	5,2
- Pessoa Física	37.756	38.577	38.070	40.162	40.684	43.168	42.630	45.202	12,6	6,0
- Pessoa Jurídica	9.018	10.192	10.377	11.721	15.839	18.442	17.894	18.487	57,7	3,3
Exterior	12.318	12.214	12.558	11.373	10.499	9.717	12.900	15.115	32,9	17,2
<b>Total</b>	<b>140.387</b>	<b>145.233</b>	<b>150.184</b>	<b>160.739</b>	<b>172.760</b>	<b>190.082</b>	<b>202.201</b>	<b>224.808</b>	<b>39,9</b>	<b>11,2</b>

## Carteira de Crédito Pessoa Física

Ao final de dezembro do ano passado, o crédito às pessoas físicas somou R\$ 48.811 milhões, incremento de 52,5% em doze meses e de 12,4% sobre o trimestre imediatamente anterior, esses valores já consideram os R\$ 713 milhões referente as carteiras PF do BESC e do BEP.

O produto com maior participação na carteira PF é o crédito consignado (36,1%) seguido por cartão de crédito (15,5%) e financiamento de veículos (13,7%).

Em relação ao crédito consignado, o BB é a instituição financeira líder em empréstimos, representando 22,4% do total de R\$ 78.786 milhões do SFN, posição de dez/08. Essas operações cresceram a taxas mais elevadas no BB, 21,2% sobre set/08 e 48,4% em doze meses, contra 3,5% e 21,8% respectivamente do SFN, entretanto, os valores incluem R\$ 3.110 milhões em aquisição de carteiras.

Numa simulação, excluindo-se as aquisições, o crescimento foi de 26,5% em doze meses e 4,3% sobre setembro de 2008, ainda sim superior ao SFN. Percebe-se que tanto a carteira do BB, quanto a do SFN cresceram em ritmo menor no 4º trimestre.

Foram contratados 510,9 mil operações de consignado no 4T08, com prazo médio de 36 meses e taxa média de 2,4%; já no mesmo trimestre de 2007 observou-se contratação de 555,8 mil operações com prazo médio de 33 meses e taxa média de 2,44%. Ao considerar as aquisições realizadas, as operações contratadas no 4T08 somaram 1.349 mil, contra 708,3 mil no mesmo período de 2007.

Com uma ampla base de correntistas e parcerias a carteira de crédito com Cartão de Crédito evoluiu 99,6% em doze meses, fechando o 4T08 com saldo de R\$ 7.586 milhões. Na comparação trimestral, o incremento foi de 15,6%, reflexo da própria sazonalidade do período de final de ano. Destaca-se a inclusão na carteira de crédito, a partir de 2008, das parcelas relativas às compras parceladas por decisão dos lojistas. A base de cartões de crédito do Banco aumentou 18,7% em 12 meses, passando de 20,2 milhões em dez/07 para 24,0 milhões em dez/08.

Refletindo a estratégia do BB em aumentar a participação nos financiamentos de veículos o saldo da carteira atingiu R\$ 6.694 bilhões, crescimento de 120,7% sobre dez/07 e 19,4% sobre set/08. Frisa-se que ao excluir o montante de R\$ 744 milhões referente as aquisições de carteiras, o saldo seria de R\$ 5.950 bilhões e as taxas de crescimento passariam a ser 96,2% sobre dez/07 e 6,1% na comparação trimestral.

Da carteira de financiamento a veículos existente em dez/08, R\$ 1.939 milhões foram provenientes das parcerias, o que representa 29,0% do total. Ainda, aproximadamente R\$ 1.268,4 milhões referem-se a operações de *leasing*, o que corresponde a 18,9% dos veículos financiados.

As operações de financiamento a veículos apresentavam, em dez/08, prazo médio de 44,5 meses, valor médio por contrato de R\$ 19.261 e taxa média de 1,63%,

números semelhantes aos mensurados em set/08 que são de 44,6 meses, R\$ 18.741 e 1,62%, respectivamente. Quanto às operações de *leasing*, em dez/08 o prazo médio apresentava-se em torno de 51,6 meses, com valor médio por contrato de R\$ 31.915 e taxa média de 1,55%; verifica-se redução sobre set/08 tanto no prazo médio quanto no valor médio das operações, que foram respectivamente 53,6 meses e R\$ 33.838, contudo percebeu-se incremento na taxa média de 0,12 p.p, na mesma base de comparação.

Quanto à carteira incorporada do Besc, o principal produto é o Crédito Consignado, com saldo de R\$ 338,7 milhões no 4T08, com participação de 58,3% de toda a carteira da instituição. A taxa média dessas operações é de 2,15%. O Cheque Especial encerrou o 4T08 com saldo de R\$ 33,6 milhões representando 5,8% do total da carteira PF do BESC.

Tabela 36. Carteira de Crédito Pessoa Física								
	R\$ milhões							
	Saldos						Var. %	
	Set/07	Dez/07	Mar/08	Jun/08	Set/08	Dez/08	s/Dez/07	s/Set/08
CDC	17.213	18.521	19.869	21.722	23.041	26.491	43,0	15,0
Crédito Consignado	11.009	11.878	12.772	14.020	14.539	17.626	48,4	21,2
Empréstimo Pessoal	3.794	3.884	3.892	4.079	4.515	4.958	27,7	9,8
CDC Salário	2.410	2.759	3.205	3.623	3.986	3.906	41,6	(2,0)
Financiamento Imobiliário	-	-	-	7	30	80	-	168,0
Financiamento a Veículos	2.303	3.033	3.544	4.702	5.607	6.694*	120,7	19,4
Cartão de Crédito	3.227	3.801	5.885	6.463	6.564	7.586	99,6	15,6
Cheque Especial	2.473	2.298	2.704	2.697	2.717	2.468	7,4	(9,2)
Microcrédito	557	558	552	558	535	511	(8,5)	(4,4)
Besc	-	-	-	-	554	591	-	6,6
BEP	-	-	-	-	-	122	-	-
Demais	3.713	3.786	4.067	4.354	4.387	4.390	16,0	0,1
<b>Total</b>	<b>29.486</b>	<b>31.998</b>	<b>36.620</b>	<b>40.503</b>	<b>43.435</b>	<b>48.811</b>	<b>52,5</b>	<b>12,4</b>

\*Consta saldo de operações de Finame Pro-Caminhoneiro PF no valor de R\$ 118,0 milhões.

**Crédito para a População de Menor Renda** – Visando ampliar o foco estratégico no segmento de Microcrédito, bem como maior sinergia na implementação das estratégias definidas para a população de menor renda, em maio/08, o Banco do Brasil S.A. aprovou a criação da Diretoria Menor Renda – Diren, que reuniu, a partir de junho, em estrutura única, a atenção aos clientes com renda de até 1 Salário Mínimo. A nova Diretoria agregou o Banco Popular do Brasil-BPB, a Gerência de Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS, a gestão da rede de correspondentes bancários do BB/BPB e as carteiras de crédito de clientes desse segmento.

Ao final do quarto trimestre de 2008, o saldo da carteira de microcrédito era de R\$ 511 milhões, totalizando 1,4 milhão de operações no ano de 2008, com valor médio de R\$ 414,7. Neste trimestre, foram liberados R\$ 141,9 milhões envolvendo a contratação de 298,8 mil operações.

## Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

No segmento de pessoas jurídicas, o BB encerrou dez/08 com saldo de R\$ 97.192 milhões, incremento de 48,4% em doze meses e 13,9% sobre set/08. Assim como na carteira PF, os valores referente às carteiras PJ do BESC foram destacados em linhas distintas.

A tabela abaixo mostra a carteira de crédito PJ dividida em produtos.

Tabela 37. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica								
R\$ milhões								
	Saldos						Var. %	
	Set/07	Dez/07	Mar/08	Jun/08	Set/08	Dez/08	s/Dez/07	s/Set/08
Capital de Giro	22.215	26.052	30.137	37.393	40.737	45.199	73,5	11,0
Investimento	12.067	13.379	14.286	15.520	17.237	19.183	43,4	11,3
Recebíveis	10.329	11.224	10.713	11.098	11.467	11.887	5,9	3,7
Conta Garantida	1.725	1.680	1.836	2.205	2.394	2.548	51,7	6,4
ACC/ACE	7.589	7.561	6.512	6.356	7.912	11.101	46,8	40,3
BNDES Exim	3.449	3.299	3.379	3.342	3.054	4.417	33,9	44,6
Cartão de Crédito	421	495	540	605	764	871	76,0	14,0
Cheque Especial	120	106	136	146	184	130	23,6	(29,0)
Besc	-	-	-	-	177	164	-	(7,3)
BEP	-	-	-	-	-	0,05	-	-
Demais	1.779	1.690	1.580	1.588	1.416	1.691	0,1	19,4
<b>Total</b>	<b>59.693</b>	<b>65.485</b>	<b>69.118</b>	<b>78.252</b>	<b>85.343</b>	<b>97.192</b>	<b>48,4</b>	<b>13,9</b>

As operações de capital de giro são as mais representativas, participação de 46,5% em dez/08 contra 39,8% em dez/07, com crescimento de 73,5% em doze meses e de 11,0% sobre set/07. O agravamento da crise financeira impulsiona as empresas na utilização de linhas de crédito com esse perfil.

Quanto aos números sobre crédito para investimento, percebe-se que o impacto da crise financeira ainda é mínimo e as taxas de crescimento continuam crescentes ao longo do ano. Em dez/08 o montante atingiu R\$ 19.183 milhões, crescimento de 43,4% sobre igual período de 2007 e 11,3% na comparação trimestral. Essa linha de crédito representou 19,7% do total da carteira PJ.

Em relação ao BESC, o produto com maior relevância é o Capital de Giro que representa 84,3% do total e saldo de 111,4 milhões no trimestre. Em seguida, tem-se Desconto de Duplicatas (R\$ 12,5 milhões) representando 9,5% do total e Conta Garantida com saldo de R\$ 8,2 milhões, ou 6,2% do total.

**Crédito para Comércio Exterior** - O saldo de R\$ 11.101 milhões dos empréstimos de ACC/ACE acarretou crescimento de 46,8% na comparação anual e de 40,3% na trimestral, entretanto, essas medidas estão sensibilizadas pelo comportamento cambial que se desvalorizou 22,1% no 4T08 (cotação do dólar



comercial/venda em 31/12/08 de R\$ 2,33700) sobre o 3T08 (cotação do dólar comercial/venda em 30/09/08 de R\$ 1,91430). Excluindo o efeito cambial, o crescimento dos empréstimos de adiantamento de câmbio do BB seria de 10,8% em comparação com o trimestre anterior.

A tabela abaixo evidencia os detalhes sobre as operações de crédito para o comércio exterior. Destaca-se que apesar de queda no volume contratado e na quantidade de contratos, o volume médio por contrato foi significativamente superior ao trimestre imediatamente anterior e na comparação em doze meses o que gerou ganho de participação do BB frente ao mercado.

Tabela 38. ACC/ACE Volume Médio por Contrato								Var. %	
ACC/ACE	Set/07	Dez/07	Mar/08	Jun/08	Set/08	Dez/08	s/Dez/07	s/Set/08	
Volume Contratado (US\$ milhões)	4.175	3.880	3.800	2.219	3.400	3.457	(9,0)	(11,5)	
Quantidade de Contratos	7.382	6.871	6.279	5.373	5.322	4.097	(34,8)	(28,9)	
Volume Médio por Contrato (US\$ mil)	566	565	605	413	639	844	39,4	24,4	

**Crédito para Micro e Pequenas Empresas** - No atendimento às micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil manteve-se como principal parceiro do segmento. Ao final do quarto trimestre de 2008, o BB possuía 1,80 milhão de contas correntes com 1,76 milhão de clientes micro e pequenas empresas, sendo 1,72 milhão de correntistas e 37,7 mil de não-correntistas. Cerca de 622 mil recebiam atendimento diferenciado prestado por gerentes de relacionamento especializados.

O BB também vem ampliando sua participação junto ao segmento cooperativista de crédito, disponibilizando produtos e serviços adequados à necessidade deste mercado. Dentre os produtos, destaca-se o Serviço de Integração à Compe/SPB, por meio do qual as cooperativas de crédito têm acesso ao Sistema de Compensação de Cheques e Outros Papéis e ao Sistema de Liquidação de Pagamentos e Transferências (SPB). Esse serviço permitiu disponibilizar produtos bancários a cerca de 295,1 mil cooperados vinculados a 320 cooperativas de crédito parceiras do BB, dada sua integração.

Em dezembro de 2008, o BB atuava em 174 Arranjos Produtivos Locais (APL), prestando atendimento a 14,3 mil empreendimentos, aos quais foram disponibilizados R\$ 1,32 bilhão, sendo R\$ 1,04 bilhão em empréstimos para capital de giro e para financiar os investimentos. Ainda no quarto trimestre, foram destinados às empresas integrantes dos APL R\$ 148,3 milhões em recursos para o comércio exterior e R\$ 133,1 milhões para operações voltadas ao agronegócio. Em julho, foi lançado o BB Giro APL, linha de capital de giro direcionada exclusivamente para as micro e pequenas empresas participantes de APL. O produto oferece condições negociais especiais a essas empresas e tem por

objetivo impulsionar o desenvolvimento sustentável do empreendedorismo e das comunidades locais.

O saldo das operações para MPE, em dezembro de 2008, foi de R\$ 34,9 bilhões, incremento de 41,74% em relação a dezembro de 2007.

Somadas, as operações de Capital de Giro e de Financiamentos de Investimentos atingiram R\$ 32,9 bilhões ao final do exercício de 2008, dos quais R\$ 8,4 bilhões aplicados na indústria (25,6%), R\$ 16,5 bilhões no comércio (50,1%) e R\$ 8 bilhões no segmento de serviços (24,3%).

Tabela 39. Produtos de Crédito de MPE									
								R\$ milhões	
	Saldos						Var. %		
	Set/07	Dez/07	Mar/08	Jun/08	Set/08	Dez/08	s/Dez/07	s/Set/08	
Giro	15.553	16.932	17.752	20.069	21.645	23.616	39,5	9,1	
Investimento	5.852	6.387	6.709	7.476	8.438	9.314	45,8	10,4	
Comércio Exterior	935	1.303	1.213	1.689	1.944	1.970	51,2	1,3	
<b>Total</b>	<b>22.340</b>	<b>24.622</b>	<b>25.675</b>	<b>29.234</b>	<b>32.027</b>	<b>34.900</b>	<b>41,7</b>	<b>9,0</b>	

Foram destinados, posição de dez/08, R\$ 23,6 bilhões para capital de giro, que representou crescimento de 39,5% em relação ao mesmo período de 2007. Dentre as linhas de crédito merecem destaque:

a) o BB Giro Rápido visa suprir a necessidade de capital de giro do segmento de micro e pequenas empresas, sem exigências de garantias reais. No 4T08, essa linha de crédito atingiu o saldo de R\$ 5,9 bilhões, representando 25,1% do bloco de capital de giro e crescimento anual de 20%;

b) o BB Giro Empresa Flex objetiva o suprimento de capital de giro e financiamento para aquisição de bens e serviços. Nessa linha de crédito, o cliente pode definir a forma de pagamento do empréstimo de acordo com fluxo de caixa da empresa. Lançada em junho de 2007, a linha de crédito alcançou o saldo de R\$ 5,1 bilhões, apresentando crescimento de 240,9% em 2008.

O investimento atingiu R\$ 9,3 bilhões no 4T08, crescimento de 45,8% em relação ao mesmo período de 2007. Merecem destaque:

a) o Proger Urbano Empresarial, principal linha de crédito de investimentos para as empresas do segmento MPE, que apresentou o saldo recorde de R\$ 5,3 bilhões, incremento de 30,2% em relação ao 4T07;

b) o Cartão BNDES, produto em que o BB é líder com 63% dos cartões emitidos, e que alcançou R\$ 724,3 milhões em volume de transações em dezembro de 2008;

c) Finame Empresarial, que apresentou saldo de R\$ 889,5 milhões, incremento de 97,6% em relação ao 4T07.

## Carteira de Crédito de Agronegócios

O Agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento do País. O Banco do Brasil, no seu papel de agente de políticas públicas, representa um elo entre o Governo e o produtor rural, atuando como o maior financiador do agronegócio brasileiro em todos os segmentos e etapas da cadeia produtiva, do pequeno produtor às grandes empresas agro-industriais.

A figura abaixo demonstra tanto a importância da participação dos agronegócios no PIB brasileiro quanto a participação dos empregos gerados pelo agronegócio no mercado de trabalho brasileiro.

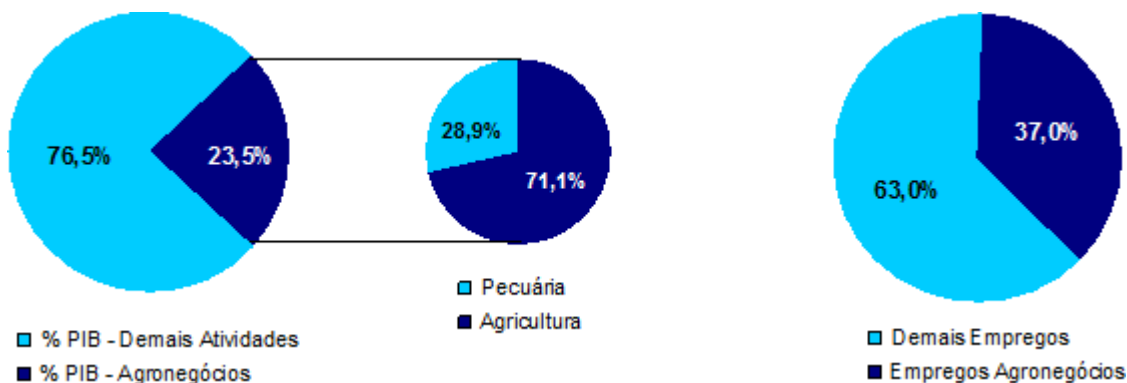


Figura 16. Participação do Agronegócio no PIB e no mercado de trabalho

O saldo da balança comercial brasileira tem sido elevado pela contribuição positiva do agronegócio. A balança comercial desse setor gerou US\$ 60,0 bilhões de superávit em 2008.

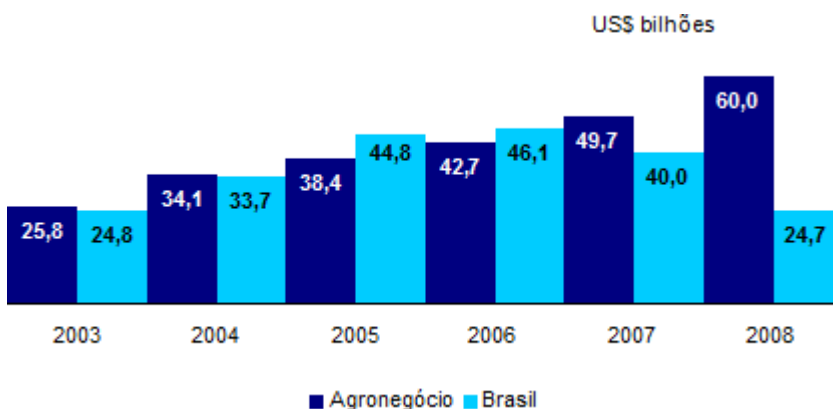


Figura 17. Balança Comercial (FOB)

As tabelas abaixo mostram o fluxo das exportações abertas pelos principais produtos e a participação brasileira no agronegócio internacional.

Tabela 40. Exportações

US\$ milhões					
	2004	2005	2006	2007	2008
Complexo de Soja	9.922	9.477	9.308	11.381	17.980
Carnes	6.060	8.066	8.641	11.295	14.545
Couros, Produtos de Couro e Peleteria	2.672	3.069	3.471	3.554	3.140
Complexo Sucroalcooleiro	3.137	4.684	7.772	6.578	7.873
Produtos Florestais	5.852	7.197	7.881	8.819	9.326
Café, Chá-mate e Especiarias	1.860	2.669	3.535	4.093	4.971
Sucos de Frutas	1.103	1.245	1.570	2.374	2.152
Fumo e seus Produtos	1.406	1.707	1.752	2.262	2.752
Demais Produtos	2.122	5.487	5.495	8.059	9.066
Total	34.134	43.601	49.424	58.416	71.806

Fonte: MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Tabela 41. Participação do Brasil no agronegócio mundial			
	Produção	Exportação	% Comércio Mundial
Café	1º	1º	27%
Suco de Laranja	1º	1º	86%
Carne Bovina	1º	1º	25%
Cana de Açúcar	1º	1º	39%
Complexo Soja	2º	2º	32%
Carne de Frango	2º	1º	41%
Milho	2º	2º	8%
Carne Suína	3º	3º	11%
Algodão	4º	4º	6%

Fonte: USDA – PSD Online

A performance do setor nos últimos anos deve-se à busca permanente de novas tecnologias e valorização dos serviços prestados pelos profissionais da área, sempre visando a rentabilidade e a continuidade dos empreendimentos. Na figura seguinte, visualiza-se a evolução da produção por área plantada, resultado de ganhos de produtividade.

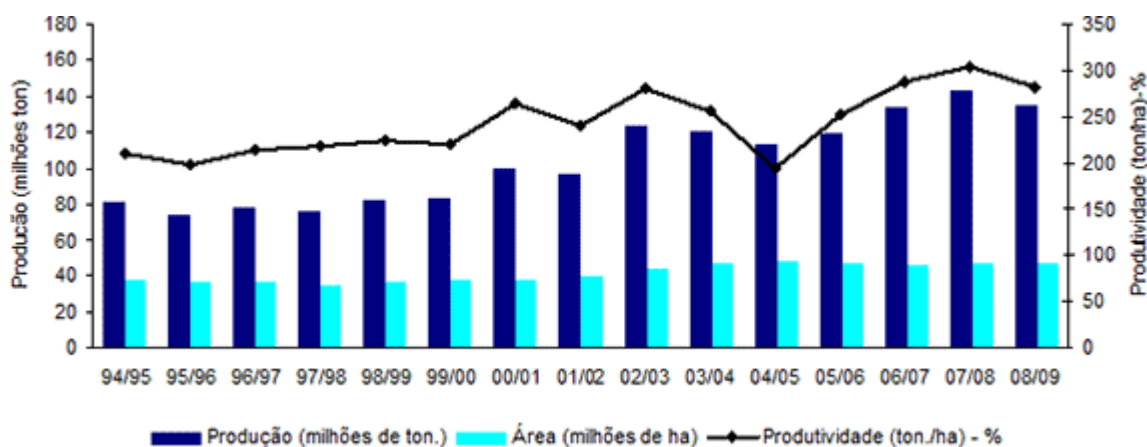


Figura 18. Produção vs Área Plantada

### Agronegócios no BB

Com relação à distribuição das operações de agronegócios por região do País, em dezembro de 2008, verifica-se uma maior concentração nas regiões Sul e Sudeste.

Região	Participação - %
Norte	2,8
Nordeste	6,2
Centro-Oeste	22,9
Sudeste	34,0
Sul	34,1

O crédito rural financia o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e estimula os investimentos rurais, incluindo armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas. Ainda, incentiva a introdução de métodos racionais no sistema de produção.

A carteira rural do SFN alcançou R\$ 106.468 bilhões em dez/08, elevação de 19,3% em doze meses e de 3,8% sobre set/08. No BB, o saldo da carteira de agronegócios atingiu R\$ 63.690 milhões, expansão de 5,2% no trimestre e de 22,8% em relação a dez/07. Em dez/08, a carteira rural representou 30,4% da carteira doméstica do BB contra 34,7% em dez/07.

O crescimento trimestral verificado já era esperado nesse período do ano, pois representa o início do plantio para nova safra, 2008/2009. As operações de custeio

e comercialização, destinadas ao financiamento de bens e serviços para a produção agrícola e pecuária, responderam por 65,5% da Carteira de Agronegócios.

As operações de investimento, destinadas à modernização da atividade produtiva, representaram 31,6% dessa carteira.

Tabela 43. Carteira de Crédito de Agronegócios por Destinação								
R\$ milhões								
	Saldos						Var. %	
	Set/07	Dez/07	Mar/08	Jun/08	Set/08	Dez/08	s/Dez/07	s/Set/08
Custeio	17.856	19.918	19.999	21.396	21.751	24.257	21,8	11,5
Investimento	19.731	20.111	20.656	22.140	21.419	20.135	0,1	(6,0)
Comercialização	9.899	10.884	14.915	17.094	16.248	17.474	60,5	7,5
Demais	960	971	955	980	1.106	1.824	87,9	65,0
Total	48.447	51.883	56.524	61.611	60.524	63.690	22,8	5,2

Os recursos disponibilizados pelo Banco são oriundos, principalmente, das seguintes fontes: poupança rural (MCR 6-4), depósitos à vista (MCR 6-2), Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste-FCO, Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira-Funcafé, BNDES/Finame e do Tesouro Nacional.

Tabela 44. Carteira de Crédito de Agronegócios por linha de crédito								
R\$ milhões								
	Saldos						Var. %	
	Set/07	Dez/07	Mar/08	Jun/08	Set/08	Dez/08	s/Dez/07	s/Set/08
Custeio Agropecuário	13.847	15.336	15.384	16.695	16.288	17.849	16,4	9,6
Comerc. e Indus. de Prod. Agropec.	11.903	12.890	13.705	15.587	14.747	14.517	12,6	(1,6)
Pronaf/Proger Rural	9.100	10.177	13.348	14.233	13.955	15.088	17,1	8,1
FCO Rural	4.267	4.087	4.196	4.354	4.692	5.637	36,1	18,1
BNDES/Finame Rural	4.069	4.055	4.091	4.165	3.906	3.644	(10,8)	(6,7)

Demais	5.261	5.341	5.805	6.577	6.936	6.955	30,2	0,3
Total	48.447	51.883	56.524	61.611	60.524	63.690	22,8	5,2

O Proger Rural é um produto que oferece crédito fixo para custeio agrícola e pecuário, além de suporte financeiro para investimentos fixos e semi-fixos; e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf visa o financiamento ao custeio da atividade agrícola. Esses dois produtos totalizaram R\$ 15.088 milhões em dezembro de 2008, crescimento de 17,1% em relação ao mesmo período do ano anterior e de 8,1% em relação ao trimestre anterior.

O FCO Rural oferece suplemento financeiro para custeio e investimento para o produtor rural da região Centro-Oeste. As operações desse produto cresceram 36,1% nos últimos 12 meses totalizando R\$ 5.637 milhões em dezembro de 2008.

Os produtos BNDES/Finame Rural têm como objetivo financiar os investimentos em modernização de máquinas e equipamentos destinados à produção rural. As operações com esses produtos totalizaram R\$ 3.644.

A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por item financiado:

R\$ milhões								
Itens Financiados							Var. %	
	Dez/07	Part. %	Set/08	Part. %	Dez/08	Part. %	s/Dez/07	s/Set/08
Bovinocultura	6.793	13,1	7.466	12,3	8.043	12,6	18,4	7,7
Soja	2.838	5,5	3.976	6,6	5.281	8,3	86,1	32,8
Milho	3.016	5,8	3.678	6,1	3.624	5,7	20,1	(1,5)
Cana	1.903	3,7	3.493	5,8	3.596	5,6	88,9	3,0
Máquinas e Implementos	1.196	2,3	1.306	2,2	1.378	2,2	15,2	5,5
Café	1.313	2,5	1.892	3,1	1.879	3,0	43,1	(0,7)
Arroz	960	1,9	1.194	2,0	1.234	1,9	28,5	3,3
Avicultura	674	1,3	1.425	2,4	1.552	2,4	130,3	8,9
Fertilizantes e Defensivos	536	1,0	464	0,8	425	0,7	(20,8)	(8,4)
Algodão	572	1,1	635	1,0	624	1,0	9,2	(1,8)
Mandioca	517	1,0	535	0,9	548	0,9	6,1	2,5
Suínocultura	523	1,0	487	0,8	518	0,8	(0,8)	6,4

Outros	31.042	59,8	33.972	56,1	34.988	54,9	12,7	3,0
Total	51.883	100,0	60.524	100,0	63.690	100,0	22,8	(1,8)

Em sua atuação no financiamento do agronegócio brasileiro, o Banco do Brasil atinge todos os segmentos, desde o pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais. A tabela a seguir revela essa atuação, mostrando que, enquanto o financiamento aos mini e pequenos produtores responde por 88,2% do total de contratos, as operações com os demais agentes apresentam 66,9% de participação no valor contratado.

Tabela 46. Recursos Liberados na Safra 08/09 por Porte do Cliente				
R\$ milhões				
	Qtde. Contratos (unid)	Qtde. Contratos - %	Valor Contratado	Valor Contratado - %
Mini Produtor	303.436	39,3	1.666	9,1
Pequeno Produtor	376.802	48,9	4.404	24,0
Médio e Grande Produtor	90.667	11,8	11.064	60,3
Cooperativas Agropecuárias	436	0,1	1.212	6,6
Total	771.341	100,0	18.345	100,0

Na figura abaixo, apresentamos a distribuição do saldo da Carteira de Crédito de Agronegócios por tipo de pessoa. Vale destacar o desempenho do segmento agroindustrial (PJ), cujo crescimento foi da ordem de 57,7% em doze meses, atingindo o volume de R\$ 18,487 milhões:

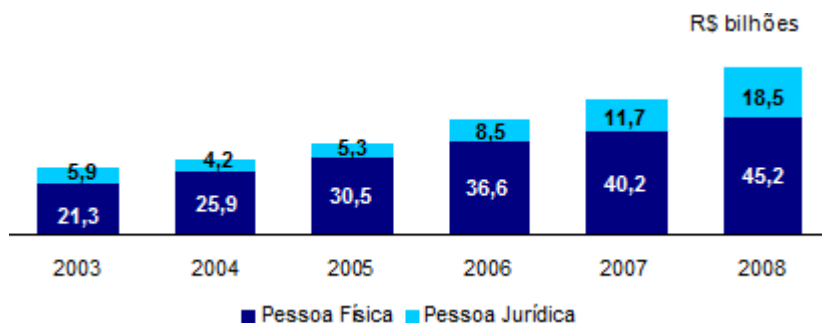


Figura 19. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Pessoa.



A seguir, é apresentada a Carteira de Crédito de Agronegócios por fonte de recursos:

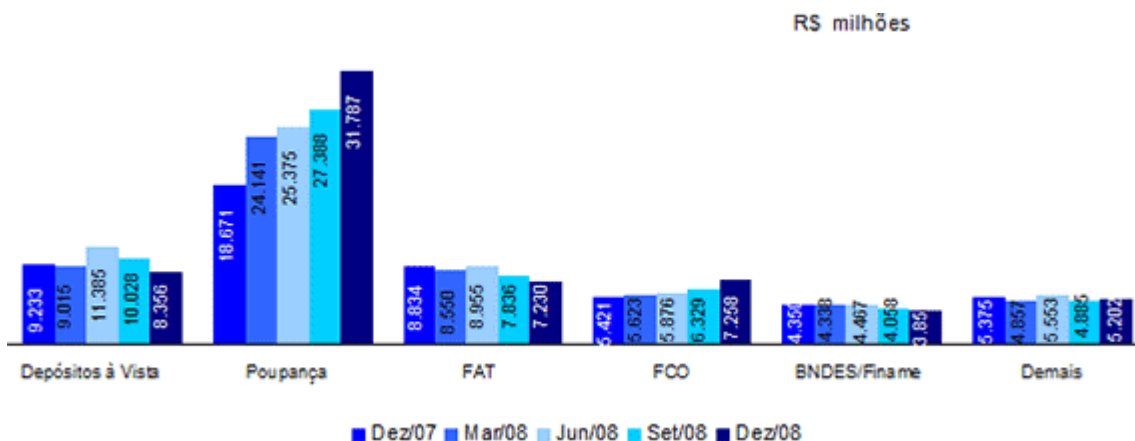


Figura 20. Carteira de Crédito de Agronegócios por Fonte de Recursos

A principal fonte de recursos para a carteira de agronegócios continuou com a poupança que no 4T08 alcançou montante de R\$ 31,8 milhões, contra R\$ 18,7 no mesmo período de 2007. Destaca-se que esses recursos são responsáveis por 49,6% do total, contra 36,0% no 4T07 evolução de 70% no montante. Os recursos oriundos do FCO também tiveram crescimento (34%) em doze meses passando a representar 11,4% do total, contra 10,4% no 4T07.

O Banco utiliza das fontes de recursos da Poupança-ouro, Depósitos à Vista, Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, Tesouro Nacional, Fundo de Defesa da Economia Cafeteria-Funcafê e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste FCO em financiamentos rurais com taxas reduzidas. Para tornar essa intermediação viável, o Tesouro Nacional ou o Fundo Constitucional paga ao Banco, na forma de equalização, a diferença entre o valor cobrado do tomador do crédito, os custos da captação, risco de crédito e custos administrativos e tributários.

Adicionalmente, são estabelecidos fatores de ponderação para os financiamentos contratados com recursos de depósitos à vista e de poupança. O fator de ponderação é um multiplicador que ajuda no cumprimento das exigibilidades e possibilita o incremento de receitas, mediante liberação de recursos no caixa do Banco para a livre aplicação. A figura a seguir mostra o histórico do recebimento de receitas a título de equalização de taxas e fator de ponderação.

Figura 21. Receitas de Equalização e Fator de Ponderação

O crescimento de R\$ 176 milhões observado nas receitas de equalização, incluindo fator de ponderação, é basicamente explicado pelo incremento no 4T08 de R\$ 4,6 bilhões no saldo dos recursos equalizáveis do agronegócio, em função da antecipação de recursos realizada pelo BB para a safra 2008/09.

Tabela 47. Recursos Equalizáveis da Carteira de Agronegócios							
R\$ milhões							
						Var. %	
	Dez/07	Mar/08	Jun/08	Set/08	Dez/08	s/Dez/07	s/Set/08
Recursos Equalizáveis	15.008	15.744	15.789	16.620	21.204	41,3	27,6
Custeio	9.980	10.291	9.775	10.545	13.858	38,9	31,4
Investimento	4.877	5.124	5.658	5.679	6.217	27,5	9,5
Comercialização	151	330	357	396	1.129	649,2	185,3
Recursos Não- Equalizáveis	41.516	40.780	45.822	43.904	42.486	2,3	(3,2)
Total da Carteira Agronegócio	56.524	56.524	61.611	60.524	63.690	12,7	5,2

O Banco possui mecanismos de mitigação do risco da carteira de custeio agrícola. Na safra 2008/2009, até dezembro/2008, 69,0% das operações de custeio foram contratadas com Seguro Agrícola ou com Proagro, no montante de R\$ 7.600 bilhões. Desse montante, R\$ 3.324 milhões foram amparados com seguro Agrícola do Proagro e R\$ 4.275 milhões junto à empresa Aliança do Brasil e às resseguradoras abaixo indicadas.

O gráfico seguinte mostra percentualmente o incremento da utilização de seguro agrícola e proagro.

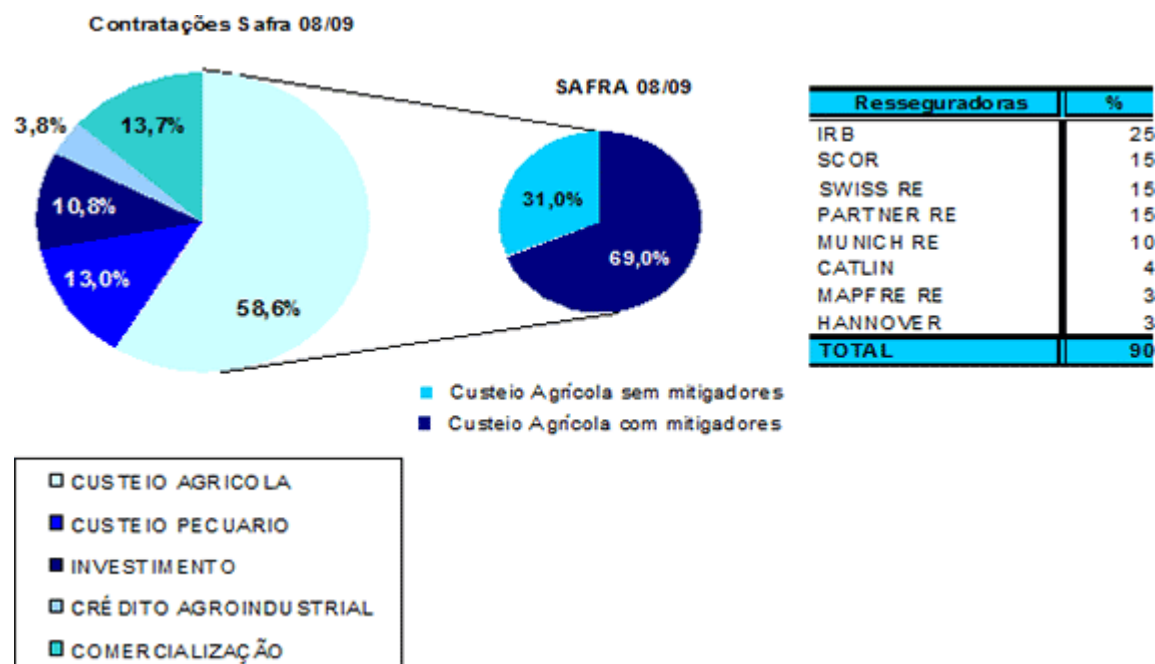


Figura 22. Seguro Agrícola e Proagro

A figura abaixo evidencia a evolução das operações contratadas com mitigadores de risco desde a safra 2006/07.



Figura 23. Evolução das operações contratadas com mitigadores de risco

O montante total previsto para a safra 2008/09, de R\$ 30.862 milhões, é 24,6% superior ao volume emprestado na safra 2007/08 (R\$ 24.772 milhões). Daquele total, 25,4% são referentes à agricultura familiar e 74,6% destinados ao empresariado.

No segundo semestre de 2008, o BB emprestou 63,2% do total previsto para a safra atual, antecipando a liberação de recursos previstos originalmente para o primeiro semestre de 2009, diante da escassez de recursos que se apresentou em função da crise financeira internacional. Isso representou R\$ 6.193 milhões a mais de recursos liberados no 2º semestre de 2008 (safra 2008/09) sobre o 2º semestre de 2007 (safra 2007/08). Frisa-se também, que as novas contratações estão concentradas em fontes de recursos equalizáveis, conforme apresentado anteriormente.

Na tabela seguinte é apresentado o Plano de Safra 2008/2009 previsto e realizado.

R\$ milhões					
	Safra 2008/2009				
	Previsto			Realizado	
Finalidade do Crédito	Empresarial	Familiar	Total	Total	% Realizado (jul a dez/08)
Custeio	17.853	4.981	22.833	14.808	64,9
Investimento	2.109	2.861	4.970	2.395	48,2
Comercialização	3.059	-	3.059	2.307	75,4
Total	23.021	7.841	30.862	19.510	63,2

Detalhamos a seguir as quatro principais culturas do custeio agrícola, com o percentual de participação no custeio da safra 2008/2009 e a concentração por Estado das lavouras dessas culturas

Tabela 49. Custeio – Perfil das Contratações							
Soja		Milho		Arroz		Algodão	
28,19%		21,53%		7,03%		1,16%	
PR	36,90%	PR	28,35%	RS	79,93%	MT	22,90%
RS	18,72%	RS	24,87%	SC	13,34%	SP	20,06%
GO	14,48%	SC	20,14%	MS	1,96%	BA	19,65%
MS	12,20%	MG	11,74%	PR	1,59%	GO	10,13%

Apresentamos, a seguir, detalhamentos de preço e custo das culturas de milho e soja para a safra 2008/2009. A margem é representada pelo percentual das receitas líquido dos custos envolvidos em cada cultura.

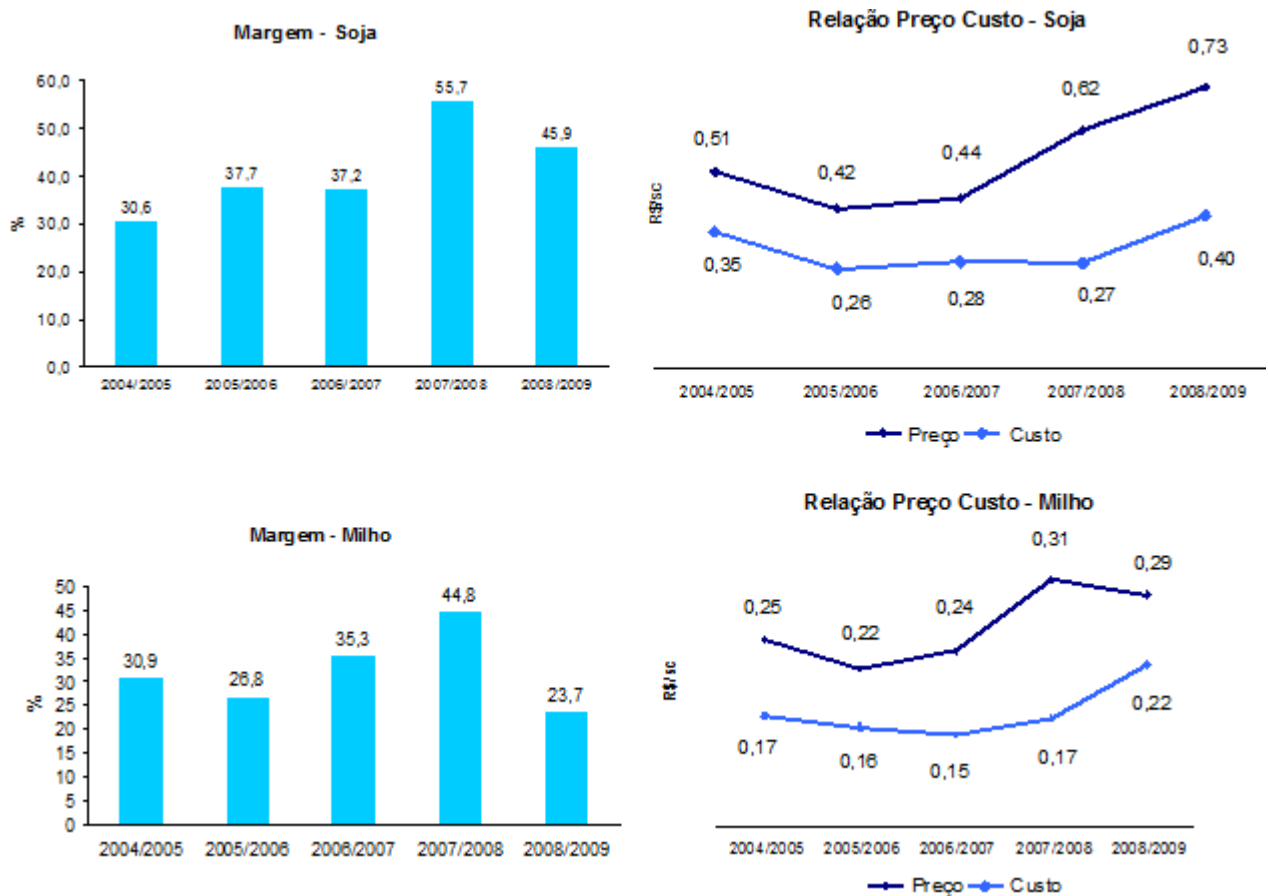


Figura 24. Relação Preço/Custo de soja e milho

## Negócios com ênfase Socioambiental

O Banco do Brasil vem atuando em diversas frentes para tornar seu negócio mais sustentável, com o objetivo de gerar retornos cada vez mais consistentes aos acionistas, sem perder de vista o interesse dos demais *stakeholders*, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da sociedade e para a preservação do meio ambiente.

Entre essas frentes, ganha destaque na empresa o desenvolvimento de abordagens negociais e de produtos e serviços que apoiem diretamente o desenvolvimento sustentável do País. O objetivo deste bloco é evidenciar os principais números dessas iniciativas.

## Desenvolvimento Regional Sustentável

O DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável é uma estratégia negocial do Banco do Brasil que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas.

Na operacionalização do DRS são oferecidas linhas de crédito tradicionais do Banco do Brasil, sejam elas operações de microcrédito, repasse de recursos (como o Proger), ou outras linhas de recursos livres destinadas a Pessoas Físicas. O DRS gera resultados para o Banco tanto sob o ponto de vista social como econômico: proporciona a abertura de novas contas correntes e a expansão da carteira de crédito. A tabela abaixo demonstra os principais resultados desta iniciativa.

O crédito programado e o total de negócios realizados avançaram no 4T08 76,4% e 554,7% respectivamente, quando comparados a igual período do ano anterior. Cabe destacar que a quantidade de famílias atendidas já totaliza 1.211 mil, ante 725 mil ao final de 2007. Um importante indicador de que os números devem continuar avançando é a quantidade de Planos de Negócio em fase de implementação, que saíram de 2.829 no 4T07 para 4.679 ao final de 2008.

	4T07	3T08	4T08
DRS - Negócios realizados (R\$ milhões)	714	3.177	4.676
DRS - Crédito programado (R\$ milhões)	3.099	5.036	5.466
Planos de Negócio em implementação	2.829	4.205	4.679
DRS - Famílias Atendidas	725.450	1.014.987	1.211.368

Contas Correntes abertas em comunidades beneficiadas pelo DRS (*)	-	104.327	114.760
---	---	---------	---------

(\*) Posição Acumulada. Acompanhamento iniciado a partir de 2008.

## Microcrédito

O Microcrédito é caracterizado por operações de empréstimo de baixo valor, normalmente direcionadas ao público de baixa renda, que não tem acesso às linhas de crédito convencionais. A lei 10.735/03 regulamenta a concessão de crédito à população de menor renda e dispõe sobre o direcionamento dos recursos correspondentes a 2% dos depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de microcrédito, a uma taxa de até 2% ao mês.

O Banco do Brasil é um dos principais agentes do mercado de microfinanças no país. Inicialmente a entrada neste segmento se deu por meio de uma subsidiária integral, o Banco Popular do Brasil (BPB). No entanto, para aperfeiçoar o modelo de negócios, foi criada em 2008 a Diretoria de Menor Renda. Os canais de distribuição das linhas de crédito são a rede de agências do Banco do Brasil e a rede de correspondentes bancários (do próprio BB e aqueles vinculados anteriormente ao Banco Popular do Brasil).

A carteira de operações de microcrédito encerrou o 4T08 com R\$ 511 milhões, redução de 4,6% em relação ao trimestre anterior, e de 8,5% em comparação ao mesmo período de 2007. O desempenho explica-se porque o modelo de atuação neste mercado está sendo reformulado, para aprimorar as metodologias de concessão e gerenciamento de crédito e possibilitar novo crescimento no futuro.

	4T07	3T08	4T08
Microcrédito – Carteira (R\$ mil)	558.265	535.716	511.022
Microcrédito Produtivo Orientado – Carteira (R\$ mil)	313	620	924
Contratações no Período – (R\$ mil)	164.263	146.429	141.944

Entre as operações de microcrédito, o Banco do Brasil está direcionando os esforços para o Microcrédito Produtivo Orientado. Neste programa o atendimento é realizado por meio de parcerias com Instituições de Microfinanças (IMF), que possuem expertise na análise de crédito de microempreendedores e contam com apoio dos agentes de crédito para análise, aplicação, acompanhamento e orientação dos pequenos negócios. Embora o saldo da carteira ainda não seja

significativo, sua evolução foi de 195,2% em relação ao saldo do último trimestre de 2007.

### Agricultura Familiar - Pronaf

O Banco do Brasil é o maior financiador da Agricultura Familiar no País. O PRONAF possibilita ao Banco prospectar novos negócios e gerar novas fontes de receita, ao mesmo tempo em que cumpre o papel social de apoiar a geração de renda na zona rural. A carteira do PRONAF encerrou o 4T08 em R\$ 15.088 milhões, o que representa crescimento de 17,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A comparação com o trimestre anterior, apesar do crescimento de 8,1%, fica prejudicada, dada a sazonalidade que caracteriza a contratação de operações de crédito no agronegócio.

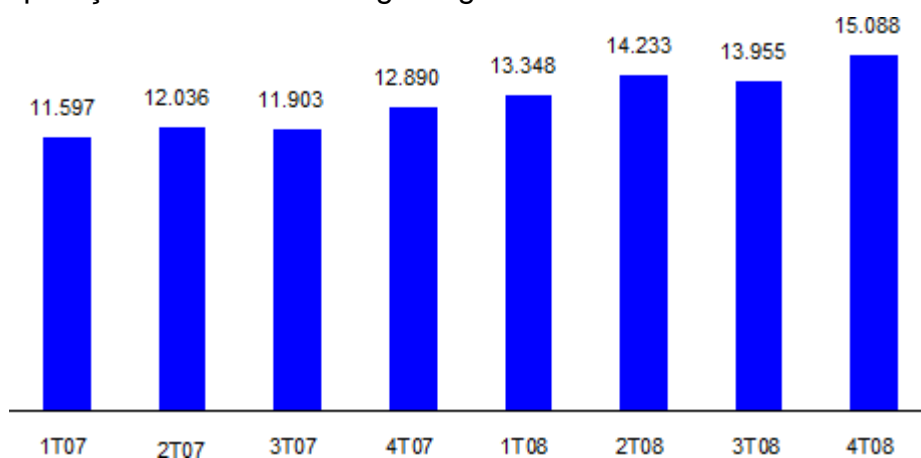


Figura 71. Carteira de PRONAF/Proger Rural (R\$ milhões)

### Crédito com RSA - Outros Programas

Além dos programas já apresentados, o Banco do Brasil apoia o segmento de alimentos orgânicos (BB Produção Orgânica) e a produção florestal (BB Florestal). A tabela abaixo apresenta a evolução do saldo aplicado nesses programas. Tanto o BB Florestal quanto o BB Produção Orgânica apresentaram crescimento nas comparações anual e com o trimestre anterior. Destaque para a carteira do BB Florestal, que atingiu R\$ 217 milhões no 4T08, crescimento de 45% em 12 meses.

	4T07	3T08	4T08
BB Florestal (R\$ milhões)	150,3	193,6	217,2
BB Produção Orgânica (R\$ milhões)	3,3	4,9	8,0

Total	153,6	198,5	225,2
-------	-------	-------	-------

Na concessão de crédito às empresas são observados, além dos critérios e normas definidos pelo Banco e pelas autoridades financeiras, o cumprimento de requisitos sociais e ambientais como os contidos nos Princípios do Equador e no Pacto Global, regras que o Banco voluntariamente aderiu. O BB também verifica se os proponentes do crédito estão incluídos na relação do Ministério do Trabalho e Emprego que identifica empresas que submetem seus empregados a formas degradantes de trabalho ou trabalho escravo.

Nesse sentido, em 2008, o BB analisou 05 projetos à luz dos Princípios do Equador (projetos acima de US\$ 10 milhões), no montante de R\$ 369,5 bilhões, que equivalem a 0,4% da carteira de crédito às empresas. Os projetos financiados, que são dos setores de infra-estrutura e energia elétrica, levam em conta o risco de impacto socioambiental (alto, médio ou baixo).

### Outros Negócios com Atributos Socioambientais

O Banco do Brasil oferece a seus clientes duas alternativas de fundos de investimentos que adotam critérios de RSA. A carteira do BB Ações ISE é composta por empresas que evidenciam as questões sociais e ambientais em suas práticas administrativas e negociais. Já o BB DI Social 200 destina 50% de sua taxa de administração para o Programa Fome Zero. Essas alternativas visam atender a uma gama crescente de investidores que utilizam critérios sociais e ambientais para definir seu portfólio de investimentos. A tabela abaixo detalha a evolução dos recursos administrados nesses dois fundos.

	4T07	3T08	4T08
BB Ações ISE – R\$ milhões	36,3	25,4	17,6
BB DI Social 200 – R\$ milhões	45,1	36,8	34,9

Além disso, em outubro de 2008 o Banco do Brasil tornou-se assessor econômico e financeiro do Fundo Brasil Sustentabilidade FIP. Trata-se de fundo de investimento em participações constituído pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e gerido pela Latour Capital do Brasil Ltda. Esse fundo tem como foco o investimento em empreendimentos ou projetos que aliam atrativo mercadológico e financeiro com potencial de redução ou sequestro de emissões de gases efeito estufa, no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento



Limpo, criado pelo Protocolo de Quioto. O fundo encontra-se em fase de captação junto a grandes investidores qualificados na Europa e Ásia e, também, no Brasil.

### Relacionamento de Longo Prazo – Qualidade do Atendimento

A qualidade do atendimento está relacionada à capacidade da empresa de retenção, fidelização e rentabilização de clientes. A tabela abaixo mostra a participação das reclamações registradas pelos clientes do Banco do Brasil no Bacen sobre o total de reclamações do Sistema Financeiro. Ressalta-se que os dados referem-se aos bancos que possuem mais de 1 milhão de clientes em suas bases.

Em dez/08, 11 instituições participaram desta avaliação, sendo que o BB não constou no ranking do Bacen composto pelos 5 bancos com maior quantidade de reclamações. A participação do BB no total de reclamações apresentou sensível redução no trimestre, assim como o índice que pondera as reclamações em relação à base de clientes.

Tabela 131. Reclamações registradas no Banco Central					
	4T07	1T08	2T08	3T08	4T08
Reclamações do BB registradas no Bacen	1.092	1.026	1.321	1.239	724
Reclamações totais registradas no Bacen	9.975	5.974	8.383	9.529	8.173
Base de Clientes *	42.776.012	44.553.360	46.196.744	46.459.826	46.989.475
Reclamações / Base de Clientes**	2,6	2,3	2,9	2,7	1,5
Reclamações BB / Total Bacen	10,95%	17,17%	15,76%	13,00%	8,86%

\* Considerada base total de clientes exceto BESC e BEP

\*\* ((Número de reclamações) / (número de clientes)) x 100.000

## Balanço Patrimonial Resumido

Tabela 154. Balanço Patrimonial Ativo - Série (R\$ milhões)								
	Mar/07	Jun/07	Set/07	Dez/07	Mar/08	Jun/08	Set/08	Dez/08
ATIVO	321.898	342.049	351.651	367.210	402.195	403.468	444.702	507.348
Circulante e Realizável a Longo Prazo	316.063	336.146	345.739	360.906	394.731	395.379	435.319	492.378
Disponibilidades	5.511	4.724	4.366	4.352	4.668	5.633	6.712	5.385
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	41.185	51.614	51.419	51.124	72.651	54.272	71.069	119.400
Aplicações no Mercado Aberto	30.512	39.961	42.938	43.391	57.925	44.053	61.616	95.152
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.673	11.653	8.481	7.733	14.725	10.219	9.453	24.249
Títulos e Valores Mobiliários	73.350	72.071	74.126	75.201	70.091	70.461	72.944	73.223
Títulos Disponíveis para Negociação	7.361	10.856	14.046	19.112	18.033	18.503	18.332	17.223
Títulos Disponíveis para Venda	40.711	39.379	38.466	38.109	34.787	35.088	37.066	37.817
Títulos Mantidos até o Vencimento	24.263	20.589	20.029	16.830	16.371	15.654	16.288	15.907
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.016	1.247	1.585	1.150	899	1.216	1.258	2.276
Relações Interfinanceiras	29.844	30.759	31.503	33.445	36.340	38.260	38.238	21.287
Depósitos no Banco Central	26.998	28.711	29.199	32.278	31.102	33.666	35.564	20.882
Compuls. s/ Dep. à Vista e Rec. Livres	10.507	11.714	10.768	10.768	11.127	12.952	12.220	12.439
Compulsórios s/Poupança	16.492	16.996	18.430	21.510	19.975	20.714	23.344	8.443
Demais	2.846	2.048	2.304	1.167	5.238	4.594	2.675	405
Relações Interdependências	33	32	73	188	112	126	138	228
Operações de Crédito	120.020	125.502	129.487	138.817	149.507	165.558	175.599	190.882
Setor Público	4.782	4.631	4.643	2.472	6.286	14.670	9.068	23.001
Setor Privado	124.106	129.975	134.184	146.324	153.543	161.661	177.315	181.059
( Prov. p/ Créditos de Liquid. Duvidosa)	(8.868)	(9.104)	(9.341)	(9.980)	(10.322)	(10.773)	(10.783)	(13.179)
Operações de Arrendamento Mercantil	45	22	26	32	30	13	13	6
Op. de Arr. e	1.079	1.068	1.095	1.109	1.150	1.369	1.575	1.919

Subarrend. a Receber								
Setor Público	113	100	93	80	69	58	48	55
Setor Privado	966	968	1.002	1.028	1.081	1.311	1.527	1.864
(Rendas a Apropriar de Arrend. Mercantil)	(1.011)	(1.024)	(1.047)	(1.054)	(1.095)	(1.320)	(1.518)	(1.842)
(PCLD de Arrendamento Mercantil)	(23)	(22)	(23)	(23)	(25)	(36)	(44)	(71)
Outros Créditos	45.022	50.344	53.245	54.883	57.546	56.962	66.365	80.876
Créditos por Avais e Fianças Honrados	53	49	47	49	55	49	51	71
Carteira de Câmbio	15.116	9.892	11.538	9.023	12.608	10.060	17.053	20.914
Rendas a Receber	294	298	317	372	331	330	313	414
Negociação e Intermediação de Valores	151	159	191	259	338	183	287	347
Créditos Específicos	700	719	738	757	776	796	821	846
Operações Especiais	1	1	1	1	1	0	0	0
Crédito Tributário	8.642	13.746	13.881	13.826	13.904	14.218	14.840	16.327
Ativo Atuarial	2.556	2.460	2.364	2.268	2.180	2.092	2.003	7.794
Devedores por Depósitos em Garantia	14.129	14.710	15.110	15.409	15.734	15.975	16.596	17.081
Diversos	7.284	9.166	9.915	13.816	12.622	14.328	15.508	18.442
(Prov. p/ Outros Créd. De Liq. Duvidosa)	(3.904)	(856)	(856)	(896)	(1.003)	(1.069)	(1.106)	(1.360)
(C/ Caract. de Concessão de Crédito)	(242)	(315)	(300)	(311)	(347)	(357)	(360)	(579)
(S/ Caract. de Concessão de Crédito)	(3.662)	(541)	(556)	(585)	(656)	(713)	(746)	(781)
Outros Valores e Bens	1.055	1.079	1.495	2.865	3.785	4.096	4.241	1.089
Participações Societárias	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Valores e Bens	289	271	254	262	255	254	262	261
(Provisões para Desvalorizações)	(153)	(148)	(152)	(152)	(150)	(147)	(150)	(155)
Despesas Antecipadas	919	955	1.393	2.755	3.680	3.988	4.129	984
Permanente	5.835	5.903	5.912	6.304	7.464	8.089	9.383	14.970
Investimentos	1.176	1.262	1.276	1.368	2.427	2.411	2.935	2.511
Partic. em Coligadas e Controladas	1.121	1.207	1.233	1.316	2.380	2.369	2.895	2.472

Outros Investimentos	128	127	108	115	104	94	96	97
(Provisão para Perdas)	(73)	(71)	(65)	(64)	(57)	(52)	(56)	(58)
Imobilizado de Uso	2.782	2.715	2.657	2.844	2.793	2.769	2.912	3.180
Imóveis de Uso	2.314	2.328	2.337	2.349	2.376	2.403	2.490	2.489
Outras Imobilizações de Uso	4.240	4.257	4.305	4.594	4.628	4.688	4.942	5.264
(Depreciações Acumuladas)	(3.772)	(3.870)	(3.985)	(4.100)	(4.210)	(4.321)	(4.520)	(4.573)
Imobilizado de Arrendamento	1.305	1.362	1.430	1.507	1.668	2.329	2.938	4.133
Bens Arrendados	1.664	1.748	1.845	1.937	2.124	2.794	3.400	4.580
(Depreciações Acumuladas)	(358)	(387)	(415)	(430)	(456)	(465)	(462)	(448)
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	4.598
Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	4.600
(Amortização Acumulada)	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Diferido	571	563	550	586	575	580	599	549
Gastos de Organização e Expansão	1.325	1.365	1.402	1.490	1.534	1.585	1.690	1.698
(Amortização Acumulada)	(754)	(802)	(852)	(904)	(959)	(1.004)	(1.091)	(1.149)

\*Série recomposta a partir de junho de 2007, ref. à aplicação da Resolução CMN nº 3.535, de 31.08.2008. Detalhamento na seção Apresentação

Tabela 155. Balanço Patrimonial Passivo - Série (R\$ milhões)								
	Mar/07	Jun/07	Set/07	Dez/07	Mar/08	Jun/08	Set/08	Dez/08
<b>PASSIVO</b>	321.898	342.049	351.651	367.210	402.195	403.468	444.702	507.348
Circulante e Exigível a Longo Prazo	300.147	319.644	328.479	342.825	376.659	376.968	416.671	477.189
Depósitos	160.663	164.545	172.180	188.282	190.103	195.475	230.050	271.122
Depósitos à Vista	35.588	36.841	38.712	51.311	44.172	43.628	42.980	52.010
Depósitos de Poupança	38.942	40.831	43.831	45.839	48.112	49.096	52.693	54.965
Depósitos Interfinanceiros	5.026	5.146	5.603	5.144	6.247	5.578	6.309	14.065
Depósitos a Prazo	80.860	81.427	83.640	85.520	91.261	96.729	127.797	149.838
Depósitos para Investimento	247	300	394	468	310	443	270	243
Captações no Mercado Aberto	67.639	74.719	74.845	72.270	99.914	93.335	85.603	91.434
Carteira Própria	31.985	41.880	29.537	28.126	37.743	46.237	28.895	22.231

Carteira de Terceiros	31.354	32.539	40.859	44.144	61.771	46.418	56.707	69.203
Carteira de Livre Movimentação	4.300	300	4.450	-	400	680	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.099	1.487	1.616	1.297	498	1.857	678	3.210
Obrigações por TVM no Exterior	2.099	1.487	1.616	1.297	498	1.857	678	3.210
Relações Interfinanceiras	2.038	1.697	1.929	12	3.049	3.611	2.438	21
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2.036	1.695	1.926	2	3.036	3.598	2.423	1
Correspondentes	2	2	3	9	13	13	14	20
Relações Interdependências	1.913	1.318	1.497	2.428	1.369	1.185	1.315	2.496
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.896	1.293	1.470	2.311	1.273	1.160	1.268	2.495
Transferências Internas de Recursos	16	25	27	117	96	25	46	0
Obrigações por Empréstimos	4.574	3.354	2.981	2.833	3.058	3.085	4.865	7.518
Empréstimos no Exterior	4.574	3.354	2.981	2.833	3.058	3.085	4.865	7.518
Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	13.950	15.240	16.528	17.487	18.250	19.255	19.640	22.436
Tesouro Nacional	3.077	3.141	3.132	3.185	3.184	3.246	3.276	3.485
BNDES	4.716	4.843	5.121	8.713	9.198	9.555	9.380	11.168
FINAME	5.748	6.759	7.516	4.866	5.194	5.802	6.085	6.585
Outras Instituições	410	498	759	723	673	652	898	1.199
Obrigações por Repasses do Exterior	0	4	0	0	0	0	0	98
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.969	2.052	2.475	1.947	1.876	1.955	1.370	3.900
Outras Obrigações	45.301	55.227	54.428	56.268	58.542	57.209	70.712	74.955
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	2.109	1.851	1.917	233	2.430	2.489	2.751	233
Carteira de Câmbio	14.946	14.166	11.600	6.609	10.860	7.880	15.691	15.871
Sociais e Estatutárias	767	763	1.056	850	1.262	1.194	1.534	1.820
Fiscais e Previdenciárias	1.656	11.509	12.081	12.725	11.410	12.467	13.422	16.301
Negociação e Intermediação de Valores	237	168	195	243	1.260	152	2.167	400
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.946	2.006	1.847	2.117	2.125	2.251	2.277	2.458
Instrumentos Híbridos de Capital e	1.041	978	932	894	887	807	971	1.185

Dívida								
Operações Especiais	2	2	2	2	2	2	2	2
FCO (Dívida Subordinada)	9.265	9.574	9.829	10.012	10.405	10.774	11.232	11.772
Passivo Atuarial	3.530	3.562	3.932	4.051	4.111	4.166	4.285	5.662
Diversas	9.802	10.648	11.037	18.533	13.789	15.026	16.379	19.250
Resultados de Exercícios Futuros	113	100	107	123	129	130	143	222
Patrimônio Líquido	21.638	22.305	23.065	24.262	25.407	26.371	27.889	29.938
Capital	11.913	12.711	12.711	13.212	13.212	13.212	13.699	13.780
(Capital a Realizar)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Capital	356	-	0	0	0	5	5	5
Reservas de Reavaliação	6	6	6	6	6	6	7	7
Reservas de Lucros	7.858	9.145	8.933	10.695	10.125	13.090	12.750	15.977
Ajuste ao Valor de Mercado -TVM e Derivat.	417	443	384	350	85	58	(33)	199
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	-	1	-	1	-	0	0
(Ações em Tesouraria)	-	-	-	-	-	-	-	(31)
Contas de Resultado	1.088	-	1.031	-	1.978	-	1.461	-

\*Série recomposta a partir de junho de 2007, ref. à aplicação da Resolução CMN nº 3.535, de 31.08.2008. Detalhamento na seção Apresentação

## Demonstração Resumida do Resultado Societário

Tabela 156. Demonstração Resumida do Resultado Societário - Série (R\$ milhões)								
	1T07	2T07	3T07	4T07	1T08	2T08	3T08	4T08
Receitas da Intermediação Financeira	9.708	10.125	10.333	10.172	10.901	10.683	14.966	18.706
Operações de Crédito	6.101	6.069	6.517	6.610	7.001	6.912	8.698	10.613
Operações de Arrendamento Mercantil	50	45	49	48	49	59	58	147
Resultado de Operações com TVM	3.043	3.167	3.355	3.088	3.749	3.052	5.754	8.071
Resultado com Inst. Finan. Derivativos	34	318	(149)	(10)	(449)	303	(85)	(1.053)
Resultado de Operações de Câmbio	81	125	155	26	123	(111)	(50)	503
Resultado das Aplicações Compulsórias	400	401	405	411	428	468	590	424
Despesa da Intermediação Financeira	(6.418)	(6.105)	(6.483)	(6.160)	(7.237)	(6.958)	(11.386)	(17.259)
Operações de Captação no Mercado	(4.388)	(4.416)	(4.753)	(4.281)	(4.914)	(5.125)	(7.045)	(8.465)
Op. de Emp., Cessões e Repasses	(410)	(393)	(498)	(351)	(720)	(88)	(2.973)	(4.903)
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.621)	(1.296)	(1.232)	(1.528)	(1.603)	(1.744)	(1.367)	(3.892)
Resultado Bruto da Interm. Financeira	3.290	4.020	3.850	4.012	3.663	3.726	3.579	1.446
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.192)	(2.297)	(2.062)	(2.350)	(739)	(1.569)	(1.406)	2.706
Receitas de Prestação de Serviços	2.377	2.437	2.498	2.590	2.568	1.986	1.987	1.957
Rendas de Tarifas Bancárias	-	-	-	-	-	646	673	720
Despesas de Pessoal	(1.859)	(2.513)	(2.449)	(2.343)	(1.899)	(2.074)	(2.324)	(2.365)
Outras Despesas Administrativas	(1.467)	(1.647)	(1.736)	(1.888)	(1.665)	(1.819)	(1.976)	(2.006)
Outras Despesas Tributárias	(489)	(525)	(513)	(537)	(509)	(524)	(503)	(781)
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	36	(63)	50	109	646	77	759	1.006
Outras Receitas Operacionais	1.124	1.575	1.363	981	1.264	1.922	1.217	6.878
Outras Despesas Operacionais	(915)	(1.561)	(1.274)	(1.261)	(1.144)	(1.784)	(1.240)	(2.703)
Resultado Operacional	2.098	1.724	1.789	1.663	2.924	2.157	2.174	4.153
Resultado Não Operacional	31	12	43	196	33	59	16	43

Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	2.128	1.736	1.831	1.859	2.956	2.216	2.189	4.196
Imposto de Renda e Contribuição Social	(539)	(530)	(293)	(485)	(309)	(361)	(83)	(874)
Participações Estatutárias no Lucro	(180)	(137)	(175)	(157)	(300)	(212)	(239)	(378)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>1.409</b>	<b>1.068</b>	<b>1.364</b>	<b>1.217</b>	<b>2.347</b>	<b>1.644</b>	<b>1.867</b>	<b>2.944</b>



## Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 157. Demonstração do Resultado com Realocações - Série (R\$ milhões)								
	1T07	2T07	3T07	4T07	1T08	2T08	3T08	4T08
Receitas da Intermediação Financeira	9.650	10.016	10.267	10.110	10.975	10.956	15.784	20.294
Operações de Crédito	6.101	6.069	6.517	6.610	7.208	7.199	8.994	11.107
Operações de Arrendamento Mercantil	50	45	49	48	49	59	58	147
Resultado de Operações com TVM	3.043	3.167	3.355	3.088	3.553	3.052	5.754	8.071
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	34	318	(149)	(10)	(449)	303	(85)	(1.053)
Resultado de Operações de Câmbio	81	125	155	26	123	(111)	(50)	503
Resultado das Aplicações Compulsórias	400	401	405	411	428	468	590	424
Ganho (Perda) Cambial s/ PL Fin. no Ext.	(154)	(223)	(100)	(94)	27	(294)	496	711
Outros Res. Op. com Caract. de Interm.	96	114	34	31	35	280	27	50
Hedge Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	334
Despesa da Intermediação Financeira	(4.664)	(4.809)	(5.111)	(4.632)	(5.482)	(5.213)	(9.839)	(13.368)
Operações de Captação no Mercado	(4.254)	(4.416)	(4.613)	(4.281)	(4.762)	(5.125)	(6.866)	(8.465)
Op. de Emp., Cessões e Repasses	(410)	(393)	(498)	(351)	(720)	(88)	(2.973)	(4.903)
Margem Financeira Bruta	4.986	5.208	5.156	5.478	5.492	5.743	5.945	6.926
Prov. p/ Créd. de Liquidação Duvidosa	(1.431)	(1.236)	(1.216)	(1.497)	(1.534)	(1.687)	(1.339)	(2.240)
Margem Financeira Líquida	3.555	3.971	3.940	3.981	3.958	4.056	4.606	4.686
Rendas de Tarifas	2.377	2.437	2.498	2.590	2.568	2.633	2.660	2.677
Receitas de Prestação de Serviços	-	-	-	-	-	1.986	1.987	1.957
Rendas de Tarifas Bancárias	2.377	2.437	2.498	2.590	2.568	646	673	720
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(451)	(489)	(476)	(495)	(488)	(511)	(489)	(589)
Margem de Contribuição	5.481	5.919	5.963	6.076	6.038	6.178	6.777	6.774
Despesas Administrativas	(3.110)	(3.268)	(3.368)	(3.708)	(3.372)	(3.582)	(3.685)	(4.165)
Despesas de Pessoal	(1.672)	(1.713)	(1.759)	(1.936)	(1.768)	(1.933)	(1.967)	(2.236)
Outras Despesas Administrativas	(1.401)	(1.519)	(1.572)	(1.729)	(1.590)	(1.636)	(1.704)	(1.864)
Outras Despesas Tributárias	(37)	(36)	(37)	(42)	(14)	(13)	(15)	(64)
Resultado Comercial	2.371	2.652	2.595	2.368	2.666	2.595	3.092	2.609
Risco Legal	(165)	(303)	(219)	(306)	(125)	(215)	(155)	(226)

Demandas Cíveis	(55)	(102)	(73)	(87)	6	(74)	4	(97)
Demandas Trabalhistas	(111)	(201)	(146)	(219)	(132)	(141)	(159)	(129)
Outros Componentes do Resultado	(21)	0	48	(140)	(143)	(257)	(211)	(197)
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	191	160	148	204	268	229	264	295
Res. De Outras Receitas/Despesas Operacionais	(211)	(160)	(100)	(344)	(411)	(486)	(475)	(492)
Outras Receitas Operacionais	621	727	705	711	751	647	784	1.018
Outras Despesas Operacionais	(833)	(887)	(805)	(1.054)	(1.162)	(1.133)	(1.259)	(1.510)
Resultado Operacional	2.185	2.349	2.424	1.922	2.398	2.123	2.726	2.186
Resultado Não Operacional	31	12	43	47	33	59	16	43
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	2.216	2.362	2.467	1.969	2.431	2.182	2.741	2.229
Imposto de Renda e Contribuição Social	(569)	(743)	(650)	(522)	(572)	(507)	(465)	(408)
Benefício Fiscal de JCP	109	112	113	120	125	123	138	140
Participações Estatutárias no Lucro	(180)	(137)	(175)	(157)	(300)	(212)	(239)	(195)
Resultado Recorrente	1.466	1.481	1.642	1.290	1.559	1.463	2.037	1.626
Itens Extraordinários	(58)	(413)	(278)	(73)	789	181	(170)	1.318
Previ - Suspensão das contribuições - Plano I	(76)	76	-	-	-	-	-	-
Cassi - Plano Assistencial	-	-	(403)	(90)	-	-	-	-
PAA - Plano de Estímulo ao Afastamento	-	(676)	(141)	(98)	-	-	-	-
Benefício Fiscal de Exclusões Permanentes	-	-	141	-	-	-	-	-
Alienação de Investimentos (Bov. Hold. e BM&F)	-	-	-	149	-	-	-	-
Venda da Participação na VISA Internacional	-	-	-	-	305	-	-	-
Alienação de Investimentos (Telemar)	-	-	-	-	-	142	-	-
Reavaliação de Participações Consolidadas	-	-	-	-	241	-	-	-
Planos Econômicos	(11)	(26)	(91)	(71)	(82)	(54)	(192)	(44)
Cessão de créditos	-	-	-	-	67	-	-	-
Eficiência Tributária	-	-	-	-	302	110	-	-
Substituição da Base de Cartões	-	-	-	-	-	(54)	-	-
Passivos Contingentes (BESC)	-	-	-	-	-	-	(360)	-
Crédito Tributário (BESC)	-	-	-	-	-	-	194	-
Previ - Reconhecimento de Ganhos Atuariais	-	-	-	-	-	-	-	5.326

Cassi - Reconhecimento de Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-		(1.259)
PCLD Adicional	-	-	-	-	-	-		(1.594)
Efeitos Fiscais e PLR sobre itens Extraordinários	30	213	216	37	(45)	37	188	(1.110)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>1.409</b>	<b>1.068</b>	<b>1.364</b>	<b>1.217</b>	<b>2.347</b>	<b>1.644</b>	<b>1.867</b>	<b>2.944</b>

## Sumário do Resultado

### BB lucra R\$ 8,8 bilhões em 2008

O Banco do Brasil registrou em 2008 lucro líquido de R\$ 8,8 bilhões, 74,0% superior ao de 2007. O resultado corresponde a Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL) de 32,5%, ante 22,5% no ano anterior, e lucro por ação igual a R\$ 3,43. O Resultado Recorrente atingiu R\$ 6,7 bilhões, crescimento de 13,7% em relação a 2007.

Destaque para o desempenho no quarto trimestre, quando o Banco registrou lucro líquido de R\$ 2,9 bilhões, 142% superior ao observado no mesmo período de 2007. Desconsiderados os efeitos extraordinários do período, o lucro recorrente encerrou o trimestre em R\$ 1,6 bilhão, 26,1% maior do que o observado no 4T07 e 20,2% menor que o do trimestre anterior.

Lucro por ação no trimestre de R\$ 1,15

O BB registrou lucro líquido por ação de R\$ 1,15, no trimestre, montante 133,3% superior ao registrado no 4T07, e 57,5% de crescimento em relação ao observado no trimestre anterior. No ano, o lucro por ação foi de R\$ 3,43.

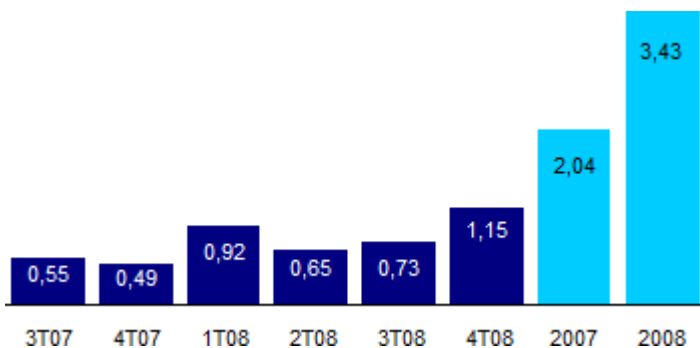


Figura 1. Lucro líquido por ação (R\$)

### Retorno sobre Patrimônio Líquido Recorrente em linha com o Guidance

O resultado do trimestre correspondeu a um Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL) anualizado de 47,4%, contra 30,5% no 3T08 e 22,2% no 4T07. No acumulado do ano o RSPL foi de 32,5%.

O RSPL Recorrente, que não considera os itens extraordinários em sua metodologia de cálculo, encerrou o 4T08 em 24,5%. No ano, o RSPL Recorrente foi de 24,7%, próximo ao centro das estimativas divulgadas ao mercado para 2008, que sinalizavam que esse indicador encerraria o ano entre 23% e 27%.

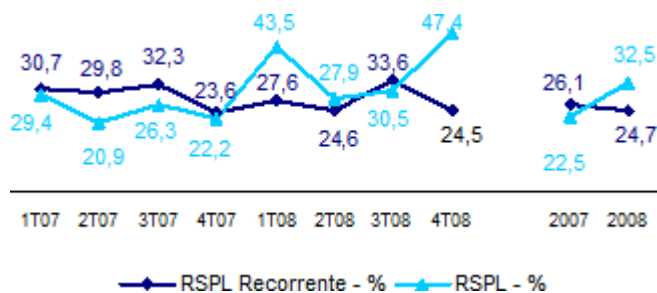


Figura 2. RSPL e RSPL Recorrente

### R\$ 1.178 milhões distribuídos aos acionistas sob a forma de dividendos e JCP

O valor destinado aos acionistas somou R\$ 1.178 milhões no trimestre, equivalentes a 40% do lucro líquido (payout). Desse montante, foram destinados R\$ 410,4 milhões na forma de juros sobre o capital próprio (JCP) e R\$ 767,3 milhões em dividendos. No ano, o montante destinado aos acionistas na forma de dividendos e JCP atingiu R\$ 3.521 milhões.

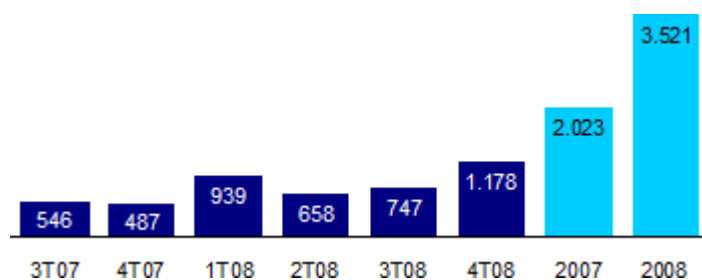


Figura 3. Rendimentos de Dividendos e JCP (R\$ milhões)

### Índice de Basileia atinge 15,6%

O índice de capital do Banco (K) encerrou o trimestre em 15,6%, ante 13,6% no trimestre anterior. Esse índice é superior aos 11% exigidos pelo Banco Central e permite ao BB a alavancagem de até R\$ 117.423 milhões em ativos de crédito.

Entre os fatores que contribuíram para o crescimento de 200 pontos base no Coeficiente K e para o aumento da margem para alavancagem em R\$ 55.364 milhões, destacamos a incorporação de lucros no valor de R\$ 1.457 milhões e R\$ 3.679 milhões referentes à incorporação de Créditos Tributários oriundos de diferenças intertemporais ao Patrimônio de Referência, após a divulgação da Circular 3.425/Bacen de 17.12.2008.

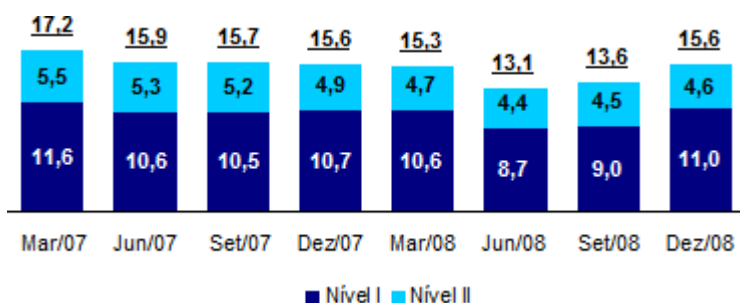


Figura 4. Índice de Basileia

### Análise do Resultado

Em benefício da comparabilidade da série histórica, mantivemos a análise baseada nos números do consolidado financeiro (agências no país e exterior e subsidiárias financeiras), reservando tópico ao final do sumário para apresentar grandes números da consolidação econômico-financeira, que incorpora, proporcionalmente, as informações contábeis das empresas não financeiras coligadas do Conglomerado.

Além disso, para permitir melhor entendimento sobre o desempenho do Banco nas diferentes linhas de negócios, foi utilizado o demonstrativo de resultados com realocações. O detalhamento das realocações pode ser encontrado no capítulo 5.3 do Relatório Análise do Desempenho.

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Anual		Var. %
	4T07	3T08	4T08	s/4T07	s/3T08	2007	2008	s/2007
Receitas da Intermediação Financeira	10.110	15.784	20.294	100,7	28,6	39.975	58.012	45,1
Operações de Crédito + Leasing	6.659	9.052	11.254	69,0	24,3	25.454	34.822	36,8
Resultado de Operações com TVM	3.088	5.754	8.071	161,4	40,3	12.632	20.431	61,7
Despesa da Intermediação Financeira	(4.632)	(9.839)	(13.368)	188,6	35,9	(19.168)	(33.903)	76,9
Margem Financeira Bruta	5.478	5.945	6.926	26,5	16,5	20.807	24.108	15,9
Prov. p/ Créd. de Liquidação Duvidosa	(1.497)	(1.339)	(2.240)	49,7	67,3	(5.378)	(6.800)	26,5
Margem Financeira Líquida	3.981	4.606	4.686	17,7	1,7	15.430	17.308	12,2
Rendas de Tarifas Bancárias	2.590	2.660	2.677	3,4	0,6	9.902	10.538	6,4

Margem de Contribuição	6.076	6.777	6.774	11,5	(0,1)	23.420	25.720	9,8
Despesas Administrativas	(3.610)	(3.685)	(4.165)	15,4	13,0	(13.448)	(14.756)	9,7
Despesas de Pessoal	(1.838)	(1.967)	(2.236)	21,7	13,7	(7.077)	(7.904)	11,7
Outras Despesas Administrativas	(1.729)	(1.704)	(1.864)	7,8	9,4	(6.219)	(6.794)	9,2
Resultado Comercial	2.466	3.092	2.609	5,8	(15,6)	9.972	10.964	10,0
Demandas Cíveis	(87)	4	(97)	11,6	-	(317)	(161)	(49,1)
Demandas Trabalhistas	(317)	(159)	(129)	(59,4)	(18,7)	(676)	(560)	(17,1)
Demais Receitas e Despesas	(588)	(684)	(743)	26,4	8,6	(1.877)	(2.784)	48,3
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	1.969	2.741	2.229	13,2	(18,7)	9.013	9.584	6,3
Imposto de Renda e Contribuição Social	(522)	(465)	(408)	(21,8)	(12,2)	(2.484)	(1.953)	(21,4)
Participações Estatutárias no Lucro	(157)	(239)	(195)	24,3	(18,5)	(649)	(946)	45,7
Resultado Recorrente	1.290	2.037	1.626	26,1	(20,2)	5.880	6.685	13,7
Itens Extraordinários	(73)	(170)	1.318	(75,5)	(154,0)	(821)	2.118	-
Lucro Líquido	1.217	1.867	2.944	142,0	57,7	5.058	8.803	74,0

Indicadores - %	4T07	3T08	4T08	2007	2008
Spread Global	7,8	7,2	7,3	7,6	7,1
Despesas de PCLD sobre Carteira	3,7	3,5	3,6	3,7	3,6
Índice de Eficiência	49,9	45,4	45,7	46,2	45,3
RSPL Recorrente	23,6	33,6	24,5	26,1	24,7
Taxa Efetiva de Imposto	28,8	18,6	20,1	29,7	22,6

### Expansão dos negócios possibilita crescimento da Margem Financeira Bruta (MFB)

A margem financeira bruta apresentou evolução de 16,5% no trimestre, e de 26,5% em comparação a igual período do ano anterior. Esse desempenho é resultado, principalmente, do crescimento da carteira de crédito e das Aplicações

Interfinanceiras de Liquidez, aí incluídas as operações interfinanceiras com bancos de médio porte, garantidas por carteiras de crédito.

A expansão dos ativos rentáveis foi lastreada por um crescimento consistente da base de depósitos. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 149,8 bilhões e foram o destaque do trimestre, com crescimento de 17,2%.

A tabela a seguir apresenta a Margem Financeira Bruta, destacando a contribuição da carteira de crédito em suas principais linhas de negócios, computando as receitas e os custos associados a essas operações (descontando inclusive o custo de captação). Adicionalmente são segregados os valores correspondentes à receita com recuperação de créditos baixados para prejuízo, originalmente contabilizada como receita de operações de crédito, e os valores de receitas relativas aos depósitos compulsórios com remuneração. Complementam a Margem Financeira as demais receitas, compostas principalmente pelo resultado da tesouraria, decorrente de operações com títulos e valores mobiliários, derivativos e operações de câmbio.

R\$ milhões	Fluxo Trimestral			Var. %		Fluxo Anual		Var. %
	4T07	3T08	4T08	s/4T07	s/3T08	2007	2008	s/2007
Margem Financeira Bruta	5.478	5.945	6.926	26,5	16,5	20.807	24.108	15,9
Operações de Crédito	3.547	4.139	4.725	33,2	14,2	13.748	16.394	19,2
Pessoa Física	1.783	2.046	2.193	23,0	7,1	6.738	8.103	20,3
Pessoa Jurídica	1.029	1.278	1.598	55,4	25,0	3.886	5.107	31,4
Agronegócios	711	775	854	20,1	10,2	3.042	3.006	(1,2)
Demais	1.930	1.806	2.201	14,0	21,9	7.059	7.714	9,3
Compulsório Rentável	411	590	424	3,2	(28,2)	1.616	1.910	18,1
Recuperação de Crédito	414	400	466	12,7	16,5	1.447	1.714	18,4
Demais	1.106	816	1.311	18,6	60,7	3.996	4.090	2,4

Entre as operações de crédito, principais fontes de receita para a Margem, destaca-se o crescimento das receitas proporcionadas pelos negócios com Pessoas Jurídicas, que avançaram 25,0% sobre o trimestre anterior e 55,4% na comparação com o 4T07. As operações com Pessoa Física respondem por 31,7% da Margem Financeira Bruta e apresentaram crescimento nas receitas de 7,1% no trimestre e de 23,0% em relação ao mesmo período de 2007.

Destaque também para as receitas proporcionadas pelo Agronegócio, que apresentaram crescimento de 10,2% no trimestre e de 20,1% sobre o 4T07. O



desempenho é basicamente explicado pelo incremento no 4T08 de R\$ 4,6 bilhões no saldo das operações com recursos equalizáveis, que se refletiu no crescimento de R\$ 176 milhões nas receitas de equalização, incluindo o fator de ponderação. A alteração no mix da carteira de Agronegócios, com aumento da participação relativa das operações com recursos equalizáveis, contratadas para financiamento da Safra 2008/2009, contribuíram para a elevação do spread dessa carteira, como será detalhado mais adiante.

A tabela a seguir ilustra a evolução do saldo das operações de agronegócios, classificadas por tipo de recursos (equalizáveis e não-equalizáveis).

	Var. %				
	Dez/07	Set/08	Dez/08	s/Dez/07	s/Set/08
Recursos Equalizáveis	15.008	16.620	21.204	41,3	27,6
Custeio	9.980	10.545	13.858	38,9	31,4
Investimento	4.877	5.679	6.217	27,5	9,5
Comercialização	151	396	1.129	649,2	185,3
Recursos Não - Equalizáveis	41.516	43.904	42.486	2,3	(3,2)
Total da Carteira Agronegócio	56.524	60.524	63.690	12,7	5,2

No trimestre, apesar do crescimento da base de depósitos, as receitas geradas pelos Depósitos Compulsórios Remunerados apresentaram redução de 28,2%, resultado das medidas tomadas pelo Banco Central ao longo do 4T08, no sentido de reduzir os percentuais que determinam o montante a ser recolhido sobre a base de depósitos do SFN. Tais medidas foram tomadas para prover liquidez ao sistema e manter a oferta de crédito à economia.

Os recursos disponibilizados pela flexibilização das regras do compulsório foram utilizados, em grande parte, para aquisição de carteiras de crédito de outras instituições financeiras, ou aplicações interfinanceiras garantidas por carteiras de crédito. Isso explica o porquê de a redução dessas receitas ser compensada pelo crescimento nas linhas “Operações de Crédito” e “Demais”.

%	4T07	3T08	4T08	2007	2008
Operações de Crédito	10,3	9,4	9,8	10,3	9,3

Pessoa Física	26,6	22,0	21,6	25,4	21,0
Pessoa Jurídica	6,9	6,6	7,3	6,9	6,7
Agronegócios	5,8	5,2	5,6	6,3	5,1
Demais	3,7	5,2	5,6	6,3	5,1
Spread Global	7,8	7,2	7,3	7,6	7,1

A tabela acima detalha o spread das Operações de Crédito por carteira. O spread total dessas operações encerrou o trimestre em 9,8%, elevação em relação ao 3T08, mas retração em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O spread dos negócios com Pessoa Física mantém a trajetória decrescente apresentada nos últimos trimestres, principalmente em razão de alteração no mix dessa carteira, com aumento da participação de operações de menor risco, e portanto menor spread, como Crédito Consignado e Financiamento de Veículos.

O spread das demais carteiras apresentou elevação no período, refletindo a necessidade de maiores despesas com provisões para fazer frente a uma possível deterioração do cenário econômico no transcorrer de 2009. A retração no spread PF e o crescimento em PJ e Agro, aliadas a uma melhora no spread das demais operações, resultaram em uma melhora do Spread Global do Banco, que encerrou o trimestre em 7,3%.

Na comparação anual, o Spread Global caiu de 7,6% em 2007 para 7,1% em 2008. Essa queda é explicada não só pela retração do spread na carteira de crédito em função da alteração de mix explicada no parágrafo anterior, mas também pelo crescimento na alocação de recursos em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez que, embora tragam redução do spread em termos percentuais, proporcionam ganhos reais à Margem Financeira Bruta.

Ativos crescem 14,1% no trimestre e atingem R\$ 507 bilhões

Os ativos totais cresceram 14,1% no trimestre, e 38,2% em 12 meses, alcançando R\$ 507,3 bilhões. A carteira de crédito, em conceito ampliado que inclui garantias prestadas e os títulos e valores mobiliários privados, atingiu R\$ 237,2 bilhões, crescimento de 11,0% no trimestre.

É importante ressaltar que o saldo de ativos totais informado acima refere-se às demonstrações contábeis consolidadas das agências no país e exterior e coligadas financeiras. Os Ativos Totais, incluindo a consolidação proporcional das participações em empresas não financeiras, alcançou R\$ 521.272 milhões ao final do 4T08, conforme detalharemos mais adiante.

A Carteira de Crédito e as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez foram os itens que mais impulsionaram o crescimento dos ativos. Tal desempenho foi amparado por um vigoroso crescimento das captações, principalmente por depósitos a prazo. A estratégia de expansão desses depósitos foi beneficiada, não só pelo esforço de vendas da rede de agências do BB, mas também pela migração de recursos anteriormente depositados na concorrência. Em meio à crise financeira

internacional, a tradição de solidez favoreceu o Banco do Brasil com o movimento conhecido pelo mercado como “flight to quality”.

Tabela 6. Principais Itens Patrimoniais					
				Var. %	
R\$ milhões	Dez/07	Set/08	Dez/08	s/Dez/07	s/Set/08
Ativos Totais	367.210	444.702	507.348	38,2	14,1
Carteira de Crédito	160.739	202.201	224.808	39,9	11,2
Títulos e Valores Mobiliários	75.201	72.944	73.223	(2,6)	0,4
Aplicações Interf. de Liquidez	51.124	71.069	119.400	133,6	68,0
Depósitos	188.282	230.050	271.122	44,0	17,9
à Vista	51.311	42.980	52.010	1,4	21,0
de Poupança	45.839	52.693	54.965	19,9	4,3
Interfinanceiros	5.144	6.309	14.065	173,4	122,9
a Prazo	85.520	127.797	149.838	75,2	17,2
Captações no Mercado Aberto	72.270	85.603	91.434	26,5	6,8
Patrimônio Líquido	24.262	27.889	29.938	23,4	7,3

Carteira de Crédito atinge R\$ 225 bilhões e cresce mais que a indústria

A carteira de crédito alcançou R\$ 224,8 bilhões, expansão de 39,9% em 12 meses e de 11,2% no trimestre. A carteira de crédito doméstica cresceu 40,4% em 12 meses e 10,8% no trimestre, superando o crescimento da indústria, de 6,5% no trimestre e 31,1% em doze meses.

O crédito destinado às Pessoas Físicas cresceu 52,5% em um ano e 12,4% na comparação trimestral, totalizando R\$ 48,8 bilhões. Os principais destaques foram o CDC Consignação e o Financiamento a Veículos, com crescimento em 12 meses de 48,4% e 120,7% respectivamente. Com saldo de R\$ 17.626 milhões ao final do trimestre, o crédito consignado se consolida como carro-chefe do crédito PF no Banco.

Cabe destacar que, em 2008, o Banco do Brasil efetivou a incorporação do Sistema BESC e do BEP e intensificou a aquisição de carteiras de crédito de outros Bancos. Como as carteiras dos bancos incorporados apresentavam maior concentração em Pessoa Físicas e as carteiras de crédito adquiridas eram em sua maioria de operações de Crédito Consignado e Financiamento a Veículos, esses movimentos impactaram principalmente a carteira de crédito PF. Descontados os efeitos supracitados, essa carteira teria crescido 40,0% em 2008.

O crédito total a pessoas jurídicas (segmentos MPE e de Médias e Grandes Empresas) atingiu R\$ 97.192 milhões, expansão de 48,4% em relação ao 4T07 e de 13,9% em relação ao 3T08. Destaque para as linhas de capital de giro e investimento, que sustentaram esse desempenho com crescimento em doze meses de 73,5% e 43,4% respectivamente. Ajustando o efeito das incorporações e carteiras adquiridas, o crescimento na carteira PJ teria sido de 48,2% no ano.

Com o início da contratação da Safra 2008/2009, a carteira de Agronegócios voltou a apresentar crescimento. A carteira total cresceu 5,2% em relação ao 3T08 e 22,8% na comparação anual. Destaque para as operações com Pessoa Jurídica, que cresceram 57,7% no ano.

Tabela 7. Carteira de Crédito					
	Var. %				
R\$ milhões	Dez/07	Set/08	Dez/08	s/Dez/07	s/Set/08
Carteira Total	160.739	202.201	224.808	39,9	11,2
País	149.366	189.301	209.693	40,4	10,8
Pessoa Física	31.998	43.435	48.811	52,5	12,4
CDC Consignação	11.878	14.539	17.626	48,4	21,2
Financiamento a Veículos	3.033	5.607	6.694	120,7	19,4
CDC Salário	2.759	3.986	3.906	41,6	(2,0)
MPE	24.622	32.027	34.900	41,7	9,0
Pessoa Jurídica (Médias e Grandes Empresas)	40.863	53.316	62.292	52,4	16,8
Agronegócio	51.883	60.524	63.690	22,8	5,2
PF	40.162	42.630	45.202	12,6	6,0
PJ	11.721	17.894	18.487	57,7	3,3
Exterior	11.373	12.900	15.115	32,9	17,2

### BB reforça provisões para risco de crédito

As Despesas com Provisão para Risco de Crédito (PCLD) apresentaram crescimento de 67,3% no trimestre, e somaram R\$ 2.240 milhões. Cabe ressaltar que, no período, as metodologias de classificação de risco foram ajustadas, na direção de uma abordagem mais conservadora, o que se refletiu em uma elevação das despesas com provisão, que foram cobertas pelo consumo de R\$ 628 milhões da Provisão Adicional.

Além disso, a provisão adicional foi reforçada em R\$ 1.594 milhões, com base na revisão dos modelos estatísticos de perda esperada de crédito da carteira do Banco em função da atual conjuntura econômica.

O índice Despesas/Carteira, que mensura a relação entre as Despesas de PCLD acumuladas nos últimos 12 meses e a média da Carteira de Crédito do mesmo período, encerrou o trimestre em 3,6%, apresentando crescimento em relação ao trimestre anterior, mas em linha com os valores observados até o primeiro semestre de 2008 e dentro das estimativas anunciadas ao mercado.

R\$ milhões	4T07	3T08	4T08
(A) Despesas de PCLD Trimestral	(1.497)	(1.339)	(2.240)
(B) Despesas de PCLD - 12 Meses	(5.380)	(6.057)	(6.800)
(C) Carteira de Crédito	160.739	202.201	224.808
(D) Média da Carteira - 3 Meses	157.216	195.431	218.626
(E) Média da Carteira - 12 Meses	145.861	174.161	189.144
Despesas sobre Carteira (A/D) -	1,0	0,7	1,0
Despesas sobre Carteira (B/E) -	3,7	3,5	3,6

As operações vencidas há mais de 90 dias representavam, ao final do trimestre, 2,4% da carteira. Esse percentual é ligeiramente superior ao apresentado no 3T08, mas inferior ao índice de 2,7% observado ao final de 2007, e significativamente inferior aos 3,0% apresentados pelo Sistema Financeiro Nacional.

O risco médio, medido pela relação entre o saldo das provisões requeridas e a carteira de crédito total, se situou no mesmo patamar observado ao final de 2007 e apresentou ligeiro crescimento em comparação ao trimestre anterior. A elevação das provisões no trimestre decorre dos ajustes realizados nas metodologias de classificação de risco.

Por final, cabe ressaltar a postura conservadora do Banco quanto à definição das metodologias de classificação de risco e das provisões para risco de crédito. A relação entre as provisões realizadas e as operações vencidas há mais de 90 dias, é de 257,7%. Excluindo as provisões adicionais, esse indicador se reduz para 227,7%, significativamente superior à média do Sistema Financeiro, que encerrou o trimestre em 175,7%.

Tabela 9. Indicadores de Atraso			
%	Dez/07	Set/08	Dez/08
Operações Vencidas/Carteira de Crédito	4,5	3,7	4,0
Provisão/Carteira de Crédito	6,4	5,5	6,1
Operações vencidas + 60 dias/Total da Carteira	3,3	2,6	2,8
Operações vencidas + 90 dias/Total da Carteira	2,7	2,2	2,4
Provisão/Operações Vencidas + 60dias	196,1	213,8	218,2
Provisão/Operações Vencidas + 90dias	241,7	250,2	257,7
Risco Médio BB	5,4	5,2	5,4

### **Receitas de Prestação de Serviços apresentam ligeira elevação no trimestre**

As Receitas de Prestação de Serviços (RPS) totalizaram R\$ 2.677 milhões no trimestre, registrando crescimento de 0,6% no trimestre e de 3,3% em relação ao 4T07. Em 2008, o crescimento das RPS foi de 6,4%.

A expansão das receitas com tarifas, apesar da regulamentação da cobrança pelo CMN (com impactos principalmente sobre tarifas de Conta Corrente e Operações de Crédito), deve-se, principalmente, ao crescimento da base de clientes e da expansão dos negócios com cartões de crédito e cobrança bancária. Ademais, o fim do período de isenção de tarifas concedido aos beneficiários de folhas de pagamento adquiridas pelo Banco em 2007, também, contribuiu para o crescimento das tarifas de conta corrente a partir do segundo semestre de 2008.

### **Despesas Administrativas crescem dentro da expectativa**

No ano, as despesas administrativas cresceram 10,54%, em linha com as estimativas divulgadas ao mercado. No trimestre, essas despesas, que compreendem Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas, apresentaram crescimento de 11,7% em relação ao trimestre anterior e de 15,0% em relação ao mesmo período de 2007. No entanto, é importante ressaltar o impacto da incorporação dos bancos BESC e BEP, efetivadas no período, nas despesas administrativas. Essas instituições, após incorporadas, agregaram R\$ 80,5 milhões em despesas. Descontado esse valor, para fins de comparabilidade, as despesas do Banco do Brasil teriam crescido 9,5% no trimestre e 9,94% no acumulado de 2008, abaixo do teto de 10% das estimativas divulgadas pelo BB ao mercado.

### **BB contrata Hedge Fiscal para minimizar efeitos do câmbio sobre o resultado**

No 3T08, o descasamento no tratamento tributário entre o resultado dos investimentos do Banco do Brasil no exterior e aquele conferido ao hedge cambial, geraram redução nos impostos a pagar de R\$ 183 milhões. Em outubro/2008 o câmbio manteve a tendência de desvalorização, indicando que esse

comportamento poderia continuar trazendo volatilidade para o resultado do Banco no 4T08.

Essa movimentação decorre do fato de que, em um cenário de desvalorização do câmbio, o ganho provocado pela desvalorização do Real sobre o Patrimônio Líquido das subsidiárias do Banco no exterior não sensibiliza as bases de cálculos dos impostos (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), por se tratar de equivalência patrimonial. No entanto, as despesas geradas pelas operações de hedge, que protegem esses ativos das oscilações do câmbio, são computadas nas bases de cálculo daqueles tributos.

Para aprimorar os mecanismos de hedge de modo a minimizar as oscilações do resultado em razão de flutuações do câmbio, o Banco do Brasil assumiu posição vendida em moeda estrangeira, a partir de novembro/2008, em operação conhecida pelo mercado como Hedge Fiscal ou Overhedge.

No 4T08 essas operações resultaram em aumento de R\$ 334 milhões nas despesas financeiras, com contrapartida em redução de mesmo valor nos impostos a pagar (IR/CS, PASEP e COFINS), de forma que o efeito sobre o resultado da relação entre os investimentos no exterior e os instrumentos de hedge cambial tendem a ser nulos. No entanto, é gerada uma distorção na Margem Financeira Bruta e nos Impostos. Para possibilitar uma melhor análise do resultado do Banco, transferimos o efeito sobre os impostos para a margem financeira na DRE com Realocações. As características do Hedge Fiscal e as realocações efetivadas serão melhor detalhadas no capítulo 5.3.1 da Análise do Desempenho (Abertura das Realocações).

### **Eventos Extraordinários**

No trimestre, os efeitos extraordinários no 4T08 agregaram R\$ 1.318 milhões ao lucro líquido. Dentre esses efeitos, destacamos aqueles relacionados no Fato Relevante divulgado ao mercado em 23 de janeiro de 2009:

- Plano de Aposentadoria e Pensão – Contabilização de parte dos ganhos atuariais não reconhecidos, à luz da Deliberação CVM 371/01 e da Resolução 26, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), de 29/09/2008, com impacto positivo no resultado de R\$ 5.326 milhões;
- Plano de Assistência à Saúde – Contabilização de perdas atuariais não reconhecidas, gerando despesa adicional de R\$ 1.259 milhões;
- Provisão para Risco de Crédito – Diante da atual conjuntura econômica, o Banco revisou os modelos estatísticos de perda esperada de crédito de suas carteiras, implicando em contabilização de R\$ 1.594 milhões de despesa de provisão adicional, antes de impostos, aos critérios mínimos estabelecidos pela Resolução 2.682/99.

Além dos itens destacados acima, foi contabilizado como extraordinário o valor de R\$ 44 milhões, em decorrência de provisões para Planos Econômicos.

Ademais, os efeitos extraordinários do período contribuíram para uma majoração de R\$ 1.110 milhões nos valores a pagar a título de “Imposto de Renda e

Contribuição Social” e “Participação nos Lucros e Resultados”, montante também segregado como extraordinário. A tabela abaixo detalha os efeitos extraordinários do trimestre e do ano:

### Investimentos Estratégicos (Pro-forma)

Além das incorporações efetivadas em 2008 (BESC e BEP), o Banco do Brasil comunicou ao mercado as transações envolvendo a aquisição do Banco Nossa Caixa e a parceria estratégica firmada com o Banco Votorantim.

Os negócios em curso, após a aprovação pelo Banco Central, possibilitarão o Banco do Brasil o avanço de forma consistente sobre o mercado de São Paulo, obter acesso a funding barato e estável da Nossa Caixa, a expansão da atuação nos mercados Corporate e de financiamento ao consumo e a ampliação do escopo de atuação no mercado de capitais, entre outras sinergias de custos e receitas.

A simulação indicativa abaixo mostra o quanto as operações complementam os negócios do BB.

Tabela 11. Investimentos estratégicos (informações combinadas)				
	BB (2)	Nossa Caixa (3)	Banco Votorantim (2)	BB+NC+BV (4)
Indicadores Patrimoniais – R\$ milhões				
Ativos (1)	521.273	53.439	72.310	610.867
Carteira de Crédito	224.808	11.489	38.184	255.389
Depósitos	271.122	33.973	18.932	314.561
Recursos de Terceiros	246.334	27.292	15.679	281.465
Indicadores Administrativos				
Funcionários	96.938	14.318	6.792	118.048
Clientes (mil)	48.022	5.673	2.727	56.422
Agências	4.342	559	117	5.018
Basiléia	15,6	15,6	13,5	13,5

(1) Valor dos Ativos do Banco do Brasil refere-se ao Consolidado Econômico Financeiro.

(2) Informações do Banco do Brasil e Banco Votorantim com posição de 31/12/2008.

(3) Números da Nossa Caixa com posição em 30/09/2008 (últimos números divulgados ao mercado).

(4) A simulação das operações combinadas considera a incorporação da Nossa Caixa e a consolidação proporcional de 50% do Banco Votorantim.



## Guidance: Desempenho em 2008 e estimativas para 2009

O desempenho do Banco do Brasil em 2008 confirma a maioria das estimativas divulgadas ao mercado nos trimestres anteriores. As exceções são “Depósitos Totais” e “Carteira de Crédito”.

- Depósitos Totais – O sucesso do Banco na estratégia de intensificar as captações por depósitos, aliado à migração de recursos aplicados na concorrência para o BB, em razão da crise financeira internacional, colaborou para o crescimento no ano de 44,0% na base de depósitos, bem acima da estimativa para 2008 (entre 25% a 30%);

- Carteira de Crédito – O desempenho foi superior ao crescimento entre 30% e 35% esperado, com o crescimento robusto inclusive no 4T08. Além disso, as carteiras PF e PJ foram beneficiadas pelas aquisições do Sistema BESC e do BEP, e pela aquisição de carteiras de crédito de outras instituições financeiras. A carteira de crédito no país encerrou 2008 com crescimento de 40,2%.

A tabela abaixo apresenta a comparação entre as estimativas e os valores realizados em 2008, e traz a projeção dos principais indicadores para 2009.

Indicadores	Observado	Estimativa	
	2008	2008	2009
Despesas Administrativas 1	10,54%	7% - 10%	9% - 12%
RSPL Recorrente	24,7%	23% - 27%	19% - 22%
Spread Global Bruto	7,1%	7% - 7,5%	6,8% - 7,2%
RPS	6,4%	5% - 8%	5% - 8%
Carteira de Crédito – País	40,2%	30% - 35%	13% - 17%
PF 2	52,5%	40% - 45%	23% - 25%
PJ 3	48,4%	35% - 40%	16% - 19%
Agronegócio	22,8%	20%	2% - 5%
Depósitos Totais	44,0%	25% - 30%	10% - 14%
Taxa de Imposto	22,6%	23% - 25%	26% - 29%
PCLD4	3,6%	3,5% - 3,8%	3,8% - 4,2%

\*As taxas de crescimento referem-se ao período de 12 meses.

(1) Excluídas as Despesas Administrativas do BESC e BEP, índice fica em 9,94%

(2) Crescimento orgânico, desconsiderados os bancos e carteiras adquiridas, fica 40,0%

(3) Crescimento orgânico, desconsiderados os bancos e carteiras adquiridas, fica 48,1%

(4) Carteira Média

### Consolidação Empresas Não-Financeiras

No primeiro trimestre de 2008, o Banco do Brasil iniciou a publicação dos demonstrativos consolidados na visão conglomerado financeiro e conglomerado econômico-financeiro. Todo o relatório de Análise do Desempenho está baseado na consolidação das empresas financeiras, inclusive utilizando a DRE com Realocações. A exceção é o capítulo “Investimentos Estratégicos” que traz demonstrações contábeis e informações referentes às participações em empresas não financeiras (visão consolidado econômico-financeiro).

	Consolidado Financeiro		Consolidado Econômico-Financeiro	
	Set/08	Dez/08	Set/08	Dez/08
R\$ milhões				
Ativo	444.702	507.348	458.938	521.273
Disponibilidade	6.712	5.385	6.846	5.545
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	71.069	119.400	71.091	119.408
Títulos e Valores Mobiliários	72.944	73.223	85.953	86.909
Carteira de Crédito	202.201	224.808	202.201	224.808
Demais Ativos	91.777	84.532	92.847	84.603
Passivo	444.702	507.348	450.826	521.273
Depósitos	230.050	271.122	229.809	270.841
Captações no Mercado Aberto	85.603	91.434	85.339	91.130
Demais Passivos	101.161	114.854	101.789	129.365
Patrimônio Líquido	27.889	29.938	27.889	29.937

	Consolidado Financeiro	Consolidado Econômico-Financeiro

R\$ milhões	3T08	4T08	3T08	4T08
Receitas da Intermediação Financeira	15.784	20.294	16.083	20.412
Despesas da Intermediação Financeira	(9.839)	(13.368)	(10.051)	(13.335)
Margem Financeira Bruta	5.945	6.926	6.032	7.077
Prov. p/ Créd. de Liquidação Duvidosa	(1.339)	(2.240)	(1.338)	(2.240)
Rendas de Tarifas	2.660	2.677	2.933	3.058
Despesas Administrativas	(3.685)	(4.165)	(3.817)	(4.515)
Despesas de Pessoal	(1.967)	(2.236)	(2.020)	(2.301)
Outras Despesas Administrativas	(1.704)	(1.864)	(1.797)	(2.043)
Demandas Cíveis	4	(97)	4	(97)
Demandas Trabalhistas	(159)	(129)	(159)	(129)
Demais Receitas e Despesas	(684)	(743)	(779)	(774)
Resultado antes da Trib. s/ o Lucro	2.741	2.229	2.876	2.380
Imposto de Renda e Contribuição Social	(465)	(408)	(598)	(557)
Participações Estatutárias no Lucro	(239)	(195)	(241)	(198)
Resultado Recorrente	2.037	1.626	2.037	1.626
Itens Extraordinários	(170)	1.318	(170)	1.318
Lucro Líquido	1.867	2.944	1.867	2.944

## **Informações aos Acionistas**

### **Direitos dos Acionistas**

Os Mercados Financeiros e o de Capitais são regulamentados pelas Leis 4.595, 6.385, 6.404 (Lei das S.A., alterada pela Lei 10.303), além de um conjunto de normas e instruções editadas pelos órgãos reguladores. O principal órgão regulador e fiscalizador do Mercado de Capitais é a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), cujas normas visam a proteger os direitos do investidor.

São direitos essenciais dos acionistas, entre outros: o direito à informação (Lei 6.404 e Instrução CVM 202/93), um dos seus principais meios de defesa; o direito à participação nos lucros; o direito de retirada (Lei 6.404/76, art.137); o direito de preferência em aumento de capital (Lei 6.404, art.171); o direito de voto para eleger os executivos da Companhia e deliberar sobre as principais medidas a serem aprovadas na Assembleia Geral Ordinária (AGO) ou Extraordinária (AGE); e o direito de fiscalizar a gestão da Empresa.

### **Assembleias**

Anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá ser instalada a AGO para deliberar sobre as contas e a destinação dos lucros e eleger administradores. A qualquer tempo, poderá ser convocada uma AGE para tratar sobre reforma do Estatuto Social e sobre outros assuntos previstos na Lei das S.A. Para participar das Assembleias, os acionistas devem apresentar, 24 horas antes, instrumento de mandato ou declaração atualizada da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), se for o caso.

### **PRODIN**

A CVM implantou o Programa de Orientação e Defesa do Investidor (PRODIN) e criou em sua estrutura organizacional a Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores que está encarregada, além de responder às consultas e reclamações, de desenvolver programas de orientação e educação de investidores.

Atendimento ao Investidor: 0800 726 0802

### **Negociação das Ações BB**

Os valores mobiliários de emissão do BB estão listados para negociação na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

**Símbolos:** BBAS3 Ações ON

BBAS13 Bônus C

**Cotação:** unitária

**Lote mínimo para negociação em Bolsa:** 100 ações

Os acionistas podem fazer suas negociações via internet banking, telefone celular ou comparecendo a qualquer agência do Banco no País.

### **Informações Relevantes**

O Banco do Brasil divulga ao mercado todas as informações relevantes ocorridas em seus negócios.

### **Onde encontrar as informações:**

[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (link "Participantes do Mercado/Companhias abertas) e [www.bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri).

### **Jornais onde são publicados os balanços, fatos relevantes e avisos aos acionistas:**

• *Diário Oficial da União (DF); Correio Braziliense (DF); Gazeta Mercantil (SP); e Jornal do Commercio (RJ).*

### **Teleconferências do Resultado**

O Banco do Brasil divulga seus resultados trimestralmente e realiza teleconferências em português e inglês para prestar mais informações sobre os números. O acesso é facultado a todos os interessados e pode ser obtido pela internet, no [www.bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri).

### **Atendimento ao Acionista**

• **Sala do Acionista:** As informações sobre o comportamento dos papéis do Banco do Brasil e sua posição acionária, entre outros serviços, podem ser obtidas por meio da Sala do Acionista no site de Relações com Investidores. Nesta página o acionista pode, ainda, esclarecer dúvidas e fazer contato com a Gerência de Relações com Investidores.

• **Central de Atendimento:** 4004-0001 Capitais  
0800 729 0001 Demais Localidades

• **Agências Banco do Brasil**

### **Informações Corporativas**

#### **Banco do Brasil S.A.**

SBS Qd 1 Bl C 24o andar  
Ed. Sede III  
Setor Bancário Sul, Brasília/DF  
CEP 70073-901  
[www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)

#### **Presidência**

Tel. (61) 3310-2400  
Fax: (61) 3310-2563

#### **Vice-presidência de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores**

Tel. (61) 3310-3406  
Fax: (61) 3310-2561

#### **Diretoria de Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental**

Tel. (61) 3310-4722  
Fax: (61) 3310-2026

**Unidade Relações com Investidores**

SBS Qd. 1, Bl. C, 5o andar – Ed. Sede III  
Setor Bancário Sul, Brasília/DF  
CEP 70073-901  
Tel. (61) 3310-3980  
Fax: (61) 3310-3735  
e-mail: ri@bb.com.br

**Auditoria Externa**

KPMG Auditores Independentes

## **Agências no exterior**

### **Alemanha – Frankfurt**

Agência

Endereço: Eschersheimer Landstrasse, 55

Frankfurt – Alemanha

Tel.: 49 + 69 + 2990-9666

e-mail: [frankfurt@bb.com.br](mailto:frankfurt@bb.com.br)

### **Angola – Luanda**

Escritório de representação – Unidade de Negócios

Endereço: Rua Engrácia Fragoso, 61

Edifício Kalunga Atrium – 1º andar – C – Sala 101

Tel.: 244 + 22 + 239-5112

e-mail: [luanda@bb.com.br](mailto:luanda@bb.com.br)

### **Argentina – Buenos Aires**

Agência

Endereço: Calle Sarmiento, 487, Esquina San Martin

Caixa de correio 2684 – Microcentro – Buenos Aires – Argentina

Tel.: 54 + 11 + 40002726

e-mail: [buenosaires@bb.com.br](mailto:buenosaires@bb.com.br)

### **Bolívia – La Paz**

Agência

Endereço: Avenida 16 de Julio 1642, El Prado

Central – La Paz – Bolívia

Tel.: 591 + 2 + 2113509

e-mail: [lapaz@bb.com.br](mailto:lapaz@bb.com.br)

### **Bolívia – Santa Cruz de la Sierra**

Subagência

Endereço: Avenida San Martin, 1700

Edifício Centro Empresarial Equipetrol Piso 4

Santa Cruz de la Sierra – Bolívia

Tel.: 591 + 3 + 3453171

e-mail: [lapaz@bb.com.br](mailto:lapaz@bb.com.br)

### **Chile – Santiago**

Agência

Endereço: Avenida Apoquindo, 3001, 1º andar

Las Condes – 6760-342 – Santiago – Chile

Tel.: 56 + 2 + 3363007

e-mail: [santiago@bb.com.br](mailto:santiago@bb.com.br)

### **China – Xangai**

Escritório de representação  
Endereço: Unit 1305. 13<sup>th</sup> floor. Shanghai Kerry Centre  
1515 Nanjing Road West  
200040 – Shanghai – P.R. of China  
Tel.: 86 + 21 + 62890707 / 62894503 / 62894537

### **China – Hong Kong**

Escritório de representação  
Endereço: Unit 3601. 36<sup>th</sup> Floor Tower 2  
Lippo Centre. 89 Queensway. Admiralty  
Hong Kong – (SAR) China  
Tel.: 852 + 25216411  
e-mail: hongkong@bb.com.br

### **Coréia do Sul – Seul**

Escritório de representação  
Endereço: Suite 400-3, 8<sup>th</sup> floor Business Center Leema Building, 146-1  
Soosong-Dong, Chongro-Gu Seul, Coréia do Sul  
CEP: 00110-140  
Tel.: 82 + 2 + 3985 800

### **Emirados Árabes – Dubai**

Escritório de representação  
Endereço: Level 42 – Emirates Towers – Sheikh Zayed Road  
Dubai – Emirados Árabes  
Tel.: 97+1+43197422

### **Espanha – Madri**

Agência  
Endereço: Calle José Ortega y Gasset, 29 – 1º piso – Edifício Beatriz  
28006-000 – Madrid – Spain  
Tel.: 34 + 91 + 4232500  
e-mail: [madri@bb.com.br](mailto:madri@bb.com.br)

### **EUA – Miami**

Agência  
Endereço: 2 South Biscayne Boulevard  
One Biscayne Tower – Suite 3870  
Downtown – Miami  
33131-000 – FL – USA  
Tel.: 1 + 786 + 4374444  
e-mail: [busa@bb.com.br](mailto:busa@bb.com.br)

### **EUA – Nova York**

Agência  
Endereço: 600<sup>th</sup> Fifth Avenue – 3<sup>rd</sup> floor – Rockefeller Center  
New York – 10020-000 – NY – USA



Tel.: 1 + 212 + 6267045  
e-mail: [newyork@bb.com.br](mailto:newyork@bb.com.br)

### **EUA – Washington**

Escritório de representação  
Endereço: 1801. K Street – N.W – Suite 710  
20006-1301 – Washington (DC) – Estados Unidos  
Tel.: 1 + 202 + 8570320  
e-mail: [washington@bb.com.br](mailto:washington@bb.com.br)

### **França – Paris**

Agência  
Endereço: 10, Avenue de La Grande Armeé  
17 Arrondissement  
75017 – Paris – France  
Tel.: 33 + 1 + 40535500  
e-mail: [paris@bb.com.br](mailto:paris@bb.com.br)

### **Ilhas Cayman – Grand Cayman**

Agência  
Endereço: Elizabethan Square. Phase III  
4<sup>th</sup> floor – Sheden Road George Town  
PO Box 1360GT  
Grand Cayman – Cayman Islands  
Tel.: 1 + 345 + 9497012  
e-mail: [grandcayman@bb.com.br](mailto:grandcayman@bb.com.br)

### **Itália – Milão**

Agência  
Endereço: Piazza Castello, 1, 3<sup>o</sup> andar  
CAP: 20121 – Centro  
20123 – Milan – MI – Italy  
Tel.: 39 + 02 + 8825202  
e-mail: [milao@bb.com.br](mailto:milao@bb.com.br)

### **Itália – Roma**

Escritório de representação  
Endereço: Via Barberini, 29, 4<sup>o</sup> piano  
00187 – Roma – Itália  
Tel.: 39 + 06 + 4880707  
e-mail: [roma@bb.com.br](mailto:roma@bb.com.br)

### **Japão – Gifu**

Subagência  
Endereço: Asahi Plaza Minokamo Station Core, Office 101. Minokamo-shi  
505-0041 – Ota-cho 2591-1 Gifu-Ken – Japan  
Tel.: 81 + 574 + 245568

e-mail: [toquio@bb.com.br](mailto:toquio@bb.com.br)

### **Japão – Gunma**

Subagência

Endereço: Bandou Building, 1319-1. Iida-cho  
373-0851 – Ota-shi – Gunma-ken – Japan

Tel.: 81 + 276 + 466511

e-mail: [toquio@bb.com.br](mailto:toquio@bb.com.br)

### **Japão – Hamamatsu**

Subagência

Itaya-machi 111-2, Hamamatsu Act Tower 1F  
430-7701 – Naka-ku – Hamamatsu-shi – Shizuoka-ken – Japan

Tel.: 81 + 053 + 4526695

e-mail: [toquio@bb.com.br](mailto:toquio@bb.com.br)

### **Japão – Ibaraki**

Subagência

Endereço: Shirai Building 2909-1, Fuchigashira-machi Mitsukaido-shi  
303-0022 – Joso-shi – Ibaraki-ken – Japan

Tel.: 81 + 0297 + 306511

e-mail: [toquio@bb.com.br](mailto:toquio@bb.com.br)

### **Japão – Nagano**

Subagência

Endereço: Atago Mansion 101. Ueda-shi. Chuo Higashi 1-5  
386-0013 – Nagano-Ken – Japan

Tel.: 81 + 0268 + 286512

e-mail: [toquio@bb.com.br](mailto:toquio@bb.com.br)

### **Japão – Nagóia**

Subagência

Endereço: Kirix Marunouchi Building, 1-17-19  
Marunouchi, Naka-Ku – Nagoya-Shi

460-0002 Aichi-Ken – Japan

Tel.: 81 + 052 + 2024625

e-mail: [toquio@bb.com.br](mailto:toquio@bb.com.br)

### **Japão – Tóquio**

Agência

Endereço: New Kokusai Building 3-4-1, Marunouchi  
Chiyoda ku – 100-0005 – Tokyo – Japan

Tel.: 81 + 03 + 32136511

e-mail: [toquio@bb.com.br](mailto:toquio@bb.com.br)

### **México – Cidade do México**

Escritório de representação

Endereço: Calle Campos Elíseos, 345, piso 6  
Edifício Omega – Colônia Chapultepec – Polanco  
11560 – Ciudad del Mexico – Mexico  
Tel.: 52 + 55 + 52817878  
e-mail: [cidadedomexico2929@bb.com.br](mailto:cidadedomexico2929@bb.com.br)

#### **Panamá – Panamá**

Escritório de representação  
Endereço: Avenida Aquilino de la Guardia/Calle 47 Ocean Business Plaza,  
Oficina 1202 – Marbella  
0823-0118 Panamá – Panamá  
Tel.: 507 + 3406414  
e-mail: [panama@bb.com.br](mailto:panama@bb.com.br)

#### **Paraguai – Assunção**

Agência  
Endereço: Calle Oliva Y Nuestra Señora de La Asunción  
Casila del Correo 667 – Centro  
Assunção – Paraguai  
Tel.: 595 + 2149-0121  
e-mail: [asuncion@bb.com.br](mailto:asuncion@bb.com.br)

#### **Paraguai – Cidade do Leste**

Subagência  
Endereço: Calle Nanawa, 107  
Esquina Monsenhor Rodrigues – Centro  
Cidade do Leste – Alto Paraná – Paraguai  
Tel.: 595 + 61 + 500319  
e-mail: [cde@bb.com.br](mailto:cde@bb.com.br)

#### **Peru – Lima**

Escritório de representação  
Endereço: Av. Camino Real 348 – piso 9 – Torre El Pilar – San Isidro  
Lima – Peru  
Tel.: 51 + 1 + 2124230  
e-mail: [lima@bb.com.br](mailto:lima@bb.com.br)

#### **Portugal – Cascais**

Subagência  
Endereço: Passeio Carlos Andrade Teixeira, 7 e 8 – Edifício Baía Center  
2765-409 – Cascais – Portugal  
Tel.: 351 + 21 + 4822415  
e-mail: [lisboa@bb.com.br](mailto:lisboa@bb.com.br)

#### **Portugal – Lisboa**

Agência  
Endereço: Praça Marquês de Pombal, 16

1269-134 – Centro – Portugal  
Tel.: 351 + 21 + 3585000  
e-mail: [lisboa@bb.com.br](mailto:lisboa@bb.com.br)

### **Portugal – Parque das Nações**

Subagência  
Endereço: Av. D. João II, Lote 1.13.01 – Loja E  
Edifício Horizonte Tejo  
01990-078 – Lisboa – Portugal  
Tel.: 351 + 21 + 3585000  
e-mail: [lisboa@bb.com.br](mailto:lisboa@bb.com.br)

### **Portugal – Porto**

Subagência  
Endereço: Avenida de França, 256 – Lojas 34/35  
04050-276 – Porto – Portugal  
Tel.: 351 + 21 + 3585000  
e-mail: [lisboa@bb.com.br](mailto:lisboa@bb.com.br)

### **Reino Unido – Inglaterra – Londres**

Agência  
Endereço: 34, King Street – City  
EC2V 8ES – Londres – Inglaterra  
Tel.: 44 + 20 + 7886-7305  
e-mail: [londres@bb.com.br](mailto:londres@bb.com.br)

### **Uruguai – Montevidéu**

Escritório de representação  
Endereço: Unidade 314 – 3º andar – Torre II – Complexo World Trade Center  
Avenida Luis Alberto de Herrera 1248 – Pocitos  
Montevidéu – Uruguai  
Tel.: 598 + 2 + 9522674

### **Venezuela – Caracas**

Escritório de representação  
Endereço: Av. Francisco de Miranda  
Centro Lido – Piso 09  
Oficina 93A – Torre A. El Rosal  
1067-A – Caracas – Venezuela  
Tel.: 58 + 212 + 9522674  
e-mail: [caracas@bb.com.br](mailto:caracas@bb.com.br)

### **Brasil – Brasília**

#### **BAMB – Brazilian American Merchant Bank**

Subsidiária  
Endereço: C/O – International Division  
Gerin/DIOPB – SBS Qd.1 Bl. C Lote 32

Ed. Sede III do Banco do Brasil – 12º andar  
70073-901 – DF – Brasília – Brasil  
Tel.: 55 + 61 + 3310-4504 / 3310-4497 / 3310-4498 / 3310-2872  
e-mail: [bamb@bb.com.br](mailto:bamb@bb.com.br)

**Áustria – Viena**

**BB – A.G. Aktiengesellschaft**

Subsidiária

Endereço: Franz Josefs-Kai, 47/3. OG

1010 – Viena – Áustria

Tel.: 43 + 1 + 51266630 / 5121042 / 5130320

e-mail: [viena@bb.com.br](mailto:viena@bb.com.br)

**Brasil – Brasília**

**BB-Leasing Company Ltd.**

Subsidiária

Endereço: C/O – International Division

Gerin/DIOPB – SBS Qd.1 Bl. C Lote 32

Ed. Sede III do Banco do Brasil – 12º andar

70073-901 – DF – Brasília – Brasil

Tel.: 55 + 61 + 3310-4504 / 3310-4497 / 3310-4498

e-mail: [dirin.gerin.diopb@bb.com.br](mailto:dirin.gerin.diopb@bb.com.br)

**Inglaterra – Londres**

**BB Securities**

Subsidiária

Endereço: 7<sup>th</sup> floor, 16 St. Martins Le Grand

EC1A 4NA – Londres – Inglaterra

Tel.: 44 + 207 + 3675800

Fax: 44 + 207 + 7960859

e-mail: [bbsecurities@bb.com.br](mailto:bbsecurities@bb.com.br)

**Estados Unidos – Nova York**

**Banco do Brasil Securities LLC**

Subsidiária

Endereço: 600<sup>th</sup> Fifth Avenue – 3<sup>rd</sup> floor

Rockefeller Center

00010-020 – New York – USA

Tel.: 1 + 212 + 6267206

e-mail: [bbsecurities@bb.com.br](mailto:bbsecurities@bb.com.br)

## **Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental**

O Banco do Brasil se compromete a:

1 - Atuar em consonância com Valores Universais, tais como: Direitos Humanos, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

2 - Reconhecer que todos os seres são interligados e toda forma de vida é importante.

3 - Repelir preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie.

4 - Fortalecer a visão da Responsabilidade Socioambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade.

5 - Perceber e valer-se da posição estratégica da corporação BB nas relações com o Governo, o Mercado e a Sociedade Civil para adotar modelo próprio de gestão da Responsabilidade Socioambiental à altura da corporação e dos desafios do Brasil contemporâneo.

6 - Ter a transparência, a ética e o respeito ao meio ambiente como balizadores das práticas administrativas e negociais da Empresa.

7 - Pautar relacionamentos com terceiros a partir de critérios que observem os princípios de responsabilidade socioambiental e promovam o desenvolvimento econômico e social.

8 - Estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável.

9 - Enxergar clientes e potenciais clientes, antes de tudo, como cidadãos.

10 - Estabelecer e difundir boas práticas de governança corporativa, preservando os compromissos com acionistas e investidores.

11 - Contribuir para que o potencial intelectual, profissional, artístico, ético e espiritual dos funcionários e dos colaboradores possa ser aproveitado, em sua plenitude, pela sociedade.

12 - Fundamentar o relacionamento com os funcionários e os colaboradores na ética e no respeito.

13 - Contribuir para a universalização dos direitos sociais e da cidadania.

14 - Contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência.

## **Código de Ética**

### **Funcionários**

1 - O Banco do Brasil e seus funcionários reconhecem e aceitam a diversidade das pessoas que integram a Organização. Pautam suas relações pela confiança, lealdade e justiça.

2 - Valorizam o processo de comunicação interna de maneira a disseminar as informações relevantes ligadas aos negócios e às decisões corporativas. Preservam o sigilo e a segurança das informações.

3 - Compartilham aspirações de desenvolvimento profissional, reconhecimento do desempenho e zelo pela qualidade de vida dos funcionários.

4 - Os funcionários preservam o patrimônio, a imagem e os interesses da Organização.

### **Clientes**

1 - O Banco do Brasil e seus funcionários comercializam os produtos e os serviços da Organização com honestidade e transparência.

2 - Relacionam-se com clientes idôneos, oferecem-lhes tratamento digno e cortês e respeitam seus direitos de consumidor.

3 - Prestam orientações e informações claras, confiáveis e tempestivas, para permitir aos clientes a melhor decisão nos negócios. Preservam o sigilo das informações.

4 - São receptivos às opiniões da clientela e as consideram para a melhoria do atendimento, dos produtos e dos serviços.

### **Acionistas**

1 - O Banco do Brasil é transparente em suas políticas e diretrizes, na distribuição de dividendos e nos demonstrativos da situação econômico-financeira. É ágil e fidedigno no fornecimento de informações aos acionistas.

2 - É pró-ativo na disposição de informações ao Mercado, de maneira a minimizar rumores e especulações.

3 - Administra seus negócios com independência e boa técnica bancária, com vistas a fortalecer sua situação financeira e zelar por sua imagem e pelo patrimônio dos acionistas.

### **Comunidade**

1 - O Banco do Brasil e seus funcionários defendem os direitos humanos, os princípios de justiça social e o ecossistema.

2 - Respeitam os valores culturais e reconhecem a importância das comunidades para o sucesso da Empresa, bem como a necessidade de retribuir à sociedade parcela do valor agregado aos negócios. Apoiam ações desenvolvimentistas e participam de empreendimentos direcionados à melhoria das condições sociais da população.

### **Governo**

1 - O Banco do Brasil, na condição de principal agente financeiro da União, atua como efetivo parceiro do Governo na implementação de políticas, projetos e programas socioeconômicos voltados para o desenvolvimento do País.

2 - Articula os interesses e as necessidades da Administração Pública com os vários segmentos econômicos da sociedade.

3 - Antecipa-se e oferece, com inovação e qualidade, produtos, serviços e informações para o atendimento das necessidades dos integrantes da cadeia produtiva do Mercado Governo.

4 - É fidedigno e tempestivo nas informações e obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, próprios da Administração Pública.

### **Parceiros**

1 - O Banco do Brasil e as empresas associadas à sua marca compartilham os valores de integridade, idoneidade e respeito às comunidades nas quais se inserem e aos direitos do consumidor.

2 - Zelam mutuamente pelas suas imagens, pelos interesses comuns e pelos compromissos acordados.

### **Fornecedores**

1 - O Banco do Brasil e seus funcionários se relacionam com prestadores de serviços e fornecedores idôneos. Adotam processos de contratação imparciais e transparentes, zelando pela qualidade e viabilidade econômica dos serviços contratados e dos produtos adquiridos.

2 - Os profissionais contratados pautam seus comportamentos pelos princípios deste Código de Ética.

### **Concorrentes**

3 - O Banco do Brasil e seus funcionários mantêm civilidade no relacionamento com a concorrência.

4 - Obtêm informações de maneira lícita e transparente e preservam o sigilo daquelas fornecidas pelos concorrentes.

5 - Quando solicitados, dispõem informações fidedignas, por meio de fontes autorizadas.

### **Mídia**

1 - O Banco do Brasil mantém atitude independente e respeitosa no relacionamento com a mídia.

2 - Presta informações claras e tempestivas de caráter societário e de fatos relevantes aos clientes, à comunidade de investidores, à imprensa e ao público em geral, por meio de fontes autorizadas.

3 - O Banco do Brasil legitima os funcionários que o representam nas relações com a mídia.

### **Associações e Entidades de Classe**

1 - O Banco do Brasil reconhece a legitimidade das Associações e Entidades de



Classe e prioriza a via negociada na resolução de conflitos de interesses.

2 - Apoia iniciativas que resultem em benefícios e melhoria da qualidade de vida dos funcionários e seus familiares.

## CÓDIGO DE GOVERNANÇA

### 1. PROPRIEDADE

O Banco do Brasil, pessoa jurídica de direito privado e sociedade anônima aberta de economia mista, tem como acionista controlador a União e como principal acionista minoritário a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). A composição acionária atualizada do Banco, contendo a participação dos acionistas possuidores de mais de 5% do capital social, está disponível na internet em sua página de Relações com Investidores.

1.2. O capital social do Banco do Brasil é formado exclusivamente por ações ordinárias, sendo que cada ação confere ao seu titular um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

#### 1.3. Acionistas

1.3.1. A estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil assegura os direitos e os interesses dos acionistas, majoritários ou minoritários, e seu alinhamento com os direitos dos clientes, dos empregados, dos fornecedores, do governo e da comunidade em geral.

1.3.2. O Banco do Brasil garante aos acionistas minoritários, além dos direitos de voto nas deliberações da Assembleia Geral:

em caso de alienação do controle, o direito de participar de oferta pública de aquisição de ações, promovida pelo adquirente do controle, com tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante; em caso de fechamento de capital ou de saída do Novo Mercado da Bovespa, o direito de alienar suas ações ao controlador pelo preço mínimo apurado por instituição ou empresa especializada, escolhida, em Assembleia Geral, pelos acionistas representantes das ações em circulação.

#### 1.4. Assembleia Geral

1.4.1. Órgão deliberativo máximo da Organização, convocado pelo Conselho de Administração ou, observadas as condições legais, pelo Conselho Diretor, pelo Conselho Fiscal, por grupo de acionistas ou por acionista isoladamente.

1.4.2. Além das atribuições previstas em lei, à Assembleia Geral compete deliberar sobre a alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social do Banco, abertura de capital e aumento do capital social por subscrição de novas ações, bem como a cisão, a fusão ou a incorporação da sociedade.

1.4.3. A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá anualmente até o mês de abril para os fins previstos em lei. Nas Assembleias Gerais Extraordinárias serão tratados, exclusivamente, os assuntos constantes dos editais de convocação, não sendo

admitida a inclusão de assuntos gerais. O edital de convocação da Assembleia Geral será publicado com, no mínimo, quinze dias de antecedência.

1.4.4. O Banco do Brasil disponibiliza na internet, em sua página de Relações com Investidores, na data da primeira convocação, informações relativas às matérias objeto de pauta da Assembleia Geral (*proxy statement*) e remete cópia desses documentos à bolsa de valores, deixando à disposição dos acionistas, na sua sede, a documentação referente às matérias que são objeto da pauta.

## **2. TRANSPARÊNCIA**

### **2.1. O Banco do Brasil:**

a) pauta-se pela criação de valor, pela construção de relacionamentos duradouros e pelo respeito a necessidades e a expectativas de seus diferentes públicos de relacionamento;

b) fortalece sua credibilidade pela postura de transparência, ao garantir que a informação seja objetiva, clara, confiável e tempestiva;

c) considera toda informação passível de divulgação, exceto a de caráter restrito, que coloque em risco a atividade e a imagem institucional, ou a que esteja protegida por lei.

2.2. Trimestralmente, o Banco do Brasil divulga seu resultado ao mercado, informando os fatores que contribuíram de forma mais relevante para a sua formação, e realiza teleconferências, em português e inglês, com investidores e analistas de mercado.

2.3. Pelo menos uma vez por ano, o Banco do Brasil realiza reunião pública com analistas de mercado, investidores e outros interessados para divulgar informações quanto à sua situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

2.4. A página de Relações com Investidores, na internet, contém o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e o Relatório de Análise do Desempenho com comentários sobre os fatores que influenciaram o resultado do trimestre. No fechamento do exercício, disponibiliza o Relatório Anual e de Sustentabilidade e o Calendário Anual de Eventos.

2.5. Dessa forma, o Banco pratica ampla e oportuna divulgação de informações financeiras e não financeiras sobre o seu desempenho, permitindo que os interessados acompanhem e entendam de forma inequívoca os fundamentos econômicos e os resultados da Empresa.

## **3. GESTÃO**

3.1. O cumprimento de leis e de normas, sejam externas ou internas, é responsabilidade da Alta Administração, dos gestores e de todos os funcionários em todas as instâncias da Organização.

3.2. As decisões, em qualquer nível da Empresa, são tomadas de forma colegiada (ressalvadas as situações em que uma estrutura organizacional mínima não o permita). Com o propósito de envolver todos os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diferentes negócios do Banco do Brasil, a Administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão.

3.3. São Órgãos da Administração o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

#### 3.4. Conselho de Administração

3.4.1. Desempenha atribuições estratégicas, eletivas e fiscalizadoras, e não abrange funções operacionais ou executivas. É composto por sete membros, eleitos dentre os acionistas pela Assembleia Geral.

3.4.2. Os membros do Conselho a serem eleitos são indicados conforme o perfil da representação acionária do Banco, sendo assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger pelo menos dois de seus sete membros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

3.4.3. Cabe à União a indicação de até cinco membros no Conselho de Administração, entre os quais um representante escolhido dentre os indicados por um ou mais clubes de investimento compostos por funcionários do Banco do Brasil, desde que, somadas, as participações totalizem pelo menos 3% do capital social da Empresa. Não atingida a participação mínima, ou adotado o processo de voto múltiplo, caberá aos acionistas minoritários eleger representante para essa vaga no Conselho de Administração.

3.4.4. Das sete vagas no Conselho, no mínimo duas serão preenchidas por Conselheiros Independentes (considerados como tais aqueles assim definidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa e os membros eleitos pelos acionistas minoritários).

3.4.5. Dois dos Conselheiros de Administração – um escolhido dentre os eleitos pelos acionistas minoritários e outro, dentre os indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda – podem integrar o Comitê de Auditoria.

3.4.6. São estabelecidos requisitos e impedimentos à participação no Conselho de Administração e vedações à atuação de seus membros, a fim de resguardar os interesses da Sociedade, que prevalecem sobre quaisquer interesses pessoais.

3.4.7. Os membros do Conselho de Administração têm mandato de dois anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros.

3.4.8. O Conselho se reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês com a presença de, no mínimo, a maioria dos seus membros, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou a pedido de, no mínimo, dois conselheiros.

3.4.9. O Conselho de Administração delibera por maioria de votos, excetuadas as matérias que, na forma do Estatuto da Companhia, exigem voto favorável de, pelo menos, 5 (cinco) Conselheiros, garantida a participação dos minoritários para sua aprovação.

### 3.5. Diretoria Executiva

3.5.1. Responsável pela administração dos negócios, é composta pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes e pelos Diretores.

3.5.2. Cabe-lhe cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração e as decisões colegiadas do Conselho Diretor e da própria Diretoria Executiva. A cada um de seus membros cabe exercer as atribuições definidas no Estatuto e pelo Conselho de Administração, sempre observando os princípios de boa técnica bancária e os procedimentos de governança corporativa.

3.5.3. Compõe-se de dez a 36 membros (um Presidente, até nove Vice-Presidentes e até 26 Diretores), com mandato de três anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão estende-se até a investidura dos novos membros.

3.5.4. O Presidente do Banco do Brasil é nomeado e demissível pelo Presidente da República.

3.5.5. Os Vice-Presidentes e os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, mediante indicação do Presidente do Banco do Brasil.

3.5.6. O cargo de Diretor é privativo de funcionários da ativa.

3.5.7. Para o exercício de cargos na Diretoria Executiva, devem ser observados os mesmos requisitos exigidos de membros dos Órgãos de Administração e demais condições previstas no Estatuto.

### 3.6. Conselho Diretor

3.6.1. Situado no âmbito da Diretoria Executiva, é órgão colegiado formado pelo Presidente e pelos Vice-Presidentes, cujas decisões obrigam toda a Diretoria Executiva.

3.6.2. Entre suas atribuições estão a de propor e fazer executar as políticas, as estratégias corporativas, o plano geral de negócios, o plano diretor e o orçamento global do Banco; aprovar e fazer executar os planos por mercado, os orçamentos por diretoria e as diretrizes do Banco; decidir sobre a organização interna do Banco e a sua estrutura administrativa; distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma deliberada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, observada a legislação vigente.

#### **4. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

4.1. Para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa, o Banco mantém o Conselho Fiscal, e para auxiliar o Conselho de Administração a desempenhar suas atribuições fiscalizadoras, o Comitê de Auditoria e a Unidade Auditoria Interna, órgãos estatutários cujas características fundamentais, nessa ordem, são explicitadas abaixo.

##### **4.2. Conselho Fiscal**

4.2.1. É órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa e funciona de modo permanente.

4.2.2. Compõe-se de cinco membros e respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral, com mandato de um ano. Cabe aos acionistas minoritários o direito de escolher dois de seus membros.

4.2.3. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e participa das reuniões do Conselho de Administração em que se deliberam assuntos sobre os quais deva opinar.

##### **4.3. Comitê de Auditoria**

4.3.1. Órgão estatutário, constituído conforme regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN), que tem como atribuição, entre outras funções previstas na legislação, assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções de auditoria e fiscalização.

4.3.2. É composto de três membros efetivos e um suplente, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato anual renovável até o máximo de cinco anos, podendo um deles ser escolhido dentre os Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas minoritários e outro, dentre os Conselheiros de Administração indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda.

4.3.3. Para o exercício de cargo no Comitê de Auditoria, além dos requisitos previstos na legislação própria, serão observados os mesmos impedimentos previstos no Estatuto à participação nos órgãos de Administração.

4.3.4. O funcionamento do Comitê de Auditoria é regulado pelo seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

4.3.5. O Comitê de Auditoria reúne-se ordinariamente duas vezes por mês, previamente à reunião ordinária do Conselho de Administração, e, a cada trimestre, com o Conselho de Administração, com o Conselho Diretor, com a Unidade de Auditoria Interna e com a Auditoria Independente. Além disso, reúne-se com o Conselho de Administração e com o Conselho Fiscal, por solicitação destes, e extraordinariamente por convocação de seu coordenador, ou sempre que julgado necessário, por qualquer um de seus membros ou por solicitação da Administração.

4.3.6. Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deverá ter comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria.

#### 4.4. Auditoria Interna

4.4.1. A Unidade de Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração, e seu titular é escolhido dentre funcionários da ativa, sendo nomeado ou dispensado pelo Conselho de Administração.

4.4.2. Compete ao Conselho de Administração definir as atribuições da Auditoria Interna e regular seu funcionamento, dentre as quais se destacam a realização de auditorias com foco nos riscos e o assessoramento ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, à Diretoria Executiva e às subsidiárias.

#### 4.5. Auditoria Independente

4.5.1. Cabe ao Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes, cujas atividades são supervisionadas e avaliadas pelo Comitê de Auditoria.

### **5. ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL (GRI 4.9 e 4.12)**

5.1. O Banco do Brasil tem a ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, Governo e meio ambiente.

5.2. Com o objetivo de internalizar a cultura de sustentabilidade econômica, social e ambiental nas práticas administrativas e negociais do Conglomerado, foi elaborada a Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil.

5.3. A Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental evoca o respeito a valores universais relacionados a direitos humanos, princípios e direitos fundamentais do trabalho e princípios sobre meio ambiente e desenvolvimento.

5.4. O Banco do Brasil pauta-se, também, pelos seguintes compromissos públicos: Agenda 21 – declaração de compromisso entre o Banco do Brasil e o Ministério do Meio Ambiente na qual o Banco se compromete a criar e implementar um plano de ação em prol da sustentabilidade dos seus negócios;

b) Pacto Global da ONU – iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção;

c) Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo – proposto pelo Instituto Ethos, trata-se de compromisso com o desenvolvimento de esforços visando a dignificar e modernizar as relações de trabalho nas cadeias produtivas;

d) Princípios do Equador – compromisso voluntário de instituições financeiras em adotar o conjunto de políticas e diretrizes (salvaguardas) socioambientais do Banco Mundial e da International Finance Corporation na análise de projetos de investimento, na modalidade *project finance*, de valor igual ou superior a US\$ 10 milhões (GRI 4.11);

e) Protocolo Verde – princípios assumidos voluntariamente por bancos oficiais brasileiros, que se propõem a empreender políticas e práticas que estejam em harmonia com o desenvolvimento sustentável (GRI 4.11);

5.5. Outras informações relevantes podem ser acessadas, na internet, por intermédio da [página sobre a postura de Responsabilidade Socioambiental](#) do Banco do Brasil.

## **6. CONDUTA E CONFLITO DE INTERESSES (GRI 4.6)**

6.1. Na orientação da conduta dos funcionários do Banco do Brasil, utilizam-se como referenciais os princípios que permeiam os documentos Políticas Gerais e Políticas Específicas, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como o [Código de Ética](#). Além desses referenciais, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração também se submetem ao contido no Código de Conduta da Alta Administração Federal.

6.2. Para prevenir o uso de informações privilegiadas pelos administradores, o Estatuto Social prevê [procedimentos de autorregulação](#), os quais são disciplinados por Políticas Específicas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante do Banco do Brasil e de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão do Banco do Brasil.

6.3. Há mecanismos destinados ao acolhimento de reclamações, denúncias, sugestões e elogios de clientes e de cidadãos ([Ouvidoria Banco do Brasil](#)) e de funcionários (Ouvidoria Interna), que auxiliam no monitoramento da observância das normas relacionadas à ética e à conduta.



6.4. Na ocorrência de conflitos e controvérsias entre o Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, relacionados às práticas de governança corporativa, utiliza-se o recurso de arbitragem, segundo as regras da Câmara de Arbitragem do Mercado da Bovespa.

6.5. Além dos requisitos, exigências e vedações previstos à participação nos Conselhos de Administração e Fiscal, na Diretoria Executiva e no Comitê de Auditoria, com vistas a mitigar possíveis conflitos de interesses, o Estatuto do Banco também prevê as seguintes regras de segregação de funções para estruturação dos órgãos de Administração:

a) as diretorias ou as unidades responsáveis por funções de contabilidade, controladoria e controles internos não podem ficar sob a supervisão direta de Vice-Presidente a que estiver vinculado Diretor responsável por qualquer outra atividade administrativa, exceto Diretores ou unidades responsáveis por gestão de risco ou por recuperação de créditos;

b) as diretorias ou as unidades responsáveis pelas atividades de análise de risco de crédito não podem ficar sob a supervisão direta de Vice-Presidente a que estiver vinculado Diretor responsável pelas atividades de concessão de créditos ou de garantias, exceto nos casos de recuperação de créditos; e

c) os Vice-Presidentes, os Diretores ou quaisquer responsáveis pela administração de recursos próprios do Banco não podem administrar recursos de terceiros, nem ter sob sua supervisão subsidiária ou controlada do Banco responsável por essa atividade.

6.6. As transações com partes relacionadas são divulgadas no site de Relações com Investidores, através de resumo dos contratos com Partes Relacionadas e de Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

## Governança Corporativa

### Currículos

#### Conselho de Administração

**Bernard Appy** – Presidente do Conselho de Administração, representante da União, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, é Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. Economista e professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Atuária da PUC-SP. Foi consultor econômico e exerceu várias atividades docentes, inclusive como pesquisador.

**Antonio Francisco de Lima Neto** – Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente do Banco do Brasil. No BB desde 1979, foi vice-presidente de Varejo e Distribuição, Vice-Presidente interino de Negócios Internacionais e Atacado e Diretor da área Comercial. Ocupou os cargos de Diretor-Gerente da BB Leasing S.A., conselheiro da BB Securities Ltd. e diretor Regional da Associação Brasileira das Empresas de Leasing. Graduado em Ciências Econômicas com MBA em Formação Geral para Altos Executivos e em Marketing.

**Bernardo Gouthier Macedo** – Membro indicado pelos acionistas minoritários, é Sócio-Diretor da LCA Consultores e da E3-Escritório de Estudos Econômicos. Diretor responsável pela área de trabalho de “Economia do Direito”, que trata de projetos de apoio a empresas e escritórios de advocacia. Com graduação, mestrado e doutorado em Economia, exerceu entre outras a função de Assessor Especial do Ministro de Estado da Fazenda entre fevereiro e outubro de 2003.

**Cleber Ubiratan de Oliveira** – Membro indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, é Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Exerceu a função de Coordenador Geral de Política Fiscal na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Graduado em Ciências Econômicas e pós-graduado em Economia com ênfase em Política Econômica.

**Francisco Augusto da Costa e Silva** – Membro indicado pelos acionistas minoritários, é advogado e sócio de escritório de advocacia. Funcionário de carreira do BNDES, ocupou, entre outros, os cargos de consultor jurídico da Embramec, superintendente jurídico da BNDESPar e superintendente das Áreas Financeira e Internacional, de Mercado de Capitais e Administrativa. Além de professor universitário e conferencista, presidiu o Council of Securities Regulators (Cosra) e integrou o Executive Committee da International Organization of Securities Commissions (Iosco). Foi diretor e presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Membro do Conselho de Administração da Vale e da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo.

**Tarcísio José Massote de Godoy** – Membro indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Graduado e pós-graduado em Engenharia Civil, com Especialização em Geotécnica e mestrado em Economia do Setor Público. Entre outros órgãos deliberativos, já participou como membro do Conselho de Administração da Brasilprev, do Conselho Diretor do Serpro – Serviço de Processamento de Dados e do Conselho Deliberativo da Funcef – Previdência Privada da Caixa Econômica. No Ministério da Fazenda, entre outros cargos, foi Secretário do Tesouro Nacional. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Vale do Rio Doce e Diretor-Presidente da Brasilprev.

**Henrique Jäger** – Membro indicado pelos acionistas minoritários, é mestre em Teoria Econômica. Funcionário do Dieese, exerceu o cargo de Coordenador da subseção na Federação Única dos Petroleiros, com inserção em projetos nacionais, prestando assessoria às negociações coletivas e pesquisas de mercado. Consultor nas áreas Ambiental e de Planejamento Estratégico é membro do Conselho de Administração da Telemig Celular.

## CONSELHO FISCAL

**Eustáquio Wagner Guimarães Gomes** – Membro indicado pelos acionistas minoritários, graduado em Administração, com MBA Programa Básico de Administração Bancária, curso de Câmbio e Trade Finance e Curso de Formação Geral Básica para Altos Executivos. Foi superintendente estadual do Banco do Brasil em Minas Gerais, diretor financeiro da Casemg e membro do conselho de administração e fiscal de diversas empresas, entre as quais o BB Investimentos.

**Agostinho do Nascimento Netto** – Representante da União, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, é Procurador da Fazenda Nacional de categoria especial. Bacharel, especialista e mestre em Direito, foi conselheiro fiscal de diversas empresas, além de professor em níveis de graduação e pós-graduação em universidades particulares e públicas.

**Otávio Ladeira de Medeiros** – Representante do Tesouro Nacional, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, é economista, com pós-graduação e MBA Executivo em Finanças, com extensão na George Washington University (EUA). Trabalha no Ministério da Fazenda como Coordenador Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública.

**Marcos Machado Guimarães** – Representante da União, indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, é assessor do Ministério da Fazenda. Faz parte do Grupo de Alto Nível encarregado de elaborar a regulamentação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). Graduado em Relações Internacionais e Ciências Políticas, com mestrado em Economia.

**Luiz Guilherme Tinoco Aboim Costa** – Membro indicado pelos acionistas minoritários, é pós-graduado em Economia, Engenharia Econômica e Administração Industrial, Mestre em Engenharia de Produção. É sócio-gerente da empresa LLM Consultoria em Inteligência Empresarial desde 1993 e professor convidado dos cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## COMITÊ DE AUDITORIA

**José Danúbio Roza** – Coordenador do Comitê de Auditoria. Graduado em Economia, com MBA Controller e MBA Formação Altos Executivos. Doutor em Controladoria e Contabilidade. Ex-Presidente do Conselho Fiscal da Holding Guarani S.A., atual Neoenergia, e membro do Comitê de Administração da Diretoria de Controladoria no período de 2001 a 2003.

**José Gilberto Jaloretto** – Membro do Comitê de Auditoria. Mestre e Doutor em Contabilidade Internacional, exerceu os cargos de Gerente Executivo na Área Internacional, Gerente Adjunto do BB-Paris e Chefe da Controladoria. Foi membro do Conselho de Administração do BAMB – Brazilian American Merchant Bank.

**Celene Carvalho de Jesus** – Membro do Comitê de Auditoria. Graduada em Ciências Contábeis. Pós-graduação – MBA em Gestão de Instituições Financeiras. Foi membro titular no Conselho Fiscal da CEMIG, membro efetivo do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria da Embratel Participações e do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria da Embraer. Possui experiência na gestão contábil de previdência complementar fechada – PREVI (2002/2007), onde atuou como Contadora e Gerente Executiva.

## CONSELHO DIRETOR

**Antonio Francisco de Lima Neto** – Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente do Banco do Brasil. No BB desde 1979, foi vice-presidente de Varejo e Distribuição, Vice-Presidente interino de Negócios Internacionais e Atacado e Diretor da área Comercial. Ocupou os cargos de Diretor-Gerente da BB Leasing S.A., conselheiro da BB Securities Ltd. e diretor Regional da Associação Brasileira das Empresas de Leasing. Graduado em Ciências Econômicas com MBA em Formação Geral para Altos Executivos e em Marketing.

#### **VICRI**

**Adézio de Almeida Lima** – Vice-presidente de Crédito, Controladoria e Risco Global. No BB, além de gerente de agências, foi superintendente adjunto em Minas Gerais e superintendente regional em Curitiba. Membro do Conselho de Administração da CPFL, entre outras empresas. Graduado em Ciências Econômicas e Matemática, possui MBA em Administração Financeira, Formação Geral para Altos Executivos e em Marketing.

#### **VINEG**

**Aldemir Bendine** – Vice-presidente de Cartões e Novos Negócios de Varejo. Bacharel em Administração de Empresas, cursou MBA em Finanças e em Formação Geral para Altos Executivos. Atuou como Vice-presidente de Varejo e Distribuição, Secretário Executivo do Conselho Diretor e Gerente Executivo da Diretoria de Varejo da área de Cartões, entre outros.

#### **VIFIN**

**Aldo Luiz Mendes** – Vice-presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores. No BB desde 1980, respondeu pela Diretoria de Mercado de Capitais e Investimentos e Diretoria de Finanças. Participou do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), entre outras. Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP).

#### **VITEC**

**José Luís Prola Salinas** – Vice-presidente de Tecnologia e Logística. Foi Auditor Geral do BB. É bacharel em Ciências Contábeis, especialista em Auditoria, Custos e Administração, é mestre e doutor em Administração. Conselheiro Deliberativo Suplente da PREVI e Membro Titular do Conselho de Administração da COBRA Tecnologia S.A.

#### **VIPIN**

**José Maria Rabelo** – Vice-presidente de Negócios Internacionais e Atacado. Foi diretor de Comércio Exterior, Gerente Geral de Reestruturação de Ativos, Diretor Comercial da Cia. de Seguros Aliança do Brasil e Superintendente Executivo na Unidade de Crédito e na Unidade de Negócios em São Paulo. Bacharel em Direito, possui MBA em Formação Geral Básica para Altos Executivos e APG – Amana-Key MBA Internacional.

#### **VIPAG**

**Luís Carlos Guedes Pinto** – Vice-presidente de Agronegócios. Engenheiro Agrônomo, com Doutorado e Pós-Doutorado, foi Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Presidente dos Conselhos de Administração da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Professor Titular de Economia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

## **VIPES**

**Luiz Oswaldo Sant'iago Moreira de Souza** – Vice-presidente de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental. Foi membro dos Conselhos de Administração e Fiscal do BB; membro do Conselho Fiscal da Previ; professor da Faculdade Feclesc/Uece; e membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern). Graduado em Pedagogia e Filosofia, Mestre em Educação.

## **VIVAR**

**Milton Luciano dos Santos** – Vice-presidente de Varejo e Distribuição do Banco do Brasil. No BB desde 1976, foi diretor de Distribuição, Superintendente de Governo em São Paulo e Superintendente de Varejo e Governo em MG, SC, MT e MS; além de gerente geral em agências. É membro do Conselho de Administração da CPFL Energia, da BB DTVM, do Banco Popular do Brasil e do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil. Graduado em Direito, possui MBA Formação Geral para Altos Executivos.

## **VIGOV**

**Ricardo José da Costa Flores** – Vice-presidente de Governo. Graduado em Ciências Econômicas, com Especialização em Análise de Projetos, Elaboração de Projetos, MBA em Formação Geral Básica para Altos Executivos e MBA Controller. Exerceu os cargos de Diretor de Seguros, Previdência e Capitalização e Diretor de Reestruturação de Ativos Operacionais. Atualmente é também Presidente do Conselho de Administração da Brasilcap Capitalização S.A., Presidente da FENACAP – Federação Nacional de Capitalização e Vice-Presidente da CNSEG – Confederação Nacional de Seguros.

## **Conselho Diretor**

### **Diretoria de Comércio Exterior**

**Nilo José Panazzolo** – Diretor de Comércio Exterior. Graduado em Engenharia Civil, com MBA em Formação Geral para Altos Executivos. Exerceu os cargos de Gerente Adjunto de Pessoa Física do BB Tóquio – Japão e Gerente Geral do BB Milão – Itália, entre outros. Conselheiro Titular do Conselho Diretor da SBCE.

### **Diretoria Comercial**

**Allan Simões Toledo** – Diretor Comercial. Graduado em Administração de Empresas, Pós-Graduado em Administração Financeira, MBA em Negócios e Finanças Internacionais e em Agronegócios. Diretor-Gerente da BB Leasing, Diretor da BB Securities Londres e Nova Iorque. Exerceu o cargo de Gerente Executivo na Diretoria Comercial, Gerente Geral Corporate, entre outros.

### **Diretoria Internacional**

**Sandro Kohler Marcondes** – Diretor da área Internacional. Graduado em Administração de Empresas, com Mestrado em Administração e Especialização em Negócios Internacionais. Exerceu os cargos de Diretor da área Comercial do Banco, Diretor Gerente da BB Leasing, Gerente Adjunto no BB Nova Iorque e Gerente Geral do BB Paris, entre outros. Exerce, ainda, o cargo de presidente nos conselhos de administração da BB Securities – Londres e BB Securities Nova Iorque, além de ser membro do Conselho de Administração da Vale.

#### **Diretoria de Novos Negócios de Varejo**

**Paulo Rogério Caffarelli** – Diretor de Novos Negócios de Varejo. Graduado em Direito, com especializações em Comércio Exterior, Administração do Comércio Exterior, Finanças e Direito e Direito Internacional. Mestrado na área de Gestão Econômica de Negócios. Exerceu os cargos de Gerente Executivo na Diretoria de Distribuição, Diretor da área de Marketing e Comunicação e Diretor de Logística, entre outros.

#### **Diretoria de Seguros, Previdência e Capitalização**

**Alexandre Corrêa Abreu** – Diretor de Seguridade. Graduado em Administração de Empresas, com MBA em Marketing e MBA em Formação Geral para Altos Executivos. Exerceu os cargos de Gerente Executivo na Diretoria de Varejo e Superintendente Regional, entre outros. Diretor de Cartões. Membro dos Conselhos de Administração da CIA de Seguros Aliança do Brasil (titular), Brasilcap Capitalização S/A (suplente), Brasilprev Seguros e Previdência S/A (titular), Brasilsaúde CIA de Seguros (titular) e Brasilveículos CIA de Seguros S/A (titular).

#### **Diretoria de Distribuição e Canais de Varejo**

**Geraldo Afonso Dezena da Silva** – Diretor de Distribuição e de Canais Varejo. Graduado em Direito com MBA Formação Geral para Altos Executivos e MBA em Agronegócios. Exerceu os cargos de Superintendente Estadual na Bahia e na Paraíba, entre outros.

#### **Diretoria de Varejo**

**Paulo Euclides Bonzanini** – Diretor de Varejo. Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis, com MBA Formação Geral Altos Executivos e especialização em Metodologia de Ensino Superior. Ocupou os cargos de Superintendente Comercial do Estado de São Paulo e Superintendente Estadual de São Paulo.

#### **Diretoria de Micro e Pequenas Empresas**

**José Carlos Soares** – Diretor de Micro e Pequenas Empresas. Graduado em Ciências Contábeis, com MBA Formação de Executivos e Executivo Internacional. Especialização em Teoria da Contabilidade e Aperfeiçoamento em Finanças. Exerceu os cargos de Superintendente Estadual. É Vice-presidente da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE e Presidente da Comissão Especial de Orientação do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – COF, no SEBRAE Nacional.

#### **Diretoria de Menor Renda**

**Robson Rocha** – Diretor da Diretoria Menor Renda. Graduado em Administração de Empresas, com Pós-Graduação em Gestão Estratégica, MBA em Finanças, MBA Altos Executivos e Mestrado em Marketing. Ocupou diversos cargos de administração dentro do Conglomerado, sendo o mais recente o de Presidente do Banco Popular do Brasil.

#### **Diretoria de Agronegócios**

**José Carlos Vaz** – Diretor de Agronegócios. Graduado em Direito, com MBA Altos Executivos. Exerceu os cargos de Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócios e Assessor da Presidência, entre outros. Membro da Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária. Membro do Conselho Técnico do Centro de Inteligência do Café – CIC. Membro das Câmaras Consultivas de Café e Soja da BM&F. Membro das Câmaras Setoriais de Arroz e Cacau do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária. Membro do Conselho Fiscal da Brasilprev. Membro do Conselho Superior do Agronegócio – COSAG/FIESP .

#### **Diretoria de Governo**

**Sérgio Ricardo Miranda Nazaré** – Diretor de Governo. Graduado em Ciências Econômicas, com Mestrado em Administração Financeira, MBA Controller e MBA Executivo em Finanças. Exerceu os cargos de Diretor Superintendente da BB Previdência, Diretor Geral da Brasilcap e Diretor da Brasilveículos, entre outros. Presidente do Conselho Deliberativo da BB Previdência

#### **Diretoria de Finanças**

**William Bezerra Cavalcanti Filho** – Diretor de Finanças. Graduado em Ciências Econômicas, com MBA Executivo em Finanças e MBA Formação Geral para Altos Executivos. Ocupou os cargos de Gerente de Administração de Ativos de Terceiros da BB DTVM e Gerente de Operações Financeiras da Diretoria de Finanças. Participa do Conselho de Administração da Brasilcap, do Comitê de Política Monetária ANDIMA e da Comissão de Operações de Tesouraria FEBRABAN.

#### **Diretoria de Mercado de Capitais e Investimentos**

**Francisco Cláudio Duda** – Diretor de Mercado de Capitais e Investimentos. Graduado em Matemática, com mestrado em Economia e MBA Executivo em Gestão Financeira. Exerceu os cargos de Gerente Executivo na Diretoria de Controles Internos, Gerente Executivo da Unidade de Gestão de Riscos e Assessor Especial do Presidente, entre outros. Fora do Banco do Brasil, exerceu o cargo de Diretor de Finanças da Companhia de Seguros Aliança do Brasil.

#### **Diretoria de Logística**

**Clara da Cunha Lopes** – Diretora de Logística. Graduada em Pedagogia, com MBA Formação Geral Básica para Altos Executivos. Na área de logística desde 1996, exerceu o cargo de Gerente Executiva, entre outros.

#### **Diretoria de Tecnologia**

**Maria da Glória Guimarães dos Santos** – Diretora de Tecnologia. Graduada em Processamento de Dados, com MBA em Administração Estratégica de Sistemas da Informação. Ocupou os cargos de Gerente Executivo da Gerência de Administração de Dados e Gerente Geral da Unidade Soluções e Desenvolvimento de Aplicativos.

#### **Diretoria de Gestão de Pessoas**

**Antonio Sergio Riede** – Diretor de Gestão de Pessoas. Graduado em Comunicação Social, com Mestrado em Gestão Empresarial. Ocupou cargos de Gerente Executivo de Responsabilidade Socioambiental e membro titular do Conselho Deliberativo da Cassi e dos Conselhos Fiscais da BrasiSaúde e da Previ.

#### **Diretoria de Relações com Funcionários e RSA**

**Izabela Campos Alcântara Lemos** – Diretora de Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental – Graduada em Administração, com MBA em Marketing e MBA Gestão da Comunicação Organizacional. Ocupou os cargos de Assessora da Vice-Presidência de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental e Gerente Geral da RSA – Unidade Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental.

#### **Diretoria de Controladoria**

**Nilson Martiniano Moreira** – Diretor de Controladoria. Graduado em Ciências Econômicas, com MBA Executivo em Finanças e MBA Formação Geral para Altos Executivos. Exerceu os cargos de Gerente Executivo na Diretoria de Distribuição e Superintendente Comercial.

#### **Diretoria de Crédito**

**Luiz Gustavo Braz Lage** – Diretor de Crédito. Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, com MBA Executivo em Finanças e MBA Negócios Internacionais. Ocupou o cargo de Gerente Executivo na Diretoria de Crédito. É membro do Conselho Fiscal da Neoenergia S.A.

#### **Diretoria de Gestão de Riscos**

**Renê Sanda** – Diretor de Gestão de Riscos. Bacharel e mestre em Estatística, com MBA Executivo em Finanças. Ocupou os cargos de Gerente Executivo nas Diretorias de Finanças e Gestão de Riscos e de Gerente Adjunto na Agência Nova Iorque – EUA. Membro certificado do GARP – Global Association of Risk Professionals e PRMIA – Professional Risk Managers' International Association.

#### **Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais**

**Luiz Carlos Silva de Azevedo** – Diretor de Reestruturação de Ativos Operacionais. Economista, com especialização em Marketing e MBA em Formação Geral para Altos Executivos. Preside o Conselho de Administração da Ativos S.A. e a Associação de Bancos no Distrito Federal. Exerceu os cargos de Superintendente do Distrito Federal e Gerente Executivo na Diretoria Comercial.

#### **Diretoria de Controles Internos**

**Paulo Roberto Evangelista de Lima** – Diretor de Controles Internos. Graduado em Administração de Empresas, com especialização em Gestão de Negócios e Tecnologia, especialização em Governança Corporativa, MBA Executivos em Finanças e Formação Geral Básica para Altos Executivos. Exerceu os cargos de Gerente Executivo na Diretoria de Controles Internos, Superintendente Regional e Gerente Geral, entre outros. Participação em Conselhos de Administração e Fiscais em diversas companhias de grande porte.

#### **Diretora de Estratégia e Organização**

**Glaucio Cavalcante Lima** – Diretor de Estratégia e Organização. Graduado em Ciências Contábeis com Especialização em Marketing, MBA Formação Geral para Executivos e MBA Governança Corporativa. Exerceu os cargos de Assessor da Presidência, Gerente Executivo e Gerente Geral da Unidade Estratégia e Organização.

#### **Diretoria de Gestão de Segurança**

**Edson de Araújo Lobo** – Diretor de Gestão da Segurança. Graduado em Pedagogia e Teologia, com especialização em Inteligência Estratégica Aplicada às Organizações e MBA Executivo Internacional. Exerceu os cargos de Gerente Executivo da Gerência de Inteligência em Segurança e Gerente Geral da Unidade Gestão de Segurança. Membro do Conselho Superior da ASSBAN – Associação de Bancos do Distrito Federal e participante convidado da ENCCLA – Estratégia Nacional de Prevenção e Combate a Corrupção e Lavagem de Dinheiro.

#### **Diretoria Jurídica**

**Joaquim Portes de Cerqueira César** – Diretor Jurídico. Graduado em Direito, com especialização em Direito Econômico, Constitucional e Mobiliário – Mercado de Capitais. Mestre em Direito Processual Civil, Doutorando em Direito Constitucional, exerceu os cargos de Chefe Adjunto e Chefe da AJURE-SP. Membro da OAB e do IASP (Instituto dos Advogados São Paulo), foi Diretor-Geral do Instituto Brasileiro de Ciências Jurídicas (IBCJ), de 2004 a 2007.

#### **Diretoria de Marketing e Comunicação**

**Jussara Panitz Silveira** – Diretora de Marketing e Comunicação. Graduada em Jornalismo, com especialização em Marketing e MBA em Gestão Empresarial. Exerceu os cargos de Gerente de CCBB e Gerente Executiva na Diretoria de Estratégia e Organização, entre outros.

## **UNIDADES ESTRATÉGICAS**

### **Unidade Alta Renda**



**Amauri Sebastião Niehues** – Gerente Geral Unidade Alta Renda. Graduado em Direito e Administração, com Especialização em Governança Corporativa, Pós-Graduação em Agribusiness e MBA em Gestão Estratégica. Atuou como Superintendente de Varejo em Minas Gerais, Gerente Executivo na Diretoria de Distribuição. É suplente no Conselho de Administração da Brasilcap S.A.

#### **Unidade Desenvolvimento de Aplicativos**

**Antonio Luiz Foschini** – Gerente Geral da Unidade de Soluções de Desenvolvimento de Aplicativos. Graduado em Administração de Empresas, com Especialização em Gestão e Tecnologia da Informação, BB MBA em Administração Estratégica de Sistemas de Informação. Exerceu o cargo de Gerente Executivo na Diretoria de Tecnologia.

#### **Unidade Auditoria Interna**

**Egídio Otmar Ames** – Auditor Geral do Banco do Brasil. Graduado em Administração de Empresas, com especialização em Formação Geral para Altos Executivos e pós-graduado em Auditoria. Foi Gerente Executivo nas áreas de Tecnologia da Informação e Metodologias e conselheiro fiscal da PREVI. É membro do Comitê de Auditoria da Companhia de Seguros Aliança do Brasil.

#### **Unidade Gestão de Previdência**

**Exedito Afonso Veloso** – Gerente Geral da Unidade Gestão de Previdência. Pós-graduado em Finanças e Mestre em Economia. Atuou como Diretor da Diretoria de Gestão de Riscos. É Diretor Superintendente da BB Previdência e exerce função de Consultor do SEBRAE/DF.

#### **Secretaria Executiva**

**Hayton Jurema da Rocha** – Secretário Executivo. Graduado em Ciências Econômicas, com Especialização em Gestão de Negócios e Marketing. Exerceu os cargos de Superintendente de Governo e Diretor de Gestão de Pessoas. Foi membro do Conselho Deliberativo do Sebrae.

#### **Unidade Infraestrutura de TI**

**José Francisco Alvarez Raya** – Gerente Geral da Unidade de Soluções em Infraestrutura Tecnológica. Graduado em Administração de Empresas, com Especialização em Modelagem Empresarial. Foi Gerente de Divisão e Assessor de Diretor na Diretoria de Tecnologia. Conduziu vários projetos corporativos no Banco do Brasil para implantação de novas tecnologias.

#### **Unidade Relações com Investidores**

**Marco Geovanne Tobias da Silva** – Gerente Geral da Unidade Relações com Investidores. Bacharel em Ciências Econômicas e especialista em Marketing e Finanças. É membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores e membro do Conselho Fiscal da Coelba.

#### **Unidade Contadoria**

**Pedro Carlos de Mello** – Contador Geral da Unidade Contadoria. Graduado em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, com MBA Controller e MBA Formação Altos Executivos. Conselheiro Consultivo da PREVI.

#### **Unidade Suporte Operacional**

**Sebastião Antonio Bueno Brandão** – Gerente Geral da Unidade Suporte Operacional. Graduado em Administração de Empresas, com MBA em Auditoria. Ocupou cargos de Gerente Executivo na Auditoria e Auditor.

## **Política de Divulgação**

No processo de gestão do Banco do Brasil são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e às atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

2. A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante disciplina no âmbito do Banco do Brasil e suas subsidiárias a divulgação de informações que, por sua natureza, possam gerar ato ou fato relevante.

3. As instruções do Banco do Brasil que regulamentam a divulgação de atos ou fatos relevantes são do conhecimento dos administradores das empresas coligadas do Banco e das entidades vinculadas, tais como CASSI, PREVI e Fundação Banco do Brasil.

4. Na gestão de seus negócios, o Banco do Brasil divulga com homogeneidade e simultaneidade fatos ou atos de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico capazes de afetar os preços dos seus valores mobiliários e influenciar a decisão dos investidores.

5. O acesso às informações de caráter societário e de fatos relevantes é garantido a todos os agentes da sociedade, aos clientes, aos funcionários, à imprensa e à comunidade de investidores.

6. No Banco do Brasil, o acesso a informações sobre ato ou fato relevante, antes da divulgação ao mercado, é limitado aos profissionais diretamente envolvidos com o assunto em pauta, até que sua divulgação ao mercado seja oportuna.

7. Os administradores e quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso a informação de ato ou fato relevante guardam sigilo sobre essas informações até sua divulgação ao mercado e zelam para que subordinados e outras pessoas de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes no caso de descumprimento.

8. No relacionamento com acionistas, investidores e formadores de opinião, o Banco do Brasil presta informações corporativas objetivas, confiáveis e tempestivas, mesmo em situações de crise.

9. No Banco do Brasil, o Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores é o responsável pela divulgação de informações referentes a atos ou fatos relevantes, embora os demais administradores respondam solidariamente nos casos de descumprimento das normas relativas a essa divulgação.

10. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva deverão comunicar ao Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ou que esteja em curso nos negócios sob sua responsabilidade para decisão sobre a guarda de sigilo ou divulgação.

11. Sempre que os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva constatarem a omissão do Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores em divulgar ato ou fato relevante de que tenham conhecimento, deverão notificá-lo, por escrito, para que seja realizada a divulgação. Essa notificação, no entanto, não os exime, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da responsabilidade pela divulgação.

12. Atos ou fatos relevantes poderão, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se o acionista controlador ou os administradores do Banco entenderem que sua divulgação coloca em risco interesse legítimo da Empresa.

13. Sempre que a Administração do Banco decidir pela guarda de sigilo sobre informação de ato ou fato relevante e esta escapar ao seu controle, o Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores deverá divulgar, imediatamente, aquela informação por meio de aviso de fato relevante.

14. Caso as ações da Companhia apresentem oscilações atípicas na cotação, no preço ou na quantidade negociada, o Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores deverá inquirir, por escrito, as pessoas com acesso a informações relevantes a fim de verificar se são detentoras de conhecimento sobre ato ou fato relevante a ser divulgado ao mercado e, se for o caso, providenciar a imediata divulgação.

15. O Banco não comenta rumores ou declarações desestabilizadoras, ressalvados os casos que possam gerar solicitação de esclarecimentos por parte de órgãos legais ou que prejudiquem a imagem ou os negócios da Empresa, a critério do Conselho Diretor do Banco.

16. A divulgação de fato relevante é feita à Comissão de Valores Mobiliários e à bolsa de valores, nessa ordem, e, apenas após a confirmação do recebimento do comunicado pela Comissão, igual conteúdo é divulgado, simultaneamente, para a imprensa e para analistas e investidores e disponibilizado na página de Relações com Investidores na internet, nos idiomas português e inglês.

17. A divulgação de ato ou fato relevante é feita antes do início ou após o encerramento das atividades na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e, caso seja imperativa a divulgação durante as negociações, o Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores solicitará à Bolsa a suspensão do pregão até a completa disseminação da informação.

18. A divulgação de ato ou fato relevante por meio da imprensa é feita em conformidade com a versão integral disponibilizada na página do Banco na internet ou em versão resumida, de acordo com o grau de esclarecimento necessário sobre a informação, sem prejuízo da divulgação em outras mídias, cabendo estas decisões ao Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores.

19. O Banco do Brasil não se responsabiliza pela divulgação de informações sobre aquisição ou alienação, por terceiros, de participação que corresponda a cinco por cento ou mais de espécie ou classe de ações representativas de seu capital ou de direitos sobre essas ações e demais valores mobiliários de sua emissão.

#### Penalidades

20. A transgressão às normas estabelecidas nesta Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante configura infração grave e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei 6.385/76, na Instrução CVM 358/2002 e nas instruções do Banco do Brasil constantes do Livro de Instruções Codificadas.

## Política de Negociação

No processo de gestão do Banco do Brasil são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e às atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

2. O Banco do Brasil mantém sistema de autorregulação que disciplina a negociação com valores mobiliários de sua emissão, por quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso a informação de ato ou fato relevante.

3. Estão sujeitos à autorregulação, no Banco do Brasil, além do acionista controlador, dos administradores e membros do Conselho Fiscal, todas as pessoas que:

a) ocupem cargos comissionados do segmento gerencial, no País e no exterior;

b) ocupem demais cargos no Banco que, segundo definição dos Comitês de Administração das Diretorias, das Unidades Administrativas, da Auditoria Interna, da Rede de Distribuição e Órgãos Regionais, tenham acesso, mesmo que durante a execução de trabalho temporário, a informações privilegiadas relativas a ato ou fato relevante;

c) encontrem-se cedidas para ocupar cargos administrativos em empresas coligadas e entidades vinculadas, tais como CASSI, PREVI e Fundação Banco do Brasil; e

d) tenham relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco e que detenham conhecimento sobre informação contábil, estratégica ou qualquer outra informação sobre negócios do Banco que possa ensejar ato ou fato relevante.

4. Os administradores e quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso a informação de ato ou fato relevante deverão:

a) comunicar ao Banco, imediatamente após sua posse no cargo ou após o início do trabalho temporário, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão do Banco do Brasil, inclusive cotas de fundos exclusivos, de que sejam titulares ou da propriedade de seu cônjuge ou companheiro(a) e de qualquer dependente, bem como as alterações em suas posições e o saldo no final do período; e

b) comunicar ao Banco, no prazo de dez dias após o término do mês em que se verificar a alteração das posições por eles detidas, os dados da negociação e o saldo da posição no período.

5. As comunicações sobre negociações com valores mobiliários de emissão do Banco do Brasil, dos participantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são encaminhadas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) imediatamente após a posse no cargo ou dez dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas.

### **Plano de Negociação**

6. A negociação com valores mobiliários de emissão do Banco de propriedade de quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso a informação de ato ou fato relevante é permitida desde que realizada de modo predeterminado em plano individual de negociação.

7. O plano de negociação com valores mobiliários de emissão do Banco de que sejam titulares administradores e quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso a informação de ato ou fato relevante deverá ser apresentado ao Banco imediatamente após a posse em cargo sujeito à autorregulação. No caso de pessoas que já ocupam tais cargos, o plano deverá ser apresentado até o dia 30 de novembro de cada ano ou antes da aprovação do orçamento da Empresa, o que for anterior.

8. Quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham apresentado plano de negociação de valores mobiliários de emissão do Banco do Brasil de sua propriedade são obrigadas a comunicar antecipadamente ao Banco qualquer alteração no plano ou na previsão do seu cumprimento, sob pena de qualificação do ato como infração.

### **Vedações**

9. Quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso a informação de ato ou fato relevante, bem como aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco, são proibidos de se valer de informações relativas a ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado para obter para si ou para terceiros vantagem mediante negociação com valores mobiliários de emissão do Banco ou com cotas de fundos exclusivos referenciados nesses valores. Esta vedação prevalecerá se estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão do Banco do Brasil pelo acionista controlador ou se houver intenção de promover fusão, incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou reorganização societária.

10. É vedada a negociação com valores mobiliários de emissão do Banco do Brasil, por todas as pessoas sujeitas à autorregulação no período de, no mínimo, 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações legais trimestrais (Informações Trimestrais – ITR e Informações Financeiras Trimestrais – IFT) e

anuais (Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP e Informações Anuais – IAN).

11. Quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso a informação de ato ou fato relevante e que se afastem do Banco antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante de seu conhecimento não negociam com valores mobiliários de emissão do Banco do Brasil e de sua propriedade pelo prazo de seis meses após o seu afastamento da Empresa, a não ser em casos de exercício de opção de compra de ações previsto em plano de outorga aprovado em assembléia geral.

### **Penalidades**

12. A transgressão às normas ora estabelecidas configura infração grave e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei 6.385/76, na Instrução CVM 358/2002 e nas instruções do Banco do Brasil.

13. O uso de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, de que tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiro, com valores mobiliários, é considerada prática criminosa e sujeita o infrator à pena de reclusão, de um a cinco anos, e multa de até três vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.

14. Deixar de comunicar ao Banco, à Comissão de Valores Mobiliários e à Bolsa de Valores de São Paulo, imediatamente após a posse nos cargos ou funções sujeitos à autorregulação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão do Banco de que seja titular, ou da propriedade de seu cônjuge, companheiro(a) e de qualquer dependente, sujeita o infrator a multa cominatória diária determinada pelo órgão regulador, sem prejuízo das sanções previstas nas instruções do Banco do Brasil constantes do Livro de Instruções Codificadas.



## **POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES**

Estas políticas refletem os valores e a cultura do Banco no relacionamento com seus fornecedores e respectivos empregados, e o seu cumprimento revela o compromisso de profissionalismo e transparência em todas as ações no trabalho.

### **1. Relacionamento:**

1.1. Pautamos o relacionamento com o exercício de práticas comerciais de concorrência leal em relação à qualidade, preço, prazos acordados e serviços.

1.2. Não exigimos renúncia a negócios para contratação ou manutenção de contrato de fornecimento.

1.3. Enfatizamos a construção de relações negociais entre o Banco e seus fornecedores que sejam mutuamente satisfatórias.

1.4. Respeitamos e protegemos todas as informações sigilosas ou sob propriedade industrial que os fornecedores venham a compartilhar.

1.5. Não trabalhamos com fornecedores que ofereçam vantagens ou benefícios de qualquer natureza aos nossos funcionários em troca da adjudicação de serviços ou perspectiva de negócio.

1.6. Evitamos trabalhar com fornecedores que: aproveitem a condição de fornecedor único para ofertarem preços elevados; exponham a risco o nome, a imagem e a reputação do Banco; faltem com a verdade ou induzam propositadamente ao erro durante as negociações; comprometam-se, notoriamente, acima das suas reais capacidades ou ofertem preços baixos, com o intuito de, em seguida, solicitarem reequilíbrio econômico-financeiro.

1.7. Estabelecemos sanções a funcionários que venham a atuar em benefício próprio ou alheio, apresentando favoritismo ou preferência por qualquer fornecedor ou que venham a aceitar ofertas que possam ser consideradas contrapartidas de qualquer vantagem contratual.

1.8. Definimos nossas instalações como locais preferenciais para os encontros com fornecedores e contamos, nestas reuniões, com a participação de mais de um funcionário.

1.9. Não nos relacionamos com fornecedores que estejam envolvidos com a exploração de trabalho infantil, degradante ou escravo.

### **2. Estímulo aos Fornecedores:**

Trabalhamos preferencialmente com fornecedores que:

2.1. Adotem gestão socialmente responsável, visando uma sociedade com melhores produtos e menores riscos sociais, econômicos e ambientais;

2.2. Advoguem princípios e valores relacionados à saúde e segurança no trabalho e à preservação do meio ambiente;

2.3. Implantem programas de desenvolvimento e sistemas de gestão ambiental, saúde ocupacional e segurança no trabalho;

2.4. Desenvolvam programas de apoio ao trabalho voluntário à comunidade;

2.5. Explicitem padrões de conduta para seus funcionários, no exercício de suas atividades contratadas, observados os parâmetros do código de ética do Banco;

2.6. Ofereçam benefícios sociais a seus empregados.

### **3. Especificações e Controle de Qualidade:**

3.1. Integramo-nos com nossos fornecedores com vistas à redução de custos e à melhoria contínua dos bens e serviços fornecidos.

3.2. Responsabilizamos-nos, juntamente com nossos fornecedores, pela certificação da qualidade, incluindo especificações, métodos de teste, processos de inspeção e outros assuntos relacionados aos bens e serviços fornecidos.

3.3. Comprometemo-nos a entregar informações e exigências claras e adequadas, de tal maneira que o fornecedor saiba o que vai fornecer, e cobramos de nossos fornecedores o atendimento às condições acordadas.

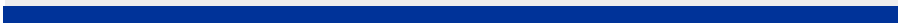
3.4. Definimos Acordos de Nível de Serviços e de Responsabilidade Socioambiental com os nossos fornecedores.

3.5. Apoiamos iniciativas conjuntas para desenvolvimento de produtos e serviços e aperfeiçoamento de processos e formas de relacionamento.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO  
2008

Todo  
SEU



## ÍNDICE

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balço Patrimonial	1
Demonstração do Resultado	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8

### NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – O Banco e suas Operações	2
NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	2
NOTA 3 – Adoção Inicial da Lei n.º 11.638/07 e da Medida Provisória n.º 449/08	3
NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis	9
NOTA 5 – Demonstrações Contábeis Consolidadas	16
NOTA 6 – Valores Incorporados	18
6.a) Banco do Estado de Santa Catarina S.A. e Besc S.A. – Crédito Imobiliário	18
6.b) Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP	20
NOTA 7 – Caixa e Equivalentes de Caixa	21
NOTA 8 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21
8.a) Composição	21
8.b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21
NOTA 9 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	22
9.a) Títulos e Valores Mobiliários	22
9.b) Instrumentos Financeiros Derivativos	24
9.c) Resultado da Marcação a Mercado de TVM e Derivativos Reconhecidos Diretamente em Contas de Resultado	29
9.d) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários	29
NOTA 10 – Operações de Crédito	29
10.a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e de Operações com Características de Concessão de Crédito Registradas em “Outros Créditos”	29
10.b) Rendas de Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	29
10.c) Composição da Carteira por Setor de Atividade, Incluindo as Operações com Características de Concessão de Crédito Registradas em “Outros Créditos”	30
10.d) Carteira de Operações de Crédito Segregada por Níveis de Risco e Prazo de Vencimento, Incluindo as Operações com Características de Concessão de Crédito Registradas em “Outros Créditos”	31
10.e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco, Incluindo as Operações com Características de Concessão de Crédito Registradas em “Outros Créditos”	33
10.f) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos de Liquidação Duvidosa, com Características de Concessão de Crédito	33
10.g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa, sem Características de Concessão de Crédito	34
10.h) Informações Complementares	34
NOTA 11 – Outros Créditos	34
11.a) Créditos Específicos	34
11.b) Diversos	34

## ÍNDICE

<b>NOTA 12 – Carteira de Câmbio</b>	35
12.a) Composição	35
12.b) Resultado de Câmbio	35
<b>NOTA 13 – Outros Valores e Bens</b>	36
13.a) Bens não de Uso Próprio / Outros	36
13.b) Despesas Antecipadas	36
<b>NOTA 14 – Imobilizado de Uso e de Arrendamento</b>	37
<b>NOTA 15 – Ativo Intangível</b>	37
<b>NOTA 16 – Captações no Mercado</b>	38
16.a) Depósitos	38
16.b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade	39
16.c) Mercado Aberto	39
<b>NOTA 17 – Despesas de Captações com Depósitos e no Mercado Aberto</b>	40
17.a) Depósitos	40
17.b) Mercado Aberto	40
<b>NOTA 18 – Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	40
18.a) Obrigações por Empréstimos - Exterior	40
18.b) Obrigações por Repasses - Instituições Oficiais - País	41
<b>NOTA 19 – Operações de Captação no Mercado de Capitais do Exterior</b>	41
<b>NOTA 20 – Outras Obrigações</b>	42
20.a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	42
20.b) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)	42
20.c) Fiscais e Previdenciárias	44
20.d) Dívidas Subordinadas	44
20.e) Diversas	44
<b>NOTA 21 – Operações de Seguros, Previdência e Capitalização</b>	45
21.a) Provisões Técnicas	45
21.b) Provisões Técnicas por Produto	45
21.c) Garantia das Provisões Técnicas	45
21.d) Prêmios Retidos de Seguros, Contribuições de Planos de Previdência e Títulos de Capitalização	46
21.e) Resultado das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	46
<b>NOTA 22 – Desdobramentos das Contas de Resultado</b>	47
22.a) Receitas de Prestação de Serviços	47
22.b) Rendas de Tarifas Bancárias	47
22.c) Despesas de Pessoal	47
22.d) Outras Despesas Administrativas	48
22.e) Despesas Tributárias	48
22.f) Outras Receitas Operacionais	48
22.g) Outras Despesas Operacionais	49
22.h) Resultado não Operacional	49
<b>NOTA 23 – Patrimônio Líquido</b>	50
23.a) Valor Patrimonial e de Mercado da Ação	50
23.b) Bônus de Subscrição “C”	50
23.c) Capital Social	50
23.d) Reservas de Reavaliação	50

## ÍNDICE

23.e) Reservas de Capital e de Lucros	50
23.f) Juros sobre Capital Próprio/Dividendos	50
23.g) Pagamentos/Provisionamentos de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	51
23.h) Ajustes de Avaliação Patrimonial – TVM e Derivativos	51
23.i) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)	51
23.j) Quantidade de Ações em Circulação	52
23.k) Free Float	52
<b>NOTA 24 – Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>53</b>
24.a) Demonstração da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	53
24.b) Conciliação dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social	54
24.c) Ação Judicial: Imposto de Renda e Contribuição Social	55
<b>NOTA 25 – Crédito Tributário</b>	<b>56</b>
25.a) Créditos Tributários Ativados	56
25.b) Créditos Tributários não Ativados	57
25.c) Constituições e Baixas do Período	58
25.d) Obrigações Fiscais Diferidas	59
25.e) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários	60
25.f) Realização de Valores Nominais de Créditos	60
25.g) Outras Informações	61
<b>NOTA 26 – Resultado de Participações em Coligadas e Controladas</b>	<b>61</b>
<b>NOTA 27 – Transações com Partes Relacionadas</b>	<b>62</b>
<b>NOTA 28 – Acordo de Basileia</b>	<b>64</b>
<b>NOTA 29 – Planos de Aposentadoria e Pensões e de Assistência à Saúde</b>	<b>65</b>
29.a) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	65
29.b) Benefícios de Responsabilidade Exclusiva do Banco	66
29.c) Fundação Codesc de Seguridade Social – Fusesc	67
29.d) Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	68
29.e) Política de Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais	69
29.f) Resumo dos Ativos/Passivos Previ e Cassi	70
29.g) Impactos no Resultado Decorrente da Revisão dos Cálculos dos Ativos e Passivos Atuariais de Acordo com a Deliberação CVM n.º 371/00	70
<b>NOTA 30 – Remuneração Paga a Empregados e Dirigentes</b>	<b>72</b>
<b>NOTA 31 – Cessão de Empregados a Órgãos Externos</b>	<b>72</b>
<b>NOTA 32 – Compromissos, Responsabilidades e Contingências</b>	<b>72</b>
32.a) Passivos Contingentes – Prováveis	72
32.b) Passivos Contingentes – Possíveis	73
32.c) Depósitos em Garantia de Recursos	74
32.d) Ativos Contingentes Fiscais	74
32.e) Obrigações Legais	75
32.f) Outros Compromissos	75
<b>NOTA 33 – Instrumentos Financeiros</b>	<b>76</b>
<b>NOTA 34 – Outras Informações</b>	<b>80</b>
34.a) Novo Mercado	80
34.b) Distribuição de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio	80
34.c) Oferta Pública de Ações	80

## ÍNDICE

34.d) Antecipação dos Bônus "C"	80
34.e) Atuação no Varejo Bancário dos Estados Unidos	80
34.f) Incorporação do Besc e Bescr	81
34.g) Aquisição do Banco Nossa Caixa	81
34.h) Crédito Imobiliário	81
34.i) Administração de Fundos de Investimentos	81
34.j) Venda da Participação da Telemar	82
34.k) Recursos de Consórcios	82
34.l) Resultado IPO Visa Inc.	82
34.m) Quantidade de Ações em Circulação	82
34.n) Aliança do Brasil	82
34.o) Acordo para Parceria no Ramo de Veículos	82
34.p) Incorporação do Banco do Estado do Piauí S.A. (BEP)	83
34.q) Parceria com o Banco Votorantim	83
34.r) Estudos para Incorporação do Banestes S.A.	83

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

## DIRETORIA EXECUTIVA

## **Senhoras e Senhores Acionistas,**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil relativos ao exercício de 2008, em conformidade com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Estatuto Social do BB.

### **Ambiente Macroeconômico**

O ano de 2008 foi marcado pela evolução da mais grave crise financeira nos países desenvolvidos desde a década de 30. As turbulências, cujas raízes se encontram no mercado imobiliário americano, provocaram perdas sem precedentes nos mercados globais. Essa conjuntura refletiu-se desfavoravelmente nas condições de crédito do mercado internacional, falta de liquidez, maior aversão ao risco e, num segundo momento, na forte deterioração das perspectivas de crescimento da economia mundial, puxada pelos já revelados sinais de recessão nas economias desenvolvidas.

No Brasil, os efeitos adversos da crise se manifestaram na forma de restrição ao fluxo de recursos externos e ao crédito, bem como na redução do ritmo da atividade econômica. Todavia, a preservação dos pilares macroeconômicos é aspecto que torna a economia brasileira mais resiliente, embora não necessariamente imune, aos potenciais impactos das turbulências externas.

A despeito da elevação dos custos de captação, a evolução do mercado de crédito bancário seguiu apresentando bom desempenho e os indicadores do nível de atividade só mostraram sinais de arrefecimento ao final do ano. Desde maio, vigora a nova alíquota de contribuição social sobre lucro líquido para o setor financeiro.

### **Destaques do Período**

No ano em que completou 200 anos, o Banco do Brasil reforça seu posicionamento como um dos principais bancos da América Latina. Com foco na sustentabilidade dos negócios, o Banco registrou lucro líquido de R\$ 8,8 bilhões no ano, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 32,5%, mantendo a trajetória de lucratividade observada nos últimos anos. A título de remuneração aos acionistas, foram destinados R\$ 3,5 bilhões – R\$ 1,5 bilhão na forma de juros sobre o capital próprio e R\$ 2,0 bilhões em dividendos.

Em sua estratégia de crescimento e expansão dos negócios, o Banco do Brasil incorporou o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e o Banco do Estado do Piauí (BEP) e adquiriu o controle do Banco Nossa



Caixa. Esses negócios permitiram ao Banco do Brasil ampliar seus negócios e garantir a liderança no atendimento nesses estados.

Com a aprovação das incorporações pelas assembleias de acionistas, iniciou-se o período de transição para adequação da estrutura e absorção dos bancos adquiridos pelo BB. Esse processo implicou custos de R\$ 9,4 milhões em 2008. Com relação aos ganhos sinérgicos, é esperada redução das despesas administrativas e melhor rentabilização dos clientes com a oferta dos produtos do portfólio BB.

Já em 2009, o Banco do Brasil adquiriu 50% das ações do Banco Votorantim e firmou parceria com a Instituição para fortalecimento de sua atuação do crédito ao consumo e nos segmentos de *corporate banking* e mercado de capitais.

A carteira de crédito cresceu 39,9% em 12 meses, alcançou os R\$ 224,8 bilhões, 17,1% de participação de mercado. Merece destaque a expansão de 52,5% no crédito para pessoa física e de 48,4% no crédito para pessoa jurídica. Tal crescimento foi acompanhado pela redução da inadimplência (operações vencidas + 90 dias/carteira total), que caiu de 2,7% em 2007 para 2,4% em 2008, enquanto o Sistema Financeiro Nacional permaneceu estável.

Ainda em relação ao crédito, o BB intensificou sua estratégia de aquisição de carteiras de crédito de pequenos bancos, favorecida pelas medidas adotadas pelo Bacen que permitiram que tais operações liberassem depósito compulsório.

Com crescimento de 39,1% em relação ao ano anterior, as captações do Banco alcançaram R\$ 362,6 bilhões. Destaque para as captações em CDB que atingiram R\$ 73,7 bilhões a um custo médio de 97,5% do CDI.

O negócio com cartões de crédito, com um faturamento de R\$ 64,3 bilhões, gerou R\$ 3,6 bilhões em receitas para o Banco. Esse desempenho permitiu que o BB aumentasse sua participação de mercado para 16,6%.

A expansão dos negócios foi conquistada simultaneamente a um rígido controle das despesas. Como resultado, houve sensível melhora no índice de eficiência, que mensura a relação entre as despesas administrativas, inclusive de pessoal, e as receitas operacionais, o qual passou de 51,4% em 2007 para 41,9% em 2008. No período, as receitas operacionais evoluíram 24,4%, enquanto as despesas administrativas cresceram 1,4%.

Os investimentos do Banco do Brasil em cultura (R\$ 35,1 milhões), esporte (R\$ 47,6 milhões) e em programas de educação e geração de

trabalho e renda da Fundação Banco do Brasil (R\$ 54,2 milhões) alcançaram 203 mil de pessoas e beneficiaram 799 municípios.

Além disso, merece destaque a expansão da estratégia comercial de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). Até 2008, foram implementados 4,7 mil planos de negócios que atenderam 1,0 milhão de famílias em 4,8 mil municípios brasileiros.

## **Perspectivas**

Com 200 anos de história, o BB empenha-se em manter a tradição e o pioneirismo que fizeram da Empresa o banco mais lembrado pelos brasileiros<sup>1</sup>. Entre as estratégias para o próximo ano destacam-se:

- expansão do crédito imobiliário;
- ampliação das operações com o setor público e seus servidores;
- crescimento dos negócios com clientes não-correntistas por meio de parcerias com grandes empresas;
- aprimoramento do relacionamento com correntistas;
- avanço nas ferramentas de gestão da base de clientes;
- expansão da presença e da atuação do BB nos mercados nacional e internacional;
- manutenção da liderança em soluções inovadoras de auto-atendimento;
- reforço do compromisso socioambiental da Empresa.

## **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

- O Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 8,8 bilhões no ano de 2008, resultado 74,0% superior ao registrado no ano passado.
- Os ativos somam R\$ 521,3 bilhões, crescimento de 42,0% em 12 meses.
- O patrimônio líquido teve aumento de 23,4% em 12 meses, totalizando R\$ 29,9 bilhões em dezembro, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 32,5%, contra 22,5% no ano anterior.

---

<sup>1</sup> Segundo pesquisa Top of Mind realizada pelo Instituto DataFolha.

R\$ milhões

<b>Destaques<sup>1</sup></b>			
<b>Resultado</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Δ 2007 (%)</b>
Lucro Líquido	5.058	8.803	74,0
Lucro sem efeitos extraordinários	5.880	6.685	13,7
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	15.155	12.415	- 18,1
Despesas Administrativas	15.897	16.127	1,4
<b>Patrimoniais</b>	<b>Dez/2007</b>	<b>Dez/2008</b>	<b>Δ Dez/2007(%)</b>
Ativos	367.210	521.272	42,0
Carteira de Crédito	160.739	224.808	39,9
Captações	260.553	362.556	39,1
Recursos Administrados	220.135	246.334	11,9

<sup>1</sup> O valor relativo aos ativos de 2008 refere-se ao Consolidado Econômico-Financeiro. A bem da comparabilidade, os demais valores referem-se ao Consolidado Financeiro.

### **Principais Destaques**

Administração de recursos de terceiros: R\$ 246,3 bilhões, 20,7% do mercado;

Ativos totais: R\$ 521,3 bilhões;

Base de clientes: 47,9 milhões;

Câmbio exportação e importação: 28,0% e 24,6% do mercado, respectivamente;

Capitalização: 23,2% do mercado (arrecadação);

Crédito

- Carteira total: R\$ 224,8 bilhões;
- Consignado: R\$ 17,6 bilhões, 22,4% do mercado;
- Crédito para o Agronegócio: 59,8% do Sistema Nacional de Crédito Rural;
- Crédito pessoa jurídica: R\$ 97,0 bilhões;

Captação total: R\$ 362,6 bilhões;

Faturamento com cartões de débito: R\$ 29,5 bilhões;

Internet e *Mobile Banking*: 9,3 milhões de clientes habilitados;

Pagamento de servidores públicos: 5,2 milhões de servidores;

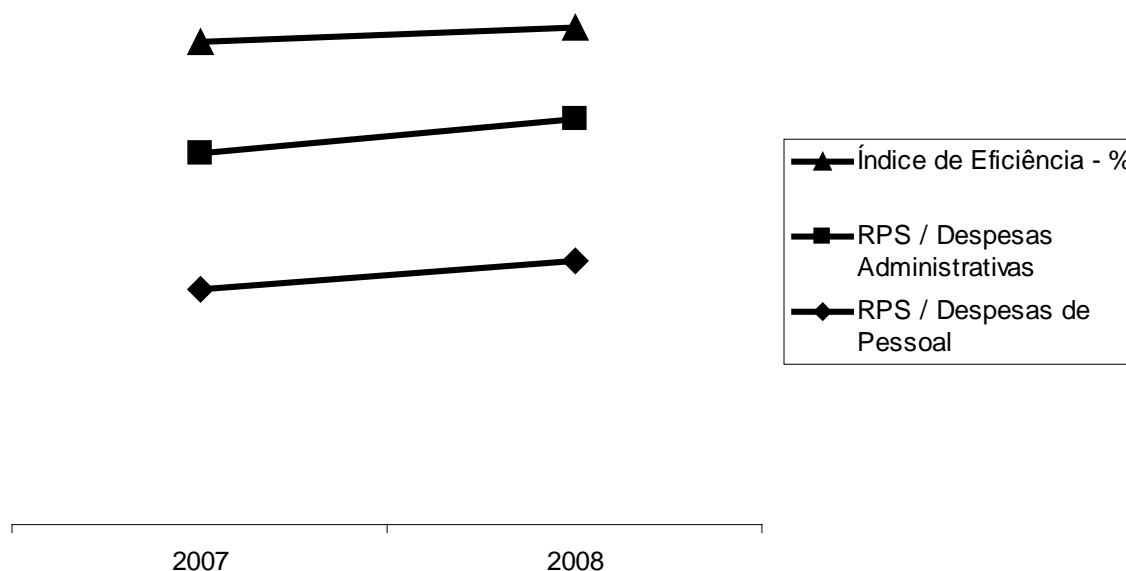
Pagamento de aposentados e pensionistas do INSS: 74,5 milhões;

Rede de Terminais de Autoatendimento: 39,7 mil terminais;

Rede própria de atendimento: 15.964 pontos de atendimento.

- As receitas de operações de crédito totalizaram R\$ 33,2 bilhões, evolução de 31,5% em relação ao ano anterior, acompanhando o crescimento da carteira de crédito.
- As receitas de prestação de serviços, já impactadas pelas resoluções do CMN que alteram a cobrança de tarifas no Sistema Financeiro Nacional, atingiram R\$ 10,5 bilhões, incremento de 6,4% em relação ao ano de 2007.
- As despesas administrativas, que compreendem as despesas de pessoal e as outras despesas administrativas, totalizaram R\$ 16,1 bilhões, crescimento de 1,4% em 12 meses.

### Índices de Produtividade (%)



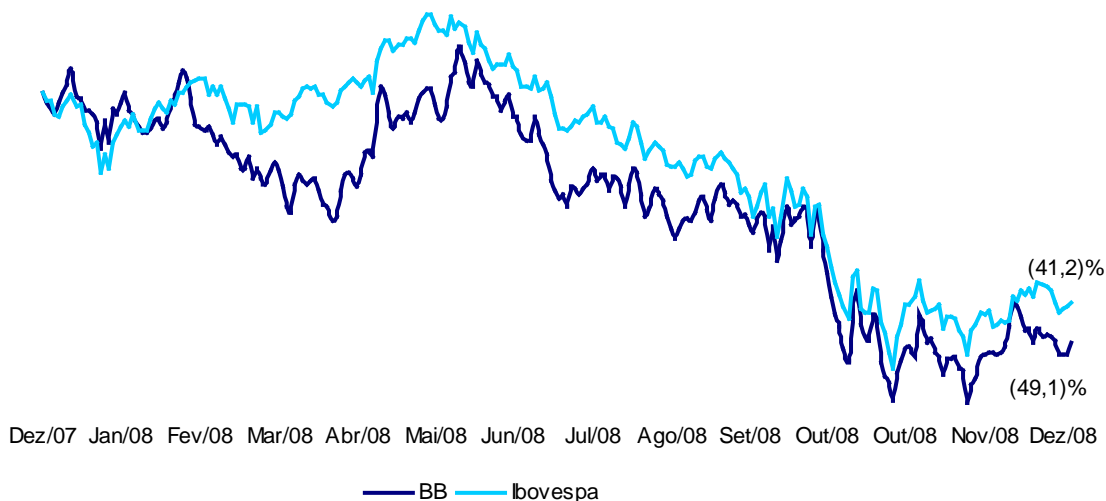
- As despesas com provisões requeridas para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) atingiram R\$ 6,8 bilhões no ano, crescimento de 26,5% em 12 meses, representando 3,6% da carteira de crédito. O BB realizou, ainda, provisão adicional de R\$ 1,6 bilhão em razão da revisão dos modelos estatísticos de perda esperada de crédito.
- No ano, os investimentos do BB somaram R\$ 1,1 bilhão, 66,8% a mais do que no ano de 2007. Destaca-se o montante investido em imóveis (reformas e construções), no valor de R\$ 425,6 milhões, equipamentos (R\$ 131,9 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 590,8 milhões).

*Para informações mais detalhadas sobre o desempenho econômico-financeiro do BB, veja o Relatório Análise do Desempenho no [bb.com.br/ri](http://bb.com.br/ri).*

## DESEMPENHO DOS PAPÉIS

As ações do Banco do Brasil (BBAS3) encerraram o ano cotadas a R\$ 14,68, desvalorização de 49,1% em 12 meses. O desempenho reflete a instabilidade do mercado de capitais mundial decorrente da crise pela qual o sistema financeiro passa.

### Ações do BB vs. Ibovespa



A BBAS3 foi negociada em todos os pregões da Bovespa, com volume médio diário de R\$ 93,6 milhões no ano, contra R\$ 60,4 milhões no ano anterior, e permaneceu listada nas carteiras teóricas dos principais índices da bolsa paulista: Ibovespa, Ibrx50, Ibrx, IGC, ISE e Itag. No Ibovespa, saiu da 13ª posição na carteira setembro/dezembro de 2007 para 12ª na carteira vigente.

Em função da desvalorização das suas ações, a capitalização de mercado do BB recuou 49,9% e atingiu R\$ 37,7 bilhões. O índice Preço/Valor Patrimonial chegou a 1,3x. O lucro líquido por ação foi de R\$ 3,44 no ano.

O Banco do Brasil adota a política de distribuir 40% do lucro líquido auferido (*payout*) sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, em periodicidade trimestral. A título de rendimentos aos acionistas, foram destinados R\$ 3,5 bilhões no ano: R\$ 2,0 bilhão como dividendos e R\$ 1,5 bilhões na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Os 60% remanescentes do lucro são destinados a reservas legais, estatutárias e para expansão dos negócios.

## DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS

### Base de Clientes

- 47,9 milhões de clientes e 30,3 milhões de contas correntes (28,4 milhões de contas de pessoa física e 1,9 milhão de pessoa jurídica), evolução de 10,5% em relação ao ano anterior. Dos clientes não-correntistas, 7,4 milhões são poupadores, 2,5 milhões beneficiários do INSS e 5,4 milhões consumidores de outros produtos e serviços.
- Ampliação da base de contas correntes de pessoa física de 10,3% em 12 meses no mercado varejo, como resultado das estratégias de aquisição de folhas de pagamento associada ao desenvolvimento de ações para a retenção de clientes.

### Rede de Atendimento

- 16,0 mil pontos de atendimento no País, a maior rede bancária própria do Brasil, e 9,0 mil correspondentes.
- Rede própria no exterior formada por 43 pontos de atendimento em 23 países. A rede complementar é formada por 1.266 bancos correspondentes em 142 países.
- 39,7 mil terminais de auto-atendimento e canais alternativos como a Central de Atendimento, SAC, Portal BB e *Mobile Banking*, além dos terminais da Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, Bradesco e Besc compartilhados.

### Canais eletrônicos

- 91,1% das transações realizadas pelos clientes BB no ano foram através dos canais de auto-atendimento, sendo que a rede de TAAs respondeu por 40,6% das transações.
- 9,3 milhões de clientes cadastrados para usar *internet banking* e *mobile banking*, responsável por 2,4 bilhões de transações. As transações via *internet banking* responderam por 33,5% do total das transações realizadas.
- O BB disponibiliza o licitações-e, um dos principais sistemas de compras eletrônicas utilizados pelo setor público. No ano de 2008, foram realizados 55,1 mil processos licitatórios, totalizando R\$ 11,7 bilhões negociados, incremento de 31,3% em relação ao ano de 2007.

---

## Crédito

---

A carteira de crédito do BB atingiu R\$ 224,8 bilhões, evolução de 39,8% em relação ao ano anterior. No critério mais amplo, que soma avais, garantias e títulos e valores mobiliários privados, a carteira de crédito somou R\$ 237,2 bilhões.

R\$ milhões

<b>Carteira de Crédito</b>			
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Δ (%)</b>
<b>País</b>	<b>149.366</b>	<b>209.693</b>	<b>40,4</b>
Pessoa Física	31.998	48.811	52,5
Pessoa Jurídica	65.485	97.192	48,4
- MPE	24.622	34.900	41,7
- Demais	40.863	62.292	52,4
Agronegócios	51.883	63.690	22,8
<b>Exterior</b>	<b>11.373</b>	<b>15.115</b>	<b>32,9</b>
<b>Total</b>	<b>160.739</b>	<b>224.808</b>	<b>39,9</b>

A carteira de crédito no País cresceu 40,4% em 12 meses, consolidando a liderança do BB na concessão de crédito no Brasil, contra 31,1% observado no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A inadimplência apresentou redução em 2008, risco médio de 5,4%. O índice de atraso mais de 90 dias atingiu 2,4%, contra 2,7% registrado no ano anterior. As operações classificadas nos níveis de risco AA, A, B e C responderam por 90,7% da carteira, menor que os 92,2% observados no SFN.

Foram recuperados R\$ 1,7 bilhão de créditos registrados em perdas, valor 18,4% superior em relação ao recuperado em 2007.

### **Consumo**

- Crédito para aquisição de veículos atingiu R\$ 6,7 bilhões, crescimento de 120,7% em relação ao ano anterior. A estratégia de parcerias com crédito oferecido em concessionárias e multimarcas foi responsável por 50,6% do volume contratado e representava 45,3% do total da carteira de crédito a veículos.
- Financiamento de imóveis, com recursos direcionados e próprios, atingiu R\$ 80 milhões.
- Crédito consignado atingiu o montante de R\$ 17,6 bilhões em 2008, crescimento de 48,4% (R\$ 5,7 bilhões) comparativamente a 2007. O Banco desembolsou R\$ 16,1 bilhões em crédito consignado, correspondentes a 3,4 milhão de contratos formalizados no período, e atingiu 19,8% de participação nesse mercado.

- Os servidores públicos, principal nicho de atuação do Banco no crédito consignado, responderam por 83,2% do volume da carteira; os aposentados e pensionistas do INSS por 6,6% e os trabalhadores da iniciativa privada por 10,2%.
- O microcrédito do Banco do Brasil atingiu R\$ 511 milhões ao final do ano, beneficiando o público de menor renda. Os desembolsos nessa modalidade totalizaram mais de R\$ 624,0 milhões.

### **Capital de Giro e Recebíveis**

- Operações com linhas de capital de giro para micro e pequenas empresas alcançaram R\$ 23,6 bilhões, crescimento de 39,5% em relação a 2007.
- Operações com linhas de capital de giro para empresas médias, grandes e *corporate* atingiram R\$ 21,6 bilhões, evolução de 133,6% em relação a 2007.

### **Financiamento a Investimentos**

- Financiamento a investimentos para micro e pequenas empresas acumulou saldo de R\$ 9,3 bilhões em 2008. Destaques para o Proger Urbano Empresarial com R\$ 5,3 bilhões, crescimento de 30,2% em 12 meses, para o Finame Empresarial, que apresentou crescimento de 97,6% em relação a 2007 e saldo de R\$ 889,5 milhões, e para o Cartão BNDES, produto em que o BB é líder com 63,0% dos cartões emitidos.
- Financiamento a investimentos para empresas médias, grandes e *corporate* encerrou o ano com saldo de R\$ 9,9 bilhões em crédito, crescimento de 41,2% em relação ao ano anterior. Nas linhas de investimento para o segmento atacado, merecem destaque as operações com repasses de recursos do BNDES e Finame, que atingiram saldo de R\$ 6,2 bilhões, contra R\$ 4,4 bilhões em 2007.

---

### **Comércio Exterior**

---

Em 2008, o Banco manteve a liderança no mercado de câmbio exportação e importação, com participações de 28,0% e 24,6% e volume de US\$ 54,2 bilhões e US\$ 34,4 bilhões, respectivamente, e no *ranking* de agentes financeiros em operações de comércio exterior do BNDES, com US\$ 1,7 bilhão em desembolso na modalidade BNDES-Exim.

A carteira de crédito desse segmento encerrou o ano com saldo de R\$ 17,2 bilhões, crescimento de 44,6% em 12 meses. Destaque para ACC/ACE, com volume contratado de US\$ 13,0 bilhões.



No Proex, onde o Banco atua como agente financeiro exclusivo da União, foram desembolsados US\$ 297,1 milhões na modalidade Financiamento e US\$ 160,0 milhões na modalidade Equalização, alavancando exportações da ordem de US\$ 335,0 bilhões.

No ambiente das soluções eletrônicas, recorde de 174,9 mil contratos de câmbio realizados na internet, com volume financeiro de US\$ 40,0 bilhões, e destaque para o Balcão de Comércio Exterior, que registrou 6 mil exportadores e 4 mil importadores cadastrados.

14,6 mil empresários foram capacitados no programa de Treinamento em Negócios Internacionais.

---

## Agronegócios

---

O BB possui a maior carteira de crédito ao agronegócio no *ranking* das instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional do Crédito Rural, com participação de 60,7%. Ao final do ano, a carteira de agronegócios do BB representava 28,3% da carteira total, com saldo de R\$ 63,7 bilhões. A carteira era composta por 38,1% de operações de custeio, 27,4% de comercialização, 31,6% de operações de investimento.

O Banco possui mecanismos de mitigação do risco da carteira de custeio agrícola. Na safra 2008/2009, 68,9% das operações de custeio, que corresponde a R\$ 16,7 bilhões, foram contratadas com Seguro Agrícola, Proagro, contratos futuros e de opções ou dentro do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar.

Como principal financiador do Agronegócio no País, o BB é responsável, também, pela execução dos programas do governo para esse segmento. Os recursos disponibilizados são obtidos por meio dos depósitos de poupança e à vista, FAT, FCO, Funcafé, BNDES/Finame e outros.

---

## Captação e Serviços

---

### Captações

- R\$ 362,6 milhões captados, 39,1% de crescimento em relação a 2007. O crescimento das captações reflete o movimento conhecido como “*flight to quality*”. Com a insegurança que a crise global lançou sobre o sistema financeiro brasileiro, o Banco do Brasil passou a ser considerado um “*safe harbor*” para os investidores e houve migração de recursos para o Banco.

R\$ milhões

<b>Captações</b>			
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Δ (%)</b>
Depósitos à Vista	51.311	52.010	1,4
Depósitos de Poupança	45.839	54.965	19,9
Depósitos a Prazo	85.520	149.838	75,2
Captação no Mercado Aberto	72.270	91.434	26,5
Outros	5.612	14.308	154,9
<b>Total</b>	<b>260.553</b>	<b>362.556</b>	<b>39,1</b>

- R\$ 73,7 bilhões captados em CDB a um custo médio de 97,5% do CDI.
- Captações no exterior somaram US\$ 600 milhões, incremento de 220,9% em relação ao ano de 2007.

### **Administração e captação de fundos e programas governamentais**

- Como principal agente do FCO, o BB financiou R\$ 3,5 bilhões em 2008, que gerou/manteve 164 mil empregos diretos e 294 mil indiretos.
- 2,1 milhões de operações com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que somaram R\$ 6,8 bilhões.
- O patrimônio do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, administrado pelo BB, encerrou o ano em R\$ 3,8 bilhões.
- 41 contratos, envolvendo 266,5 mil servidores e R\$ 8,9 bilhões em patrimônio, para prestação de serviços previdenciários e gestão dos recursos financeiros de Regimes Próprios de Previdência Social.

### **Cartões**

- Os negócios com cartões agregaram ao Banco R\$ 3,6 bilhões em receitas, entre equivalência patrimonial, receitas de serviços e de financiamento, incremento de 54,5% em relação a 2007.
- 76,6 milhões de cartões, evolução de 13,6% em relação a 2007. A base de cartões de crédito cresceu 18,7% em 12 meses, totalizando 23,9 milhões de plásticos, e a de débito 11,5%, alcançando 52,7 milhões de cartões.
- Oferecendo serviços como pagamento de contas, crédito para produtores rurais, comércio exterior e micro e pequenas empresas, o faturamento com cartões de crédito chegou a R\$ 9,7 bilhões em

2008, crescimento de 27,0% sobre 2007; e o faturamento com cartões de débito atingiu R\$ 9,1 bilhões, crescimento de 36,2% em relação ao ano anterior.

### **Consórcio**

- BB Consórcios encerrou o ano como a segunda maior administradora do mercado no segmento de automóveis, com 73,4 mil participantes ativos, e 130,9 mil consorciados quando somados todos os segmentos.
- Desde junho, a BB Consórcios comercializa consórcio imobiliário: 4,2 mil cotas de consórcio de imóveis, R\$ 378 milhões em cartas de créditos.

### **Serviços**

- Na arrecadação de tributos, o BB detém 23,2% do mercado na esfera federal e 32,0% na estadual, correspondentes a R\$ 147,7 bilhões e R\$ 87,5 bilhões respectivamente. No mesmo período, foram arrecadados R\$ 8,9 bilhões na esfera municipal.
- Processamento de 46,9 mil folhas de pagamento, entre clientes pessoa jurídica e setor público. No total, o BB atendeu a 9,6 milhões de servidores públicos e funcionários de empresas privadas com esse serviço, mantendo-se líder nesse mercado.
- Centralização da Restituição de Imposto de Renda Pessoa Física, com contabilização de 5,0 milhão de créditos a contribuintes, no valor de R\$ 4,9 bilhões.
- Liderança no número de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS, perfazendo o total de 74,5 milhões de pagamentos, no montante de R\$ 42,1 bilhões.
- Processamento de 4,8 milhões de ordens bancárias do Tesouro Nacional, envolvendo R\$ 284 bilhões, e distribuição da arrecadação federal no valor de R\$ 254,7 bilhões.

---

### **Seguros, previdência e capitalização**

---

Os negócios com seguros, previdência e capitalização agregaram ao Banco R\$ 1,5 bilhão, entre equivalência patrimonial e receitas de serviços, incremento de 24,9% em relação a 2007.

A Aliança do Brasil obteve lucro líquido de R\$ 245,8 milhões no período, resultando em rentabilidade sobre patrimônio líquido médio de 64,7%. Com 2,1 milhões de segurados, a Empresa arrecadou R\$ 1,5 bilhão em prêmios emitidos, 13,3% superior ao desempenho de 2007.

A Brasilveículos registrou, em 2008, prêmios retidos de R\$ 1,0 bilhão, lucro líquido de R\$ 178,8 milhões – 17,6% e 111,7% superiores ao registrado em 2007, respectivamente - e retorno sobre o patrimônio líquido médio de 54,4%. O índice de retenção da carteira é de 79,5%, o que demonstra o excelente grau de fidelização dos segurados.

A Brasilsaúde registrou lucro líquido de R\$ 5,0 milhões em 2008, retorno sobre patrimônio líquido médio de 9,8%. A empresa encerrou o período com uma carteira de 127 mil vidas e R\$ 164,9 milhões em prêmios emitidos, 25,4% superior a 2007.

A Brasilprev alcançou lucro líquido de R\$ 189,8 milhões e retorno sobre patrimônio líquido médio de 48,7%. A arrecadação total foi de R\$ 3,8 bilhões – 19,6% superior a 2007- e os ativos sob sua gestão superaram a marca de R\$ 20,4 bilhões. O índice de resgates da Brasilprev permaneceu o menor de todo o mercado: 8,5%.

Com arrecadação de R\$ 2,0 bilhões, a Brasilcap registrou lucro líquido de R\$ 195,8 milhões, crescimento em 12 meses de 125,5%, e retorno sobre patrimônio líquido médio de 121,8%. Foi mantida a liderança em reservas técnicas (22,5% de participação) e arrecadação (23,2% de participação), distribuindo R\$ 68,1 milhões em prêmios a 41,1 mil títulos no período.

A BB Previdência oferece soluções em previdência complementar fechada para empresas. A Empresa encerrou o ano com patrimônio de R\$ 1,4 bilhão, 41 planos de 54 empresas patrocinadoras e mais de 60 mil participantes.

---

### **Administração de Recursos de Terceiros**

---

Ao final de 2008, a BB DTVM atingiu R\$ 246,3 bilhões em recursos de terceiros administrados, crescimento de 11,9% no ano, e 20,7% de participação de mercado, segundo a Associação Nacional dos Bancos de Investimento - Anbid.

Além dos recursos administrados computados para efeito do *ranking* Anbid, que a consolida como a maior administradora de recursos de terceiros do País, aquela subsidiária detém R\$ 55,9 bilhões em gestão e administração de outros fundos. Dessa forma, a BB DTVM encerrou 2008 gerindo R\$ 302,2 bilhões em recursos de terceiros, crescimento de 15,0% no ano.

---

### **Mercado de Capitais e Tesouraria**

---

O Banco do Brasil atua no mercado de capitais doméstico por meio do BB Banco de Investimento S.A. (BB-BI). Na custódia de ativos no

mercado doméstico, ocupa o 2º lugar no ranking Anbid, com 24,0% de participação.

O BB disponibiliza serviço de compra e venda de ações através da rede de agências, internet (*home broker*) e celular, que resultou em volume de R\$ 14,4 bilhões.

Em 2008, o BB-BI participou de 15 operações de renda fixa com volume de R\$ 3,9 bilhões e de 3 operações de renda variável. Atuou como Coordenador Líder na Oferta Pública de Ações da Copasa, no valor de R\$ 460 milhões, e como Coordenador na Oferta Pública de Ações da Vale, no valor de R\$ 19,4 bilhões. No ranking Anbid de renda variável, ocupa o 4º lugar com o valor de R\$ 3,9 bilhões em 2008.

No mercado de capitais internacional, o BB, por meio de sua corretora externa, BB Securities Ltd, liderou 2 emissões, totalizando US\$ 180 milhões, além de atuar como co-manager na emissão realizada pelo Tesouro Nacional no valor de US\$ 525 milhões e na operação do BNDES no valor de US\$ 1 bilhão.

Em 2008, o volume de negociação no mercado secundário totalizou R\$ 4,4 bilhões e marcou o início da cobertura de investidores no Oriente Médio, em adição aos mercados da Europa e da Ásia.

## **GOVERNANÇA CORPORATIVA**

São órgãos de administração do Banco: o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna, e a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (presidente e nove vice-presidentes) e por 27 diretores estatutários. O BB mantém Conselho Fiscal permanente.

As decisões são tomadas de forma colegiada em todos os níveis da Empresa. Com o propósito de envolver todos os executivos na definição de estratégias e aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco, a Administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança às tomadas de decisão.

No Novo Mercado da Bovespa desde maio de 2006, o Banco do Brasil está comprometido com a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade socioambiental, alinhando a gestão da Organização aos interesses dos acionistas e da sociedade.

---

## **Relacionamento com o mercado**

---

No ano, o Banco realizou 17 eventos com analistas do mercado de capitais nas regionais Apimec. Além disso, aconteceram 63 encontros com investidores e analistas no País, 236 teleconferências com analistas e investidores, 6 *road shows*, 12 conferências e 8 teleconferências de resultado.

Em 2008, além das teleconferências de resultado, o Banco do Brasil realizou teleconferências para esclarecer e informar seus acionistas, analistas e o mercado sobre os momentos peculiares pelos quais a Empresa passou, tais como os efeitos da crise global nos negócios e as aquisições e incorporações de outras instituições financeiras (BESC, BEP e Nossa Caixa) realizadas pelo BB.

Os acionistas e analistas contam com informações atualizadas no site de Relações com Investidores ([bb.com.br/ri](http://bb.com.br/ri)).

---

### Destques do exercício

---

A tabela a seguir destaca diversos acontecimentos ocorridos nos negócios do BB ao longo de 2008:

<b>Jan</b>	- Encerramento da Oferta Pública Secundária de Ações do BB. Foi a oferta pública com maior alocação de papéis para o Varejo.
<b>Fev</b>	- Autorização do Bacen para estabelecer operação de varejo bancário nos Estados Unidos por meio da constituição de uma empresa de remessas, um banco de varejo e um centro de serviços. Os empreendimentos ainda dependem da aprovação dos órgãos reguladores norte-americanos. - Aprovação, pelo Banco Central, do aumento de R\$ 500 milhões no capital social decorrente da antecipação do exercício dos Bônus de Subscrição "C", promovida no ano anterior. Com essas medidas, o <i>free float</i> do Banco do Brasil atingiu 21,7%.

Mar	<p>- Aprovação, pelo CMN, de resolução permitindo que instituições financeiras captadoras de depósitos de poupança rural, inclusive o Banco do Brasil, captassem até 10% do saldo total dos depósitos de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), cujos recursos são direcionados para o crédito imobiliário.</p> <p>- Concessão de ações da Visa Inc. ao Banco do Brasil, à Visanet e à Visavale, como parte da reestruturação global da Visa Internacional. No mesmo mês, na oferta pública de ações da Visa Inc., as empresas mencionadas colocaram à venda 56,1% das ações que possuíam.</p> <p>- Consolidação das demonstrações contábeis de forma proporcional das participações em 12 empresas, aumentando o ativo do BB em cerca de R\$ 12 bilhões.</p>
Abr	<p>- Elevação do <i>rating</i> do Banco do Brasil para grau de investimento (BBB-) pela agência <i>Standard &amp; Poor's</i>.</p>
Maio	<p>- Criação da Diretoria Menor Renda, com o intuito de ampliar o foco estratégico em clientes com renda de até um salário mínimo, que correspondem a cerca de 8,3 milhões de correntistas do BB, 1,4 milhão de correntistas do Banco Popular do Brasil e 15 milhões de clientes não correntistas que mantêm algum tipo de relacionamento com o BB. A nova diretoria integrou à sua estrutura as operações do Banco Popular, centralizou a gestão dos Correspondentes Bancários e as ações relativas ao Desenvolvimento Regional Sustentável.</p> <p>- O BB propôs, e o Governo do Estado de São Paulo aceitou, iniciar tratativas sem nenhum efeito vinculante, visando à incorporação do Banco Nossa Caixa S.A.</p>
Jun	<p>- O Bacen concedeu autorização para o Banco do Brasil operar no crédito imobiliário com recursos da poupança, dentro das regras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).</p>
Jul	<p>- O BB firmou acordo com o FirstRand Limited para constituição de um banco múltiplo com carteiras de crédito, financiamento e investimento, para atuar no mercado brasileiro de financiamento e arrendamento de veículos.</p>
Ago	<p>- Aquisição das ações detidas pela Aliança da Bahia na Aliança do Brasil pelo BB-BI, no valor de R\$ 670 milhões, com o objetivo de intensificar a atuação do Banco do Brasil no segmento de vida e ramos elementares.</p>

<b>Set</b>	- Assinatura do Protocolo de Incorporação do Besc e da Bescr. O BB emitiu 23.074.306 ações ordinárias nominativas correspondentes ao valor econômico do Besc/Bescr de R\$ 685 milhões.
<b>Nov</b>	- Assinatura do Protocolo de Incorporação do BEP. O BB emitiu 2.930.649 ações ordinárias nominativas correspondentes ao valor econômico do BEP de R\$ 81,7 milhões. - Formalização de Memorando de Entendimentos para aquisição do controle acionário do Banco Nossa Caixa, por intermédio da alienação de 76.262.912 ações ordinárias, que corresponde a R\$ 5,4 bilhões, pertencentes ao Estado de São Paulo, equivalentes a 71,25% do capital social total e do capital votante.
<b>Dez</b>	- Cancelamento, sem ônus para as partes, do acordo firmado entre o BB e o FirstRand Limited para constituição de um banco múltiplo para atuação no mercado brasileiro de financiamento e arrendamento de veículos.

---

### Informações Legais

---

Em cumprimento à instrução **CVM 381**, o Banco do Brasil informa que a KPMG Auditores Independentes não prestou ao Banco, em 2008, outros serviços que não de auditoria externa. As empresas para as quais foram prestados serviços de auditoria externa englobam o Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, o Banco do Brasil adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

Em conformidade com o art. 8º da **Circular Bacen 3.068/01**, o Banco do Brasil confirma que possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

Atendendo o art. 243 da **Lei 6.404/76**, o BB informa que os investimentos em sociedades controladas e coligadas atingiram R\$ 2,5 bilhões em 31 de dezembro de 2008. Houve alteração na composição societária em função da aquisição pelo BB-BI das ações detidas pela



Aliança da Bahia na Aliança do Brasil e incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina e do Banco do Estado do Piauí.

De acordo com os critérios de classificação de empresas definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 94,3% dos clientes pessoa jurídica do BB são classificados como microempresas e empresas de pequeno porte. O volume de recursos utilizado pelas microempresas em capital de giro atingiu R\$ 3,2 bilhões e o destinado a empresas de pequeno porte alcançou R\$ 14,9 bilhões, incremento em 12 meses de 154,0% e 34,7%, respectivamente. O saldo das operações de investimento contratadas pelas microempresas alcançou R\$ 1,8 bilhão e pelas empresas de pequeno porte chegou a R\$ 5,8 bilhões, crescimento em 12 meses de 119,0% e 49,1%, respectivamente.

---

## **PROCESSOS INTERNOS**

---

---

### **Gestão de Riscos**

---

A crise econômica mundial afetou de modo moderado as atividades e o resultado do Banco do Brasil. O baixo apetite ao risco e a sólida governança de gestão de riscos moldada à luz das melhores práticas permitiram que o impacto no resultado do Banco em virtude da crise fosse restrito.

Do ponto de vista de risco de mercado, a diretriz do conservadorismo manifesta-se no direcionamento de maior parte dos ativos financeiros para títulos públicos. Ademais, a exposição à variação de moedas é mínima e a atuação com posições proprietárias no mercado de derivativos é irrisória. A alocação de capital para risco de mercado, de acordo com as regras do Bacen, registrou menos de 0,5% do capital total do Banco e reflete o baixo risco de mercado a que o Banco está exposto.

No que se refere ao risco de liquidez, o Banco do Brasil adotou em junho de 2008 atitude conservadora e direcionou esforços para recompor a sua liquidez. O resultado dessa ação, somado à percepção de "porto seguro", tanto no mercado doméstico como no mercado internacional gerou excedentes de caixa da ordem de R\$ 40 bilhões.

O Banco do Brasil utiliza metodologias proprietárias de classificação de risco de crédito de clientes, com base na Frequência Esperada de Inadimplência - FEI. Desenvolvidos em consonância com as melhores práticas de mercado e com os conceitos introduzidos pela Basileia II, esses modelos estatísticos são considerados de vanguarda na análise

de risco de crédito, ponderando, além dos aspectos cadastrais dos clientes (*credit score*), o seu comportamento de crédito (*behaviour score*), em fontes internas e externas, considerando a utilização de produtos bancários, como operações de crédito e conta corrente.

As metodologias de crédito, desenvolvidas e implantadas no Banco, abrangem as análises de risco de clientes de todos os segmentos pessoa jurídica e pessoa física, além de Instituições Financeiras e países. Essas metodologias possibilitaram o aprimoramento do processo de crédito, haja vista a mensuração mais precisa do perfil de risco dos clientes, contribuindo para o crescimento do crédito com qualidade e segurança.

A carteira de crédito do Banco do Brasil tem registrado patamar de inadimplência inferior ao do Sistema Financeiro Nacional nos últimos 33 meses. O nível de provisionamento do Banco encontra-se em linha com os principais concorrentes, ao tempo em que o índice de cobertura do BB, relação entre provisão e atraso, supera positivamente os dos demais bancos.

A gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de risco e concentração são determinadas pelo Conselho de Administração do Banco e pelo Comitê de Risco Global (CRG), que é um fórum composto pelo Presidente e vice-presidentes. As ações para implantação e acompanhamento das diretrizes emanadas pelo CRG são conduzidas em subcomitês específicos (Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional), que são fóruns formados por Diretores.

*Para conhecer as políticas de gestão de riscos do Banco do Brasil, acesse o website [bb.com.br/ri](http://bb.com.br/ri).*

## Basiléia II

O Banco do Brasil trabalha na adequação de seus processos à Basiléia II, com o objetivo final de adotar a abordagem avançada para alocação de capital.

Riscos	R\$ milhões				R\$ milhões		
	Basiléia I		Basiléia II		Capital Econômico		
	Consolidado Financeiro	Consolidado Econômico Financeiro	Consolidado Financeiro	Consolidado Econômico Financeiro	1S08	2S08	
Crédito	27.611	28.369	30.674	30.980	4.434	4.809	
Mercado	866	866	119	119	752	414	
Operacional	-	-	401	401	1.147	539	
<b>TOTAL</b>	<b>28.477</b>	<b>29.235</b>	<b>31.194</b>	<b>31.500</b>	<b>6.333</b>	<b>5.762</b>	

(\*) *Trading book*. A partir do 4T08 contempla *Trading Book*, câmbio e commodities

(\*\*) Calculado por meio de metodologia paramétrica e não-paramétrica (*bootstrap*). Valor Econômico calculado para 4T08 reflete o montante em risco descontado das provisões realizadas frente às perdas esperadas.

---

## **Controles Internos**

---

Ao longo de 2008, no âmbito do Programa de *Compliance*, foi implementado o plano de atuação com foco na gestão do risco operacional e *compliance* estruturado de acordo com os direcionadores do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e do COBIT - *Control Objectives for Information and Related Technology* e aderentes às exigências dos órgãos reguladores e de fiscalização no Brasil e no Exterior.

Foram intensificadas as ações de controles e monitoramento, com avaliações e verificações segregadas para mitigação de riscos junto às unidades gestoras de processos comerciais e operacionais e à rede de dependências no Brasil e no exterior. A atuação junto às empresas do Conglomerado foi realizada por meio da estrutura de governança corporativa das respectivas empresas, em conformidade com a legislação vigente.

As soluções de controles automatizados integram-se à rotina operacional dos processos do Banco, permitindo a realização de testes, o monitoramento eletrônico, a evidenciação e o reporte das fragilidades que requerem ações de mitigação e melhoria contínua dos negócios e produtos do Banco.

O Banco do Brasil unificou as tesourarias doméstica e internacional. Essa nova configuração, organizacional e de processos, proporciona refinamento na gestão financeira do Banco e confere maior segurança às operações e melhor atendimento aos clientes. Com soluções globais, a tesouraria atua nos mercados doméstico e externo atendendo tanto os clientes do Banco quanto o próprio Conglomerado.

---

## **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro**

---

Para o Banco do Brasil, prevenir e combater a lavagem de dinheiro, além de obrigação legal, é uma responsabilidade social e um compromisso com o País. A capacitação dos funcionários e os mecanismos destinados a evitar o uso de produtos e serviços do Banco para a lavagem de dinheiro, bem como para monitorar e detectar indícios, são objetos de aprimoramento constante.

Os treinamentos do BB foram certificados com o selo Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA. O selo é uma certificação conferida pelo Ministério da Justiça a cursos sobre combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao

terrorismo, cujo conteúdo atenda aos requisitos definidos pelo Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Lavagem de Dinheiro.

Em 2008, o Banco participou das reuniões de elaboração da ENCCLA e apoiou a Reunião Plenária do Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo - GAFI.

## PESSOAS

O BB encerrou o semestre com 89,4 mil funcionários, evolução de 9,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Importante ressaltar que esse número inclui os funcionários do Besc e BEP.

	Dez/07	Dez/08
Funcionários	81.855	89.369
Mão-de-obra temporária <sup>1</sup>	8.866	2.430

<sup>1</sup> *Contratados junto a empresas especializadas no fornecimento de mão-de-obra temporária*

A remuneração e os benefícios concedidos aos funcionários foram distribuídos de acordo com a tabela abaixo:

	R\$ milhões		
	2007	2008	Δ (%)
Folha de pagamento <sup>1</sup>	8.159	7.812	- 4,3
Previdência Complementar - Previ <sup>2</sup>	92	118	27,8
Planos de Saúde – Cassi	632	595	- 5,8
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	649	1.134	74,7
Treinamento	73	74	1,2

<sup>1</sup> *Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas.*

<sup>2</sup> *Contribuição patronal à Previ no período. No 1S07, a contribuição ao Plano I foi suspensa, devido ao superávit do mesmo.*

O Banco do Brasil revisou os cálculos de seus ativos e passivos atuariais à luz da Deliberação CVM 371/01 e em decorrência da Resolução 26 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar

com contabilização de R\$ 5,3 bilhão no Plano de Aposentadoria e Pensão e R\$ 1,3 bilhão no Plano de Assistência à Saúde.

*Para maiores informações, consulte o Relatório de Sustentabilidade que compõe este caderno.*

---

## SUSTENTABILIDADE

---

Para o Banco do Brasil, responsabilidade socioambiental é “ter a ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, governo e meio ambiente”.

Por meio da responsabilidade socioambiental, o Banco do Brasil quer alcançar a sustentabilidade econômica, social e ambiental de sua atuação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do nosso País e do Mundo.

*Para saber maiores informações a respeito das práticas do Banco, acesse o Relatório de Sustentabilidade, que compõe este caderno, e que resume os principais acontecimentos do período na Empresa.*

---

### O que nos orienta

---

O BB tem por missão “Ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a Empresa e contribuir para o desenvolvimento do País”.

Para cumprir essa missão, o BB evidencia o conceito de sustentabilidade nas práticas administrativas e negociais do Banco do Brasil, nos compromissos públicos assumidos e no relacionamento da Empresa com seus públicos de interesse.

### Principais compromissos relacionados à sustentabilidade



## PRINCIPAIS RECONHECIMENTOS RECEBIDOS NO EXERCÍCIO

- *Most Shareholder Friendly Company* (“Prêmio Companhia mais amigável para acionistas”), categoria instituições financeiras, Revista *Institucional Investor*.
- Relatório Anual 2006 foi apontado como o segundo melhor relatório do mundo, na visão do mercado financeiro, em premiação promovida pela *Global Reporting Initiative* (GRI).
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Cartões – Negócios” com o Ourocard Agronegócio e com o Ourocard Empresarial com Capital de Giro.
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Core Systems – Melhor Aplicativo para Crédito” com o BB Crédito Parcerias.
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Auto-Atendimento Especial - Instalação Desassistida de TAA”.
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Call Center – Solução de Integração de Infra-estrutura”.
- Prêmio *e-finance* 2008, categoria “Correspondente Bancário Especial”.
- Prêmio B2B Magazine 2008, categoria “Infra-estrutura (bancos)”.
- Prêmio B2B Magazine 2008, categoria “Mobilidade (bancos)”.

- Prêmio Relatório Bancário 2008, categoria “Melhor Serviço de Atendimento”.
- Prêmio Relatório Bancário 2008, categoria “Melhor Serviço de *Mobile Banking*”.
- Mobile Payment - uma das dez maiores inovações brasileiras da última década, em pesquisa realizada pela Revista Exame e pela consultoria Monitor.
- Prêmio Nacional de Gestão Pública (PQGF) – Ciclo 2007, as Diretorias de Agronegócio e de Crédito foram reconhecidas nas faixas bronze e prata, respectivamente, na categoria empresas públicas e sociedades de economia mista.
- Aliança do Brasil - Melhor seguradora do País no ramo vida pela revista Conjuntura Econômica.
- Prêmio Destaque em Comércio Exterior, categoria Apoio à Exportação – Excelência em Comércio Exterior. Reconhecimento oferecido pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).
- Prêmio “Melhores Práticas em Educação Corporativa”, categoria Institucional, projeto “ Gestão por Competências no Banco do Brasil : do mapeamento à certificação de competências profissionais”, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a colaboração e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, que são a maior riqueza do Banco do Brasil, bem como a confiança de acionistas e clientes, razão de existir da nossa Empresa.

*Mais informações: site de Relações com Investidores ([bb.com.br/ri](http://bb.com.br/ri))*

**BALANÇO PATRIMONIAL**

ATIVO	BB-Agências no País e no Exterior		BB - Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>314.653.208</b>	<b>217.823.658</b>	<b>299.739.881</b>	<b>207.313.492</b>
Disponibilidades (Nota 7)	5.375.268	4.341.294	5.544.850	4.352.040
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 8a)	127.830.542	58.668.166	107.237.194	47.162.629
Aplicações no mercado aberto	95.151.703	43.277.459	95.159.368	43.203.104
Aplicações em depósitos interfinanceiros	32.678.839	15.390.707	12.077.826	3.959.525
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros</b>				
<b>Derivativos</b> (Nota 9)	<b>36.839.447</b>	<b>28.774.645</b>	<b>42.346.332</b>	<b>29.936.735</b>
Carteira própria	24.194.172	18.514.865	29.695.948	19.677.617
Vinculados a compromissos de recompra	8.571.019	8.292.958	8.576.649	8.292.444
Vinculados ao Banco Central	1.810.537	712.058	1.810.537	712.058
Vinculados à prestação de garantias	272.710	443.059	272.710	443.059
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9b)	1.991.009	811.705	1.990.488	811.557
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>21.206.709</b>	<b>33.398.532</b>	<b>21.286.986</b>	<b>33.445.089</b>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	178.205	1.036.838	178.230	1.036.876
Créditos vinculados				
Depósitos no Banco Central	20.823.562	32.246.981	20.882.124	32.278.010
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural	10.826	17.406	10.826	17.406
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	61.217	1.680	61.217	1.680
Repasses interfinanceiros	325	--	325	--
Correspondentes	132.574	95.627	154.264	111.117
<b>Relações Interdependências</b>	<b>228.102</b>	<b>188.005</b>	<b>228.102</b>	<b>188.005</b>
Transferências internas de recursos	228.102	188.005	228.102	188.005
<b>Operações de Crédito</b> (Nota 10)	<b>81.328.473</b>	<b>66.101.738</b>	<b>78.872.784</b>	<b>66.216.171</b>
Operações de crédito				
Setor público	10.100.593	849.442	7.363.384	854.198
Setor privado	77.062.023	70.070.514	77.363.963	70.303.187
(Provisão para operações de crédito)	(5.834.143)	(4.818.218)	(5.854.563)	(4.941.214)
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b> (Nota 10)	<b>5.697</b>	<b>436</b>	<b>1.235.592</b>	<b>46</b>
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber				
Setor público	36.670	53.792	36.670	53.792
Setor privado	--	20	1.902.574	445.782
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(30.973)	(53.376)	(672.508)	(484.947)
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	--	--	(31.144)	(14.581)
<b>Outros Créditos</b>	<b>41.087.222</b>	<b>23.488.569</b>	<b>42.070.999</b>	<b>23.147.804</b>
Créditos por avais e fianças honrados	24.135	49.010	24.135	49.010
Carteira de câmbio (Nota 12a)	20.913.621	9.022.874	20.913.621	9.022.874
Rendas a receber	1.038.371	909.475	384.803	340.626
Negociação e intermediação de valores	78.896	29.271	345.819	259.466
Créditos específicos (Nota 11a)	1.701	--	1.701	--
Operações especiais	28	575	28	575
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	440.611	--
Diversos (Nota 11b)	19.854.665	13.997.305	20.799.150	13.999.740
(Provisão para outros créditos)	(824.195)	(519.941)	(838.869)	(524.487)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>751.748</b>	<b>2.862.273</b>	<b>917.042</b>	<b>2.864.973</b>
Participações societárias	3	3	3	3
Outros valores e bens (Nota 13)	259.231	261.363	308.329	262.425
(Provisão para desvalorizações) (Nota 13)	(154.360)	(151.307)	(170.297)	(152.023)
Despesas antecipadas	646.874	2.752.214	779.007	2.754.568



A T I V O	BB-Agências no País e no Exterior		BB - Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<u>206.424.122</u>	<u>157.968.767</u>	<u>221.532.936</u>	<u>159.896.783</u>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<u>195.393.035</u>	<u>151.439.220</u>	<u>212.021.299</u>	<u>153.592.795</u>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b> (Nota 8a)	<u>11.442.051</u>	<u>3.776.730</u>	<u>12.171.103</u>	<u>3.961.278</u>
Aplicações no mercado aberto	--	188.172	242	188.172
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.442.051	3.588.558	12.170.861	3.773.106
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros</b>				
<b>Derivativos</b> (Nota 9)	<u>35.371.039</u>	<u>44.230.436</u>	<u>44.562.242</u>	<u>45.263.866</u>
Carteira própria	7.465.983	19.153.434	16.651.310	20.082.585
Vinculados a compromissos de recompra	14.061.216	20.218.635	14.061.216	20.311.742
Vinculados ao Banco Central	12.196.175	4.233.264	12.196.175	4.238.176
Vinculados à prestação de garantias	1.361.095	287.268	1.367.991	293.400
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9b)	286.570	337.835	285.550	337.963
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<u>274</u>	<u>--</u>	<u>274</u>	<u>--</u>
Repasse interfinanceiros	274	--	274	--
<b>Operações de Crédito</b> (Nota 10)	<u>108.363.702</u>	<u>71.890.399</u>	<u>112.008.779</u>	<u>72.600.655</u>
Operações de crédito				
Setor público	2.252.271	1.602.721	5.108.083	1.617.896
Setor privado	113.314.407	75.325.924	114.225.218	76.021.108
(Provisão para operações de crédito)	(7.202.976)	(5.038.246)	(7.324.522)	(5.038.349)
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b> (Nota 10)	<u>2.805</u>	<u>214</u>	<u>1.731.979</u>	<u>31.667</u>
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber				
Setor público	18.061	26.494	18.061	26.494
Setor privado	--	13	2.922.917	582.531
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(15.256)	(26.293)	(1.169.012)	(568.984)
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	--	--	(39.987)	(8.374)
<b>Outros Créditos</b>	<u>39.910.781</u>	<u>31.541.441</u>	<u>41.207.799</u>	<u>31.735.329</u>
Créditos por avais e fianças honrados	47.038	--	47.038	--
Rendas a receber	32.505	31.360	28.242	31.360
Negociação e intermediação de valores	--	--	691	--
Créditos específicos (Nota 11a)	844.186	756.879	844.186	756.879
Créditos de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	12	--
Diversos (Nota 11b)	39.510.751	31.118.274	40.825.473	31.318.749
(Provisão para outros créditos)	(523.699)	(365.072)	(537.843)	(371.659)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<u>302.383</u>	<u>--</u>	<u>339.123</u>	<u>--</u>
Despesas antecipadas	302.383	--	339.123	--
<b>PERMANENTE</b>	<u>11.031.087</u>	<u>6.529.547</u>	<u>9.511.637</u>	<u>6.303.988</u>
<b>Investimentos</b>	<u>3.232.919</u>	<u>3.028.254</u>	<u>966.237</u>	<u>1.367.860</u>
Participações em coligadas e controladas (Nota 26)				
No país	2.185.853	2.257.083	163.276	1.316.001
No exterior	1.012.214	733.684	--	--
Outros investimentos	89.088	87.271	870.707	115.436
(Provisão para perdas)	(54.236)	(49.784)	(67.746)	(63.577)
<b>Imobilizado de Uso</b> (Nota 14)	<u>3.178.471</u>	<u>2.842.907</u>	<u>3.338.941</u>	<u>2.843.549</u>
Imóveis de uso	2.488.354	2.349.499	2.668.282	2.349.499
Outras imobilizações de uso	5.263.162	4.589.142	5.610.352	4.594.348
(Depreciação acumulada)	(4.573.045)	(4.095.734)	(4.939.693)	(4.100.298)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b> (Nota 14)	<u>45.603</u>	<u>77.826</u>	<u>3.869</u>	<u>1.506.528</u>
Bens arrendados	99.260	137.666	8.215	1.936.813
(Depreciação acumulada)	(53.657)	(59.840)	(4.346)	(430.285)
<b>Intangível</b> (Nota 15)	<u>4.040.645</u>	<u>--</u>	<u>4.598.248</u>	<u>--</u>
Ativos intangíveis	4.042.847	--	4.600.450	--
(Amortização acumulada)	(2.202)	--	(2.202)	--
<b>Diferido</b>	<u>533.449</u>	<u>580.560</u>	<u>604.342</u>	<u>586.051</u>
Gastos de organização e expansão	1.675.713	1.472.388	1.845.801	1.490.090
(Amortização acumulada)	(1.142.264)	(891.828)	(1.241.459)	(904.039)
<b>Total</b>	<u>521.077.330</u>	<u>375.792.425</u>	<u>521.272.817</u>	<u>367.210.275</u>

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	BB-Agências no País e no Exterior		BB - Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>393.278.855</b>	<b>298.388.233</b>	<b>378.074.414</b>	<b>289.570.938</b>
<b>Depósitos</b> (Nota 16a)	<b>224.785.452</b>	<b>174.980.854</b>	<b>212.058.474</b>	<b>168.905.946</b>
Depósitos à vista	51.865.142	51.294.823	51.949.022	51.310.832
Depósitos de poupança	54.965.370	45.839.494	54.965.370	45.839.494
Depósitos interfinanceiros	15.804.085	8.373.560	3.136.771	2.071.567
Depósitos a prazo	101.907.587	69.154.824	101.764.043	69.365.900
Outros depósitos	243.268	318.153	243.268	318.153
<b>Captações no Mercado Aberto</b> (Nota 16c)	<b>87.448.258</b>	<b>64.661.314</b>	<b>86.501.235</b>	<b>64.178.518</b>
Carteira própria	21.311.721	25.215.288	20.962.640	25.217.583
Carteira de terceiros	66.136.537	39.446.026	65.538.595	38.960.935
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>835.076</b>	<b>40.929</b>	<b>1.167.593</b>	<b>520.475</b>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	--	--	248.155	--
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	835.076	40.929	919.438	520.475
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>21.152</b>	<b>11.560</b>	<b>21.161</b>	<b>11.626</b>
Recebimentos e pagamentos a liquidar	772	2.090	781	2.156
Correspondentes	20.380	9.470	20.380	9.470
<b>Relações Interdependências</b>	<b>2.495.853</b>	<b>2.427.885</b>	<b>2.495.853</b>	<b>2.427.887</b>
Recursos em trânsito de terceiros	2.495.480	2.310.930	2.495.480	2.310.930
Transferências internas de recursos	373	116.955	373	116.957
<b>Obrigações por Empréstimos</b>	<b>9.223.333</b>	<b>3.862.160</b>	<b>5.845.958</b>	<b>1.306.761</b>
Empréstimos no país - Instituições Oficiais	2.750.087	--	2.750.087	--
Empréstimos no país - outras instituições	--	--	109.115	--
Empréstimos no exterior (Nota 18a)	6.473.246	3.862.160	2.986.756	1.306.761
<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais</b> (Nota 18b)	<b>13.738.050</b>	<b>11.685.969</b>	<b>13.749.287</b>	<b>11.694.471</b>
Tesouro Nacional	3.485.066	3.185.270	3.485.066	3.185.270
BNDES	6.365.619	3.659.552	6.365.619	3.659.552
Finame	2.688.728	4.118.439	2.699.965	4.126.769
Outras instituições	1.198.637	722.708	1.198.637	722.880
<b>Obrigações por Repasses do Exterior</b>	<b>3.143.690</b>	<b>678.844</b>	<b>95</b>	<b>95</b>
Repasses do exterior	3.143.690	678.844	95	95
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b> (Nota 9b)	<b>3.159.952</b>	<b>1.730.992</b>	<b>3.155.962</b>	<b>1.730.581</b>
Instrumentos financeiros derivativos	3.159.952	1.730.992	3.155.962	1.730.581
<b>Outras Obrigações</b>	<b>48.428.039</b>	<b>38.307.726</b>	<b>53.078.796</b>	<b>38.794.578</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	232.192	231.542	252.368	233.061
Carteira de câmbio (Nota 12a)	15.870.660	6.609.253	15.964.485	6.609.253
Sociais e estatutárias	1.816.963	848.242	1.838.048	849.749
Fiscais e previdenciárias (Nota 20c)	13.342.332	12.181.725	14.345.530	12.593.069
Negociação e intermediação de valores	345.799	505.443	376.629	240.720
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização (Nota 21a)	--	--	3.321.909	--
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota 20a)	428.517	280.504	428.517	280.504
Instrumentos híbridos de capital e dívida	17.696	--	16.817	--
Diversas (Nota 20e)	16.373.880	17.651.017	16.534.493	17.988.222

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	BB-Agências no País e no Exterior		BB - Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<u>97.861.225</u>	<u>53.142.096</u>	<u>113.261.153</u>	<u>53.377.241</u>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<u>97.639.703</u>	<u>53.019.347</u>	<u>113.261.257</u>	<u>53.254.492</u>
<b>Depósitos</b> (Nota 16a)	<u>51.656.948</u>	<u>16.757.000</u>	<u>58.782.622</u>	<u>19.376.542</u>
Depósitos interfinanceiros	3.802.500	453.380	10.928.174	3.072.922
Depósitos a prazo	47.854.448	16.153.901	47.854.448	16.153.901
Outros depósitos	--	149.719	--	149.719
<b>Captações no Mercado Aberto</b> (Nota 16c)	<u>4.631.397</u>	<u>8.091.595</u>	<u>4.629.129</u>	<u>8.091.595</u>
Carteira própria	966.524	2.908.626	964.256	2.908.627
Carteira de terceiros	3.664.873	5.182.969	3.664.873	5.182.968
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<u>365.451</u>	<u>319.534</u>	<u>2.311.307</u>	<u>776.683</u>
Recursos de debêntures	--	--	21.020	--
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	365.451	319.534	2.290.287	776.683
<b>Obrigações por Empréstimos</b>	<u>5.294.568</u>	<u>1.787.974</u>	<u>1.780.855</u>	<u>1.526.609</u>
Empréstimos no exterior	5.294.568	1.787.974	1.780.855	1.526.609
<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais</b> (Nota 18b)	<u>8.671.278</u>	<u>5.780.450</u>	<u>8.687.137</u>	<u>5.792.756</u>
BNDES	4.802.134	5.053.666	4.802.134	5.053.666
Finame	3.869.144	726.784	3.884.811	739.090
Outras instituições	--	--	192	--
<b>Obrigações por Repasses do Exterior</b>	<u>294.422</u>	<u>2.520.719</u>	<u>97.984</u>	<u>382</u>
Repasses do exterior	294.422	2.520.719	97.984	382
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b> (Nota 9b)	<u>739.108</u>	<u>215.561</u>	<u>739.098</u>	<u>216.120</u>
Instrumentos financeiros derivativos	739.108	215.561	739.098	216.120
<b>Outras Obrigações</b>	<u>25.986.531</u>	<u>17.546.514</u>	<u>36.233.125</u>	<u>17.473.805</u>
Fiscais e previdenciárias	(Nota 20c) 2.315.952	--	3.224.798	132.288
Negociação e intermediação de valores	1.784.041	459.059	24.843	1.910
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21a) --	--	9.353.318	--
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 20a) 2.029.282	1.836.432	2.029.282	1.836.432
Operações especiais	2.334	2.344	2.335	2.344
Dívidas subordinadas	(Nota 20d) 11.772.177	10.017.970	11.772.177	10.012.083
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.168.461	898.934	1.168.461	893.779
Diversas	(Nota 20e) 6.914.284	4.331.775	8.657.911	4.594.969
<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	<u>221.522</u>	<u>122.749</u>	<u>--</u>	<u>122.749</u>
<b>PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS CONTROLADAS</b>	<u>--</u>	<u>--</u>	<u>(104)</u>	<u>--</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> (Nota 23)	<u>29.937.250</u>	<u>24.262.096</u>	<u>29.937.250</u>	<u>24.262.096</u>
<b>Capital</b>	<u>13.779.905</u>	<u>13.211.644</u>	<u>13.779.905</u>	<u>13.211.644</u>
De domiciliados no país	12.458.740	13.165.797	12.458.740	13.165.797
De domiciliados no exterior	1.321.165	45.847	1.321.165	45.847
<b>Reservas de Capital</b>	<u>5.188</u>	<u>34</u>	<u>5.188</u>	<u>34</u>
<b>Reservas de Reavaliação</b>	<u>7.286</u>	<u>5.909</u>	<u>7.286</u>	<u>5.909</u>
<b>Reservas de Lucros</b>	<u>15.977.333</u>	<u>10.694.707</u>	<u>15.977.333</u>	<u>10.694.707</u>
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<u>198.729</u>	<u>349.802</u>	<u>198.729</u>	<u>349.802</u>
<b>(Ações em Tesouraria)</b>	<u>(31.191)</u>	<u>--</u>	<u>(31.191)</u>	<u>--</u>
<b>Total</b>	<u>521.077.330</u>	<u>375.792.425</u>	<u>521.272.817</u>	<u>367.210.275</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado			
	2º Sem/2008	Exerc./2008	Exerc./2007	2º Sem/2008	Exerc./2008	Exerc./2007	
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>33.814.442</b>	<b>55.348.356</b>	<b>40.227.229</b>	<b>34.718.432</b>	<b>57.115.713</b>	<b>40.773.097</b>
Operações de crédito	(Nota 10b)	19.273.251	33.031.551	25.032.214	19.309.959	33.220.577	25.261.272
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 10b)	25.405	54.241	67.326	733.766	1.165.857	691.754
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		14.177.012	21.165.973	12.942.859	13.867.929	20.692.255	12.631.887
Resultado de instrumentos financeiros derivativos		(1.136.208)	(1.282.975)	176.126	(1.137.327)	(1.283.280)	175.287
Resultado de operações de câmbio	(Nota 12b)	461.820	469.764	392.226	453.315	464.154	396.419
Resultado das aplicações compulsórias		1.013.162	1.909.802	1.616.478	1.013.162	1.909.802	1.616.478
Resultado financeiro das operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21e)	--	--	--	477.628	946.348	--
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(28.792.677)</b>	<b>(42.993.211)</b>	<b>(25.240.221)</b>	<b>(29.453.849)</b>	<b>(44.296.320)</b>	<b>(25.618.358)</b>
Operações de captação no mercado	(Notas 17a e 17b)	(15.499.451)	(25.542.519)	(17.824.728)	(15.500.109)	(25.531.725)	(17.796.675)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(8.046.191)	(8.853.265)	(1.707.773)	(7.876.553)	(8.684.551)	(1.644.916)
Operações de arrendamento mercantil		(21.850)	(46.577)	(54.030)	(528.367)	(852.352)	(499.349)
Despesas financeiras de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(Nota 21e)	--	--	--	(290.339)	(621.884)	--
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Notas 10f e 10g)	(5.225.185)	(8.550.850)	(5.653.690)	(5.258.481)	(8.605.808)	(5.677.418)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>5.021.765</b>	<b>12.355.145</b>	<b>14.987.008</b>	<b>5.264.583</b>	<b>12.819.393</b>	<b>15.154.739</b>
<b>OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>1.168.357</b>	<b>(1.231.461)</b>	<b>(7.988.157)</b>	<b>1.295.789</b>	<b>(1.149.919)</b>	<b>(7.881.332)</b>
Receitas de prestação de serviços	(Nota 22a)	3.433.455	6.806.077	6.450.122	4.597.386	9.088.792	7.323.477
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 22b)	1.392.948	2.721.886	2.578.145	1.393.111	2.722.001	2.578.145
Despesas de pessoal	(Nota 22c)	(4.643.818)	(8.580.242)	(9.085.899)	(4.806.901)	(8.870.069)	(9.161.077)
Outras despesas administrativas	(Nota 22d)	(3.933.317)	(7.375.501)	(6.666.821)	(4.253.372)	(7.917.260)	(6.735.444)
Despesas tributárias	(Nota 22e)	(1.235.376)	(2.222.744)	(1.972.940)	(1.463.704)	(2.634.872)	(2.063.721)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(Nota 26)	2.005.171	3.028.642	791.373	1.205.024	1.394.233	153.501
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	(Nota 21e)	--	--	--	571.344	892.415	--
Outras receitas operacionais	(Nota 22f)	8.086.082	11.245.922	4.911.762	8.410.554	11.780.014	5.023.572
Outras despesas operacionais	(Nota 22g)	(3.936.788)	(6.855.501)	(4.993.899)	(4.357.653)	(7.605.173)	(4.999.785)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>6.190.122</b>	<b>11.123.684</b>	<b>6.998.851</b>	<b>6.560.372</b>	<b>11.669.474</b>	<b>7.273.407</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	(Nota 22h)	<b>30.517</b>	<b>100.991</b>	<b>266.133</b>	<b>109.874</b>	<b>412.544</b>	<b>280.968</b>
Receitas não operacionais		82.836	191.448	348.360	209.027	561.088	365.905
Despesas não operacionais		(52.319)	(90.457)	(82.227)	(99.153)	(148.544)	(84.937)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>6.220.639</b>	<b>11.224.675</b>	<b>7.264.984</b>	<b>6.670.246</b>	<b>12.082.018</b>	<b>7.554.375</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	(Nota 24)	<b>(795.648)</b>	<b>(1.298.239)</b>	<b>(1.560.509)</b>	<b>(1.237.791)</b>	<b>(2.145.116)</b>	<b>(1.847.035)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(1.954.788)	(2.926.234)	(2.003.139)	(2.329.991)	(3.608.692)	(2.234.953)
Provisão para Contribuição Social		(1.196.265)	(1.810.802)	(730.464)	(1.349.866)	(2.081.175)	(810.989)
Ativo fiscal diferido		2.355.405	3.438.797	1.173.094	2.442.066	3.544.751	1.198.907
<b>PARTICIPAÇÕES NO LUCRO</b>		<b>(613.699)</b>	<b>(1.123.567)</b>	<b>(646.356)</b>	<b>(621.198)</b>	<b>(1.134.068)</b>	<b>(649.221)</b>
<b>PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS CONTROLADAS</b>		<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>--</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>		<b>4.811.292</b>	<b>8.802.869</b>	<b>5.058.119</b>	<b>4.811.292</b>	<b>8.802.869</b>	<b>5.058.119</b>
Número de ações		2.568.186.485	2.568.186.485	2.475.949.269	2.568.186.485	2.568.186.485	2.475.949.269
(Ações em tesouraria)		(1.150.365)	(1.150.365)	--	(1.150.365)	(1.150.365)	--
Total de ações utilizado no cálculo do lucro por ação		2.567.036.120	2.567.036.120	2.475.949.269	2.567.036.120	2.567.036.120	2.475.949.269
Lucro por ação		1,87	3,43	2,04	1,87	3,43	2,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital Realizado		Reservas de Capital		Reservas de Reavaliação em Coligadas e Controladas	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
	Doações Incentivadas Fiscais	Resultado na Venda de Ações em Tesouraria	Agios por Subscrição de Ações	Reservas de Reavaliação em Coligadas e Controladas		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas para Expansão	Banco Múltiplo	Coligadas e Controladas			
<b>Saldo em 31.12.2006</b>	--	355.638	--	6.597	1.095.866	1.794.058	5.210.866	133.862	248.356	--	--	--	20.758.158
Aumento de capital com reservas	--	(355.638)	--	--	--	--	(442.160)	--	--	--	--	--	--
Aumento de capital pelo exercício dos bônus de subscrição	--	797.798	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	500.951
Ajustes de avaliação patrimonial	--	500.951	--	--	--	--	--	(174.012)	109.803	--	--	--	(64.209)
Efeito tributário sobre ajustes de avaliação patrimonial	--	--	--	--	--	--	--	64.496	(32.723)	--	--	--	31.773
JCP/Dividendos prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	782	--	782
<b>Outros Eventos:</b>	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Reavaliação em coligadas/controladas	--	--	--	(264)	--	--	--	--	--	--	--	--	(264)
Realização de reservas de reavaliação em coligadas/controladas	--	--	--	(424)	--	--	--	--	--	--	424	--	34
Doações	34	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>Destinações:</b>	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Reservas	--	--	--	--	252.906	3.237.860	--	--	--	--	--	--	--
Dividendos	--	--	--	--	--	(454.689)	--	--	--	--	--	--	--
Juros sobre o capital próprio	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>Saldo em 31.12.2007</b>	34	(355.638)	--	(688)	1.095.866	4.577.229	4.768.706	24.366	325.436	--	--	--	24.262.096
<b>Mutações do Exercício</b>	34	(355.638)	--	(688)	252.906	2.783.171	4.768.706	(109.516)	77.080	--	--	--	3.503.938
<b>Saldo em 30.06.2008</b>	5.188	--	--	5.760	1.548.351	6.773.352	4.768.706	(80.994)	138.975	--	--	--	26.370.992
Aumento de capital	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	568.261
Aquisição de ações em tesouraria	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(31.191)	(31.191)
Ajustes de avaliação patrimonial	--	--	--	--	--	--	--	78.288	86.752	--	--	--	165.040
Efeito tributário sobre ajustes de avaliação patrimonial	--	--	--	--	--	--	--	(28.726)	4.424	--	--	--	(24.302)
JCP/Dividendos prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8	--	8
<b>Outros Eventos:</b>	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Reavaliação em coligadas/controladas (1)	--	--	--	1.667	--	--	--	--	--	--	--	--	1.667
Realização de reservas de reavaliação em coligadas/controladas	--	--	--	(141)	--	--	--	--	--	--	141	--	--
Doações	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>Destinações:</b>	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Reservas	--	--	--	--	240.585	2.987.212	--	--	--	--	4.811.292	--	4.811.292
Dividendos	--	--	--	--	--	(940.863)	--	--	--	--	(3.227.777)	--	--
Juros sobre o capital próprio	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(767.369)	--	(1.108.222)
<b>Saldo em 31.12.2008</b>	5.188	--	--	7.286	1.788.916	9.419.711	4.768.706	(31.422)	230.151	--	--	(31.191)	29.937.250
<b>Mutações do Semestre</b>	5.188	--	--	1.526	240.585	2.646.359	4.768.706	49.562	91.176	--	--	(31.191)	3.566.258
<b>Saldo em 31.12.2007</b>	34	--	--	5.909	1.348.772	4.577.229	4.768.706	24.366	325.436	--	--	--	24.262.096
Aumento de capital	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	568.261
Aquisição de ações em tesouraria	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(31.191)	(31.191)
Ajustes de avaliação patrimonial	--	--	--	--	--	--	--	(68.953)	(181.929)	--	--	--	(270.882)
Efeito tributário sobre ajustes de avaliação patrimonial	--	--	--	--	--	--	--	33.165	86.644	--	--	--	119.809
JCP/Dividendos prescritos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	620	--	620
<b>Outros Eventos:</b>	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Reavaliação em coligadas/controladas (1)	--	--	--	1.662	--	--	--	--	--	--	--	--	1.662
Realização de reservas de reavaliação em coligadas/controladas	--	--	--	(285)	--	--	--	--	--	--	285	--	--
Subvenções para investimentos por incentivos fiscais	5.154	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	5.154
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.802.869	--	8.802.869
<b>Destinações:</b>	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Reservas	--	--	--	--	440.144	5.753.334	--	--	--	--	--	--	--
Dividendos	--	--	--	--	--	(910.852)	--	--	--	--	--	--	--
Juros sobre o capital próprio	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>Saldo em 31.12.2008</b>	5.188	--	--	7.286	1.788.916	9.419.711	4.768.706	(31.422)	230.151	--	--	(31.191)	29.937.250
<b>Mutações do Exercício</b>	5.188	--	--	1.377	440.144	4.942.482	4.768.706	(55.788)	(95.285)	--	--	(31.191)	5.675.154

(1) Refere-se principalmente a valores incorporados do Besc S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

	BB - Agências no País e Exterior			BB - Consolidado		
	2º Sem/2008	Exercício/2008	Exercício/2007	2º Sem/2008	Exercício/2008	Exercício/2007
<b>FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES</b>						
<b>Lucro Líquido</b>	4.811.292	8.802.869	5.058.119	4.811.292	8.802.869	5.058.119
<b>Ajustes ao Lucro Líquido :</b>	(1.401.992)	(1.212.127)	(841.825)	204.342	824.736	50.839
Depreciações e amortizações	407.926	790.703	728.582	421.488	814.844	729.865
Depreciação de bens arrendados	10.893	23.192	30.543	492.839	783.338	436.312
(Lucro)/prejuízo na equivalência patrimonial	(2.005.171)	(3.028.642)	(791.373)	(1.205.024)	(1.394.233)	(153.501)
(Lucro)/prejuízo na alienação de bens imóveis	(27.887)	(62.139)	(52.908)	(27.887)	(62.139)	(52.908)
(Lucro)/prejuízo na alienação de investimentos	--	--	(169.619)	310	(17.394)	(170.147)
Lucro/prejuízo na alienação de valores e bens	(11.649)	(33.919)	(22.478)	(61.995)	(85.659)	(22.666)
(Ganho)/perda de capital	4.590	4.215	--	(23.745)	(19.613)	--
Reforço/(reversão) de provisão para desvalorização de outros valores e bens	6.285	2.827	(2.456)	6.237	2.836	2.486
(Superveniência)/insuficiência de depreciação	--	--	--	--	--	(69.192)
Variação na taxa de conversão de moedas	--	--	(452.371)	--	--	(574.812)
Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	662.870	1.037.704	--	885.176	1.312.688	--
Provisão para imobilizado de uso	--	83.672	--	--	83.672	--
Variação das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(571.344)	(892.415)	--
Outros ajustes	(449.849)	(29.740)	(109.745)	288.287	298.812	(74.598)
<b>Variações Patrimoniais</b>						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(16.017.875)	3.190.483	(24.660.748)	(5.208.207)	11.733.790	(22.036.208)
Títulos e valores mobiliários	(2.841.915)	794.595	(1.487.848)	(4.607.290)	(11.707.973)	(2.273.456)
Relações interfinanceiras e interdependências	14.668.078	12.229.012	(6.416.175)	14.591.837	12.195.233	(6.440.316)
Operações de crédito	(24.814.922)	(51.700.038)	(25.423.343)	(25.323.876)	(52.064.737)	(24.959.157)
Operações de arrendamento mercantil	(6.270)	(7.852)	3.020	(2.954.812)	(2.935.858)	(20.537)
Outros créditos	(22.398.545)	(25.150.728)	(4.746.719)	(24.330.526)	(28.364.814)	(4.760.069)
Outros valores e bens	3.030.853	1.808.142	(1.925.652)	2.993.022	1.608.808	(1.931.618)
Outras obrigações	17.319.500	18.560.330	6.034.559	18.929.972	33.043.538	5.181.765
Resultados de exercícios futuros	91.897	98.773	(6.132)	(163.648)	(122.749)	(6.132)
Reserva de reavaliação por equivalência patrimonial	--	--	274	--	--	274
Ajuste de avaliação patrimonial	140.738	(151.073)	154.332	140.738	(151.073)	154.332
<b>CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES</b>	<b>(27.419.161)</b>	<b>(32.737.614)</b>	<b>(54.258.138)</b>	<b>(20.917.156)</b>	<b>(27.138.230)</b>	<b>(51.982.164)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>						
Depósitos	79.439.797	84.704.546	30.264.157	75.625.273	82.558.608	29.441.529
Captações no mercado aberto	(1.783.378)	19.326.746	22.859.418	(1.966.316)	18.860.251	22.986.723
Recursos de aceites e emissão de títulos	628.428	840.064	(244.473)	1.453.598	2.181.742	725.146
Obrigações por empréstimos e repasses	12.390.333	14.049.225	3.380.736	7.661.237	9.840.242	2.248.632
Instrumentos financeiros derivativos	1.942.989	1.952.507	(1.564.506)	1.941.924	1.948.359	(1.564.704)
Aumento de capital por incorporação de ações	568.261	568.261	500.952	568.261	568.261	500.952
Aquisição de ações em tesouraria	(31.191)	(31.191)	--	(31.191)	(31.191)	--
Variação na participação minoritária	--	--	--	(104)	(104)	--
Repatriação de recursos	--	--	(752.813)	--	--	(752.813)
Dividendos e bonificações propostos	(1.108.222)	(1.972.921)	(685.196)	(1.108.222)	(1.972.921)	(685.196)
Juros sobre o capital próprio propostos	(816.295)	(1.548.227)	(1.338.051)	(816.295)	(1.548.227)	(1.338.051)
<b>CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>91.230.722</b>	<b>117.889.010</b>	<b>52.420.224</b>	<b>83.328.165</b>	<b>112.405.020</b>	<b>51.562.218</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>						
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber de coligadas/controladas	817.265	817.265	1.317.540	30.851	30.851	540.408
Alienação de bens não de uso próprio	8.423	21.646	66.321	7.903	22.012	72.002
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento	57.314	181.650	33.193	4.594.463	4.667.677	121.595
Alienação de investimentos	4.086	74.084	922.432	251.514	1.166.295	926.509
Aquisição de bens não de uso próprio	(13.817)	(18.970)	(36.673)	(18.724)	(67.373)	(29.568)
Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento	(683.955)	(902.634)	(556.882)	(2.961.734)	(4.494.051)	(1.319.107)
Aquisição de investimentos	(332.334)	(278.749)	(47.584)	(27.363)	(764.672)	(87.676)
Ajuste ao valor de mercado das coligadas	--	--	--	--	--	105
Aplicações no diferido	39.141	47.111	(261.660)	17.916	(18.291)	(201.092)
Aplicações no intangível	(4.040.645)	(4.040.645)	--	(4.598.248)	(4.598.248)	--
<b>CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(4.144.522)</b>	<b>(4.099.242)</b>	<b>1.436.687</b>	<b>(2.703.422)</b>	<b>(4.055.800)</b>	<b>23.176</b>
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>59.667.039</b>	<b>81.052.154</b>	<b>(401.227)</b>	<b>59.707.587</b>	<b>81.210.990</b>	<b>(396.770)</b>
Início do período	46.725.080	25.339.965	4.742.521	46.854.114	25.350.711	4.748.810
Fim do período	106.392.119	106.392.119	4.341.294	106.561.701	106.561.701	4.352.040
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>59.667.039</b>	<b>81.052.154</b>	<b>(401.227)</b>	<b>59.707.587</b>	<b>81.210.990</b>	<b>(396.770)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DESCRIÇÃO	BB Agências no País e Exterior						BB Consolidado					
	2º Sem/2008		Exerc/2008		Exerc/2007		2º Sem/2008		Exerc/2008		Exerc/2007	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
<b>APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>												
Resultado bruto da intermediação financeira	5.021.765		12.355.145		14.987.008		5.264.583		12.819.393		15.154.739	
Receitas de prestação de serviços	4.826.403		9.527.963		9.028.267		5.990.497		11.810.793		9.901.622	
Outras receitas/(despesas) operacionais	623.904		(2.194.377)		(6.020.376)		792.361		(2.035.160)		(5.981.792)	
Resultado não operacional	30.517		100.991		266.133		109.874		412.544		280.968	
<b>Valor Adicionado</b>	<b>10.502.589</b>		<b>19.789.722</b>		<b>18.261.032</b>		<b>12.157.315</b>		<b>23.007.570</b>		<b>19.355.537</b>	
Resultado de participações em coligadas/controladas	2.005.171		3.028.642		791.373		1.205.024		1.394.233		153.501	
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>12.507.760</b>		<b>22.818.364</b>		<b>19.052.405</b>		<b>13.362.339</b>		<b>24.401.803</b>		<b>19.509.038</b>	
Despesas de amortização/depreciação	(407.926)		(790.703)		(728.582)		(421.488)		(814.844)		(729.865)	
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>12.099.834</b>	100,00	<b>22.027.661</b>	100,00	<b>18.323.823</b>	100,00	<b>12.940.851</b>	100,00	<b>23.586.959</b>	100,00	<b>18.779.173</b>	100,00
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>												
<b>Remuneração do Trabalho</b>	<b>4.685.605</b>	38,73	<b>8.629.671</b>	39,18	<b>8.689.938</b>	47,43	<b>4.833.178</b>	37,35	<b>8.889.035</b>	37,69	<b>8.759.401</b>	46,65
Salários e honorários	2.979.925		5.468.099		5.813.973		3.081.792		5.650.182		5.865.638	
Benefícios, encargos sociais e treinamento	1.091.981		2.038.005		2.229.609		1.130.188		2.104.785		2.244.542	
Participações no lucro	613.699		1.123.567		646.356		621.198		1.134.068		649.221	
<b>Remuneração de Governos</b>	<b>2.602.937</b>	21,51	<b>4.595.121</b>	20,86	<b>4.575.766</b>	24,97	<b>3.296.416</b>	25,47	<b>5.895.090</b>	24,99	<b>4.961.653</b>	26,42
No País	<b>2.576.218</b>	21,29	<b>4.555.342</b>	20,68	<b>4.537.381</b>	24,76	<b>3.267.292</b>	25,24	<b>5.851.165</b>	24,80	<b>4.922.476</b>	26,21
INSS sobre salários	571.912		1.074.138		1.042.317		594.921		1.115.103		1.050.897	
Despesas tributárias (exceto IR e CS)	1.231.041		2.216.008		1.967.283		1.459.082		2.627.682		2.057.538	
Imposto de Renda / Contribuição Social	773.265		1.265.196		1.527.781		1.213.289		2.108.380		1.814.041	
No Exterior	<b>26.719</b>	0,22	<b>39.779</b>	0,18	<b>38.385</b>	0,21	<b>29.124</b>	0,23	<b>43.925</b>	0,19	<b>39.177</b>	0,21
Despesas tributárias (exceto IR e CS)	4.336		6.736		5.657		4.622		7.189		6.183	
Imposto de Renda / Contribuição Social	22.383		33.043		32.728		24.502		36.736		32.994	
<b>Remuneração dos Acionistas</b>	<b>4.811.292</b>	39,76	<b>8.802.869</b>	39,96	<b>5.058.119</b>	27,60	<b>4.811.257</b>	37,18	<b>8.802.834</b>	37,32	<b>5.058.119</b>	26,93
Dividendos / juros sobre capital próprio da União	1.262.483		2.305.083		1.357.599		1.262.483		2.305.083		1.357.599	
Dividendos / juros sobre capital próprio de outros acionistas	662.034		1.216.065		665.648		662.034		1.216.065		665.649	
Lucro retido	2.886.775		5.281.721		3.034.872		2.886.775		5.281.721		3.034.871	
Participações minoritárias no lucro retido	--		--		--		(35)		(35)		--	
<b>Valor Distribuído</b>	<b>12.099.834</b>	100,00	<b>22.027.661</b>	100,00	<b>18.323.823</b>	100,00	<b>12.940.851</b>	100,00	<b>23.586.959</b>	100,00	<b>18.779.173</b>	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

**Nota 1 – O Banco e suas Operações**

**Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis**

**Nota 3 – Adoção Inicial da Lei n.º 11.638/07 e da Medida Provisória n.º 449/08**

**Nota 4 – Principais Práticas Contábeis**

**Nota 5 – Demonstrações Contábeis Consolidadas**

**Nota 6 – Valores Incorporados**

**Nota 7 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

**Nota 8 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

**Nota 9 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**

**Nota 10 – Operações de Crédito**

**Nota 11 – Outros Créditos**

**Nota 12 – Carteira de Câmbio**

**Nota 13 – Outros Valores e Bens**

**Nota 14 – Imobilizado de Uso e de Arrendamento**

**Nota 15 – Ativo Intangível**

**Nota 16 – Captações no Mercado**

**Nota 17 – Despesas de Captações com Depósitos e no Mercado Aberto**

**Nota 18 – Obrigações por Empréstimos e Repasses**

**Nota 19 – Operações de Captação no Mercado de Capitais do Exterior**

**Nota 20 – Outras Obrigações**

**Nota 21 – Operações de Seguros, Previdência e Capitalização**

**Nota 22 – Desdobramentos das Contas de Resultado**

**Nota 23 – Patrimônio Líquido**

**Nota 24 – Imposto de Renda e Contribuição Social**

**Nota 25 – Crédito Tributário**

**Nota 26 – Resultado de Participações em Coligadas e Controladas**

**Nota 27 – Transações com Partes Relacionadas**

**Nota 28 – Acordo de Basileia**

**Nota 29 – Planos de Aposentadoria e Pensões e de Assistência à Saúde**

**Nota 30 – Remuneração Paga a Empregados e Dirigentes**

**Nota 31 – Cessão de Empregados a Órgãos Externos**

**Nota 32 – Compromissos, Responsabilidades e Contingências**

**Nota 33 – Instrumentos Financeiros**

**Nota 34 – Outras Informações**



## 1 – O Banco e suas Operações

O Banco do Brasil S.A. é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em Lei, especificamente as previstas no artigo 19 da Lei n.º 4.595/1964.

## 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Banco Central do Brasil – Bacen, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS).

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31.12.2008, o Banco adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei n.º 11.638, aprovada em 28.12.2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória n.º 449, de 03.12.2008. Os ajustes relativos à adoção inicial estão detalhados na Nota 3.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização de instrumentos financeiros e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis contemplam as operações do Banco do Brasil S.A. realizadas no País e no exterior (BB - Agências no País e no Exterior) e a posição consolidada das agências e subsidiárias financeiras e não financeiras no País e no exterior, das Entidades de Propósito Específico no Exterior, bem como das participações em coligadas, conforme recomendação do Bacen (BB-Consolidado).

Para fins de comparabilidade das demonstrações contábeis, foram efetuadas reclassificações dos saldos do exercício de 2007, referentes:

**a)** aos valores depositados em juízo relacionados à compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases negativas de Contribuição Social (Nota 24.c), visando à adequação aos procedimentos/classificações contábeis adotados no 2º semestre de 2008, originados da aplicação da Resolução CMN n.º 3.535 de 31.01.2008. O procedimento implica aumento de saldo em Devedores por Depósito em Garantia (Nota 11.b) e Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias (Nota 32.e), no valor de R\$ 9.460.032 mil;

**b)** às tarifas de prestação de serviços (Nota 22), visando à adequação à Circular Bacen n.º 3.288, de 14.11.2007. O procedimento implica reclassificação de Receita de Prestação de Serviços para Rendas de Tarifas Bancárias no valor de R\$ 2.578.145 mil.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pelo Conselho Diretor, em 17.02.2009.

Demonstramos a seguir os saldos das agências e subsidiárias no exterior apresentados nas demonstrações contábeis do Banco:

	Agências no Exterior		Agências e Subsidiárias no Exterior	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Ativo circulante	39.145.989	25.360.062	34.790.221	25.245.370
Ativo não circulante	18.306.440	11.095.224	19.019.558	11.548.977
Ativo realizável a longo prazo	18.262.771	11.012.903	18.949.105	11.461.163
Ativo permanente	43.669	82.321	70.453	87.814
<b>Total do Ativo</b>	<b>57.452.429</b>	<b>36.455.286</b>	<b>53.809.779</b>	<b>36.794.347</b>
Passivo circulante	42.322.057	27.803.540	37.608.748	27.282.616
Passivo não circulante	11.601.820	6.067.153	11.661.380	6.193.453
Passivo exigível a longo prazo	11.594.859	6.062.246	11.654.419	6.188.546
Resultado de exercícios futuros	6.961	4.907	6.961	4.907
Patrimônio líquido	3.528.552	2.584.593	4.539.651	3.318.278
<b>Total do Passivo</b>	<b>57.452.429</b>	<b>36.455.286</b>	<b>53.809.779</b>	<b>36.794.347</b>
<b>Lucro do Exercício</b>	<b>85.330</b>	<b>166.624</b>	<b>106.573</b>	<b>188.526</b>

### 3 – Adoção Inicial da Lei n.º 11.638/07 e a Medida Provisória n.º 449/08

A Lei n.º 11.638/07 e a Medida Provisória n.º 449/08 alteraram, revogaram e introduziram diversos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976), com vigência em 01.01.2008. A nova Lei e Medida Provisória trouxeram importantes alterações em regras de reconhecimento e mensuração de itens patrimoniais, bem como de apresentação das demonstrações contábeis.

Conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei n.º 11.638/07 e MP n.º 449/08, aprovado pela Deliberação CVM n.º 565, de 17.12.2008, o Banco optou por elaborar o balanço patrimonial inicial com data de 01.01.2008, de acordo com o referido pronunciamento. Dessa forma, essa demonstração contábil é o ponto de partida da contabilidade, sendo que os ajustes iniciais efetuados, quando existentes, foram contabilizados na conta de lucros ou prejuízos acumulados.

O Banco do Brasil, conforme permitido pelo pronunciamento citado, não apresentou os valores comparativos como se as alterações dispostas na Lei n.º 11.638/07 e MP n.º 449/08 estivessem sempre em uso.

Apresentamos a seguir o sumário das práticas contábeis modificadas pela Lei n.º 11.638/07 e MP n.º 449/08:

#### a) Balanço Patrimonial – Grupos de Contas – Ativo

No que se refere à estrutura do Balanço Patrimonial, a Lei n.º 11.638/07 e a Medida Provisória n.º 449/08, ao dar nova redação ao artigo 178 da Lei n.º 6.404/76, disciplinaram sobre a nova composição dos grupos de contas, a saber:

No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I - ativo circulante

II - ativo não circulante, composto por:

**a.1) Ativo Realizável a Longo Prazo** - os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da empresa.

**a.2) Investimento** - as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa.

**a.3) Imobilizado** - ao alterar o artigo 179 da Lei n.º 6.404/76, a Lei n.º 11.638/07 determina que serão classificados no Ativo Imobilizado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. No entanto o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN n.º 3.617, de 30.09.2008, excluiu a aplicabilidade desse dispositivo para os bens objeto de operações de arrendamento mercantil, que devem ser registrados no ativo imobilizado das instituições arrendadoras.

**a.4) Intangível** - a Lei n.º 11.638/07 instituiu o subgrupo Ativo Intangível para registro dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. O Banco Central se manifestou sobre esse dispositivo, através da Carta-Circular n.º 3.357, de 03.12.2008, determinando a classificação no subgrupo Intangível dos softwares adquiridos, desenvolvidos ou em desenvolvimento, registrados após 30.09.2008, e a reclassificação das verbas de relacionamento negocial, principalmente, decorrentes de aquisições de folhas de pagamento, que estavam registradas em Outros Valores e Bens – Despesas Antecipadas.

**a.5) Diferido** – Apesar da Medida Provisória n.º 449/08 ter alterado a redação do artigo 178 da Lei n.º 6.404/76, extinguindo o grupamento Ativo Diferido, a referida MP permitiu, por meio do artigo 299-A, que o saldo existente em 31.12.2008 que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização. Contudo, o Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução n.º 3.617, de 30.09.2008, dispôs que os saldos existentes no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da referida Resolução devem ser mantidos até sua efetiva baixa.

## **b) Balanço Patrimonial – Grupos de Contas – Passivo**

No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I - passivo circulante;

II - passivo não circulante; e

III - patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

**b.1) “Ajustes de Avaliação Patrimonial”**, a MP n.º 449/08 definiu que deverão ser classificadas neste grupamento, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nessa Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

**b.2) O Grupo “Resultados de Exercícios Futuros”** foi extinto pela Medida Provisória n.º 449/08, a qual também disciplinou que o saldo existente em 31.12.2008 deverá ser reclassificado para o passivo não circulante em conta representativa de receita diferida nas informações contábeis consolidadas. Como o Bacen ainda não regulamentou a alteração, o Banco manteve o saldo de R\$ 122.749 mil, em 31.12.2007 e R\$ 221.522 mil, em 31.12.2008, nas informações contábeis das Agências no País e Exterior, porém reclassificou os valores nas informações contábeis consolidadas.

### **c) Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros**

Com relação aos critérios de avaliação do ativo, o artigo 183 da Lei n.º 6.404/76 passou a prever a classificação dos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em categorias que denotam a intenção da Administração com relação a esses ativos. Segundo a nova redação desse artigo, deverão ser avaliados a preço de mercado os ativos destinados à negociação e os ativos classificados como disponíveis para venda.

Os demais ativos financeiros foram avaliados ao custo de aquisição corrigido conforme as disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor de realização, se este for menor. A CVM emitiu a Deliberação n.º 566, em 17.12.2008, aprovando o Pronunciamento Técnico CPC 14 que trata do reconhecimento, mensuração e evidência de instrumentos financeiros. Nesse aspecto, não há efeito patrimonial para o Banco do Brasil, que já aplica a Circular Bacen n.º 3.068, de 08.11.2001, aderente com a Deliberação CVM n.º 566.

### **d) Arrendamento Mercantil Financeiro**

A nova Lei incorporou ao ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens. Dessa forma, passou a abranger inclusive os bens que não são de propriedade da entidade, mas cujos controles, riscos e benefícios são por ela exercidos.

A CVM, em 12.11.2008, emitiu a Deliberação n.º 554, aprovando o Pronunciamento Técnico CPC 06, objetivando estabelecer, para arrendatários e arrendadores, políticas contábeis e divulgações apropriadas a aplicar em relação a arrendamentos mercantis, a saber:

A entidade arrendatária, para fins de elaboração de suas demonstrações contábeis, deve: registrar no ativo imobilizado, em conta específica, o bem arrendado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato, ajustado pela depreciação acumulada calculada desde a data do contrato até a data da transição; registrar, em conta específica, a obrigação por arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente das contraprestações em aberto na data da transição; e registrar a diferença apurada nos itens anteriores, líquida dos efeitos fiscais, contra lucros ou prejuízos acumulados na data da transição. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário anteriormente reconhecidos no resultado do período não podem ser incorporados ao valor do ativo no balanço patrimonial na data de transição.

O Banco, enquanto entidade arrendatária, possui contratos de arrendamento mercantil (*leaseback*) vigentes na data de transição. A aplicação do novo critério acarretou impactos no balanço patrimonial consolidado, contudo não foram efetuados ajustes no Patrimônio Líquido e no resultado consolidado, uma vez que tais ajustes foram considerados imateriais.

A entidade arrendadora, para fins de elaboração de suas demonstrações contábeis, deve: efetuar a baixa do custo do ativo imobilizado e da correspondente depreciação acumulada, contra lucros ou prejuízos acumulados na data da transição e registrar o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro como ativo realizável (contas a receber), contra lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor presente das contraprestações em aberto na data da transição.

O Banco, enquanto entidade arrendadora, possui contratos de arrendamento mercantil, o que ensejou as reclassificações nas demonstrações contábeis consolidadas.

#### **e) Valor de Recuperação de Ativos (*Impairment*)**

Outra inovação da Lei n.º 11.638/07 é a instituição da análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, principalmente, no imobilizado, no intangível e no diferido. Essa análise deve ser efetuada com o objetivo de se registrar as perdas de valor quando o valor recuperável for menor que o contábil do ativo e de revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. Esse assunto já foi regulamentado pela CVM, Deliberação n.º 527, de 01.11.2008, e pelo Banco Central, por meio da aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O Banco efetuou análise de recuperabilidade desses ativos, em 31.12.2008, o que ensejou reconhecimento de provisões para ajuste a valor recuperável, decorrentes: de diferença apurada entre valores registrados na contabilidade e a expectativa de margem de contribuição de relacionamento, sobre contratos realizados com órgãos públicos, e de desvalorizações apuradas em imóveis de uso e em bens móveis de uso - equipamentos de automação bancária.

#### **f) Ajustes a Valor Presente de Ativos e Passivos**

A Lei n.º 11.638/07 instituiu também o ajuste a valor presente para ativos e passivos de longo prazo e para ativos e passivos de curto prazo com efeito relevante. A CVM, por meio da Deliberação n.º 565, de 17.12.2008, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 12, que trata de Ajuste a Valor Presente. O Banco Central ainda não se pronunciou a esse respeito.

As operações do Banco do Brasil já estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização, pois as operações ativas e passivas prefixadas são ajustadas a valor presente pelas rendas e despesas a apropriar, e os créditos e obrigações sujeitos a variações pós-fixadas são realizadas pelo seu valor à vista e têm os respectivos valores periodicamente atualizados pelas taxas contratadas. Os ativos e passivos atuariais, também, já estão a valor presente, de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM n.º 371. Dessa forma, o ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas, de curto e longo prazo, não ocasionou impactos nas demonstrações contábeis do Banco do Brasil.

#### **g) Equivalência Patrimonial**

Pela nova Lei, serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em coligadas sobre cuja administração o Banco tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte do grupo ou estejam sob controle comum. Esse assunto foi regulamentado pela Instrução CVM n.º 469, que alterou a Instrução CVM n.º 247, de 27.03.1996. Com isso, algumas empresas antes avaliadas pelo custo poderiam passar a ser avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e vice-versa. O Banco Central, por meio da Resolução n.º 3.619, de 30.09.2008, adequou suas normas relativas à avaliação de investimentos ao texto da Lei n.º 11.638/07. Não haverá, no âmbito do Banco do Brasil, alteração de método de avaliação de investimentos em decorrência da aplicação desse critério.

#### **h) Prêmios Recebidos na Emissão de Debêntures e Doações e Subvenções para Investimentos**

No patrimônio líquido, foram eliminadas pela Lei n.º 11.638/07 as seguintes contas de reserva de capital: (i) prêmio recebido na emissão de debêntures e (ii) doações e subvenções para investimentos. O Banco Central ainda não regulamentou essa matéria. Segundo a Instrução CVM n.º 469, de 02.05.2008, as empresas poderão manter os saldos existentes até sua efetiva utilização na forma da Lei. O Banco possuía, em 01.01.2008, saldo relativo à doação e subvenção para investimentos de R\$ 5.189 mil, que será mantido conforme permitido pela referida Instrução.

Segundo o novo texto da Lei, agora as doações ou subvenções governamentais para investimentos deverão sensibilizar o resultado da empresa. A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

### i) Reserva de Reavaliação

Outra alteração foi a eliminação da reserva de reavaliação. O Banco do Brasil possuía, em 01.01.2008, saldo de R\$ 7.286 mil, relativo a reavaliações ocorridas em suas investidas. Por determinação do Banco Central, e conforme permitido pela Lei n.º 11.638/07, esse saldo será mantido até a efetiva realização por meio de depreciação ou baixa. Nesse sentido, o Banco do Brasil recomendou às suas subsidiárias e sugeriu às suas coligadas que mantenham os respectivos saldos de reserva de reavaliação.

### j) Lucros Acumulados

Conforme modificação introduzida pela Lei n.º 11.638/07, o lucro líquido do exercício deve ser integralmente destinado de acordo com os fundamentos contidos nos artigos 193 a 197 da Lei n.º 6.404/76. A Lei não eliminou a conta lucros acumulados nem a demonstração de sua movimentação, que devem ser apresentadas como parte da demonstração das mutações do patrimônio líquido. Essa conta, entretanto, tem natureza absolutamente transitória e deve ser utilizada para a transferência do lucro apurado no período, contrapartida das reservas de lucros e para as destinações do lucro. O CMN emitiu, em 28.08.2008, a Resolução n.º 3.605 permitindo que o saldo de lucros acumulados, existente na data da entrada em vigor da referida Resolução, fosse destinado até 31.12.2010. Essa prática não acarretou impactos no Banco do Brasil, que já vem destinando integralmente os valores registrados em lucros acumulados.

### k) Remuneração com Base em Ações

Sob a nova Lei, as participações de debenturistas, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa, devem transitar pelo resultado da empresa. O referido tema foi objeto da Deliberação CVM n.º 562, de 17.12.2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 10. Esse dispositivo não afeta o Banco do Brasil, tendo em vista que não há programa de pagamento baseado em ações.

### l) Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e dos Fluxos de Caixa (DFC)

No que se refere às demonstrações contábeis, a Lei n.º 11.638/07, ao dar nova redação ao artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, eliminou a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e instituiu a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As Deliberações CVM n.º 547, de 13.08.2008, e n.º 557, de 12.11.2008, aprovaram os Pronunciamentos Técnicos 03 e 09 que tratam da DFC e DVA, respectivamente. Com relação a essas alterações, não há impactos para o Banco do Brasil, uma vez que já vem publicando a DFC e a DVA voluntariamente.

Apresentamos os efeitos no Lucro Líquido do Exercício e no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil pela Adoção da Lei n.º 11.638/07 e MP n.º 449/08:

	R\$ mil	
	Resultado	Patrimônio Líquido
	31.12.2008	31.12.2008
Lucro líquido do exercício e patrimônio líquido sem efeitos da Lei n.º 11.938/07 e MP n.º 449/08	8.870.636	30.005.017
Despesa por análise de recuperabilidade	(83.671)	(83.671)
Verba de relacionamento negocial	(42.284)	(42.284)
Imóveis de uso	(37.804)	(37.804)
Móveis de uso – equipamento de automação	(3.583)	(3.583)
Efeitos tributários	15.904	15.904
Lucro líquido do exercício e patrimônio líquido com efeitos da Lei n.º 11.938/07 e MP n.º 449/08	8.802.869	29.937.250

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Demonstramos a seguir, para fins de comparabilidade, as reclassificações decorrentes da aplicação da Lei n.º 11.638/07 e MP n.º 449/08, sobre a situação patrimonial das Agências no País e no Exterior e do Consolidado:

R\$ mil				
BB – Agências no País e no Exterior				
	Saldos em 31.12.2007	Ajustes	Saldos em 01.01.2008	Saldos em 31.12.2008
<b>Ativo</b>	<u>375.792.425</u>	--	<u>375.792.425</u>	521.077.330
<b>Circulante</b>	217.823.658	(2.388.274)	215.435.384	314.653.208
Outros valores e bens - despesas antecipadas <sup>(1)</sup>	2.752.214	(2.388.274)	363.940	646.874
<b>Não Circulante</b>	157.968.767	2.388.274	160.357.041	206.424.122
<b>Imobilizado de Uso</b>	2.842.907	46.076	2.888.983	3.178.471
Imóveis de uso <sup>(2)</sup>	2.349.499	46.584	2.396.083	2.488.354
Outras imobilizações de uso (Depreciação) <sup>(2)</sup>	4.589.142 (4.095.734)	-- (508)	4.589.142 (4.096.242)	5.263.162 (4.573.045)
<b>Intangível</b>	--	<u>2.508.070</u>	<u>2.508.070</u>	<u>4.040.645</u>
Intangível <sup>(1) (3)</sup>	--	2.510.272	2.510.272	4.042.847
(Amortização) <sup>(3)</sup>	--	(2.202)	(2.202)	(2.202)
<b>Diferido</b> <sup>(2) (3)</sup>	<u>580.560</u>	<u>(165.872)</u>	<u>414.688</u>	<u>533.449</u>
Gastos de organização e expansão (Amortização)	1.472.388 (891.828)	(168.582) 2.710	1.303.806 (889.118)	1.675.713 (1.142.264)

R\$ mil				
BB – Consolidado				
	Saldos em 31.12.2007	Ajustes	Saldos em 01.01.2008	Saldos em 31.12.2008
<b>Ativo</b>	<u>367.210.275</u>	<u>(232.695)</u>	<u>366.977.580</u>	<u>521.272.817</u>
<b>Circulante</b>	207.313.492	<u>(1.172.296)</u>	206.141.196	299.739.881
Operações de arrendamento mercantil a receber <sup>(5) (6)</sup>	46	1.215.978	1.216.024	1.235.592
Outros valores e bens - despesas antecipadas <sup>(1)</sup>	2.754.568	(2.388.274)	366.294	779.007
<b>Não Circulante</b>	159.896.783	<u>939.601</u>	160.836.384	221.532.936
<b>Imobilizado de Uso</b>	<u>2.843.549</u>	<u>95.730</u>	<u>2.939.279</u>	<u>3.338.941</u>
Imóveis de uso <sup>(2) (4)</sup>	2.349.499	230.256	2.579.755	2.668.282
Outras imobilizações de uso (Depreciação) <sup>(2) (4)</sup>	4.594.348 (4.100.298)	-- (134.526)	4.594.348 (4.234.824)	5.610.352 (4.939.693)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b> <sup>(5)</sup>	<u>1.506.528</u>	<u>(1.498.327)</u>	<u>8.201</u>	<u>3.869</u>
Bens arrendados (Depreciação acumulada)	1.936.813 (430.285)	(1.923.232) 424.905	13.581 (5.380)	8.215 (4.346)
<b>Intangível</b>	--	<u>2.508.070</u>	<u>2.508.070</u>	<u>4.598.248</u>
Intangível <sup>(1) (3)</sup>	--	2.510.272	2.510.272	4.600.450
(Amortização) <sup>(3)</sup>	--	(2.202)	(2.202)	(2.202)
<b>Diferido</b> <sup>(2) (3)</sup>	<u>586.051</u>	<u>(165.872)</u>	<u>420.179</u>	<u>604.342</u>
Gastos de organização e expansão (Amortização)	1.490.090 (904.039)	(168.582) 2.710	1.321.508 (901.329)	1.845.801 (1.241.459)
<b>Passivo</b>	367.210.275	<u>(232.695)</u>	366.977.580	521.272.817
<b>Circulante</b>	289.570.938	6.755	289.577.693	378.074.414
Outras obrigações	38.794.578	6.755	38.801.333	53.078.796
Diversas <sup>(4)</sup>	17.988.222	6.755	17.994.977	16.534.493
<b>Não Circulante</b>	53.377.241	(239.450)	53.137.791	113.261.153
Outras obrigações	17.473.805	(239.450)	17.234.355	36.233.125
Diversas <sup>(4) (6)</sup>	4.594.969	(239.450)	4.355.519	8.657.911

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(1) Reclassificação para o Intangível das verbas de relacionamento negocial, principalmente, as decorrentes de aquisições de folhas de pagamento, que estavam registradas em Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas - R\$ 2.388.274 mil.

(2) Reclassificação para o Imobilizado das benfeitorias em imóveis de terceiros, que estavam registradas no Diferido – R\$ 46.584 mil e R\$ 508 mil, referente à depreciação acumulada.

(3) Reclassificação para o Intangível dos *softwares*, que estavam registrados no Ativo Diferido – R\$ 121.998 mil e R\$ 2.202 mil, referente à Amortização Acumulada.

(4) Aumento de Imobilizado de Uso em R\$ 183.672 mil, aumento da Depreciação Acumulada em R\$ 134.018 mil (Ativo não Circulante); e aumento de Outras Obrigações – Diversas em R\$ 49.654 mil, sendo R\$ 6.755 mil no Passivo Circulante e R\$ 42.899 no Passivo não Circulante, movimentações decorrentes das operações de *leasing* do Banco do Brasil enquanto agente arrendatário.

(5) De Imobilizado de Arrendamento (Ativo não Circulante) – R\$ 1.923.232 mil e de Depreciação Acumulada (Ativo não Circulante) - R\$ 424.905 mil, para Operações de Arrendamento Mercantil a Receber – Setor Privado (Ativo Circulante), o valor de R\$ 1.498.327 mil, movimentações decorrentes das operações de *leasing* do Banco do Brasil, enquanto agente arrendador.

(6) Reversão de Outras Obrigações – Diversas (Passivo não Circulante) e Operações de Arrendamento Mercantil a Receber – Setor Privado (Ativo Circulante), no valor de R\$ 282.349 mil, movimentações decorrentes das operações de *leasing* do Banco do Brasil, enquanto agente arrendador.

Composição da carteira de operações de arrendamento mercantil a receber, posição consolidada, atendendo à Deliberação CVM n.º 554, de 12.11.2008:

	R\$ mil
<b>BB – Consolidado</b>	<b>31.12.2008</b>
Até um ano	1.266.932
Mais de um ano até cinco anos	1.728.978
Acima de cinco anos	42.792
Total do valor presente <sup>(1)</sup>	3.038.702

(1) Inclui, principalmente, o valor de R\$ 8.502 mil, referente a antecipações a fornecedores de bens de arrendamento. O referido valor não foi considerado na carteira de crédito classificada constante da Nota 10.a.

### 4 – Principais Práticas Contábeis

As práticas a seguir relacionadas são as utilizadas pelo Banco do Brasil (Agências no País e no Exterior):

#### a) Apuração do Resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério das taxas correntes.

#### b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.



### **c) Títulos e Valores Mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativamente e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados e que poderão ser a qualquer tempo objeto de negociação. Esses títulos são ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada do Patrimônio Líquido (Ajustes de Avaliação Patrimonial);

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem intenção e dispõe de capacidade financeira para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Andima, BM&F, Bovespa e Banco Central do Brasil ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados no exercício.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos, classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

### **d) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período;

Hedge de Fluxo de Caixa – para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

**e) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

**f) Despesas Antecipadas**

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à empresa se farão durante o exercício seguinte.

### **g) Ativo Permanente**

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, em conformidade com as instruções e normas do Bacen e da CVM.

As demonstrações das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para reais pelo critério das taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397, de 29.12.1993 e n.º 2.571, de 17.05.1995, e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31.12.1995 e ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias - 4%; veículos - 20%, sistemas de processamento de dados – 20% a 50% e demais itens - 10% (Nota 14).

O Ativo Diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Empresa e o gastos efetuados até 30.09.2008 em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, além dos gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 20%, vide Nota 3.a.5.

O Ativo Intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível, conforme Deliberação CVM n.º 553, de 12.11.2008, quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos do imobilizado, do intangível e do diferido têm seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

### **h) Benefícios a Empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, estão sendo reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria, assistência médica e outros, de responsabilidade do Banco, foram avaliados em 31.12.2008 de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM n.º 371, de 13.12.2000 (Nota 29.b).

### **i) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda é apurado com base na alíquota de 15% e adicional de 10%. A Contribuição Social, a partir de 01.05.2008, está sendo calculada considerando a alíquota de 15% para as empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas (até 30.04.2008, a alíquota era de 9% para todas as empresas).

Os créditos tributários são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases e, atualmente, são observados os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução n.º 3.059, de 20.12.2002, do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355, de 31.03.2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 9% para 15% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para anular, exclusivamente, o efeito do resultado decorrente da majoração da alíquota (6%) sobre os passivos fiscais da CSLL (corrente e diferido), Notas 25.a e 25.b.

O Banco reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, Pasep e Cofins sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

São registrados como obrigações fiscais futuras os tributos (IRPJ, CSLL, Pasep e Cofins) incidentes sobre os ajustes positivos, originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, apropriados no resultado e em contas destacadas do Patrimônio Líquido.

#### **j) Operações Relacionadas às Atividades de Seguros, Previdência e Capitalização**

##### Apuração do Resultado

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas no resultado, em bases estimadas.

A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base na retenção líquida dos prêmios emitidos auferidos.

As operações de cosseguro aceito, retrocessão e do Convênio DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres, do IRB Brasil Resseguros S.A. e da Seguradora Líder, respectivamente.

As receitas de planos de previdência, seguros de vida com cobertura de sobrevivência e capitalização são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio estimado para a sua recuperação, exceto os relacionados à capitalização.

As demais receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

##### **Provisões Técnicas**

As regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas são regulamentados pelas Resoluções n.º 162/2006, n.º 181/2007 e n.º 195/2008 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e Resolução Normativa n.º 75/2004 e n.º 160/2007 da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS e calculados de acordo com as Notas Técnicas Atuariais (NTA) específicas. As NTA's são mantidas nas seguradoras para aprovação da Superintendência de Seguros Privados – Susep e ANS.

##### **Seguros**

A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros, calculados *pro rata die*.

A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos pela seguradora cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida, não sendo aplicável ao segmento de seguro saúde.

A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências da provisão de prêmios não ganhos (PPNG), em função da expectativa de pagamento e reavaliação dos sinistros ocorridos.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) representa a previsão de pagamentos prováveis de indenizações, judiciais ou não, líquida de recuperações, determinada com base nos avisos recebidos até a data do balanço, atualizada monetariamente nos casos de seguros indexados, ajustados pela estimativa de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNER – *Incurring But Not Enough Reported*).

A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados [IBNR – *Incurring But Not Reported* e PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados (do segmento de seguro saúde)] representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações contábeis.

A Provisão Complementar de Prêmios (PCP), registrada em “Outras Provisões”, tem como objetivo manter a empresa resguardada nas transições mensais, mantendo o montante das provisões técnicas de prêmio (PPNG e a PPNG-RVNE) maior ou igual à média diária do mês de apuração.

### **Previdência**

As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor atual das obrigações sob a forma de renda por sobrevivência, pensão e pecúlio, determinada mediante cálculo e premissas atuariais nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, respectivamente. Particularmente para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos nas aplicações dos recursos.

As Provisões para Insuficiência de Contribuições e de Prêmios são constituídas para fazer face aos impactos decorrentes da tendência de maior sobrevivência aos participantes e o seu cálculo é efetuado utilizando-se como parâmetro a tábua de mortalidade “AT 2000 *Male/Female* Suavizada” e premissas relacionadas, considerando todos os planos comercializados.

A Provisão de Oscilação Financeira é constituída para fazer frente aos eventuais impactos de variações desfavoráveis nas taxas futuras de reinvestimento dos recursos destinados ao pagamento de benefícios e resgates aos participantes, considerando a remuneração mínima garantida contratualmente.

### **Capitalização**

A Provisão Matemática para Resgate é calculada sobre o valor nominal dos títulos, atualizada com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela Susep.

As Provisões para Resgate de Títulos Vencidos e Antecipados são constituídas pelos valores dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e efetiva liquidação.

Os valores destinados à constituição da Provisão para Sorteio a Realizar são calculados sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela Susep. A baixa da provisão é registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados.

A Provisão de Sorteio a Pagar é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

### **k) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.535, de 31.01.2008 (Nota 32).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As provisões são constituídas levando-se em consideração a possibilidade de êxito dos pedidos do autor que move ação judicial contra o Banco e suas subsidiárias integrais.

A provisão para as demandas trabalhistas é constituída considerando-se, ainda, uma posição jurisprudencial sobre cada pedido do reclamante.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

### **l) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – *Impairment***

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários e outros valores e bens, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

### **m) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações de curto prazo com alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 7).

## 5 – Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as agências e subsidiárias no País e no Exterior e suas controladas e coligadas diretas e indiretas, a seguir relacionadas:

				Participação Total	
				31.12.2008	31.12.2007
<b>Ramo Financeiro – País</b>			<b>Atividade</b>		
BB Gestão de Recursos–Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	(10)	Administração de Ativos	100%	100%
BB Banco de Investimento S.A.	(1)	(10)	Banco de Investimento	100%	100%
BB Banco Popular do Brasil S.A.	(1)	(10)	Bancária	100%	100%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(1)	(10)	Arrendamento	100%	100%
BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(4)	(10)	Administração de Ativos	99,62%	--
BESC Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	(4)	(10)	Crédito e Financiamento	99,58%	--
BESC Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(4)	(10)	Arrendamento	99%	--
<b>Ramo Financeiro – Exterior</b>					
Banco do Brasil – AG. Viena	(1)	(10)	Bancária	100%	100%
BB Leasing Company Ltd.	(1)	(10)	Arrendamento	100%	100%
BB Securities LLC.	(1)	(10)	Corretora	100%	100%
BB Securities Ltd.	(1)	(10)	Corretora	100%	100%
Brasilian American Merchant Bank – BAMB	(1)	(10)	Bancária	100%	100%
<b>Ramo Segurador, de Previdência e de Capitalização</b>					
Cia. de Seguros Aliança do Brasil	(5)	(9)	Seguradora	100%	70,00%
Brasileículos Companhia de Seguros	(3)	(9)	Seguradora	70,00%	70,00%
Brasilcap Capitalizações S.A.	(3)	(9)	Capitalização	49,99%	49,99%
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(3)	(9)	Seguradora/Previdência	49,99%	49,99%
Brasilsaúde Companhia de Seguros	(3)	(9)	Seguradora/Saúde	49,92%	49,92%
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE	(3)	(9)	Seguradora	12,09%	12,09%
<b>Outras Atividades</b>					
Ativos S.A.	(5)	(10)	Aquisição de Créditos	100%	100%
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(5)	(10)	Prestação de Serviços	100%	100%
BB Administradora de Consórcios S.A.	(5)	(10)	Consórcios	100%	100%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(5)	(10)	Corretora	100%	100%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(5)	(8)	Turismo	100%	100%
BB Money Transfers, Inc	(6)	(10)	Prestação de Serviços	100%	--
BB USA Holding Company, Inc	(6)	(10)	Holding	100%	--
Cobra Tecnologia S.A.	(5)	(9)	Informática	99,39%	99,39%
Cia. Brasileira de Soluções e Serviços CBSS – Visavale	(3)	(9)	Prestação de Serviços	40,35%	40,35%
Cia. Brasileira de Meios de Pagamento CBMP – Visanet	(3)	(10)	Prestação de Serviços	31,63%	32,03%
Kepler Weber S.A.	(2)	(9)	Indústria	17,67%	19,33%
Neoenergia S.A.	(2)	(10)	Energia	11,99%	11,99%
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	(3)	(9)	Aquisição de Créditos	9,09%	9,09%
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	(3)	(9)	Prestação de Serviços	8,96%	8,96%
Dollar Diversified Payment Rights Finance Company	(7)	(10)	Aquisição de Créditos	--	--

- (1) Empresas financeiras controladas.
- (2) Empresas não financeiras, com controle em conjunto, incluídas proporcionalmente na consolidação conforme recomendação do Bacen, com base no contido no parágrafo 2º do artigo 22 da Lei n.º 6.385/1976, acrescida pela Lei n.º 9.447/1997, com a redação dada pelo Decreto n.º 3.995/2001.
- (3) Empresas não financeiras coligadas incluídas proporcionalmente na consolidação conforme recomendação do Bacen, com base no contido no parágrafo 2º do artigo 22 da Lei n.º 6.385/1976, acrescida pela Lei n.º 9.447/1997, com a redação dada pelo Decreto n.º 3.995/2001.
- (4) Empresas financeiras controladas do Besc S.A. que foi incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008 (Nota 6).
- (5) Empresas não financeiras controladas incluídas na consolidação a partir do 1º trimestre de 2008. A não consolidação amparava-se por autorização concedida pela CVM.
- (6) Empresas financeiras controladas autorizadas a funcionar pelo Bacen em novembro/2007 e com movimento operacional a partir de março/2008.
- (7) Entidade não financeira controlada de Propósito Específico.
- (8) Dados para consolidação relativos a outubro/2008.
- (9) Dados para consolidação relativos a novembro/2008.
- (10) Dados para consolidação relativos a dezembro/2008.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A empresa Brasil Aconselhamento Financeiro S.A. – BAF não foi incluída na consolidação, em consonância com o estabelecido no artigo 23 da Instrução da CVM n.º 247, de 27.03.1996, por se encontrar em processo de liquidação.

Demonstramos a seguir, para fins de comparabilidade, os saldos consolidados abrangendo o Conglomerado Financeiro (agências e subsidiárias financeiras no país e no exterior) e as empresas controladas/coligadas não financeiras apresentadas nas demonstrações contábeis do Banco:

### Balanço Patrimonial

	R\$ mil					
	Financeiras		Não Financeiras		Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>Circulante e Realizável a Longo Prazo</b>	<u>492.377.900</u>	<u>360.906.287</u>	<u>17.503.018</u>	<u>13.581.325</u>	<u>511.761.180</u>	<u>373.717.684</u>
Disponibilidades	5.385.499	4.352.040	220.714	169.368	5.544.850	4.458.832
Aplicações interfinanceiras de liquidez	119.299.453	51.123.907	311.640	268.117	119.408.297	51.133.054
Títulos e valores mobiliários	73.223.320	75.200.601	13.909.009	10.980.777	86.908.574	85.924.632
Operações de crédito e arrendamento	190.887.939	138.848.539	--	--	193.849.134	138.848.539
Outros créditos, valores e bens	103.581.689	91.381.200	3.061.655	2.163.063	106.050.325	93.352.627
<b>Permanente</b>	<u>14.970.306</u>	<u>6.303.988</u>	<u>990.683</u>	<u>1.125.574</u>	<u>9.511.637</u>	<u>5.415.110</u>
Investimentos	2.511.317	1.367.860	810.076	930.333	966.237	283.742
Imobilizado	7.312.044	4.350.077	124.962	129.686	3.342.810	4.479.762
Intangível	4.598.248	--	--	--	4.598.248	--
Diferido	548.697	586.051	55.645	65.555	604.342	651.606
<b>Ativo Total</b>	<u>507.348.206</u>	<u>367.210.275</u>	<u>18.493.701</u>	<u>14.706.899</u>	<u>521.272.817</u>	<u>379.132.794</u>
<b>Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>	<u>477.189.131</u>	<u>342.825.430</u>	<u>16.204.364</u>	<u>12.657.215</u>	<u>491.335.671</u>	<u>354.712.717</u>
Depósitos	271.121.700	188.282.488	--	--	270.841.096	187.965.465
Obrigações por empréstimos e repasses	30.052.201	20.321.074	199.701	206.431	30.161.316	20.527.504
Outras obrigações	176.015.230	134.221.868	16.004.663	12.450.784	190.333.259	146.219.748
<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>	<u>221.522</u>	<u>122.749</u>	<u>3.640</u>	<u>35.608</u>	<u>--</u>	<u>158.357</u>
<b>Participação Minoritária nas Controladas</b>	<u>303</u>	<u>--</u>	<u>--</u>	<u>--</u>	<u>(104)</u>	<u>(376)</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<u>29.937.250</u>	<u>24.262.096</u>	<u>2.285.697</u>	<u>2.014.076</u>	<u>29.937.250</u>	<u>24.262.096</u>
<b>Passivo Total</b>	<u>507.348.206</u>	<u>367.210.275</u>	<u>18.493.701</u>	<u>14.706.899</u>	<u>521.272.817</u>	<u>379.132.794</u>

### Demonstração de Resultado

	R\$ mil					
	Financeiras		Não Financeiras		Consolidado	
	Exerc/2008	Exerc/2007	Exerc/2008	Exerc/2007	Exerc/2008	Exerc/2007
Receitas da intermediação financeira	56.105.725	40.773.097	1.039.159	932.368	57.115.713	41.705.465
Despesas da intermediação financeira	(43.587.794)	(25.618.358)	(621.244)	(594.045)	(44.296.320)	(26.212.404)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>12.517.931</u>	<u>15.154.739</u>	<u>417.915</u>	<u>338.323</u>	<u>12.819.393</u>	<u>15.493.061</u>
Outras receitas/despesas operacionais	(1.110.924)	(7.881.332)	1.099.251	841.636	(1.149.919)	(7.854.325)
Resultado operacional	<u>11.407.007</u>	<u>7.273.407</u>	<u>1.517.166</u>	<u>1.179.959</u>	<u>11.669.474</u>	<u>7.638.736</u>
Resultado não operacional	150.801	280.968	261.742	(1.843)	412.544	279.125
Resultado antes da tributação	<u>11.557.808</u>	<u>7.554.375</u>	<u>1.778.908</u>	<u>1.178.116</u>	<u>12.082.018</u>	<u>7.917.861</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.626.005)	(1.847.035)	(519.112)	(361.367)	(2.145.116)	(2.208.402)
Participações no lucro	(1.128.932)	(649.221)	(5.135)	(2.317)	(1.134.068)	(651.538)
Participações minoritárias no lucro	(2)	--	--	--	35	198
<b>Lucro Líquido</b>	<u>8.802.869</u>	<u>5.058.119</u>	<u>1.254.661</u>	<u>814.432</u>	<u>8.802.869</u>	<u>5.058.119</u>

Foram eliminados os saldos contábeis ativos e passivos e as despesas e receitas referentes às transações entre as agências no exterior, empresas consolidadas e o Banco do Brasil S.A.



**6 – Valores Incorporados****a) Banco do Estado de Santa Catarina S.A. e Besc S.A. – Crédito Imobiliário**

Os valores do Besc S.A. e do Besc S.A. – Crédito Imobiliário (Bescr), incorporados pelo Banco do Brasil em 30.09.2008, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil	
	Besc	Bescr
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<u>3.638.920</u>	<u>1.706.171</u>
Disponibilidades	74.526	1.040.202
Aplicações interfinanceiras de liquidez	85.607	--
Títulos e valores mobiliários	1.406.123	154.997
Relações interfinanceiras	1.511.913	486.887
Relações interdependências	205	--
Operações de crédito	388.922	12.702
Outros créditos	164.650	8.770
Outros valores e bens	6.974	2.613
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<u>261.115</u>	<u>921.519</u>
Títulos e valores mobiliários	--	863.593
Relações interfinanceiras	--	10.469
Operações de crédito	246.902	47.180
Outros créditos	14.213	277
<b>Permanente</b>	<u>96.176</u>	<u>252</u>
Investimentos	53.604	3
Imobilizado de uso	23.565	249
Diferido	19.007	--
<b>Total</b>	<u>3.996.211</u>	<u>2.627.942</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<u>3.021.000</u>	<u>2.365.286</u>
Depósitos	2.012.220	2.347.379
Relações interfinanceiras	55.217	--
Relações interdependências	2.472	--
Obrigações por repasses do país – Instituições Oficiais	38.699	--
Outras obrigações	912.392	17.907
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<u>744.658</u>	<u>1.261</u>
Depósitos	642.081	--
Obrigações por repasses do país – Instituições Oficiais	720	--
Outras obrigações	101.857	1.261
<b>Patrimônio Líquido <sup>(1)</sup></b>	<u>230.553</u>	<u>261.395</u>
Capital social	1.319.051	367.380
Reservas de capital	197	--
Reservas de reavaliação	1.669	--
Ajuste a valor de mercado	517	--
Prejuízos acumulados	(1.090.881)	(105.985)
<b>Total</b>	<u>3.996.211</u>	<u>2.627.942</u>
<b>Patrimônio Líquido do Conglomerado Besc Incorporado <sup>(1)</sup></b>		<u>487.368</u>

(1) Por ocasião da incorporação, não foram considerados os seguintes valores: a) no Besc S.A. : da reserva de reavaliação da coligada Cia. Hidromineral Piratuba – R\$ 1.669 mil e do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários - R\$ 517 mil e; b) na Bescr S.A. – Crédito Imobiliário: da parcela do Patrimônio Líquido - R\$ 2.394 mil, referente à participação acionária do Besc S.A.

As participações acionárias do Besc S.A. são as seguintes:

Besc Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos – Bescredi	Controlada	99,58%
Besc S.A. Arrendamento Mercantil – Besc Leasing	Controlada	99,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Bescval	Controlada	99,62%
Besc S.A. Crédito Imobiliário – Bescri	Ligada	0,92%
Cia. Hidromineral Piratuba	Coligada	16,19%
Santa Catarina Seguros e Previdência S.A.	Coligada	32,81%
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços – CCA	Coligada	48,13%

Em 30.09.2007, o Besc Consolidado possuía R\$ 5.139.288 mil de Ativos e R\$ 201.772 mil de Patrimônio Líquido. O lucro líquido do 3º trimestre/2007 foi de R\$ 8.724 mil.

Foi aprovado, pela AGE, de 30.09.2008, o aumento do capital social no Banco do Brasil no valor de R\$ 487.368 mil, que passará de R\$ 13.211.644 mil para R\$ 13.699.012 mil. Em 23.01.2009, o Banco Central homologou o aumento de capital do Banco do Brasil para R\$ 13.649.307 mil, permanecendo R\$ 49.705 mil pendente de homologação por aquela Autarquia. O aumento decorre da incorporação dos patrimônios líquidos do Besc e da Bescri para o Banco do Brasil. Referidos patrimônios foram avaliados pelo valor contábil. O aumento de capital resultou na emissão de 23.074.306 ações ON, sem valor nominal, pelo Banco do Brasil, com os direitos e vantagens constantes em seu Estatuto Social.

Por força da incorporação, o Banco do Brasil passou à condição de sucessor do Besc e da Bescri, no que tange a todos os seus bens, direitos e obrigações. Como decorrência natural, o Besc e a Bescri tiveram suas personalidades jurídicas extintas *pleno jure*.

Em cumprimento ao artigo 264 da Lei n.º 6.404/1976, também foi realizada avaliação do Banco do Brasil pelo valor econômico-financeiro, apurado pelo método do fluxo de caixa descontado, com base no artigo 224 da Lei n.º 6.404/1976. A avaliação concluiu que, pelo valor econômico, os acionistas da Bescri receberão 1 ação para cada 2.403,275850 ações, enquanto que os acionistas do Besc, das três classes de ações, receberão 1 ação para cada 18,31304592 ações.

Foi definido como data-base o dia 30.06.2008, para efeito de transferência dos patrimônios do Besc e da Bescri para o Banco do Brasil, artigo 224, III, da Lei n.º 6.404/1976, e cálculo do valor patrimonial das ações, artigo 264, §3.º e artigo 45, §2.º, da mesma Lei, do Besc e da Bescri, como alternativa de valor de reembolso aos seus acionistas minoritários.

O direito de recesso dos acionistas do Besc e da Bescri não se aplica às ações adquiridas após o dia 11.09.2008, conforme dispõe o artigo 137, § 1.º, da Lei n.º 6.404/1976. Para os acionistas dissidentes, a alternativa de reembolso foi a apurada pelos valores econômicos de R\$ 2,44675527 por ação do Besc e R\$ 0,01864436 por ação da Bescri, uma vez que o valor patrimonial por ação dessas companhias registrou, em 30.06.2008, R\$ 1,26778943 e R\$ 0,01528994, respectivamente.

**b) Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP**

Os valores do Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP, incorporados pelo Banco do Brasil em 28.11.2008, estão demonstrados a seguir:

R\$ mil			
<b>Banco do Estado do Piauí S.A. - BEP</b>			
<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
<b>Circulante</b>	<u>198.517</u>	<b>Circulante</b>	<u>175.782</u>
Disponibilidades	4.443	Depósitos	128.055
Relações interfinanceiras	9.972	Relações interfinanceiras	3
Operações de crédito	64.841	Obrigações por repasses do país – Inst. Oficiais	383
Outros créditos	119.161	Outras obrigações	47.341
Outros valores e bens	100	<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<u>368</u>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<u>56.171</u>	Depósitos	311
Operações de crédito	56.166	Obrigações por repasses do país – Inst. Oficiais	57
Outros créditos	5	<b>Patrimônio Líquido</b>	<u>80.902</u>
<b>Permanente</b>	<u>2.364</u>	Capital social	62.944
Investimentos	432	Reservas de capital	349
Imobilizado de uso	1.932	Reservas de reavaliação	10
		Reservas de lucros	2.303
		Lucros acumulados	15.296
<b>Total</b>	<u>257.052</u>	<b>Total</b>	<u>257.052</u>

Foi aprovado, pela AGE de 28.11.2008, o aumento do capital social no Banco do Brasil no valor de R\$ 80.893 mil, que passará de R\$ 13.699.012 mil para R\$ 13.779.905 mil, após homologação do Bacen. O aumento decorre da incorporação do patrimônio líquido do BEP para o Banco do Brasil. Referido patrimônio foi avaliado pelo valor contábil. O aumento de capital resultou na emissão de 2.930.649 ações ON, sem valor nominal, pelo Banco do Brasil, com os direitos e vantagens constantes em seu Estatuto Social.

Por força da incorporação, o Banco do Brasil passou à condição de sucessor do BEP, no que tange a todos os seus bens, direitos e obrigações. Como decorrência natural, o BEP teve sua personalidade jurídica extinta *pleno jure*.

As Administrações do Banco e do BEP entenderam que os critérios de valor médio das ações cotadas em bolsa, para o Banco do Brasil, e fluxo de caixa descontado, para o BEP, são os que melhor avaliam as respectivas companhias, para efeito da relação de substituição de ações do BEP por ações do Banco do Brasil, conforme disposto no artigo 224, da Lei n.º 6.404/76, e em consonância com o 3º Termo Aditivo ao Contrato do PROES, aprovado pela Resolução n.º 8/2008, do Senado Federal.

Foi definido como data-base o dia 30.06.2008, para efeito de transferência do patrimônio do BEP para o Banco do Brasil, artigo 224, III, da Lei n.º 6.404/1976, e cálculo do valor patrimonial das ações do BEP, artigo 264, §3.º e artigo 45, §2.º, da mesma Lei, como alternativa de valor de reembolso aos seus acionistas minoritários.

O direito de recesso dos acionistas do BEP não se aplica às ações adquiridas após o dia 10.11.2008, conforme dispõe o artigo 137, § 1.º, da Lei n.º 6.404/1976. Para os acionistas dissidentes, a alternativa de reembolso foi a apurada pelo valor econômico de R\$ 6,0558 por ação do BEP, uma vez que o valor patrimonial por ação dessa companhia registrou R\$ 5,5571, em 30.06.2008.

## 7 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	R\$ mil			
	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>Disponibilidades</b>	<u>5.375.268</u>	<u>4.341.294</u>	<u>5.544.850</u>	<u>4.352.040</u>
Disponibilidades em moeda nacional	4.993.470	4.041.773	5.153.849	4.042.514
Disponibilidades em moeda estrangeira	381.798	299.521	381.269	303.020
Aplicações em ouro	--	--	9.732	6.506
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup></b>	<u>101.016.851</u>	<u>20.998.671</u>	<u>101.016.851</u>	<u>20.998.671</u>
<b>Total de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<u>106.392.119</u>	<u>25.339.965</u>	<u>106.561.701</u>	<u>25.350.711</u>

(1) Referem-se a operações cujo vencimento foi igual ou inferior a 90 dias a partir de 31.12.2008.

## 8 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

### a) Composição

	R\$ mil			
	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<u>95.151.703</u>	<u>43.465.631</u>	<u>95.159.610</u>	<u>43.391.276</u>
Re vendas a liquidar – posição bancada	<u>31.450.195</u>	<u>1.521.132</u>	<u>31.458.102</u>	<u>1.518.933</u>
Letras Financeiras do Tesouro	24.060.768	45.302	24.061.453	43.103
Letras do Tesouro Nacional	1.338	20.078	1.338	20.078
Notas do Tesouro Nacional	7.388.089	694.340	7.388.089	694.340
Outros títulos no país	--	--	7.222	--
Outros títulos no exterior	--	761.412	--	761.412
Re vendas a liquidar – posição financiada	<u>63.701.508</u>	<u>41.444.287</u>	<u>63.701.508</u>	<u>41.372.131</u>
Letras Financeiras do Tesouro	61.520.566	2.629.297	61.520.566	2.629.297
Letras do Tesouro Nacional	1.117.194	36.117.064	1.117.194	36.117.064
Notas do Tesouro Nacional	1.063.748	2.607.303	1.063.748	2.607.303
Outros	--	90.623	--	18.467
Re vendas a liquidar – câmaras de liquidação e compensação	--	500.212	--	500.212
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<u>44.120.890</u>	<u>18.979.265</u>	<u>24.248.687</u>	<u>7.732.631</u>
Aplicações em moeda nacional	41.986.277	16.065.289	22.114.074	7.397.135
Aplicações em moeda estrangeira	2.134.613	2.913.976	2.134.613	335.496
<b>Total</b>	<u>139.272.593</u>	<u>62.444.896</u>	<u>119.408.297</u>	<u>51.123.907</u>
Ativo circulante	127.830.542	58.668.166	107.237.194	47.162.629
Ativo não circulante	11.442.051	3.776.730	12.171.103	3.961.278

### b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil					
	BB-Agências no País e no Exterior			BB - Consolidado		
	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
<b>Rendas de Aplicações Compromissadas</b>	<u>4.397.028</u>	<u>7.219.837</u>	<u>4.268.363</u>	<u>4.396.299</u>	<u>7.216.772</u>	<u>4.264.805</u>
Posição bancada	632.619	709.652	452.042	632.637	709.670	452.042
Posição financiada	3.764.409	6.510.185	3.816.321	3.763.662	6.507.102	3.812.763
<b>Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros<sup>(1)</sup></b>	<u>694.120</u>	<u>1.077.542</u>	<u>893.593</u>	<u>285.684</u>	<u>438.415</u>	<u>503.003</u>
<b>Total</b>	<u>5.091.148</u>	<u>8.297.379</u>	<u>5.161.956</u>	<u>4.681.983</u>	<u>7.655.187</u>	<u>4.767.808</u>

(1) Referem-se às rendas sobre as aplicações em depósitos interfinanceiros em moeda nacional.

**9 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**

**a) Títulos e Valores Mobiliários**

R\$ mil

<b>BB – Agências no País e no Exterior</b>											
Vencimento em Dias	31.12.2008							31.12.2007			
	Sem Vencimento	Valor de Mercado				Total			Total		
		0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ganho/(Perda) não Realizado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ganho/(Perda) não Realizado
<b>1 – Títulos para Negociação</b>	2.000	64.235	970.357	4.315.291	11.735.738	16.855.740	17.087.621	=	18.580.275	18.449.263	--
<b>No País</b>	2.000	64.235	970.357	4.315.291	11.735.738	16.855.740	17.087.621	--	18.580.275	18.449.263	--
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	208.602	30.083	4.288.232	4.529.939	4.526.917	--	2.336.104	2.337.273	--
Letras do Tesouro Nacional	--	64.235	761.755	4.284.591	717.782	5.780.146	5.828.363	--	14.441.968	14.382.019	--
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	6.682.760	6.494.006	6.682.760	--	1.785.976	1.713.746	--
Debêntures	--	--	--	617	46.964	49.649	47.581	--	16.227	16.225	--
Ações de companhias abertas	2.000	--	--	--	--	2.000	2.000	--	--	--	--
<b>2 – Títulos Disponíveis para Venda</b>	15.594	557.085	6.488.106	6.198.857	23.678.957	36.772.916	36.938.599	165.683	36.373.926	36.576.019	202.094
<b>No País</b>	15.594	88.914	6.254.577	6.091.370	21.100.820	33.603.807	33.551.275	(52.532)	33.117.221	33.156.319	39.099
Letras Financeiras do Tesouro	--	343	2.795.899	2.230.328	18.223.715	23.250.478	23.250.285	(193)	20.449.917	20.500.821	50.905
Letras do Tesouro Nacional	--	19.722	--	2.487.337	10.043	2.525.431	2.517.102	(8.329)	4.813.391	4.785.870	(27.521)
Notas do Tesouro Nacional	--	--	655.740	932.657	2.093.623	3.716.478	3.682.020	(34.458)	6.513.515	6.532.271	18.756
Debêntures	--	--	--	5.113	697.315	710.291	702.428	(7.863)	162.685	162.739	54
Títulos da Dívida Agrária	--	30	391	1.007	9.223	12.223	10.651	(1.572)	9.317	8.001	(1.316)
Cotas de fundos de investimentos	413	--	--	--	--	413	413	--	2.425	2.425	--
Cotas de Fundos de Desenvolvimento Social	699	--	--	--	--	2.078	699	(1.379)	1.545	564	(981)
Ações de companhias abertas	13.570	--	--	--	--	7.364	13.570	6.206	7.364	20.021	12.657
Ações de companhias fechadas	912	--	--	--	--	912	912	--	--	--	--
Cêdulas de produto rural ( <i>Commodities</i> )	--	68.819	339.590	153.255	--	556.297	561.664	5.367	532.843	536.262	3.419
Outros	--	--	2.462.957	281.673	66.901	2.821.842	2.811.531	(10.311)	624.219	607.345	(16.874)
<b>No Exterior</b>	--	468.171	233.529	107.487	2.578.137	3.169.109	3.387.324	218.215	3.256.705	3.419.700	162.995
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	107.487	2.530.185	2.423.162	2.637.672	214.510	1.474.318	1.637.526	163.208
Títulos de governos estrangeiros	--	468.170	233.529	--	47.952	745.947	749.651	3.704	1.782.387	1.782.174	(213)
Ações de companhias abertas	--	1	--	--	--	--	1	1	--	--	--
<b>3 – Mantidos até o Vencimento</b>	--	1.102.746	50.351	3.348.683	11.408.086	15.906.687	15.909.866	--	16.830.259	16.852.276	--
<b>No País</b>	--	1.084.654	34.972	3.345.639	11.231.630	15.700.555	15.696.895	--	16.451.990	16.453.992	--
Letras Financeiras do Tesouro	--	974.710	8.469	3.345.639	11.214.441	15.543.667	15.543.259	--	16.432.811	16.438.709	--
Notas do Tesouro Nacional	--	--	26.503	--	17.189	46.937	43.692	--	19.179	15.283	--
Títulos Públicos Federais - outros	--	109.944	--	--	--	109.951	109.944	--	--	--	--
<b>No Exterior</b>	--	18.092	15.379	3.044	176.456	206.132	212.971	--	378.269	398.284	--
Eurobonds	--	--	--	--	--	--	--	--	13.154	13.153	--
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	3.044	176.456	172.661	179.500	--	349.188	369.204	--
Títulos de governos estrangeiros	--	18.092	15.379	--	--	33.471	33.471	--	15.927	15.927	--
<b>Total</b>	17.594	1.724.066	7.508.814	13.862.831	46.822.781	69.535.343	69.936.086	165.683	71.784.460	71.877.558	202.094

R\$ mil

Vencimento em Dias	31.12.2008							31.12.2007			
	Sem Vencimento	Valor de Mercado				Total			Total		
		0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ganho/(Perda) não Realizado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ganho/(Perda) não Realizado
<b>Por Carteira</b>	17.594	1.724.066	7.508.814	13.862.831	46.822.781	69.535.343	69.936.086	165.683	71.784.460	71.877.558	202.094
Carteira própria	17.594	1.534.907	2.797.326	8.792.440	18.514.098	31.364.953	31.656.365	62.365	37.766.891	37.675.143	33.153
Vinculados a operações compromissadas	--	189.159	4.609.160	3.088.980	14.751.723	22.526.345	22.639.022	106.845	28.348.342	28.527.064	163.252
Vinculados ao Banco Central	--	--	78.528	1.732.324	12.195.866	14.009.610	14.006.718	(2.898)	4.941.064	4.945.270	3.777
Vinculados à prestação de garantias	--	--	23.800	249.087	1.361.094	1.634.435	1.633.981	(629)	728.163	730.081	1.912

R\$ mil

Vencimento em Anos	31.12.2008					Total		31.12.2007	
	Sem Vencimento	Valor de Mercado				Valor de Custo	Valor de Mercado	Total	
		A Vencer em Até um Ano	A Vencer Entre 1 e 5 Anos	A Vencer Entre 5 e 10 Anos	A Vencer Após 10 Anos			Valor de Custo	Valor de Mercado
<b>Por Categoria</b>	17.594	23.095.711	33.713.355	11.139.103	1.970.323	69.535.343	69.936.086	71.784.460	71.877.558
1 – Títulos para negociação	2.000	5.349.883	9.608.135	2.127.603	--	16.855.740	17.087.621	18.580.275	18.449.263
2 - Títulos disponíveis para venda	15.594	13.244.048	15.591.704	6.116.930	1.970.323	36.772.916	36.938.599	36.373.926	36.576.019
3 – Mantidos até o vencimento	--	4.501.780	8.513.516	2.894.570	--	15.906.687	15.909.866	16.830.259	16.852.276

R\$ mil

Vencimento em Dias	31.12.2008			31.12.2007		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
<b>Por Carteira</b>	34.848.438	35.084.469	69.932.907	27.962.940	43.892.601	71.855.541
Carteira própria	24.194.172	7.465.983	31.660.155	18.514.865	19.153.434	37.668.299
Vinculados a operações compromissadas	8.571.019	14.061.216	22.632.235	8.292.958	20.218.635	28.511.593
Vinculados ao Banco Central	1.810.537	12.196.175	14.006.712	712.058	4.233.264	4.945.322
Vinculados à prestação de garantias	272.710	1.361.095	1.633.805	443.059	287.268	730.327

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

	31.12.2008		31.12.2007	
<b>Por Categoria</b>				
Títulos para negociação	17.087.621	24%	18.449.263	26%
Títulos disponíveis para venda	36.938.599	53%	36.576.019	51%
Títulos mantidos até o vencimento	<u>15.906.687</u>	<u>23%</u>	<u>16.830.259</u>	<u>23%</u>
Valor contábil da carteira	69.932.907	100%	71.855.541	100%
Marcação a mercado da categoria 3	3.179		<u>22.017</u>	
Valor de mercado da carteira	69.936.086		71.877.558	

BB-Consolidado												
Vencimento em Dias	31.12.2008						31.12.2007					
	Valor de Mercado					Total			Total			
	Sem Vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ganho/(Perda) não Realizado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ganho/(Perda) não Realizado	
<b>1 – Títulos para Negociação</b>	<u>445.609</u>	<u>1.619.499</u>	<u>1.743.726</u>	<u>5.143.948</u>	<u>17.183.022</u>	<u>25.391.984</u>	<u>26.135.804</u>	==	<u>19.248.910</u>	<u>19.112.020</u>	==	
<b>No País</b>	<u>445.609</u>	<u>1.581.210</u>	<u>1.732.107</u>	<u>5.143.948</u>	<u>17.140.496</u>	<u>25.293.268</u>	<u>26.043.370</u>	==	<u>19.128.295</u>	<u>18.994.713</u>	==	
Letras Financeiras do Tesouro	--	40.689	281.780	30.121	6.232.676	6.590.193	6.585.266	--	2.336.104	2.337.273	--	
Letras do Tesouro Nacional	--	64.235	1.255.669	4.777.043	717.782	6.775.555	6.814.729	--	14.441.968	14.382.020	--	
Notas do Tesouro Nacional	--	--	55.348	178.127	8.342.171	8.468.422	8.575.646	--	1.785.976	1.713.746	--	
Debêntures	5.630	22.067	--	8.002	917.058	722.000	952.757	--	540.780	537.459	--	
Notas promissórias	--	--	52.531	--	--	52.531	52.531	--	--	--	--	
Ações de companhias abertas	259.176	--	--	--	--	261.650	259.176	--	21.449	22.207	--	
Cotas de fundos de investimentos	2.758	28.765	3.326	35.742	39.128	109.251	109.719	--	1.874	1.874	--	
Títulos Públicos Federais	--	1.404.283	--	--	93.292	1.489.074	1.497.575	--	--	--	--	
Certificados de Depósitos Bancários	178.036	21.171	83.453	114.913	798.389	824.562	1.195.962	--	--	--	--	
Outros	9	--	--	--	--	30	9	--	144	134	--	
<b>No Exterior</b>	--	<u>38.289</u>	<u>11.619</u>	--	<u>42.526</u>	<u>98.716</u>	<u>92.434</u>	--	<u>120.615</u>	<u>117.307</u>	--	
Eurobonds	--	2.788	5.976	--	23.489	36.978	32.253	--	64.133	62.554	--	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	3.295	--	19.037	23.921	22.332	--	52.908	51.175	--	
Certificados de Depósitos	--	35.501	--	--	--	35.469	35.501	--	--	--	--	
Títulos de governos estrangeiros	--	--	2.348	--	--	2.348	2.348	--	3.459	3.463	--	
Cotas de fundos mútuos de renda fixa	--	--	--	--	--	--	--	--	115	115	--	
<b>2 – Títulos Disponíveis para Venda</b>	<u>29.636</u>	<u>588.624</u>	<u>6.559.082</u>	<u>6.275.914</u>	<u>24.920.620</u>	<u>38.206.421</u>	<u>38.373.876</u>	<u>167.455</u>	<u>37.666.142</u>	<u>38.108.802</u>	<u>442.660</u>	
<b>No País</b>	<u>24.446</u>	<u>120.453</u>	<u>6.325.553</u>	<u>6.164.479</u>	<u>22.185.705</u>	<u>34.900.455</u>	<u>34.820.636</u>	<u>(79.819)</u>	<u>34.172.718</u>	<u>34.408.781</u>	<u>236.063</u>	
Letras Financeiras do Tesouro	--	11.392	2.810.282	2.243.785	18.506.429	23.572.467	23.571.888	(579)	20.502.644	20.553.555	50.911	
Letras do Tesouro Nacional	--	19.722	--	2.501.174	10.043	2.539.276	2.530.939	(8.337)	4.813.391	4.785.870	(27.521)	
Notas do Tesouro Nacional	--	--	657.408	935.507	2.148.401	3.775.998	3.741.316	(34.682)	6.513.515	6.532.271	18.756	
Debêntures	--	--	21.262	16.911	1.286.542	1.348.711	1.324.715	(23.996)	447.532	448.318	786	
Títulos da Dívida Agrária	--	30	391	1.007	9.223	12.223	10.651	(1.572)	9.317	8.001	(1.316)	
Cotas de fundos de direitos creditórios	--	--	--	--	3.225	3.229	3.225	(4)	50.408	50.637	229	
Cotas de fundos em participações	--	--	--	--	100.148	97.455	100.148	2.693	1.000	816	(184)	
Cotas de fundos em empresas emergentes	--	--	--	--	2.012	3.400	2.012	(1.388)	--	--	--	
Cotas de fundos de investimentos-outras	4.733	--	--	--	--	8.345	4.733	(3.612)	185.905	220.771	34.856	
Cotas de Fundos de Desenvolvimento Social	699	--	--	--	--	2.078	699	(1.379)	10.321	564	(9.757)	
Ações de companhias abertas	15.226	--	--	--	--	10.678	15.226	4.548	451.969	644.216	192.247	
Ações de companhias fechadas	2.065	--	--	--	371	2.118	2.436	318	7	264	257	
Cotas de fundos de renda variável	1.723	--	--	--	--	8.509	1.723	(6.786)	7.327	6.235	(1.092)	
Cédulas de produto rural – Commodities	--	68.819	339.590	153.255	--	556.297	561.664	5.367	532.843	536.262	3.419	
Dpvt- Letras Financeiras do Tesouro	--	2.779	4.786	8.266	30.818	46.666	46.649	(17)	--	--	--	
Certificados de Depósitos Bancários	--	17.711	28.877	22.901	21.592	91.163	91.081	(82)	--	--	--	
Outros	--	--	2.462.957	281.673	66.901	2.821.842	2.811.531	(10.311)	646.539	621.011	(25.528)	
<b>No Exterior</b>	<u>5.190</u>	<u>468.171</u>	<u>233.529</u>	<u>111.435</u>	<u>2.734.915</u>	<u>3.305.966</u>	<u>3.553.240</u>	<u>247.274</u>	<u>3.493.424</u>	<u>3.700.021</u>	<u>206.597</u>	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	111.435	2.646.204	2.509.144	2.757.839	248.495	1.534.730	1.727.918	193.188	
Títulos de governos estrangeiros	--	468.170	233.529	--	47.952	745.949	749.651	3.702	1.937.069	1.936.856	(213)	
Cotas de fundos de investimentos	--	--	--	--	37.681	27.581	37.681	10.100	20.902	32.145	11.243	
Ações de companhias abertas	--	1	--	--	3.078	972	3.079	2.107	723	3.102	2.379	
Outros	5.190	--	--	--	--	22.320	5.190	(17.130)	--	--	--	
<b>3 – Mantidos até o Vencimento</b>	==	<u>1.176.438</u>	<u>146.595</u>	<u>3.502.569</u>	<u>15.276.310</u>	<u>20.122.856</u>	<u>20.101.912</u>	==	<u>16.830.259</u>	<u>16.852.276</u>	==	
<b>No País</b>	==	<u>1.158.346</u>	<u>131.216</u>	<u>3.499.525</u>	<u>15.099.854</u>	<u>19.916.724</u>	<u>19.888.941</u>	==	<u>16.451.990</u>	<u>16.453.992</u>	==	
Letras Financeiras do Tesouro	--	1.048.402	28.312	3.382.488	11.241.466	15.700.936	15.700.668	--	16.432.811	16.438.709	--	
Notas do Tesouro Nacional	--	--	50.135	43.626	3.780.067	3.900.406	3.873.828	--	19.179	15.283	--	
Letras do Tesouro Nacional	--	--	52.601	73.404	78.300	205.235	204.305	--	--	--	--	
Títulos Públicos Federais – outros	--	109.944	168	7	21	110.147	110.140	--	--	--	--	
<b>No Exterior</b>	--	<u>18.092</u>	<u>15.379</u>	<u>3.044</u>	<u>176.456</u>	<u>206.132</u>	<u>212.971</u>	--	<u>378.269</u>	<u>398.284</u>	--	
Eurobonds	--	--	--	--	--	--	--	--	13.154	13.153	--	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	3.044	176.456	172.661	179.500	--	349.188	369.204	--	
Títulos de governos estrangeiros	--	18.092	15.379	--	--	33.471	33.471	--	15.927	15.927	--	
<b>Total</b>	<u>475.245</u>	<u>3.384.561</u>	<u>8.449.403</u>	<u>14.922.431</u>	<u>57.379.952</u>	<u>83.721.261</u>	<u>84.611.592</u>	<u>167.455</u>	<u>73.745.311</u>	<u>74.073.098</u>	<u>442.660</u>	

BB-Consolidado												
Vencimento em Dias	31.12.2008						31.12.2007					
	Valor de Mercado					Total			Total			
	Sem Vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ganho/(Perda) não Realizado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ganho/(Perda) não Realizado	
<b>Por Carteira</b>	<u>475.245</u>	<u>3.384.561</u>	<u>8.449.403</u>	<u>14.922.431</u>	<u>57.379.952</u>	<u>83.721.261</u>	<u>84.611.592</u>	<u>167.455</u>	<u>73.745.311</u>	<u>74.073.098</u>	<u>442.660</u>	
Carteira própria	469.615	3.195.402	3.737.915	9.852.041	29.064.371	45.543.973	46.319.344	64.139	39.654.087	39.767.047	243.738	
Vinculados a operações compromissadas	5.630	189.159	4.609.160	3.088.979	14.751.725	22.526.346	22.644.653	106.845	28.410.954	28.619.656	193.233	
Vinculados ao Banco Central	--	--	78.528	1.732.324	12.195.867	14.009.611	14.006.719	(2.898)	4.945.975	4.950.182	3.777	
Vinculados à prestação de garantias	--	--	23.800	249.087	1.367.989	1.641.331	1.640.876	(631)	734.295	736.213	1.912	

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Vencimento em Anos	31.12.2008					31.12.2007		R\$ mil	
	Valor de Mercado					Total		Total	
	Sem Vencimento	A Vencer em Até um Ano	A Vencer Entre 1 e 5 Anos	A Vencer Entre 5 e 10 Anos	A Vencer Após 10 Anos	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
<b>Por Categoria</b>	475.245	26.756.395	39.464.586	12.542.637	5.372.729	83.721.261	84.611.592	73.745.311	74.073.098
1 – Títulos para negociação	445.609	8.507.173	14.188.085	2.766.436	228.501	25.391.984	26.135.804	19.248.910	19.112.020
2 - Títulos disponíveis para venda	29.636	13.423.620	16.085.234	6.670.188	2.165.198	38.206.421	38.373.876	37.666.142	38.108.802
3 - Títulos mantidos até o vencimento	--	4.825.602	9.191.267	3.106.013	2.979.030	20.122.856	20.101.912	16.830.259	16.852.276

	31.12.2008			31.12.2007			R\$ mil	
	Valor Contábil			Valor Contábil				
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total		
<b>Por Carteira</b>	40.355.844	44.276.692	84.632.536	29.125.178	44.925.903	74.051.081		
Carteira própria	29.695.948	16.651.310	46.347.258	19.677.617	20.082.585	39.760.202		
Vinculados a operações compromissadas	8.576.649	14.061.216	22.637.865	8.292.444	20.311.742	28.604.186		
Vinculados ao Banco Central	1.810.537	12.196.175	14.006.712	712.058	4.238.176	4.950.234		
Vinculados à prestação de garantias	272.710	1.367.991	1.640.701	443.059	293.400	736.459		

	31.12.2008		31.12.2007		R\$ mil
<b>Por Categoria</b>					
Títulos para negociação	26.135.804	31%	19.112.020	26%	
Títulos disponíveis para venda	38.373.876	45%	38.108.802	51%	
Títulos mantidos até o vencimento	20.122.856	24%	16.830.259	23%	
Valor contábil da carteira	84.632.536	100%	74.051.081	100%	
Marcação a mercado da categoria 3	(20.944)		22.017		
Valor de mercado da carteira	84.611.592		74.073.098		

### b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em "Destinadas a *Hedge*" (de risco de mercado) e "Negociação", ambas com limites e alçadas. Essas informações estão disponíveis às áreas de precificação, de negociação, de controles e de apuração de resultados, áreas segregadas na Instituição.

No mercado de opções as posições ativas ou compradas têm o Banco do Brasil como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco do Brasil como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos IFD. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

A avaliação do risco das subsidiárias é feita individualmente. Já o gerenciamento, de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de *stress*.

### **Riscos**

Os principais riscos inerentes aos IFD decorrentes dos negócios do Banco e de suas subsidiárias são os de crédito, de mercado e operacional, todos similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&F não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Banco do Brasil nessa bolsa possuem a mesma como garantidora. A exposição total de crédito em *swap* em 31.12.2008 é de R\$ 1.543.722 mil (R\$ R\$ 1.822.829 mil em 31.12.2007). A perda do Banco associada aos contratos de opções se limita à extensão dos prêmios pagos em opções adquiridas.

Risco de mercado corresponde à exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores e varia em função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.



**Composição da Carteira de Derivativos Designados para Negociação por Indexador**

R\$ mil

Por Indexador	Contra- parte	BB-Agências no País e no Exterior						BB-Consolidado					
		31.12.2008			31.12.2007			31.12.2008			31.12.2007		
		Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado
<b>Negociação em Bolsa</b>													
<b>Contratos de Futuros</b>													
<b>Compromissos de Compra</b>													
DI	B	5.144.305	369.608	369.608	3.140.187	41.150	42.727	5.144.305	369.608	369.608	3.140.187	41.150	42.727
Moedas	B	1.747.851	(30.800)	(30.800)	1.987.941	(21.889)	(21.889)	1.747.851	(30.800)	(30.800)	1.987.941	(21.889)	(21.889)
Índice	B	3.078.331	419.143	419.143	227.031	75.522	75.522	3.078.331	419.143	419.143	227.031	75.522	75.522
Cupom cambial	B	--	(6)	(6)	--	(29)	(29)	--	(6)	(6)	--	(29)	(29)
Libor	IF	80.545	30.057	30.057	139.369	(13.608)	(13.608)	80.545	30.057	30.057	139.369	(13.608)	(13.608)
Commodities	B	237.578	14.845	14.845	785.084	--	1.577	237.578	14.845	14.845	785.084	--	1.577
SCC <sup>(1)</sup>	B	--	(28)	(28)	762	35	35	--	(28)	(28)	762	35	35
	B	--	(63.603)	(63.603)	--	1.119	1.119	--	(63.603)	(63.603)	--	1.119	1.119
<b>Compromissos de Venda</b>													
DI	B	9.062.708	(630.074)	(630.074)	2.790.643	27.971	24.732	9.062.708	(630.074)	(630.074)	2.790.643	27.971	24.732
Moedas	B	8.077.289	(268.295)	(268.295)	1.535.076	41.262	41.262	8.077.289	(268.295)	(268.295)	1.535.076	41.262	41.262
Índice	B	48.125	(292.183)	(292.183)	79.165	(21.577)	(21.577)	48.125	(292.183)	(292.183)	79.165	(21.577)	(21.577)
Cupom cambial	B	--	(6)	(6)	--	(36)	(36)	--	(6)	(6)	--	(36)	(36)
Libor	IF	605.955	(52.843)	(52.843)	86.785	8.511	8.511	605.955	(52.843)	(52.843)	86.785	8.511	8.511
Commodities	B	325.673	(16.690)	(16.690)	1.088.871	--	(3.239)	325.673	(16.690)	(16.690)	1.088.871	--	(3.239)
	B	5.666	(57)	(57)	746	(189)	(189)	5.666	(57)	(57)	746	(189)	(189)
<b>Operações de Termo</b>													
<b>Posição Ativa</b>													
Termo de títulos	B	1.323.982	654.491	752.428	735.936	6.282	24.287	1.323.982	654.491	752.428	735.936	6.282	24.287
Termo de moeda	B	86.170	86.170	86.170	--	--	--	86.170	86.170	86.170	--	--	--
	B	1.237.812	568.321	666.258	735.936	6.282	24.287	1.237.812	568.321	666.258	735.936	6.282	24.287
<b>Posição Passiva</b>													
Termo de títulos	B	3.627.657	(163.174)	(155.875)	3.784.342	(508.325)	(352.523)	3.627.657	(163.174)	(155.875)	3.784.342	(508.325)	(352.523)
Termo de moeda	B	(86.182)	(86.182)	(86.182)	--	--	--	(86.182)	(86.182)	(86.182)	--	--	--
	B	3.713.839	(76.992)	(69.693)	3.784.342	(508.325)	(352.523)	3.713.839	(76.992)	(69.693)	3.784.342	(508.325)	(352.523)
<b>Mercado de Opções</b>													
<b>Posição Comprada</b>													
Opções flexíveis de moedas	B	3.335	106	1.190	369	22	9	7.260	364	1.787	8.415	732	653
Ativos financeiros e derivativos	C	3.335	106	1.190	369	22	9	3.335	106	1.190	369	22	9
	C	--	--	--	--	--	--	3.925	258	597	8.046	710	644
<b>Posição Vendida</b>													
Opções flexíveis de moedas	B	(1.134.671)	(1.064.528)	(1.075.655)	(784.919)	(989.313)	(999.861)	(1.130.746)	(1.064.786)	(1.076.252)	(776.873)	(990.023)	(1.000.505)
Ativos financeiros e derivativos	IF	(1.134.671)	(1.064.528)	(1.075.655)	(784.919)	(989.313)	(999.861)	(1.134.671)	(1.064.528)	(1.075.655)	(784.919)	(989.313)	(999.861)
	IF	--	--	--	--	--	--	3.925	(258)	(597)	8.046	(710)	(644)
<b>Negociação em Balcão</b>													
<b>Contratos de Swaps</b>													
<b>Posição Ativa</b>													
DI	C	5.652.791	1.287.659	1.289.961	8.506.881	1.068.105	1.028.609	5.602.939	1.286.881	1.288.469	8.488.029	1.068.018	1.028.049
Moeda estrangeira	C	817.992	10.573	13.171	3.540.288	545.053	548.353	817.992	10.560	13.171	3.540.288	545.053	548.353
Prefixado	IF	642.857	39.390	14.910	3.704.474	505.334	452.591	642.857	39.390	14.910	3.704.474	505.334	452.591
IPCAs	C	797.379	165.429	164.164	291.675	5.470	5.925	797.379	165.429	164.164	291.675	5.470	5.925
	IF	3.168.128	1.071.492	1.095.533	494.752	(953)	8.032	3.168.128	1.071.492	1.095.533	494.752	(953)	8.032
	C	207.583	189	1.048	456.840	13.114	13.148	176.583	10	691	456.840	13.114	13.148
	C	18.852	586	1.135	18.852	87	560	--	--	--	--	--	--
<b>Posição Passiva</b>													
DI	C	23.655.535	(2.194.280)	(2.205.395)	24.768.265	(509.237)	(480.490)	23.649.348	(2.189.790)	(2.200.895)	24.762.078	(509.255)	(480.361)
Moeda estrangeira	C	4.920.564	(177.961)	(177.360)	10.278.068	(151.562)	(151.528)	4.914.377	(177.961)	(177.350)	10.278.068	(151.562)	(151.528)
Prefixado	IF	96.446	(3.255)	(2.884)	1.572.974	(186.692)	(183.286)	96.446	(3.255)	(2.884)	1.572.974	(186.692)	(183.286)
	C	3.085.466	(1.130.262)	(1.133.925)	669.325	(6.219)	(6.996)	3.085.466	(1.130.262)	(1.133.925)	669.325	(6.219)	(6.996)
	IF	2.965.110	(767.582)	(776.051)	252.930	(18.205)	(5.909)	2.965.110	(767.582)	(776.051)	252.930	(18.205)	(5.909)
	C	13.700	(59)	(14)	501.599	(66.408)	(53.018)	13.700	(59)	(14)	495.412	(66.426)	(52.889)
	C	11.927.809	(104.410)	(104.410)	11.145.174	(71.576)	(71.576)	11.927.809	(104.410)	(104.410)	11.145.174	(71.576)	(71.576)
	C	646.440	(10.751)	(10.751)	348.195	(8.575)	(8.177)	646.440	(6.261)	(6.261)	348.195	(8.575)	(8.177)
<b>Contratos de Forwards</b>													
<b>Posição Ativa</b>													
Moeda estrangeira	IF	2.220.305	220.971	234.000	3.530.075	93.022	96.608	2.194.066	220.541	233.354	3.501.982	92.982	96.505
Outros	-	--	--	--	177.051	148	148	--	--	--	177.051	148	148
<b>Posição Passiva</b>													
Moeda estrangeira	IF	3.766.287	(375.054)	(400.849)	4.514.720	(53.517)	(59.274)	3.765.836	(374.955)	(400.752)	4.481.648	(53.030)	(58.907)
Outros	-	762.907	(3.116)	(3.116)	435.106	(1.854)	(1.854)	762.907	(3.116)	(3.116)	435.106	(1.854)	(1.854)

Contraparte: (B) Bolsa, (IF) Instituição Financeira, (C) Cliente.

(1) Swap cambial com ajustes periódicos.

**Composição da Carteira de Derivativos de Crédito**

R\$ mil

	BB-Agências no País e no Exterior				BB-Consolidado			
	31.12.2008		31.12.2007		31.12.2008		31.12.2007	
	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado
<b>Posição Ativa – Risco Transferido</b>								
Swaps de créditos – derivativos com bancos	--	--	22.751	26	--	--	22.751	26
<b>Posição Passiva – Risco Recebido</b>								
Swaps de créditos – derivativos com bancos	--	--	8.853	(53)	--	--	8.853	(53)

**Composição da Carteira de Derivativos por Vencimento**

R\$ mil

Por Vencimento	BB-Agências no País e no Exterior						BB-Consolidado					
	31.12.2008	31.12.2008	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2007	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2008	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2007	31.12.2007
	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado
<b>Contratos Futuros</b>												
<b>Compromissos de Compra</b>												
Até 30 dias	5.144.305	--	--	3.140.187	--	--	5.144.305	--	--	3.140.187	--	--
31 a 60 dias	1.353.270	--	--	665.912	--	--	1.353.270	--	--	665.912	--	--
61 a 90 dias	2.291.586	--	--	67.565	--	--	2.291.586	--	--	67.565	--	--
91 a 180 dias	50.969	--	--	121.044	--	--	50.969	--	--	121.044	--	--
181 a 360 dias	895.763	--	--	707.660	--	--	895.763	--	--	707.660	--	--
1 a 5 anos	417.041	--	--	826.744	--	--	417.041	--	--	826.744	--	--
	135.676	--	--	751.262	--	--	135.676	--	--	751.262	--	--
<b>Compromissos de Venda</b>												
Até 30 dias	9.062.708	--	--	2.790.643	--	--	9.062.708	--	--	2.790.643	--	--
31 a 60 dias	--	--	--	61.294	--	--	--	--	--	61.294	--	--
61 a 90 dias	20.103	--	--	174.006	--	--	20.103	--	--	174.006	--	--
91 a 180 dias	212.537	--	--	115.205	--	--	212.537	--	--	115.205	--	--
181 a 360 dias	1.758.054	--	--	319.737	--	--	1.758.054	--	--	319.737	--	--
1 a 5 anos	7.034.086	--	--	2.067.912	--	--	7.034.086	--	--	2.067.912	--	--
Acima de 5 anos	37.928	--	--	52.489	--	--	37.928	--	--	52.489	--	--
<b>Operações de Termo</b>												
<b>Termo de Títulos</b>												
<b>Posição Ativa</b>												
Até 30 dias	86.170	86.170	86.170	--	--	--	86.170	86.170	86.170	--	--	--
	86.170	86.170	86.170	--	--	--	86.170	86.170	86.170	--	--	--
<b>Posição Passiva</b>												
Até 30 dias	(86.182)	(86.182)	(86.182)	--	--	--	(86.182)	(86.182)	(86.182)	--	--	--
	(86.182)	(86.182)	(86.182)	--	--	--	(86.182)	(86.182)	(86.182)	--	--	--
<b>Termo de Moedas</b>												
<b>Posição Ativa</b>												
Até 30 dias	1.237.812	568.321	666.258	735.936	6.282	24.287	1.237.812	568.321	666.258	735.936	6.282	24.287
31 a 60 dias	565.371	82.149	82.246	319.319	12.954	12.740	565.371	82.149	82.246	319.319	12.954	12.740
61 a 90 dias	225.582	72.802	74.852	82.374	4.887	4.353	225.582	72.802	74.852	82.374	4.887	4.353
91 a 180 dias	152.448	75.610	79.417	21.314	751	694	152.448	75.610	79.417	21.314	751	694
181 a 360 dias	55.401	99.972	113.189	101.328	941	2.419	55.401	99.972	113.189	101.328	941	2.419
1 a 5 anos	237.246	177.645	212.334	93.908	(1.873)	1.872	237.246	177.645	212.334	93.908	(1.873)	1.872
	1.764	60.143	104.220	117.693	(11.378)	2.209	1.764	60.143	104.220	117.693	(11.378)	2.209
<b>Posição Passiva</b>												
Até 30 dias	3.713.839	(76.992)	(69.693)	3.784.342	(508.325)	(352.523)	3.713.839	(76.992)	(69.693)	3.784.342	(508.325)	(352.523)
31 a 60 dias	659.542	(25.020)	(23.793)	323.571	(31.805)	(30.772)	659.542	(25.020)	(23.793)	323.571	(31.805)	(30.772)
61 a 90 dias	376.961	(10.027)	(10.257)	349.820	(47.466)	(43.804)	376.961	(10.027)	(10.257)	349.820	(47.466)	(43.804)
91 a 180 dias	415.269	(11.142)	(9.831)	255.310	(37.597)	(33.590)	415.269	(11.142)	(9.831)	255.310	(37.597)	(33.590)
181 a 360 dias	617.835	(12.592)	(10.755)	861.052	(95.513)	(74.844)	617.835	(12.592)	(10.755)	861.052	(95.513)	(74.844)
1 a 5 anos	1.029.508	(12.633)	(14.465)	1.308.884	(165.875)	(114.859)	1.029.508	(12.633)	(14.465)	1.308.884	(165.875)	(114.859)
	614.724	(5.578)	(592)	685.705	(130.069)	(54.654)	614.724	(5.578)	(592)	685.705	(130.069)	(54.654)
<b>Mercado de Opções</b>												
<b>Posição Comprada</b>												
<b>Opções Flexíveis de Moedas</b>												
Até 30 dias	3.335	106	1.190	369	22	9	7.260	364	1.787	8.415	732	653
31 a 60 dias	--	--	--	--	--	--	--	--	--	77	3	--
61 a 90 dias	--	--	--	369	22	9	--	--	--	369	22	9
91 a 180 dias	--	--	--	--	--	--	3.925	258	597	3.050	220	26
181 a 360 dias	3.335	106	1.190	--	--	--	3.335	106	1.190	4.919	487	618
<b>Posição Vendida</b>												
<b>Opções Flexíveis de Moedas</b>												
Até 30 dias	(1.134.671)	(1.064.528)	(1.075.655)	(784.919)	(989.313)	(999.861)	(1.130.746)	(1.064.786)	(1.076.252)	(776.873)	(990.023)	(1.000.505)
31 a 60 dias	(399.746)	(372.479)	(373.017)	(555.687)	(614.596)	(615.324)	(399.746)	(372.479)	(373.017)	(555.610)	(614.599)	(615.324)
61 a 90 dias	(455.404)	(454.103)	(459.844)	(193.365)	(327.529)	(329.965)	(455.404)	(454.103)	(459.844)	(193.365)	(327.529)	(329.965)
91 a 180 dias	(246.163)	(216.204)	(218.634)	(7.797)	(299)	(39)	(246.163)	(216.204)	(218.634)	(7.797)	(299)	(39)
181 a 360 dias	(10.190)	(136)	(15)	(8.278)	(5.943)	(6.105)	(6.265)	(394)	(612)	(5.228)	(6.163)	(6.131)
1 a 5 anos	(1.668)	(106)	(64)	(19.792)	(40.946)	(48.428)	(1.668)	(106)	(64)	(14.873)	(41.433)	(49.046)
	(21.500)	(21.500)	(24.081)	--	--	--	(21.500)	(21.500)	(24.081)	--	--	--
<b>Contratos de Swaps</b>												
<b>Ativo</b>												
Até 30 dias	5.652.791	1.287.659	1.289.961	8.506.881	1.068.105	1.028.609	5.602.939	1.286.881	1.288.469	8.488.029	1.068.018	1.028.049
31 a 60 dias	986.439	320.743	319.969	1.248.719	59.443	60.305	985.354	320.701	319.924	1.248.719	59.443	60.305
61 a 90 dias	460.599	111.237	112.415	501.211	81.399	80.143	460.599	111.237	112.415	501.211	81.399	80.143
91 a 180 dias	269.482	77.926	78.324	621.962	86.771	83.813	269.482	77.926	78.324	621.962	86.771	83.813
181 a 360 dias	1.027.706	243.045	264.508	1.441.110	181.065	172.326	1.027.706	243.045	264.508	1.441.110	181.065	172.326
1 a 5 anos	1.001.533	347.869	346.546	1.724.328	262.594	258.970	969.216	347.661	346.119	1.724.328	262.594	258.970
5 a 10 anos	1.907.032	186.839	168.199	2.962.841	396.816	372.827	1.890.582	186.311	167.179	2.950.699	396.746	372.492
	--	--	--	6.710	17	225	--	--	--	--	--	--
<b>Passivo</b>												
Até 30 dias	23.655.535	(2.194.280)	(2.205.395)	24.768.265	(509.237)	(480.490)	23.649.348	(2.189.790)	(2.200.895)	24.762.078	(509.255)	(480.361)
31 a 60 dias	1.479.211	(353.813)	(353.575)	1.227.619	(31.475)	(31.784)	1.479.211	(349.323)	(349.085)	1.227.619	(31.475)	(31.784)
61 a 90 dias	7.859.415	(235.624)	(237.966)	9.518.988	(55.489)	(55.114)	7.859.415	(235.624)	(237.966)	9.518.988	(55.488)	(55.114)
91 a 180 dias	506.314	(83.172)	(83.537)	1.068.022	(33.697)	(32.487)	506.314	(83.172)	(83.537)	1.068.022	(33.697)	(32.487)
181 a 360 dias	2.145.810	(435.811)	(440.736)	852.401	(59.496)	(58.971)	2.145.810	(435.811)	(440.736)	852.401	(59.496)	(58.971)
1 a 5 anos	6.679.606	(445.252)	(449.560)	4.244.382	(142.044)	(137.259)	6.679.606	(445.252)	(449.560)	4.244.383	(142.044)	(137.259)
5 a 10 anos	4.751.559	(629.955)	(628.846)	7.856.853	(187.036)	(164.875)	4.745.372	(629.955)	(628.836)	7.850.665	(187.055)	(164.746)
	233.620	(10.653)	(11.175)	--	--	--	233.620	(10.653)	(11.175)	--	--	--
<b>Contratos de Forwards</b>												
<b>Ativo</b>												
Até 30 dias	2.220.305	220.971	234.000	3.530.075	93.022	96.608	2.194.066	220.541	233.354	3.501.982	92.982	96.505
31 a 60 dias	1.188.886	26.567	34.168	938.455	20.866	23.057	1.162.647	26.137	33.522	913.471	20.881	22.985
61 a 90 dias	243.400	15.985	18.751	616.285	38.225	35.572	243.400	15.985	18.751	613.176	38.170	35.541
91 a 180 dias	488.990	26.679	28.367	603.909	17.967	19.123	488.990	26.679	28.367	603.909	17.967	19.123
181 a 360 dias	80.003	127.725	127.913	593.770	9.006	10.733	80.003	127.725	127.913	593.770	9.006	10.733
1 a 5 anos	81.085	9.757	10.650	299.549	6.954	7.085	81.085	9.757	10.650	299.549	6.954	7.085
5 a 10 anos	137.941	14.258	14.151	478.107	4	1.038	137.941	14.258	14.151	478.107	4	1.038
<b>Passivo</b>												
Até 30 dias	3.766.287	(375.054)	(400.849)	4.514.720	(53.517)	(59.274)	3.765.836	(374.955)	(400.752)	4.481.648	(53.030)	(58.907)
31 a 60 dias	476.257	(113.352)	(117.932)	1.673.663	(38.278)	(36.679)	475.864	(113.255)	(117.896)	1.666.494	(38.200)	(36.600)
61 a 90 dias	631.655	(48.921)	(53.072)	250.461	(5.531)	(4.541)	631.655	(48.921)	(53.072)	224.619	(5.126)	(4.256)
91 a 180 dias	893.507	(49.211)	(52.048)	1.078.748	(6.422)	(9.914)	893.507	(49.211)	(52.048)	1.078.748	(6.422)	(9.914)
181 a 360 dias	1.260.195	(143.280)	(155.193)	600.732	(3.051)	(3.904)	1.260.195	(143.280)	(155.193)	600.732	(3.051)	(3.904)
1 a 5 anos	266.617	(7.162)	(9.476)	340.943	(231)	(2.872)	266.559	(7.160)	(9.475)	340.943	(231)	(2.872)
5 a 10 anos	237.244	(13.078)	(13.078)	570.173	(4)	(1.364)	237.244	(13.078)	(13.078)	570.112	--	(1.361)
	8											

### Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

		R\$ mil	
Títulos Públicos		31.12.2008	31.12.2007
LFT		967.531	302.171

### Composição da Carteira de Derivativos Designados para *Hedge* de Risco de Mercado

O Banco do Brasil, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio sobre títulos emitidos no mercado internacional de capitais, no montante de R\$ 350 milhões, contratou operações de derivativos (*Cross Currency Interest Rate Swap*), *swap* de moeda e taxa de juros, pelo mesmo volume, prazo e taxa. O *hedge* foi avaliado como efetivo, em 100%, em 31.12.2008, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082, de 30.01.2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. A composição da carteira está assim representada:

#### Por Indexador

		BB-Agências no País e no Exterior						BB-Consolidado						R\$ mil
Por Indexador		31.12.2008			31.12.2007			31.12.2008			31.12.2007			
Contraparte	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado		
<b>Negociação em Balcão</b>														
<b>Contratos de Swaps</b>														
Posição Passiva	350.000	(86.825)	(61.286)	320.000	23.327	(53.784)	350.000	(86.825)	(61.286)	320.000	23.327	(53.784)		
Moeda estrangeira e juros	IF	350.000	(86.825)	(61.286)	320.000	23.327	(53.784)	350.000	(86.825)	(61.286)	320.000	23.327	(53.784)	

Contraparte: (IF) Instituição Financeira.

#### Por Vencimento

		BB-Agências no País e no Exterior						BB-Consolidado						R\$ mil
Por Vencimento		31.12.2008			31.12.2007			31.12.2008			31.12.2007			
	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Custo	Valor de Mercado		
<b>Contratos de Swaps</b>														
Passivo	350.000	(86.825)	(61.286)	320.000	23.327	(53.784)	350.000	(86.825)	(61.286)	320.000	23.327	(53.784)		
5 a 10 anos	350.000	(86.825)	(61.286)	320.000	23.327	(53.784)	350.000	(86.825)	(61.286)	320.000	23.327	(53.784)		

### Instrumentos Financeiros Derivativos Segregados em Circulante e Longo Prazo

		BB-Agências no País e no Exterior				BB-Consolidado				R\$ mil
		31.12.2008		31.12.2007		31.12.2008		31.12.2007		
		Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo	
<b>ATIVO</b>										
Operações de termo		648.208	104.220	22.078	2.209	648.208	104.220	22.078	2.209	
Mercado de opções		1.190	--	9	--	1.787	--	653	--	
Contratos de <i>swaps</i>		1.121.762	168.199	655.557	373.052	1.121.290	167.179	655.557	372.492	
Contratos de <i>forwards</i>		219.849	14.151	95.570	1.039	219.203	14.151	95.467	1.038	
<i>Swaps</i> de crédito		--	--	26	--	--	--	26	--	
<b>Total</b>		<b>1.991.009</b>	<b>286.570</b>	<b>773.240</b>	<b>376.300</b>	<b>1.990.488</b>	<b>285.550</b>	<b>773.781</b>	<b>375.739</b>	
<b>PASSIVO</b>										
Operações de termo		(155.283)	(592)	(297.869)	(54.654)	(155.283)	(592)	(297.869)	(54.654)	
Mercado de opções		(1.051.574)	(24.081)	(999.861)	--	(1.052.171)	(24.081)	(1.000.505)	--	
Contratos de <i>swaps</i>		(1.565.374)	(640.021)	(315.615)	(164.875)	(1.560.884)	(640.011)	(315.615)	(164.746)	
Contratos de <i>forwards</i>		(387.721)	(13.128)	(57.910)	(1.364)	(387.624)	(13.128)	(57.546)	(1.361)	
<i>Swaps</i> de crédito		--	--	(53)	--	--	--	(53)	--	
Derivativos para <i>hedge</i>		--	(61.286)	--	(53.784)	--	(61.286)	--	(53.784)	
<b>Total</b>		<b>(3.159.952)</b>	<b>(739.108)</b>	<b>(1.671.308)</b>	<b>(274.677)</b>	<b>(3.155.962)</b>	<b>(739.098)</b>	<b>(1.671.588)</b>	<b>(274.545)</b>	

**c) Resultado da Marcação a Mercado de TVM e Derivativos Reconhecidos Diretamente em Contas de Resultado**

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º Semestre/2008	Exercício/2008	Exercício/2007	2º Semestre/2008	Exercício/2008	Exercício/2007
	TVM	287.882	243.074	(110.880)	164.661	110.326
Derivativos	96.991	86.966	64.666	95.932	86.732	64.886
<b>Total</b>	<b>384.873</b>	<b>330.040</b>	<b>(46.214)</b>	<b>260.593</b>	<b>197.058</b>	<b>(51.222)</b>

**d) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários**

No exercício de 2008, não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários.

**10 – Operações de Crédito****a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e de Operações com Características de Concessão de Crédito Registradas em “Outros Créditos”**

	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
	<b>Operações de Crédito</b>	<b>189.692.175</b>	<b>137.992.137</b>	<b>190.881.563</b>
Empréstimos e títulos descontados	84.912.155	57.325.806	85.249.181	57.552.305
Financiamentos	53.988.308	41.181.833	54.983.289	41.903.596
Financiamentos rurais e agroindustriais	63.682.917	49.340.487	63.682.917	49.340.487
Financiamentos imobiliários	145.261	--	145.261	--
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	653	475	--	--
(Provisão para operações de crédito)	(13.037.119)	(9.856.464)	(13.179.085)	(9.979.563)
<b>Outros Créditos com Características de Concessão de Créditos</b>	<b>17.069.641</b>	<b>10.362.115</b>	<b>17.138.096</b>	<b>10.362.120</b>
Avais e fianças honrados	71.173	49.010	71.173	49.010
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	11.142.855	7.627.318	11.142.855	7.627.318
Operações com cartão de crédito	6.022.594	2.494.295	6.022.594	2.494.295
Diversos	411.715	502.334	480.317	502.348
(Provisão para outros créditos)	(578.696)	(310.842)	(578.843)	(310.851)
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>45.602</b>	<b>77.728</b>	<b>2.958.873</b>	<b>1.246.998</b>
Operações de arrendamento mercantil	45.602	77.728	3.030.004	1.269.953
(Provisão para arrendamento mercantil)	--	--	(71.131)	(22.955)
<b>Total</b>	<b>206.807.418</b>	<b>148.431.980</b>	<b>210.978.532</b>	<b>150.425.943</b>

**b) Rendas de Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil**

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
	<b>Rendas de Operações de Crédito</b>	<b>19.273.251</b>	<b>33.031.551</b>	<b>25.032.214</b>	<b>19.309.959</b>	<b>33.220.577</b>
Empréstimos e títulos descontados	11.810.210	19.716.324	13.596.258	11.820.185	19.843.626	13.730.520
Financiamentos	2.986.564	5.385.169	4.024.581	2.980.888	5.381.054	4.048.599
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.452.229	4.602.191	5.207.045	2.452.229	4.602.191	5.207.045
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	174.469	313.415	505.562	174.469	313.415	555.887
Avais e fianças honrados	5.683	7.753	4.939	5.683	7.753	4.939
Demais	1.844.096	3.006.699	1.693.829	1.876.505	3.072.538	1.714.282
<b>Rendas de Arrendamento Mercantil</b>	<b>25.405</b>	<b>54.241</b>	<b>67.326</b>	<b>733.766</b>	<b>1.165.857</b>	<b>691.754</b>
<b>Total</b>	<b>19.298.656</b>	<b>33.085.792</b>	<b>25.099.540</b>	<b>20.043.725</b>	<b>34.386.434</b>	<b>25.953.026</b>

**c) Composição da Carteira por Setor de Atividade, Incluindo as Operações com Características de Concessão de Crédito Registradas em “Outros Créditos”**

	BB-Agências no País e no Exterior				BB-Consolidado			
	31.12.2008	%	31.12.2007	%	31.12.2008	%	31.12.2007	%
<b>SETOR PÚBLICO</b>	<u>3.921.827</u>	<u>1,8</u>	<u>2.530.425</u>	<u>1,6</u>	<u>4.040.429</u>	<u>1,8</u>	<u>2.550.356</u>	<u>1,6</u>
<b>No País</b>	<u>952.224</u>	<u>0,4</u>	<u>687.621</u>	<u>0,4</u>	<u>952.224</u>	<u>0,4</u>	<u>687.621</u>	<u>0,4</u>
Governo	<u>732.852</u>	<u>0,3</u>	<u>471.921</u>	<u>0,3</u>	<u>732.852</u>	<u>0,3</u>	<u>471.921</u>	<u>0,3</u>
Administração Direta	669.276	0,3	391.952	0,2	669.276	0,3	391.952	0,2
Administração Indireta	63.576	--	79.969	0,1	63.576	--	79.969	0,1
Atividades empresariais	<u>219.372</u>	<u>0,1</u>	<u>215.700</u>	<u>0,1</u>	<u>219.372</u>	<u>0,1</u>	<u>215.700</u>	<u>0,1</u>
Indústria	148.854	0,1	138.450	0,1	148.854	0,1	138.450	0,1
Comércio	477	--	155	--	477	--	155	--
Intermediários financeiros	61.392	--	65.965	--	61.392	--	65.965	--
Outros serviços	8.649	--	11.130	--	8.649	--	11.130	--
<b>No Exterior</b>	<u>2.969.603</u>	<u>1,4</u>	<u>1.842.804</u>	<u>1,2</u>	<u>3.088.205</u>	<u>1,4</u>	<u>1.862.735</u>	<u>1,2</u>
Governo	<u>2.003.577</u>	<u>0,9</u>	<u>1.724.844</u>	<u>1,1</u>	<u>2.021.059</u>	<u>0,9</u>	<u>1.734.420</u>	<u>1,1</u>
Administração Direta	2.003.577	0,9	1.724.844	1,1	2.021.059	0,9	1.734.420	1,1
Atividades empresariais	<u>966.026</u>	<u>0,5</u>	<u>117.959</u>	<u>0,1</u>	<u>1.067.146</u>	<u>0,5</u>	<u>128.315</u>	<u>0,1</u>
Grupo BB	8.183	--	--	--	--	--	--	--
Indústria	669.238	0,4	21.620	--	776.655	0,4	32.893	--
Comércio	9.281	--	917	--	9.281	--	--	--
Intermediários financeiros	279.324	0,1	95.422	0,1	281.210	0,1	95.422	0,1
<b>SETOR PRIVADO</b>	<u>216.501.406</u>	<u>98,2</u>	<u>156.068.861</u>	<u>98,4</u>	<u>220.767.162</u>	<u>98,2</u>	<u>158.188.956</u>	<u>98,4</u>
<b>No País</b>	<u>205.768.257</u>	<u>93,3</u>	<u>147.574.689</u>	<u>93,0</u>	<u>208.725.494</u>	<u>92,8</u>	<u>148.678.765</u>	<u>92,5</u>
Rural	51.009.253	23,1	41.915.334	26,4	51.009.253	22,7	41.915.334	26,1
Indústria	62.159.758	28,2	42.080.161	26,5	62.722.986	27,9	42.515.321	26,5
Comércio	23.675.404	10,7	17.304.419	10,9	24.211.779	10,7	17.592.438	10,9
Intermediários financeiros	287	--	25	--	287	--	25	--
Pessoas físicas	40.278.471	18,3	28.877.523	18,2	41.621.573	18,5	28.931.501	18,0
Habitação	62.905	--	--	--	62.905	--	--	--
Outros serviços	28.582.179	13,0	17.397.227	11,0	29.096.711	13,0	17.724.146	11,0
<b>No Exterior</b>	<u>10.733.149</u>	<u>4,9</u>	<u>8.494.172</u>	<u>5,4</u>	<u>12.041.668</u>	<u>5,4</u>	<u>9.510.191</u>	<u>5,9</u>
Grupo BB	--	--	9.592	--	--	--	--	--
Indústria	8.397.742	3,8	6.939.527	4,4	9.186.317	4,1	7.024.693	4,4
Comércio	717.649	0,3	652.276	0,4	779.173	0,4	148.257	0,1
Intermediários financeiros	732.384	0,3	619.306	0,4	742.359	0,3	648.639	0,4
Outras empresas	553.158	0,3	80.145	0,1	812.109	0,4	1.246.139	0,8
Pessoas físicas	6.837	--	5.028	--	6.928	--	5.119	--
Outros serviços	325.379	0,2	188.298	0,1	514.782	0,2	437.344	0,3
<b>Total</b>	<u>220.423.233</u>	<u>100,0</u>	<u>158.599.286</u>	<u>100,0</u>	<u>224.807.591</u>	<u>100,0</u>	<u>160.739.312</u>	<u>100,0</u>

**d) Carteira de Operações de Crédito Segregada por Níveis de Risco e Prazo de Vencimento, Incluindo as Operações com Características de Concessão de Crédito Registradas em “Outros Créditos”**

R\$ mil											
BB-Agências no País e no Exterior											
Operações em Curso Anormal											
										31.12.2008	31.12.2007
AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira	
<b>Parcelas Vincendas</b>											
01 a 30	--	--	107.040	182.209	195.305	134.085	108.977	110.794	610.833	1.449.243	781.742
31 a 60	--	--	24.554	56.126	30.296	26.208	18.599	19.114	93.386	268.283	178.222
61 a 90	--	--	19.669	39.631	26.010	24.554	17.280	17.081	79.676	223.901	135.992
91 a 180	--	--	133.470	98.732	75.804	71.082	52.824	50.366	241.402	723.680	495.619
181 a 360	--	--	78.590	173.384	148.753	132.229	95.257	86.956	429.033	1.144.202	943.867
Acima de 360	--	--	168.611	365.625	367.876	271.773	188.157	180.212	920.337	2.462.591	2.309.226
<b>Parcelas Vencidas</b>											
01 a 14	--	--	7.707	19.503	16.043	11.515	7.299	6.794	29.733	98.594	208.374
15 a 30	--	--	166.126	65.195	57.366	26.169	13.864	16.094	62.607	407.421	215.768
31 a 60	--	--	2.951	103.202	74.760	52.402	29.345	29.713	153.412	445.785	305.227
61 a 90	--	--	--	3.293	109.254	56.788	40.678	32.154	127.013	369.180	382.939
91 a 180	--	--	--	5.832	7.403	94.403	106.257	114.233	421.351	749.479	657.005
181 a 360	--	--	--	--	--	778	1.548	5.562	560.560	568.448	565.391
Acima de 360	--	--	--	--	--	19	16	1	28.670	28.706	38.664
<b>Subtotal</b>	--	--	<b>708.718</b>	<b>1.112.732</b>	<b>1.108.870</b>	<b>902.005</b>	<b>680.101</b>	<b>669.074</b>	<b>3.758.013</b>	<b>8.939.513</b>	<b>7.218.036</b>
<b>Operações em Curso Normal</b>											
										31.12.2008	31.12.2007
AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira	
<b>Parcelas Vincendas</b>											
01 a 30	5.022.677	4.577.195	7.245.127	1.806.041	630.550	75.678	20.728	23.983	61.655	19.463.634	16.216.128
31 a 60	3.871.865	3.218.385	3.358.861	947.120	222.480	37.295	13.134	19.490	56.989	11.745.619	9.919.035
61 a 90	3.398.405	2.282.411	2.904.432	786.904	167.450	35.468	21.547	15.532	31.085	9.643.234	7.838.226
91 a 180	8.400.240	5.554.508	9.647.597	2.688.824	530.615	97.888	39.208	27.357	116.699	27.102.936	20.850.503
181 a 360	9.085.723	8.208.747	17.585.848	5.160.692	990.120	210.029	54.237	40.517	210.619	41.546.532	32.383.486
Acima de 360	28.917.618	17.995.285	29.301.810	11.584.219	4.266.172	1.597.684	397.622	614.539	2.686.589	97.361.538	59.552.981
<b>Parcelas Vencidas</b>											
Até 14 dias	137.737	98.215	137.375	68.841	35.706	13.671	3.801	5.768	21.633	522.747	685.575
<b>Demais <sup>(1)</sup></b>	<b>4.097.480</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>4.097.480</b>	<b>3.935.316</b>
<b>Subtotal</b>	<b>62.931.745</b>	<b>41.934.746</b>	<b>70.181.050</b>	<b>23.042.641</b>	<b>6.843.093</b>	<b>2.067.713</b>	<b>550.277</b>	<b>747.186</b>	<b>3.185.269</b>	<b>211.483.720</b>	<b>151.381.250</b>
<b>Total</b>	<b>62.931.745</b>	<b>41.934.746</b>	<b>70.889.768</b>	<b>24.155.373</b>	<b>7.951.963</b>	<b>2.969.718</b>	<b>1.230.378</b>	<b>1.416.260</b>	<b>6.943.282</b>	<b>220.423.233</b>	<b>158.599.286</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

R\$ mil											
<b>BB-Consolidado</b>											
<b>Operações em Curso Anormal</b>											
										31.12.2008	31.12.2007
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
<b>Parcelas Vencidas</b>											
01 a 30	--	--	108.085	182.985	196.459	134.436	109.211	110.943	611.281	1.453.400	784.339
31 a 60	--	--	25.678	56.885	31.471	26.533	18.819	19.253	93.801	272.440	179.892
61 a 90	--	--	20.583	40.303	26.994	24.837	17.467	17.201	80.031	227.416	137.346
91 a 180	--	--	136.398	100.518	78.717	71.844	53.339	50.691	242.373	733.880	498.284
181 a 360	--	--	83.974	176.238	153.853	133.474	96.088	87.498	430.660	1.161.785	946.904
Acima de 360	--	--	229.515	386.127	402.180	278.432	191.443	182.264	925.618	2.595.579	2.313.098
<b>Parcelas Vencidas</b>											
01 a 14	--	--	7.854	19.717	16.464	11.653	7.401	6.854	29.911	99.854	209.067
15 a 30	--	--	166.624	65.723	58.106	26.403	14.030	16.200	62.921	410.007	217.329
31 a 60	--	--	3.118	103.500	75.580	52.758	29.624	29.888	153.939	448.407	307.169
61 a 90	--	--	--	3.446	109.612	57.116	40.942	32.329	127.544	370.989	384.425
91 a 180	--	--	--	5.891	7.717	94.611	106.596	114.627	423.356	752.798	661.006
181 a 360	--	--	--	--	--	814	1.555	5.573	563.013	570.955	570.167
Acima de 360	--	--	--	--	--	19	16	3	28.691	28.729	38.676
<b>Subtotal</b>	--	--	<u>781.829</u>	<u>1.141.333</u>	<u>1.157.153</u>	<u>912.930</u>	<u>686.531</u>	<u>673.324</u>	<u>3.773.139</u>	<u>9.126.239</u>	<u>7.247.702</u>
<b>Operações em Curso Normal</b>											
										31.12.2008	31.12.2007
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
<b>Parcelas Vencidas</b>											
01 a 30	5.061.034	4.601.140	7.312.820	1.814.991	636.841	76.078	20.773	24.031	62.298	19.610.006	16.373.406
31 a 60	3.891.237	3.240.670	3.422.131	956.909	230.069	37.718	13.182	19.551	57.202	11.868.669	9.991.130
61 a 90	3.416.145	2.349.796	2.958.296	794.877	173.413	35.823	21.588	15.569	31.202	9.796.709	7.898.121
91 a 180	8.492.355	5.618.607	9.819.074	2.712.413	547.901	98.959	39.336	27.498	117.001	27.473.144	20.998.150
181 a 360	9.211.384	8.308.655	17.893.316	5.200.311	1.021.137	211.856	54.451	40.776	211.045	42.152.931	32.634.804
Acima de 360	29.550.573	18.452.377	30.670.900	11.712.819	4.348.965	1.601.272	398.256	614.950	2.807.655	100.157.767	60.974.119
<b>Parcelas Vencidas</b>											
Até 14 dias	137.739	98.255	138.299	69.387	35.987	13.727	3.810	5.783	21.659	524.646	686.564
Demais <sup>(1)</sup>	4.097.480	--	--	--	--	--	--	--	--	4.097.480	3.935.316
<b>Subtotal</b>	<u>63.857.947</u>	<u>42.669.500</u>	<u>72.214.836</u>	<u>23.261.707</u>	<u>6.994.313</u>	<u>2.075.433</u>	<u>551.396</u>	<u>748.158</u>	<u>3.308.062</u>	<u>215.681.352</u>	<u>153.491.610</u>
<b>Total</b>	<u>63.857.947</u>	<u>42.669.500</u>	<u>72.996.665</u>	<u>24.403.040</u>	<u>8.151.466</u>	<u>2.988.363</u>	<u>1.237.927</u>	<u>1.421.482</u>	<u>7.081.201</u>	<u>224.807.591</u>	<u>160.739.312</u>

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a Fundos e Programas Governamentais, principalmente Pronaf, Procerá, FAT, BNDES e FCO. Inclui o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 556 milhões, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores, não implicando risco de crédito para o Banco.

**e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco, Incluindo as Operações com Características de Concessão de Crédito Registradas em “Outros Créditos”**

BB-Agências no País e no Exterior								R\$ mil
Nível de Risco	%	31.12.2008				31.12.2007		
		Valor das Operações	Valor da Provisão <sup>(1)</sup>	Provisão Excedente <sup>(2)</sup>	Provisão Existente	Valor das Operações	Valor da Provisão	
AA	0	62.931.745	--	--	--	42.326.801	--	
A	0,5	41.934.746	209.673	47	209.720	30.686.330	153.432	
B	1	70.889.768	708.898	851	709.749	52.704.411	527.044	
C	3	24.155.373	724.661	76.012	800.673	18.366.180	550.985	
D	10	7.951.963	795.196	247.514	1.042.710	5.406.058	540.606	
E	30	2.969.718	890.915	693.267	1.584.182	2.207.281	662.184	
F	50	1.230.378	615.189	329.322	944.511	813.264	406.632	
G	70	1.416.260	991.382	247.235	1.238.617	1.134.708	794.296	
H	100	6.943.282	6.943.282	--	6.943.282	4.954.253	4.954.253	
<b>Subtotal</b>		<b>220.423.233</b>	<b>11.879.196</b>	<b>1.594.248</b>	<b>13.473.444</b>	<b>158.599.286</b>	<b>8.589.431</b>	
<b>Provisão Adicional no Exterior<sup>(3)</sup></b>		--	--	29.435	29.435	--	16.126	
<b>Provisão Adicional no País<sup>(4)</sup></b>		--	--	112.936	112.936	--	1.561.749	
<b>Total</b>		<b>220.423.233</b>	<b>11.879.196</b>	<b>1.736.618</b>	<b>13.615.815</b>	<b>158.599.286</b>	<b>10.167.306</b>	

BB-Consolidado								R\$ mil
Nível de Risco	%	31.12.2008				31.12.2007		
		Valor das Operações	Valor da Provisão <sup>(1)</sup>	Provisão Excedente <sup>(2)</sup>	Provisão Existente	Valor das Operações	Valor da Provisão	
AA	0	63.857.947	--	--	--	42.734.306	--	
A	0,5	42.669.500	213.347	47	213.394	31.408.048	157.040	
B	1	72.996.665	729.966	851	730.817	53.461.501	534.615	
C	3	24.403.040	732.091	76.012	808.103	18.460.176	553.805	
D	10	8.151.466	815.147	247.514	1.062.661	5.438.615	543.861	
E	30	2.988.363	896.509	693.267	1.589.776	2.214.101	664.230	
F	50	1.237.927	618.964	329.322	948.286	816.012	408.006	
G	70	1.421.482	995.037	247.235	1.242.272	1.136.683	795.678	
H	100	7.081.201	7.081.201	--	7.081.201	5.069.870	5.069.870	
<b>Subtotal</b>		<b>224.807.591</b>	<b>12.082.262</b>	<b>1.594.248</b>	<b>13.676.510</b>	<b>160.739.312</b>	<b>8.727.107</b>	
<b>Provisão Adicional no Exterior<sup>(3)</sup></b>		--	--	39.497	39.497	--	24.511	
<b>Provisão Adicional no País<sup>(4)</sup></b>		--	--	113.052	113.052	--	1.561.751	
<b>Total</b>		<b>224.807.591</b>	<b>12.082.262</b>	<b>1.746.797</b>	<b>13.829.059</b>	<b>160.739.312</b>	<b>10.313.369</b>	

(1) Inclui o valor de R\$ 241.124 mil, referente à provisão adicional constituída pela aplicação de modelo de classificação de risco de operações para clientes com endividamento inferior a R\$ 50 mil, resultante de agravamento do risco de operações passíveis de serem classificadas no nível de risco A, segundo a Resolução CMN n.º 2.682/99.

(2) Inclui o valor de R\$ 1.594.248 mil, referente à provisão excedente constituída a partir de teste de *stress* da carteira de crédito do Banco do Brasil, que adicionados ao valor de R\$ 241.124 mil (vide item 1 anterior) constitui o adicional de provisão ao mínimo requerido pela resolução CMN n.º 2.682/99 (R\$ 1.835.372 mil).

(3) Provisão adicional para atendimento de legislação de cada país.

(4) Contempla, principalmente, a parcela de R\$ 73 milhões (R\$ 58 milhões em 31.12.2007) relacionada a encargos sobre operações enquadradas no Proagro, pendentes de ressarcimento pelo Banco Central. Em 31.12.2007, o valor de R\$ 1.400 milhões, referente à provisão excedente não foi classificada nos diversos níveis de risco.

**f) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos de Liquidação Duvidosa, com Características de Concessão de Crédito**

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
<b>Saldo Inicial</b>	<b>11.020.686</b>	<b>10.167.306</b>	<b>8.449.027</b>	<b>11.164.931</b>	<b>10.313.369</b>	<b>8.634.714</b>
Reforço/(reversão)	5.137.988	8.463.646	5.353.959	5.171.016	8.519.170	5.379.396
Varição cambial sobre provisões no exterior	16.671	12.074	(5.675)	62.575	47.243	(27.656)
Compensação como perdas	(2.559.530)	(5.027.211)	(3.630.005)	(2.569.463)	(5.050.723)	(3.673.085)
<b>Saldo Final</b>	<b>13.615.815</b>	<b>13.615.815</b>	<b>10.167.306</b>	<b>13.829.059</b>	<b>13.829.059</b>	<b>10.313.369</b>



**g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa, sem Características de Concessão de Crédito**

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
	R\$ mil					
<b>Saldo Inicial</b>	<u>700.616</u>	<u>574.171</u>	<u>3.459.813</u>	<u>725.807</u>	<u>585.295</u>	<u>3.472.393</u>
Reforço/(reversão)	87.197	87.204	299.731	87.465	86.638	298.022
Varição cambial sobre provisões no exterior	1.085	1.094	(296)	1.085	1.094	(296)
Compensação como perdas	(19.700)	106.729	(3.785)	(16.488)	124.842	(3.532)
Reclassificação <sup>(1)</sup>	--	--	(3.181.292)	--	--	(3.181.292)
<b>Saldo Final</b>	<u>769.198</u>	<u>769.198</u>	<u>574.171</u>	<u>797.869</u>	<u>797.869</u>	<u>585.295</u>

(1) Valor referente à reclassificação, no 1º semestre/2007, da provisão relativa à atualização do depósito judicial do processo de compensação integral de prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa de CSLL para Passivo – Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias.

**h) Informações Complementares**

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
	R\$ mil					
Montante dos créditos renegociados	6.326.970	13.243.677	9.740.589	6.327.481	13.245.325	9.767.843
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo <sup>(1)</sup>	862.346	1.703.866	1.437.299	866.969	1.714.384	1.447.216

(1) Registrado no resultado em Receitas de Operações de Crédito, conforme Resolução CMN n.º 2.836, de 30.05.2001. Desse montante, em 2008, R\$ 64.286 mil (valor contábil R\$ 39.732 mil) referem-se à cessão de créditos concedidos a pessoas físicas e jurídicas. Em 2007, esses valores somaram R\$ 37.327 mil (valor contábil R\$ 40.814 mil).

**11 – Outros Créditos**

**a) Créditos Específicos**

Referem-se aos créditos junto ao Tesouro Nacional – alongamento de crédito rural – no montante de R\$ 845.887 mil (R\$ 756.879 mil em 31.12.2007), conforme estabelecido na Lei n.º 9.138/1995.

**b) Diversos**

	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
	R\$ mil			
Devedores por depósitos em garantia <sup>(1)</sup>	17.004.869	15.332.008	18.006.940	15.408.714
Créditos tributários <sup>(2)</sup>	16.071.248	13.680.433	16.499.482	13.825.929
Devedores diversos - país <sup>(3)</sup>	12.047.668	5.949.116	11.798.840	5.966.147
Títulos e créditos a receber - operações com cartões de crédito <sup>(4)</sup>	6.130.646	4.767.377	6.130.646	4.767.377
Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar	3.529.824	3.208.201	3.972.656	3.290.356
Títulos e créditos a receber - outros	2.216.543	852.891	2.911.852	891.119
Adiantamentos ao FGC <sup>(5)</sup>	1.063.035	--	1.063.035	--
Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional	374.904	320.646	374.904	320.646
Devedores por compra de valores e bens	293.352	357.996	293.355	357.996
Adiantamentos e antecipações salariais	206.579	213.247	216.876	213.267
Devedores diversos - exterior	41.685	17.000	41.983	17.300
Demais	385.063	416.664	314.054	259.638
<b>Total</b>	<u>59.365.416</u>	<u>45.115.579</u>	<u>61.624.623</u>	<u>45.318.489</u>
Ativo circulante	19.854.665	13.997.305	20.799.150	13.999.740
Ativo não circulante	39.510.751	31.118.274	40.825.473	31.318.749

(1) Inclui o valor de R\$ 10.998.898 mil (R\$ 9.666.786 mil em 31.12.2007), referente aos depósitos em juízo, relacionados à compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases negativas de Contribuição Social.

(2) Corresponde ao total dos Créditos Tributários de IRPJ e CSLL Ativados, conforme Nota 25.a.

(3) Inclui o valor de R\$ 7.793.671 mil (R\$ 2.268.313 mil em 31.12.2007), referente ao "Ativo Atuarial CVM n.º 371" e R\$ 2.195.802 mil (R\$ 2.440.534 mil em 31.12.2007), referente ao ativo oriundo do acordo sobre fundo paridade – "Ativo Fundo Paridade", conforme apresentado na Nota 29.f.

(4) Inclui as parcelas vincendas de compras com cartões de crédito parcelado pelos lojistas no montante de R\$ 2.661.833 mil (R\$ 2.101.962 mil em 31.12.2007).

(5) Corresponde à antecipação concedida ao Fundo Garantidor de Crédito, conforme Circular Bacen n.º 3.416, de 24.10.2008.

## 12 – Carteira de Câmbio

### a) Composição

	R\$ mil			
	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>Ativo</b>				
<b>Outros Créditos</b>	<u>20.913.621</u>	<u>9.022.874</u>	<u>20.913.621</u>	<u>9.022.874</u>
Câmbio comprado a liquidar	16.683.836	8.253.130	16.683.836	8.253.130
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	104.101	82.679	104.101	82.679
Direitos sobre vendas de câmbio	10.012.642	5.628.631	10.012.642	5.628.631
(Adiantamentos em moeda nacional recebidos)	(6.115.676)	(5.074.337)	(6.115.676)	(5.074.337)
Valores em moedas estrangeiras a receber	7.348	5.740	7.348	5.740
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	221.326	126.971	221.326	126.971
Rendas a receber de importações financiadas	44	60	44	60
<b>Passivo</b>				
<b>Outras Obrigações</b>	<u>15.870.660</u>	<u>6.609.253</u>	<u>15.964.485</u>	<u>6.609.253</u>
Câmbio vendido a liquidar	12.317.083	5.316.716	12.317.083	5.316.716
Adiantamentos em moedas estrangeiras	--	(21.246)	--	(21.246)
Importação financiada	(14.623)	(9.629)	(14.623)	(9.629)
Obrigações por compras de câmbio	14.388.411	8.693.383	14.388.411	8.693.383
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(10.838.611)	(7.384.744)	(10.838.611)	(7.384.744)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	14.408	11.039	108.233	11.039
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	3.965	3.703	3.965	3.703
Obrigações por vendas realizadas - taxas flutuantes	1	--	1	--
Encargos a pagar sobre adiantamentos recebidos	26	31	26	31
<b>Carteira de Câmbio Líquida</b>	<u>5.042.961</u>	<u>2.413.621</u>	<u>4.949.136</u>	<u>2.413.621</u>
<b>Contas de Compensação</b>				
Créditos abertos para importação	741.775	510.345	741.944	515.199
Créditos de exportação confirmados	266.261	262.695	267.676	264.519

### b) Resultado de Câmbio

	R\$ mil					
	BB-Agências no País e no Exterior			BB - Consolidado		
	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2ºSem/2007	Exerc/2008	Exerc/2007
Rendas de câmbio	8.005.190	11.124.317	6.022.401	8.003.764	11.144.993	6.055.810
Despesas de câmbio	(7.543.370)	(10.654.553)	(5.630.175)	(7.550.449)	(10.680.839)	(5.659.391)
<b>Resultado de Câmbio</b>	<u>461.820</u>	<u>469.764</u>	<u>392.226</u>	<u>453.315</u>	<u>464.154</u>	<u>396.419</u>

### 13 – Outros Valores e Bens

#### a) Bens não de Uso Próprio/Outros

	R\$ mil			
	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Bens em regime especial	172.079	158.779	172.372	158.865
Imóveis	51.619	72.879	51.301	73.006
Material em estoque	19.319	14.862	47.579	14.862
Veículos e afins	765	430	20.743	584
Máquinas e equipamentos	11.656	12.043	12.431	12.738
Outros	3.249	2.370	3.359	2.370
Imóveis habitacionais	544	--	544	--
(Provisão para desvalorizações)	(154.360)	(151.307)	(170.297)	(152.023)
<b>Total</b>	<b><u>104.871</u></b>	<b><u>110.056</u></b>	<b><u>138.032</u></b>	<b><u>110.402</u></b>

#### b) Despesas Antecipadas

	R\$ mil			
	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Contratos na prestação de serviços bancários <sup>(1)</sup>	731.102	2.542.120	731.102	2.542.120
Despesa de pessoal <sup>(2)</sup>	82.012	63.713	82.012	63.713
Comissões para intermediação de crédito <sup>(3)</sup>	30.738	27.847	30.738	27.847
Outros	105.405	118.534	274.278	120.888
<b>Total</b>	<b><u>949.257</u></b>	<b><u>2.752.214</u></b>	<b><u>1.118.130</u></b>	<b><u>2.754.568</u></b>
Ativo circulante	646.874	2.752.214	779.007	2.754.568
Ativo não circulante	302.383	--	339.123	--

(1) Os valores referentes à Verba de Relacionamento Negocial, a partir do exercício de 2008, passaram a ser registrados no Ativo Intangível (Nota 15). Em 2007 representavam R\$ 2.388.274 mil.

(2) Referem-se basicamente a benefícios do Programa de Alimentação – funcionários.

(3) Referem-se basicamente a comissões pagas a lojistas – financiamento de veículos.

## 14 – Imobilizado de Uso e de Arrendamento

R\$ mil					
BB-Agências no País e no Exterior					
	Taxa Anual de Depreciação (por Grupo)	Custo Residual 31.12.2007	31.12.2008		
			Movimentações	Depreciação	Saldo Final
<b>Imobilizado de Uso</b>		<u>2.842.907</u>	<u>812.873</u>	<u>(477.309)</u>	<u>3.178.471</u>
Edificações e benfeitorias	4%	971.978	136.651	(56.904)	1.051.725
Sistemas de processamento de dados	20 a 50%	806.171	493.054	(291.739)	1.007.486
Móveis e equipamentos de uso	10%	320.954	150.239	(77.563)	393.630
Instalações	10%	180.651	34.941	(43.847)	171.745
Terrenos	--	165.080	2.204	--	167.284
Imobilizações em curso	--	96.780	54.389	--	151.169
Sistemas de segurança	10%	91.620	22.078	(20.946)	92.752
Sistemas de comunicação	10%	94.783	(18.498)	14.069	90.354
Móveis e equipamentos em estoque	--	114.624	(62.571)	--	52.053
Veículos	20%	266	386	(379)	273
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>		<u>77.826</u>	<u>(38.406)</u>	<u>6.183</u>	<u>45.603</u>
<b>Total</b>		<u>2.920.733</u>	<u>774.467</u>	<u>(471.126)</u>	<u>3.224.074</u>

R\$ mil					
BB-Consolidado					
	Taxa Anual de Depreciação (por Grupo)	Custo Residual 31.12.2007	31.12.2008		
			Movimentações	Depreciação	Saldo Final
<b>Imobilizado de Uso</b>		<u>2.843.549</u>	<u>1.334.789</u>	<u>(839.397)</u>	<u>3.338.941</u>
Edificações e benfeitorias	4%	971.978	312.692	(189.299)	1.095.371
Sistemas de processamento de dados	20 a 50%	806.484	561.052	(321.796)	1.045.740
Móveis e equipamentos de uso	10%	321.283	411.303	(273.092)	459.494
Instalações	10%	180.651	43.521	(47.508)	176.664
Terrenos	--	165.080	6.092	--	171.172
Imobilizações em curso	--	96.780	56.006	--	152.786
Sistemas de segurança	10%	91.620	22.091	(20.960)	92.751
Sistemas de comunicação	10%	94.783	(17.949)	14.673	91.507
Móveis e equipamentos em estoque	--	114.624	(62.571)	--	52.053
Veículos	20%	266	2.552	(1.415)	1.403
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>		<u>1.506.528</u>	<u>(1.928.598)</u>	<u>425.939</u>	<u>3.869</u>
<b>Total</b>		<u>4.350.077</u>	<u>(593.809)</u>	<u>(413.458)</u>	<u>3.342.810</u>

O Índice de Imobilização em relação ao patrimônio de referência é de 14,59 % (13,17% em 31.12.2007) para o Consolidado Financeiro e de 11,68 % para o Consolidado Econômico-Financeiro, em conformidade com a Resolução CMN n.º 2.669, de 25.11.1999. A diferença entre o Índice de Imobilização do Consolidado Financeiro e do Econômico-Financeiro decorre da inclusão de empresas controladas/coligadas não financeiras que dispõem de elevada liquidez e baixo nível de imobilização, com conseqüente redução do Índice de Imobilização do Consolidado Econômico-Financeiro.

## 15 – Ativo Intangível

R\$ mil				
	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Aquisição de folha de pagamento <sup>(1)</sup>	3.920.849	--	3.920.849	--
Outros ativos intangíveis <sup>(2)</sup>	121.998	--	679.601	--
(-) Amortização acumulada	(2.202)	--	(2.202)	--
<b>Total</b>	<u>4.040.645</u>	<u>--</u>	<u>4.598.248</u>	<u>--</u>

(1) Referem-se, basicamente, a contratos do programa de relacionamento negocial (negociações de folhas de pagamento de órgãos da Administração Direta e Indireta). No exercício de 2007, esses contratos estavam registrados em Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas no valor de R\$ 2.388.274 mil (Nota 13.b). No exercício de 2008, foi registrada perda por *impairment* no ativo intangível – aquisição de folha de pagamento, no montante de R\$ 42.284 mil.

(2) Referem-se, principalmente, a *softwares* adquiridos, desenvolvidos e em desenvolvimento a partir de 30.09.2008.

**16 – Captações no Mercado****a) Depósitos**

	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>Depósitos à Vista</b>	<u>51.865.142</u>	<u>51.294.823</u>	<u>51.949.022</u>	<u>51.310.832</u>
Pessoas jurídicas	19.123.206	20.858.304	19.199.985	20.900.256
Pessoas físicas	17.272.282	17.505.848	17.280.150	17.513.776
Vinculados	6.997.602	5.108.272	6.997.672	5.108.377
Governos	3.854.447	3.584.351	3.854.447	3.584.351
Moedas estrangeiras	2.545.663	1.994.569	2.545.663	1.994.569
Ligadas	792.014	1.157.421	792.014	1.157.421
Especiais do Tesouro Nacional	434.602	340.075	434.602	340.075
Instituições do sistema financeiro	330.230	396.285	329.511	362.398
Domiciliados no exterior	57.873	40.136	57.755	40.046
Outros	457.223	309.562	457.223	309.563
<b>Depósitos de Poupança</b>	<u>54.965.370</u>	<u>45.839.494</u>	<u>54.965.370</u>	<u>45.839.494</u>
Pessoas físicas	51.485.000	43.256.183	51.485.000	43.256.183
Pessoas jurídicas	3.182.343	2.238.158	3.182.343	2.238.158
Ligadas	290.638	340.623	290.638	340.623
Instituições do sistema financeiro	7.389	4.530	7.389	4.530
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<u>19.606.585</u>	<u>8.826.940</u>	<u>14.064.945</u>	<u>5.144.489</u>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<u>149.762.035</u>	<u>85.308.725</u>	<u>149.618.491</u>	<u>85.519.801</u>
Depósitos a prazo em moeda nacional <sup>(1)</sup>	100.331.988	38.261.154	100.188.444	38.472.230
Depósitos judiciais com remuneração	33.325.979	28.609.308	33.325.979	28.609.308
Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas (nota 20.b)	15.546.953	18.437.219	15.546.953	18.437.219
Depósitos a prazo em moedas estrangeiras	557.115	1.044	557.115	1.044
<b>Depósitos para Investimentos</b>	<u>243.268</u>	<u>467.872</u>	<u>243.268</u>	<u>467.872</u>
<b>Total</b>	<u>276.442.400</u>	<u>191.737.854</u>	<u>270.841.096</u>	<u>188.282.488</u>
Passivo circulante	224.785.452	174.980.854	212.058.474	168.905.946
Passivo não circulante	51.656.948	16.757.000	58.782.622	19.376.542

(1) Inclui depósitos a prazo de replicação automática no valor de R\$ 115.677 mil (R\$ 142.953 mil em 31.12.2007).

**b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade**

R\$ mil								
BB-Agências no País e no Exterior								
2008								2007
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	31 de Dezembro	31 de Dezembro
Depósitos à vista	51.865.142	--	--	--	--	--	51.865.142	51.294.823
Depósitos de poupança	54.965.370	--	--	--	--	--	54.965.370	45.839.494
Depósitos interfinanceiros	--	14.558.122	4.020.477	472.482	450.363	105.141	19.606.585	8.826.940
Depósitos a prazo	51.811.651	14.413.332	20.252.706	17.234.572	46.048.348	1.426	149.762.035	85.308.725
Depósitos para investimentos	243.268	--	--	--	--	--	243.268	467.872
<b>Total</b>	<u>158.885.431</u>	<u>28.971.454</u>	<u>24.273.183</u>	<u>17.707.054</u>	<u>46.498.711</u>	<u>106.567</u>	<u>276.442.400</u>	<u>191.737.854</u>

R\$ mil								
BB-Consolidado								
2008								2007
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	31 de Dezembro	31 de Dezembro
Depósitos à vista	51.949.022	--	--	--	--	--	51.949.022	51.310.832
Depósitos de poupança	54.965.370	--	--	--	--	--	54.965.370	45.839.494
Depósitos interfinanceiros	--	8.241.746	5.249.141	451.093	17.824	105.141	14.064.945	5.144.489
Depósitos a prazo	51.571.518	14.441.969	20.320.658	17.234.572	46.048.348	1.426	149.618.491	85.519.801
Depósitos para investimentos	243.268	--	--	--	--	--	243.268	467.872
<b>Total</b>	<u>158.729.178</u>	<u>22.683.715</u>	<u>25.569.799</u>	<u>17.685.665</u>	<u>46.066.172</u>	<u>106.567</u>	<u>270.841.096</u>	<u>188.282.488</u>

**c) Mercado Aberto**

R\$ mil				
	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>Carteira Própria</b>	<u>22.278.245</u>	<u>28.123.914</u>	<u>21.926.896</u>	<u>28.126.210</u>
Letras Financeiras do Tesouro	17.916.364	26.556.244	17.565.015	26.556.029
Debêntures	411.927	--	411.927	--
Títulos no exterior	1.986.863	1.567.670	1.986.863	1.570.181
Outros	1.963.091	--	1.963.091	--
<b>Carteira de Terceiros</b>	<u>69.801.410</u>	<u>44.628.995</u>	<u>69.203.468</u>	<u>44.143.903</u>
Letras Financeiras do Tesouro	61.521.332	2.629.297	60.923.632	2.629.296
Letras do Tesouro Nacional	1.147.509	36.084.512	1.147.509	35.599.421
Notas do Tesouro Nacional	1.080.036	2.613.861	1.079.794	2.613.861
Títulos no exterior	6.052.533	3.301.325	6.052.533	3.301.325
<b>Total</b>	<u>92.079.655</u>	<u>72.752.909</u>	<u>91.130.364</u>	<u>72.270.113</u>
Passivo circulante	87.448.258	64.661.314	86.501.235	64.178.518
Passivo não circulante	4.631.397	8.091.595	4.629.129	8.091.595

## 17 – Despesas de Captações com Depósitos e no Mercado Aberto

### a) Depósitos

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
	Depósitos a prazo	(5.384.188)	(7.131.069)	(3.187.355)	(5.377.128)	(7.118.622)
Depósitos de poupança	(2.423.762)	(4.199.032)	(3.237.324)	(2.423.762)	(4.199.032)	(3.237.324)
Depósitos interfinanceiros	(254.090)	(469.968)	(825.440)	(232.667)	(432.353)	(765.864)
Demais captações	(2.149.529)	(3.855.007)	(3.334.306)	(2.215.808)	(3.956.819)	(3.416.541)
<b>Total</b>	<b>(10.211.569)</b>	<b>(15.655.076)</b>	<b>(10.584.425)</b>	<b>(10.249.365)</b>	<b>(15.706.826)</b>	<b>(10.612.741)</b>

### b) Mercado Aberto

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
	Carteira de terceiros	(3.902.198)	(6.739.057)	(4.045.286)	(3.902.198)	(6.739.057)
Carteira própria	(1.375.133)	(3.102.575)	(2.973.023)	(1.337.995)	(3.040.031)	(2.916.654)
Carteira de livre movimentação	(10.551)	(45.811)	(221.994)	(10.551)	(45.811)	(221.994)
<b>Total</b>	<b>(5.287.882)</b>	<b>(9.887.443)</b>	<b>(7.240.303)</b>	<b>(5.250.744)</b>	<b>(9.824.899)</b>	<b>(7.183.934)</b>

## 18 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

### a) Obrigações por Empréstimos - Exterior

	BB-Agências no País e no Exterior						
	até 90 Dias	de 91 a 360 Dias	de 1 a 3 Anos	de 3 a 5 Anos	de 5 a 15 Anos	Total 31.12.2008	Total 31.12.2007
	Tomados junto ao Grupo BB no exterior	2.359.065	952.193	3.364.492	--	--	6.675.750
Tomados pelas dependências no exterior	942.303	1.020.326	14.135	--	--	1.976.764	526.044
Vinculados a empréstimos do setor público	--	329.728	572.418	561.786	421.339	1.885.271	1.661.188
Importação	94.399	266.244	171.838	113.973	74.587	721.041	426.615
Banqueiros	430.361	--	--	--	--	430.361	413.067
Exportação	62.057	16.570	--	--	--	78.627	302.829
<b>Total</b>	<b>3.888.185</b>	<b>2.585.061</b>	<b>4.122.883</b>	<b>675.759</b>	<b>495.926</b>	<b>11.767.814</b>	<b>5.650.134</b>
Passivo circulante						6.473.246	3.862.160
Passivo não circulante						5.294.568	1.787.974

	BB-Consolidado						
	até 90 Dias	de 91 a 360 Dias	de 1 a 3 Anos	de 3 a 5 Anos	de 5 a 15 Anos	Total 31.12.2008	Total 31.12.2007
	Tomados pelas dependências no exterior	942.320	1.009.962	14.135	10.363	--	1.976.780
Vinculados a empréstimos do setor público	--	329.728	572.418	561.786	421.339	1.885.271	1.661.188
Importação	47.817	226.568	90.884	63.968	45.962	475.199	238.918
Banqueiros	430.361	--	--	--	--	430.361	413.067
<b>Total</b>	<b>1.420.498</b>	<b>1.566.258</b>	<b>677.437</b>	<b>636.117</b>	<b>467.301</b>	<b>4.767.611</b>	<b>2.833.370</b>
Passivo circulante						2.986.756	1.306.761
Passivo não circulante						1.780.855	1.526.609

**b) Obrigações por Repasses - Instituições Oficiais - País**

Programas	Taxa de Atualização	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
		31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>Tesouro Nacional - Crédito Rural</b>		<b>3.485.066</b>	<b>3.185.270</b>	<b>3.485.066</b>	<b>3.185.270</b>
Custeio Agropecuário	TR ou 9%a.a.	40.635	39.934	40.635	39.934
Cacau	TJLP + 0,6%a.a. ou 6,35%a.a.	65.597	45.337	65.597	45.337
Pronaf	TMS (se disponível) ou 0,5%a.a. a 5,5%a.a. (se aplicado)	3.201.636	2.894.859	3.201.636	2.894.859
Recoop	5,75%a.a. a 7,25%a.a.	175.843	203.786	175.843	203.786
Outros	--	1.355	1.354	1.355	1.354
<b>BNDES</b>	3,75%a.a. a 11%a.a. ou TJLP / var. camb. + 0,5%a.a. a 9,69%a.a.	<b>11.167.753</b>	<b>8.713.218</b>	<b>11.167.753</b>	<b>8.713.218</b>
<b>Finame</b>	3,75% a.a. a 11% a.a. ou TJLP / var. camb. + 0,5% a.a. a 4,5% a.a.	<b>6.557.872</b>	<b>4.845.223</b>	<b>6.584.776</b>	<b>4.865.859</b>
<b>Outras Instituições Oficiais</b>	--	<b>1.198.637</b>	<b>722.708</b>	<b>1.198.829</b>	<b>722.880</b>
Funcafé	TR ou TMS (se disponível) ou TJLP - 0,5%a.a. ou 3,0%a.a. ou 5%a.a. (se aplicado)	1.198.178	713.250	1.198.178	713.250
Demais	--	459	9.458	651	9.631
<b>Total</b>		<b>22.409.328</b>	<b>17.466.419</b>	<b>22.436.424</b>	<b>17.487.227</b>
Passivo circulante		13.738.050	11.685.969	13.749.287	11.694.471
Passivo não circulante		8.671.278	5.780.450	8.687.137	5.792.756

**19 – Operações de Captação no Mercado de Capitais do Exterior**

OPERAÇÕES	Valor Emitido	Cupom	Data Captação	Vencimento	Posição em 31.12.2008		Posição em 31.12.2007		
					Moeda Emissão	Reais (**)	Moeda Emissão	Reais (*)	
<b>CAPTAÇÕES DIRETAS</b>									
Programa <i>Global Medium - Term Notes</i> <sup>(1)</sup>	R\$ 350	9,75% a.a.	jul/07	jul/17	R\$ 330	330	R\$ 319	319	
Dívida subordinada <sup>(2) (3)</sup>	US\$ 300	8,5% a.a.	set/04	set/14	US\$ 306	715	US\$ 307	543	
Bônus perpétuos <sup>(2) (3) (4)</sup>	US\$ 500	7,95% a.a.	jan/06	--	US\$ 507	1.185	US\$ 508	899	
Certificados de depósitos – em reais <sup>(1) (8)</sup>	R\$ 7	--	--	--	R\$ 7	7	--	--	
Certificados de depósitos – em dólares <sup>(1) (8)</sup>	US\$ 361	--	--	--	US\$ 364	849	US\$ 24	43	
Certificados de depósitos – em euros <sup>(1) (8)</sup>	EUR 4	--	--	--	EUR 4	14	--	--	
<b>Total</b>						<b>3.100</b>		<b>1.804</b>	
<b>CAPTAÇÕES POR INTERMÉDIO DE ENTIDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – EPE</b>									
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior <sup>(1) (5) (7)</sup>	US\$ 450	7,890% a.a.	dez/01	dez/08	--	--	US\$ 162	288	
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior <sup>(1) (5) (7)</sup>	US\$ 300	Libor 3m+0,60 a.a.	jul/02	jun/09	US\$ 29	67	US\$ 86	152	
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior <sup>(1) (5) (7)</sup>	US\$ 40	7,890% a.a.	set/02	set/09	US\$ 6	13	US\$ 13	24	
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior <sup>(1) (5) (7)</sup>	US\$ 120	7,26% a.a.	mar/03	mar/10	US\$ 34	80	US\$ 59	105	
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior <sup>(1) (5) (7)</sup>	US\$ 250	6,55% a.a.	dez/03	dez/13	US\$ 190	445	US\$ 221	392	
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior <sup>(1) (5) (7)</sup>	US\$ 250	Libor 3m+0,55% a.a.	mar/08	mar/14	US\$ 249	582	--	--	
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior <sup>(1) (5) (7)</sup>	US\$ 200	Libor 3m+1,2% a.a.	set/08	set/15	US\$ 200	468	--	--	
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior <sup>(1) (5) (7)</sup>	US\$ 150	5,25% a.a.	abr/08	jun/18	US\$ 150	351	--	--	
Securitização do fluxo futuro de recebíveis de faturas de cartões de crédito <sup>(2) (6) (7)</sup>	US\$ 178	5,911% a.a.	jul/03	jun/11	US\$ 82	192	US\$ 111	196	
Securitização do fluxo futuro de recebíveis de faturas de cartões de crédito <sup>(2) (6) (7)</sup>	US\$ 45	4,777% a.a.	jul/03	jun/11	US\$ 19	46	US\$ 28	49	
<b>Total</b>						<b>2.244</b>		<b>1.206</b>	
<b>TOTAL DAS CAPTAÇÕES</b>						<b>5.344</b>		<b>3.010</b>	

\* Taxa de conversão: US\$ 1,00 x R\$ 1,7705 (31.12.2007)

\*\* Taxa de conversão: US\$ 1,00 x R\$ 2,3362, EUR 1,00 x R\$ 3,23634 (31.12.2008)

(1) Registradas em Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(2) Captações registradas em Outras Obrigações, sendo a dívida subordinada em Obrigações por Emissão de Dívidas Subordinadas; os Bônus Perpétuos em Obrigações por Emissão de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e a securitização do fluxo futuro de recebíveis de cartões de crédito em Contratos de Assunção de Obrigações.

(3) O valor de US\$ 288 milhões (R\$ 672 milhões) da dívida subordinada e o montante de US\$ 490 milhões (R\$ 1.145 milhões) dos bônus perpétuos compõem o Patrimônio de Referência (PR), nível II, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.444, de 28.02.2007.

(4) A operação tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2.011 ou em cada pagamento trimestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Os termos desses Bônus Perpétuos permitem que o Banco suspenda os pagamentos trimestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos nem acumulados) caso: (i) o Banco determine que não tem condições ou o pagamento desses encargos não permita que o Banco esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital então exigidos pelo Banco Central do Brasil ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros; (ii) o Banco Central do Brasil ou as Autoridades Regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos; (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra; (iv) alguma inadimplência ocorra; ou (v) o Banco decida suspender esses pagamentos por qualquer outra razão. Caso o Banco decida suspender o pagamento dos juros e acessórios devidos aos Bônus Perpétuos em razão do exposto no item (v) supra, os termos dos Bônus Perpétuos preveem que, até que tais pagamentos tenham sido retomados por um período equivalente a 12 meses, o Banco (a) não poderá recomendar a seus acionistas e, de acordo com o estabelecido pela legislação aplicável, agir de forma a evitar a declaração, o pagamento ou a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio sobre suas ações ordinárias e (b) sofrerá restrições sobre sua capacidade de resgatar ou adquirir de outra forma suas ações ordinárias.

(5) A Entidade de Propósito Específico - EPE "Dollar Diversified Payment Rights Finance Company" foi constituída com os seguintes propósitos: (a) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco do Brasil, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco do Brasil ("Direitos sobre Remessa") e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

(6) A Entidade de Propósito Específico - EPE "Brazilian Merchant Voucher Receivables" foi constituída com os seguintes propósitos: (a) emissão e venda dos valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra dos direitos atuais e futuros da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento (Visanet) contra a Visa International Service Association sobre os "Recebíveis" oriundos de: (i) compras a crédito ou a débito realizadas no território brasileiro, em qualquer moeda processada pela Visanet, com cartões da bandeira Visa, emitidos por instituições financeiras localizadas fora do Brasil, ou (ii) compras a crédito ou a débito processadas pela Visanet em moeda estrangeira realizadas com cartões de bandeira Visa emitidos por instituições financeiras localizadas no Brasil; e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos. O Banco do Brasil é beneficiário de 44,618488% dos recursos, calculados com base na participação acionária na Visanet, sendo o restante dos recursos disponibilizados a outra instituição financeira brasileira participante da Visanet.

(7) As EPEs foram constituídas sob as leis das Ilhas Cayman e declararam não ter nenhum ativo ou passivo relevante que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco do Brasil não possui controle, não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados das EPEs. As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pelas EPEs com os recursos acumulados em sua conta.

(8) Títulos com prazo inferior a 360 dias sendo as taxas de juros dos certificados emitidos em reais entre 9,75% e 13,84% a.a. , taxa dos emitidos em dólar entre 1,05% e 5,02% a.a. e dos emitidos em euros entre 2,08% e 2,37% a.a.

## 20 – Outras Obrigações

### a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
PIS/Pasep	1.706.439	1.523.503	1.706.439	1.523.503
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procerá	322.502	313.434	322.502	313.434
Marinha Mercante	269.843	34.525	269.843	34.525
Consolidação da Agricultura Familiar – CAF	68.742	173.641	68.742	173.641
Combate à Pobreza Rural – Nossa Primeira Terra – CPR / NPT	22.585	20.906	22.585	20.906
Terras e Reforma Agrária – BB Banco da Terra	2.178	1.291	2.178	1.291
Demais	65.510	49.636	65.510	49.636
<b>Total</b>	<b>2.457.799</b>	<b>2.116.936</b>	<b>2.457.799</b>	<b>2.116.936</b>
Passivo circulante	428.517	280.504	428.517	280.504
Passivo não circulante	2.029.282	1.836.432	2.029.282	1.836.432

### b) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat. O Codefat, gestor do FAT, é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais (incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o programa que destina recursos à aquisição de material de construção - FAT Habitação, além de linhas especiais, como FAT Integrar Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Turismo Senior e FAT Inclusão Digital).

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados, *pro rata die*, pela TMS (Taxa Média Selic). À medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pela Resolução Codefat n.º 439, de 02.06.2005 e n.º 489, de 28.04.2006.

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409, de 28.10.2004, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 31.12.2008 é de R\$ 321.522 mil (R\$ 325.990 mil em 31.12.2007).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da Taxa Média Selic e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

Programas	Resolução/ TADE	Disponível (1)	Aplicado (2)	Total	Devolução de Recursos do FAT		
					Forma (3)	Data Inicial	Data Final
<b>Proger Rural e Pronaf</b>		<u>814.659</u>	<u>6.939.834</u>	<u>7.754.493</u>			
Pronaf Investimento	05/2005	--	3.847.313	3.847.313	RA	11/2005	--
Giro Rural – Aquisição de Títulos	03/2005	--	1.658.249	1.658.249	SD	01/2008	01/2014
Giro Rural Fornecedores	14/2006	2.945	664.754	667.699	RA	08/2006	--
Pronaf Custeio	04/2005	438.381	224.832	663.213	RA	11/2005	--
Rural Investimento	13/2005	23.082	537.189	560.271	RA	11/2005	--
Rural Custeio	02/2006	350.251	7.497	357.748	RA	11/2005	--
<b>Proger Urbano</b>		<u>888.040</u>	<u>5.238.619</u>	<u>6.126.659</u>			
Urbano Investimento	18/2005	876.195	4.390.247	5.266.442	RA	11/2005	--
Urbano Capital de Giro	15/2005	1	755.501	755.502	RA	11/2005	--
Empreendedor Popular	01/2006	11.844	92.871	104.715	RA	11/2005	--
<b>Outros</b>		<u>230.430</u>	<u>687.970</u>	<u>918.400</u>			
FAT Giro Setorial Médias e Grandes Empresas	09/2006	167.145	327.825	494.970	RA	09/2007	--
FAT Giro Setorial Micro e Pequenas Empresas	08/2006	60.375	172.230	232.605	RA	09/2007	--
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006	--	135.818	135.818	RA	07/2006	--
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006	747	20.627	21.374	RA	08/2006	--
Integrar Área Rural	26/2005	--	13.830	13.830	RA	11/2005	--
Integrar Área Urbana	25/2005	--	12.177	12.177	RA	11/2005	--
Exportação	27/2005	1.095	3.692	4.786	RA	11/2005	--
FAT Giro Cooperativo Agropecuário	10/2006	809	1.229	2.039	RA	07/2006	--
Inclusão Digital	09/2005	259	542	801	RA	11/2005	--
<b>Total</b>		<u>1.933.129</u>	<u>12.866.423</u>	<u>14.799.552</u>			

(1) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(2) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

(3) RA – Retorno Automático, mensalmente, 2% sobre o saldo total e SD – Saldo Disponível.

**c) Fiscais e Previdenciárias**

	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar <sup>(1)</sup>	8.109.469	7.841.712	8.448.055	8.062.057
Provisão para riscos fiscais <sup>(2)</sup>	4.247.419	3.555.597	5.128.994	3.599.035
Provisão para impostos e contribuições diferidos <sup>(3)</sup>	2.673.217	254.901	2.866.020	400.447
Impostos e contribuições a recolher	539.366	466.217	870.782	486.873
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	88.813	63.298	256.477	176.945
<b>Total</b>	<b>15.658.284</b>	<b>12.181.725</b>	<b>17.570.328</b>	<b>12.725.357</b>
Passivo circulante	13.342.332	12.181.725	14.345.530	12.593.069
Passivo não circulante	2.315.952	--	3.224.798	132.288

(1) Inclui o valor de R\$ 6.541.553 mil (R\$ 5.993.073 mil em 31.12.2007), referente ao processo judicial de compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases negativas de Contribuição Social.

(2) Inclui o valor de R\$ 4.120.922 mil (R\$ 3.466.959 mil em 31.12.2007), referente à correção do processo judicial de compensação integral de prejuízos fiscais de Imposto de Renda e das bases negativas de Contribuição Social.

(3) Inclui o valor de R\$ 2.315.952 mil, referente ao diferimento de tributos incidentes sobre o ganho atuarial do plano de aposentaria e pensão da Previ (Notas 22.f e 29.a.4).

**d) Dívidas Subordinadas**

	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Dívidas subordinadas elegíveis a capital <sup>(1)</sup>	11.728.981	9.986.123	11.728.981	9.986.123
Outras dívidas subordinadas	43.196	31.847	43.196	25.960
<b>Total</b>	<b>11.772.177</b>	<b>10.017.970</b>	<b>11.772.177</b>	<b>10.012.083</b>

(1) Inclui o valor de R\$ 11.057.272 mil (R\$ 9.477.065 mil em 31.12.2007) referente aos recursos oriundos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO como dívida subordinada e como Patrimônio de Referência Nível II, devido à baixa exigibilidade e longo prazo de permanência desses recursos no Banco (Voto CMN n.º 067, de 28.06.2001, e Ofício Ba cen – Diret n.º 1.602, de 29.06.2001).

**e) Diversas**

	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Provisões para pagamentos a efetuar <sup>(1)</sup>	9.115.074	6.771.612	8.215.117	6.780.292
Operações com cartão de crédito <sup>(2)</sup>	5.378.452	4.305.351	5.378.452	4.305.351
Provisões para passivos contingentes <sup>(3)</sup>	4.216.850	3.724.633	4.275.885	3.729.715
Credores diversos - país	2.474.254	5.473.653	3.381.032	5.502.392
Credores por antecipação do valor residual	--	17	1.167.644	282.384
Recursos vinculados a operações de crédito	157.678	76.184	757.642	484.511
Obrigações por convênios oficiais	716.897	663.393	716.897	663.393
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	425.744	294.057	425.744	294.057
Obrigações por aquisição de bens e direitos	294.964	238.178	294.975	238.178
Contratos de assunção de obrigações	420.029	377.595	238.656	245.408
Credores diversos - exterior	63.634	30.500	67.897	30.984
Demais	24.588	27.619	272.463	26.526
<b>Total</b>	<b>23.288.164</b>	<b>21.982.792</b>	<b>25.192.404</b>	<b>22.583.191</b>
Passivo circulante	16.373.880	17.651.017	16.534.493	17.988.222
Passivo não circulante	6.914.284	4.331.775	8.657.911	4.594.969

(1) Inclui o valor de R\$ 5.661.694 mil (R\$ 4.050.617 mil em 31.12.2007) referente ao "Passivo Atuarial do Plano Informal" (responsabilidade exclusiva do Banco) e "Passivo Atuarial Cassi" (Nota 29.f).

(2) Inclui o valor das parcelas vincendas de compras com cartões de crédito parcelado pelos lojistas no montante de R\$ 2.661.833 mil (R\$ 2.101.962 mil, em 31.12.2007).

(3) Inclui o valor de R\$ 40.479 mil (R\$ 22.786 mil em 31.12.2007) referente às provisões para garantias prestadas.

**21 – Operações de Seguros, Previdência e Capitalização****a) Provisões Técnicas**

BB – Consolidado	31.12.2008			R\$ mil
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Provisão matemática de benefícios a conceder	625	8.763.423	--	8.764.048
Provisão matemática de benefícios concedidos	265	327.651	--	327.916
Provisão matemática para resgates	--	943	1.447.841	1.448.784
Provisão de prêmios não ganhos	644.799	--	--	644.799
Provisão de sinistros a liquidar	658.628	--	--	658.628
Provisão de excedente financeiro	--	281.853	--	281.853
Provisão de insuficiência de contribuição	--	142.659	--	142.659
Provisão de oscilação financeira	--	130.813	--	130.813
Provisão de IBNR	127.543	3.380	--	130.923
Provisão de insuficiência de prêmios	36.494	15.225	--	51.719
Provisão para sorteios e resgates	--	--	50.722	50.722
Outras provisões	23.602	17.588	1.173	42.363
<b>Total</b>	<b>1.491.956</b>	<b>9.683.535</b>	<b>1.499.736</b>	<b>12.675.227</b>
Passivo circulante	1.478.585	343.588	1.499.736	3.321.909
Passivo não circulante	13.371	9.339.947	--	9.353.318

**b) Provisões Técnicas por Produto**

BB – Consolidado	31.12.2008			R\$ mil
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Auto	497.188	--	--	497.188
Vida	613.005	--	--	613.005
Ramos elementares	319.985	--	--	319.985
Dpvat	45.898	--	--	45.898
Saúde	15.880	--	--	15.880
Capitalização	--	--	1.499.736	1.499.736
Plano gerador de benefícios livres - PGBL	--	3.620.813	--	3.620.813
Vida gerador de benefícios livres - VGBL	--	2.916.245	--	2.916.245
Planos tradicionais	--	3.146.477	--	3.146.477
<b>Total</b>	<b>1.491.956</b>	<b>9.683.535</b>	<b>1.499.736</b>	<b>12.675.227</b>

**c) Garantia das Provisões Técnicas**

BB – Consolidado	31.12.2008			R\$ mil
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL)	--	6.441.433	--	6.441.433
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	806.055	2.336.692	1.013.549	4.156.296
Títulos públicos	439.073	1.129.650	319.210	1.887.933
Títulos privados	244.507	28	250.347	494.882
Direitos creditórios	242.951	--	--	242.951
Imóveis	3.225	--	--	3.225
Depósitos retidos no IRB e depósitos judiciais	626	--	--	626
<b>Total</b>	<b>1.736.437</b>	<b>9.907.803</b>	<b>1.583.106</b>	<b>13.227.346</b>

**d) Prêmios Retidos de Seguros, Contribuições de Planos de Previdência e Títulos de Capitalização**

BB – Consolidado	2º Sem/2008			Total
	Seguros	Previdência	Capitalização	
Prêmios emitidos (VGBL aposentadoria)	1.386.997	610.537	--	1.997.534
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL parte risco)	--	421.388	--	421.388
Receitas com títulos de capitalização	--	--	491.561	491.561
Prêmios de cosseguros cedidos	(7.144)	--	--	(7.144)
Prêmios restituídos (devolução de contribuição VGBL)	(10.276)	(2.417)	--	(12.693)
<b>Prêmios Emitidos Líquidos (Prêmio Emitido - Prêmio Restituído)</b>	<b>1.369.577</b>	<b>1.029.508</b>	<b>491.561</b>	<b>2.890.646</b>
Prêmios de resseguros cedidos, consórcios e fundos	(195.325)	--	--	(195.325)
<b>Prêmios Retidos de Seguros, Planos de Previdência e Capitalização</b>	<b>1.174.252</b>	<b>1.029.508</b>	<b>491.561</b>	<b>2.695.321</b>

BB – Consolidado	Exercício/2008			Total
	Seguros	Previdência	Capitalização	
Prêmios emitidos (VGBL aposentadoria)	2.125.084	1.006.849	--	3.131.933
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL parte risco)	--	747.742	--	747.742
Receitas com títulos de capitalização	--	--	943.119	943.119
Prêmios de cosseguros cedidos	(11.514)	--	--	(11.514)
Prêmios restituídos (devolução de contribuição VGBL)	(14.653)	(4.062)	--	(18.715)
<b>Prêmios Emitidos Líquidos (Prêmio Emitido - Prêmio Restituído)</b>	<b>2.098.917</b>	<b>1.750.529</b>	<b>943.119</b>	<b>4.792.565</b>
Prêmios de resseguros cedidos, consórcios e fundos	(233.295)	--	--	(233.295)
<b>Prêmios Retidos de Seguros, Planos de Previdência e Capitalização</b>	<b>1.865.622</b>	<b>1.750.529</b>	<b>943.119</b>	<b>4.559.270</b>

**e) Resultado das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização**

BB – Consolidado	2º Sem/2008			Total
	Seguros	Previdência	Capitalização	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>90.578</b>	<b>293.903</b>	<b>93.147</b>	<b>477.628</b>
Receitas financeiras	122.198	315.963	93.181	531.342
Despesas financeiras	(31.620)	(22.060)	(34)	(53.714)
<b>Atualização e Juros de Provisões Técnicas</b>	<b>(19.947)</b>	<b>(213.419)</b>	<b>(56.973)</b>	<b>(290.339)</b>
<b>Resultado das Operações</b>	<b>556.767</b>	<b>(12.635)</b>	<b>27.212</b>	<b>571.344</b>
Prêmios retidos e contribuições	1.174.252	1.029.508	491.561	2.695.321
Variação das provisões técnicas	(132.787)	(1.004.333)	7.484	(1.129.636)
Sinistros retidos	(456.180)	--	--	(456.180)
Despesas de comercialização	(28.518)	(10.587)	(34.280)	(73.385)
Despesas com sorteios e resgates de títulos de capitalização	--	--	(437.553)	(437.553)
Despesas com benefícios e resgates de planos de previdência	--	(27.223)	--	(27.223)
<b>Total</b>	<b>627.398</b>	<b>67.849</b>	<b>63.386</b>	<b>758.633</b>

BB – Consolidado	Exercício/2008			Total
	Seguros	Previdência	Capitalização	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>144.901</b>	<b>645.080</b>	<b>156.367</b>	<b>946.348</b>
Receitas financeiras	188.406	754.307	157.347	1.100.060
Despesas financeiras	(43.505)	(109.227)	(980)	(153.712)
<b>Atualização e Juros de Provisões Técnicas</b>	<b>(31.524)</b>	<b>(496.285)</b>	<b>(94.075)</b>	<b>(621.884)</b>
<b>Resultado das Operações</b>	<b>863.658</b>	<b>(22.726)</b>	<b>51.483</b>	<b>892.415</b>
Prêmios retidos e contribuições	1.865.622	1.750.529	943.119	4.559.270
Variação das provisões técnicas	(143.171)	(1.711.679)	(1.694)	(1.856.544)
Sinistros retidos	(788.730)	--	--	(788.730)
Despesas de comercialização	(70.063)	(18.404)	(55.580)	(144.047)
Despesas com sorteios e resgates de títulos de capitalização	--	--	(834.362)	(834.362)
Despesas com benefícios e resgates de planos de previdência	--	(43.172)	--	(43.172)
<b>Total</b>	<b>977.035</b>	<b>126.069</b>	<b>113.775</b>	<b>1.216.879</b>

**22 – Desdobramentos das Contas de Resultado****a) Receitas de Prestação de Serviços**

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado			R\$ mil
	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	
	Rendas de cartão <sup>(1)</sup>	723.651	1.329.568	1.010.024	1.110.000	2.042.804	1.010.024
Administração de fundos	611.637	1.237.133	1.063.067	981.700	1.979.196	1.696.415	
Cobrança	537.268	1.043.240	955.396	537.727	1.043.934	956.438	
Conta - corrente	384.970	689.043	640.803	385.215	689.443	641.105	
Operações de crédito e garantias prestadas	218.987	580.538	722.877	219.001	580.563	722.998	
Interbancária	245.540	555.285	730.998	245.540	555.285	730.998	
Arrecadações	231.040	438.144	391.841	231.040	438.144	391.841	
Interesse oficial	153.558	265.001	334.663	153.558	265.001	334.663	
Seguros, previdência e capitalização	74.861	151.739	135.569	146.413	262.692	135.569	
Corretagem e custódia	19.606	37.448	30.798	37.521	77.040	66.168	
Taxas de administração de consórcios	--	--	--	36.875	73.597	--	
Prestados a ligadas	121.757	223.663	206.913	35.582	69.333	283.578	
Outros serviços <sup>(2)</sup>	110.580	255.275	227.173	477.214	1.011.760	353.680	
<b>Total</b>	<b>3.433.455</b>	<b>6.806.077</b>	<b>6.450.122</b>	<b>4.597.386</b>	<b>9.088.792</b>	<b>7.323.477</b>	

(1) Inclui, no BB-Consolidado de 2008, o valor de R\$ 713.237 mil, referente ao resultado (proporcional à participação do BB BI) das operações da Cia. Brasileira de Meios de Pagamentos – Visanet.

(2) Inclui, no BB-Consolidado de 2008, o valor de R\$ 608.584 mil, referente aos serviços prestados por empresas ligadas não financeiras.

**b) Rendas de Tarifas Bancárias**

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado			R\$ mil
	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	
	Pacote de serviços	982.853	1.883.180	1.746.282	982.927	1.883.180	1.746.282
Operações de crédito e cadastro	250.363	447.560	368.652	250.363	447.560	368.652	
Conta de depósitos	104.165	257.068	320.431	104.254	257.183	320.431	
Transferência de recursos	55.567	134.078	142.780	55.567	134.078	142.780	
<b>Total</b>	<b>1.392.948</b>	<b>2.721.886</b>	<b>2.578.145</b>	<b>1.393.111</b>	<b>2.722.001</b>	<b>2.578.145</b>	

**c) Despesas de Pessoal**

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado			R\$ mil
	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	
	Proventos	(2.139.777)	(3.960.151)	(3.556.051)	(2.233.906)	(4.128.529)	(3.605.822)
Encargos sociais	(787.212)	(1.460.797)	(1.340.168)	(825.444)	(1.529.278)	(1.357.132)	
Provisões administrativas de pessoal	(604.987)	(1.228.276)	(1.781.787)	(604.987)	(1.228.276)	(1.781.787)	
Benefícios <sup>(1)</sup>	(568.990)	(1.083.978)	(1.408.535)	(588.072)	(1.117.552)	(1.414.263)	
Provisões para demandas trabalhistas	(485.758)	(758.512)	(915.278)	(485.758)	(758.512)	(915.278)	
Treinamento	(48.234)	(72.485)	(72.105)	(52.136)	(78.173)	(72.924)	
Honorários de diretores e conselheiros	(8.860)	(16.043)	(11.975)	(16.598)	(29.749)	(13.871)	
<b>Total</b>	<b>(4.643.818)</b>	<b>(8.580.242)</b>	<b>(9.085.899)</b>	<b>(4.806.901)</b>	<b>(8.870.069)</b>	<b>(9.161.077)</b>	

(1) Inclui, no exercício de 2008, o valor de R\$ 52.773 mil (R\$ 513.166 mil, exercício de 2007), referente ao acordo de reestruturação da Cassi.

**d) Outras Despesas Administrativas**

	R\$ mil					
	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
Comunicações	(478.837)	(984.843)	(880.802)	(499.353)	(1.020.894)	(891.757)
Serviços de terceiros	(371.709)	(774.499)	(586.674)	(443.862)	(901.679)	(616.582)
Processamento de dados	(356.922)	(702.690)	(671.319)	(362.935)	(713.289)	(680.695)
Demandas judiciais	(413.395)	(629.035)	(516.994)	(413.395)	(629.035)	(516.994)
Depreciação	(294.010)	(566.203)	(520.301)	(302.536)	(581.689)	(520.651)
Transporte	(291.587)	(539.439)	(480.099)	(309.745)	(570.499)	(481.149)
Serviços de vigilância e segurança	(271.036)	(524.040)	(489.124)	(271.285)	(524.506)	(489.260)
Serviços do sistema financeiro	(226.219)	(434.802)	(388.892)	(223.465)	(430.414)	(376.546)
Aluguéis	(175.813)	(329.403)	(286.233)	(193.066)	(362.829)	(290.404)
Propaganda e publicidade	(149.010)	(249.269)	(266.026)	(182.969)	(299.204)	(266.153)
Água, energia e gás	(133.244)	(269.390)	(270.364)	(135.037)	(272.614)	(270.609)
Manutenção e conservação de bens	(136.372)	(263.212)	(233.570)	(140.649)	(270.978)	(234.682)
Serviços técnicos especializados	(99.012)	(149.506)	(79.549)	(158.694)	(247.440)	(83.121)
Amortização	(113.916)	(224.500)	(208.281)	(118.952)	(233.155)	(209.214)
Promoções e relações públicas	(97.548)	(165.397)	(148.160)	(102.961)	(183.118)	(148.372)
Viagem no país	(61.887)	(113.044)	(94.459)	(66.271)	(120.786)	(95.312)
Material	(53.271)	(101.103)	(109.420)	(59.291)	(114.981)	(109.771)
Demais	(209.529)	(355.126)	(436.554)	(268.906)	(440.150)	(454.173)
<b>Total</b>	<b>(3.933.317)</b>	<b>(7.375.501)</b>	<b>(6.666.821)</b>	<b>(4.253.372)</b>	<b>(7.917.260)</b>	<b>(6.735.444)</b>

**e) Despesas Tributárias**

	R\$ mil					
	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
Contribuição ao Cofins	(863.215)	(1.512.986)	(1.230.593)	(973.386)	(1.715.376)	(1.277.980)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(201.652)	(406.338)	(396.766)	(249.219)	(494.464)	(425.563)
Contribuição ao PIS/Pasep	(140.272)	(245.736)	(199.972)	(159.966)	(283.935)	(207.672)
Outras	(30.237)	(57.684)	(145.609)	(81.133)	(141.097)	(152.506)
<b>Total</b>	<b>(1.235.376)</b>	<b>(2.222.744)</b>	<b>(1.972.940)</b>	<b>(1.463.704)</b>	<b>(2.634.872)</b>	<b>(2.063.721)</b>

**f) Outras Receitas Operacionais**

	R\$ mil					
	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
Previ – Plano de Benefícios n.º 1 <sup>(1)</sup>	5.412.367	5.412.367	--	5.412.367	5.412.367	--
Equalização de taxas - Lei n.º 8427	789.510	1.351.382	--	789.510	1.351.382	--
Devedores por depósitos em garantia	668.070	1.187.904	1.079.086	668.070	1.187.904	1.079.086
Reajuste cambial negativo/reclassificação de saldos	14.590	1.049.011	1.877.994	14.590	1.049.011	1.877.994
Recuperação de encargos e despesas	502.385	920.081	757.765	411.827	752.131	760.755
Operações com cartões	168.899	244.260	116.086	168.899	244.260	116.086
Previ - Acordo Fundo Paridade	45.093	221.273	273.463	45.093	221.273	273.463
Reversão de provisões - despesas administrativas	60.977	127.415	--	60.977	127.415	--
Rendas de créditos específicos	48.383	87.666	75.400	48.383	87.666	75.400
Rendas de operações especiais	28.164	51.713	52.792	28.164	51.713	52.792
Dividendos recebidos	29.462	46.070	29.075	29.462	46.070	29.075
Reversão de provisões - despesas de pessoal	9.505	34.178	--	9.505	34.178	--
Demais	308.677	512.602	650.101	723.707	1.214.644	758.921
<b>Total</b>	<b>8.086.082</b>	<b>11.245.922</b>	<b>4.911.762</b>	<b>8.410.554</b>	<b>11.780.014</b>	<b>5.023.572</b>

(1) Refere-se ao ganho atuarial do plano de aposentadoria e pensão da Previ, de acordo com a Deliberação CVM n.º 371/00 e em decorrência da Resolução n.º 26 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), de 29.09.2008, Nota 29.g.

**g) Outras Despesas Operacionais**

R\$ mil

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
Cassi - Ajustes decorrentes da Deliberação CVM n.º 371 <sup>(1)</sup>	(1.545.075)	(1.830.769)	(456.646)	(1.545.075)	(1.830.769)	(456.646)
Premiações a clientes	(655.130)	(1.199.505)	(451.566)	(655.130)	(1.199.505)	(451.566)
Reajuste cambial negativo	--	(759.444)	(1.730.459)	--	(759.444)	(1.730.459)
Atualização de depósitos em garantia	(369.709)	(653.963)	(287.838)	(369.709)	(653.963)	(287.838)
Operações com cartões	(282.198)	(495.825)	(352.205)	(282.198)	(495.825)	(352.205)
Previ - Ajustes decorrentes da Deliberação CVM n.º 371	(191.895)	(410.592)	(383.376)	(191.895)	(410.592)	(383.376)
Atualização do Passivo Previdenciário	(261.928)	(359.684)	(322.635)	(261.928)	(359.684)	(322.635)
Operações com a SPE - Securitização SWIFT MT100 <sup>(2)</sup>	(52.349)	(106.762)	(92.472)	(52.349)	(106.762)	--
Crédito consignado adquirido	(59.631)	(96.416)	--	(59.631)	(96.416)	--
Instrumentos híbridos de capital e dívida	(47.367)	(94.724)	(74.924)	(47.367)	(94.724)	(74.924)
Descontos concedidos em renegociação	(47.295)	(81.828)	(73.596)	(50.187)	(84.720)	(73.596)
Autoatendimento	(32.821)	(80.628)	(98.166)	(32.821)	(80.628)	(98.166)
Atualização de recursos do Tesouro Nacional - Lei n.º 9138/1995	(29.863)	(50.857)	(45.643)	(29.863)	(50.857)	(45.643)
Convênio INSS	(11.515)	(47.137)	(192.617)	(11.515)	(47.137)	(192.617)
Atualização de JCP/Dividendos	(12.807)	(21.895)	(29.294)	(12.807)	(21.895)	(29.294)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(7.838)	(13.532)	(12.611)	(7.838)	(13.532)	(12.611)
Demais <sup>(3)</sup>	(329.367)	(551.939)	(389.851)	(747.340)	(1.298.719)	(488.209)
<b>Total</b>	<b>(3.936.788)</b>	<b>(6.855.501)</b>	<b>(4.993.899)</b>	<b>(4.357.653)</b>	<b>(7.605.173)</b>	<b>(4.999.785)</b>

(1) Inclui no exercício de 2008 o valor de R\$ 1.259.381 mil, referente ao reconhecimento de perdas atuariais- Plano Cassi (Nota 29.d).

(2) No BB-Consolidado, essas obrigações estão classificadas como "Obrigações por TVM no Exterior" em função da consolidação da Entidade de Propósito Específico no Exterior (EPE).

(3) Inclui o valor de R\$ 783.528 mil no BB-Consolidado do exercício de 2008 (R\$ 451.618 mil no BB-Consolidado do 2º Sem/2008), referente a Outras Despesas Operacionais de empresas controladas/coligadas não financeiras incluídas na consolidação.

**h) Resultado não Operacional**

R\$ mil

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
<b>Receitas não Operacionais</b>	<b>82.836</b>	<b>191.448</b>	<b>348.360</b>	<b>209.027</b>	<b>561.088</b>	<b>365.905</b>
Lucro na alienação de valores e bens	14.212	37.918	33.319	102.097	127.220	33.508
Alienação de bens imóveis	27.887	62.139	44.723	27.887	62.139	44.723
Ganhos de capital	9.979	20.291	11.042	38.420	48.779	22.092
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	21.426	45.489	52.918	21.497	45.584	52.993
Rendas de aluguéis	7.973	15.284	13.254	9.135	18.168	13.786
Lucro na alienação de investimentos	--	--	169.619	--	17.704	170.147
Reversão de provisão para perdas em ações e cotas	336	7.141	3.525	336	13.296	7.481
Outras rendas não operacionais <sup>(1)</sup>	1.023	3.186	19.960	9.655	228.198	21.175
<b>Despesas não Operacionais</b>	<b>(52.319)</b>	<b>(90.457)</b>	<b>(82.227)</b>	<b>(99.153)</b>	<b>(148.544)</b>	<b>(84.937)</b>
Desvalorização de outros valores e bens	(27.711)	(48.316)	(50.462)	(27.734)	(48.420)	(50.507)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(2.563)	(3.999)	(10.841)	(40.102)	(41.561)	(10.842)
Perdas de capital	(14.569)	(24.506)	(19.036)	(14.675)	(29.166)	(20.798)
Perdas em ações e cotas	(5.191)	(9.941)	(130)	(5.199)	(9.949)	(970)
Outras despesas não operacionais	(2.285)	(3.695)	(1.758)	(11.443)	(19.448)	(1.820)
<b>Total</b>	<b>30.517</b>	<b>100.991</b>	<b>266.133</b>	<b>109.874</b>	<b>412.544</b>	<b>280.968</b>

(1) Inclui o valor de R\$ 159.259 mil, no BB Consolidado do Exercício/2008, referente ao ganho com a oferta pública de ações da Visa Inc., ocorrido no 1º semestre/2008.



## 23 – Patrimônio Líquido

### a) Valor Patrimonial e de Mercado da Ação

O Patrimônio Líquido de R\$ 29.937.250 mil (R\$ 24.262.096 mil em 31.12.2007) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 11,66 por ação (R\$ 9,80 em 31.12.2007). O valor de mercado da ação ordinária em 31.12.2008 era de R\$ 14,68 (R\$ 30,40 em 31.12.2007).

### b) Bônus de Subscrição “C”

Dos bônus de subscrição emitidos pelo Banco, remanesce o saldo de 5.880.483 bônus "C", que têm assegurado o direito de exercício até os prazos estabelecidos originalmente – 31.03.2011 a 30.06.2011.

### c) Capital Social

O Capital Social de R\$ 13.779.905 mil (R\$ 13.211.644 mil em 31.12.2007) está dividido em 2.568.186.485 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Tesouro Nacional é o maior acionista, detendo o controle. O aumento de capital, no valor de R\$ 568.261 mil, decorreu das incorporações do Besc S.A. e Besc S.A. – Crédito Imobiliário (Bescr) e do BEP S.A. – Banco do Estado do Piauí, no 2º semestre de 2008.

Em 15.12.2008, o Conselho de Administração aprovou a proposta de capitalização de R\$ 4.768.706 mil, registrado em Reservas para Expansão. A referida proposta será deliberada na próxima Assembleia Geral de Acionistas.

### d) Reservas de Reavaliação

Referem-se às reavaliações de ativos efetuadas pelas empresas Kepler Weber S.A., Pronor e Cobra Tecnologia S.A. As realizações ocorridas no período, no montante de R\$ 285 mil (R\$ 424 mil em 31.12.2007), foram transferidas para a conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. Conforme Resolução CMN n.º 3.565, de 29.05.2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

### e) Reservas de Capital e de Lucros

	R\$ mil	
	31.12.2008	31.12.2007
Reservas de capital	5.188	34
Reservas de lucros	<u>15.977.333</u>	<u>10.694.707</u>
Reserva legal	1.788.916	1.348.772
Reservas estatutárias <sup>(1)</sup>	9.419.711	4.577.229
Reserva para expansão <sup>(2) (3)</sup>	4.768.706	4.768.706

(1) Inclui a Reserva para Margem Operacional e a Reserva para Equalização de Dividendos. A primeira tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social. A segunda assegura recursos para o pagamento dos dividendos, constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, após as destinações, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

(2) Tem por objetivo dar sustentação à política de expansão e modernização tecnológica da empresa.

(3) Em 15.12.2008, o Conselho de Administração aprovou a proposta de capitalização de R\$ 4.768.706 mil, registrado em Reservas para Expansão. A referida proposta será deliberada na próxima Assembleia Geral de Acionistas.

### f) Juros sobre Capital Próprio/Dividendos

	R\$ mil		
	2º Semestre/2008	Exercício/2008	Exercício/2007
1 - Lucro líquido do período	4.811.292	8.802.869	5.058.119
2 - Juros sobre capital próprio destinados aos acionistas	816.295	1.548.227	1.338.051
3 - Dividendos destinados aos acionistas	1.108.222	1.972.921	685.197
Total destinado aos acionistas (Item 2 + Item 3)	1.924.517	3.521.148	2.023.248

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de Juros sobre Capital Próprio, imputados ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% sobre o lucro líquido.

O valor total dos Juros Sobre Capital Próprio e dos Dividendos em 2008 totalizam R\$ 3.521.148 mil, sendo R\$ 1.548.227 mil de Juros sobre Capital Próprio e R\$ 1.972.921 mil de Dividendos. O valor dos Juros sobre Capital Próprio proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 597.151 mil.

Os Juros sobre Capital Próprio e os Dividendos referentes ao 4º trimestre de 2008 terão como base a posição acionária de 22.12.2008 e 19.02.2009, respectivamente, e serão pagos em 03.03.2009.

Para atendimento à legislação de Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado em contrapartida da conta “Despesas Financeiras” e, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificadas para a conta de “Lucros Acumulados”.

#### g) Pagamentos/Provisionamentos de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

R\$ mil				
Exercício/2008	Por Ação	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
JCP/Dividendos destinados	1,372	3.521.148	(232.234)	3.288.914
Juros sobre capital próprio	0,603	1.548.227	(232.234)	1.315.993
Pagos	0,443	1.137.862	(170.679)	967.182
A Pagar	0,160	410.365	(61.555)	348.811
Dividendos	0,769	1.972.921	--	1.972.921
Pagos	0,470	1.205.552	--	1.205.552
A Pagar	0,299	767.369	--	767.369
Exercício/2007	Por Ação	Valor Bruto	IRRF	Valor
JCP/Dividendos destinados	0,817	2.023.248	(236.127)	1.787.121
Juros sobre capital pagos	0,540	1.338.051	(236.127)	1.101.924
Dividendos pagos	0,277	685.197	--	685.197

#### h) Ajustes de Avaliação Patrimonial – TVM e Derivativos

R\$ mil						
	31.12.2007 Saldo	2008 Movimentação Líquida no Período	31.12.2008 Saldo	31.12.2006 Saldo	2007 Movimentação Líquida no Período	31.12.2007 Saldo
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>						
Banco Múltiplo	39.099	(88.953)	(49.854)	213.111	(174.012)	39.099
Coligadas e controladas	399.395	(181.929)	217.466	289.592	109.803	399.395
Efeitos tributários	(88.692)	119.809	31.117	(120.465)	31.773	(88.692)
<b>Total</b>	<b>349.802</b>	<b>(151.073)</b>	<b>198.729</b>	<b>382.238</b>	<b>(32.436)</b>	<b>349.802</b>

#### i) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Posição acionária, em 31.12.2008, dos detentores, direta ou indiretamente, de mais de 5% (cinco por cento) do capital social do Banco:

Acionistas	Total Ações	% Total
Tesouro Nacional	1.684.809.058	65,60%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	266.253.012	10,37%
BNDES Participações S.A. – BNDESPar <sup>(1)</sup>	64.005.679	2,50%
Ações em Tesouraria	1.150.365	0,04%
Outros acionistas	551.968.371	21,49%
<b>Total</b>	<b>2.568.186.485</b>	<b>100,00%</b>

(1) Ligada ao Controlador.

Evolução das participações referidas na alínea anterior, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos doze meses imediatamente anteriores e quantidade e características dos valores mobiliários de emissão do Banco de que o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Auditoria Interna sejam titulares, direta ou indiretamente.

	31.12.2008	31.12.2007
Tesouro Nacional	1.684.809.058	1.660.334.789
Previ	266.253.012	265.946.012
BNDESPar	64.005.679	64.368.679
<b>Total</b>	<b>2.015.067.749</b>	<b>1.990.649.480</b>

	Ações ON <sup>(1)</sup>		Bônus C	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
Conselho de Administração	33	23	--	--
Conselho Diretor <sup>(2)</sup>	7.017	7.117	21	21
Diretoria Executiva	14.753	13.423	28	28
Conselho Fiscal	--	--	--	--
Comitê de Auditoria	1.729	1.729	--	--
Auditoria Interna	57	57	9	9

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Conselho Diretor, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Auditoria Interna representa aproximadamente 0,0009%, em 31.12.2008 (0,0008% em 31.12.2007), do capital do Banco.

(2) Exceto as ações do Presidente que estão contempladas no Conselho de Administração.

#### j) Quantidade de Ações em Circulação

Ações BB	Quantidade	Percentual
Em circulação <sup>(1)</sup>	551.946.568	21,5%
Total emitido	2.568.186.485	100,0%

(1) Conforme Lei n.º 6.404/1976

#### k) Free Float

Ações BB	Quantidade	Percentual
Free Float em 31.12.2008 <sup>(1)</sup>	551.946.568	21,5%
Total emitido	2.568.186.485	100,0%

(1) Regulamento do Novo Mercado da Bovespa

## 24 – Imposto de Renda e Contribuição Social

## a) Demonstração da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

R\$ mil						
BB-Agências no País e no Exterior						
	2º Semestre/2008		Exercício/2008		Exercício/2007	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Valores Correntes</b>	(524.610)	(343.106)	(1.378.252)	(732.634)	(1.854.993)	(675.664)
IR e CSLL no país	(505.435)	(343.106)	(1.344.613)	(732.634)	(1.821.415)	(675.664)
Imposto de Renda no exterior	(19.175)	--	(33.639)	--	(33.578)	--
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	(1.430.178)	(853.159)	(1.547.982)	(1.078.168)	(148.146)	(54.800)
Constituição/(reversão) de provisão de Imposto de Renda diferido sobre o ajuste da carteira e depreciação incentivada (operações de <i>leasing</i> )	--	--	--	--	21	--
Constituição/(reversão) de provisão para tributos diferidos MTM positivo	(59.041)	(34.829)	(97.379)	(58.115)	(11.406)	(4.662)
Constituição/(reversão) de provisão para tributos diferidos sobre os ganhos atuariais	(1.290.173)	(774.104)	(1.290.173)	(774.104)	--	--
Constituição/(reversão) de provisão para tributos diferidos – atualização de depósitos judiciais	(93.255)	(55.953)	(165.364)	(247.811)	(148.191)	(53.349)
Constituição/(reversão) de provisão para tributos diferidos – lucros do exterior	4.754	7.091	--	--	--	--
Constituição/(reversão) de provisão para IR sobre operações realizadas em mercados de liquidação futura – valores diferidos	7.537	4.636	4.934	1.862	11.430	3.211
<b>Provisão</b>	(1.954.788)	(1.196.265)	(2.926.234)	(1.810.802)	(2.003.139)	(730.464)
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	1.328.790	1.026.615	1.935.000	1.503.797	863.306	309.788
Constituição/(reversão) de créditos tributários de diferenças intertemporais	1.278.162	1.199.605	1.840.952	1.877.471	909.629	326.215
Constituição/(reversão) de créditos tributários sobre prejuízos fiscais (Imposto de Renda) e sobre bases negativas (Contribuição Social)	--	60.099	(16.140)	54.289	16.140	5.810
Constituição/(reversão) de créditos tributários – MTM negativo	50.564	(233.124)	110.124	(427.998)	(62.463)	(22.237)
Constituição/(reversão) de créditos tributários sobre operações realizadas em mercados de liquidação futura	64	35	64	35	--	--
<b>Total das Despesas</b>	(625.998)	(169.650)	(991.234)	(307.005)	(1.139.833)	(420.676)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

R\$ mil						
BB-Consolidado						
	2º Semestre/2008		Exercício/2008		Exercício/2007	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Valores Correntes</b>	(815.288)	(497.186)	(1.951.910)	(1.000.144)	(2.072.042)	(756.111)
IR e CSLL no país	(794.032)	(497.186)	(1.914.648)	(1.000.144)	(2.036.839)	(756.111)
Imposto de Renda no exterior	(21.256)	--	(37.262)	--	(35.203)	--
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	(1.514.703)	(852.680)	(1.656.782)	(1.081.031)	(162.911)	(54.878)
Constituição/(reversão) de provisão de Imposto de Renda diferido sobre o ajuste da carteira e depreciação incentivada (operações de <i>leasing</i> )	(84.446)	--	(106.220)	--	(14.528)	--
Constituição/(reversão) de provisão para tributos diferidos – MTM positivo	(58.826)	(34.684)	(97.174)	(58.034)	(11.622)	(4.740)
Constituição/(reversão) de provisão para tributos diferidos sobre os ganhos atuariais	(1.290.173)	(774.104)	(1.290.173)	(774.104)	--	--
Constituição/(reversão) de provisão de Imposto de Renda diferido sobre alienação de investimentos a prazo (BB BI)	--	--	(2.519)	(3.505)	--	--
Constituição/(reversão) de provisão para tributos diferidos – atualização de depósitos judiciais	(93.255)	(55.953)	(165.364)	(247.811)	(148.191)	(53.349)
Constituição/(reversão) de provisão para tributos diferidos – lucros do exterior	4.754	7.091	--	--	--	--
Constituição/(reversão) de provisão para IR sobre operações realizadas em mercados de liquidação futura – valores diferidos	7.243	4.970	4.668	2.423	11.430	3.211
<b>Provisão</b>	(2.329.991)	(1.349.866)	(3.608.692)	(2.081.175)	(2.234.953)	(810.989)
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	1.409.407	1.032.659	2.031.810	1.512.941	888.202	310.705
Constituição/(reversão) de créditos tributários de diferenças intertemporais	1.294.043	1.205.965	1.853.330	1.886.131	916.091	327.227
Constituição/(reversão) de créditos tributários sobre prejuízos fiscais (Imposto de Renda) e sobre bases negativas (Contribuição Social)	64.249	59.334	66.360	53.218	32.539	5.472
Constituição/(reversão) de créditos tributários – MTM negativo	51.188	(232.675)	112.193	(426.443)	(60.428)	(21.994)
Constituição/(reversão) de créditos tributários sobre operações realizadas em mercados de liquidação futura	64	35	64	35	--	--
Outros – Constituição/(reversão)	(137)	--	(137)	--	--	--
<b>Total das Despesas</b>	(920.584)	(317.207)	(1.576.882)	(568.234)	(1.346.751)	(500.284)

**b) Conciliação dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social**

R\$ mil						
	BB – Agências no País e no Exterior			BB – Consolidado		
	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2º Sem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
<b>Resultado Antes dos Tributos e Participações</b>	6.220.639	11.224.675	7.264.984	6.670.246	12.082.018	7.554.375
<b>Despesa de Imposto de Renda</b>	(625.998)	(991.234)	(1.139.833)	(920.584)	(1.576.882)	(1.346.751)
Encargo total do IR (alíquota de 25%)	(1.555.160)	(2.806.169)	(1.816.246)	(1.667.561)	(3.020.504)	(1.888.594)
Encargos sobre JCP	204.074	387.057	334.513	204.074	387.057	334.513
Encargos sobre receitas não tributáveis	2.114.633	2.619.530	790.013	2.337.491	3.048.101	979.495
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(2.031.110)	(3.225.447)	(2.391.191)	(2.057.756)	(3.267.313)	(2.423.560)
Encargos sobre lucros no exterior	(59.245)	(69.905)	(51.804)	(61.362)	(73.598)	(52.070)
Encargos sobre participações dos empregados nos lucros	279.206	279.206	160.472	280.038	280.431	161.088
Encargos diferidos sobre marcação a mercado	(2.905)	(2.390)	(632)	(1.907)	(2.442)	(88)
Outros valores	394.534	1.780.116	1.793.142	15.550	1.022.223	1.499.037
Incentivos fiscais (PAT, Cultura e outros)	29.975	46.768	41.900	30.849	49.163	43.428
<b>Despesa de Contribuição Social</b>	(169.650)	(307.005)	(420.676)	(317.207)	(568.234)	(500.284)
Encargo total da CSLL (alíquota de 9%) <sup>(1)</sup>	(559.858)	(1.010.221)	(653.849)	(600.322)	(1.087.382)	(679.894)
Encargos sobre JCP	73.467	139.340	120.425	73.467	139.341	120.425
Encargos sobre receitas não tributáveis	761.278	942.429	284.089	811.357	1.058.796	352.106
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(731.297)	(1.161.258)	(860.829)	(739.098)	(1.174.612)	(872.225)
Encargos sobre lucros no exterior	(15.173)	(15.173)	(12.004)	(15.173)	(15.173)	(12.004)
Encargos sobre participações dos empregados nos lucros	100.514	100.514	57.770	100.814	100.956	57.992
Encargos diferidos sobre marcação a mercado	(1.046)	(860)	(227)	(506)	(2.786)	(32)
Valores referentes ao diferencial de alíquota (artigo 17 da Lei n.º 11.727/08)	(148.301)	(228.334)	--	(173.990)	(182.406)	--
Outros Valores	350.766	926.558	643.949	226.244	595.032	533.348

(1) De 01.01.2003 até 30.04.2008, a alíquota vigente da CSLL foi de 9%, conforme Lei n.º 10.637, de 30.12.2002. A partir de maio/2008, a alíquota da CSLL foi majorada para 15%, conforme Lei n.º 11.727, de 23.06.2008.

**c) Ação Judicial: Imposto de Renda e Contribuição Social**

**c.1)** Em fevereiro/1998, o Banco ingressou na via judicial com pedido de compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases negativas de Contribuição Social. Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando o depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho do Juízo da 16ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal reconhecendo a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, II, do CTN, até o trânsito em julgado da sentença. Desde 01.10.2002, o processo aguarda julgamento de recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal.

**c.2)** A compensação dos valores de prejuízos fiscais e CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

**c.3)** Em obediência à vedação constante da Resolução CMN n.º 3.535/2008, os depósitos judiciais no valor de R\$ 10.998.898 mil (principal + juros) deixaram de deduzir as provisões correspondentes na forma prevista no item 53 da Deliberação CVM n.º 489/2005, impactando negativamente o Índice de Basileia.

**c.4)** Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o § 2º, inciso II, artigo 1º da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

**c.5)** Ao considerarmos a hipótese de êxito na ação judicial, verificaríamos que, em setembro/2005, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais. Assim, desde a competência outubro/2005, o valor do Imposto de Renda está sendo recolhido integralmente. Para a mesma hipótese ainda restaria saldo de crédito tributário de CSLL a compensar no montante de R\$ 134.805 mil.

Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra a provisão de IRPJ e CSLL e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, no valor de R\$ 4.120.922 mil, cujo efeito positivo líquido no resultado sensibilizaria o cálculo do Índice de Basileia do consolidado financeiro em 1,46 p.p. (de 15,55% para 17,01%).

**c.6)** Considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), reclassificam-se para a rubrica representativa de ativo "IRPJ a compensar" as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro/2005, observada a limitação de 30%. Esse IRPJ a compensar, que decorreria das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, corresponde a R\$ 1.617.174 mil em dezembro/2008 e sua atualização pela Taxa Selic desde janeiro/2006 a R\$ 210.606 mil. Esse valor ajusta a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos judiciais (ver item 24.c.5), de forma que seu montante seja o necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

**c.7)** Os valores relacionados à referida ação apresentam-se da seguinte forma:

	R\$ mil	
	31.12.2008	31.12.2007
<b>Depósitos Judiciais</b>	<u>10.998.898</u>	<u>9.666.786</u>
Montante realizado	6.525.020	6.004.605
Atualização	4.473.878	3.662.181
<b>Montante dos Créditos Tributários Correspondente à Parcela de 70%</b>	<u>6.555.657</u>	<u>6.045.267</u>
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL / CSLL a compensar	3.553.624	3.043.234

## 25 – Crédito Tributário

## a) Créditos Tributários Ativados

	R\$ mil			
	BB-Agências no País e no Exterior			
	31.12.2008		31.12.2007	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Natureza e Origem:</b>				
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	--	--	16.140	5.810
Diferenças intertemporais	7.514.984	3.253.442	5.839.394	2.098.834
Ajustes negativos da marcação a mercado	53.625	31.094	71.493	25.824
Contribuição Social a compensar	--	134.805	--	732.993
Ajustes negativos de operações em mercados de liquidação futura	83.066	30.156	--	--
Créditos tributários – mandado de segurança	1.384.859	3.547.306	1.861.503	3.006.931
Créditos tributários no exterior	11.219	--	7.519	--
<b>Total dos Créditos Tributários de IRPJ e CSLL Ativados</b>	<b><u>9.047.753</u></b>	<b><u>6.996.803</u></b>	<b><u>7.796.049</u></b>	<b><u>5.870.392</u></b>
	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>
Ajustes negativos da marcação a mercado	1.471	9.054	1.955	12.037
Ajustes negativos de operações em mercados futuros	2.260	13.907	--	--
<b>Total dos Créditos Tributários de Pasep e Cofins Ativados</b>	<b><u>3.731</u></b>	<b><u>22.961</u></b>	<b><u>1.955</u></b>	<b><u>12.037</u></b>
<b>Total dos Créditos Tributários Ativados sobre Tributos</b>	<b><u>9.051.484</u></b>	<b><u>7.019.764</u></b>	<b><u>7.798.004</u></b>	<b><u>5.882.429</u></b>

	R\$ mil			
	BB-Consolidado			
	31.12.2008		31.12.2007	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Natureza e Origem:</b>				
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	154.774	3.537	88.901	10.593
Diferenças intertemporais	7.698.926	3.318.910	5.886.215	2.109.176
Ajustes negativos da marcação a mercado	65.231	37.324	77.964	27.395
Contribuição Social a compensar	--	134.805	--	732.993
Ajustes negativos de operações em mercados de liquidação futura	83.066	30.156	--	--
Créditos tributários – mandado de segurança	1.384.859	3.547.306	1.861.503	3.006.931
Créditos tributários no exterior	11.313	--	9.129	--
<b>Total dos Créditos Tributários de IRPJ e CSLL Ativados</b>	<b><u>9.398.169</u></b>	<b><u>7.072.038</u></b>	<b><u>7.923.712</u></b>	<b><u>5.887.088</u></b>
	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>
Ajustes negativos da marcação a mercado	1.832	11.276	2.114	13.015
Ajustes negativos de operações em mercados futuros	2.260	13.907	--	--
<b>Total dos Créditos Tributários de Pasep e Cofins Ativados</b>	<b><u>4.092</u></b>	<b><u>25.183</u></b>	<b><u>2.114</u></b>	<b><u>13.015</u></b>
<b>Total dos Créditos Tributários Ativados sobre Tributos</b>	<b><u>9.402.261</u></b>	<b><u>7.097.221</u></b>	<b><u>7.925.826</u></b>	<b><u>5.900.103</u></b>

No montante de créditos tributários ativados inclui-se a Contribuição Social a compensar decorrente dos créditos tributários que haviam sido ativados, à alíquota de 18%, sobre as bases negativas de diferenças intertemporais existentes em 31.12.1998, em conformidade com a MP n.º 2.158-35/2001 artigo 8º, que reduziu a alíquota de CSLL de 18% para 8%, bem como autorizou a preservação desse crédito, apropriado em "Outros créditos - Diversos", com saldo de R\$ 134.805 mil em 31.12.2008.

De 01.01.2003 até 30.04.2008, a alíquota vigente da CSLL foi de 9%, conforme Lei n.º 10.637, de 30.12.2002. A partir de maio/2008, a alíquota da CSLL foi majorada para 15%, conforme Lei n.º 11.727, de 23.06.2008.

**b) Créditos Tributários não Ativados**

	R\$ mil			
	BB-Agências no País e no Exterior			
	31.12.2008		31.12.2007	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Natureza e Origem:</b>				
Parcela de diferenças intertemporais	--	1.251.195	--	--
Parcela dos ajustes negativos da marcação a mercado	--	1.278	--	--
<b>Total dos Créditos Tributários de IRPJ e CSLL não Ativados</b>	--	<u>1.252.473</u>	--	--
	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>
<b>Total dos Créditos Tributários de Pasep e Cofins não Ativados</b>	--	--	--	--
<b>Total dos Créditos Tributários não Ativados</b>	--	<u>1.252.473</u>	--	--

	R\$ mil			
	BB-Consolidado			
	31.12.2008		31.12.2007	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Natureza e Origem:</b>				
Parcela de prejuízos fiscais/bases negativas	29.042	19.222	31.608	9.983
Parcela de diferenças intertemporais	1.448	1.254.475	1.071	--
Parcela dos ajustes negativos da marcação a mercado	--	3.490	--	--
Créditos tributários no exterior	49.685	--	49.922	--
<b>Total dos Créditos Tributários de IRPJ e CSLL não Ativados</b>	<u>80.175</u>	<u>1.277.187</u>	<u>82.601</u>	<u>9.983</u>
	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>
<b>Total dos Créditos Tributários de Pasep e Cofins não Ativados</b>	--	--	--	--
<b>Total dos Créditos Tributários não Ativados</b>	<u>80.175</u>	<u>1.277.187</u>	<u>82.601</u>	<u>9.983</u>

A Medida Provisória n.º 413, de 03.01.2008, convertida na Lei n.º 11.727, de 23.06.2008, elevou a alíquota da CSLL do setor financeiro, de 9% para 15%, a partir de 01.05.2008, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes. Considerando que algumas instituições financeiras vêm ingressando na justiça com ações individuais questionando a majoração da alíquota da CSLL e que a Confederação Nacional do Sistema Financeiro – Consif propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN, o Banco Múltiplo vem reconhecendo créditos tributários em montante suficiente para anular, exclusivamente, o efeito no resultado decorrente da majoração da alíquota (6%) sobre os passivos fiscais de CSLL (corrente e diferidos), procedimento que deverá ser mantido até que os desdobramentos da ADIN permitam ao Banco inferir se o saldo remanescente de créditos tributários de CSLL não ativados decorrentes da majoração da alíquota (R\$ 1.252.473 mil) deve, ou não, ser reconhecido contabilmente.



**c) Constituições e Baixas do Período**

	R\$ mil			
	BB-Agências no País e no Exterior			
	31.12.2008		31.12.2007	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Constituições do Período</b>				
Sobre prejuízos fiscais/bases negativas	--	--	16.140	5.810
Sobre diferenças intertemporais <sup>(1)</sup>	1.675.590	1.154.608	690.814	247.442
Sobre ajustes negativos da marcação a mercado	--	5.270	28.205	10.157
Créditos tributários no exterior	3.700	--	--	--
Sobre ajustes negativos de operações em mercados de liquidação futura	83.066	30.156	--	--
Créditos tributários – mandado de segurança <sup>(2)</sup>	--	540.375	1.861.503	3.006.931
<b>Total dos Créditos Tributários de IRPJ e CSLL Constituídos</b>	<u>1.762.356</u>	<u>1.730.409</u>	<u>2.596.662</u>	<u>3.270.340</u>
	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>
Sobre ajustes negativos da marcação a mercado	--	--	769	4.734
Sobre ajustes negativos de operações em mercados de liquidação futura	2.260	13.907	--	--
<b>Total de Créditos Tributários de Pasep e Cofins Constituídos</b>	<u>2.260</u>	<u>13.907</u>	<u>769</u>	<u>4.734</u>
<b>Total de Créditos Tributários Constituídos</b>	<u>1.764.616</u>	<u>1.744.316</u>	<u>2.597.431</u>	<u>3.275.074</u>

	R\$ mil			
	BB-Consolidado			
	31.12.2008		31.12.2007	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Constituições do Período</b>				
Sobre prejuízos fiscais/bases negativas	82.013	--	32.539	6.476
Sobre diferenças intertemporais <sup>(1)</sup>	1.695.577	1.164.516	701.554	249.704
Sobre ajustes negativos da marcação a mercado	44.419	25.242	31.028	11.173
Créditos tributários no exterior	4.155	--	--	--
Sobre ajustes negativos de operações em mercados de liquidação futura	83.066	30.156	--	--
Créditos tributários – mandado de segurança <sup>(2)</sup>	--	540.375	1.861.503	3.006.931
Valores incorporados <sup>(3)</sup>	124.050	45.716	--	--
<b>Total dos Créditos Tributários de IRPJ e CSLL Constituídos</b>	<u>2.033.280</u>	<u>1.806.005</u>	<u>2.626.624</u>	<u>3.274.284</u>
	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>
Sobre ajustes negativos da marcação a mercado	1.251	7.704	846	5.208
Sobre ajustes negativos de operações em mercados de liquidação futura	2.260	13.907	--	--
<b>Total de Créditos Tributários de Pasep e Cofins Constituídos</b>	<u>3.511</u>	<u>21.611</u>	<u>846</u>	<u>5.208</u>
<b>Total de Créditos Tributários Constituídos</b>	<u>2.036.791</u>	<u>1.827.616</u>	<u>2.627.470</u>	<u>3.279.492</u>

(1) Inclui as ativações de créditos tributários sobre diferenças intertemporais, nos valores de R\$ 314.845 mil (Imposto de Renda) e R\$ 113.444 mil (Contribuição Social), decorrentes de perdas atuariais do Plano de Assistência à Saúde dos funcionários do Banco do Brasil S.A. e R\$ 180.377 mil (Imposto de Renda) e R\$ 125.082 mil (Contribuição Social), decorrentes de ajustes ocasionados pelo processo de incorporação do Besc S.A. e Besc S.A. Crédito Imobiliário – Bescr, em 30.09.2008.

(2) Os créditos tributários que haviam sido baixados desde o início da ação judicial, referentes à compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases negativas de Contribuição Social, foram reativados em contrapartida à reconstituição da provisão relativa à parcela de 70% do IRPJ e da CSLL, para os quais foram depositados valores em juízo no montante de R\$ 6.525.020 mil (Nota 24.c.7).

(3) Referem-se aos saldos dos créditos tributários das colgadas/controladas não financeiras, consolidadas a partir do 1º trimestre/2008.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

R\$ mil				
BB-Agências no País e no Exterior				
31.12.2008		31.12.2007		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Baixas do Período</b>				
De prejuízos fiscais/bases negativas	16.140	5.810	--	--
De CSLL a compensar (MP n.º 1.858/1999)	--	598.187	--	675.663
Sobre ajustes negativos da marcação a mercado	17.867	--	--	--
Créditos tributários no exterior	--	--	1.561	--
Créditos tributários – mandado de segurança	476.644	--	--	--
<b>Total das Baixas de Créditos Tributários de IRPJ e CSLL</b>	<b>510.651</b>	<b>603.997</b>	<b>1.561</b>	<b>675.663</b>
	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>
Sobre ajustes negativos da marcação a mercado	485	2.984	--	--
<b>Total de Créditos Tributários de Pasep e Cofins Baixados</b>	<b>485</b>	<b>2.984</b>	<b>--</b>	<b>--</b>
<b>Total de Créditos Tributários Baixados</b>	<b>511.136</b>	<b>606.981</b>	<b>1.561</b>	<b>675.663</b>

R\$ mil				
BB-Consolidado				
31.12.2008		31.12.2007		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Baixas do Período</b>				
De prejuízos fiscais/bases negativas	16.140	7.056	--	1.004
De diferenças intertemporais	6.916	500	4.279	1.248
De CSLL a compensar (MP n.º 1.858/1999)	--	598.187	--	677.650
Sobre ajustes negativos da marcação a mercado	57.151	15.312	65	55
Créditos tributários no exterior	1.971	--	740	--
Créditos tributários – mandado de segurança	476.644	--	--	--
<b>Total das Baixas de Créditos Tributários de IRPJ e CSLL</b>	<b>558.822</b>	<b>621.055</b>	<b>5.084</b>	<b>679.957</b>
	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>
Sobre ajustes negativos da marcação a mercado	1.534	9.442	4	22
<b>Total de Créditos Tributários de Pasep e Cofins Baixados</b>	<b>1.534</b>	<b>9.442</b>	<b>4</b>	<b>22</b>
<b>Total de Créditos Tributários Baixados</b>	<b>560.356</b>	<b>630.497</b>	<b>5.088</b>	<b>679.979</b>

**d) Obrigações Fiscais Diferidas**

R\$ mil				
BB-Agências no País e no Exterior				
31.12.2008		31.12.2007		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Decorrentes da marcação a mercado	112.736	67.648	80.862	29.110
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	--	--	4.934	1.862
Decorrentes de ganhos atuariais	1.290.173	774.104	--	--
<b>Total das Obrigações Fiscais Diferidas de IRPJ e CSLL</b>	<b>1.402.909</b>	<b>841.752</b>	<b>85.796</b>	<b>30.972</b>
	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>
Decorrentes da marcação a mercado	3.074	18.917	2.205	13.569
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais	21.392	131.641	16.883	103.892
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	--	--	141	868
Decorrentes de tributos diferidos sobre os ganhos atuariais	35.180	216.495	--	--
<b>Total das Obrigações Fiscais Diferidas de Pasep e Cofins</b>	<b>59.646</b>	<b>367.053</b>	<b>19.229</b>	<b>118.329</b>
<b>Total das Obrigações Fiscais Diferidas</b>	<b>1.462.555</b>	<b>1.208.805</b>	<b>105.025</b>	<b>149.301</b>

	R\$ mil			
	BB-Consolidado			
	31.12.2008		31.12.2007	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Decorrentes da marcação a mercado	173.901	104.372	133.381	48.021
Decorrentes do ajuste da carteira de <i>leasing</i>	256.435	--	63.871	--
Dependências no exterior	3.480	--	574	--
Decorrentes de lucros do exterior	4.754	7.091	--	--
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	19.678	11.721	4.934	1.862
Decorrente de ganhos atuariais	1.290.173	774.104	--	--
Outros	10.819	6.491	--	--
<b>Total das Obrigações Fiscais Diferidas de IRPJ e CSLL</b>	<b>1.759.240</b>	<b>903.779</b>	<b>202.760</b>	<b>49.883</b>
	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>	<b>Pasep</b>	<b>Cofins</b>
Decorrentes da marcação a mercado	4.739	29.167	11.019	15.001
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais	40.241	247.635	16.883	103.892
Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura	234	1.436	141	868
Decorrentes de ganhos atuariais	35.180	216.495	--	--
Outros	590	3.632	--	--
<b>Total das Obrigações Fiscais Diferidas de Pasep e Cofins</b>	<b>80.984</b>	<b>498.365</b>	<b>28.043</b>	<b>119.761</b>
<b>Total das Obrigações Fiscais Diferidas</b>	<b>1.840.224</b>	<b>1.402.144</b>	<b>230.803</b>	<b>169.644</b>

#### e) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	R\$ mil	
	Banco Múltiplo	
	31.12.2008	
	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2009	3.578.000	3.423.000
Em 2010	3.429.000	3.109.000
Em 2011	3.287.000	2.834.000
Em 2012	3.538.000	2.922.000
Em 2013	3.481.000	2.764.000
<b>Total de Créditos Tributários</b>	<b>17.313.000</b>	<b>15.052.000</b>

Os valores retro indicados, quanto à expectativa de realização dos créditos tributários, respaldam-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2008. Durante o exercício de 2008, observou-se a realização de créditos tributários no Banco do Brasil no montante de R\$ 2.993.963 mil, correspondente a 99,14 % da respectiva projeção de utilização no exercício, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2007 (R\$ 3.020.000 mil).

#### f) Realização de Valores Nominais de Créditos

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados ao longo da ação judicial (70%), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco Múltiplo (posição em 31.12.2008), está projetada para 5 anos, nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar <sup>(1)</sup>	Diferenças Intertemporais <sup>(2)</sup>
Em 2009	30%	17%
Em 2010	22%	19%
Em 2011	15%	20%
Em 2012	16%	23%
Em 2013	17%	21%

Referido estudo também apresenta os créditos tributários ativados ao valor presente com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

**g) Outras Informações**

Sobre ajustes positivos ou negativos decorrentes das operações “em ser” realizadas em mercados de liquidação futura no período de 01.01.2005 a 28.02.2006 (período de vigência da tributação pelo regime de caixa, conforme artigo 32 da Lei n.º 11.051/2004 e do artigo 110 da Lei n.º 11.196/2005), constituem-se passivos ou ativos fiscais diferidos, respectivamente, realizados quando as operações são liquidadas.

**26 – Resultado de Participações em Coligadas e Controladas**

**a) BB - Agências no País e no Exterior**

DISCRIMINAÇÃO	Capital Social Realizado	Patrimônio Líquido	Número/ Espécie de Ações (em Milhares)	Nossa Participação %	Operacional	Variação Cambial	Resultado de Equivalência		Valor Contábil	
							31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
							R\$ mil			
<b>CONTROLADAS</b>										
BAMB-Brazilian American Merchant Bank	563.078	790.995	241.023 ON	100,00	31.996	178.807	210.803	(64.386)	790.995	575.285
Banco do Brasil AG. Viena (Áustria)	60.895	120.096	188 ON	100,00	10.394	22.249	32.643	(104)	120.096	87.453
BB Leasing Company Ltd.	--	98.003	1.000 ON	100,00	3.676	23.381	27.057	(6.422)	98.003	70.946
BB Securities LLC	11.681	3.120	5.000 ON	100,00	(2.615)	--	(2.615)	(1.077)	3.120	5.480
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	21.342	398.158 ON	100,00	6.569	--	6.569	11.258	21.342	24.419
BB Administradora de Consórcios S.A.	14.100	16.920	14 ON	100,00	36.648	--	36.648	32.024	16.920	16.920
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	26.918	33.573	1.000 ON	100,00	72.786	--	72.786	69.235	33.573	34.965
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	103.142	126.370	100.000 ON	100,00	415.252	--	415.252	396.662	126.370	121.618
BB Banco de Investimento S.A.	1.589.399	1.817.697	112.638 ON	100,00	1.535.852	--	1.535.852	814.864	1.817.697	1.907.771
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	61.860	43.289	3.000 ON	100,00	(10.706)	--	(10.706)	31.615	43.289	64.300
BB Banco Popular do Brasil S.A.	165.155	22.834	425 ON	100,00	2.082	--	2.082	(16.216)	22.834	15.861
BESC Financeira S.A.- Bescredi <sup>(1)</sup>	15.473	18.794	296.797 ON	99,58	129	--	129	--	18.715	--
BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval <sup>(1)</sup>	5.857	7.933	10.168.625 ON	99,62	(24)	--	(24)	--	7.903	--
BESC S.A. Arrendamento Mercantil - BESC Leasing <sup>(1)</sup>	17.969	19.538	16.318 ON	99,00	181	--	181	--	19.343	--
Cobra Tecnologia S.A .	17.183	(66.604)	4.100 ON	99,35	348	--	348	(13.384)	--	--
<b>COLIGADAS</b>										
Cadam S.A.	183.904	245.754	4.762 PN	21,64	(12.567)	--	(12.567)	(9.863)	53.181	65.749
Cia. Hidromineral Piratuba <sup>(1)</sup>	2.042	12.195	63.931 ON	16,19	(10)	--	(10)	--	1.975	--
Santa Catarina Seguros e Previdência <sup>(1)</sup>	4.569	7.569	1.600 ON	32,81	75	--	75	--	2.483	--
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA <sup>(1)</sup>	780	473	260 ON	48,13	--	--	--	--	228	--
520 PN										
<b>Subtotal</b>	--	--	--	--	2.090.066	224.437	2.314.503	1.244.206	3.198.067	2.990.767
<b>No Exterior</b>										
Ganhos / (perdas) cambiais nas agências	--	--	--	--	--	708.177	708.177	(452.371)	--	--
Aumento/(diminuição)do PL decorrente de outras movimentações	--	--	--	--	5.962	--	5.962	(462)	--	--
<b>Total</b>	--	--	--	--	2.096.028	932.614	3.028.642	791.373	3.198.067	2.990.767

(1) Valores incorporados em setembro/2008.

**b) BB-Consolidado**

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	Capital Social Realizado	Patrimônio Líquido	Número/Espécie de Ações (em Milhares)	Nossa Participação %	Operacional	Variação Cambial	Reversão	Resultado de Equivalência		Valor Contábil	
								31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>Participações do BB Banco Múltiplo</b>											
<b>CONTROLADAS</b>											
Aumento do PL decorrente de outras movimentações <sup>(1)</sup>	--	--	--	--	240.818	--	--	240.818	--	--	--
<b>COLIGADAS</b>											
Cadam S.A.	183.904	245.754	4.762 PN	21,64	(12.567)	--	--	(12.567)	(9.863)	53.181	65.749
Cia. Hidromineral Piratuba <sup>(2)</sup>	2.042	12.195	63.931 ON	16,19	(10)	--	--	(10)	--	1.975	--
Santa Catarina Seguros e Previdência <sup>(2)</sup>	4.569	7.569	1.600 ON	32,81	75	--	--	75	--	2.483	--
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA <sup>(2)</sup>	780	473	260 ON	48,13	--	--	--	--	--	228	--
			520 PN								
<b>Subtotal</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>228.316</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>228.316</b>	<b>(9.863)</b>	<b>57.867</b>	<b>65.749</b>
<b>Participações do BB Banco de Investimento</b>											
<b>COLIGADAS</b>											
Itapebi <sup>(3)</sup>	105.000	204.827	19.950 ON	19,00	21.662	--	--	21.662	22.777	38.917	44.551
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	8.001	7.245	889 ON	11,11	(84)	--	--	(84)	--	805	--
BAF S.A., em liquidação <sup>(4)</sup>	203.498	4.010	228.427.957 ON	100,00	--	--	5.050	5.050	(1.489)	4.369	4.369
Outras participações <sup>(5)</sup>	--	--	--	--	202.218	--	--	202.218	--	41.294	--
<b>Subtotal</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>223.796</b>	<b>--</b>	<b>5.050</b>	<b>228.846</b>	<b>21.288</b>	<b>85.385</b>	<b>48.920</b>
<b>Participação do BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.</b>											
<b>COLIGADA</b>											
Pronor <sup>(6)</sup>	154.686	166.589	5.542 ON	12,02	(1.505)	--	--	(1.505)	(4.908)	20.024	21.529
<b>Subtotal</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>(1.505)</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>(1.505)</b>	<b>(4.908)</b>	<b>20.024</b>	<b>21.529</b>
<b>No Exterior</b>											
Ganhos / (perdas) cambiais nas agências	--	--	--	--	--	708.177	--	708.177	(452.371)	--	--
Ganhos / (perdas) cambiais nas subsidiárias	--	--	--	--	--	224.437	--	224.437	(122.441)	--	--
Aumento / diminuição do PL decorrente de outras movimentações	--	--	--	--	5.962	--	--	5.962	(462)	--	--
<b>Outras Participações</b>											
Controladas e coligadas não financeiras <sup>(7)</sup>	--	--	--	--	--	--	--	--	722.258	--	1.179.803
<b>Total</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>456.569</b>	<b>932.614</b>	<b>5.050</b>	<b>1.394.233</b>	<b>153.501</b>	<b>163.276</b>	<b>1.316.001</b>

(1) Aumento do Patrimônio Líquido do BB Investimento, decorrente da mudança de critério de avaliação do investimento dessa controlada na Neoenergia, no 1º trimestre/2008.

(2) Valores incorporados em setembro/2008.

(3) O resultado de participações está ajustado com aplicações em incentivos fiscais.

(4) A AGO de 30.04.2005 deliberou sobre a liquidação extrajudicial da companhia. A partir do 2º semestre/2005 deixamos de avaliá-la pelo MEP.

(5) Referem-se ao resultado de equivalência patrimonial das participações das empresas coligadas não financeiras.

(6) As informações referem-se ao período de dezembro/2007 a novembro/2008.

(7) Referem-se às participações em controladas/coligadas não financeiras, não consolidadas em 2007, conforme informado na Nota 5.

**27 – Transações com Partes Relacionadas**

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo Banco do Brasil (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Diretoria Executiva) são apresentados como segue:

	R\$ mil
	Exercício / 2008
Benefícios de curto prazo	20.446
Benefícios de rescisão de trabalho	2.313
<b>Total</b>	<b>22.759</b>

O Banco do Brasil não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da gestão do Grupo. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro do Banco do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco do Brasil são eliminados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com o Tesouro Nacional e os órgãos da Administração Direta do Governo Federal, que mantêm operações bancárias com o Banco do Brasil.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, empréstimos e operações compromissadas. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Essas transações com partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não concede empréstimos a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, porque essa prática é proibida a todas as instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados a fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados conforme Notas 9 e 18 respectivamente.

As informações referentes aos repasses e demais transações com as entidades vinculadas aos funcionários estão divulgadas na Nota 29.

#### Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas do Banco do Brasil com as partes relacionadas no período são os seguintes:

	R\$ mil					
	31.12.2008					
	Controlador <sup>1</sup>	Coligadas <sup>2</sup>	Controladas <sup>3</sup>	Controle <sup>4</sup> Conjunto	Outras Partes <sup>5</sup> Relacionadas	Total
<b>Ativos</b>						
Títulos e valores mobiliários	--	--	5.392	--	--	5.392
Operações de crédito	1.953.399	--	10.591.528	--	239.487	12.784.414
Valores a receber	--	--	38.449	--	--	38.449
Outros ativos	--	2.268	30.917.023	10.600	--	30.929.891
<b>Total</b>	<b>1.953.399</b>	<b>2.268</b>	<b>41.552.392</b>	<b>10.600</b>	<b>239.487</b>	<b>43.758.146</b>
<b>Passivos</b>						
Depósitos à vista	34.641	20.626	45.186	5	1.401.020	1.501.478
Depósitos a prazo remunerados	654.379	132.260	26.131.700	--	4.069.461	30.987.800
Operações compromissadas tomadas	--	--	901.675	--	1.775.502	2.677.177
Outros passivos	--	--	300.746	--	--	300.746
<b>Total</b>	<b>689.020</b>	<b>152.886</b>	<b>27.379.307</b>	<b>5</b>	<b>7.245.983</b>	<b>35.467.201</b>
<b>Demonstração de Resultado</b>						
Rendas de juros e prestação de serviços	176.810	16.568	1.778.804	23.979	663.872	2.660.033
Despesas com captação	(26.718)	(9.074)	(655.608)	--	(537.405)	(1.228.805)
Despesas administrativas	--	--	(22.013)	--	--	(22.013)
Outras despesas	--	--	(24.056)	--	--	(24.056)
<b>Total Líquido</b>	<b>150.092</b>	<b>7.494</b>	<b>1.077.127</b>	<b>23.979</b>	<b>126.467</b>	<b>1.385.159</b>

(1) Compreendem o Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal;

(2) Compreendem as empresas relacionadas conforme Nota 5 identificadas no item (3);

(3) Compreendem as empresas relacionadas conforme Nota 5 identificadas nos itens (1), (4), (5), (6) e (7);

(4) Compreendem as empresas relacionadas conforme Nota 5 identificadas no item (2);

(5) Compreendem as empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, entidades vinculadas aos funcionários (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Fundação Codesc de Seguridade Social – Fuscsc, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil) e a Fundação Banco do Brasil – FBB.

## 28 – Acordo de Basileia

O Índice de Basileia do 31.12.2008 foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), respectivamente. Demonstramos abaixo o cálculo do Índice de Basileia, conforme regulamentação em vigor e aplicabilidade a partir de julho/2008:

	31.12.2008	
	Econômico	Financeiro
		R\$ mil
<b>PR – PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA</b>	<u>43.390.964</u>	<u>44.110.455</u>
<b>Nível I</b>	<u>31.200.901</u>	<u>31.205.472</u>
Patrimônio líquido	29.937.146	29.937.553
Reservas de reavaliação	(7.303)	(7.286)
Ativos diferidos	(513.248)	(509.101)
Ajustes da marcação a mercado	(28.589)	(28.589)
Créditos tributários excluídos do nível I do PR	(22.477)	(22.477)
Adicional de provisão ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/99 <sup>(1)</sup>	1.835.372	1.835.372
<b>Nível II</b>	<u>12.190.063</u>	<u>12.904.983</u>
Ajustes da marcação a mercado	28.589	28.589
Instrumentos financeiros excluídos do PR	(719.548)	(4.611)
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	11.728.981	11.728.981
Recursos captados do FCO	11.057.272	11.057.272
Recursos captados no exterior	671.709	671.709
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.144.738	1.144.738
Reservas de reavaliação	7.303	7.286
<b>PRE – PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO</b>	<u>31.500.062</u>	<u>31.193.866</u>
Risco de crédito	30.980.231	30.674.034
Risco de mercado	118.927	118.927
Risco operacional	400.905	400.905
<b>Excesso/(Insuficiência) de PR: PR - PRE</b>	11.890.902	12.916.589
<b>Índice de Basileia: (PR x 100) / (PRE / 0,11)</b>	15,15	15,55

(1) Valor adicionado ao patrimônio de referência conforme Resolução CMN n.º 3.674/08, vide Nota 10.e.

Informamos os principais indicadores de 31.12.2007, segundo a Resolução CMN n.º 2.099/1994, vigente à época:

31.12.2007				R\$ mil
Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido	Índice de Basileia	Excesso/(Insuficiência) de PR	
34.899.733	24.604.813	15,60	10.294.920	

Na hipótese de êxito na ação judicial de compensação integral de prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases negativas de Contribuição Social (Nota 24.c.5), ocorreria um efeito positivo no Índice de Basileia do consolidado financeiro de 1,46 p.p. (de 15,55% para 17,01%).

**29 – Planos de Aposentadoria e Pensões e de Assistência à Saúde****a) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ**

O Banco do Brasil é patrocinador da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou semelhantes aos da Previdência Oficial Básica. Os planos oferecidos por intermédio da Previ são de contribuição definida (Plano Previ Futuro) ou de benefício definido (Plano 1), sendo que para este último o regime adotado nas reavaliações atuariais é o de capitalização. Em 31.12.2008, a Previ contava com 147.229 participantes, sendo 34.897 ativos do Plano de Benefícios n.º 1, 48.354 ativos do Plano Previ Futuro e 63.978 aposentados (142.272 participantes, sendo: 36.188 ativos do Plano de Benefícios n.º 1, 42.271 ativos do Plano Previ Futuro e 63.813 aposentados, em 31.12.2007).

**a.1) O custeio dos benefícios concedidos e a conceder pode ser resumido como segue:**

Participantes admitidos até 14.04.1967, que não estavam aposentados e que até aquela data não reuniam condições para a aposentadoria, objeto de contrato entre o Banco e a Previ, assinado em 24.12.1997 (Plano 1): o compromisso pelo pagamento de aposentadorias desse grupo de participantes está totalmente assumido pelo patrocinador e as reservas matemáticas garantidoras dos benefícios correspondentes a esse grupo estão totalmente integralizadas junto à Previ. O direito de aposentadoria para esse grupo de participantes é caracterizado como de benefício definido.

Participantes admitidos entre 15.04.1967 e 23.12.1997 (Plano 1): em junho de 2007, em vista de *superavit* acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Essa medida será avaliada a cada doze meses, ficando a sua manutenção vinculada à existência da Reserva Especial do Plano de Benefícios 1, decorrente de situação *superavitária* do Plano.

Participantes admitidos a partir de 24.12.1997 (Plano Previ Futuro): os participantes ativos contribuem com valor entre 7% e 17% do valor do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes. O direito de aposentadoria para esse grupo de participantes é caracterizado como de contribuição definida.

**a.2) Efeitos do Plano de Benefício 1, com base em reavaliações atuariais realizadas em 31.12.2007 e 31.12.2008, por atuário externo, e do Plano Previ Futuro, em função da Deliberação CVM n.º 371, de 13.12.2000:****Efeito Patrimonial (conciliação entre ativos e passivos):**

Especificação	R\$ mil	
	31.12.2008	31.12.2007
	Plano 1	Plano 1
1) Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	76.109.636	70.572.791
2) Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--
3) Valor presente das obrigações atuariais (1+2)	76.109.636	70.572.791
4) Valor justo dos ativos do plano	(104.778.828)	(134.802.296)
5) Valor presente das obrigações em excesso (inferior) ao valor justo dos ativos (3+4)	(28.669.192)	(64.229.505)
6) (Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos <sup>(1)</sup>	(6.540.925)	(61.961.192)
7) Valor não reconhecido como passivo/(ativo) <sup>(1)(2)</sup>	(14.334.596)	--
8) Passivo/(Ativo) atuarial líquido registrado (5-6-7) <sup>(1)</sup>	(7.793.671)	(2.268.313)

(1) O valor calculado está em conformidade com o parágrafo 49.g da Deliberação CVM n.º 371, de 13.11.2000.

(2) Refere-se à parte do *superavit* acumulado do Plano 1 não atribuível ao Banco na observância da proporção contributiva (50%) no período em que se deu a constituição do *superavit*. O valor calculado está em conformidade com o parágrafo 49.g da Deliberação CVM n.º 371, de 13.11.2000.

O Plano Previ Futuro, por se tratar de contribuição definida, não requer o registro em ativo ou passivo atuarial.



## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### Repasses à Previ:

Especificação	31.12.2008			31.12.2007			R\$ mil
	Plano 1	Plano Previ Futuro	Total	Plano 1	Plano Previ Futuro	Total	
	Contribuição Patronal	(489)	118.354	117.865	1.699	90.508	92.207

O valor de (R\$ 489) mil refere-se a acertos de contribuição patronal.

### Efeitos no resultado do ano:

Especificação	31.12.2008			31.12.2007			R\$ mil
	Plano 1	Plano Previ Futuro	Total	Plano 1	Plano Previ Futuro	Total	
	1) Custo do serviço corrente (com juros)	(335.702)	(230.908)	(566.610)	--	(176.585)	(176.585)
2) Juros sobre as obrigações atuariais	(7.420.834)	--	(7.420.834)	--	--	--	
3) Rendimento esperado dos ativos do plano	13.841.349	--	13.841.349	--	--	--	
4) Suspensão do rendimento líquido dos ativos e obrigações	(6.084.813)	--	(6.084.813)	--	--	--	
5) Total da (despesa)/receita bruta (1+2+3+4)	--	(230.908)	(230.908)	--	(176.585)	(176.585)	
6) Contribuições dos participantes	--	118.472	118.472	--	90.602	90.602	
7) Receita/(despesa) do ativo/passivo <sup>(1)</sup>	5.058.864	--	5.058.864	(385.076)	--	(385.076)	
8) Subtotal da (despesa)/receita líquida (5+6+7)	5.058.864	(112.436)	4.946.428	(385.076)	(85.983)	(471.059)	
9) Taxa de administração Previ (5% da contribuição patronal)	--	(5.918)	(5.918)	--	(4.525)	(4.525)	
10) Efeito da (despesa)/receita líquida (8+9)	5.058.864	(118.354)	4.940.510	(385.076)	(90.508)	(475.584)	

(1) Inclui ganho atuarial de R\$ 5.412.367 mil referente ao reconhecimento do *superavit* do Plano 1 e R\$ 353.503 mil relacionado à amortização do ativo atuarial realizada durante o exercício de 2008. A amortização do referido ativo atuarial foi suspensa para o exercício de 2009.

### a.3) Principais premissas econômicas adotadas para os Cálculos Atuariais:

Especificação	31.12.2008	31.12.2007	R\$ mil
Taxa real de juros utilizada para o desconto a valor presente das obrigações atuariais	6,3%a.a.	6,3%a.a.	
Taxa real de rendimento esperada sobre os ativos dos planos de aposentadoria e pensões	6,3%a.a.	6,3%a.a.	
Índices reais de aumentos salariais estimados:			
Plano de Benefícios 1	0,5881%a.a.	0,8394%a.a.	
Plano Previ Futuro	3,4337%a.a.	3,3044%a.a.	

Em julho/2007 foi implantada nova tábua de mortalidade, a AT-83 plena, não causando efeitos nos resultados do Banco, tendo em vista a situação superavitária da Previ.

**a.4)** Em consonância com o que havia sido divulgado na Nota 27.a.4 do Balanço do 3º trimestre de 2008, o Banco revisou os cálculos de seus ativos e passivos atuariais conforme a Deliberação CVM n.º 371/00 e em decorrência da Resolução n.º 26 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), de 29.09.2008. A referida revisão resultou no reconhecimento de ganho atuarial no valor de R\$ 5.412.367 mil.

### b) Benefícios de Responsabilidade Exclusiva do Banco

O Banco do Brasil é responsável pelo: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e de pensão por morte dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes do Banco do Brasil que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além de previsto no Plano de Benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Esse plano é de benefício definido, que adota o regime de capitalização nas reavaliações atuariais, apresentando 7.942 aposentados e pensionistas em 31.12.2008 (8.217 aposentados e pensionistas em 31.12.2007).

**b.1)** O custeio desses benefícios está totalmente a cargo do Banco do Brasil.

**b.2)** Efeitos do Plano Benefício de Responsabilidade Exclusiva do Banco, com base em reavaliações atuariais realizadas em 31.12.2007 e 31.12.2008, por atuário externo, em função da Deliberação CVM n.º 371, de 13.12.2000:

Efeito Patrimonial (conciliação entre ativos e passivos):		R\$ mil	
Especificação	31.12.2008	31.12.2007	
1) Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	--	--	
2) Valor presente das obrigações atuariais a descoberto (Planos sem ativos financeiros)	1.739.592	1.666.065	
3) Valor presente das obrigações atuariais (1 + 2)	1.739.592	1.666.065	
4) Valor justo dos ativos do plano	--	--	
5) Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos (3 + 4)	1.739.592	1.666.065	
6) (Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	173.960	166.607	
7) Passivo/(Ativo) atuarial líquido registrado (5 - 6)	1.565.632	1.499.458	

Repasses à Previ :		R\$ mil	
Especificação	31.12.2008	31.12.2007	
Total do benefício repassado à Previ	294.231	293.633	

Efeitos no resultado do ano:		R\$ mil	
Especificação	31.12.2008	31.12.2007	
1) Custo do serviço corrente	--	--	
2) Contribuições dos participantes	--	--	
3) Juros sobre obrigações atuariais	(167.978)	(166.289)	
4) Ganhos ou (perdas) atuariais	(191.707)	(156.346)	
5) Rendimento esperado sobre os ativos	--	--	
6) Efeito da despesa no resultado (1 - 2 + 3 + 4 - 5)	(359.685)	(322.635)	

**b.3)** As premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais foram as mesmas adotadas para o Plano 1 da Previ (item a.3), exceto quanto à adoção da tábua de mortalidade AT-83, uma vez que para o Plano Informal é utilizada tábua transitória entre a GAM-71 modificada e a GAM-83.

### c) Fundação Codesc de Seguridade Social – Fusesc

Com a incorporação do Besc S.A. e do Besc S.A. – Crédito Imobiliário (Bescr) pelo Banco do Brasil, em 31.12.2008, o Banco sucedeu às obrigações de patrocinador dos seguintes Planos de Previdência Privada: a) Multifuturo I, de Contribuição Definida (CD) e b) Plano de Benefício Definido (BD).

A contribuição normal das patrocinadoras, a partir de dezembro de 2000, ficou definida como sendo a soma das contribuições devidas pelos participantes ativos e assistidos, atendendo à paridade contributiva entre contribuições normais de patrocinadoras e participantes, cumprindo o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional n.º 20/1998.

Além dos recursos repassados à Fusesc para quitar o *deficit* do Plano Multifuturo I, existe provisão no valor de R\$ 843 mil, em 31.12.2008, relativa ao *deficit* atuarial dos empregados ativos que permaneceram no Plano de Benefício Definido. O valor da provisão foi definido conforme o contrato firmado com a Fusesc em 23.07.2002, Cláusula 2 “a” item 2.2, conforme a seguir:

“Para aqueles que não migrarem, será integralizado somente o aporte suplementar de recursos necessários à cobertura do *deficit* atuarial, na proporção que contribuíram (Patrocinadora e participantes) até a vigência da Emenda Constitucional n.º 20”.

Multifuturo I, de Contribuição Definida (CD) - mantido pela Fusesc, implantado em junho de 2002 com a migração dos participantes do Plano de Benefício Definido. Esse plano contempla 6.204 empregados, sendo 3.127 assistidos (3.081 aposentados, 46 pensionistas) e 3.077 empregados ativos.

Plano de Benefício Definido (BD) - mantido pela Fusesc, desde 1978, estruturado em solidariedade contributiva com outras empresas, destinado aos seus empregados e dependentes. Esse plano contempla 1.373 empregados, sendo 1.368 assistidos (1.014 aposentados, 354 pensionistas) e 05 empregados ativos. Em 31.12.2008 o plano apresentou *superavit* atuarial de R\$ 52.633 mil.

Na apuração atuarial do Plano de Benefício Definido (BD), data-base 31.12.2008, adotou-se a tábua de mortalidade AT-83.

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Especificação	R\$ mil	
	31.12.2008	
Taxa real de juros utilizada para o desconto a valor presente das obrigações atuariais	6,3%a.a.	
Taxa real de rendimento esperada sobre os ativos dos planos de aposentadoria e pensões	6,3%a.a.	
Crescimento salariais futuros - nominal	2,83%a.a.	
Inflação – anual	6,48%a.a.	

#### d) Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil

O Banco do Brasil é contribuinte do Plano de Saúde administrado pela Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. Em 31.12.2008, esse plano contava com 172.456 participantes, sendo 91.508 ativos e 80.948 aposentados e pensionistas (165.834 participantes, sendo 85.531 ativos e 80.303 aposentados e pensionistas em 31.12.2007).

Em 13.11.2007, foi celebrado contrato entre o Banco e a Cassi com vistas a reformular o Estatuto do Plano de Associados da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Até o 1º semestre de 2007, o Banco contribuía mensalmente com importância equivalente a 1,5 (uma vez e meia) o total arrecadado junto aos associados (ativos e aposentados) e aos beneficiários de pensão de funcionários admitidos até 23.12.97. Já em relação aos admitidos após essa data, a importância correspondia a 1 (uma vez) o total arrecadado. Em razão do Acordo entre o Banco e a Cassi, em novembro de 2007, foi implantada, com efeito retroativo a janeiro de 2007, a contribuição patronal de 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, para todos os grupos. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão.

Em 31.12.2008, o Banco registrou uma perda atuarial no valor de R\$ 1.259.381 mil no Plano Cassi, decorrente da utilização de método sistemático de reconhecimento de perdas atuariais mais rápido (Nota 29.e.3), conforme permitido pela Deliberação CVM n.º 371/00.

**d.1)** Efeitos do Plano Cassi nas demonstrações contábeis, com base em reavaliações atuariais realizadas em 31.12.2007 e 31.12.2008, por atuário externo, em função da Deliberação CVM n.º 371, de 13.12.2000:

Efeito Patrimonial (conciliação entre ativos e passivos):

Especificação	R\$ mil	
	31.12.2008	31.12.2007
1) Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	--	--
2) Valor presente das obrigações atuariais a descoberto (Planos sem ativos financeiros)	4.677.766	4.547.868
3) Valor presente das obrigações atuariais (1 + 2)	4.677.766	4.547.868
4) Valor justo dos ativos do plano	--	--
5) Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos (3 + 4)	4.677.766	4.547.868
6) (Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	467.777	1.871.899
7) Custo do serviço passado não reconhecido – dependentes indiretos	27.408	32.484
8) Custo do serviço passado não reconhecido – alteração do plano	86.519	92.326
9) Passivo/ (Ativo) atuarial líquido registrado (5 - 6 - 7 - 8)	4.096.062	2.551.159

Repasses à Cassi:

Especificação	R\$ mil	
	31.12.2008	31.12.2007
Contribuição patronal	594.826	631.703

O montante de R\$ 594.826 mil contempla as Contribuições Patronais de Funcionários da Ativa, Aposentados e Pensionistas, Contribuição Extraordinária/Repasse referente aos Dependentes Indiretos, decorrentes do Acordo Banco do Brasil x Cassi e Complemento Cassi, sendo: Funcionários da Ativa: R\$ 199.701 mil, Aposentados e Pensionistas: R\$ 321.811 mil, Repasse: R\$ 65.375 mil e Complemento Cassi, em função de Planos de Afastamentos: R\$ 7.939 mil;

O montante de R\$ 631.703 mil contempla: Funcionários da Ativa – R\$ 185.528 mil, Aposentados e Pensionistas – R\$ 286.496, Contribuição Extraordinária - R\$150.000 mil, Repasse – R\$ 9.229 mil.

Efeitos no resultado do ano:

Especificação	R\$ mil	
	31.12.2008	31.12.2007
1) Custo do serviço corrente (com juros)	(37.667)	(40.667)
2) Contribuições esperadas de participantes	--	--
3) Juros sobre obrigações atuariais	(482.259)	(379.221)
4) Ganhos ou (perdas) atuariais <sup>(1)</sup>	(1.348.508)	(77.424)
5) Custo do serviço passado não reconhecido	(10.882)	--
<b>6) Despesa com Funcionários Aposentados/Pensionistas (1 - 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>(1.879.316)</b>	<b>(497.312)</b>
7) Despesa com funcionários da ativa	(199.701)	(185.528)
8) Despesa com contribuição extraordinária	(52.773)	(150.000)
<b>9) Total da Despesa no Resultado (6 + 7 + 8)</b>	<b>(2.131.790)</b>	<b>(832.840)</b>

(1) Inclui R\$ 1.259.381 mil decorrentes da aplicação de método sistemático de reconhecimento de perda atuarial mais rápido (Nota 29.e.3), conforme permitido pela Deliberação n.º CVM 371/00.

**d.2)** As premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais foram as mesmas adotadas para o Plano de Benefícios 1 da Previ (item a.3).

**e) Política de Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais**

Como previsto na Deliberação CVM n.º 371/00, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

**e.1)** Benefícios de Responsabilidade Exclusiva do Banco: adotou-se para esses benefícios o procedimento de reconhecer contabilmente as perdas atuariais no próprio exercício em que foi realizado o cálculo atuarial, uma vez que esse grupo de pessoas é constituído integralmente por inativos, inexistindo, portanto, tempo médio remanescente de trabalho estimado para fins de amortização.

**e.2)** Passivo Atuarial Cassi: as perdas atuariais relativas a esse passivo são reconhecidas pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano (15,9 anos a partir de 31.12.2007 e 16,85 a partir 31.12.2008).

**e.3)** Conforme permitido na Deliberação CVM n.º 371/00, o Banco verificará, ao reconhecer ganhos atuariais, se existe montante de perdas atuariais não reconhecidas acima do corredor em outros planos pós-emprego. Existindo esse montante, o valor a ser amortizado no resultado do Banco será o maior valor entre a) o montante de perdas atuariais não reconhecidas acima do corredor até o valor do ganho atuarial reconhecido em outro plano e b) a perda atuarial apurada de acordo com o descrito nos itens anteriores.

**f) Resumo dos Ativos/Passivos Previ e Cassi**

R\$ mil

31.12.2008						
Especificação	Passivo/ (Ativo) líquido em 01.01.2008	(Despesa)/ receita reconhecida na DRE contemplando ajustes atuariais	Transferência entre Reservas a Amortizar e Amortizante Antecipada	Amortização/ Utilização do Ativo Atuarial e do Ativo Fundo Paridade	Contribuições da patrocinadora vertidas/ compensadas no ano	Passivo/ (Ativo) líquido em 31.12.2008
	A	B	C	D	E	F = (A-B+C+D+E)
Ativo atuarial CVM n.º 371	(2.268.313)	5.058.864	--	(466.494)	--	(7.793.671)
Ativo/Passivo atuarial contrato 1997	--	--	--	--	--	--
Amortizante antecipada (contrato 1997)	(11.912.949)	1.438.816	1.248.484	--	--	(12.103.281)
Reservas a amortizar (contrato 1997)	11.912.949	(1.438.816)	(1.248.484)	--	--	12.103.281
Ativo Fundo Paridade	(2.440.534)	221.273	--	466.494	(489)	(2.195.802)
Passivo Atuarial do Plano Informal (responsabilidade exclusiva do Banco)	1.499.458	(359.685)	--	--	(293.511)	1.565.632
Passivo Atuarial Cassi	2.551.159	(1.879.316)	--	--	(334.413)	4.096.062

R\$ mil

31.12.2007						
Especificação	Passivo/ (Ativo) líquido em 01.01.2007	(Despesa)/ receita reconhecida na DRE contemplando ajustes atuariais	Transferência entre Reservas a Amortizar e Amortizante Antecipada	Amortização/ Utilização do Ativo Atuarial e do Ativo Fundo Paridade	Contribuições da patrocinadora vertidas/ compensadas no ano	Passivo/ (Ativo) líquido em 31.12.2007
	A	B	C	D	E	F = (A-B+C+D+E)
Ativo atuarial CVM n.º 371	(2.651.690)	--	--	383.377	--	(2.268.313)
Ativo/Passivo atuarial contrato 1997	--	--	--	--	--	--
Amortizante antecipada (contrato 1997)	(9.960.041)	1.164.900	(788.008)	--	--	(11.912.949)
Reservas a amortizar (contrato 1997)	9.960.041	(1.164.900)	788.008	--	--	11.912.949
Ativo Fundo Paridade	(2.198.206)	244.027	--	1.699	--	(2.440.534)
Passivo Atuarial do Plano Informal (responsabilidade exclusiva do Banco)	1.470.456	(322.635)	--	--	(293.633)	1.499.458
Passivo Atuarial Cassi	2.014.247	(833.087)	--	--	(296.175)	2.551.159
Acordo Cassi	--	(117.391)	--	--	(117.391)	--

**g) Impactos no Resultado Decorrente da Revisão dos Cálculos dos Ativos e Passivos Atuariais de Acordo com a Deliberação CVM n.º 371/00**

O Banco do Brasil divulgou, no dia 23.01.2009, fato relevante comunicando ao Mercado que revisou os cálculos de seus ativos e passivos atuariais de acordo com a Deliberação CVM n.º 371/00, da Comissão de Valores Mobiliários, e em decorrência da Resolução CGPC n.º 26, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar, de 29.09.2008.

Dessa revisão resultou a contabilização de parte dos ganhos atuariais não reconhecidos do Plano de Aposentadoria e Pensão (Plano de Benefícios n.º 1, da Previ), de perdas atuariais não reconhecidas do Plano de Assistência à Saúde (Cassi) e os respectivos efeitos fiscais diferidos em consonância com a publicação da Medida Provisória n.º 453, de 23.01.2009.

A Deliberação CVM n.º 371, em linha com os princípios contábeis internacionais, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro, conforme estabelecido na referida Deliberação.

A Resolução CGPC n.º 26 veio esclarecer questões relacionadas à interpretação do direito das patrocinadoras e dos participantes aos recursos excedentes originados das contribuições (e de seus rendimentos) de ambas as partes. Segundo aquela Resolução, o excedente deve ser atribuído aos patrocinadores e participantes na proporção das contribuições efetuadas.

Foram impetradas por entidades de classe e associações ações judiciais que questionam a legalidade da Resolução CGCP n.º 26, sendo que em algumas delas foi negado o pedido de liminar para suspender os efeitos da referida Resolução, e em outras, o pedido foi acatado. A Administração do Banco, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que a Resolução CGCP n.º 26 está revestida de legitimidade e que o judiciário pacificará o entendimento em relação ao direito e forma de divisão do *superavit* como definido na referida Resolução.

Tendo em vista as diversas ações movidas em relação à Resolução CGPC n.º 26, o Banco do Brasil entende que, embora essa norma tenha esclarecido algumas questões que vinham sendo discutidas até então, principalmente, com referência aos valores a serem atribuídos aos patrocinadores e participantes quando da existência de *superavit* nas entidades de previdência complementar, essa Resolução não altera as definições existentes na regulamentação vigente, não tendo portanto efeitos sobre a necessidade de registros dos ativos e passivos atuariais requeridos pelas instituições de capital aberto, regulamentados por meio da Deliberação CVM n.º 371/00.

Quanto às perdas atuariais do Plano de Assistência à Saúde, estas fazem parte do montante a que o Banco é requerido a registrar em seu passivo, correspondente às contribuições futuras de todos os funcionários relacionadas à fase de sua aposentadoria. O regime de competência requer que essas despesas sejam registradas ainda no período de atividade dos funcionários, ainda que os pagamentos sejam realizados mensalmente, no futuro. O Banco já vinha apropriando essas perdas, também na forma da Deliberação CVM n.º 371, desde 2001, conforme consta na Nota n.º 26.d de seu balanço de 30.06.2008. Como a referida Deliberação permite o reconhecimento dessas perdas de forma mais rápida, o Banco optou por assim fazê-lo.

Especificação	R\$ mil Exercício de 2008
Plano de Aposentadoria e Pensão – contabilização de parte dos ganhos atuariais não reconhecidos	5.412.367
Plano de Assistência à Saúde – contabilização de perdas atuariais não reconhecidas	(1.259.381)
Ativo Fundo Paridade – estorno de receita	(86.356)
Efeitos fiscais	(1.546.163)
<b>Impacto no Resultado do Exercício de 2008</b>	<b>2.520.467</b>

### 30 – Remuneração Paga a Empregados e Dirigentes

	Exercício/2008	Exercício/2007
<b>Menor Salário</b>	1.296,75	1.170,22
<b>Maior Salário</b>	23.817,90	22.023,00
<b>Salário Médio</b>	3.827,71	3.590,15
<b>Dirigentes <sup>(1)</sup></b>		
Presidente	37.469,40	28.700,40
Vice – Presidente	33.841,50	25.859,10
Diretor	28.943,40	22.023,00

(1) Em abril de 2008, foi adotada a simplificação do modelo remuneratório dos membros da Diretoria Executiva, com a incorporação nos honorários de benefícios anteriormente concedidos aos dirigentes pela Assembleia Geral de Acionistas. Com essa incorporação, a concessão dos referidos benefícios foi descontinuada.

### 31 – Cessão de Empregados a Órgãos Externos

Governo Federal: as cessões são regidas pelo artigo 93, da Lei n.º 8.112/1990 (alterado pela Lei n.º 9.257/1997), pelo Decreto n.º 4.050/2001 e pela Nota PGFN/CJN n.º 88/1996, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Entidades Sindicais: as cessões se verificam nos casos previstos em Acordo Coletivo de Trabalho ou por compromissos assumidos em mesa de negociação salarial.

Outros Órgãos/Entidades: as cessões ocorrem mediante celebração de convênio por interesse estratégico/negocial do Banco.

	Exercício/2008		Exercício /2007	
	Empregados Cedidos <sup>(1)</sup>	Custo no Período	Empregados Cedidos <sup>(2)</sup>	Custo no Período
<b>Com Ônus para o Banco</b>				
Governo Federal	13	2.522	13	3.004
Entidades sindicais	163	12.971	127	11.375
Outros órgãos/entidades	3	1.196	3	1.081
<b>Sem Ônus para o Banco</b>				
Governos Federal, Estadual e Municipal	288	--	289	--
Órgãos externos (Cassi, FBB, Previ)	699	--	683	--
Entidades dos funcionários	51	--	37	--
Entidades controladas e coligadas	293	--	329	--
<b>Total</b>	<b>1.510</b>	<b>16.689</b>	<b>1.481</b>	<b>15.460</b>

(1) Posição em 31.12.2008

(2) Posição em 31.12.2007

### 32 – Compromissos, Responsabilidades e Contingências

#### a) Passivos Contingentes – Prováveis

##### Ações Trabalhistas

O Banco é parte de processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, Adicional de Função e Representação, Adicional Caráter Pessoal Bacen 40% (equiparação aos funcionários do Bacen) e outros.

### Ações Fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos das autoridades fiscais com relação a impostos, que podem gerar autuações com o objeto de competência ou o montante de receita tributável ou despesa dedutível. A maioria das ações oriundas das autuações versam, principalmente, sobre ISSQN, CPMF, CSLL, IRPJ e IOF, e, como garantia de algumas delas, há penhoras em dinheiro ou em imóveis.

### Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações de cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão).

As movimentações na provisão para passivos contingentes classificadas como prováveis foram as seguintes:

	BB - Agências no País e no Exterior			BB - Consolidado		
	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007	2ºSem/2008	Exerc/2008	Exerc/2007
<b>Demandas Judiciais Trabalhistas</b>						
<b>Saldo Inicial</b>	2.395.924	2.455.538	2.360.483	2.415.113	2.455.538	2.360.483
Constituição	589.168	613.786	905.639	589.937	615.523	905.639
Reversão da provisão	(288.107)	(134.328)	(114.759)	(289.295)	(136.275)	(114.759)
Baixa por pagamento	(293.709)	(531.720)	(695.825)	(293.709)	(531.781)	(695.825)
Valores incorporados <sup>(1)</sup>	53.185	53.185	--	53.185	72.226	--
<b>Saldo Final</b>	<u>2.456.461</u>	<u>2.456.461</u>	<u>2.455.538</u>	<u>2.475.231</u>	<u>2.475.231</u>	<u>2.455.538</u>
<b>Demandas Judiciais Fiscais</b>						
<b>Saldo Inicial</b>	94.900	88.638	35.243	769.092	132.076	82.517
Constituição <sup>(2)</sup>	29.288	62.212	86.158	249.067	335.498	93.450
Reversão da provisão	(6.191)	(32.698)	(19.546)	(14.023)	(44.573)	(30.674)
Baixa por pagamento	(9.542)	(9.697)	(13.217)	(14.106)	(14.261)	(13.217)
Valores incorporados <sup>(3)</sup>	14.001	14.001	--	14.001	595.291	--
<b>Saldo Final</b>	<u>122.456</u>	<u>122.456</u>	<u>88.638</u>	<u>1.004.031</u>	<u>1.004.031</u>	<u>132.076</u>
<b>Demandas Judiciais Cíveis</b>						
<b>Saldo Inicial</b>	1.403.890	1.244.693	888.589	1.434.538	1.249.754	892.056
Constituição	370.261	558.862	425.030	383.038	589.542	427.443
Reversão da provisão	(31.549)	(30.130)	(10.107)	(33.548)	(47.027)	(10.926)
Baixa por pagamento	(78.689)	(109.512)	(58.819)	(79.960)	(111.482)	(58.819)
Valores incorporados <sup>(4)</sup>	56.034	56.034	--	56.107	79.388	--
<b>Saldo Final</b>	<u>1.719.947</u>	<u>1.719.947</u>	<u>1.244.693</u>	<u>1.760.175</u>	<u>1.760.175</u>	<u>1.249.754</u>

(1) Demandas Judiciais Trabalhistas: R\$ 52.410 mil (Banco do Estado de Santa Catarina), R\$ 775 mil (Banco do Estado do Piauí) e R\$ 19.041 mil (empresas coligadas/controladas não financeiras, consolidadas a partir do 1º trim/2008).

(2) Contemplam, no BB Consolidado/2008, as provisões de R\$ 178.900 mil (Aliança do Brasil) e R\$ 32.344 mil (Brasileículos), referentes ao questionamento judicial quanto à incidência da Cofins nas receitas financeiras dessas empresas.

(3) Demandas Judiciais Fiscais: R\$ 14.001 mil (Banco do Estado de Santa Catarina) e R\$ 581.290 mil (empresas coligadas/controladas não financeiras, consolidadas a partir do 1º trim/2008).

(4) Demandas Judiciais Cíveis: R\$ 55.741 mil (Banco do Estado de Santa Catarina e suas controladas), R\$ 366 mil (Banco do Estado do Piauí) e R\$ 23.281 mil (empresas coligadas/controladas não financeiras, consolidadas a partir do 1º trim/2008).

## b) Passivos Contingentes – Possíveis

### Ações Trabalhistas

As demandas judiciais trabalhistas classificadas como possíveis são dispensadas de constituição de provisão e representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, Adicional de Função e Representação, e outros.



### Ações Fiscais

As questões de litígios fiscais consideradas como possíveis são dispensadas de constituição de provisão e representam vários pedidos reclamados, como: ISSQN, Cobrança e Outras Obrigações Fiscais oriundas da Secretaria da Receita Federal e Instituto de Seguridade Social. As principais contingências têm origem em:

- Autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal em face da não retenção na fonte e não recolhimento do IR sobre os abonos salariais pagos a funcionários.
- Autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, referentes ao não recolhimento de contribuições incidentes sobre abono salarial, conversões em espécie e participações nos lucros e resultados de funcionários.
- Autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios de Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP), referentes a cobranças de ISSQN.

### Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão).

Os saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis foram os seguintes:

	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>Demandas Judiciais Trabalhistas</b>	418.573	412.848	424.927	412.848
<b>Demandas Judiciais Fiscais</b>	2.291.770	1.988.501	2.562.420	2.059.757
<b>Demandas Judiciais Cíveis <sup>(1)</sup></b>	2.582.142	1.848.439	2.630.539	1.859.740

(1) O acréscimo no saldo deve-se ao incremento de ações visando à cobrança de diferenças entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para correção das aplicações financeiras durante os planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão).

### c) Depósitos em Garantia de Recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas foram os seguintes:

	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>Demandas Judiciais Trabalhistas</b>	1.681.588	1.652.832	1.698.793	1.652.842
<b>Demandas Judiciais Fiscais</b>	3.039.341	3.261.912	3.748.973	3.334.784
<b>Demandas Judiciais Cíveis</b>	1.086.398	952.321	1.357.114	956.103

### d) Ativos Contingentes Fiscais

O Banco possui processos judiciais para restituir débitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável ao Banco, de acordo com o item 25 do Pronunciamento do Ibracon NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03.10.2005. Destacam-se as ações de maior relevância ainda não contabilizadas:

-Inconstitucionalidade do Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido pago sobre o exercício de 1989 e 1º semestre/1992, no valor de R\$ 12.736 mil;

-IOF - Lei n.º 8.033/1990 (Correção Monetária), no valor de R\$ 197.923 mil.

**e) Obrigações Legais**

O Banco possui provisão no valor de R\$ 10.662.475 mil (R\$ 9.460.032 mil em 31.12.2007), relativa ao processo judicial de compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases negativas de Contribuição Social, cuja exigibilidade encontra-se suspensa pelos depósitos judiciais efetuados desde o início da ação. O referido valor encontra-se registrado em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias.

**f) Outros Compromissos**

O Banco é patrocinador da Fundação Banco do Brasil cujos objetivos são a promoção, apoio, incentivos e patrocínio de ações de domínio educacional, cultural, social, filantrópico, recreativo/esportivo e de fomento às atividades de pesquisa científico - tecnológica e assistência às comunidades urbano - rurais. Durante o exercício de 2008, o Banco contribuiu com R\$ 54.166 mil para a Fundação Banco do Brasil.

As garantias concedidas a terceiros, mediante encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários, fianças, avais e cartas de garantia, totalizam R\$ 6.437.279 mil (R\$ 4.140.809 mil em 31.12.2007) para as quais se encontra constituída, e julgada suficiente, provisão no valor de R\$ 40.479 mil, registrada em "Outras Obrigações".

As linhas de crédito não utilizadas de operações de crédito e arrendamento mercantil contratadas totalizam R\$ 36.955.149 mil (R\$ 35.419.002 mil em 31.12.2007).

As cartas de crédito de importação e as cartas de crédito de exportação confirmadas somam R\$ 830.328 mil (R\$ 549.909 mil em 31.12.2007).

O Banco é operador do Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset), com patrimônio de R\$ 2.195 mil (R\$ 2.225 mil em 31.12.2007), e administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) com patrimônio de R\$ 1.706.439 mil (R\$ 1.523.503 mil em 31.12.2007), garantindo a este último uma rentabilidade mínima equivalente à TJLP.

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

### 33 – Instrumentos Financeiros

O valor de mercado de um instrumento financeiro, de acordo com a Deliberação CVM n.º 566, de 16.12.2008, é valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma operação normal em um mercado ativo entre as partes interessadas e que não corresponda a uma transação compulsória ou decorrente de um processo de liquidação.

#### Apuração do Valor de Mercado

O Banco dispõe de sistemas informatizados que processam as posições sujeitas à apuração do valor de mercado. Se existe um mercado ativo, o instrumento financeiro tem seu valor de mercado apurado com base nos preços praticados. Na ausência de um mercado ativo, caso de grande parte dos ativos e passivos financeiros, o valor de mercado é estimado pela cotação de instrumentos financeiros similares, ou ainda, pelo valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros ajustados com base na taxa de juros vigente no mercado na data de balanço.

Os modelos internos utilizados para cálculo dos fluxos de caixa futuros consistem na construção de um algoritmo matemático que permite descrever o fluxo para cada produto de intermediação financeira.

#### Risco de Mercado e Liquidez

Na apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros são consideradas as oscilações em taxas de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio das diferentes moedas, indexadores e prazos de liquidação.

#### Risco de Crédito

A incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com as contrapartes é estimada na apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros pelo valor das provisões constituídas, conforme os critérios da Resolução CMN n.º 2.682/99.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor de mercado:

R\$ mil								
BB-Consolidado								
	31.12.2008		31.12.2007		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.12.2008	1.12.2007	31.12.2008	31.12.2007
<b>ATIVO</b>								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	119.408.297	119.332.288	51.123.906	51.115.043	(76.009)	(8.863)	(76.009)	(8.863)
Títulos e valores mobiliários	84.632.536	84.611.592	74.051.081	74.073.098	146.511	464.678	(20.944)	22.017
Ajuste de títulos disponíveis para venda (Nota 9.a)	--	--	--	--	167.455	442.661	--	--
Ajuste de títulos mantidos até o vencimento (Nota 9.a)	--	--	--	--	(20.944)	22.017	(20.944)	22.017
Instrumentos financeiros derivativos	2.276.038	2.276.038	1.149.521	1.149.521	--	--	--	--
Operações de crédito	190.881.563	191.211.865	143.453.470	144.222.380	330.302	768.911	330.302	768.911
<b>PASSIVO</b>								
Depósitos interfinanceiros	14.064.945	14.187.597	5.144.490	5.172.619	(122.652)	(28.129)	(122.652)	(28.129)
Depósitos a prazo	149.618.491	149.677.676	67.082.581	67.132.997	(59.185)	(50.416)	(59.185)	(50.416)
Obrigações por operações compromissadas	91.130.364	91.031.600	72.270.114	71.900.968	98.764	369.146	98.764	369.146
Obrigações por empréstimos e repasses	30.161.316	30.161.602	20.321.073	20.316.633	(286)	4.440	(286)	4.440
Instrumentos financeiros derivativos	3.895.060	3.895.060	1.946.702	1.946.702	--	--	--	--
Outras obrigações	90.219.760	89.955.079	47.276.001	46.882.102	264.681	393.899	264.681	393.899
<b>Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais</b>					582.126	1.913.664	414.671	1.471.003

Os critérios utilizados para determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros estão detalhados a seguir:

### **Instrumentos Financeiros Ativos**

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor de mercado foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068, de 08.11.2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor de mercado dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas prefixadas foram estimadas mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando-se para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas foi considerado como valor de mercado o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

### **Instrumentos Financeiros Passivos**

Depósitos Interfinanceiros: O valor de mercado foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa futuros e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações prefixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor de mercado.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor de mercado são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Operações Compromissadas: Para as operações com taxas prefixadas, o valor de mercado foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxa de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor de mercado.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, os valores de mercado dessas operações são equivalentes ao valor contábil.

Outras Obrigações: Os valores de mercado foram apurados por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, os valores contábeis são aproximadamente equivalentes ao correspondente valor de mercado.

### **Derivativos**

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082, de 30.01.2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

### **Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475, de 17.12.2008)**

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isto, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/07 e com a Circular Bacen n.º 3.354/07, e visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (*Trading Book*): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (*Banking Book*): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

Dessa forma, tendo em vista as especificidades de cada carteira, e considerando que possíveis variações nas taxas de juros praticadas no mercado não trazem impacto financeiro à carteira de Não Negociação, a análise de sensibilidade, em atendimento à Instrução CVM n.º 475, de 17.12.2008, foi realizada para a totalidade das operações que compõem a Carteira de Negociação.

Com intuito de determinar a sensibilidade do capital do Banco aos impactos de movimentos de mercado, foram realizadas simulações, com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

**Cenário 1:** Situação provável. Considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&F, Bovespa, Andima etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 2,30 e choque paralelo de -1,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2008.

**Cenário 2:** Situação eventual. Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 2,92 e choque paralelo de +25,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2008.

**Cenário 3:** Situação eventual. Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 3,51 e choque paralelo de +50,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2008.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação:

	R\$ mil		
Fator de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	1.010	(14.157)	(8.731)
Taxa prefixada de juros	2.532	(105.076)	(251.150)
Índices de preços	1.271	(15.463)	(18.883)
Outros	(811)	(2.275)	(4.413)
<b>Total</b>	<b>4.002</b>	<b>(136.971)</b>	<b>(283.178)</b>

A Carteira de Negociação é composta por títulos públicos e privados, instrumentos derivativos (futuros e opções de *commodities* agropecuárias) e recursos captados via operações compromissadas.

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de créditos (créditos diretos ao consumidor, agronegócios, capital de giro etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outras opções (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de *stress*.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- a) Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- b) “*Hedge Fiscal*” que consiste em eliminar o risco de volatilidade do resultado do Banco em função do efeito fiscal sobre a variação cambial dos investimentos no exterior (ganhos com variação cambial sobre investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, perdas não geram dedução na base tributária). Como consequência, qualquer variação na taxa de câmbio produzirá efeito na conta que registra o derivativo contrário ao efeito registrado na conta de investimentos, ou seja, o efeito da variação cambial terá resultado nulo;
- c) *Hedge* de risco de mercado cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 9.b. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

As exposições líquidas, a valores de mercado, com operações derivativas da Carteira de Não Negociação apresentavam, em 31.12.2008: a) posição vendida em taxa prefixada de juros na ordem de R\$ 1,7 bilhão que são utilizados como *hedge* econômico para fazer face à receita dos ativos comerciais operações de crédito, captação de depósitos a prazo etc.); b) posição vendida em moeda estrangeira na ordem de R\$ 1,6 bilhão, sendo parte do volume utilizado, principalmente, para realização do *hedge* fiscal; e c) posição vendida em outros cupons de taxas de juros (índice de preço, TR, TJLP) na ordem de R\$ 630 milhões, também utilizados como *hedge* econômico da receita dos ativos comerciais.

Adicionalmente, em conformidade com a Circular Bacen n.º 3.365, de 12.09.2007, o Banco do Brasil apura a parcela de capital para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações classificadas na Carteira de Não Negociação. Para tanto, utiliza metodologia baseada no VaR – *Value-at-Risk* de simulação histórica, com nível de confiança de 99% e horizonte temporal de 10 dias, sendo esse método avaliado periodicamente por ferramentas de *backtesting*.

O Valor em Risco (VaR) é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários, consideradas condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado, dado um intervalo de confiança para fins de referência. O VaR da Carteira de Não Negociação para o consolidado econômico financeiro do Banco do Brasil totaliza R\$ 2.793 milhões em 31.12.2008.

O gerenciamento do risco de mercado da Carteira de Não Negociação, utilizando o modelo de VaR, possibilita ao Banco do Brasil avaliar a sensibilidade de suas posições, tendo em vista que a metodologia tem como característica a capacidade de refletir a interdependência entre as variáveis de risco da Carteira.

O Banco do Brasil não possui qualquer operação que pudesse ser classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475, anexo II.

### 34 – Outras Informações

#### a) Novo Mercado

Em 31.05.2006, o Banco do Brasil assinou com a Bolsa de Valores de São Paulo contrato de adesão ao segmento do Novo Mercado da Bovespa, que reúne um grupo de empresas que possui as melhores práticas de governança corporativa do Brasil.

Ressalta-se que o Banco do Brasil, seus Acionistas, Administradores e os Membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da Bovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

#### b) Distribuição de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 22.02.2008, aprovou a fixação, para o exercício de 2008, do índice de distribuição do resultado (*payout*) equivalente ao percentual mínimo de 40% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo 43 do Estatuto Social do Banco.

#### c) Oferta Pública de Ações

Em 22.01.2008, foi encerrada a Oferta Pública Secundária de Ações de posse da Previ e da BNDESPar, iniciada em outubro de 2007, com vistas a atender ao compromisso assumido na adesão ao Novo Mercado da Bovespa de atingir 25% de *free float* até 2009. Com o lote suplementar, foi distribuído um total de 117,7 milhões de ações, perfazendo R\$ 3,4 bilhões.

Os dados finais da Oferta estão indicados no quadro a seguir:

Tipo de Investidores	Número de Investidores	Quantidade de Ações
Pessoas físicas	115.013	41.731.849
Pessoas jurídicas <sup>(1)</sup>	2.544	23.302.067
Investidores estrangeiros	272	51.267.602
Pessoas ligadas ao BB e/ou vinculadas à oferta	4.014	1.264.722
Outros	180	177.237
<b>Total da Oferta</b>	<b>122.023</b>	<b>117.743.477</b>

(1) Inclui Clubes de Investimento, Fundos de Investimento, Entidades de Previdência Privada, Instituições Financeiras e demais Pessoas Jurídicas.

#### d) Antecipação dos Bônus “C”

Em 13.02.2008, o Banco Central do Brasil aprovou o aumento de R\$ 500 milhões no capital social decorrente da antecipação do exercício dos Bônus de Subscrição “C”, deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas de 24.01.2008. A partir de 03.03.2008, os recibos decorrentes da subscrição desses bônus (BBAS11) deixaram de ser negociados e foram convertidos automaticamente em ações ordinárias (BBAS3).

#### e) Atuação no Varejo Bancário dos Estados Unidos

Em 21.02.2008, o Banco do Brasil comunicou ao mercado que obteve autorização do Banco Central do Brasil para estabelecer operação de varejo bancário nos Estados Unidos por meio da constituição de duas empresas sediadas naquele país: uma de remessas, BB Money Transfers, e um banco de varejo. Os novos empreendimentos que ainda dependem da aprovação dos órgãos reguladores norte-americanos ampliarão a oferta de serviços financeiros aos brasileiros residentes nos EUA e demandarão capitalização da ordem de US\$ 44 milhões.

**f) Incorporação do Besc e Bescr**

O processo de incorporação foi aprovado pelos acionistas do Banco do Brasil, Besc e Bescr em assembleias realizadas em 30.09.2008 e homologada pelo Banco Central, em 23.01.2009. Foram emitidas 23.074.306 ações decorrentes da incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc S.A. e da Besc S.A. Crédito Imobiliário - Bescr.

**g) Aquisição do Banco Nossa Caixa**

Em 20.11.2008, foi celebrado entre o Banco e o Governo do Estado de São Paulo Memorando de Entendimentos, com efeito vinculante, para aquisição do controle acionário do Banco Nossa Caixa, por intermédio da alienação de 76.262.912 ações ordinárias, pertencentes ao Estado, equivalentes a 71,2499527144% do capital social total e do capital votante na mesma proporção, para o Banco do Brasil. O preço estipulado para alienação foi de R\$ 5.386.496.425,21, resultando no valor de R\$ 70,63 por ação.

A forma de pagamento desse investimento, negociada com o Governo do Estado de São Paulo, prevê pagamento em espécie, em 18 parcelas mensais, a partir de março de 2009, no valor de R\$ 299.249.801,40, corrigidas pela Selic até o pagamento das respectivas parcelas.

Em 19.12.2008, foi celebrado entre o Banco do Brasil e o Governo do Estado de São Paulo contrato de compra e venda de ações para aquisição do controle acionário do Banco Nossa Caixa. A transação foi objeto de autorização da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nos termos da Lei estadual n.º 13.286/2008, de 18.12.2008. A transação foi aprovada pelos acionistas do Banco do Brasil em Assembleia Geral Extraordinária, de 23.12.2008.

A transferência das ações está estabelecida contratualmente para ocorrer em 10.03.2009, concomitantemente ao pagamento da primeira parcela do valor da operação, e a conclusão da operação está condicionada a aprovação do Bacen. Conseqüentemente, o registro contábil da aquisição das referidas ações é um evento pertinente ao exercício de 2009.

Em 19.01.2009, o Banco do Brasil S.A. protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM pedido de registro de Oferta Pública de Aquisições de Ações do Banco Nossa Caixa.

**h) Crédito Imobiliário**

Em 27.03.2008, o Conselho Monetário Nacional aprovou a Resolução CMN n.º 3.549 que autoriza as instituições financeiras captadoras de depósitos de poupança rural, dentre elas o Banco do Brasil, a captarem recursos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), direcionados para o crédito imobiliário, limitado em 10% do saldo total dos depósitos de poupança.

Em 13.06.2008, o Banco Central autorizou o Banco do Brasil a operar no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, utilizando os recursos da poupança, o que possibilita, também, a utilização de recursos do FGTS pelos mutuários. Além do foco no segmento de pessoas físicas, o Banco do Brasil ofertará linhas de financiamento à produção imobiliária.

**i) Administração de Fundos de Investimentos**

A BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., ao final de dezembro de 2008, apresentou um portfólio de R\$ 246,3 bilhões (R\$ 220,1 bilhões em 31.12.2007), distribuído entre 415 fundos de investimento e 35 carteiras administradas.



**j) Venda da Participação da Telemar**

Em 28.04.2008, o Banco do Brasil comunicou o registro de receitas da ordem de R\$ 140 milhões, líquidas de impostos, relativas à venda de ações da Telemar Participações, pertencentes à Alutrens Participações, controlada pela Brasilcap Capitalizações S.A. e pela Brasilveículos Companhia de Seguros S.A., que são coligadas do Banco de Investimentos, subsidiária integral do Banco do Brasil.

**k) Recursos de Consórcios**

	R\$ mil	
	31.12.2008	31.12.2007
Previsão mensal de recursos a receber consorciados	42.545	42.129
Obrigações do grupo por contribuições	1.686.029	1.543.259
Consoiciados – bens a contemplar	1.549.538	1.452.831
(Em unidades)		
Quantidade de grupos administrados	334	326
Quantidade de consorciados ativos	130.940	155.362
Quantidade de bens a entregar a consorciados	21.832	29.510
Quantidade de bens entregues no período	45.888	73.823

**l) Resultado IPO Visa Inc.**

Em 31.03.2008, o Banco do Brasil comunicou ao mercado que a Visa Inc. concedeu ações ao Banco do Brasil, à Cia. Brasileira de Meios de Pagamento CBMP (Visanet) e à Cia. Brasileira de Soluções e Serviços CBSS (Visavale) com o objetivo de ajustar a participação acionária das instituições emissoras da bandeira Visa aos resultados financeiros gerados por cada uma das regiões operacionais da empresa. No mesmo mês, na oferta pública de ações da Visa Inc., as empresas mencionadas colocaram à venda 56,1% das ações que possuíam, ficando impedidas de vender por três anos (*lock up*) os 43,9% restantes.

**m) Quantidade de Ações em Circulação**

Ações BB	Quantidade	Percentual
Em circulação em 31.12.2008 <sup>(1)</sup>	551.946.568	21,5
Total emitido	2.568.186.485	100,0

(1) Conforme Lei n.º 6.404/76 e regulamento do Novo Mercado da Bovespa.

**n) Aliança do Brasil**

Em 05.08.2008, a Superintendência de Seguros Privados – Susep deferiu o prosseguimento do processo de aquisição da totalidade das ações detidas pela Companhia de Participações Aliança da Bahia (Aliança da Bahia) na Companhia de Seguros Aliança do Brasil (Aliança do Brasil) pelo BB Banco de Investimento (BB-BI). Em decorrência dessa aprovação, o BB-BI pagou, em 05.08.2008, à Aliança da Bahia, a quantia de R\$ 670 milhões pela totalidade de suas ações na Aliança do Brasil (30% do capital total e 60% do capital votante), sendo reconhecido ágio de R\$ 581 milhões fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

**o) Acordo para Parceria no Ramo de Veículos**

Em 28.07.2008, o Banco do Brasil divulgou em fato relevante o acordo com o *FirstRand Limited* para constituição de um banco múltiplo com carteiras de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento; e de investimento, para atuar no mercado brasileiro de financiamentos e arrendamentos de veículos.

Em 02.12.2008, o Banco do Brasil recebeu comunicado do *FirstRand Limited* informando de sua opção por não dar continuidade à criação de um banco múltiplo para atuar no mercado brasileiro de financiamento e arrendamento de veículos. Tendo em vista a manifestação citada, o Banco do Brasil e o *FirstRand Limited* decidiram cancelar o mencionado Acordo. Não houve a realização de investimentos na constituição da referida sociedade, não implicando, portanto, ônus para nenhuma das partes.

**p) Incorporação do Banco do Estado do Piauí S.A. (BEP)**

Em Assembleia realizada em 28.11.2008, os acionistas do Banco do Brasil e do Banco do Estado do Piauí aprovaram a incorporação do Banco do Estado do Piauí pelo Banco do Brasil, com a consequente extinção *pleno jure* do Banco do Estado do Piauí. O processo encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central.

**q) Parceria com o Banco Votorantim**

Em 09.01.2009, o Banco do Brasil e a Votorantim Finanças S.A. estabeleceram parceria estratégica, firmando instrumento particular de contrato de compra e venda e subscrição de ações entre si, por meio do qual o Banco do Brasil passará a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50,00% do capital social total do Banco Votorantim S.A. A operação será realizada por meio da: (i) aquisição, pelo Banco do Brasil, de 33.356.791.198 ações ordinárias de emissão do Banco Votorantim e de propriedade da Votorantim Finanças pelo preço de R\$ 3,0 bilhões; (ii) subscrição, pelo Banco do Brasil, de 7.412.620.277 novas ações preferenciais emitidas pelo Banco Votorantim pelo valor de R\$ 1,2 bilhão.

A conclusão da operação e consequentemente o seu registro contábil estão sujeitos à aprovação pelo Bacen.

**r) Estudos para Incorporação do Banestes S.A.**

Em 05.02.2009, o Banco do Brasil S.A. propôs e o Governo do Estado do Espírito Santo aceitou iniciar tratativas, sem nenhum efeito vinculante, visando à aquisição do controle acionário do Banestes S.A. Banco do Estado do Espírito Santo pelo primeiro, com sua posterior incorporação societária, observadas a regulamentação vigente e as condições inerentes às operações dessa natureza.

## Parecer dos auditores independentes

Ao

Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do  
Banco do Brasil S.A.  
Brasília - DF

1. Examinamos o balanço patrimonial do Banco do Brasil S.A. (Individual) e o balanço patrimonial consolidado do Banco do Brasil S.A. e suas controladas (Consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis das controladas indiretas, Brasilcap Capitalização S.A., Brasilsaúde Companhia de Seguros, Brasilveículos Companhia de Seguros, Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Companhia Brasileira de Meios de Pagamento, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, Neoenergia S.A. (Nota Explicativa nº 5) e de algumas agências no exterior, foram examinadas por outros auditores independentes. Consequentemente, nossas avaliações sobre os saldos dos referidos investimentos e dos respectivos resultados originados da aplicação do método de equivalência patrimonial, que totalizam R\$ 1.787 milhões e R\$ 987 milhões, respectivamente, bem como sobre os saldos daquelas agências no exterior, cujos ativos, patrimônio líquido e resultados líquidos totalizam R\$ 2.355 milhões, R\$ 394 milhões e R\$ 52 milhões, respectivamente, estão baseadas nos relatórios emitidos por aqueles auditores independentes. Adicionalmente, o ativo líquido utilizado no cálculo do superávit do Plano de Aposentadoria e Pensão (Nota Explicativa nº 29) foi examinado por outro auditor independente e nossa avaliação, em relação a esse ativo líquido, está baseada no relatório emitido por aquele auditor independente.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos relatórios de outros auditores independentes, conforme mencionado no primeiro parágrafo, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. (Individual) e a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. e suas controladas (Consolidado) em 31 de dezembro de 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis do Banco do Brasil (individual e consolidada) correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, foram por nós examinadas e, sobre elas, emitimos parecer sem ressalva, em 22 de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com as reclassificações para fins de comparação entre os exercícios.
5. O Banco possui registrado em seu ativo o valor de R\$ 7.793 milhões (R\$ 2.268 milhões em 31 de dezembro de 2007) correspondente ao superávit do Plano de Aposentadoria e Pensão - PREVI (Nota Explicativa nº 29) apurado com base em critérios definidos pela administração do Banco, e que são considerados os critérios mais adequados a serem aplicados na circunstância. Esses critérios incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado. Adicionalmente, a realização do referido ativo está condicionada ao cumprimento dos requerimentos definidos na regulamentação vigente (Leis Complementares nº 108/01 e 109/01 e Resolução CGCP nº 26/08).
6. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25.a, o Banco possui registrado em seu ativo, em 31 de dezembro de 2008, o valor de R\$ 16.470 milhões (R\$ 13.811 milhões em 31 de dezembro de 2007), correspondente a créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social, cuja realização e manutenção estão condicionadas à geração futura de lucros tributáveis e à aderência às regras definidas pelas Resoluções nºs 3.059/02 e 3.355/06 do Conselho Monetário Nacional.

18 de fevereiro de 2009

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6-F-DF

Francesco Luigi Celso  
Contador CRC 1SP175348/O-5-S-DF

José Claudio Costa  
Contador CRC 1SP167720/O-1-S-DF

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

### Introdução

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado Financeiro Banco do Brasil, disciplinado pelo seu Regimento Interno disponível no *site* [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), página de Relações com Investidores, é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e tem como principais atribuições avaliar, com isenção e independência, a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente e revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis.

O universo de atuação do Comitê compreende o Banco Múltiplo e as subsidiárias integrais: BB - Banco de Investimento S.A., BB - Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, BB – Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BB - Administradora de Cartões de Crédito S.A., BB - Banco Popular do Brasil S.A. e BB - Administradora de Consórcios S.A.

As administrações do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos e independentes com o objetivo de avaliar as ações de gerenciamento de riscos, a adequação e a efetividade dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, a quem cabe opinar sobre a sua adequação em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, e sobre os controles internos a elas relacionados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Atividades

O Comitê cumpriu seu plano de trabalho para o ano de 2008. Como parte de suas atividades, realizou 116 reuniões no semestre, de um total de 196 no exercício, com a alta direção, com as auditorias interna e independente, órgãos de fiscalização externa e com os principais responsáveis pelas áreas estratégicas de negócios, controles internos, jurídica, tecnologia e logística, gestão de pessoas, de riscos e da segurança.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados a aprimoramentos dos mecanismos de controles internos, conformidade a leis e normas, gerenciamento de riscos, Novo Acordo de Capital (Basileia II), procedimentos para prevenção e combate à lavagem de dinheiro, conciliação de fundos e programas governamentais, créditos tributários, segurança da informação, benefícios a empregados – saúde e previdência, complexo *datacenter*, *site* alternativo de processamento, soluções tecnológicas disponíveis e em desenvolvimento, ouvidoria, contingências jurídicas e recomendações oriundas das auditorias interna e independente e de órgãos externos de fiscalização e controle.

Acompanhou os trabalhos de emissão de *fairness opinion* referentes às incorporações e aquisições de instituições financeiras, assim como os possíveis reflexos da crise econômica internacional no Conglomerado.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidade em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos anuais, conheceu as metodologias utilizadas, a qualificação do corpo técnico e examinou suas conclusões e principais recomendações.

Acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis, examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões, as variações mais importantes nos saldos contábeis e os eventos não-recorrentes do período.

Avaliou os aspectos relevantes das demonstrações contábeis, abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas e conheceu o teor do parecer emitido pela KPMG.

Nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos ao Conselho Diretor e às demais áreas da Instituição.

### **Conclusões**

Com base nas atividades que desenvolveu no período, em observações do ambiente de controle, em questionamentos aos principais administradores, na atuação das áreas de controles internos, de gestão de riscos e segurança, nos relatórios e conclusões das auditorias interna e independente e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê concluiu que:

- a. o sistema de controles internos é objeto de permanente atenção por parte da alta administração, mostra-se adequado ao porte da Organização e à complexidade dos negócios e vem sendo constantemente aprimorado;
- b. o Conglomerado adota atitude conservadora na assunção de riscos e dispõe de instrumentos apropriados para sua gestão e mitigação;
- c. a auditoria interna desempenha suas funções de forma efetiva e independente e responde adequadamente às demandas do Comitê;
- d. a auditoria independente desenvolve seus trabalhos com efetividade e não foram identificadas ocorrências que comprometessem sua independência;
- e. as demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31.12.2008 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no País e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado, naquela data.

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2009.

José Danúbio Rozo (Coordenador)

Celene Carvalho de Jesus

José Gilberto Jaloretto

## **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. declara que, em reunião desta data, aprovou o Relatório do Comitê de Auditoria e, de conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria e do Relatório da Administração, todos referentes ao exercício de 2008.

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2009.

Bernard Appy (Presidente)

Antonio Francisco de Lima Neto (Vice-Presidente)

Cleber Ubiratan de Oliveira

Francisco Augusto da Costa e Silva

Henrique Jager

Tarcísio José Massote de Godoy

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para apreciação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2009.

Otávio Ladeira de Medeiros (Presidente)

Agostinho do Nascimento Netto

Eustáquio Wagner Guimarães Gomes

Luiz Guilherme Tinoco Aboim Costa

Marcos Machado Guimarães



## **DIRETORIA EXECUTIVA**

### **PRESIDENTE**

Antonio Francisco de Lima Neto

### **VICE-PRESIDENTES**

Adézio de Almeida Lima  
Aldemir Bendine  
Aldo Luiz Mendes  
José Luis Prola Salinas  
José Maria Rabelo  
Luís Carlos Guedes Pinto  
Luiz Oswaldo Sant'ago Moreira de Souza  
Milton Luciano dos Santos  
Ricardo José da Costa Flores

### **DIRETORES**

Alexandre Corrêa Abreu  
Allan Simões Toledo  
Antonio Sérgio Riede  
Clara da Cunha Lopes  
Edson de Araújo Lôbo  
Francisco Claudio Duda  
Geraldo Afonso Dezena da Silva  
Glauco Cavalcante Lima  
Izabela Campos Alcântara Lemos  
Joaquim Portes de Cerqueira César  
José Carlos Soares  
José Carlos Vaz  
Jussara Panitz Silveira  
Luiz Carlos Silva de Azevedo  
Luiz Gustavo Braz Lage  
Maria da Glória Guimarães dos Santos  
Nilo José Panazzolo  
Nilson Martiniano Moreira  
Paulo Euclides Bonzanini  
Paulo Roberto Evangelista de Lima  
Paulo Rogério Caffarelli  
Renê Sanda  
Robson Rocha  
Sandro Kohler Marcondes  
Sérgio Ricardo Miranda Nazaré  
William Bezerra Cavalcanti Filho

### **CONTADORIA**

Pedro Carlos de Mello  
Contador Geral  
Contador CRC-DF 5.773/O-7  
CPF 132.520.380-72

Eduardo Cesar Pasa  
Contador CRC-DF 017601/O-5  
CPF 541.035.920-87

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Bernard Appy (Presidente)  
Antonio Francisco de Lima Neto (Vice-Presidente)  
Bernardo Gouthier Macedo  
Cleber Ubiratan de Oliveira  
Francisco Augusto da Costa e Silva  
Henrique Jäger  
Tarcísio José Massote de Godoy

### **CONSELHO FISCAL**

Otávio Ladeira de Medeiros (Presidente)  
Agostinho do Nascimento Netto  
Eustáquio Wagner Guimarães Gomes  
Luiz Guilherme Tinoco Aboim Costa  
Marcos Machado Guimarães

### **COMITÊ DE AUDITORIA**

José Danúbio Roza (Coordenador)  
Celene Carvalho de Jesus  
José Gilberto Jaloretto